

REINALDO LINDOLFO LOHN

**PONTES PARA O FUTURO:
relações de poder e cultura urbana
Florianópolis, 1950 a 1970**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Primavera de 2002**

REINALDO LINDOLFO LOHN

**PONTES PARA O FUTURO:
relações de poder e cultura urbana
Florianópolis, 1950 a 1970**

**Tese apresentada ao Programa
de Pós-graduação em História da
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, para obtenção do
título de Doutor em História, sob
orientação da Prof^a. Dr^a. Sandra
Jatahy Pesavento.**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História
Primavera de 2002**

REINALDO LINDOLFO LOHN

**Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final para
obtenção do título de Doutor em História**

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a. Dr^a. Sandra Jatahy Pesavento
Orientadora - UFRGS**

**Prof. Dr. José Augusto Avancini
UFRGS**

**Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão
Udesc/Univalli**

**Prof^a. Dr^a. Monica Pimenta Velloso
Fundação Casa de Rui Barbosa**

Porto Alegre, 12 de Dezembro de 2002

Sumário

Resumo	3
Abstract	4
Agradecimentos	6
Introdução	9
1. O futuro é possível?	26
1.1. O amanhã uma interrogação: uma cultura de classe.....	26
1.2. Investimentos no amanhã.....	32
1.3. A elisão do acaso: a nova classe média.....	53
1.4. A capital em perigo.....	69
2. Navegando na incerteza	97
2.1. Pobre futuro.....	97
2.2. O dualismo cultural catarinense.....	119
2.3. O futuro como luta contra o passado.....	131
2.4. Lucros futuros.....	142
3. Cascaes e o tempo	157
3.1. O tempo e o medo.....	157
3.2. O tempo em transição.....	185
3.3. A luta pelo sagrado.....	209

4. Polifonias: futuros em confronto.....	237
4.1. O futuro por obra do passado.....	237
4.2. A cidade tem donos.....	250
4.3. A cidade que não se quis: domando a polifonia.....	275
4.4. A ordem urbanística: uma questão de classe.....	292
4.5. Entre a reforma e a revolução.....	320
4.6. A conquista do futuro: a polifonia domada.....	348
5. O tempo das certezas: o futuro chegou.....	356
5.1. O futuro fardado.....	356
5.2. O futuro inscrito no espaço.....	371
5.3. Uma outra cidade, uma mesma cidade.....	396
6. Considerações finais.....	424
7. Fontes.....	427
8. Referências bibliográficas.....	432
9. Índice das ilustrações.....	442

Resumo

Este trabalho tem por objeto efetuar uma análise das projeções e dos horizontes de expectativas em relação ao futuro, encontradas na cidade de Florianópolis (SC), nas décadas de 1950 e 1960. Procura demonstrar que a idéia de futuro, em diversas expressões presentes no imaginário aqui investigado, tornou-se uma questão política, servindo como instrumento para as intervenções que foram promovidas no espaço urbano. Os jornais, os projetos urbanísticos, as obras literárias e as iconografias do artista plástico Franklin Cascaes, forneceram o conjunto de documentos necessários para o desenvolvimento da tese.

É uma História cultural que procura ressaltar os projetos e planos que pretenderam construir uma certa representação simbólica do porvir em Florianópolis. Este estudo procura então demonstrar que as imagens e, mesmo, as utopias construídas na Capital de Santa Catarina interferiram tanto na configuração urbana como um todo, quanto nas práticas cotidianas dos habitantes da cidade. Uma certa postura diante do futuro surgiu naquele momento como recurso político fundamental, norteando as disputas sobre os rumos a serem estabelecidos para a cidade.

Procura-se evidenciar os diversos segmentos sociais que detiveram poder material e simbólico para fazer prevalecer suas imagens ideais da futura Florianópolis. No período posterior à Segunda Guerra Mundial as precárias condições materiais e econômicas da cidade começaram a chamar a atenção de diversos produtores e emissores de discursos. É quando começam a surgir propostas que elegeram o turismo como praticamente a única opção de desenvolvimento possível, em propostas que partiam dos setores mais influentes da política e da economia de Florianópolis. Nesse momento em que a cidade aparece como a expressão do atraso e do anacronismo, surgem em profusão imagens e representações que tinham como referencial a projeção de futuros possíveis, lotados das novidades tecnológicas que começavam a encantar as camadas médias em ascensão social.

Abstract

This essay has the objective of accomplishing an analysis of the projections and horizons of the expectations in relation to the future, found in the city of Florianópolis (SC), during the 50's and 60's. I wish to demonstrate that the idea of the future, in various expressions present within the imaginary here investigated, became a political question, acting as an instrument for interventions promoted in urban space. Newspapers, urban projects, literary works and the iconographies of the visual artist Franklin Cascaes provided the necessary body of documents for the development of this thesis.

It is a cultural history which seeks to emphasize the plans and projects which intended to construct a certain symbolic representation of that which was yet to come in Florianópolis. This study thus seeks to demonstrate that the images and, even, the utopias constructed in the capital of Santa Catarina interfered as much in the urban configuration as a whole as in the daily practices of the city habitants. A certain attitude towards the future came about in that moment as a fundamental political resource, shaping the course of disputes on the directions to be established for the city.

I wish to make the diverse social segments, which withheld the material and symbolic power to make their ideal images of future Florianópolis prevail, apparent. In the period after the Second World War, the precarious material and economic conditions of the city started to call the attention of various discourse promoters and broadcasters. This is when proposals, which elected tourism as practically the only option for possible development, began to appear, coming from the most influent political and economical sectors of Florianópolis. In this moment, in which the city appears as the expression of backwardness and anachronism, a profusion of images and representations which had as their reference the projection of possible futures appeared, charged by the technological innovations which were beginning to enchant the ascending middle classes.

Para minha mãe, Hilda, humildade e heroísmo.

Para Silvia, luz e ternura.

Agradecimentos

Este trabalho contou com a colaboração de diversas pessoas e instituições, sem as quais eu não poderia realizá-lo. Agradeço a acolhida de professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bem como aos colegas da turma de 1999.

Agradeço minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Sandra Jatahy Pesavento, pela sua segura e atenta condução das diferentes etapas da pesquisa e da escrita.

Durante boa parte da realização do curso, contei com o indispensável apoio financeiro do CNPq. Devo, sem demagogia, agradecer a sociedade brasileira por manter o ensino superior público com qualidade e a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento.

Dedico um grande agradecimento aos amigos que acompanharam parte ou toda a trajetória, seja animando ou simplesmente festando. Conversas, trocas de leituras e informações foram o menos importante. O melhor foi simplesmente o contínuo contato com pessoas que prezo: Aldonei, Vanderlei, João, Luciana e também as pessoas que participaram do grupo de estudos, ainda em 1998, como o Norberto, entre outros que a memória injustiça.

Devo expressar também minha gratidão aos professores da disciplina de História do Colégio de Aplicação da UFSC, assim como à sua direção, que procuraram facilitar a realização da tese.

Também não posso esquecer de pessoas como a Olinda Maria Azevedo Machado, que revisou o texto e sugeriu o título, a Vera Guimarães, que traduziu o resumo para o inglês e o Romeu Bezerra. Este último, além das conversas agradáveis e da torcida em comum pelo Avaí, produziu as fotos do Plano Diretor de 1955.

A pesquisa, nos acervos de diversas instituições, contou com a colaboração fundamental de pessoas a quem, hoje, não tenho como agradecer pessoalmente, mas que foram muito importantes. No jornal “O Estado”, os senhores Laudemar Bittencourt e Marco Antônio Nunes Pires, além das senhoras Danizete Cardoso e Rosimar Hilário. Na Biblioteca Pública de Santa Catarina, o indispensável agradecimento ao Almeri Machado. No Museu Universitário (UFSC), ao Hermes José Graipel Júnior, pelo cuidado com as obras de Franklin Cascaes e ao Gelci Coelho, o Peninha, pela entrevista

Também o acervo de outras instituições foi consultado, como a Biblioteca Universitária (UFSC), os Arquivos Públicos do Estado e do município de Florianópolis e a Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ipuf).

Agradeço ainda à minha mãe Hilda e à Silvia, as quais já dediquei o trabalho. São pessoas que fazem parte da minha melhor História.

Espero, finalmente, que este momento de expectativas, esperanças e sonhos tão aguardados em relação ao futuro do país, logo após as eleições presidenciais de 2002, possa ser efetivado através de dignidade e justiça social.

**Cada época não apenas
sonha a seguinte, mas,
sonhando, se encaminha
para o seu despertar.**

Walter Benjamin

Introdução

As cidades são espaços privilegiados para a reflexão sobre a sociedade moderna. As formas de relacionamento social engendradas no contexto urbano suscitam um interesse cada vez maior em diversas áreas de conhecimento. A historiografia, em particular, acumula uma boa quantidade de contribuições nessa área, com trabalhos cuja qualidade é cada vez mais reconhecida. As investigações nos vários âmbitos da cultura urbana, desenvolveram métodos e conceitos que são hoje indispensáveis para a compreensão dos fenômenos ligados ao crescimento ampliado e contínuo das cidades.

Dentre as inúmeras possibilidades oferecidas por esse vasto objeto de pesquisas, a abordagem construída neste trabalho vincula-se aos estudos que remetem às imagens, representações e discursos acerca do urbano, numa cidade em particular: Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, no litoral Sul do Brasil. Num período de tempo preciso: as décadas de 50 e 60 do século XX. É uma História cultural que tem como seu recorte básico as idéias, projetos e planos que pretenderam intervir no futuro da cidade e construir uma certa representação simbólica de seu devir. Em vista disso, este trabalho procura responder quais foram as condições e a partir de que meios e fins, o futuro, tomado como representação e prática social, tornou-se uma questão política capaz de interferir na cidade.

As representações sociais são parte constitutiva da realidade, ferramentas indispensáveis para a atuação dos agentes históricos. Este estudo procura então demonstrar que as imagens e, mesmo, as utopias construídas na Capital de Santa Catarina interferiram

tanto na configuração urbana como um todo, quanto nas práticas cotidianas dos habitantes da cidade. Uma certa postura diante do futuro surgiu naquele momento como recurso político fundamental, norteando as disputas sobre os rumos a serem estabelecidos para a cidade. Objetiva-se aqui definir os contornos políticos do imaginário e das representações sobre o futuro de Florianópolis, no período delimitado.

Mas, surge então a pergunta: é possível construir uma História de uma cidade a partir de traços, sinais e representações que evidenciam justamente seu oposto, ou seja, a representação de um futuro que transformaria as feições e práticas então existentes? É este desafio que move a tessitura deste trabalho. O futuro faz parte da História e, obviamente, tem História. Mover-se entre as diversas falas e expressões literárias, artísticas e urbanísticas que tiveram o futuro de Florianópolis como tema, abre uma nova perspectiva para a compreensão dos horizontes de expectativas dos grupos sociais que atuaram em Florianópolis.

Evidentemente, não é toda a cidade que produz e emite esses discursos. Serão identificados os setores hegemônicos e que possuíam tanto poder material quanto simbólico para fazer prevalecer seus planos de desenvolvimento. Os grupos mais influentes na condução política e econômica de Florianópolis procuraram dominar os mecanismos necessários para a reprodução ao longo do tempo de sua hegemonia. De outra parte, a temática relaciona-se com a atuação das camadas médias da sociedade que, em processo de ascensão social, formavam um mercado consumidor de novidades tecnológicas, aparelhos e modismos de todo o tipo, que apareciam como portadores do futuro. O futuro, em última instância, deveria atender aos projetos individuais e coletivos desses segmentos sociais. A cidade foi pensada, antes mesmo de ser erguida, como expressão dos anseios das elites dirigentes, que dominavam os mecanismos de realização da riqueza e a máquina estatal, bem como dos projetos de individualização crescente das classes médias.

Diversas visões sobre o futuro de Florianópolis poderão ser acompanhadas aqui. Com destaque especial para a imprensa diária, documento que permitiu acompanhar a trajetória de duas décadas dos debates em torno de diversos projetos e planos. A investigação nos jornais forneceu uma importante base de reflexões no que diz respeito à difusão cotidiana de discursos, imagens e representações, não só em noticiários locais, mas nas páginas

internacionais e muito particularmente na publicidade. Nos jornais da época, as ambigüidades da cidade são muito marcantes. Nada parecia demonstrar que a cidade estivesse acompanhando os ritmos de desenvolvimento e transformações que podiam ser ouvidos ao longe, em outros centros do país. Essa constatação certamente não era nova. A pequena capital de Santa Catarina, que então mal atingia cem mil habitantes, já havia passado por outros momentos em que suas condições estruturais eram consideradas precárias. Nas primeiras décadas do século uma série de discursos e práticas que visavam transformar hábitos e padrões urbanos tiveram efetividade¹. Na época, tratava-se de destacar a participação da cidade no conjunto de mudanças gerais que eram implementadas no Brasil a partir das grandes metrópoles, como medidas sanitárias, abertura de grandes avenidas, embelezamento público e toda uma ótica de planejamento e medicalização visando o alcance de uma suposta civilização.

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, quando o país começou a sentir maiores efeitos da política de substituição de importações, com investimentos industriais maciços e a entrada de capital externo, as condições de Florianópolis pareciam tornar-se ainda mais acanhadas. Seja na publicidade, na literatura, na imprensa, nos discursos governamentais e nas propostas de arquitetos e urbanistas, uma nova faceta da questão aparecia com mais freqüência, como que abrindo diante de todos a possibilidade de finalmente mudar a cidade. O referencial dos interlocutores passava a ser a idéia de que o futuro seria diferente e as supostas carências da cidade seriam resolvidas ao longo do tempo. O futuro finalmente traria o que todos esperavam: fartura, novidades e facilidades. As páginas dos jornais abriam grandes espaços para a corrida espacial, as lavadoras seriam apenas o início da substituição completa da dona-de-casa por máquinas, os governantes acreditavam que poderia ser planejado o desenvolvimento econômico décadas antes de realizá-lo e o urbanismo assumia cada vez mais o protagonismo das reformas urbanas. A Florianópolis do amanhã poderia ser antevista seja por técnicos do governo ou mesmo nas páginas dos produtores literários da cidade.

¹ Mencione-se ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação. São Paulo: PUC (Mestrado em História), 1989.

É notável que numa cidade sem indústrias, vivendo quase exclusivamente de um pequeno comércio e totalmente dependente dos empregos públicos oferecidos pelo Estado, fossem construídas uma série de representações sobre o futuro, no qual este aparece vinculado a desenvolvimento tecnológico, riqueza e facilidades de vida. O que mais chama a atenção é a dimensão tomada por essas idéias num ambiente em que tudo levava a desacreditar das possibilidades futuras. Havia determinados elementos discursivos que reforçavam um conjunto de idéias baseadas principalmente na crença nos novos meios tecnológicos que a sociedade industrial estava pondo em movimento. A vida social na cidade passava a ter como uma de suas referências básicas a projeção de perspectivas sobre o futuro individual e coletivo, mesmo que não houvessem muitos elementos materiais sustentando esses anseios. E é exatamente isso que deve ser levado em conta: todas essas representações vicejaram apesar da ausência imediata e concreta de relações produtivas capazes de sugerir ou mesmo de impulsionar a esperança num futuro grandioso para a cidade, ao menos em termos industriais e capitalistas.

Em diversas obras literárias produzidas naquelas décadas foi possível encontrar outro suporte seguro com vistas a investigar essas expectativas sobre o futuro de Florianópolis. Além disso, a literatura começava a encontrar um maior fôlego em Florianópolis naquelas décadas, com o trabalho de autores e artistas modernistas que atuavam no Grupo Sul, o que oferecerá a possibilidade do cruzar idéias e afirmar com maior clareza as aspirações e frustrações daqueles que chocavam-se com as práticas correntes na cidade. Esse modernismo tardio que viceja em Florianópolis a partir do final da década de 1940 e que encontra sua principal expressão na Revista Sul, editada por um conjunto de intelectuais da cidade, fornece uma das leituras possíveis sobre os projetos para o futuro. Além disso, em outras obras escritas naquele momento, a cidade aparece transfigurada em desejos e sonhos. Cabe aqui valer-se da noção de História cultural do urbano empregada por Sandra Pesavento, segundo a qual “a cidade é objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas se justapõem, compõem ou se contradizem, sem, por isso, serem uns mais verdadeiros ou importantes que os outros”. Neste caso, as representações literárias são formas específicas de

ingressar no mundo urbano, tornando a cidade um conjunto de textos, lidos conforme olhares que criaram numa determinada época, uma “cidade do pensamento”².

Num trabalho cujo tema são projetos e imagens sobre um tempo que estava muito adiante de seus produtores, não há porque estabelecer diferenças de legitimidade entre os documentos históricos. O historiador interage com seus documentos sabendo que são representações de uma época e não sua essência, de tal modo que podem ser tomados como pequenos fragmentos, pistas que podem ser montadas, escondidas, destacadas, conforme os interesses e as posições do estudioso, que dispendo peças como as de um quebra-cabeças ou angariando indícios como um detetive, consegue formar quadros virtuais, que têm verossimilhança e podem portanto ser aceitos dentro das convenções que dominam sua época³. Projetos urbanísticos cuja aplicação era totalmente incerta e que imaginava uma cidade a partir de referências vagas e, em muitos casos, de expectativas imaginárias, apresenta possibilidades de investigação muito semelhantes com as obras literárias. Ressaltam-se então, as aproximações e relações entre as diversas maneiras de projetar o futuro de Florianópolis. Em qualquer dos casos encontra-se uma cidade que poderia ou não vir a acontecer.

Juntamente com a literatura é importante destacar a possibilidade de utilização de uma pequena parte das obras escritas e principalmente dos desenhos do artista Franklin Cascaes que conseguiram traduzir uma série de componentes da cultura popular da região litorânea de Santa Catarina, inclusive as dúvidas e temores em relação ao futuro. De sua vasta obra, foram recolhidos pouco mais de uma dezena de desenhos em bico de pena e registros manuscritos, que abordam o futuro, não só de Florianópolis, mas que continuam a marca de sua vinculação com uma certa memória e imagem da cidade que estava rapidamente sendo transformada. Cascaes reporta-se a um mundo perdido, onde a harmonia das comunidades do litoral de Santa Catarina aparece como uma espécie de utopia perdida, interrompida pela modernização. Suas obras são um registro iconográfico precioso para a percepção de um imaginário sobre a cidade que permite o estudo de percepções muito sutis e fugazes sobre o processo de urbanização, tais como as relações entre a memória e o espaço. A suposta fixidez

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1999. p. 10-11

³ GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1990. 281p.

da cidade é traduzida na forma imagens que trazem uma materialidade, mas que remetem a um outro tempo, nunca linear.

Por outro lado, o trabalho com esse material iconográfico ocorreu segundo a intenção de evitar que viesse a ser empregado como ilustração de textos escritos. As obras de Franklin Cascaes aqui analisadas historicamente, são tomadas como textos visuais, capazes de responder às questões que a temática suscitou. O futuro da cidade e os medos e anseios em relação às mudanças sociais que estavam ocorrendo, expressos através de imagens mitológicas e muito influenciadas por um tipo de catolicismo ortodoxo, aparecem na obra do artista como práticas culturais que constituíam formas de convivência e maneiras de experimentar as projeções sobre Florianópolis. A imagem por si só, supõe uma singularidade em relação aos textos escritos, através de operações mentais próprias. Os diferentes meios de comunicação suscitam modos também diferenciados de apreensão e produção da realidade social e maneiras distintas de classificar e ordenar a sociedade. Daí o grande valor atribuído ao trabalho com os desenhos de Cascaes, pois indicam maneiras de compreender os horizontes de expectativas que se entrecruzavam na Capital de Santa Catarina a partir de um modo singular de expressar e experimentar o futuro⁴.

Perpassando todas esses documentos e abordagens, a questão do futuro expressou-se na produção de diversos projetos urbanísticos para Florianópolis, com destaque para a elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade, no início da década de 1950 e dos projetos para a formação de uma região metropolitana a partir de 1967. Através da análise dos discursos e prospectos de arquitetos e urbanistas é possível verificar o quanto o imaginário que cercava as promessas, sonhos e medos em relação ao futuro, inscreveram-se na configuração urbana e na distribuição espacial da sociedade. A recusa quase completa das diretrizes planejadas para Florianópolis em 1952, indicam importantes reflexões sobre as relações de força existentes e a capacidade dos grupos que controlavam as instâncias políticas e econômicas para praticamente impor as trajetórias possíveis para a cidade.

⁴ SAMAIN, Etienne. Questões Heurísticas em torno do uso das imagens nas ciências sociais. In FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Míriam L. Moreira (orgs.). Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papyrus, 1998. p. 51-62.

Numa visão marxista “o espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais”⁵. Mas, pode-se acrescentar que as significações sociais atribuídas à cidade e seus componentes culturais, tanto pelos diversos segmentos que compõem a sociedade quanto pelos planejadores e arquitetos, correspondem a formas de compreensão do fenômeno urbano que atravessam todas as relações humanas num determinado momento histórico. Em Florianópolis, os diferentes meios sociais em construção e a fragmentação da cidade em demarcações que obedeceram às divisões de classes, indicaram não apenas mudanças na distribuição espacial, mas um constante processo de afirmação de determinados valores e finalidades para as políticas urbanas implementadas. As diferentes opções de desenvolvimento, a escolha dos locais para a expansão e localização de novos empreendimentos públicos e privados, a suburbanização da área continental e o enobrecimento da região Norte da Ilha, entre outros processos em que foi possível constatar a produção do espaço enquanto estratificação social e o acesso desigual aos equipamentos urbanos, corresponderam a diferentes formas de pensar a cidade, de ordená-la e de projetar seu futuro.

As representações urbanas e a ordenação das cidades segundo planos de remodelação e projetos urbanísticos começaram a chamar a atenção pela criação de cenários amorfos e soluções espaciais que rompiam com certos traços culturais próprios a cada urbe. Uma das primeiras reações surgiu com o urbanista Camilo Sitte (1843-1903), propugnando uma visão sobre as cidades modernas que evidenciava os sentidos e significados culturais inscritos em sua materialidade, ou seja, na própria distribuição espacial de suas áreas construídas e na forma como seus habitantes estabelecem relações a partir desse cenário. Obras coletivas, as cidades carregariam uma longa história de obediência aos ritmos e diversidades das mais diversas regiões e sociedades. Crítico da monotonia matemática dos grandes blocos de edifícios modernos, considerava a cidade um continente, um espaço da “arte por excelência”, preconizando a valorização das formas estéticas consagradas, das “magníficas obras antigas, verdadeiros modelos legados pelos mestres do passado”. Sugeriu a

⁵ CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 146.

aplicação sensata desses paradigmas, com vistas a conciliar o antigo e moderno, mesmo levando em conta “a crescente importância das reivindicações da higiene e do tráfego”⁶.

O universalismo técnico, por outro lado, amparou-se na ruptura com o passado, apresentando intervenções radicais que ampliassem as esferas produtivas e facilitassem a circulação e o trabalho. Le Corbusier foi o combatente mais destacado daquilo que considerava anacronismo e atraso nas cidades, impedindo a velocidade moderna. Mas, mesmo neste caso, há a vinculação a um universo de referências simbólicas que inscrevem-se nas formas imaginárias dos projetos urbanos. As cidades de papel pensadas e sonhadas pelos técnicos e urbanistas, como os que atuaram em Florianópolis, faziam parte de um horizonte de expectativas e experiências históricas, podendo ser investigado. Sua ordem sonhada é um dado cultural, assim como um monumento ou uma praça. Os espaços abstratos e matemáticos compõem determinados traços da modernidade que remetem aos primeiros projetistas de cidades, sejam as literárias, como a “Utopia” de Thomas Morus ou os planos renascentistas, efetuando “transladação da ordem social e uma realidade física”, desenhando cidades segundo uma concepção racional orientada “pelo resultado que se haveria de obter no futuro”, assegurado pela autoridade do saber técnico e matemático⁷.

O espaço aparece então, nas políticas estatais para a cidade, como mais um dos elementos classificatórios e portador de clivagens sociais⁸, mas na dependência de fatores como os projetos de vida e de ascensão das camadas médias e seu apego a determinados bens simbólicos que seriam portadores de distinções e posições de classe, tais como a compra de apartamentos em regiões mais caras. Ocorre que esses projetos são carregados de elementos imaginários, trazendo representações e percepções do mundo que procuram atribuir eficácia simbólica a determinadas visões e previsões sobre a reprodução das diferenças entre as classes⁹.

Nessa trajetória, a cidade torna-se um personagem com formas e humores próprios e o urbanismo apresenta-se como uma das novas técnicas de gestão, aceitando o papel de formuladores privilegiados de políticas públicas quase como uma missão de

⁶ SITTE, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo: Ática, 1992. p. 117-118.

⁷ RAMA, Angel. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 27-29.

⁸ LOJKINE, Jean. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 243-278.

⁹ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 133-161.

salvaguarda do futuro da sociedade. São os modernos utopistas, mesmo negando veementemente a utopia e apresentando-se como os fiéis seguidores da ciência positiva. Ao procurarem o plano ideal e perfeito e a criação de modelos sociais novos, que viessem a reordenar a sociedade segundo a eficácia racionalista, os urbanistas aproximam-se dos reformadores sociais e, mesmo, dos revolucionários que pretenderam uma sociedade mais justa em meio às desigualdades sociais do capitalismo.

A forma física do urbano projetada pelos urbanistas carrega tantos elementos imaginários quanto as visões literárias ou imagéticas. Portanto, cabe uma vez mais ressaltar que não há hierarquias nesse conjunto de documentos utilizados. Na imprensa e nas diferentes formas de apresentação do futuro de Florianópolis, depreende-se um conjunto de relações e conflitos sociais que se expressaram na própria materialidade urbana, produzindo efeitos que se fizeram sentir nas tomadas de posição quanto às intervenções consideradas necessárias para a cidade. Em todo o caso, as imagens de Florianópolis encontradas nos jornais, na literatura, na iconografia de Cascaes ou na arquitetura, estavam remetendo a outro tempo¹⁰. A produção do espaço ocorreu segundo um universo de expectativas e experiências sociais que circulava nas diversas formas de apreender e pensar a cidade. Contudo, cada uma dessas diferentes visões corresponde a um exercício criativo e ininterrupto de cenários possíveis os quais, em seus entrechoques, produziam novos significados e atribuíam valores diferenciados para diferentes aspectos da vida urbana.

Dentre os diferentes futuros para Florianópolis encontrados nas várias representações produzidas, há um acento muito importante na incorporação do discurso nacional-desenvolvimentista por parte das elites, projetando uma cidade que superasse o *atraso*, as ruas estreitas e as dificuldades econômicas. O turismo surgiu então como a alternativa praticamente solitária para que os anseios de acelerar as transformações se concretizassem. Por outro lado, a importância fundamental da cidade no conjunto das disputas políticas estaduais não poderia ser menosprezada. Tratava-se de afirmar a condição de Capital do Estado, sob constante ameaça em função das dificuldades para que Florianópolis se tornasse um centro dinâmico. Portanto, havia o desafio de fazer prevalecer ao longo do tempo

¹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op cit. p. 16.

as relações de poder que sustentavam as estruturas políticas vigentes na cidade e em toda Santa Catarina.

A afirmação do turismo como vocação “natural” de Florianópolis foi um processo de construção histórica e política que ordenou e configurou uma cidade. Os investimentos públicos e as decisões estratégicas foram efetivados segundo os preceitos de uma determinada forma de agir sobre o urbano, de modo a fazê-lo assumir as características de dinamismo e progresso. Os grupos que comandaram o processo não foram modestos em seus planos e é possível encontrar diversos momentos em que todo o futuro da cidade veio a ser projetado na dependência dos interesses de realização de riquezas imobiliárias que encontravam no turismo e na abertura de loteamentos nas praias uma oportunidade para expansão. Os projetos e os planos econômicos e urbanísticos não escondiam suas intenções de manter intacta a distribuição de poderes e riquezas na cidade, espacializando as diferenças entre os estratos sociais e procurando atender aos projetos de vida das camadas médias.

A idéia de futuro adquiriu contornos políticos muito importantes na segunda metade do século XX, como é o caso do crescente emprego do planejamento governamental. O desenvolvimento de meios para prever as dinâmicas sócio-econômicas não pode ser compreendido sem levar-se em conta de que tinha entre seus componentes a convicção de que seria possível intervir sobre o futuro, implementar políticas que moldariam um futuro tal qual o imaginado pelos tecnocratas instalados nas esferas governamentais, sendo que tais políticas tornar-se-iam viáveis através das tecnologias postas à disposição da sociedade: eletricidade, telefonia, rodovias, ferrovias, indústrias de bens de consumo, entre outros.

O planejamento é uma das mais importantes invenções do século XX. Desde os planos quinquenais de Stalin, passando pelo *New Deal* de Roosevelt, a criação de cenários possíveis para o futuro tem sido intensificada. A partir da metade do século pode-se dizer que houve a apropriação da idéia de utopia por parte dos grupos dirigentes e das corporações capitalistas. A crença de que seria possível imaginar a construção de novos modelos de sociedade caracterizados por justiça e equilíbrio, que sempre fizeram parte das aspirações de reformadores e revolucionários, foi esvaziada de sentido. Segundo Armand Mattelart, houve “um momento-chave em que o poder se apoderou da noção de utopia, assimilando-a à

previsão”. Em lugar de generosidade social, os novos economistas e administradores construíram e comercializaram cenários sobre a sociedade futura que servissem de guia para os investidores de capital e os gerentes estatais. Significativamente muitos desses consultores, gurus dos novos tempos, profetas do mercado financeiro e das bolsas de valores — as novas catedrais —, teriam suas origens intelectuais ligadas ao marxismo, logo enquadrado no funcionalismo americano, podendo-se mencionar nesse grupo, Daniel Bell e Alvin Toffler¹¹.

A sociedade florianopolitana participou e contribuiu à sua maneira com o conjunto de questionamentos sociais que envolveram o futuro tal como este foi construído no século XX, no qual as sociedades ocidentais passaram por uma série de temores, mas também perspectivas, como a crença na construção de uma sociedade igualitária ou o progresso tecnológico. Este último marcou profundamente várias gerações, atingindo um ponto culminante com a explosão de bombas atômicas sobre o Japão, demonstrando ao mesmo tempo o poder do homem sobre os fatores naturais e a aproximação perigosa do fim dos tempos, agravado pela intensificação da guerra fria, que veio logo em seguida. A inquietude ou a simples curiosidade quanto ao futuro passou a fazer parte da vida cotidiana de pessoas muito distintas em várias partes do planeta.

Qual é o futuro de uma cidade? Certamente as respostas variam na mesma quantidade e proporção do número de urbes existentes. Nova Iorque, Atenas ou Florianópolis possuem formações históricas específicas que estabelecem os limites das possibilidades de projeção e as expectativas que podem ser alimentadas quanto aos tempos vindouros. De todo modo, a cidade tornou-se contemporaneamente o espaço das utopias e da imaginação a respeito do porvir. A ficção científica e os romances de antecipação vicejaram com grande força ao longo do século XX, promovendo esperanças, angústias e medos. Metrôpoles gigantescas serviram foram cenários construídos para as tramas criadas por autores como George Orwell, H. G. Wells ou Aldous Huxley. A dominação de imensas estruturas burocráticas sobre massas alienadas tornou-se um tema freqüente. O futuro das cidades seria um “admirável mundo novo”¹², artificial e onde a natureza seria totalmente domada em razão

¹¹ Cf. Armand Mattelart, em entrevista concedida à Revista Caros Amigos, ano IV, n.º. 39. Jun/2000. p. 36.

¹² HUXLEY, Aldous. Admirável mundo novo. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Globo, 1984. 250 p; WELLS, H. G. História do futuro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. 361 p.

dos interesses de indústrias. A associação entre uma tecnologia que viria dominar a humanidade e cidades automáticas e totalmente controladas, guiou a elaboração do futuro como um tempo a ser, no mínimo, temido.

A virada do milênio e a passagem para um novo século também veio a inspirar uma enorme quantidade de representações e discursos proferidos por todos os tipos de emissores a respeito das esperanças ou ceticismos sobre os tempos que virão. “O futuro chegou”, “o futuro é agora”, “as facilidades da informática”, por um lado, ou pelo contrário, os desastres ambientais, o medo dos alimentos transgênicos, o fim do Estado-nação, são temas explorados diariamente, bastando ligar um aparelho de televisão para encontrá-los. O futuro parece estar na ordem do dia, mas apesar de ser sempre associado a novas idéias ou, mais objetivamente, a imagens que sequer são novas ainda, já possui uma história. O que é proposto para a tese de Doutorado que estou desenvolvendo é justamente problematizar uma pequena parte desse grande campo de exploração histórica. As crenças e temores de hoje têm muito a ver com o que foi imaginado e construído naqueles anos que seguiram-se à Segunda Guerra, com seus otimismo exagerados na tecnologia ou com o início dos temores planetários suscitados com a guerra fria e a questão nuclear. Talvez possa ser lembrado aqui Michelet, citado por Walter Benjamin: “cada época sonha a seguinte”¹³. Teríamos sido sonhados antes?

No âmbito desse complexo imaginário, é possível localizar inúmeras inflexões sobre as atitudes e expectativas em relação ao futuro da vida em cidades. Empreender um estudo sobre as formas assumidas pela idéia de futuro na Florianópolis dos anos 50 e 60, requer a definição de um campo de reflexão preciso. O que em princípio pode parecer extremamente vago e pouco tangível, como o futuro, assume uma dimensão mais concreta e instrumentalizável na medida em que a problemática for abordada como uma forma de atingir relações e conflitos sociais no período histórico delimitado. Inúmeros estudos já foram consagrados ao nacional-desenvolvimentismo brasileiro, sua força de adesão e seus resultados políticos, sociais e econômicos. Igualmente, em Santa Catarina muitos trabalhos procuraram com relativo sucesso estabelecer as bases sobre as quais nutriram-se os discursos que fixaram

¹³ BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In KOTHE, Flávio R. (org.). Walter Benjamin: coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1991. p. 30-43.

como objetivos do Estado e da sociedade a conquista do progresso e o abandono do atraso. Contudo, que esse período fascinante da história brasileira, que teve repercussões muito importantes na capital catarinense, foi marcado também e de modo bastante destacado por uma construção imaginária, quase uma mitologia, que difundia a crença geral na mudança individual e coletiva que se faria ao longo do tempo. O futuro poderia ser tanto melhor quanto mais rápidas fossem as aquisições tecnológicas que intensificassem a velocidade dos fluxos sociais. O futuro seria radiante para os que atingissem as metas propostas pelos planos econômicos.

A chamada história do imaginário alargou as possibilidades de estudar novos temas e novos domínios antes inatingíveis pelo historiador. A idéia de que tudo é e tem história, desde que sejam criações coletivas, socialmente construídas e partilhadas, portanto históricas, leva ao reconhecimento de que as representações têm historicidade e que sofrem mudanças no decorrer do tempo que podem ser investigadas¹⁴. Sabendo-se que o imaginário de uma determinada sociedade mantém relação estrita com suas outras manifestações culturais, com seus conflitos sociais e é moldado a partir das lutas que se estabelecem pelo controle simbólico, a historiografia passou a desenvolver instrumentos aplicáveis a tais estudos. Nada mais caricatural do que ver no imaginário uma simples fantasia, uma realidade fabulosa, um oposto do que seria a verdade real. Reais ou inventados, as expressões imaginárias fazem parte do que podemos chamar de realidade, assim como qualquer outro elemento material ou imaterial. O imaginário tem um papel compensatório, agindo em qualquer momento, mas seriam principalmente os períodos de crise que amplificariam suas manifestações¹⁵.

Bronislaw Baczko procura construir uma idéia de imaginário, segundo a qual este inscreve-se de tal maneira naquilo que poderíamos chamar de “real” que perde sentido a usual oposição entre realidade e imaginação. A sociedade nada mais seria do que um campo de lutas para definir o que pode ser legitimamente tomado como real. Com isso, o autor politiza o imaginário ao torná-lo um objeto de poder, um sistema de idéias e imagens que formam uma representação coletiva, essencial para qualquer exercício de autoridade e

¹⁴ LE GOFF, Jacques. *Histoire et imaginaire*. Paris: Poesis, 1986. p. VI-VII.

¹⁵ BOIA, Lucien. *Pour une histoire de l’imaginaire*. Paris: Les Belles Lettres, 1998. p. 26-27.

dominação social. Os sujeitos sociais procurariam angariar legitimidade para seus discursos e representações, apresentando construções imaginárias verosimilhantes, o mais próximas possíveis do que seria socialmente aceito como o “real”¹⁶.

A difusão desse conjuntos de idéias e práticas que tornaram extremamente populares os anseios e projeções a respeito do devir da sociedade e mesmo dos indivíduos, será considerada aqui como um dos elementos constitutivos das práticas sociais e uma das formas através da qual deram-se as disputas de poder em Florianópolis no período em questão. Em nome do futuro, várias atitudes e tomadas de posição passaram a ser tomadas diariamente, em campos tão diferentes como decisões governamentais, mercado de trabalho, compra da casa própria ou concursos vestibulares. O romeno Lucien Boia é um dos que mais intensamente vem se interessando por esse fenômeno social, que seria uma espécie de estrutura arquetípica, um dos eixos que sustentariam o conjunto das imagens sociais mais freqüentes¹⁷. Seja esperando dias de excepcional fartura e harmonia, como as chamadas utopias medievais sobre o “país da Cologna”, atormentações terríveis que levariam ao fim do mundo, presentes nas idéias de inferno e paraíso, ou simplesmente acreditando na possibilidade de planejar o desenvolvimento econômico de uma sociedade por alguns anos, crença dos economistas contemporâneos, o futuro sempre despertou fascinação ou preocupação, levando a tentativas de investigá-lo e antecipá-lo.

Mas o modo como o futuro passou a ser representado e imaginado nas sociedades industriais modernas é diferente da procura por uma Idade do Ouro perdida, localizada num passado mítico, onde tudo era perfeito mas que os erros humanos destruíram. Também é muito distante das ilhas longínquas, situadas num espaço impreciso, às vezes fora do planeta, onde outras humanidades viveriam. Bem como não pode ser relacionado diretamente com modelos sociais “utópicos”, construídos em abstrato por reformadores sociais ou com os milenarismos religiosos ou os messianismos políticos que pregariam um fim para todos os males num ponto determinado da história. Por outro lado, estabelecer

¹⁶ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In Enciclopédia Einaudi. Anthropos-homem. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985. p. 308-14.

¹⁷ BOIA, Lucien. Op cit. p. 34.

pontos de contato com idéias e movimentos revolucionários contemporâneos como os inspirados no marxismo também pode ser excessivo.

Em todos esses casos verifica-se uma recusa das condições materiais existentes, a denúncia de opressões e injustiças e, com exceção do marxismo, uma recusa frontal da história, quase uma fuga do tempo. De todo modo, atua um desejo de virar o mundo de cabeça para baixo, solucionar mágica ou revolucionariamente as mazelas e os temores.

Ao contrário dessas características, o projeto de vida que começava a ser literalmente vendido para as classes médias de Florianópolis, tratava muito mais de evolução do que de revolução. Era a crença de que o caminho a ser traçado seria o mesmo que outras nações já haviam encontrado, bastando adquirir os meios tecnológicos e planejar as intervenções e os investimentos estatais. Eram sonhos pragmáticos, com a pretensão da neutralidade técnica embora, como é notório, totalmente engajados num modelo político conservador. Se houvesse algum dado messiânico guiando as expectativas que eram comercializadas junto com os aparelhos de televisão e os dentifrícios, talvez esteja relacionado com a cultura de futuro que os Estados Unidos criaram e difundiram aos quatro cantos do planeta como nenhuma outra civilização na história. Talvez a maior obra norte-americana no século XX tenha sido roubar a utopia, pondo em seu lugar o futuro dos planos de previdência e das bolsas de valores.

As repercussões dessas imagens e discursos poderosos fizeram-se sentir no Brasil do pós-guerra com o nacional-desenvolvimentismo, que tornou-se uma prática concreta norteando-se justamente pela idéia de que o futuro da sociedade brasileira viria com intervenções da nova tecnologia sobre os hábitos cotidianos das pessoas, promovendo modificações culturais que tornariam o país próspero e desenvolvido. O “dualismo” que até então se verificaria no Brasil, separando o que seria um país atrasado de outro moderno e avançado, não seria fruto de questões raciais, como haviam determinado os pensadores sociais do início do século XX, mas culturais, podendo ser localizado no desenvolvimento histórico da estrutura social do país e alterado pelas transformações que a tecnologia propiciaria. Essas condições históricas próprias da sociedade brasileira contribuíam para atribuir ainda mais legitimidade e poder de persuasão aos discursos que mercantilizavam o futuro. Foi a partir

dessas noções que Florianópolis passou a ser pensada com vistas a alcançar estágios mais “avançados” de desenvolvimento e a cidade seria palco de inúmeros projetos que visavam tirá-la do atraso.

Com o golpe militar de 1964 o futuro caiu nas mãos dos que nunca pretenderam qualquer tipo de mudança. De todo modo, isso não invalida o estudo de uma questão que mobilizou a sociedade brasileira durante um período tão importante, tendo características especiais e particulares na pequena Florianópolis, mantida à sombra vigilante de uma ponte de metal. A posição de Capital foi mantida e o turismo foi legitimado como a única alternativa de desenvolvimento econômico. Mas o futuro continuaria em aberto.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo que nos dois primeiros a ênfase recai na investigação dos discursos e representações que interpretavam as condições existentes na cidade de Florianópolis no começo da década de 1950, através da imprensa e da literatura. Além disso, são identificados os grupos sociais e políticos que demonstravam interesse em controlar o futuro da cidade. As maneiras como os interlocutores debateram a configuração urbana e as difíceis soluções para aumentar o dinamismo da economia, já indicavam traços de um conjunto de idéias que norteariam as ações políticas com vistas às transformações urbanas. O terceiro capítulo é dedicado a uma análise de uma parte das obras de Franklin Cascaes, o que se apresenta como uma maneira de compreender a recepção de todo aquele horizonte de expectativas, bem como dos processos de urbanização. Nos dois últimos capítulos a atenção recai sobre as formas como as representações de uma cidade ideal, expressas no primeiro Plano Diretor, contrapuseram-se aos grupos que finalmente tomariam a dianteira na afirmação de seus projetos de manutenção do poder e reprodução de seu controle sobre Florianópolis. O futuro havia sido finalmente conquistado.

Planta de Florianópolis em 1954

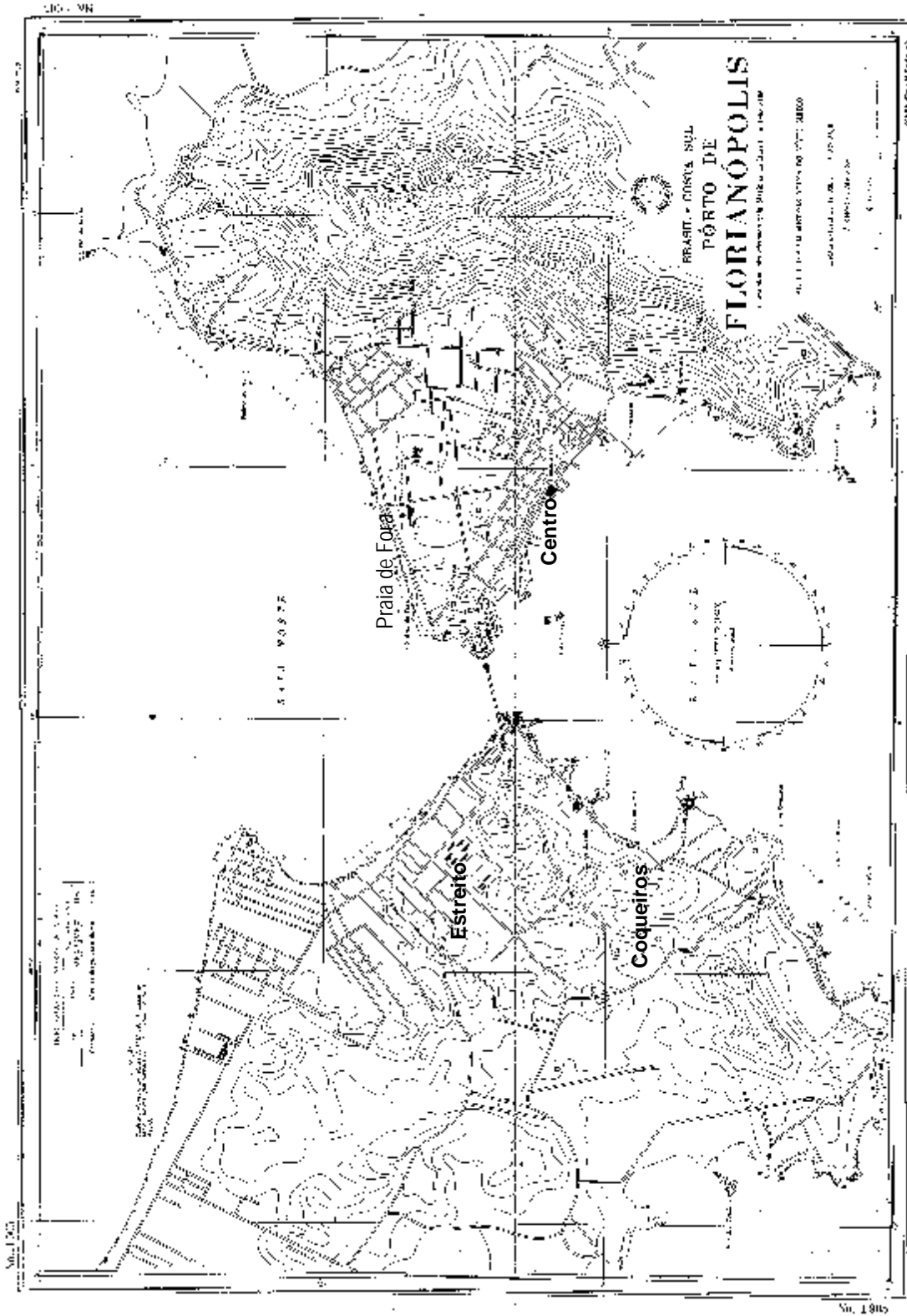


Figura 1

O futuro é possível?

1.1. O amanhã é uma interrogação: uma cultura de classe

Ao sintonizar a Rádio Diário da Manhã na segunda metade dos anos 50, os ouvintes de Florianópolis podiam entrar em contato com as crônicas diárias escritas por Osmar Silva e interpretadas por radialistas como Antunes Severo e Gustavo Neves Filho. Irrradiados em programas curtos denominados “Janelinha da Ilha” e “A página do dia”, os textos de Osmar Silva tratavam do cotidiano da cidade e apresentavam uma certa imagem da capital de Santa Catarina, com suas “ruas tranqüilas e mal iluminadas, que mergulham cedo no silêncio da noite”. Numa das crônicas, o autor narrava um passeio noturno no centro, onde já às nove da noite, próximo ao Teatro Álvaro de Carvalho, a rua “é tão quieta e silenciosa que o perpassar do vento no arvoredo ganha proporções assustadoras”. A praça Getúlio Vargas, “com suas árvores copadas, orgulha-se inutilmente, da maravilhosa fonte luminosa que lhe fica ao centro! Ninguém aparece para admirar-lhe os esguichos coloridos!”¹.

Num tom lacônico, o narrador falava de uma “tristeza mansa”, que lhe dizia que “Florianópolis está distante, muito distante do progresso que se alardeia por aí! É, quando muito, uma caricatura ... Uma pálida caricatura de cidade grande!”. Essa imagem da cidade certamente era aguçada pela enorme ânsia de progresso e desenvolvimento que atravessava o Brasil naquela metade de século. O progresso que se “alardeava por aí”, só com muita dificuldade e timidez chegava à cidade. Anos JK, 50 anos em 5, bossa nova, conquista da copa do mundo, indústria automobilística, tudo parecia um eco distante na pequena capital, vigiada pelo vulto gigantesco da ponte Hercílio Luz.

¹ SILVA, Osmar. Florianópolis em preto e branco. In _____. Coquetel de crônicas. Florianópolis: ed. do autor, 1962. p. 25.

Contudo, apesar dessa imagem de uma sociedade que seria incapaz de participar das possibilidades de uma vida dinâmica e cheia de novidades aventadas pela publicidade que chegava das grandes capitais brasileiras e do exterior, um olhar atento percebe que, de alguma maneira, seja direta ou mais imprecisa, as atitudes mentais de muitos produtores dos discursos que circulavam em Florianópolis estavam profundamente marcadas pela idéia de futuro. Vasculhando a produção de uma série de veículos de comunicação, como rádio, jornais e as revistas mais populares, observando os planos de governo, as estratégias políticas, percebe-se que pareciam abrir-se diante de todas as promessas de um porvir cheio de conquistas tecnológicas, a eletrificação completa do Estado, as indústrias, novos bens de consumo à disposição de todos: a “superioridade das lavadoras Brastemp”. A revista Litoral publicava em 1960 um conjunto de anúncios publicitários da ELFFA (Empresa de Luz e Força de Florianópolis), nos quais uma pequena lâmpada estilizada anunciava ser “a chave do conforto do lar, prosperidade no comércio e progresso na indústria”, por isso, “enquanto atendo às exigências crescentes de energia elétrica, preocupo-me com o futuro, preparando-me para atender a novos consumidores e suportar nova carga nos próximos anos”².

A imprensa existente na cidade certamente não constituía um aparato com uma dimensão tão importante quanto a já existente em outros centros bem maiores. Quase que totalmente vinculados aos interesses dos dois grandes partidos políticos que disputava a hegemonia em Santa Catarina, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), os jornais eram basicamente órgãos destinados a difundirem as opiniões e preceitos dessas correntes políticas. Com uma tiragem pequena e com no máximo oito páginas, os jornais comprimiam em seus espaços, desde anedotas pouco sutis sobre os debates partidários até anúncios publicitários de algumas grandes empresas que atuavam no mercado brasileiro. De todo modo, apesar de todas as deficiências possíveis, esses órgãos de imprensa começavam a constituir na cidade um incipiente mercado de mídia, capaz de começar a formar uma estrutura simbólica típica de sociedades de consumo. A publicidade muito provavelmente extravasava os limites das páginas diárias dos periódicos, atingindo um público bem mais amplo do que o de leitores diretos, até porque a cidade já contava nos anos 50 com duas rádios, sem mencionar a possibilidade de que os ouvintes pudessem sintonizar emissoras de outras cidades.

² LITORAL. Florianópolis, jan/1960, ano II, n° 4. p. 1.

Mas o futuro certamente não empolgava a todos. Muitos não conseguiam antever para aquela cidade ainda com uma fisionomia colonial, as possibilidades de mudanças que eram divulgadas na imprensa. Muitos literatos, artistas e intelectuais manifestavam as frustrações daqueles que, em tendo contato com as informações que chegavam do “mundo exterior”, decepcionavam-se com a carência de quase tudo em sua terra. Dentre os que entravam em choque com as relações provincianas da cidade, estavam aqueles ligados ao chamado Círculo de Arte Moderna ou Grupo Sul, que são considerados os introdutores do modernismo em Santa Catarina. Sua atuação incentivou o que parecia quase um despertar da cidade logo após a Segunda Guerra Mundial, época em que foi criado o Museu de Arte Moderna de Florianópolis, atual Museu de Arte de Santa Catarina em 1949 e, um ano antes, o lançamento da Revista Sul. Durante os dez anos de existência desta publicação liderada por Aníbal Nunes Pires e Salim Miguel, vários escritores, poetas, artistas plásticos e até futuros cineastas, conseguiram um veículo de expressão que, apesar dos seus limites óbvios, pôde realçar as contradições dos que sonhavam com a extrapolação das barreiras de Florianópolis. Sempre às voltas com dificuldades financeiras, os editores da revista entravam nos anos 50 fazendo um grave balanço: “nossas possibilidades são tão parcas, tão escassos os recursos, que qualquer idéia de melhoramento é sempre prematura. Lá vem, quando menos se espera, uma coisa adversa, e tudo derrui”³.

Não era apenas essa intelectualidade que estava manifestando esse discurso pouco entrosado com as crenças em um porvir grandioso para a cidade. Mesmo nos jornais comuns, do dia a dia, era muito freqüente encontrar a visão de uma cidade sem futuro, parada no tempo, escrava de um eterno presente que impediria qualquer transformação. As projeções simbólicas que os habitantes da cidade faziam para o tempo que estaria por vir não apresentariam, segundo estas visões, nada que pudesse ser digno de nota. O futuro não seria uma preocupação numa cidade em que simplesmente nada levava a acreditar que seria possível romper as limitações do tempo. Assim, num movimento pendular e sempre cambiante, encontravam-se muitas vezes ocupando páginas do mesmo jornal ou revista, opiniões opostas quanto às possibilidades futuras da cidade. O Círculo de Arte Moderna, o

³ SUL, Revista do Círculo de arte moderna. Florianópolis: Ano IV. Abr/1951. n° 13. p. 1.

mesmo da Revista Sul, foi responsável no começo da década de 1950 pela publicação da “Página Literária” do jornal O Estado, divulgando não raras vezes idéias até então incomuns para os leitores desse periódico, por vezes mordazes e pouco esperançosas.

Com a lenta agonia do movimento portuário que atingiu a cidade no início do século XX, a economia urbana passou a ser apoiada até praticamente a década de 1970 na função administrativa de Florianópolis como capital de Santa Catarina. A utilização cada vez maior do transporte rodoviário e o crescimento econômico das regiões mais industrializadas do Estado, no Norte e Vale do Itajaí, deixavam a cidade numa situação marginal, deslocada dos principais eixos econômicos. As precárias estradas até o interior e a ligação direta entre as cidades industriais e o porto de Itajaí, a cidade apresentava poucas alternativas para seus habitantes, o que se expressava em sua área urbana tímida, concentrada em torno da praça principal e um arruamento ainda colonial. Novas construções e criação de postos de trabalho surgiam somente através da intervenção direta do poder público, com a instalação de órgãos da administração estadual e federal. A característica insular de Florianópolis era acentuada pelo seu isolamento. Até o asfaltamento da rodovia BR 101, no início da década de 1970, a única ligação por terra com o restante do país era uma estrada sem pavimentação. O Transporte marítimo e o comércio exportador, que haviam sido importantes propulsores da economia de Florianópolis no século XIX, estavam desaparecendo. A pequena navegação costeira foi inviabilizada e as baías da Ilha de Santa Catarina deixaram de ser freqüentadas pelos barcos à vela que a ornamentavam⁴.

Mas, é preciso levar em conta que a pequena Florianópolis também não poderia deixar de envolver-se com todo o processo material e simbólico que atingia o Brasil do pós-guerra, com a redemocratização e a industrialização através do ingresso de capital externo. A publicidade, o rádio, o cinema, jornais e revistas e, ainda em menor proporção, a televisão, começavam a ser os instrumentos privilegiados para a veiculação de um novo modo de vida total. Começava a desenvolver-se uma “cultura de futuro”, uma série de hábitos e aspirações sociais em que vicejavam uma maneira de encarar a vida tomando-a em relação

⁴ FACCIO, Maria da Graça Agostinho. O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em Geografia), 1997. p. 14-27.

com o tempo linear, que empurraria para adiante a superação de dificuldades e o alcance de estágios de “evolução” superiores para a sociedade. Seja pela esperança no porvir ou justamente pelo seu oposto, o futuro instigava e, talvez, conduzia ou a um estado de euforia ou de uma ansiedade jamais satisfeita.

Essa cultura de futuro era, antes de mais nada, uma experiência social das várias frações que compunham uma certa classe média, segmento que ampliava-se em Florianópolis à medida em que crescia a importância de funcionários públicos mais graduados e profissões liberais no conjunto da população. O comportamento político e social das camadas médias de Florianópolis a respeito das opções e alternativas sociais para o futuro da cidade e, mesmo, do país, podem servir para compreender os mecanismos através dos quais certas representações urbanas prevaleceram, uma cidade foi construída e posições sociais foram fixadas e reproduzidas. Esse grupo social de definição imprecisa e ambigüidade de posições em relação aos conflitos de classe mais abrangentes, encontrava naqueles discursos que prometiam a construção do futuro calcado na tecnologia e no bem-estar facilitado, uma maneira de reconhecimento e distinção. O futuro, enquanto discurso e experiência, transformava-se num tipo de *habitus* de classe, ou seja, num conjunto de disposições e estratégias práticas e simbólicas, através das quais as condições sócio-econômicas e culturais das camadas médias exprimiam-se em determinados gostos, estilos de vida e estruturas de consumo. As diferenças sociais, no dizer de Pierre Bourdieu, podem estar inscritas e demarcadas num *ethos*, numa certa visão de mundo que acompanha escolhas e habilidades específicas para lidar com bens simbólicos que ajustam-se e incorporam-se a uma condição de classe e criam fronteiras simbólicas, separando grupos sociais⁵.

Quando uma revista publicava textos e artigos que anunciavam a chegada de mudanças cada vez mais aceleradas e que inevitavelmente atingiriam a vida de todos, isso encontrava ressonância na cidade. Lia-se em várias publicações que a passagem de noções estéticas clássicas para o “moderno” seria o simples movimento “da evolução da vida humana através dos tempos”. Palavras como evolução, progresso, desenvolvimento, jorravam com facilidade na imprensa da cidade, associando-se às noções de distinção social que apareciam

⁵ BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994. p. 82-121.

entre os leitores. Alguns já começavam a preocupar-se com “o futuro de uma sociedade de leitores de Histórias em Quadrinhos”, em que as imagens substituiriam o texto escrito. Os sucessivos governantes não cansavam de anunciar o entusiasmo com a idéia de planejamento estatal da economia, que acabaria com as “iniciativas desordenadas”. Um outro artigo abordava os inventos técnicos maravilhosos que estavam à disposição de todos e que já haviam sido imaginados há muito tempo por vários escritores de “novela científica”, comprovando a precisão da evolução humana, como os clássicos romances de Júlio Verne⁶.

Uma grande questão, contudo, parecia atormentar ou, ao menos, levantar dúvidas e discussões na Florianópolis nos anos 50 e 60 do século XX. Seria possível imaginar o futuro da cidade? Sendo possível, este futuro poderia representar esperanças de que os anseios dos diversos grupos que proferiam discursos mais ou menos ouvidos seriam alcançados? Como pensar em um futuro diferente para uma cidade em que tudo parecia ser sempre o mesmo? As respostas surgiam dos mais diversos pontos. A leitura diária de jornais e revistas, bem como programas e anúncios radiofônicos que não destoavam da imprensa escrita, servia certamente como base privilegiada para aqueles que pretendiam responder ou simplesmente participar da produção desse imaginário que parecia tão importante em Florianópolis. O futuro foi uma das construções culturais mais significativas daquele período na cidade. A partir de um certo momento, que aqui é localizado em princípios da década de 1950, a rotina diária não era a única preocupação dos produtores de discursos da cidade. A projeção de Florianópolis nos tempos que viriam e a ruptura ou simples superação de um tempo que parecia sufocar e paralisar a todos. Para tanto, era preciso realizar rapidamente o trabalho de legitimação social de idéias como progresso, mudança, dinamismo. Só assim o futuro seria possível.

Era preciso tornar factível, concreta, a possibilidade de que o futuro de Florianópolis fosse tão alvissareiro como aquele que era estampado nas notas internacionais e na publicidade dos jornais. Segundo estas representações, este futuro a ser implementado não teria nada de utópico, ou seja, de projeções num tempo e num espaço indeterminados de anseios sociais dispersos e pouco factíveis. Pelo menos este era o sentido atribuído à utopia. Os formuladores do futuro de Florianópolis pretendiam afastar-se disso que consideravam de

⁶ LITORAL. Florianópolis, jun/1960, ano II, n° 5. p. 14.

um modo quase pejorativo. Não pretendiam uma utopia, um cenário irrealizável, localizado sem qualquer precisão. O oposto da utopia, segundo estas considerações, seria o futuro a ser alcançado com cálculo e técnica. Esta parecia ser uma questão fundamental naquele momento na cidade. O tempo certamente não pararia. Os anos transcorreriam e logo a cidade estaria mais velha, mais antiga ainda do que já era. Mas, como fazer para que a passagem do tempo fosse também acompanhada pela chegada de um ideal de sociedade marcado por avanços tecnológicos e novidades de todo o tipo? Como resolver o que era identificado como “marasmo” e “atraso” de Florianópolis?

1.2. Investimentos no amanhã.

Na Revista Sul, em suas raras páginas com publicidade, verifica-se uma série de manifestações projetando transformações para a cidade. A empresa Transportes Aéreos Catarinense (TAC), subsidiária da Cruzeiro do Sul, começou a divulgar em 1955 pequenos textos publicitários em que afirmava estar iniciando em Santa Catarina novos e grandiosos planos para o desenvolvimento do turismo. Não seria apenas mais um plano “baseado no apoio governamental”, cujo “destino é sempre o fundo de uma gaveta”. Ao contrário, este seria “uma certeza, pouco falta para ser realidade”. Segundo os autores do anúncio, “pouca gente conhece os maravilhosos recantos naturais que nossa Ilha oferece: Canasvieiras, Lagoa, Ingleses, Campeche ...”. Tão logo fossem postos em prática as ações necessárias, o Brasil ficaria sabendo que “Canasvieiras é uma praia notável sob todos os aspectos; que, na Lagoa assiste-se a um nascer do sol maravilhoso; que, na mesma Lagoa, a pesca do camarão, à luz de archotes, é algo de fabuloso; que Florianópolis não é somente uma ponte com 800 metros de comprimento”. Citava inclusive manifestações populares da cidade, como o boi-de-mamão, a procissão de Nosso Senhor dos Passos e a pesca da tainha⁷. Ensaia-se a entrada em cena na cidade de uma nova possibilidade de investimentos de capitais.

A indústria turística, já crescente na Europa e nos Estados Unidos, não deixava

⁷ SUL, Revista do Circulo de arte moderna. Florianópolis. Ano VIII. Ago/1955. n° 25. p. 83-86.

de ser mencionada com freqüência nos meios de comunicação da cidade. O exemplo uruguaio, que obtinha resultados significativos nesse campo, era citado como demonstração de que Florianópolis, com sua exuberância natural, poderia ter um futuro promissor. A velha cantilena de cidade dos “barnabés”, ou seja, de funcionários públicos mal pagos e sem maiores perspectivas, poderia ser finalmente desmentida, se a cidade aproveitasse as novas oportunidade. Não tardaram as tradicionais elites da cidade a aproveitarem-se do mais recente discurso em voga, para iniciar investimentos em algumas praias da cidade. Planos para o norte da ilha, principalmente para as praias de Jurerê e Canasvieiras, surgiam na imprensa, que anunciava com entusiasmo: “já se faz turismo em Santa Catarina”. E Florianópolis era o grande centro receptor de um “enorme afluxo de veranistas vindos do interior e estados vizinhos”, enchendo as ruas com carros de luxo, lotando os hotéis e aparecendo para todos nos “footings” pelo centro. Mas, nem tudo poderia ser perfeito. Os problemas da cidade não eram simplesmente esquecidos por causa disso. Pelo contrário, apenas eram acentuados ainda mais, por se saber que o futuro necessitaria de ações que melhorassem rapidamente as condições das vias de acesso às praias preferidas pelos visitantes, estas pessoas tão especiais e tão aguardadas que viriam possibilitar melhorias para Florianópolis⁸.

Anunciava-se como “fabuloso o futuro turístico de Florianópolis”, sempre ressaltando que isto seria possível graças às “belezas naturais”, com “suas praias e suas maravilhosas vistas panorâmicas”, de modo a atrair “turistas de todo o mundo”, tais como já faziam países como a Espanha, a Suíça, a Itália, Cuba, Argentina e Uruguai, dentre outros. De certa forma, começa a surgir no horizonte da cidade a recente indústria do entretenimento, propiciada pelo transformação do tempo não trabalhado em tempo de lazer, podendo ser portanto explorado economicamente pelos que soubessem oferecer atrativos para um público cada vez mais amplo.

Apesar da preferência por “milionários”, expressa em diversos momentos, esse recente campo de investimentos aproveitava-se da ampliação das classes médias consumidoras de novos artigos que tornavam-se mais baratos à medida em que eram produzidos em escala e que procuravam aproximar-se do estilo de vida das classes

⁸A Gazeta. Florianópolis, 05/02/1950, 3.642, XVI, p. 1.

dominantes, adquirindo hábitos como as viagens nacionais e internacionais nas férias. Portanto, esta nova sociedade de consumidores de serviços que despontava no horizonte capitalista do pós-guerra, aparecia como uma das grandes possibilidades para que Florianópolis, “num futuro nada distante”, fosse procurada pelos que quisessem desenvolver estações de veraneio e recreio. Para tanto, bastaria que houvesse atenção das autoridades, pois este “futuro turístico” estaria “nas mãos do governo”, de modo a que fosse formado um dos “recantos mundiais preferidos pelos visitantes de todo o mundo”. Ao mesmo tempo em que propala-se a expansão de um setor terciário da economia que estava recém aparecendo, intensificava-se a necessidade de intervenção estatal no setor produtivo, dentro de uma visão marcante no período de que ao Estado deveria caber a planificação e ações que visassem balisar o desenvolvimento. O futuro deixava de ser um produto do imaginário de literatos e utopistas e tornava-se uma possibilidade concreta e pragmática⁹.

Esse pragmatismo levava ao planejamento de condições apropriadas para a recepção de turistas, antes mesmo que a cidade ofertasse para seus próprios habitantes algumas condições básicas da estrutura urbana moderna. Com facilidade o termo “indústria turística” começava a circular por diversos meios, já antecipando a atração de turistas do Rio da Prata, basicamente os argentinos que anos depois lotariam a cidade em cada verão.

Para tanto, a propaganda e a divulgação das belezas da Ilha de Santa Catarina e de suas condições mais agradáveis deveria ser uma das ações mais urgentes. Entrava em cena todo o coquetel de instrumentos e práticas que a indústria do entretenimento começava a criar, pondo em articulação uma vasta gama de empreendimentos paralelos que relacionavam-se para a consecução desse novo negócio. Meios de comunicação, rede hoteleira, agências de publicidade, comércio de “souvenirs” e artigos artesanais, bem como também, o próprio carnaval de rua da cidade, que passava a ser visto como um atrativo a mais a ser oferecido aos visitantes. Tudo isso agora transformado em valores de troca e produzidos quase em série, comercializando toda a área municipal como recanto para o lazer e descanso e transformando valores e práticas dos habitantes em moeda de troca turística. Obviamente, o complemento disso tudo deveria ser uma reurbanização completa de Florianópolis, requerida pela nova

⁹A Gazeta. Florianópolis, 05/10/1952, 4.228, XIX, p. 1.

indústria que, mesmo “sem chaminés”, já começaria a intervir no ambiente em que estivesse instalando-se.

Em 1952 o Jornal A Gazeta publicava uma série de artigos de Henrique Berenhausen, um dos investidores em grandes áreas da cidade, intitulados “como fazer de Florianópolis um centro de turismo”, e que servem com um indício do que uma parcela da cidade já começava a determinar como o futuro a ser trilhado. A necessidade de ampliar a rede urbana de serviços e a construção de rodovias modernas em direção às praias, aparecia como uma necessidade urgente para dotar Florianópolis de condições turísticas. A forma de apropriação e uso do solo pela população, considerada desordenada porque os terrenos de marinha estariam sendo ocupados sem controle, deveria ser evitada a qualquer custo, pois do contrário, afirmava, “difícilmente poderemos contar com uma avenida beira-mar”. Ou seja, a feição urbana desejável para a cidade já era prevista, o futuro de Florianópolis já deveria ser pensado, para evitar que os “descendentes” não pudessem culpar as atitudes tomadas naquela época como “imprevidentes”, as quais deixavam de “garantir o uso para toda a população das praias”. A imprevisão, a incapacidade de formar quadros e cenários futuros em função das necessidades do presente, era combatida de forma veemente. Pensar o futuro poderia ter evitado que não houvesse mais espaço “para a construção da avenida beira-mar, a começar no Estreito e continuar pela Ponta do Leal, Balneário, etc.”. E mais, o futuro dos grandes loteamentos e da cidade que se pretendia turística, deveria ser planejado de modo a prever locais para a construção não só de hotéis, como também para pistas de pouso “para pequenos aviões, que futuramente serão os veículos preferidos dos turistas dos tempo vindouros”¹⁰. O futuro, não custa frisar, tornava-se uma questão econômica de primeira ordem. Construía-se uma forma de pensar o vir-a-ser marcada pela necessidade de eficiência, produtividade e, fundamentalmente, capitalismo. Os poetas e literatos até poderiam continuar a sonhar, mas os investidores estavam mesmo dispostos ao lucro garantido.

Mais do que isso. Se a lógica econômica tinha na criação de cenários futuros uma nova fonte de investimentos, obviamente isso não passava ao largo da política. As relações de poder deveriam também estar representadas em função das transformações que a

¹⁰ A Gazeta. Florianópolis, 10/12/1952, 4.278, XIX, p. 1.

passagem do tempo poderia apresentar. Já em inícios de 1950, uma nota significativa foi publicada no jornal O Estado. Assinada por um certo Parísio Cidade, procurava mostrar Florianópolis como “o enlevo dos turistas”. Claramente o autor procurava afirmar seu discurso em relação a todas as dúvidas e manifestações recorrentes que no mínimo questionavam as possibilidades de futuro para a cidade. Num determinado momento do artigo, esse aspecto aparece com muita ênfase, quando procura desqualificar aqueles que não conhecendo “a história e a beleza” de Florianópolis, ainda manifestavam “uma crítica sem sal”, pois ainda tinham a imagem de uma cidade “mal iluminada à noite”. Isto seria apenas uma “fase transitória”, pois a cidade já começava a libertar-se das “agruras de vetustos contratos anti-patrióticos”. Refere-se aqui ao fornecimento de energia elétrica para a cidade por uma concessionária privada, a qual não conseguia investir o necessário para a melhoria do sistema elétrico.

O tom do artigo é o de que, passado esse momento, um futuro próximo revelaria a chegada do “dia das realizações fecundas”. Lançando para o futuro mais ou menos próximo a possibilidade de mudanças no quadro de carências da cidade, era possível a construção de um discurso que, ao mesmo tempo revelava o quanto o simbolismo da idéia de futuro era importante, mas também mostrava as relações políticas que estavam em jogo. O artigo surge no final do governo de Aderbal Ramos da Silva, do PSD, quando o agrupamento de poder representado por este partido estava sob a ameaça concreta de ser desalojado do poder após várias décadas. O texto aparece como uma forma de mostrar que o aspecto de crise e decadência que a cidade apresentava não poderia ser imputado aos que deixavam o governo, pois estes teriam sido impedidos de agir pelos referidos contratos de concessão.

Por outro lado, ressaltava que o futuro já havia sido traçado, prometendo grandes realizações, pois a cidade teria seu destino vinculado às suas belezas e às suas tradições. Florianópolis teria um futuro garantido, pois tinha atrações como a ponte Hercílio Luz, as “praias piscosas e lindas”, a “vegetação verde e florida”, a “fartura das suas lavouras”, a “operosidade do seu povo”, a “grandeza do valor político dos seus homens”, a “beleza das suas gentis mulheres”, a “fogosidade dos seus minuanos agressivos e tempestuosos”. Para que tudo isso se transformasse em uma realidade que traria maiores condições econômicas para a

cidade, bastaria dotá-la de “majestosos hotéis, grandiosos parques, iluminadas avenidas e confortáveis balneários”. Enfim, a imagem de uma grande cidade, com todos os aparatos característicos da vida urbana criados pela modernidade industrial. Juntava-se a um só tempo o desejo de que o município pudesse conquistar um aspecto metropolitano, típico da era industrial, mas com a impulsão de um setor de serviços que começava a constituir-se nos países centrais¹¹.

Ao contrário do que poderia parecer, o futuro era algo possível para a cidade. Era mencionada a inauguração de etapas da rede de transmissão que traria a energia elétrica da usina de Capivary para Florianópolis, como demonstração de que as mudanças não tardariam. A melhoria na distribuição de energia elétrica na cidade, a um preço relativamente barato, permitiu que “fossem atraídos para Florianópolis todo um novo comércio de artigos eletrodomésticos” e abrindo novas oportunidades de emprego¹². A tecnologia dos liquidificadores e batedeiras começava a chamar a atenção das famílias mais ricas e, mesmo das camadas médias. Tanto esses novos traços culturais, como a própria crença no futuro que estava associada a todas essas expectativas, não passavam ao largo das questões partidárias e transformavam-se em peça de proselitismo político e disputas eleitorais.

O PSD, deixando o poder, bradava através do seu jornal contra “os ingratos”, aos quais, segundo seus partidários, foi garantido o abastecimento de leite e água e “agora vai a luz para silenciar as línguas ferinas que tanto criticavam; e calar até os cantadores de rádio”. Num tom que misturava ironia e rancor, mas que serve para dar pistas sobre as representações construídas sobre o futuro de Florianópolis, um partidário do PSD perguntava: “agora o que eles querem mais? Linha de bonde? Virá! Esperem que durante 40 anos que eles administraram, nada fizeram”. E continua: “desde 30 vimos recebendo tantos benefícios notando-se os da administração do eminente Dr. Nereu Ramos e estes ingratos não reconheciam”¹³. O futuro, portanto, não era algo a ser deixado para depois. Estava sendo debatido e construído ao longo dos conflitos, anseios, projeções e disputas que aquela sociedade específica vivenciava.

¹¹ O Estado. Florianópolis, 12/01/1950. 10.668, XXXVI, p. 3.

¹² PEREIRA, Nereu do Vale. Desenvolvimento e modernização (um estudo de modernização em Florianópolis). Florianópolis: Lunardelli, s/d. p. 121.

¹³ O Estado. Florianópolis, 10/01/1950. 10.666, XXXVI, p. 3.

Estes debates suscitados pela iminente transferência de poder de um grupo para outro em 1950, são preciosos justamente porque estabelecem uma relação direta entre passado e futuro, ou seja, os intérpretes daquela situação procuravam apresentar o futuro do Estado e, particularmente, de Florianópolis, totalmente atrelado aos círculos de poder então existentes. Nos anos 50, os que haviam sido afastados em 1930 retornavam ao governo e então iniciava-se uma disputa simbólica não só pela posse da memória social mas como pelo poder de impor a visão legítima sobre o futuro e os rumos a serem tomados pela sociedade. Remanescentes ainda da República Velha, duas linhas oligárquicas tiveram seu período de disputas políticas mais acirradas no Estado durante essas décadas. Os Ramos e os Konder-Bornhausen, respectivamente abrigados nas legendas do PSD e da UDN, disputavam voto a voto a preferência eleitoral dos catarinenses e formavam um bloco de poder que dominava o Estado. Os primeiros eram remanescentes dos que estavam no poder durante o Estado Novo, liderados pelo então interventor federal Nereu Ramos. Já os udenistas eram majoritariamente estabelecidos em torno do grupo que foi destronado do poder com a Revolução de 1930, representados em torno da figura de Adolfo Konder, ao qual vinculavam-se por laços familiares os Bornhausen. O sistema eleitoral e partidário estabelecido pela constituição de 1946 tinha em Santa Catarina um caso de bi-partidarismo quase absoluto. Praticamente não havia alternativa viável de poder fora dos dois grandes grupos conservadores que dominavam o Estado.

Após um período em que o domínio do PSD parecia total, a UDN toma o poder no Estado, governando Santa Catarina durante toda a década de 1950, o que foi iniciado com a vitória eleitoral de Irineu Bornhausen. Mas, dez anos depois, os pessedistas retomariam o poder, com a eleição de Celso Ramos. Portanto, no período compreendido por este trabalho, tem-se claramente um pêndulo bastante preciso que divide o poder estadual entre os dois grupos. As diferenças de ordem ideológica eram muito menos importantes do que as disputas pelo controle da capacidade de investimento e empregabilidade do Estado em áreas e setores escimento imobiliário e a expansão em grande escala dos investimentos capitalistas a partir dos anos 50, não têm ainda despertado o mesmo intereslismo, mantendo dessa forma uma reserva de poder sobre uma grande massa de eleitores, repartindo inclusive suas influências

influências sobre regiões específicas do território estadual.

Enquanto a UDN tinha maiores vínculos com as áreas de colonização alemã do Vale do Itajaí e de Joinville, em Florianópolis sempre predominou o PSD. Na capital, a figura política de Aderbal Ramos da Silva, parecia incontestada durante todo aquele período. Foi construída na cidade uma rede de distribuição de recursos, favores e caridade, cujo centro era ocupado pelo chefe político, o qual dispunha de uma autoridade que aparecia com uma aura de bonomia e seu domínio procurava amparar-se no poder das tradições religiosas e na permanência de hábitos ancestrais de dependência entre população e governo.

Junto aos grupos populares esse mecanismo atuou com certa eficiência, pois dadas as difíceis condições de vida que eram submetidos, a rede de amparo social e a possibilidade de obter favores do poder público surgia como uma alternativa de sobrevivência. Essa relativa fidelidade das classes populares de Florianópolis aos grupos dominantes, evitava que se transformassem em “classes perigosas” ou capazes de gerar instabilidade aos ocupantes do poder. Aderbal Ramos da Silva, sobrinho do Nereu Ramos — que foi Interventor do Estado Novo em Santa Catarina — e casado com a herdeira do então maior grupo empresarial da cidade, o Hoepcke (que operava desde a produção de tecidos até o transporte marítimo), dono de veículos de mídia tão importantes na cidade como a rádio Guarujá¹⁴ ou o jornal “O Estado”, era o principal beneficiário e condutor de um mecanismo de dominação e controle social que constituía-se através de práticas caritativas, redes de interesses entre políticos e empresários e utilização intensa de recursos dos fundos públicos, reproduzindo e mantendo relações de poder que eram uma grande máquina eleitoral.

Tratava-se de um fenômeno próprio da política populista, baseado na adesão de parcelas importantes da sociedade a líderes dotados de certos atributos que foram eficazes na relação com os trabalhadores pobres urbanos no Brasil de meados do século XX¹⁵. Reduzir essa prática política à manipulação é, sem dúvida, uma simplificação e, além disso, apresentar as camadas populares como incapazes de agirem com autonomia. Era uma forma de exercício do poder que tinha que conviver com a ambigüidade de dar respostas a um conjunto de

¹⁴ Sobre o rádio em Florianópolis no período, ver: MACHADO, Aldonei. A cidade no dial: Florianópolis nas ondas médias e curtas do rádio (décadas de 40 e 50). Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1999. 145 p.

¹⁵ WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 61-78.

demandas sociais que surgiam com a emergência de novos grupos sociais no cenário urbano brasileiro. Aderbal Ramos da Silva e todos os que o cercavam a faziam parte de sua estrutura de apoios, necessitavam manter um discurso ambíguo que se por um lado era claramente voltado para a reprodução do poder, garantindo que tanto as elites dominantes quanto as classes médias não tivessem seus interesses questionados, por outro não podia evitar de relacionar-se com os pobres urbanos que povoavam morros, ruelas e o interior de Florianópolis.

O próprio poder dos agentes políticos partidários que agiram na cidade decorria de sua capacidade de lidar com a presença popular na cena pública, construindo imagens paternais e caridosas que esvaziassem o conflito social e tutelassem as reivindicações dos pobres. Essas habilidades personalizavam o exercício do governo, identificado como a atuação arbitral do chefe que tudo fazia para diminuir o sofrimento dos humildes. Mas toda essa operação se dá no âmbito de desfazer o potencial conflito existente, fazendo com que as pressões legítimas e autônomas das camadas populares, suas aspirações e lutas, encontrassem respostas que não pusessem em questão a ordem. Tanto o populismo quanto o assistencialismo praticado em Florianópolis não significaram uma completa fidelidade e passividade dos segmentos mais pobres aos chefes políticos. Ao longo das décadas de 1950 e 1960 é possível perceber que outras formas de organização social estavam sendo criadas e diversos setores políticos disputavam a capacidade de propor alternativas e esperanças para a melhoria das condições de vida da população pobre da cidade. Daí a necessária superação da idéia de uma “vocação dos pobres urbanos para as rela es clientelísticas e de dependência social” e da “dificuldade de reconhecer racionalidade, visão adequada da sociedade e da política e até mesmo cultura de classe a esta popula o altamente heterog nea”, conforme Alba Zaluar¹⁶.

A rede assistencial que beneficiou o PSD e, principalmente, Aderbal Ramos da Silva, envolvia a colabora o entre Estado e Igreja, algo que fora estabelecido ainda durante a vigência do Estado Novo, por Nereu Ramos. A aproxima o entre o Interventor e o Arcebispo Metropolitano, Joaquim Domingues de Oliveira, marcava a sacraliza o do poder temporal

¹⁶ ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organiza es populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 33-51.

em Santa Catarina, o que nada mais era do que a reprodução de uma das características marcantes da ditadura getulista, identificada por Alcir Lenharo¹⁷. A aliança de interesses firmada então, persistiu durante as décadas seguintes, sendo utilizada como importante máquina eleitoral e veículo de controle social. Os grupos dirigentes de Florianópolis esforçaram-se por manter relações sólidas com a Cúria Metropolitana, reproduzindo práticas assistencialistas, nas quais estavam envolvidos os setores mais tradicionais da elite florianopolitana, as esposas dos políticos e empresários, as autoridades eclesiásticas e figuras com reconhecimento público notório.

Assim, um sistema de instituições, como asilos, abrigos, organizações religiosas e eventos caritativos, mantinha-se aceso ao longo do ano, voltado para o atendimento de necessidades imediatas dos grupos populares, com a distribuição de roupas, mantimentos e remédios, além de pregações moralizadoras. Construiu-se a imagem de uma cidade irmanada em torno da autoridade religiosa e fiel às hierarquias políticas, anualmente convidada a celebrar sua harmonia nas procissões religiosas que marcavam o encontro e a pacificação das diferentes classes sociais. Uma cidade vista como uma grande procissão, rezando (e votando) em unidade. Um cerimonial que fazia parte da cultura urbana e política de Florianópolis e que, em certo sentido, pode ser analisado a partir das referências utilizadas por Mary Ryan em seu estudo das paradas norte-americanas no século XIX, ou seja, como uma demonstração de identidade cultural e apresentando o retrato que a cidade apresentava de si própria ou, ao menos, o padrão ideal de ordem e vida social pretendido.

Nos Estados Unidos aquele ritual servia para incorporar diferentes grupos sociais que recorriam aos desfiles públicos para “afirmarem seus direitos civis”, conferindo “ordem a um universo urbano onde proliferavam a diversidade e as transformações”, reconstruindo a sociedade “como uma ordenação inclusiva e hierárquica”, que demonstrava as diferenças étnicas, de classe e de gênero¹⁸. Em Florianópolis, as diversas procissões religiosas, como as ocorridas durante a Quaresma, a Semana Santa ou no feriado de Corpus Christi, não apresentam a organização de uma parada propriamente dita. A população que

¹⁷ LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas: Papirus, 1986. p. 166.

¹⁸ RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In HUNT, Lynn. A nova História cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 177-209.

anualmente ocorre ao centro de Florianópolis, entre o largo da Catedral e a praça XV de Novembro, pode seguir e aglomerar-se em torno do cortejo das altas figuras do clero local e de representantes do Estado, através do antigo traçado urbano, sem uma definição precisa de espaços a serem ocupados.

O centro urbano de Florianópolis mantém uma estrutura colonial portuguesa, com predomínio do Estado, através de edifícios públicos em torno da praça central, além da Igreja Católica em posição de destaque. Esse cenário já dá conta de uma imagem ideal da sociedade promovida por esses eventos, isto é, a substituição das identidades e experiências de classe pela idéia de homogeneidade e de respeito aos ocupantes dos cargos hierárquicos mais altos, tanto na estrutura religiosa quanto estatal. A procissão do Senhor Morto, na sexta-feira da Paixão à noite, apresenta-se ainda como um funeral grandioso, ritmada pelo som da marcha fúnebre e iluminada pelos edifícios públicos e por milhares de velas¹⁹. Uma dramatização em que toda a cidade parece pertencer a um único corpo sacralizado. As imagens sacras, pelo menos nos momentos mais importantes de cada evento, são conduzidas por figuras públicas de destaque. Aparece então uma sociedade sem divisões, um corpo harmonicamente guiado por líderes reconhecidos. Uma representação da estrutura de poder que conduz os destinos da cidade.

Na pequena capital das décadas de 1950 e 1960, com algumas dezenas de milhares de pessoas, eram estes os espetáculos públicos mais envolventes e importantes, os quais ocorriam em escala reduzida em cada uma das comunidades espalhadas pelo interior do município e das cidades vizinhas. Constituíam-se em importante instrumento de controle político e mesmo disciplinar, configurando uma cultura urbana e reafirmando esquemas de reconhecimento da ordem social. Essas práticas e representações são importantes para entender os cenários de futuro que estavam disponíveis para a sociedade, sob a perspectiva daqueles que dominavam Florianópolis. Mas a própria existência de tais mecanismos pressupõe que haviam outros caminhos possíveis.

Esses eram momentos privilegiados de representação do exercício do poder pelos grupos dirigentes da cidade. Dominando a mídia, exercendo influência sobre clubes sociais e esportivos e disputando quem concedia mais favores e empregos públicos para

¹⁹ VAZ, Nelson Popini. O centro histórico de Florianópolis: espaço público do ritual. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991. p. 92-97.

colaboradores, os dois partidos hegemônicos representavam um predomínio conservador e um bloco de poder que identificava politicamente o Estado de Santa Catarina com as regiões rurais do Nordeste brasileiro. Enquanto em outros Estados, como o Rio Grande do Sul, um partido como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) conseguia ser uma efetiva alternativa, em Santa Catarina este não passava de um aliado a ser disputado pelos grupos majoritários. Como registra Yan de Souza Carreirão, um “perfil conservador acentuado” marcava as eleições em Santa Catarina, ainda mais “se comparado ao nível do país como um todo e mais ainda se comparado com o eleitorado do sul do país”. Esses partidos conservadores obtiveram no Estado, “votações bem superiores à sua média nacional”. Naquelas décadas, não houve o menor esboço “de ruptura da dominação oligárquica no plano político estadual”²⁰.

Essa situação política de um círculo de poder conservador que não era ameaçado em suas posições, aparecia ainda mais claramente em Florianópolis. Como Capital, a cidade vivia a concentração de líderes partidários e todo um conjunto de práticas políticas conservadoras e clientelistas eram ainda mais freqüentes, até porque, pelo menos até a segunda metade da década de 1950, os prefeitos da cidade eram nomeados pelo governador do Estado. Portanto, quando era mencionado o futuro da cidade, este referia-se também ao futuro desses agrupamentos de poder.

O futuro adquiria então um simbolismo que não restringia-se aos processos de intervenções e mudanças culturais, mas aparecia com um conteúdo político importante. Estava em jogo a continuidade de um domínio social e político muito arraigado. O futuro era mais do que um vago ideal, assumindo uma característica por demais importante para ser desconsiderado, pois a lenta diversificação social e a criação ainda incipiente de um mercado consumidor de novidades tecnológicas, criava novas demandas sociais que deveriam ser respondidas pelas elites no poder.

Tratava-se de um bloco de poder que dirigia e dominava a cidade e que a manteve sob controle até os dias atuais. Independente de estar conjunturalmente na oposição ou na situação, os dois grandes partidos formavam o *establishment* ao qual o futuro de Florianópolis deveria estar aferrado. O conceito de bloco de poder aqui empregado é parte das

²⁰ CARREIRÃO, Yan de Souza. Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979). Florianópolis: UFSC, 1990. p. 72-74.

reflexões de Ernesto Laclau em torno da dimensão política das estruturas e conflitos de classe²¹. As relações entre as classes e grupos sociais são perpassadas e constituídas por formas políticas. A construção da hegemonia dos grupos políticos dominantes de Florianópolis pode ser entendida como uma neutralização dos antagonismos sociais em favor de uma rede articulada de discursos que apresentaram as diferentes visões de mundo presentes no espaço urbano como proposições do bloco de poder para “os de baixo”, para os “pequenos”, os pobres e necessitados de caridade e amparo social.

A cidade não mais aparece como uma sociedade de classes, mas como uma relação direta entre os grupos populares e o bloco de poder, que constituiu em Florianópolis uma extensa rede de amparo social, que exerceu domínio eleitoral, social e econômico, mantendo os pobres como instrumentos para a reprodução de classe. O futuro, de certa forma, estratificava a cidade tanto espacialmente, definindo onde estariam localizados as áreas destinadas para cada grupo social, quanto hierarquicamente, estabelecendo a cristalização daquela estrutura de dominação ao longo do tempo. Em Florianópolis sabe-se que um bloco manteve-se no poder, pelo menos, ao longo do século XX e naqueles anos de 1950 e 1960 pôde criar meios para que a longo prazo não fosse questionado.

Ora, quem se depara com os jornais do período deve tomar cuidado para não tomar conclusões um tanto apressadas. À primeira vista, o mais fácil seria abordar a auto-imagem construída em torno da cidade, como algo parecido com uma neurose coletiva em que ocorria um movimento que ia do pessimismo mais ácido e extremo às crenças mais mirabolantes em torno do que reservaria o futuro. Obviamente isso não ocorria de uma forma gratuita e simplesmente por uma decisão ou vontade dos interlocutores e produtores de discursos. Havia um contexto de disputas políticas que levava a uma luta de representações, a qual obedecia à própria sazonalidade dos ocupantes do poder ou mesmo aos interesses econômicos das classes dominantes e das emergentes.

A análise, portanto, deve levar em conta uma infinidade de possibilidades ao deparar-se com artigos e opiniões de jornalistas que, de um momento para o outro, lançavam-se em defesa das “iniciativas particulares” que estariam “modificando completamente a

²¹ LACLAU, Ernesto. Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 106-117.

fisionomia da cidade”. Evidentemente havia aí uma grande dose de exagero, ao considerar-se outras afirmativas que mostravam uma situação bem diferente. Além disso, é necessário um cuidado metodológico ao utilizar o discurso jornalístico como documentação histórica, sendo necessário “considerá-lo do ponto de vista do imaginário de uma época, pois o jornal se comporta como uma prática social produtora de sentidos, como também veicula, direta ou indiretamente, as várias vozes constitutivas — ou não — daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico integra uma sociedade, sua história, legitimando um passado e criando uma memória a ser analisada no futuro”²².

Os defensores das correntes políticas em luta tratavam de defender com assiduidade suas posições, a fim de continuar garantindo privilégios e ganhos. O futuro não poderia representar a quebra de estruturas solidamente instaladas na cidade. Em 1953 o PSD defendia-se de acusações da UDN segundo as quais Aderbal Ramos da Silva teria utilizado dinheiro público para fazer promoção pessoal na revista *O Cruzeiro*, de grande circulação nacional. O jornal “*O Estado*” saiu em defesa de seu proprietário, afirmando que a propaganda era “um imperativo que vinha desagrar Florianópolis de obstinada campanha desmoralizadora feita exuberantemente pela imprensa e pelo rádio”. Tal suposta campanha havia tornado a cidade um tema para comediantes como Jararaca e Ratinho. Nessa suposta campanha afirmava-se que “em Florianópolis, há anos, ninguém toma banho, porque não há água! Florianópolis, dentro em pouco estará deserta: ninguém vai para lá e a população diminui com a mortalidade infantil, pois ali não conhecem leite! Na Capital catarinense, embora a mão de obra seja convidativa, não se instalarão indústrias, por falta de luz e energia!”. Portanto, segundo a defesa do PSD, tratava-se de defender a cidade dessas acusações, para contrariar aqueles que continuavam a julgar “a capital barriga-verde uma terra de gente imunda, esfomeada e sem futuro, que aqui tínhamos, com a maior fartura, água, luz e leite”²³. O futuro e as conquistas que poderiam surgir para a cidade deveriam, portanto, continuar atreladas aos antigos “benfeitores”, aqueles que se diziam portadores da capacidade de dotá-la de condições de desenvolvimento, sem romper com as relações de poder.

²² MARIANI, Bethânia Sampaio Correa. Os Primórdios da Imprensa no Brasil — ou de como o discurso jornalístico constrói memória. In: ORLANDI, Eni. P. (org.) *O Discurso Fundador: a construção do país e a formação da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993. p. 33.

²³ *O Estado*. Florianópolis, 12/09/1953, n.º. 11.704, ano XL, p. 1.

Claramente as mudanças propostas deveriam estar sob o controle dos grupos dirigentes da cidade. Nenhuma modificação substancial poderia ocorrer de modo a criar constrangimentos às habituais formas de exercício de poder em Florianópolis, que passavam pelo mandonismo mais exacerbado e o clientelismo. Uma modernização conservadora, nos moldes da que já estava sendo efetuada em nível nacional, com a industrialização e a introdução de inovações na agricultura, começou a ser posta em prática, dentro das condições e proporções da cidade. A exposição das mazelas e deficiências, não poderia chegar ao ponto de questionar as estruturas de poder que, de certo modo, beneficiavam-se daquilo que passou então a aparecer como carências impostas à sociedade. As transformações tinham limites óbvios e deveriam ser direcionadas ao fortalecimento político e econômico dos mesmos setores que detinham o controle do município.

As práticas políticas e o cotidiano da cidade contradiziam estes anseios de mudanças urbanas. No centro os habitantes continuavam seu lento desfile diário pelas poucas lojas existentes, enquanto os interessados em política, em sua grande maioria homens, permaneciam frente aos cafés que reuniam os partidários seja da UDN, seja do PSD, como também na Confeitaria Chiquinho, ponto de encontro para a sociabilidade da classe média e para os pedintes que enchiam as suas portas. Fundada em 1904 por Francisco Künzer (o Chiquinho), sua tradicional empadinha era muito apreciada e diante de suas portas gravitavam as mais diversas figuras da cidade. Em seu cinquentenário um jornal²⁴ a comparava com a carioca Colombo: “o reduto onde se reúnem velhos e moços para comentar as últimas novidades do dia”.

Mas, o momento era dos que já estavam vendo nas transformações que poderiam imprimir em alguns aspectos de Florianópolis, ganhos futuros. O Jornal A Gazeta, que apoiava os governos da UDN no poder nos anos 50, apesar de apresentar-se como um “jornal sem ligações partidárias”, não fazia por menos e procurava apresentar aos leitores a idéia de que a “velha ilha”, havia se transformado numa “cidade limpa, servida da melhor luz de todo o Estado, com água em abundância e uma rede de esgoto perfeita, além de outras vantagens e adaptações indispensáveis à vida de uma capital”. Uma cidade nova, com jeito de metrópole, era a aspiração. E isso estaria próximo de ser concretizado com a verticalização do

²⁴ A Gazeta. Florianópolis, 10/01/1954, n.º. 4.589, ano XX, p.8.

centro, que estava sendo tomado por edifícios mais altos do que os antigos sobrados, demonstrando o “espírito empreendedor” daqueles que acreditavam no futuro e lançavam as bases de obras como cinemas, edifícios como o dos comerciários e da Sul América, outros ainda dotados de elevadores, dando “maior realce ao modernismo de nossa urbs”, a qual já ganhava novos contornos com os luminosos e um trânsito que se não era frenético, aos menos não deixava de produzir muito barulho e transtorno nas ruelas apertadas do centro²⁵.

Começaria a ser traçado “o futuro da capital como atração turística”, com projetos que prometiam restaurantes e hotéis “ultra-modernos”, como um certo Hotel Dunas, a ser construído na Lagoa da Conceição, melhorando “o padrão de vida das nossas populações ilhoas”, por causa das novas exigências dos consumidores, o que levaria à “modernização de processos técnicos”, substituindo “os métodos obsoletos de nossa agricultura”. Os proponentes desse futuro buscavam no passado as bases para a legitimação de seus discursos. A inspiração lhes viria, por exemplo, de Hercílio Luz, o “inesquecível estadista” que com sua “atração pelo futuro” teria vencido “o reacionarismo” para tornar realidade “o sonho de ligar a Ilha ao Continente”. Também seria o caso de José Boiteux, fundador da Faculdade de Direito. Agora, o futuro viria por obra dos “jovens homens de negócios” que continuavam acreditando em Florianópolis como pólo turístico, mas que seriam acusados de “sonhos mirabolantes”. “A ponte, aqui, também não foi um sonho mirabolante?”, perguntavam. Bastaria “acreditar um pouco em nossa terra”. Assim, “pode ser que dê certo”, bastando “impedir que a gasosa de bolinha se meta a besta nos domínios da era atômica ...”²⁶.

Um fascínio por tudo o que representasse novidade era divulgado por diversas formas. A cidade necessitava rapidamente recuperar o tempo perdido, urbanizar-se e apresentar aspectos mais próximos aos de grandes capitais. Uma “história do futuro” pode ser escrita através desses elementos discursivos que reforçavam um conjunto de idéias baseadas principalmente na crença nos novos meios tecnológicos que a sociedade industrial estava pondo em movimento. O devir, na Florianópolis daquele momento, estava marcado por uma característica da modernidade, que corresponde à possibilidade de agir sobre o tempo de modo a construir um futuro conforme o que se planeja no presente. As idéias de futuro em

²⁵ A Gazeta. Florianópolis, 16/12/1952, n.º. 4.283, ano XIX, p. 1.

²⁶ SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis. Ano IX. Mai/1956. n.º 27. p. 105-115.

Florianópolis nos anos 50 e 60 mostram a construção social de uma cultura urbana de supervalorização do tempo, num momento em que tais idéias legitimavam a difusão do discurso nacional-desenvolvimentista no Estado de Santa Catarina, com suas propostas de mudanças que não levassem a transformações estruturais na sociedade. A vida social na cidade passava a ter como uma de suas referências básicas a projeção de perspectivas sobre o futuro individual e coletivo, mesmo que não houvessem muitos elementos materiais sustentando as imagens desse futuro almejado.

Estas imagens de um futuro com progressos técnicos e mudanças tinham que conviver e procurar desfazer a percepção corrente de crise e decadência de Santa Catarina. As novas possibilidades de construir um futuro diferente, incluindo a euforia em torno dos investimentos turísticos na capital, surgiam num momento em que o Estado aparecia como um injustiçado em relação a seus vizinhos e governantes e intelectuais, por diferentes caminhos, concluíam que Curitiba e Porto Alegre seriam “as nossas capitais econômicas”, porque o “hinterland”, composto por várias “ilhas de cultura”, não estaria integrado na vida política e cultural da capital do Estado. Seria preciso que as diversas regiões fossem atingidas pelos “interesses políticos, econômicos e culturais que, partindo do centro”, irradiariam-se “pela periferia, como a corrente sanguínea que se insinua em todas as partes do corpo levando a cada célula o alimento de que esta necessita”²⁷.

Uma vitória da seleção catarinense de futebol em 1960 sobre os gaúchos, no campeonato brasileiro de seleções, provocou uma comoção enorme em Florianópolis e apareceu como um dos raros momentos em que a cidade e o Estado podiam afirmar ares de superioridade. Os jogadores foram recebidos no centro da cidade por uma grande multidão e saudados como heróis de uma batalha, pois “era mais do que um fato incomum”²⁸. A “vitória de gala” dos catarinenses, no Estádio Olímpico, deveria transcender “os limites da seção esportiva” e servir para demonstrar a força e a capacidade de progresso dos catarinenses. Era uma esperança em meio aos desencantos com a situação em que se vivia²⁹.

A seu modo, os membros do Grupo Sul, interpretavam essa situação. Em 1951,

²⁷ Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1956, p. 8.

²⁸ SILVA, Osmar. A frívola curiosidade. In _____. Op cit. p. 32.

²⁹ A Gazeta. Florianópolis, 12/01/1960, n°. 6.445, ano XXV, p. 1-6.

Walmor Cardoso da Silva, escrevia um artigo com o qual dizia pretender “simplesmente falar de Florianópolis; escrever alguma coisa em que a palavra Florianópolis fosse escrita, porque não compreendo como ela é tão desconhecida”. Mais do que isso, a cidade parecia parada no tempo, conservando-se em suas “velhíssimas coisas — as únicas que temos para mostrar, ou a ponte que fez 25 anos, ou a figueira, ou as ladeiras...”. A cidade parecia espremida em seu marasmo, assim como a ilha era contida pelo mar. Essa mesma idéia era proferida por um jornalista carioca que, ao mencionar a existência do grupo de jovens modernistas, referiu-se à cidade como um “recinto de bugres e burgueses”, ressaltando a imensa dificuldade em “manter por quatro anos uma revista de arte e cultura em Florianópolis”, completando que tinha “medo de pegar num mapa, medo de saber se essa capital na realidade existe”³⁰.

Portanto, o discurso sobre o futuro fazia com que entrasse em funcionamento um aparato de representações que conflitava com outras idéias e manifestações que não viam maiores possibilidades para que a cidade pudesse ser substancialmente transformada. Em particular aqueles que realizavam um trabalho crítico e de contestação da ordem social, pouco ou nada tinham a esperar das promessas de que a cidade pudesse vir a ser tocada por novidades. Nesse caso, as relações sociais provincianas então predominantes chocavam e pareciam impedir o vislumbre de alternativas dentro das expectativas criadas pelos donos do poder e da mídia. Uma das mais importantes representantes do grupo Sul, Eglê Malheiros, escrevia um artigo em 1951 comentando a prática de racismo de que haviam sido vítimas os membros de uma delegação de um time de futebol baiano no restaurante do clube Doze de Agosto, o mais “seleto” e fechado da cidade. A autora questionava se seria permitido ao poeta Cruz e Souza “que é honra e glória” de Santa Catarina, jantar naquele local. Apesar de viver “no coração de todos os que amam o belo”, o poeta seria rejeitado pelos “senhores do Doze” que “por mais que se branqueiem só são conhecidos pelo triste e lamentável papel que desempenharam”³¹.

Os discursos políticos e religiosos que formavam o léxico público

³⁰ SILVA, Walmor Cardoso da. Florianópolis, capital de Santa Catarina. In SUL, Revista do Círculo de arte moderna. Florianópolis: Ano IV. Ago-set/1951. n° 14. p. 1.

³¹ MALHEIROS, Eglê. Caminho da liberdade. In SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis: Ano V. Jun/1952. n° 16. p. 44-45.

constantemente utilizado para apresentar uma Florianópolis de harmonia e paz social, não conseguiam evitar a tangenciar a questão da segregação racial existente na cidade. Se era possível esquivar-se da representação da cidade de classes, o mesmo efeito não era obtido com relação às divisões entre brancos e negros. Havia e há em Florianópolis uma clara demarcação de espaços sociais e urbanos separando os dois contingentes. Nos morros próximos ao centro, a população negra era grande maioria, habitando aqueles lugares desde as reformas urbanas do início do século que afastaram as classes populares do convívio com os grupos mais abastados. A racialização das divisões sociais em Florianópolis era parte indissolúvel daquela cultura urbana que, em meados do século, estava sendo alvo de discussões. Para os integrantes do bloco de poder dominante, o futuro projetado seria a reprodução da mesma estrutura social vigente e a manutenção da sua dominação de classe e das diversas distinções sociais, o que envolvia a separação entre brancos e negros. Um futuro dos brancos de Florianópolis. E a classe média identificava-se cada vez mais com as segmentações estabelecidas.

Mas um anseio perpassava e alinhava todos esses diferentes discursos que partem de pontos ideológicos aparentemente tão afastados. Pretendia-se que Florianópolis assumisse um aspecto de grande cidade, o que representava mais do que um simples desejo de aparecer com mais destaque dentre as capitais brasileiras, mas tinha o significado mesmo de participar da cultura de progresso e futuro que chegava através de meios de comunicação e discursos de toda ordem. Fundamental seria fazer a “linda Capital seguir seu destino feliz ao lado de suas co-irmãs brasileiras, onde o progresso é um fato abençoado pelas suas felizes populações”³². Este trecho de uma coluna de um jornal dá bem o tom e a importância que essas idéias assumiam. Não mais bastava a Florianópolis ser linda. Linda Capital era um epíteto que não mais contentava. Necessário era que estivesse destinada, numa pretensão de que o futuro já estava traçado, a tornar-se grande, seguindo a trilha do progresso. E talvez o mais significativo de tudo está na associação direta entre progresso, destino e felicidade. O futuro deveria ser necessariamente feliz, o que já era demonstrado pela satisfação que outras cidades proporcionavam às suas populações. Ou seja, participar de todo esse processo, mais

³²A Gazeta. Florianópolis, 13/06/1950, n.º. 3.740, ano XVI, p. 8.

do que uma necessidade deveria ser um prazer, o que é bem característico de uma cultura que estimulava cada vez mais a busca incessante do prazer imediato. As dificuldades deveriam apenas marcar uma época a ser logo esquecida e deixada para trás em nome de um mundo novo, cheio de possibilidades que estariam logo à frente.

A associação entre futuro e felicidade é, em todo caso, algo a ser ainda mais explorado. Em diversos momentos da história, sociedades construíram imagens e representações que lançavam para tempos que viriam a superação dos problemas e dificuldades que estariam atravessando num determinado período histórico. As grandes religiões monoteístas ocidentais têm, como uma de suas características, essa crença ideal de que num futuro mais ou menos próximo as misérias humanas seriam finalmente solucionadas com um evento divino, seja este qual for, que traria tempos de completa felicidade.

Lucian Boia assinala que o próprio imaginário cristão sofreu uma reestruturação radical na segunda metade do século XX. O medo do inferno e das punições pelos erros, faltas e vícios que durante quase dois milênios alimentou o discurso dominante e constituiu-se numa peça central do sistema de representações empregado pela Igreja Católica e suas dissidências, foi aos poucos sendo mitigado. Em lugar das ameaças, constata-se um reforço das esperanças nas promessas de justiça social ou de ganhos individuais. Os projetos de vida, notadamente nas camadas médias urbanas, orientam-se para a conquista e a ascensão ou, pelo menos, pela crença de que será possível garantir às futuras gerações melhores condições de vida. Aí certamente misturam-se muitos elementos, como a ênfase na tecnologia, nos sistemas educacionais e na capacidade de produção em escala contínua de meios de sobrevivências em quantidade e qualidade cada vez maior. Por extensão, a abolição de punições físicas e discricionárias para acusados de crimes, corresponde a visões de mundo, segundo as quais a sociedade deve ser o lugar para a realização das potencialidades humanas e não para o controle e a vigilância permanente de seus membros. Uma tendência para a individualização crescente das esferas de convívio, provoca a disseminação de cultos e crenças religiosas e filosóficas, cada qual procurando atender às projeções pessoais, estimulando seja atitudes de solidariedade que promovam o bem-estar interior de seus praticantes, ou mesmo incentivando a ascensão social como uma demonstração divina de que

se é especial. Esse imaginário acerca do futuro corresponde a um paradigma de ação social que disseminou-se principalmente nas sociedades urbanas ocidentais. Em lugar do medo diante da morte e dos mistérios do além, ocorria a justificação do consumismo e das atitudes individualistas, promovendo a felicidade, o otimismo e a espera ansiosa da chegada dos novos tempos³³.

Num certo sentido, pode-se localizar nesses discursos que preconizavam tempos profundamente melhores numa época em que a tecnologia moderna estivesse plenamente desenvolvida e a cidade tivesse alcançado um padrão de urbanidade parecido com o das grande metrópoles do mundo, um messianismo mais ou menos enfático mas, de todo modo, presente. O futuro não poderia deixar de ser feliz. Florianópolis e seus habitantes estariam condenados à felicidade. Certamente esta reflexão é bastante frágil e de difícil localização precisa. Mas, a análise de um conjunto de manifestações encontradas na imprensa da cidade, sugere algum ponto de convergência com esse imaginário que faz parte das sociedades ocidentais.

Um outro articulista queixava-se de que Florianópolis não servia como parâmetro para “medir o grau de progresso, de riqueza e de civilização” de Santa Catarina. Enquanto outras cidades do Estado erguiam-se como centros industriais, a capital surpreendia o visitante justamente pelo que lhe faltava. Em pleno século XX permanecia sendo “uma velha cidade construída na antiga ilha do Desterro, pelo colonizador açoriano”, perdida no meio de uma região do país habitada por germânicos. Uma cidade apenas burocrática, sem indústrias, vivia “uma modorra cercada por uma vegetação sub-tropical”, mantinha-se como símbolo de uma época pobre e decadente que há muito deveria ter sido superada. Uma cidade que nada mais do que a expressão de um litoral catarinense apontado como decadente e habitado por uma população débil e doente. Menos do que pensar em progresso, Florianópolis precisaria mesmo de “assistência social”. Vê-se claramente como todas essas questões perturbavam bastante aqueles que produziam os discursos sobre a cidade e que fazem nela circular idéias³⁴.

Todas essas perspectivas que tinham uma fonte comum, ou seja, a necessidade

³³ BOIA, Lucian. Pour une histoire de l'imaginaire. Paris: Les Belles Lettres, 1998. p. 105-111.

³⁴ A Gazeta. Florianópolis, 13/06/1950, n.º. 3.740, ano XVI, p. 3.

de corrigir os rumos da cidade, mas que apontavam para cenários os mais diversos. Definitivamente, pensar o futuro era algo importante e assumia uma característica de disputa, de luta em torno das representações da posse da visão legítima sobre o social a ser empregada e difundida.

1.3. A elisão do acaso: a nova classe média

Um dos elementos centrais das representações de futuro que a sociedade moderna desenvolveu é a tecnologia. O futuro só poderia ser forjado através de novas máquinas, novos plásticos, novos eletrodomésticos, tudo dotado do poder mágico de facilitar a vida e, mais do que isso, mudar as pessoas. Havia como que um projeto de constituição de novos sujeitos sociais que passava nitidamente pela idéia de que o futuro viria como “novos” homens, transformados pelo contato com a tecnologia moderna. A tecnologia tem sido um dos vetores mais importantes das convicções ocidentais, num movimento pendular. Assim, diferente de uma atitude quase libertária em relação à ciência e tecnologia, que vinha sendo elaborada desde a renascença européia, a sociedade contemporânea teria passado a viver um “grande paradoxo”, caracterizado pelo “crescente desconforto do homem em meio a um mundo de objetos criados por ele mesmo”, segundo Maria Stella Bresciani. Haveria algo como uma “vingança dos deuses à ousadia prometéica de pretender dar aos homens — através do uso do fogo — a possibilidade de ascender à condição divina de *criador* de coisas, libertando-o da modesta e subserviente situação de mero *reprodutor* dos frutos da natureza, ou seja, daquilo que já encontrou disposto sobre a terra”. O desejo de deixar marcas permanentes e perenes, através dos objetos e artefatos, “para além da transitória e limitada vida humana”, teria levado à “supervalorização do mundo das coisas”, transformando os homens em sombras das máquinas, num “mundo cuja precisão técnica não tolera a frágil criatura divina, o homem, em nome do qual ele originalmente se estrutura”³⁵.

³⁵ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e dissonância, sociedade e trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. In Revista Brasileira de História. Sociedade e trabalho da história. vol 6, nº 11. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1985-86. p. 7-44.

Para Neil Postman, nas sociedades contemporâneas “as ferramentas desempenham um papel central no mundo das idéias e da cultura”, pois, ao seu desenvolvimento “tudo precisa dar passagem”, ou seja, “não são integradas à cultura”, mas sim, “atacam a cultura”, de modo a tornarem-se cultura, em lugar dos mitos, da política, da religião ou da arte³⁶. O fascínio pelas inovações tecnológicas e as mudanças comportamentais, foi acompanhado pelo medo das incertezas de um ambiente que não parava de auto-transformar-se, impossibilitando a previsibilidade do futuro. Era preciso preparar-se para os acasos e as constantes mudanças nas trajetórias sociais e pessoais que estavam constantemente sendo produzidas. Um mundo que prometia muita mobilidade, também poderia ser um mundo assustador, na medida em que nenhuma posição social estaria garantida.

Talvez em nenhum outro momento como durante o que poderíamos chamar de período moderno a experiência humana e suas percepções da vida esteve tão ligada aos instrumentos tecnológicos. Marshall Berman apresenta a modernidade como “um tipo de experiência vital” que prometeria a todos “aventura, poder, alegria, crescimento auto-transformação e transformação das coisas em redor”, porém “ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”. Para o desenvolvimento deste “turbilhão” teriam contribuído, entre outros aspectos — tais como o crescimento populacional, a urbanização e a formação de um mercado capitalista mundial —, as grandes descobertas tecnológicas e científicas, com o enorme impacto da industrialização acelerada. Especialmente após o século XIX, a “experiência moderna” teria começado a dar-se numa paisagem urbana transformada pelos engenhos industriais. Enfim, todos os processos sociais que o século seguinte chamaria de “modernização”, popularizados por diversas formas, dentre as quais, as Grandes Exposições Universais que todas as capitais importantes esforçavam-se em organizar. Os modernistas da época teriam atacado “esse ambiente, com paixão”, esforçando-se “por fazê-lo ruir ou explorá-lo a partir de seu interior”, mesmo sentindo-se “surpreendentemente à vontade em meio a isso tudo”³⁷.

O século XX não abandonou de todo essas práticas e em 1939 a Exposição de

³⁶ POSTMAN, Neil. Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994. p. 38.

³⁷ BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 15-18.

Nova Iorque, por ocasião do sesquicentenário da cidade tinha como objeto a prefiguração do mundo do “amanhã”³⁸. O futuro poderia ser antevisto sem a necessidade de lançar mão de artifícios “mágicos” ou “sobrenaturais”. Simplesmente projetando no tempo o impacto social que as novas ferramentas poderiam provocar. Uma cultura de futuro, um novo messianismo técnico abateu-se sobre a sociedade. A crença no progresso e as promessas de transformações da vida moderna seriam tão candentes que apenas por observações empíricas já seria possível verificar as possibilidades futuras da humanidade. O tempo, esta dimensão que desde Newton era considerada absoluta e uma linha contínua à qual não seria dado aos homens intervir, apenas apreender e tentar por meios físicos medir e calcular, poderia ser sondada e projetada pela imaginação humana.

O capitalismo do pós-Segunda Guerra Mundial alcançaria um surpreendente período de crescimento acelerado e contínuo, que Eric Hobsbawm chama de “era de ouro”, a qual só seria interrompida em 1973 com a crise do petróleo³⁹. E talvez o mais importante é que este modelo de sociedade foi capaz de uma ação sobre o imaginário social que atingiu praticamente a escala planetária. Por mais distantes que estivessem dos centros de irradiação do mundo capitalista, as mais diversas sociedades tinham acesso ao menos aos produtos simbólicos, às representações que as mídias e o discurso capitalistas conseguiram desenvolver, seja através de meios de comunicação ou de expressões artísticas como o cinema.

Surgia, na expressão de Henri Lefebvre, a “sociedade urbana”, recompondo e superando os espaços da cidade, seja em sua versão política, mercantil ou industrial, através da “explosão” de formas urbanas passadas. Essa nova sociedade, “mais do que um fato consumado”, seria a “tendência, a orientação, a virtualidade”, enfim, o possível. O “urbano” aparece como lugar para a expressão de possibilidades de ruptura com práticas culturais e formas de distribuição espacial herdadas e criação de outras formas de sociabilidade, bem como de apropriação e representação do espaço-tempo. A produção agrícola, perdendo toda sua autonomia nos centros industriais, resultando que os agrupamentos rurais são absorvidos e

³⁸ Le Livre des expositions universelles: 1851-1989. Paris: Éditions des arts décoratifs-herscher, 1989. p. 158.

³⁹ HOBBSAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 18.

recobertos por unidades sociais cada vez mais vastas, integradas à “indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria”. É a proliferação do tecido urbano, representando o predomínio acentuado da cidade sobre o campo. A grande cidade em explosão constante lança seus fragmentos sobre as pequenas urbes e transforma locais antes pouco densificados em simples subúrbios. A sociedade urbana aparece então como o virtual, o que ainda não é mas tem todas as condições para ser: o futuro. Nessa abordagem, mais do que um dado concreto da existência e um fenômeno da temporalidade linear, o futuro apresenta-se associado a um espaço específico, o urbano, que tenderá a transformar a cultura urbana. A cada tipo de cidade ao longo da história correspondeu a uma forma particular de articulação espaço-temporal. A



Fig. 2: O futuro como mercadoria
Jornal O Estado, 21/09/1959

industrialização e a aceleração da produção em novas bases tecnológicas estariam criando as condições para desbloquear todas as possibilidades futuras da vida urbana, com a própria produção do espaço⁴⁰.

Os florianopolitanos podiam acompanhar ao longe os ecos produzidos pelas transformações tecnológicas rápidas, que lhes chegavam em forma de pequenas notas nos jornais. A “tendência” para a “miniaturização das peças” dos equipamentos eletrônicos já era anunciada com ênfase pelas informações que chegavam via cabograma dos centros internacionais ou nos programas de rádio, como “Nos bastidores do mundo” ou “Diário da

metrópole”, apresentados pela Rádio Guarujá. Por outro lado, já em 1952 comentava-se a hipótese da instalação da televisão em Florianópolis, o que só seria concretizado quase vinte anos depois. A introdução de um modo de vida baseado em alguns aspectos da cultura norte-americana parecia ser a certificação de que esse processo iria aprofundar-se. As páginas

⁴⁰ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p. 15-32.

femininas dos jornais apresentavam a moda dos filmes americanos e receitas de “marshmallows” para as donas de casa.

Apresentava-se com destaque as máquinas de guerra que as duas super potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, punham em funcionamento. Jatos da força aérea norte-americana ou anúncios de que estava sendo fabricada a “super-bomba de hidrogênio, superior à atômica”, enchiam as páginas de jornais, procurando deixar os leitores extasiados com os novos aviões supersônicos. Tudo era atômico, tudo referia-se a “era do átomo”, até uma goleada sofrida pela seleção catarinense de futebol diante dos paranaenses teve o placar final anunciado como “atômica contagem de 8 x 0”. Ao mesmo tempo, se a tecnologia militar correspondia a um espetáculo tão grande para a imaginação, seus resultados começavam a preocupar quanto ao futuro. A bomba de hidrogênio, apresentada como “mil vezes maior em força do que a atômica”, também representava uma ameaça concreta a todos. Até a pequenina Florianópolis não escaparia no caso de uma guerra nuclear, pois “todos os habitantes do mundo” poderiam ser mortos em pouco tempo. Físicos renomados chegavam a afirmar que “o emprego da bomba de hidrogênio por uma nação seria uma violação da lei moral”. Assustado, um leitor poderia encontrar num jornal que o Vaticano condenava as armas nucleares, que seriam capazes de “causar a morte de 40 milhões de pessoas”. Já começava a ser comentada a perspectiva de que o Brasil viesse também a fazer investimentos em energia nuclear, sendo denunciada que a soberania nacional estava em jogo em virtude de ações como a exportação “a preço vil” de areias monazíticas, ricas em Tório⁴¹.

Talvez, medos e perspectivas sombrias como essas pudessem até prejudicar as possibilidades que a sociedade pudesse vislumbrar para o futuro. Mas, um novo negócio que começava a atrair a atenção do público da cidade talvez sirva para demonstrar que era outro o tipo de preocupação em relação ao futuro. Ao invés de adotar uma postura fatalista, o público consumidor de Florianópolis era incentivado a preparar-se para viver o futuro, para enfrentar com comodidade as possibilidades ou as agruras que estariam à espera de todos. Muito comuns nesse momento, tornaram-se os anúncios publicitários de companhias seguradoras, oferecendo seus serviços com muita ênfase e sempre argumentando que seus clientes

⁴¹ O Estado. Florianópolis, 18/01/1950. p. 1; O Estado. Florianópolis, 31/01/1950. p. 1; O Estado. Florianópolis, 15/01/1950, n.º. 10.671, ano XXXVI, p. 1; O Estado. Florianópolis, 24/08/1950, n.º. 10.993. ano XXXVI, p. 8.

deveriam preparar-se para os acasos, para as impreviões. Para proteger-se do acaso, para ter um mínimo de previsibilidade e segurança diante das mudanças que o tempo traria, uma alternativa seria a compra de apólices de seguros. Os anúncios seguiam um tom parecido. Um deles perguntava em 1950, “qual será o problema de seu filho em 1960?”. E continuava: “ainda estará estudando? Já estará formado? Poderá dispor de tudo o que precisa para sua vitória na vida? Você, como pai, precisa prever e prover. Pense nisso e assegure desde já, em qualquer hipótese, a formatura de seu filho e seu encareiramento”⁴².

Para garantir “o futuro de seu filho”, algo que assumia uma importância e uma dimensão talvez nunca antes imaginada, o leitor era incentivado a agir “ainda hoje”. Ou seja, demarcando com precisão a idéia de que seria possível agir direta e concretamente sobre o tempo, impedindo que os acasos atropelassem as vidas de cada indivíduo. As classes médias encontravam, assim, mecanismos que exprimiam seus anseios de ganhos pessoais e particulares. A idéia de futuro acabava trazendo em si, também, o que pode-se chamar de um medo ou desejo de afastar o acaso. Impedir que a vida pudesse ser o resultado imprevisível de infinitas possibilidades e entrechoques caóticos e incontroláveis. Nunca antes tantas maneiras de impedir o acaso haviam sido imaginadas. Projetar o futuro passava a tomar um aspecto quase salvacionista, uma necessidade iminente de controlar e prever cada passo a ser tomado.

Gilberto Velho, em seus estudos sobre classes médias urbanas no Rio de Janeiro, vale-se da idéia de projeto para definir a forma adotada por aqueles setores sociais para manipular e direcionar o conjunto de símbolos culturais à sua disposição. Levando em conta diferentes variáveis e sempre destacando as inúmeras divergências encontradas em frações das camadas médias, o autor verifica que há uma certa “margem de manobra existente na sociedade para opções e alternativas”. Contudo, diante de encruzilhadas e da necessidade de tomar decisões em relação ao futuro do núcleo familiar, as escolhas são norteadas por projetos de vida, o que inclui os filhos, a casa, o espaço onde pretende-se morar e o anseio de ascensão social. Particularmente entre grupos de classe média baixa, é possível encontrar a aposta no futuro dos filhos, através da aquisição do prestígio e status social conferido pelos diplomas universitários. É um processo de individualização que compreende, a um só tempo,

⁴² O Estado. Florianópolis, 04/07/1950, n.º. 10.888, ano XXXVI, p. 5.

a busca por proteção e prestígio⁴³.

O futuro, nesse sentido, é uma fonte permanente de temores, na medida em que pode ameaçar posições conquistadas e comprometer projetos pessoais de mobilidade social. Num grupo social em que prevalece o individualismo e a busca de projetos particulares, é preciso escolher entre “o prestígio associado a uma ordem tradicional e o prestígio decorrente de ascensão social”. Nessa permanente tensão, as camadas médias urbanas brasileiras recorreram à medidas de distinção social, visando morar em bairros mais nobres e separados dos grupos populares, bem como apostaram em mecanismos de proteção, como as cadernetas de poupança e os planos de previdência.

Talvez esteja nessas características particulares e interiores da formação cultural das camadas médias brasileiras em meados do século XX, a difícil precisão da atuação política daqueles segmentos ao longo do período. Até a Primeira República, na composição dos estratos sociais intermediários, prevaleciam segmentos ligados à pequena produção e ao pequeno comércio, além daqueles originários de famílias rurais empobrecidas que pretendiam profissões liberais nas cidades. Havia também os funcionários públicos e militares. Com a industrialização e a urbanização, o crescimento das atribuições estatais no que dizia respeito à oferta de serviços públicos e à gestão administrativa, aumentaram significativamente os setores burocráticos, com funções intermediárias, que não estavam ligadas à esfera da produção.

Prevalecia então uma dinâmica social vinculada ao sistema agrário-exportador, marcando “a ambigüidade das classes médias urbanas submetidas à dupla influência dos laços de dependência com as oligarquias e à ilusória autonomia que a participação nos serviços comerciais ou na burocracia do Estado pode dar a seus membros”. Essa perspectiva de análise, que ressalta a heterogeneidade e, principalmente, a ambigüidade da atuação política das camadas médias, prevaleceu ao longo das décadas de 1970 e 1980. Preocupados em compreender a ação daqueles segmentos no conjunto das lutas sociais que se travaram no país, vários estudos chamaram a atenção ainda para elementos como sua fragmentação, “a

⁴³ VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 41-54.

‘despossessão’ econômica, o medo da proletarização e o desejo de ascensão”, o que tornava a classe média “não apenas uma classe conservadora, mas visceralmente reacionária”⁴⁴. Nesse sentido, podia-se questionar a própria definição do grupo como classe social, na medida em que não são identificados com nitidez projetos de classe ao nível dos conflitos sociais mais amplos, o que ficou expresso ao longo do século na indefinição de posições e numa participação pública que não significou “aumento de seu poder no sistema político brasileiro”⁴⁵.

Após a Segunda Guerra Mundial, principalmente na década de 1950, aumentou ainda mais o contingente de “colarinhos brancos”, sejam funcionários públicos, profissionais liberais e um incremento significativo de técnicos da área industrial, profissões em geral não manuais e que passavam a definir-se pela posse de uma autoridade conferida pelo domínio de conhecimentos específicos em suas áreas de atuação, cada vez mais reconhecidas pela sociedade em geral. Contudo, apesar do aumento de sua importância, as camadas médias não apresentaram uma “unidade político-ideológica”, com claros interesses de classe defendidos nos conflitos sociais. Mas, a associação entre o receio de perder de posições sociais e a crença na autoridade racional e técnica para moldar o social, conduziram para uma tendência conservadora e autoritária que manifestou-se no apoio ao golpe militar de 1964⁴⁶. Esse conjunto de análises indica caminhos para a compreensão do comportamento político das camadas médias de Florianópolis, que mantiveram-se como base de sustentação do bloco de poder conservador na cidade, votando sistematicamente nos dois maiores partidos, UDN e PSD, bem como oferecendo apoio ao movimento militar.

Contudo, as manifestações culturais de uma classe não dependem apenas de sua justaposição numa dada estrutura analítica ou, dito de outra forma, não é possível extrair a condição de classe diretamente de relações sociais e econômicas. “Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social”, sendo possível encontrar padrões e instâncias culturais e simbólicas que apresentam as

⁴⁴ CHAUI, Marilena & FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. Ideologia e mobilização popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 59.

⁴⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In FAUSTO, Boris (dir.). História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. Tomo III, vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 8-37.

⁴⁶ SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil: 1930-1964. In *Ibid.* p. 447-506.

“propriedades de posição” de um grupo social, bem como as “marcas de distinção, graças as quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social”⁴⁷. Portanto, embora o comportamento político ambíguo das camadas médias torne imprecisas suas manifestações nos conflitos sociais, há todo um campo de experiências materiais e culturais que constituem esses segmentos sociais e lhes atribuem contornos relativamente apreensíveis. Os projetos de individualização, de ordem material e simbólica, para a garantia da educação dos filhos e da manutenção de



Fig. 3: O futuro seguro
Jornal O Estado, 08/08/1950

posições sociais com vistas à segurança do núcleo familiar, possuem uma historicidade que pode ser percebida em Florianópolis nas décadas de 1950 e 1960.

A construção de um *ethos* voltado para a segurança e as garantias em relação ao futuro acompanhava o momento de afirmação da chamada nova classe média, assim identificada pelo norte-americano Wright Mills, cujas características decorrem da crescente proporção de burocratas e profissionais liberais no conjunto da sociedade, constituindo alterações na estrutura de classes. Além de funcionários públicos, os

médicos, os advogados, os professores e os executivos de empresas privadas, basicamente gerentes e chefes de seção, constituíam toda uma nova cultura de classe, baseada na corrida ao prestígio e ao sucesso pessoal, além da identificação com valores burgueses, uma certa indiferença política e o consumo de bens materiais e simbólicos apresentados pelos novos

⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 1-25.

meios de comunicação de massa⁴⁸. Todos esses fatores corroboram a noção de que cada vez mais, segmentos das camadas médias, pelo que se pode depreender dos anúncios publicitários, mesmo em Florianópolis, passaram a constituir-se e a construir uma identidade social baseada na busca pela afirmação de projetos de vida em que a ascensão social ou a manutenção de posições de classe e de status conquistadas, dava-se através de mecanismos previdenciários e constituição de espólios, através de investimentos em cadernetas de poupança e compra de imóveis, bem como apostando na educação formal dos filhos, de modo a angariar o capital cultural necessário para a reprodução social. A privatização de quase todas as instâncias de sociabilidade, voltando-se para o núcleo familiar e um círculo fechado de amigades, bem como através da busca de concretização de anseios particulares, aparecia como corolário de todo o processo de individualização.

Pode-se encarar essas manifestações dentro de um contexto em que a constituição dos Estados de bem-estar social na Europa começava a popularizar idéias como previdência social e amparo amplo e total aos cidadãos, com educação, saúde e pleno emprego. De um modo incipiente, essa cultura previdenciária chegava ao Brasil, não necessariamente através de ações públicas, mas muito em função de planos de previdência privados contratados pela classe média e pelos órgãos de representação, especialmente de servidores públicos. Na Europa e Estados Unidos, as lutas sociais haviam levado o Estado capitalista a tomar medidas que criavam condições para a melhoria do padrão de vida da classe trabalhadora, com universalização de serviços, redução das jornadas de trabalho e férias, visando impedir fundamentalmente o avanço de idéias e movimentos socialistas, os quais tinham como uma de suas bandeiras mais importantes a promoção social em igualdade de condições para toda a população através de medidas estatais.

No Brasil, desde o Estado Novo, algumas medidas nesse sentido atingiam algumas parcelas da população, ou seja, os trabalhadores urbanos com registro de emprego oficial. Obviamente, não se pode caracterizar a formação de um Estado previdenciário nos anos 50, mas alguns padrões de conforto e segurança social começaram a atingir setores da classe média urbana, justamente os que formavam esse recente mercado consumidor de

⁴⁸ MILLS, Wright. A nova classe média. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 307-371.

novidades tecnológicas apresentadas pela mídia. E conforto e segurança eram representados, antes de tudo, por certeza diante do futuro, pela crença de uma estabilidade geral e de que a sociedade seria capaz de manter durante um longo período de tempo um controle total sobre qualquer mudança conjuntural que pudesse afetar os cidadãos.

Os conflitos sociais passaram, nos Estados capitalistas avançados, a um elevado grau de institucionalização, o que criou uma situação em que a regulamentação geral da vida social de quase toda a população levasse a um destemor em relação ao futuro, que só era quebrado pelo risco da guerra nuclear e, muito mais tarde, pelas ameaças de desequilíbrio ecológico decorrente do avanço indiscriminado das técnicas industriais. Mecanismos de redistribuição de renda, com a taxação de grandes fortunas — sempre lembrando que trata-se aqui dos países centrais —, iam aos poucos tornando o futuro mais certo e garantido, podendo-se prever o que se fazer após a aposentadoria, separar recursos para gastos em viagens de turismo e pensar na carreira dos filhos com antecedência. Alain Touraine ressalta que isso não fez com que a sociedade se tornasse igualitária, mas nesses países a classe operária deixou de ser “um grupo social e cultural profundamente diferente dos outros e mantido à margem da sociedade”⁴⁹.

Por outro lado, a crença no progresso estava em alta nos anos 50 e 60, talvez ainda mais do que em outros momentos. Uma linha de tempo contínua, deveria levar todas as sociedades da agricultura para a indústria e, assim, ampliando cada vez mais as inovações técnicas à disposição da humanidade. O futuro seria nada mais do que os desdobramentos do progresso industrial que tornaria todos os países cada vez mais assemelhados aos Estados Unidos e à Europa. Acreditava-se que “trabalhando e poupando hoje viveríamos melhor amanhã”, pois quanto à estabilidade geral, o Estado estaria sempre com seu guarda-chuva protetor. Não custa repetir que isso não valia para toda a sociedade mas, mesmo em Florianópolis, com sua pequenez, um certo contingente de emergentes que adquiriam os melhores empregos públicos, já podiam participar dessa cultura do pós-gerra. De todo modo, era uma sociedade que vivia sob a sombra de aparatos de proteção que também criavam repressões de todos os tipos, justamente pelo receio de que tudo o que estava à sua disposição pudesse ruir a qualquer momento. Daí a necessidade premente de elidir o acaso e jogar sempre com o objetivo de conseguir maiores amparos.

⁴⁹ TOURAINE, Alain. O pós-socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 48-49.

O medo ou o fascínio com o futuro, alimentando representações as mais diversas, acabavam também sendo efetivados em práticas bem concretas que atingiam a população. No período em questão, em Florianópolis, a idéia da transformação tecnológica e de uma crença geral nas possíveis garantias diante dos acasos futuros, eram também marcadas pelas perspectivas do nacional-desenvolvimentismo e expressavam-se na imprensa numa ânsia em fazer o passado ceder lugar inequívoco a um futuro grandioso, que estaria ao alcance de todos. Nisso, sem dúvida, houve a influência de uma conjuntura que teve, entre outros aspectos, a marcante presença do período do Juscelino Kubitschek (1956-1960), o qual teve a habilidade de agir como um catalizador dessas imagens que estavam cada vez mais se fazendo presentes na sociedade. A acelerada industrialização e a efetivação de uma simbologia de modernidade e avanços que foram finalmente encerrados na construção da nova capital brasileira, davam um poder ainda maior para os que pretendiam ser os portadores do futuro.

Enquanto isso, os símbolos do passado estavam sendo apagados, modificados, moldados, ressemantizados. Nos anos 60, a única ligação entre a Ilha de Santa Catarina e o Continente, a ponte Hercílio Luz, começava a dar os primeiros sinais de colapso em suas estruturas, sofrendo o que um cronista de um jornal qualificava de “vergonhoso desprezo dos nossos homens públicos”. Ao mesmo tempo, a cidade começava a despedir-se do Miramar, uma construção das mais antigas de Florianópolis, que servia como atracadouro das lanchas que atravessavam o canal entre ilha e continente e que, com o tempo, passou a ser um ponto de encontro de um grande número de pessoas que participavam da vida cultural e boêmia do centro. A esse respeito, uma poesia publicada na época referia-se nos seguintes termos:

“Fostes construído sobre fortes ondas azuladas
 Que te beijaram com a brisa suave das aragens
 E embalaram ao teu lado, lanchas apinhadas
 De passageiros pobres e de ricos personagens.
 (...)”
 “Hoje sofres o peso da velhice desgostante
 Que transformou a tua bela aparência num passado.”⁵⁰

Numa cidade com uma grande precariedade de serviços públicos, na qual uma

⁵⁰ O Estado. Florianópolis, 08/01/1960. p. 7; O Estado. Florianópolis, 06/01/1960. p. 1.

reivindicação freqüente da população, expressa nos jornais, era a de que os ônibus circulassem até às 24 horas, um jornalista respondia ironicamente a uma leitora que reclamava do barulho provocado pelos coletivos que a solução viria “lá por 1965, onde o mal será cortado pela raiz: os motores, já então atômicos, não farão mais barulho do que uma mosca deslizando num tapete”, podendo-se dormir tranqüilamente com “pílulas especiais com controle sobre o tempo que se deseja dormir”. Os jornais divulgavam notas de agências internacionais, proclamando a que ponto chegavam os progressos tecnológicos. Uma delas afirmava que fotografias da lua conseguidas com máquinas de alta precisão mostravam que “os relógios da terra perderam 30 segundos desde o começo deste século”. Em “plena era espacial”, como referia-se a notícia, essa descoberta tinha grande importância para a vida das pessoas. O outro artigo do jornal tratava do desenvolvimento de “novos plastificantes”⁵¹, que tinham uma flexibilidade muito grande, podendo ser dobrados sem quebrar, podendo ser usados para o revestimento de arames, forramentos para assentos, além de muitas outras utilidades.

Todo esse conjunto de fatores era traduzido em Florianópolis de um modo muito específico e certamente provocava impactos nas discussões e projeções que se faziam sobre a cidade. Tal como o livro que, na acepção de Mikhail Bakhtin é um “ato de fala impresso”, ou seja, não é um mero fato individual e faz parte de uma enunciação social, nutrida por uma “interação verbal”, pode-se afirmar que formava-se uma “corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.)”⁵².

O crescimento da cidade era uma quase obsessão para alguns setores, ávidos pela ampliação das possibilidades de acumulação de capital. Inovações de todo tipo eram apresentadas e projetadas, seja para a área urbana ou mesmo para o consumo individual. A mídia timidamente procurava encontrar maneiras de participar desses primeiros nuances favoráveis a caracterizar Florianópolis como uma cidade integrada ao processo geral de crescimento capitalista. Meios de comunicação como o rádio paulatinamente alcançavam o gosto popular e também influenciavam para o desenvolvimento de um imaginário tomado pelas idéias de dinamismo, velocidade e mudança. A Rádio Guarujá anunciava que projetava

⁵¹ O Estado. Florianópolis, 10/01/1960 p. 5; O Estado. Florianópolis, 01/01/1960. p. 6.

⁵² BAKHTIN, Mikhail (Volochnikov). Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 121-124.

“importante melhoramento”, que seria alcançado “com o levantamento de sua torre irradiante de aço galvanizado, de 52 m. de altura” e, assim, “ampliará o alcance e intensificará a nitidez de som”, podendo “ser escutada na região urbana”⁵³. Os programas musicais lançavam a novidade de que os ouvintes poderiam fazer seus pedidos por carta ou telefone e, assim, ter uma resposta rápida para seus desejos e anseios. A rapidez para a concretização de desejos, a instantaneidade e o automatismo da vida cotidiana, eram preconizados como a grande novidade que as transformações tecnológicas poderiam trazer.

O embelezamento da capital surgia como uma necessidade imediata e insistente nas páginas dos jornais. Um cronista diário, que teve colunas publicadas durante quase todo o período estudado nos jornais A Gazeta e O Estado, costumava acentuar com freqüência a necessidade de a cidade ter “reclames luminosos” espalhados pelas fachadas, dando à cidade um ar metropolitano e a aproximando de grandes centros urbanos. Exigia ainda com muita constância a demolição de edifícios antigos no centro, para abrir caminho a construções novas e mais aproximadas com os tempo modernos que eram ansiosamente aguardados. A cidade não mais deveria ser simplesmente um espaço de habitação e trabalho. Era fundamental que fosse também um ambiente para ser visto, para ser apreciado por olhares que identificassem símbolos a um só tempo agradáveis e capazes de significar modernidade. Florianópolis deveria ser iluminada “feéricamente”, tornando-se “a mais bem iluminada capital do Sul”, o que possibilitaria também que as tão sonhadas indústrias se interessassem pela cidade⁵⁴.

Foi nesse ambiente que vicejou em Santa Catarina a nova panacéia do planejamento econômico. Os anos 50 iniciariam esses procedimentos estatais, os quais se desdobrariam na década seguinte, atingindo seu símbolo mais proeminente com o Plano de Metas do Governo – Plameg. Significava o nacional-desenvolvimentismo chegando ao Estado, após um período que fôra marcado em todo o país, durante o governo Kubstcheck, por uma enorme ânsia de crescimento acelerado através de investimentos estatais maciços em infra-estrutura e industrialização de base, juntamente com a abertura da economia para o

⁵³ O Estado. Florianópolis, 24/08/1950. 10.933, XXXVI, p. 8.

⁵⁴ A Gazeta. Florianópolis, 16/08/1950, 3.785, XVII, p. 4.

capital estrangeiro, o que traria o progresso tecnológico. Neste mesmo período, os governos de Santa Catarina começaram a produzir seus planejamentos, com uma euforia própria ao período em que uma parcela significativa do País chegou a julgar que estaria próxima da superação do subdesenvolvimento.

A relação entre inovações tecnológicas e as políticas estatais de planejamento econômico e criação de programas sociais tornam a discussão sobre a questão do controle e mesmo da criação de cenários futuros ainda mais complexa. O Estado capitalista constituiu-se cada vez mais no pós-gerra como um criador de políticas públicas capazes de fazerem interagir mudança tecnológica, lucros capitalistas, manutenção da força de trabalho assalariada e segurança e estabilidade do sistema e da estrutura de classes sociais. A supressão de alternativas ao trabalho assalariado, como a mendicância, por exemplo; o estabelecimento de regras claras para a definição dos sujeitos sociais a serem amparados em caso de necessidade, como os aposentados; um equilíbrio entre os trabalhadores ativos e os passivos, de modo a garantir a sustentação dos programas de amparo e de um “exército industrial de reserva”. Essas condições couberam ao Estado, que agiu no sentido ao mesmo tempo de impedir que outros tipos de formação social pudessem ser vislumbrados, assegurando que toda a sociedade tivesse como seu único referencial de vida o trabalho regulamentado e a espera por um futuro já traçado pelos programas previdenciários.

Um dos fatores desse processo, acentuado por Claus Offe e Gero Lenhardt, foi a “estabilização por medidas de coletivização compulsória dos riscos”, ou seja, a tentativa de eliminar os casos de entraves excepcionais ou mesmo conjunturais que, ao longo do tempo, pudessem sugerir dúvidas ou inseguranças quanto ao futuro individual ou mesmo de toda a sociedade. Dito de outro forma, elidiam-se a possibilidade de que o sistema pudesse ser afetado por crises ou de que os indivíduos tivessem dúvidas quanto ao seu futuro devido a questionamentos quanto à sua saúde ou ao amparo de seus filhos. Os planos de previdência, os seguros saúde, apareciam como maneiras de socializar os diversos futuros individuais e garantir o controle sobre os anseios sociais⁵⁵.

⁵⁵OFFE, Claus & LENHARDT, Gero. Teoria do Estado e Política Social: tentativas de explicação político-sociológica para as funções e os processos inovadores da política social. In OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 22.

As lutas sociais visando uma redistribuição mais equânime dos resultados do trabalho são, assim, reorientadas para um sistema de regulamentação obrigatória que, no fim das contas, “alivia o capital” do peso de ter que garantir uma constante renovação de trabalhadores. Esse papel fica cabendo ao Estado, agindo como garantidor do futuro, num ambiente em que as mudanças rápidas da tecnologia poderiam sugerir instabilidades. Planejar o futuro, garantir que as ações e as características da economia sejam previstas e mantidas ao longo do tempo, são processos que dizem respeito não só às instâncias produtivas mas, em seu conjunto, atingem as próprias referências simbólicas que sinalizam as práticas culturais numa sociedade capitalista. Mesmo na Florianópolis dos anos 50 e 60 essas questões começavam a tomar corpo e a atingir o cotidiano dos cidadãos. Ofertas de cursos que habilitassem a novas profissões, especialmente aquelas que exigiam o controle de máquinas e outros equipamentos tecnológicos, surgem nas páginas dos jornais, prometendo a garantia de um futuro próspero e seguro para os interessados. A “tecla mágica” oferecia a possibilidade de “bons empregos” para os que quisessem fazer o curso de datilografia e conquistar um diploma que abriria as portas de concursos públicos. A mensagem era direta: “assegure seu futuro” preparando-se com as novas habilidades⁵⁶.

Numa cidade de colarinhos brancos, evidentemente os concursos públicos eram muito atraentes. Mas, trata-se aqui de algo ainda mais ampliado. Uma das crenças liberal-burguesas mais importantes fundava-se na noção de “autonomia da vontade” individual, ou seja, de que cada homem poderia ser o senhor de seu destino, apenas lançando mão de sua razão e consciência, o que lhe daria a liberdade e a soberania diante de qualquer espécie de poder, mesmo o do Estado, que não poderia afetar os redutos mais inalienáveis do indivíduo e de suas escolhas. No entanto, o século XX e a formação do Estado capitalista monopolista, com o crescimento dos aparatos previdenciários, viriam afetar esse grande princípio liberal, dando-lhe novo sentido. Passou-se da responsabilidade individual e familiar diante do futuro para a busca por “garantias públicas”, que deveriam ser oferecidas pelo Estado aos cidadãos. Não mais senhor absoluto de si e de seu destino, o indivíduo habitante de uma sociedade capitalista, tem agora sua vida e seu futuro traçados e garantidos por

⁵⁶ O Estado. Florianópolis. 31/07/1953, 11.668, XL, p. 5.

instâncias que formaram “um direito coletivo de garantia”, podendo ser requerido pelos cidadãos afetados ou sob ameaça diante dos acasos e impreviões da vida, como doenças ou crises econômicas⁵⁷.

A obrigação de segurança e proteção social teve como seu corolário a perda da autonomia individual para escolher o futuro. Este passava a ser traçado pelos planos de Seguridade Social. Um futuro totalmente controlado e seguro é oferecido aos tranqüilizados cidadãos, não mais preocupados com o que lhes pudesse acontecer dali por diante, pois tudo estaria nas mãos competentes e eficientes da racionalidade tecnocrática e previamente calculado. Contraditoriamente, quanto mais avançava o processo de individualização das camadas médias, maiores e mais burocráticas tornavam-se as instâncias reguladoras das ações sociais. Obviamente, há aí uma despersonalização dos cenários futuros que pudessem ser vislumbrados por cada um e por todos. Mas, o que é isso diante da segurança de que o futuro estava garantido?

1.4. A capital em perigo.

A fabricação do futuro não escondia seus interesses de hegemonia. O futuro deveria, segundo tais representações, passar por promessas de mudança, transformação, renovação, novidade. Contudo, para os artífices desse mundo novo, no qual os habitantes de Florianópolis deveriam viver, havia a necessidade de manter a convivência com estruturas de poder há muito estabelecidas em Santa Catarina.

Nos anos 50, essa situação tornou-se particularmente marcante. O afastamento do grupo dos Ramos, ou seja, o PSD, do governo do Estado, tinha implicações que diziam respeito inclusive com a manutenção da posição de Florianópolis como Capital de Santa Catarina. Uma cidade que eleitoralmente era uma espécie de “curral eleitoral” do PSD, passava a ter um prefeito da UDN e, começavam a surgir com mais força, propostas para a transferência da capital para alguma cidade do interior. Argumentos para isso não pareciam

⁵⁷ CHAUVENETT, Antoinette. A lei e o corpo. In *Physis, Revista de saúde coletiva*. Vol. 1, n° 1, 1991. p. 27.

faltar. A inferioridade econômica da cidade em relação aos municípios da área de colonização alemã e o crescimento de cidades como Criciúma, com a exploração do carvão, bem como a redução da importância do porto de Florianópolis, que não conseguia ser o escoadouro da principal atividade exportadora de Santa Catarina de então, a exploração madeireira. Uma posição geográfica que não favorecia a “interiorização” do Estado, ou seja, uma cidade isolada numa extremidade do território estadual, enquanto uma nova área de expansão econômica e de povoamento começava a ser aberta na outra extremidade, ou seja, no Oeste, onde surgiam as bases da agro-indústria. Uma idéia sempre recorrente e que foi lembrada em Santa Catarina em diversos momentos, a transferência da Capital do Estado para o interior, de modo a torná-la mais próxima da maioria dos municípios, tomou grande força na década de 1950. Uma ameaça séria aos grupos dominantes de Florianópolis, que precisaram articular respostas eficientes para o problema.

Contudo, mais importante do que todos os argumentos geo-políticos e econômicos para a transferência da Capital, a posição de Florianópolis à testa do Estado estava ameaçada justamente pelo enfraquecimento político do PSD. Foi quando este grupo estava fora do governo do Estado, que as vozes que ansiavam pela mudança da capital tornaram-se ainda mais fortes, pretendendo aproveitar o momento para que a proposta fosse finalmente realizada. Obviamente a imprensa de Florianópolis buscava a todo custo desqualificar os autores dessas idéias, defendendo com ênfase a cidade. Mas, a simples existência das propostas, demonstra que a mudança de ambiente político na virada dos anos 40 para os 50, fragilizava estrategicamente Florianópolis, justamente pelo marcado domínio do PSD e, particularmente, da figura de Aderbal Ramos da Silva.

Em 1952, um vereador fazia um veemente protesto contra a transferência de órgãos do governo do Estado para cidades do interior, o que poderia ser o primeiro passo para solapar a condição de Florianópolis como capital. Os grupos políticos da cidade começavam a ficar alertas para possíveis iniciativas, por mais tímidas que fossem, de retirar da cidade órgãos públicos, até porque estes eram fontes fundamentais para seu exercício político, com a ocupação de cargos e a distribuição de empregos. O retardo de obras de melhoria e infraestrutura da cidade era uma constante acusação ao governo do Estado, que estaria despojando

Florianópolis de investimentos⁵⁸.

Justamente nesse momento procurou-se a todo custo encontrar formas alternativas para o desenvolvimento de Florianópolis, que promovessem seu crescimento acelerado e pudessem dar à cidade as feições de uma “verdadeira capital”. A capital tinha que ser o emblema político de que os grupos dominantes seriam capazes de continuar exercendo seu poder nos tempos que viriam e de dar à sociedade as possibilidades de participar dessa “cultura de futuro” que os meios de comunicação apresentavam. Envolvendo esse clima, percebe-se também aquilo que pode ser aqui apresentado como uma certa preocupação com o olhar do “outro”. Florianópolis colocava-se numa escala de comparação com outras cidades, geralmente perdendo inclusive para municípios do interior de Santa Catarina. O fato de ser uma das menores capitais do país, com uma arrecadação extremamente frágil, era citado quase numa postura de auto-comiseração. Isso tornava-se ainda mais importante quando se leva em conta que pretendia-se atrair visitantes e turistas para a cidade. O que mostrar, o que oferecer e qual imagem esses “estrangeiros” teriam de Florianópolis tornava-se algo muito importante.

Por essa mesma época começavam a ser executadas algumas obras na cidade que mudavam levemente sua paisagem urbanística. Num artigo recolhido em um jornal do Rio de Janeiro⁵⁹, a revista Sul registrava as impressões do escritor Marques Rebelo que afirmava ter a cidade melhorado, destacando entre os pontos que marcariam seu progresso “a luz” e o “Hotel Lux”. O autor enfatizava que “a luz era uma vergonha”, pois “quem perdesse uma abóbora no meio da rua, ficava sem ela”, fazendo com que o povo, em suas “espertezas”, vivesse “como uma nova espécie de vaga-lume”, utilizando lanternas de pilha. Agora, “além de leitura e moral, o simpático habitante da ilha” poderia possuir “rádio sem pilha, geladeira, batedeira, enceradeira e liqüidificador”. Além disso, agora a cidade também dispunha de um hotel bastante razoável que com seus seis andares, olhava “Florianópolis com uma superioridade de arranha-céu, que só reparte com o novo edifício do IPASE”. No alto do edifício, uma luz vermelha avisava aos aviadores a “existência do colosso”.

⁵⁸ Câmara Municipal. Ofício n.º. 566, de 12/08/1952, ao Governador do Estado. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. PG, 1952/3, p. 142-3.

⁵⁹ SUL, Revista do Circulo de arte moderna. Florianópolis: Ano V. Jun/1952. n.º 16. p. 40-41. n.º 27.

A possibilidade de acesso a novos objetos de consumo parecia que iria fazer Florianópolis entrar definitivamente numa nova era, na qual o capital passava a não investir apenas no aumento da produção, mas na criação de novas necessidades. A tecnologia, portadora do futuro, iria agora incorporar-se no cotidiano, transformando hábitos e criando sujeitos sociais capazes de lidar com o mundo do “amanhã”. A grande alusão a apetrechos domésticos eletrônicos, algo seguramente já presente em centros maiores, começava a encantar a classe média da cidade que, mesmo sem entendê-la, seguia as tendências da lógica capitalista do pós-guerra, imposta sob a liderança dos Estados Unidos, à qual logo inseriu-se a economia brasileira. Os norte-americanos valeram-se de todos os meios disponíveis, notadamente aqueles baseados na difusão de imagens — cinema e televisão — para construir e disseminar toda uma mitologia calcada no “sonho americano”, no “destino manifesto”, entre outras versões, que fazem parte de um conjunto simbólico norteador das ações políticas daquele país, sejam internas ou externas, alimentadas por um certo messianismo. A partir da grande retomada econômica do *New Deal*, nos anos 30, com investimentos maciços em enormes obras públicas, isso ficaria ainda mais acentuado. Pode-se ainda mencionar a moda das capsulas do tempo, que foram enterradas às centenas ao longo de todo o século XX, contendo certos objetos típicos de uma época e de um lugar, devendo ser reabertas muito tempo depois, pelos homens do futuro.

Dentro dos limites possíveis, Florianópolis inseria-se nas tramas dessa nova economia que começava a constituir-se, baseada no consumo de serviços e no crescimento de setores terciários. Embora, com o passar do tempo e, certamente atendendo aos interesses dos investidores, o turismo começasse a aparecer como a grande alternativa para a cidade, muitos ainda lamentavam a ausência de indústrias, fator sempre apresentado para justificar sua insignificância econômica. Durante muito tempo, por outro lado, a imprensa publicaria artigos que apregoavam a necessidade de apoiar a agricultura no interior da ilha. Numa edição do jornal *O Estado* de setembro de 1953, um artigo lamentava a desistência flagrante da municipalidade em desenvolver “a agricultura e a pecuária na Ilha”. Num tom pejorativo procurava desqualificar as iniciativas que pretendiam tornar o turismo a alternativa mais viável para Florianópolis, o que nada mais seria do que construir “restaurante no desprovido

Rio Vermelho, com mesinhas onde comer os farnéis levados da cidade” e continuar a acreditar que “algum particular que não saiba mais onde meter dinheiro” aparecesse para erguer um hotel no morro da Lagoa da Conceição. E concluía: “turismo desse jeito, dá para rir!”. Os argumentos mais comuns utilizados pelos defensores do turismo eram desqualificados de modo bem direto, numa demonstração de que o futuro estava em disputa. Num determinado trecho do artigo, questionava-se: “se Montevidéu se mantém com a renda do turismo, que temos nós com isso? Não será porque preferiu este à agricultura?”

De nada adiantaria tentar criar condições turísticas na cidade, se para os “forasteiros” só pudesse ser mostrado uma população de “opilados e indolentes, ou metidos a espertos, esmolando pelas ruas e lojas da cidade, numa quantidade impressionante, e vivendo em casas de bambu e barro, com o interior de chão batido”. Para evitar que essa situação continuasse, só mesmo investindo na agricultura do interior da Ilha, pois não poderia constituir atrativo turístico a apresentação de um “povo amarelo e barrigudinho, catando tatuíras nas praias”, pois nada estava sendo feito para investir na modernização da produção agro-pecuária ilhoa e nem mesmo na melhoria das condições de habitação da população mais pobre de Florianópolis. Dando continuidade à questão da agricultura na Ilha, alguns dias depois um outro artigo lembrava que o café poderia ser uma alternativa econômica importante, garantindo um “futuro compensador”. Um cafeicultor ilhéu inclusive já estaria produzindo em grande quantidade e conseguindo bons resultados. Lembrava-se que o café de tipo “sombreado” era uma das tradições da região da Grande Florianópolis, obtendo muitos apreciadores e sendo torrado e moído por tradicionais empresas da cidade que há muitas décadas exploraram o produto⁶⁰.

Qual seria a forma de desenvolvimento econômico a ser implantada em Florianópolis? Da resposta para essa questão decorreriam enormes transformações nas feições da cidade e em sua estrutura social. O futuro da cidade estava em jogo e, nesse jogo, só poderiam participar os mesmos grupos de poder de sempre, detentores dos principais recursos materiais e simbólicos de Florianópolis. O destaque de personalidades públicas como Aderbal Ramos da Silva, acabava por determinar rumos ou influenciar nas idéias que circulavam em Florianópolis acerca das suas possibilidades futuras. Os já mencionados planos de

⁶⁰ O Estado. Florianópolis, 01/09/1953, n.º. 11.695, ano XL, p. 3; O Estado. Florianópolis, 20/09/1953, n.º. 11.712, ano XL, p. 8.

investimentos em praias do norte da ilha, acabavam sendo encabeçados ou recebendo a chancela desse tipo de liderança política. Era como se o futuro da cidade tivesse que necessariamente estar sob controle dos mesmos grupos de sempre.

Em 1957, a cidade tomou conhecimento de um plano para a criação de um moderno balneário na Praia do Forte, ao norte da Ilha. Anunciado como “um dos mais completos balneários do sul do país”, teria “um arruamento em moldes semelhantes ao da revolucionária cidade balneária de Cabo Frio”, num investimento que construiria um hotel luxuoso e muita arborização. Um colunista entusiasmava-se: “quando acontecerá não sabemos, porém, a turma está em constante movimento para concretizar o sonho em realidade dentro de pouco tempo”. Uma obra da então recém criada Imobiliária Jurerê, que lançava no mercado de Florianópolis a possibilidade para que fossem adquiridas cotas do novo investimento, prometendo um futuro muito rentável. Tanto o balneário quanto o hotel a serem executados, seriam projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, já renomado na época. Contudo, o que mais chama a atenção é que a imobiliária responsável pelo empreendimento tinha como seu diretor presidente, Aderbal Ramos da Silva⁶¹. O “dono da cidade” tomava a iniciativa de liderar, com seu grupo político, as possibilidades de transformações prometidas para o futuro, com o turismo. Mais uma vez, Florianópolis tinha seu futuro atrelado a um passado sempre presente, marcado pela dominação de estruturas familiares e oligárquicas. O turismo, uma novidade que aparecia como portadora do futuro, já surgia no horizonte como uma forma de manter a hegemonia de uma tradição política e familiar. Um futuro sob controle dos que planejavam estender no tempo seu poder.

Por outro lado, não faltavam os que buscavam ainda disseminar a idéia de que o desenvolvimento da cidade não poderia prescindir do modelo industrial. Numa época em que a industrialização acelerada era uma meta do governo federal, através da atração de capital estrangeiro e da instalação de multinacionais automobilísticas, a ausência de Florianópolis em todo esse processo gerava descontentamentos expressos na imprensa. Para estes defensores do que poderíamos chamar de modelo industrial, a cidade encontrava-se no “avesso” de todo o processo de transformações que se operava no país.

⁶¹ O Estado. Florianópolis, 13/03/1957, n.º. 13.004, ano XLIV, p. 12.

Um jornal serviu para que um certo Jean de Lissière, certamente um pseudônimo, comentasse o que considerava aspectos que contrariavam o que seria desejável para o desenvolvimento de Florianópolis. Fazia um balanço bastante repetitivo das carências da cidade, frisando sua pobreza, a “falta de indústrias”, a fraqueza do comércio e da iniciativa particular, concluindo que “as instituições são atrofiadas, não apresentando o viço e o progresso que se notam noutras capitais” Contudo, tudo isso poderia ser evitado, segundo o articulista, se não houvessem tantos obstáculos aos homens de negócio, pois os poderes públicos estariam deixando de apoiar os investimentos no setor produtivo. Enquanto estariam sendo “tratadas” aquelas “estradas que dão acesso às praias de banho e calçados verdadeiros becos sem saída”, as ruas que serviam para o tráfego dos “veículos de trabalho” continuavam “desprezadas”. Claramente há uma oposição entre trabalho e lazer nesse discurso. Os esboços de uma indústria do entretenimento, do turismo, que levavam a gastos públicos em praias da Ilha, não constituiriam trabalho e produção. Os “verdadeiros” produtores, aqueles que insistiam na indústria, estavam sendo preteridos. Essa situação estaria fazendo com que a energia elétrica estivesse totalmente empregada “na iluminação pública, nos cinemas, nas boites, nos clubes, nunca, porém, é permitido que seja consumida na oficina”. E prosseguia: “aliás, é muito comum em Florianópolis, quando se fala em energia elétrica, não se dizer energia ou força, diz-se luz”⁶². Os empreendedores estariam sendo afastados da cidade, pondo em risco seu futuro.

As possibilidades de que indústrias viessem a instalar-se no município, embora vagas, tinham um efeito importante sobre os que almejavam que a Capital continuasse se “agigantando no cenário industrial do Estado”. Sempre em desvantagem em relação aos municípios do Vale do Itajaí, era com se Florianópolis estivesse permanentemente na berlinda, tendo que legitimar-se como capital. Daí o entusiasmo demonstrado nos jornais, quando “iniciativas arrojadas” surgiam no horizonte, capazes de pôr a cidade “entre as mais adiantadas da federação”⁶³. A instalação de pequenas fábricas de tecidos e biscoitos já eram o suficiente para produzir o efeito de aguçar ainda mais os discursos daqueles que diariamente não deixavam os leitores de seus jornais esquecerem a necessidade de que a cidade rompesse

⁶² A Gazeta. Florianópolis, 16/12/1952, n 4.283, ano XIX, p. 6.

⁶³ A Gazeta. Florianópolis, 22/02/1953, 4.333, XIX, p. 8.

com sua tradicional monotonia.

Uma disputa velada, surda, dava-se nessas pequenas frestas abertas pela imprensa para a exposição de opiniões diversas sobre o desenvolvimento de Florianópolis. Nesse ponto, já não mais estava em questão se o futuro desejado e antevisto através das mídias e dos referenciais do capitalismo internacional, algum dia tocaria as baías da Ilha de Santa Catarina. Discutia-se já, qual seria o futuro, qual o modelo a ser empregado para que tais aspirações fossem atingidas. Obviamente, a partir de um certo momento em que as forças políticas dominantes convergissem para um determinado caminho, estaria ali, pretendiam, a localização precisa do futuro a ser almejado para Florianópolis. Todos esses discursos levavam em conta as diversas conjunturas políticas e os jogos de poder que tinham palco na cidade, procurando sua legitimidade nessas fontes de autoridade, que poderiam ou não ungir com seu toque taumatúrgico as pretensões dos diversos agrupamentos em disputa. Mais do que as representações, portanto, lutava-se concretamente pela posse dos instrumentos e dos ganhos materiais advindos com a opção por esta ou aquela forma de investimento. O novo deveria surgir sob a égide do já estabelecido.

Era a privatização do interesse público, lançando no futuro as relações entre público e privado que formavam a tradição oligárquica do Estado brasileiro. A distinção entre essas duas esferas, criada no processo de ascensão da burguesia e formação do Estado moderno, jamais ganhou contornos muito nítidos no Brasil, onde não chegou a haver uma ruptura efetiva com os traços político-administrativos herdados ainda do período colonial, nos quais prevaleciam a troca de favores e de lealdades, numa sociedade em que as profundas desigualdades impediam qualquer tipo de isonomia jurídica capaz constituir uma sociedade de cidadãos. Nesse ambiente, o clientelismo político pôde vicejar como uma maneira de impôr uma relação de dependência entre Estado e sociedade.

José de Souza Martins aponta que o clientelismo no Brasil é “uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos”, o que se apresenta como “uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres”. Lançando essa reflexão para a Florianópolis de meados do século XX, vê-se claramente como o Estado e seus possíveis favores era um dos, senão o principal recurso de acumulação de

riquezas pela classe dominante da cidade. Dominar o Estado significava controlar os meios de obter e ampliar o poderio econômico de uma elite há muito estabelecida. O próprio futuro tornava-se então mais uma peça do jogo de manutenção de poderes e tradições políticas. Pensar o futuro da cidade, significava pensar em maneiras de eternizar-se no poder, mesmo quando se empregava termos como mudança e modernização. A reflexão de Martins é, então, preciosa: “a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como desdobramento do velho”⁶⁴.

Essa modernização conservadora atingia um âmbito ainda mais sofisticado no Brasil dos anos 50, quando investimentos em várias áreas modificaram sistemas de produção e consumo, atingindo hábitos cotidianos arraigados, como é o caso da alimentação, com a proliferação de uma dieta à base de proteína animal e óleos vegetais, o que pode ser simbolizado pela introdução da margarina. Em Santa Catarina, as áreas rurais rapidamente sofreriam o impacto dessas transformações, dentro do programa “Ponto IV” do governo norte-americano, que incluíram a criação do programa de extensão rural⁶⁵. Era a exportação do *american way of life*, com a uniformização de padrões de consumo massificados. Geladeiras e *Coca-Cola* tornaram-se os símbolos de um novo estilo de vida, promovido pelo surto tecnológico. Segundo Eric Hobsbawm, “a crença era que ‘novo’ equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionário”⁶⁶. Para Renato Ortiz tratava-se de uma “mundialização da cultura”, com uma certa convergência dos hábitos culturais. A convivência com eletrodomésticos, telefones, televisão, automóveis, viagens, tornou-se mais familiar para os que tivessem condições de participar dessa cultura⁶⁷.

Era mais do que um mero sistema de produção em massa. Começava a manifestar-se “um modo de vida total”⁶⁸. Para Nicolau Sevcenko a segunda metade do século

⁶⁴ MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-30.

⁶⁵ LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In BRANCHER, Ana (org.). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 41-60.

⁶⁶ HOBBSAWN, Eric J. Op Cit. p. 261.

⁶⁷ ORTIZ, Renato. Mundialização e Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. 240p.

⁶⁸ HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993. p. 129-130.

XX foi marcada não só pela difusão de “novas fontes de energia e suas respectivas tecnologias, a eletricidade e os motores de combustão interna movidos a derivados de petróleo”, mas também por “uma intensa expansão do comércio e processamento industrial de outras fontes, nesse caso pessoais e individuais, de energia e excitantes, bebidas alcoólicas, refrigerantes aditivados com estimulantes, tabaco, açúcar, cacau e, sobretudo, café”. Produtos com “destinação individual” e ajustados “com as necessidades de otimização e aceleração do desempenho industrial”: a cerveja engarrafada passou a substituir o vinho, bem como o cigarro tomou o lugar do charuto, o chá é trocado pelo cafezinho, “de preferência com bastante açúcar e acompanhado de uma bala de hortelã ou um bombonzinho de chocolate com recheio de licor. Em caso de calor, o cafezinho pode ser substituído pela *Coca-Cola*. Para casos de excesso ou sobrecarga, nesse mesmo momento se dá a providencial invenção da aspirina”⁶⁹.

Analisando peças publicitárias do período, que cresciam à medida em que tornava-se maior a expansão capitalista no país, Anna Cristina Camargo Moraes Figueiredo verifica como procurou-se à certa altura transmitir a idéia de que o progresso viria para superar o passado agrícola do país e privilegiar os habitantes urbanos, que teriam acesso às facilidades modernas. Nesse momento “o termo *moderno* pressupunha, na publicidade, a supressão do passado e a inauguração de um ‘tempo novo’”.⁷⁰ Era no espaço urbano que estava o público da propaganda e os consumidores das novas indústrias, basicamente uma classe média cada vez mais numerosa e ávida por novidades, reforçada pelo incentivo ao crediário. Os valores do livre-mercado e da iniciativa privada tinham então amplas formas para difundirem-se num momento em que a guerra fria apresentava-se mais aguda e internamente a confrontação entre direita e esquerda radicalizava-se.

A entrada de Florianópolis no padrão de consumo e na própria maneira de viver desse novo tipo de sociedade tão invejado, envolveria não só novas estratégias de investimentos econômicos, mas também alterações na própria feição da cidade. Nesse período a administração de Florianópolis começou a esboçar o planejamento de sua expansão urbana,

⁶⁹ SEVCENKO, Nicolau. Futebol, metrópoles e desastros. In Revista USP: Dossiê Futebol. São Paulo: USP, n° 22, Jun-ago/1994. p. 30-37.

⁷⁰ FIGUEIREDO, Anna Cristina C. Moraes. “Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec, 1998. p. 31-51.

sendo contratada com um Escritório de Urbanismo de Porto Alegre a elaboração de um Plano Diretor que ordenasse e promovesse a urbanização, bem como a elaboração de um código de obras. Elaborado por dois arquitetos, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, e um urbanista, Edvado Pereira Paiva⁷¹, o Plano Diretor de Florianópolis foi encomendado na gestão de Paulo Fontes, quando a UDN dominava tanto o governo do Estado quanto a prefeitura da capital. Começou a ser elaborado em 1952 e se constitui, para a sua época, um documento oficial a respeito das características urbanas da capital de Santa Catarina tão importante quanto o foram os relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Interessante é que também havia um certo olhar “estrangeiro” no Plano porque a equipe era toda de Porto Alegre, o que levou um dos membros, Moacy Zamora, a fixar residência na cidade durante um certo período para recolher as informações necessárias e ter as impressões sobre os hábitos correntes da população.

Em 1955 a versão final do Plano Diretor transformou-se na lei municipal n.º. 246/55, aprovada pela Câmara Municipal. Mas, em sua grande maioria, as propostas estruturais apresentadas jamais foram colocadas em prática e, mesmo, contrariadas por completo. Por outro lado, a cidade passou a contar com um novo “Código Municipal”, que fixava uma série de regras e posturas em relação à construção de edifícios, residências, casas de espetáculo, normas sanitárias, administração pública e transportes⁷². De todo modo, foi um momento em que sentiu-se a necessidade de pensar a Florianópolis do futuro de modo sistemático, procurando antecipar sua expansão urbana, determinar suas vias de desenvolvimento econômico e fixar regras de conduta gerais que atingiriam toda a população num espaço de tempo determinado.

As razões para que a maior parte das propostas do Plano jamais tenham sido implantadas serão abordadas mais adiante, mas é a própria construção de uma nova expectativa em relação ao futuro da cidade, planejado e rigidamente previsto, que vale a pena ressaltar neste momento. A gestão urbana de Florianópolis começava a transformar-se sob

⁷¹Além dos mencionados, houve ainda a colaboração do Arquiteto Moacy Zamora e os desenhos e perspectivas gráficas dos estudantes João J. Valandro, Luiz N. Fayet, Armando Piazza Fº e Moacyr Zanin.

⁷²Prefeitura Municipal de Florianópolis. Lei n.º. 246. Aprova o Código Municipal de Florianópolis. Suplemento do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. 21/11/1956, n.º. 5.495, ano XXII.

impulso de novas maneiras de compreender a cidade, de organizá-la e de outras preocupações que surgiam no horizonte, como a necessidade de torná-la capaz de firmar-se definitivamente como centro político estadual e base do bloco de poder que pretendia o controle tanto da capital como de toda Santa Catarina. A cidade projetada pelo Plano Diretor nunca chegou a existir, mas aquele documento não perdeu-se no tempo. Foi a expressão de uma época e de uma nova cultura urbana que efetivamente balizou a cidade que veio a ser construída. O Plano construiu uma cidade invisível, uma cidade de papel, mas cuja existência não deixou de influenciar a cidade visível que se deu a conhecer nos anos seguintes. Um conjunto de princípios, sensibilidades e práticas foram fixadas, marcando a urbanidade de Florianópolis.

Conhecendo de antemão as carências do poder público municipal, com as dificuldades de arrecadação e a óbvia escassez de recursos, o Plano não fixou datas ou cronogramas para sua implementação, tendo apenas a pretensão de estabelecer normas que estariam regendo o futuro da cidade, situando e organizando espacialmente cada passo das intervenções urbanas que viriam e que, assegurava-se, seriam as mais funcionais e econômicas. A preocupação ainda era a de “tocar o menos possível nos valores imobiliários existentes” e manter os “valores históricos e tradicionais, essa paisagem plástica e arquitetônica tão característica desta cidade”⁷³. Neste último caso, o documento serve ainda como importante fonte visual, contendo várias fotografias sobre aspectos cotidianos da cidade e apresentando situações e locais que tinham pouca visibilidade urbana, como é o caso dos morros, com suas casas pobres e as ruas sem infraestrutura que ainda faziam parte da vida do centro e da fisionomia da cidade.

Uma questão que logo chama a atenção é a grande importância dada no documento para o resgate da função portuária de Florianópolis. A cidade não teria mais do que “trapiches que atualmente desempenham a função de cais”. É a partir dessa condição econômica, considerada necessária para sustentar seu desenvolvimento, que pensa-se a futura cidade. A própria história da cidade aparece como uma decorrência das idas e vindas e das flutuações que acabaram limitando as condições do porto de Florianópolis e que, assim, teriam determinado o estancamento do crescimento econômico da cidade. Fazia-se, nessa

⁷³ PAIVA, Edvaldo et alii. Plano Diretor de Florianópolis. IOESC: 1952. p. 8.

perspectiva, indispensável o desassoreamento do canal entre a Ilha e o Continente, permitindo a entrada de navios de grande calado e a construção de um grande porto, com o que a cidade aumentaria seu ritmo de desenvolvimento e sustentaria as transformações urbanas apontadas. Sem essas condições Florianópolis permaneceria com suas feições coloniais, marcadas por um traçado de ruas em xadrez, pequenos quarteirões, vias estreitas, tudo em função de uma praça central ao redor da qual situavam-se os órgãos do poder eclesiástico (a Catedral) e do poder civil (Câmara de Vereadores e Palácio do Governo). Até então, as fronteiras de expansão urbana para as quais a cidade dirigia-se eram apenas a baía norte e o Morro da Cruz. O restante da Ilha de Santa Catarina era composto de pequenas povoações isoladas e de difícil acesso. O continente permanecia com vida quase autônoma em relação ao centro, expandindo-se lentamente na dependência de ser via de acesso terrestre à Ilha⁷⁴.

Dentro das idéias de superação acelerada do subdesenvolvimento, que marcavam a sociedade brasileira de meados do século XX, a grande preocupação dos autores do Plano Diretor era identificar os pontos que estariam provocando o “atraso” de Florianópolis, impedindo que no futuro atingisse o pleno desenvolvimento. A idéia de atraso foi uma das mais importantes invenções e um dos conceitos empregados com frequência no período para distinguir uma parte do país, que estaria avançando rumo ao progresso, de um outro Brasil, preso a uma configuração sócio-econômica tradicional. Dentro desses princípios, Florianópolis fazia parte do atraso e para superá-lo somente a entrada definitiva no mundo industrial, transformando-se num grande centro urbano. Tanto os “problemas” identificados na cidade, quanto as soluções apontadas, fazem parte de um contexto em que aos técnicos e planejadores foi atribuído um poder quase demiúrgico de intervenção eficaz e a autoridade para fixar os rumos da sociedade brasileira. Sejam os economistas, os agrônomos ou os urbanistas, todos pareciam estar imbuídos da necessidade de tornar o social um campo apreensível pela razão técnica, traçando cientificamente os objetivos a serem alcançados por qualquer contexto social. O ritmo lento de desenvolvimento de Florianópolis só seria plenamente modificado quando a cidade passasse por um processo intenso de intervenções econômicas. Caso contrário, permaneceria uma cidade pequena, dividida entre chácaras das

⁷⁴Ibidem. p. 11-13.

famílias ricas e “malocas” nos morros próximos ao centro, dispersando a população e tornando muito baixa a densidade urbana. Tais fatores só poderiam ser desfavoráveis à produtividade do trabalho da comunidade, a qual permaneceria sem grandes expectativas e possibilidades de mudança⁷⁵.

O documento não deixava dúvidas: a única importância marcante de Florianópolis no cenário catarinense era ser sede do poder estadual, sentenciando que a cidade estava “atrasada, do ponto de vista industrial e comercial e o seu ‘hinterland’ não atingiu um nível econômico capaz de sustentar uma grande cidade moderna”. A pretensão de todos os que acreditavam numa rápida transformação de Florianópolis e a chegada de um futuro que traria todas as maravilhas modernas era posta por terra, na medida em que a cidade não conseguia criar condições de crescimento econômico. As mesmas elites que preconizavam uma Florianópolis totalmente diferente não abriam mão de manter suas grandes chácaras na direção da baía norte, impedindo o adensamento populacional do centro e encarecendo as reformas urbanas.

A especulação imobiliária com essas amplas áreas agravava o quadro urbano, formando muitas “áreas vacantes”, aliando-se ao fraco potencial econômico da cidade que impedia as obras de melhoria, principalmente as viárias. Esses problemas estruturais faziam com que Florianópolis apresentasse grande dispersão urbana, desfavorecendo a produtividade do trabalho, onerando o poder público com as obras de expansão viária e de transporte e tornando lento o ritmo de vida. A fisionomia de Florianópolis, apesar de todo o discurso em contrário, levaria muito tempo para transformar-se e o futuro tão almejado quase nada alteraria sua fisionomia urbana.

Daí a necessidade do porto de Florianópolis, considerado o meio mais eficaz de tirar a cidade do atraso. Só com o novo porto estaria assegurado o desenvolvimento comercial e industrial. Em 1954, o governo estadual chegou a esboçar uma transformação do pequeno porto da cidade, há muito com um fraco movimento e apenas utilizado por barcos de pequeno calado. A dragagem de 13 quilômetros de extensão no canal que separa a Ilha do continente, na baía norte, era anunciada nos jornais que apoiavam o então governador da UDN, como “a

⁷⁵ RIZZO, Paulo Marcos Borges. Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis – 1950 a 1990. Florianópolis: UFSC (Dissertação de Mestrado em Geografia), 1993. p. 20-21.

primeira estaca do futuro porto da capital”, deixando para trás as condições naturais que até então haviam vetado o progresso da cidade, possibilitando “passagem aos maiores transatlânticos”⁷⁶.

Obviamente nada disso ocorreu, até porque as condições econômicas da cidade e a falta de comunicações com o interior agrícola e industrial não criavam possibilidades para que Florianópolis tivesse um porto movimentado. Mas, para os partidários da UDN e para um ambiente em que as promessas de futuro eram muito valorizadas, inclusive para os urbanistas, imbuídos do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950, a obra estava plenamente justificada. A tecnologia empregada na dragagem era louvada, simplificando o que antes “era um problema complexo e moroso”. Agora, tudo poderia ser diferente e a qualquer momento a profundidade do canal poderia ser aumentada “com relativa facilidade e rapidez, para dar passagem a navios de qualquer calado”. O otimismo era grande: “estamos certos que os nossos filhos ainda assistirão a esse melhoramento, porque Florianópolis, para o Sul de São Francisco é o único porto em uso que permitirá tal ampliação”. Apostava-se que a ampliação da produção de carvão no sul do Estado, na região de Criciúma, esgotaria o porto de Imbituba, abrindo espaço para Florianópolis. A UDN, no exercício do governo do Estado, prometia para a “bela capital de Santa Catarina”, a construção do “porto do Estreito e a extensão da ferrovia desde Laguna”. Com este empenho, haveria “vida econômica” e a industrialização da cidade tornar-se-ia viável, permitindo que os grandes projetos urbanos previstos no plano diretor, como o moderno Estádio e a expansão do Continente, fossem implementados⁷⁷.

Alguns anos depois, a imprensa continuava a lembrar a importância do porto, que ligaria a capital com facilidade aos “centros econômicos de produção do Estado”, o que acabaria com o isolamento e seria condição para o desenvolvimento da cidade, a qual tinha na tradição portuária a base da empresa de navegação Carl Hoepcke. Assim, a cidade poderia voltar aos tempos em que “as grandes companhias de navegação nacionais — e até estrangeiras — mantinham linhas regulares, em Florianópolis, não sendo raro a esse tempo, o

⁷⁶ A Gazeta. Florianópolis, 17/02/1954, n.º. 4.619, ano XX, p. 6.

⁷⁷ A Gazeta. Florianópolis, 18/02/1954, n.º. 4.620, ano XX, p. 1. A Gazeta. Florianópolis, 03/08/1955, n.º. 5.028, ano XXI, p. 1.

dia em que havia alguns navios movimentando-o extraordinariamente”⁷⁸. O marasmo da cidade teria começado quando os navios de grande calado não mais puderam entrar nas baías e o sistema rodoviário passou a ser incentivado pelo governo federal.

Aquele Plano Diretor estava vinculado às concepções dos urbanistas mais importantes da época, particularmente o suíço Le Corbusier que havia fixado nos anos de 1940 o que se pode chamar dos três elementos básicos do urbanismo: o sol, a vegetação e o espaço. É em função desses componentes que os formuladores do Plano Diretor de Florianópolis concebiam a cidade do futuro. Além disso, a idéia de criar condições para o adensamento urbano reproduzia as tendências fixadas por Le Corbusier segundo o qual uma cidade deveria ser um “caminho dos homens” e não um “caminho das mulas”, ou seja, a preferência pela linha reta e objetiva que liga um ponto ao outro no menor tempo possível, racionalmente calculado⁷⁹.

A velocidade seria outro componente importante: antes da indústria e dos motores, a velocidade média ao longo da história havia sido de 4 quilômetros por hora, no máximo, passando então, de forma abrupta para 50 a 100 quilômetros por hora, quebrando antigas relações sociais. A cidade moderna deveria, além de insurgir-se contra os caminhos das mulas, dar condições para a efetivação plena da velocidade que as máquinas industriais pressupunham. Uma ruptura total da “velocidade na produção e no transporte das pessoas e das coisas” ocorreu a ponto de levar a falência as cidades “radiocêntricas”, concebidas a partir de um centro comum de onde expandir-se-iam⁸⁰.

Para resolver o caos e a desorganização das cidades industriais, Le Corbusier preconizava a planificação, com a qual a técnica deixava de ser o oposto da poesia, mas seu promotor. Como um arauto da ordem e inimigo do caos, o urbanista suíço pensava a organização das cidades como uma harmonização entre homem e universo. O importante então seria tomar consciência dos efeitos da sociedade industrial e dar respostas à altura ao novo contexto. Essas mudanças estariam a exigir “leitores de situação, exploradores do futuro próximo”, ou seja, os novos urbanistas, que teriam a condição de reconstruir as cidades sob

⁷⁸ O Estado. Florianópolis, 12/10/1957, n.º. 13.178, ano XLIV, p. 8.

⁷⁹ LE CORBUSIER. Urbanismo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 5-11.

⁸⁰ LE CORBUSIER. Planejamento Urbano. São Paulo: Perspectiva, 1984. p. 9-10.

novos moldes, pois segundo Le Corbusier: “as coisas têm razão de ser. E, quando não mais existem razões de ser, a razão ou o bom senso querem que elas não atravanquem, ainda mais, nossas vidas com o peso de sua inutilidade”⁸¹.

Qual a razão de ser das condições urbanas de Florianópolis nos anos 50? Segundo os autores do Plano Diretor, quaisquer que fossem as suas condições históricas, estavam falidas e deveriam ser rapidamente redirecionadas. As cidades medievais, segundo Le Corbusier também tinham um motivo para sua configuração: a defesa militar. Mas os tanques e os aviões haviam transformado totalmente a guerra, o que tornou inócua a forma daquelas cidades. De modo análogo, na Florianópolis que ainda apresentava um traçado urbano em grande parte herdado do século XIX, a criação de condições econômicas novas que impulsionassem o desenvolvimento da cidade, logo conduziriam à crise urbana, o que deveria ser evitado com a antecipação de intervenções que dessem nova configuração à cidade. A formação de um centro administrativo e de negócios, uma das soluções pregadas por Le Corbusier, foi efetivamente planejada para Florianópolis e já estavam preparados os croquis do novo centro cívico, a ser localizado próximo à região da Prainha, ocupando ainda um aterro que já estava praticamente pronto na época.

Ora, Florianópolis parecia ser um campo de ação perfeito para tantas alterações consideradas necessárias. Ruelas e becos “de mínima largura”, desorganizados e sem critério, automóveis e pessoas disputando espaço, dispersão e rarefação populacional e urbana. Uma antiga e pequena cidade com muitos rastros do passado colonial português. Nessas condições, segundo os autores do plano, só tenderiam a expandir-se as áreas de ocupação precária dos morros, com “malocas” que estavam formando, como em outras cidades brasileiras, “verdadeiros aldeamentos primitivos”, denotando o “baixíssimo padrão de vida de grande parte das classes menos favorecidas” e a “mais viva expressão urbanística de nosso atraso econômico”. Daí a importância atribuída à construção do porto, considerado o único elemento moderno e próprio de uma sociedade industrial que seria capaz de introduzir o dinamismo necessário para o desenvolvimento urbano. Os autores do Plano acreditavam que este seria capaz de transformar radicalmente o panorama de Florianópolis, “o fato mais importante a

⁸¹ Ibidem. p. 21-55.

considerar para uma justa interpretação do futuro desenvolvimento da cidade”. Dentro do espírito de que o desenvolvimento era uma decorrência direta da industrialização, pensava-se a sustentação da futura Florianópolis em dependência da sociedade industrial. Toda a concepção do plano é perpassada por essa necessidade de criar condições para o desenvolvimento industrial, única via possível para alcançar a modernidade⁸².

As reformas preconizadas pelo Plano Diretor indicam uma importante descontinuidade nas intervenções urbanas e isso não apenas em Florianópolis. Até então, havia prevalecido a ordem médica e o discurso sanitarista nas políticas públicas direcionadas para a gestão das cidades brasileiras. Em particular na Primeira República, as grandes reformas urbanas conduzidas nos grandes centros, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, ocorriam sob o signo do combate às doenças epidêmicas, como foi o caso do “bota-abaixo”, conduzido pelo Prefeito Pereira Passos, na então capital da República. Tratava-se então de reformar e desestruturar a cidade colonial, modernizando o traçado e as práticas urbanas. A relação autoritária entre médicos, técnicos sanitários e a população mais pobre e excluída, que habitava cortiços e casas consideradas insalubres, gerou uma série de conflitos violentos, sendo o mais destacado a Revolta da Vacina, em 1904. Um controle policial dos hábitos e comportamentos e a tentativa de impor a ordem burguesa de convívio social, organização familiar e controle da sexualidade, provocaram a exclusão das classes populares para as periferias e os morros das cidades, vitimadas pelas intervenções que visavam a construção de grandes obras públicas, principalmente largas avenidas, onde a circulação urbana pudesse ser organizada de modo a facilitar os fluxos econômicos, promover valorizações imobiliárias que atenderiam interesses particulares e a construção de novas áreas de habitação para os mais abastados, rigorosamente dentro dos parâmetros de salubridade e moralidade burguesas.

Após a Segunda Guerra Mundial, mesmo na pequena Florianópolis, é possível perceber uma distinção importante no sentido atribuído às intervenções urbanas que passaram a ser requeridas. O discurso médico não foi abandonado, mas agora é possível verificar que os arquitetos e urbanistas tornam-se os portadores daquilo que Pierre Bourdieu denomina “monopólio da representação legítima do social”, dispondo do poder para estabelecer as

⁸² PAIVA, Edvaldo et alii. Op cit. IOESC: 1952. . p. 14-15.

classificações consideradas mais apropriadas para entender a vida urbana e intervir em suas práticas. Todas as demais formas de conceber a cidade, mesmo o discurso médico, tiveram que subordinar-se à eficácia das representações urbanísticas, cuja taxionomia tornava-se praticamente indiscutível⁸³.

É desse momento o grande valor atribuído para os projetos urbanos elaborados para as novas cidades brasileiras, chegando ao auge com a construção de Brasília. Foi segundo essa auto-imagem e segundo uma formação discursiva que conseguia impor-se na medida em que relacionava-se com o contexto nacional-desenvolvimentista, que os urbanistas de Porto Alegre pensaram Florianópolis, com o intuito não mais de medicalizá-la e resolver seus problemas sanitários, mas de tirá-la do atraso e construir-lhe um futuro moderno, em suma, industrial. É dentro desses princípios que se estabeleceu uma nova ordem urbanística, que visou a valorização de grandes empreendimentos capitalistas e tomou a cidade como um campo de produção da nova sociedade, a qual se pretendia avançada e voltada para a criação constante de novos horizontes de expectativas para seus habitantes. A cidade de meados do século XX deveria construir o futuro, ser o instrumento para a aceleração do tempo. Só assim, seu futuro como cidade mais importante de Santa Catarina poderia ser assegurado.

Florianópolis deveria ser vista como um espaço a ser reservado para a criação de cenários futuros. A fisionomia da cidade passaria lentamente por mudanças que alterassem seu ritmo de desenvolvimento. O centro, que desde os anos 20 vinha sofrendo transformações para o seu “aformoseamento”, viu juntar-se ao Trapiche Municipal, onde estava instalado o Bar Miramar, o Hotel La Porta, erguido em 1932, único com elevador e que, com seus quatro andares, iniciaria a verticalização da área central. Depois, além do Hotel Lux e do Ipase, viriam os edifícios do Banco do Brasil, das Secretarias e do Banco Nacional do Comércio, todos nos anos 50⁸⁴.

Uma cidade nova para habitantes que espelhavam-se nas propagandas que chegavam nas revistas de circulação nacional ou mesmo nos jornais e rádios locais. Pode-se

⁸³ BOURDIEU, Pierre. Lições da aula: aula inaugural proferida no Collège de France. São Paulo: Ática, 1988. 63 p.

⁸⁴ VEIGA, Eliane Veras da. Processo histórico de mutação da paisagem urbana da área central de Florianópolis (1850-1930). Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1990. p. 280; 454.

sugerir que estava sendo simbolicamente criada uma antecipação do futuro, acelerando o ritmo do tempo para alcançar-se logo as promessas inscritas no novo modo de vida adotado. Ao mesmo tempo, eram anunciadas a abertura da avenida Rio Branco, no centro, com uma nova expansão da área urbana na ilha, criando maiores possibilidades de investimentos e também alterando ainda mais o formato da cidade. Sugeriam-se alguns alargamentos de ruas na área continental e o trânsito de automóveis começava a tornar-se mais intenso. Florianópolis poderia ensaiar sua entrada num processo de urbanização mais dinâmico⁸⁵.

Na nova cidade a ser construída, o meio natural cederia espaço para a ação humana. As tecnologias mais avançadas estariam à disposição dos habitantes para a transformação total dos cenários até então existentes. A ampliação da área central seria urgente e nada poderia impedir o avanço das novidades e da instauração de uma fisionomia moderna para Florianópolis. Em suas “considerações filosóficas sobre a cidade”, o colunista Osvaldo Melo via a cidade vestida “com as roupas do passado e as do presente”. As do passado, guardadas “no velho baú de couro cru com pedras de naftalina e cânfora”, ainda persistiam e teimavam em não desaparecer, o que ficava claro com um “passeio mais demorado pela tortuosa Conselheiro Mafra”, com seus “traços da engenharia colonial” que só causavam congestionamentos do trânsito. A impossibilidade de alinhar e criar uma lógica moderna naquela área, só deixava uma única alternativa: “ali, o jeito é derrubar”. Pôr abaixo “aquela velharia”, ou seja, todo o casario antigo e alargar a rua, para que esta não continuasse “a enfeiar a cidade, impedindo seu progresso”⁸⁶. Pregava-se para a concretização do futuro, nada mais do que uma drástica e radical reforma urbana, que rapidamente tornasse a cidade um espaço para a cultura do automóvel e da velocidade dos fluxos.

O centro, entre o mar e os morros da Ilha, deveria ser ampliado com a conquista das águas, através de aterros que modificariam as relações da população com o mar — um dos recursos mais óbvios da cidade. Esses aterros seriam ainda a demonstração cabal do poder que os novos recursos tecnológicos punham à disposição dos que pretendessem ser artífices do futuro. Nos anos 70 é que a cidade viria a ter uma grande alteração em seu centro,

⁸⁵ A Gazeta. Florianópolis, 03/02/1953, n.º. 4.319, ano XIX, p. 4.

⁸⁶ O Estado. Florianópolis, 15/01/1957, n.º. 12.626, ano XLIV, p. 2.

com o Aterro da Baía Sul, uma nova ponte entre ilha e continente e uma grande explosão imobiliária. Mas já são possíveis verificar algumas projeções, alguns esboços que, certamente, poderiam ter sido apenas isso, se não fizessem parte de uma época em que o futuro era mais do que algo a ser imaginado, mas sim planejado e objetivado com medidas pragmáticas.

Foi a partir desse momento que se verificou uma profunda mudança urbana em Florianópolis, com a passagem de uma cidade marítima para uma cidade rodoviária. Paulo César dos Santos⁸⁷ desenvolve uma reflexão a esse respeito, apontando o quanto o mar estava presente na cidade. Antes de 1926, com a instalação da ponte Hercílio Luz, era pelo mar que a cidade se comunicava com o continente e era através de embarcações marítimas que a população preferia deslocar-se de um ponto ao outro do município, devido à precariedade das vias terrestres. “O mar era a superfície de circulação”.

Mesmo depois da ponte, durante várias décadas, as feições e os hábitos urbanos do centro e áreas adjacentes eram marcadas pelas águas marítimas, com uma língua d’água há apenas alguns metros dos passantes. Aos poucos, através de aterramentos, essa situação foi sofrendo algumas modificações, mas que não tinham ainda um caráter radical. Eram aterros mecânicos, ou seja, com entulhos e terras que a cidade aos poucos ia despejando nas águas do mar, até que se formavam alguns metros de superfície sólida que, com o despejo de mais terra, tornava-se uma nova área de circulação e de ocupação urbana, sem seguir qualquer tipo de planejamento. Mas foi apenas com o grande aterro hidráulico da Baía Sul, planejado e com uma destinação previamente determinada, com a dragagem de milhões de metros cúbicos de terra do fundo do mar, formando uma enorme área utilizada para a construção dos acessos à segunda ponte, que a cidade atingiu a situação de romper totalmente com seu passado marítimo. Mas esse futuro, que chegaria na década de 1970, já estava sendo gestado e a linha d’água que contornava a cidade, cada vez mais indesejada.

A ponte já havia modificado o sentido das principais vias da cidade. Até então as ruas mais importantes tinham o sentido norte-sul, desembocando no Trapiche Municipal onde atracavam as lanchas que faziam a travessia do canal. Com a ponte a cidade voltou-se

⁸⁷ SANTOS, Paulo César dos. Espaço e memória: o aterro da Baía Sul e o desencontro marítimo de Florianópolis. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1997. p. 17.

para o oeste, com vias como a Felipe Schmidt, a Tenente Silveira e a Rio Branco servindo como rotas para sair ou chegar ao centro. Mesmo assim a paisagem observada nas imagens dos anos de 1950, as descrições literárias e os depoimentos de época, não deixam dúvidas quanto à forte presença do mar, muito próximo, com as escadarias que, de ruas como a Francisco Tolentino, davam acesso direto às águas, as quais serviam para quase tudo, mesmo como depósito de entulhos e dejetos. Ainda era possível ver próximos ao mar, a Catedral e a praça, formando um conjunto que terminava no Miramar. Uma paisagem urbana que fora fixada ainda no período colonial. As ruas laterais à praça eram o núcleo de circulação urbana principal. “A estibordo tinha-se a Capitania dos Portos. Antes dela, um pouco recuado, um clube de regatas. Olhando-se a bombordo, viam-se vários atracadouros, o Trapiche Municipal, a fachada da Alfândega, o Mercado Público, mais atracadouros, outro clube de regatas, o trapiche Rita Maria, o Estaleiro Arataca”. O limite marítimo era muito tênue e mesmo alguns poucos aterramentos não chegavam a alterar essa situação substancialmente. Aliás, os aterros eram bem vindos na medida em que saneavam grandes áreas muito próximas ao centro, totalmente degradadas pelo acúmulo de sujeira de toda ordem. O discurso da higienização acompanhava as políticas públicas que tendiam a afastar o mar da cidade. As praias do centro passavam a ser consideradas impróprias para o banho, como a famosa “Vai-Quem-Quer”⁸⁸.

Essas reformas apontam para uma reflexão necessária sobre as transformações urbanas no pós-guerra no Brasil. A historiografia brasileira tem se detido com muita eficiência nas políticas de reordenamento de espaços e condutas nas cidades no início do século XX, as quais se contrapuseram ao passado colonial brasileiro, revestindo as antigas estruturas urbana com obras de infra-estrutura sanitária e viária nas áreas centrais. Contudo, as reformas, o crescimento imobiliário e a expansão em grande escala dos investimentos capitalistas a partir dos anos 50, não têm ainda despertado o mesmo interesse. Cabe, portanto, ressaltar que tratava-se de um movimento de mudanças espaciais e comportamentais que tinham abrangência muito importante. Se, em muitos aspectos, era uma continuidade e um aprofundamento de intervenções anteriores, por outro lado, também configuravam outros sentidos para o desenvolvimento urbano. Novas cidades surgiam, a metropolização fazia com

⁸⁸ Ibid. p. 21-32.

que surgissem novos e distintos polos de habitabilidade e trabalho dentro das próprias cidades, esvaziando os centros como espaços de convivência e criando áreas onde a população, de um modo descentralizado, pudesse exercer sua principal função numa cidade capitalista: consumir. A lógica do consumo, a criação de necessidades rápidas que deveriam ser satisfeitas com a aquisição de produtos expostos em abundância nos novos centros de compra, passavam a ser os principais balizadores da organização urbana a partir da metade do século XX. Consumir rapidamente e satisfazer-se com prazeres instantâneos era a mais nova febre urbana nas sociedades capitalistas.

Em 1952, a área da Prainha, região próxima ao centro na direção sul, parecia ser um dos alvos desse crescimento. Planejava-se o que mais tarde seria concretizado. Um aterro, o primeiro em grandes proporções em Florianópolis, que consumiria 60 mil metros cúbicos de terra e ganharia uma grande área ao mar, modificando “completamente a fisionomia da cidade”, embora fosse ainda um aterro mecânico, sobre uma área de entulhos que aos poucos solidificou-se. Era praticamente um depósito de lixo que recebeu o material retirado quando da construção da cabeceira insular da ponte Hercílio Luz, que precisou ser terraplanado. Era o solo de um antigo cemitério que foi misturado a muitos montes de entulhos que já eram jogados ali. As idéias para a utilização da nova área não estavam ainda definidas, mas dão uma sinalização do tipo de cidade pensada então. Nada de abrir espaço para uma área industrial ou para a instalação de habitações populares. Esse tipo de desenvolvimento parecia descartado, ao menos nessas projeções. Dentro de uma época já marcada pelo entretenimento, lazer e serviços, pensava-se talvez num “grande parque em Florianópolis”. Os sonhos alcançavam as grandes metrópoles e já mencionava-se a possibilidade de compará-lo com o Bois de Boulogne de Paris ou, em termos mais modestos, com o Palermo de Buenos Aires e a Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Mas, talvez sendo mais ousados, os florianopolitanos poderiam construir ali naquele parque a “cidade universitária de Santa Catarina”, outra aspiração que começava a ganhar força⁸⁹.

Renato Barbosa, um integrante do que pode ser considerado aqui uma certa intelectualidade oficial da cidade, sempre às voltas com os círculos de poder, escreveu um

⁸⁹A Gazeta. Florianópolis, 31/12/1952, n.º. 4.294, ano XIX, p. 6.

artigo numa edição dominical de “A Gazeta”, em janeiro de 1953, manifestando um profundo entusiasmo com a idéia de que Florianópolis deveria ter como futuro a condição de “cidade universitária”. Argumentava em tom peremptório que a cidade “não possui e jamais poderá possuí-las, veleidades de centro intenso de vida econômica”. O mais interessante é que o autor toma como princípio geral, as análises que retiravam qualquer possibilidade de desenvolvimento para Florianópolis, só que invertendo as conclusões e extraíndo o raciocínio segundo qual seria justamente por esses motivos que seu futuro poderia ser animador.

Expressando-se de modo direto a respeito dessas condições, ia elencando uma série de aspectos que condicionariam as possibilidades futuras. Afirmava: “a Ilha — primor paisagístico — não possui sequer para comer” e, assim, “quase tudo vem de fora, do interior”. Mesmo a pesca, atividade tão óbvia para uma cidade litorânea, estava desaparecendo e sem condições de introduzir inovações tecnológicas, como o “barco-motor”. Contudo, acreditava, essas mesmas circunstâncias poderiam reservar “um belo futuro”. Com a possível e almejada criação da Universidade de Santa Catarina, estaria cabalmente provado que “o amanhã de nossa cidade é, sem dúvida, de ordem meramente cultural”. Nada de pensar em agricultura, indústria, turismo ou qualquer outra iniciativa econômica. Florianópolis teria que contentar-se em tornar-se uma cidade universitária ao estilo dos Estados Unidos, com toda a sua estrutura voltada ao atendimento de uma comunidade de professores e estudantes. Observava que sempre lhe parecera singular “a distância enorme entre os índices de cultura e as condições materiais de vida” em Florianópolis. Uma cidade que tinha entre sua população um certo contingente de letrados, mas sem respaldo na economia. Por isso é que procurava ter “olhos capazes de enxergar futuro a dentro”, projetando na universidade a alavanca que faltava para Florianópolis. Já imaginava uma estrutura “majestosa e impressionante”, inferindo que a “posteridade” teria muito a ganhar com essa inovação⁹⁰. A cidade era o palco do confronto entre diferentes futuros e as opções estavam à disposição principalmente da classe média local, que encontrava nos jornais a expressão de seus anseios sociais.

Depois dessas intervenções, as elites da cidade poderiam finalmente responder à altura àqueles que teimavam em questionar sua posição de liderança política em Santa

⁹⁰A Gazeta. Florianópolis, 18/01/1953. n.º. 4.307, ano XIX, p. 1.

Catarina. No começo da década de 1960, o jornal “O Estado” não mais se intimidava com propostas de transferência da Capital, que não mais poderia encontrar respaldo, num momento em “Florianópolis cresce a olhos vistos, que progride de maneira incontestável em todos os seus setores, atraindo a atenção de outros Estados”. As campanhas para mudar o centro político de Santa Catarina estariam perdendo seus argumentos, na medida em que o ritmo de desenvolvimento da cidade estava em franca aceleração e que os investimentos públicos e particulares aumentavam a importância econômica e arrecadadora do município. É o que dava a certeza para a imprensa decretar: “a Capital está aqui imutável (sic), aqui plantada e enraizada, seja para mudar-se para onde for ... daqui não sai”⁹¹.

Mas, apesar de todo o clima de otimismo, que manifestava-se desde as mais mezinhas situações até o orgulho de sonhar com o “novíssimo” clube do Penhasco, projetado para ter linhas arquitetônicas que o assemelhavam a um “disco-voador sobre pedra”, também é possível encontrar um mundo de incertezas imaginado para a cidade. Para boa parte da imprensa, investidores e governo, o futuro seria trilhado com grandes obras que mudariam a cara da cidade. De outra parte, é possível verificar também na imprensa algumas tímidas reticências, como uma crônica de Hamilton Alves⁹², que descrevia as antigas ruas de “Jurerê”*, as casas da rua Esteves Júnior, os pássaros nos jardins, que estariam sendo ameaçados pelos “homens urbanos, que vivem com cifras na cabeça e buscando meios de aumentá-las e de enriquecer”. Os “planos fabulosos” para a cidade só viriam enchê-la de “arranha-céus e de construções em estilo funcional que absolutamente não funcionam do ponto de vista estético”. Num futuro bem próximo “nossos quintais, nossas chácaras com imensas e repousantes árvores, os jardins cheios de flôres e os passarinhos serão apenas uma doce memória”.

Mais significativo é que esse autor parece aceitar a lógica de que apesar de “todos seus males”, a cidade “precisa acompanhar o progresso”, mesmo “em prejuízo de sua poesia, de sua candura e de suas casas coloniais”. É como se uma força exterior e

⁹¹ O Estado. Florianópolis, 26/01/1962, n.º. 14.356, ano XLVIII, p. 2.

⁹² LITORAL. Florianópolis, jan/1960, ano II, n.º 4. p. 48.

* O autor não utiliza em momento algum o nome Florianópolis, provavelmente recusando o título que foi imposto à cidade em 1894, quando a Revolução Federalista foi derrotada e Floriano Peixoto determinou que a capital dos revoltosos, até então chamada de Desterro, fosse marcada com seu nome.

incontrolável conduzisse necessariamente a um futuro “de artifícios”, num mundo em que os homens “vão destruindo a tradição” para erguer “os monumentais edifícios e essas construções que denominam ‘modernas’”. Portanto, as distinções que podem ser detectadas entre esse tipo de posição e aquelas proferidas pelos discursos autorizados não são tão importantes quanto parecem. Pode-se dizer que nesse caso havia uma discussão sobre os resultados do processo de construção do futuro, mas não questionava-se o próprio processo, ou seja, os meios empregados e a idéia de que, afinal de contas, a cidade precisaria projetar-se no tempo.

Essas ambigüidades foram encontradas e analisadas por Sandra Pesavento nas visões literárias produzidas em Porto Alegre no início do século XX. A autora considera que tais discursos oscilavam entre, de um lado, o saudosismo e o passeísmo e, por outro, o progressismo. A construção de uma visão sobre o urbano que “coloca a ‘mudança’ sob suspeita, tal como o futuro”, celebra o passado como o momento em que havia uma vida ideal e perfeita, onde prevalecia a paz e a tranqüilidade. Há sempre o sonho de reconstruir o antigo, repor o que foi alterado, refazer o que foi desfeito. De certo modo, este projeto também remete a uma possibilidade futura, cujo referencial encontra-se no passado, de voltar a uma trajetória que havia sido abandonada, com a valorização dos hábitos rurais e do bucolismo. Mas essa condenação dos vícios da modernidade não é linear. Há uma combinação de “diferentes sensibilidades”, fazendo com que, por vezes, o próprio texto saudosista traga a saudação ou, ao menos, a conformação com os “resultados do progresso”, capazes de proporcionar uma visão do futuro da cidade. Essa ambivalência de olhares amargurados, seja pela mudança excessiva ou justamente pela ausência de transformações, correspondiam em todo caso, a representações ideais do urbano, associado às imagens mais diversas, como a paisagem feliz das aldeias ou a movimentação frenética das metrópolis. Florianópolis não era nem uma coisa nem outra. Mas isso pouco importava⁹³.

Ocorre algo parecido em uma das já citadas crônicas radiofônicas de Osmar Silva. Imaginando como seriam “os futuros guias turísticos desta nossa ilha”, o autor compara a pequena cidade de então com “a cidade do futuro”, na qual “o casario baixo cedeu lugar aos

⁹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1999. p. 303-350.

prédios de cimento armado. Quarteirões arrasados cedem lugar a esses gigantes do espaço, conquistadores das alturas”. Florianópolis não teria apenas a ponte e sua estrutura de ferro como “símbolo do progresso”. Agora, uma “larga avenida, toda asfaltada parte do Mercado Municipal e segue, à orla do mar, projetando-se na alameda Adolfo Konder, perto da ponte Hercílio Luz”. No centro, “a rua Conselheiro Mafra ganhou alguns metros de largura e novas e modernas construções substituem os velhos prédios coloniais”⁹⁴.

Em lugar da estátua de Fernando Machado* a cidade passaria a ter no local “uma estação de estrada de ferro”, na qual um trem barulhento chegaria “apinhado de passageiros, enchendo a manhã de gritos agudos e persistentes”. Muitas fábricas, dezenas delas, lançariam ao ar “grossos rolos de fumaça”, que chegariam a encobrir as nuvens mais brancas. Virando os olhos, veria-se o porto muito agitado, com seus “diques flutuantes” para receber “navios de grande calado”, enquanto “lanchas a vapor transportam os passageiros para a terra”. O autor é minucioso: “no aeroporto, aviões chegam e partem, as grandes asas metálicas brilhando ao sol”. Além disso, “bondes elétricos cruzam as ruas”, as quais estão repletas de “modernos hotéis, boates e cassinos”, tudo recolhendo o dinheiro “que mantém em ritmo acelerado a engrenagem do progresso”⁹⁵.

Nesse futuro, só as árvores da Praça XV é que permaneceriam, “esqueléticas e ressequidas”, demonstrando “o mudo protesto da natureza contra a ação destruidora e renovadora do homem”, que estaria levando à morte da beleza e da poesia. Para Florianópolis “sonhe com o progresso quem quiser! Prefiro-a assim como está”, conclui o autor. Parece uma maneira de pensar o futuro com moldes antigos, já conhecidos e recorrentes em muitas imagens coletivas, tais como as das paisagens industriais, fartamente presentes no cinema, em filmes como “Tempos Modernos”, de Chaplin, ou mesmo nos episódios de perseguições urbanas de Harold Loyd, sem mencionar trabalhos mais elaborados como “Metropolis”, de Fritz Lang. Essa composição do já conhecido com elementos novos já havia sido explorada por Walter Benjamin, quando este constatou que a arquitetura do vidro a qual, junto com o ferro, seria essencial para a construção das grandes galerias comerciais e modificaria as

⁹⁴ SILVA, Osmar. Janelinha da Ilha. In. _____. Op Cit. p. 27-28.

* Oficial morto na guerra do Paraguai, cuja estátua permanece até hoje no centro.

⁹⁵ SILVA, Osmar. Janelinha da Ilha. In. _____. Op Cit. p. 28.

feições urbanas a partir do século XIX, começou a ser cogitada um século antes do descobrimento de seus pressupostos sociais, levando-o a citar Michelet: “cada época sonha a seguinte”. Contudo, assim como esses materiais novos foram inicialmente pensados formalmente em termos antigos, imitando colunas gregas, as imagens coletivas norteadoras de ações sociais tenderiam a uma interpenetração entre novo e antigo, o que teria resultado nas utopias igualitárias de Fourier, que foi buscar num passado longínquo ou mitológico a imagem de uma sociedade sem classes intocada pela falsa moral do comércio. Nisso, criou o projeto dos falanstérios, “uma cidade feita de galerias”, retirando destas o sentido comercial⁹⁶.

Portanto, não cabe discutir o quanto Osmar Silva acertou ou não em suas “previsões”, embora valha dizer que Florianópolis até hoje jamais foi atingida por um desenvolvimento do tipo industrial como o preconizado. O importante é demonstrar o quanto as imagens e preocupações de um grande desenvolvimento urbano que afirmar-se-ia num futuro sempre vislumbrado faziam parte de alguns discursos que circulavam na cidade. Amando ou odiando, desejando ou temendo, parecia haver diante destes interlocutores uma idéia relativamente precisa de que, de qualquer maneira, haveria um futuro para Florianópolis, calcado na expansão de um progresso técnico e material que tornaria a cidade bem diferente do que era. O amanhã ainda estaria por ser construído, mas sua feição já era conhecida. O importante seria dotar Florianópolis das condições de continuar sendo a capital do Estado, símbolo da hegemonia dos grupos dominantes.

⁹⁶ BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In KOTHE, Flávio (org.). Walter Benjamin: coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1985. p. 30-33.

Navegando na incerteza

2.1. Pobre futuro

Em 1957 foi publicado em Florianópolis o livro “Homens e Algas”, de Othon D’Eça, um conjunto de contos e memórias que começaram a ser escritos no fim dos anos 30, quando o autor passava férias na praia de Coqueiros. Descrevia num estilo realista as agruras cotidianas e a completa ausência de perspectivas da vida de pescadores da Ilha de Santa Catarina e outras localidades do litoral, os quais quando não morriam em casa, “num quarto cheirando a pobreza e a sinapismos”, eram apanhados pelas tormentas e depois devolvidos à terra pelo mar, “já esponjosos, moles e podres”. Para esses homens não haveria futuro, apenas a eterna dependência dos humores da natureza, como as algas: “homens e algas cuspidos todos numa praia, sob o sol dourado e vivo: as algas pelo mar e os homens pela miséria”. A tônica da obra é a da desesperança, a submissão aos ditames do mar e do vento sul, “cheio de uivos e ameaças” que “levanta muros de água negra”. Morrer no mar ou na miséria da terra, no vigor da idade ou no abandono da velhice é o futuro de uma gente que simplesmente dá de ombros e sentencia: “morrer mais hoje, mais amanhã... Quem pode saber quando se volta do mar?” O autor faz questão de frisar “a lógica indolente da conformação: a mística do destino sem temores porque não há remédio!”¹. Publicada pela Imprensa Oficial, que era uma dos poucos espaços possíveis para que os escritores de Florianópolis divulgassem seus trabalhos, é possível perceber que essa temática ganhava contornos políticos muito importantes no

¹ D’EÇA, Othon. Homens e algas. Florianópolis: IOESC, 1957. p. 15-29.

momento em que a cidade começava a preparar-se simbolicamente para um futuro de transformações.

Rastrear as representações construídas sobre os futuros possíveis de Florianópolis em meados do século XX não é tarefa das mais fáceis, em virtude da diversidade de posturas e expressões, das ambigüidades dos discursos e das tramas políticas envolvidas e dos cortes de classe possíveis. Haviam os que acreditavam em um futuro que parecia estar ao alcance das mãos de todos os que dispusessem dos meios tecnológicos da sociedade industrial. Numa posição diferente é possível encontrar os que manifestavam ceticismo e desesperança com o porvir da pequena capital. Para os primeiros, consolidava-se cada vez mais a crença de que seria possível ter uma ação sobre o tempo de modo a construir um futuro conforme o que se planejava na época. Planejadores governamentais, empresários ambiciosos e uma parcela da imprensa viam possibilidades imensas de investimentos que gerariam grandes lucros no futuro. Na mesma linha podem ser classificados os que não se mostravam muito eufóricos com esse porvir e faziam a crítica conservadora dessa “nova era”, mas de todo modo mantinham a idéia de que haveriam mudanças mais cedo ou mais tarde. O futuro chegaria e, como qualquer outro pensado no período, traria mudança, transformação, renovação e novidade ou caos, desordem e temor. As possibilidades de conhecer historicamente aquele contexto social a partir dos textos encontrados tanto na imprensa como também, neste caso, na literatura, põem em questão a difícil tarefa de compreender as intenções que presidem a elaboração e a construção dos discursos. Para a interpretação dos textos daquele período, há que se levar em conta os vários elementos sócio-culturais e simbólicos envolvidos, bem como as relações políticas que estavam estabelecidas. É um problema epistemológico, no qual estão em jogo os limites da historiografia. Daí a necessária ruptura com a linearidade temporal e a preferência pela narração de um conjunto de eventos que formavam a cultura urbana da Florianópolis das décadas de 1950 e 1960. As temporalidades múltiplas e as diversas experiências envolvidas na formulação do vir-a-ser e criação de horizontes de expectativas na capital de Santa Catarina, tornam necessário o trabalho com documentos variados. É uma tentativa de esboçar a compreensão de um conjunto de representações que circularam e deixaram registros de práticas e fenômenos

culturais que tiveram efetividade nas formas como um conjunto de produtores de discursos em Florianópolis pensaram o futuro. Nesse caso, a preferência recai sobre as descontinuidades e as diferentes durações que estavam em jogo nas disputas sociais e na produção das visões sobre o porvir.

A cidade passava por processos que não diziam respeito unicamente às suas especificidades históricas, ligando-a aos diferentes impulsos que se operavam na sociedade brasileira. Para a compreensão das reciprocidades e interações que estavam ocorrendo entre, de um lado, os conflitos e anseios presentes em Florianópolis e, de outra parte, os elementos socio-culturais de uma época histórica, em qualquer sentido, lembrada pela aceleração dos ritmos e pelas disputas acirradadas, a investigação deve atentar para a pluralidade de práticas e experiências sociais. Toda a problemática levantada pela hermenêutica, que pressupõe o diálogo entre o pesquisador e seus testemunhos, com o entrelaçamento entre perspectivas do presente e intenções do passado, sugerem o encontro de relatos de experiências passadas que respondam às indagações levantadas pelo presente, sem contudo, perderem sua dimensão única e historicamente datada. Esse envolvimento é próprio do conhecimento histórico, que não pode desvencilhar-se das inúmeras mediações culturais e imaginárias que se interpõem entre o historiador e seu objeto e as inter-relações e influências mútuas envolvidas. Realizar essa abordagem é procurar construir, com os resquícios de discursos deixados sobre aquela Florianópolis, pequenas e frágeis pontes que permitam não apenas formular explicações, mas antes de tudo, procurar a compreensão significativa das alternativas que eram postas para o conjunto da cidade pelos grupos e classes sociais que tinham a pretensão de controlar seu futuro, num esforço de construir a verossimilhança².

A interpretação da documentação referente àquela época histórica é sempre aberta e polissêmica, entrando em cena a subjetividade de quem a investiga e seleciona, mas é possível recolher sinais e indícios de uma cidade que procurava construir certezas e afirmar possibilidades, com a crença no progresso tecnológico, em meio a um contexto social que contradizia frontalmente qualquer dos cenários criados para o futuro. Os jornais de Florianópolis pesquisados permitem uma certa visão diacrônica do processo de construção de

² RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997. p. 315-333.

diversas representações sociais que serviram como condutoras e legitimadoras de práticas sociais e projetos políticos para a cidade. Os dados e informações recolhidos podem ser cruzados e comparados com as impressões extraídas e vasculhadas também em obras literárias, proporcionando uma certa visão do horizonte de expectativas e de algumas experiências culturais presentes na capital de Santa Catarina.

Para Roger Chartier, os estudos históricos sobre as práticas de leitura encontram um problema básico de investigação, qual seja, por um lado considerar o “caráter todo-poderoso do texto, e o seu poder de condicionamento sobre o leitor — o que significa fazer desaparecer a leitura enquanto prática autônoma”, ou ao contrário, privilegiar “a liberdade do leitor, produtor inventivo de sentidos não pretendidos e singulares — o que significa encarar os atos de leitura como uma coleção indefinida de experiências irreduzíveis umas às outras”. Como possibilidade de superação deste problema, sugere a análise dos processos pelos quais os sentidos e significados são historicamente construídos, estudando a “maneira como os textos e os impressos que lhe servem de suporte organizam a leitura”, bem como o recolhimento de “leituras efetivas, captadas nas confissões individuais ou reconstruídas à escala das comunidades de leitores”³.

Ora, na presente investigação, não se trata de uma leitura em particular, mas de um conjunto de informações diariamente impressas em vários jornais da cidade durante um período de tempo de duas décadas. O destaque e a frequência das notícias a respeito das transformações urbanas, assim como dos problemas sociais da população de Florianópolis, do subdesenvolvimento regional e nacional, além dos medos, anseios e ambições expressos no noticiário geral e na publicidade, envolvendo a guerra fria e as mudanças tecnológicas, expressam uma certa organização da leitura, uma maneira através da qual é possível perceber como a imprensa operava a construção de um leitor desejado, basicamente de classe média e habitante do centro da cidade, além dos condicionamentos políticos e disciplinares que segregavam discursos divergentes e impunham a autoridade e a legitimação de certos grupos e domínios de saber.

³ CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p. 122-139.

Por outro lado, a comparação com outros textos, principalmente literários e obras artísticas, permite pensar como todo aquele conjunto de informações era lido e apropriado, porque é possível verificar atos de “invenção criadora”, na medida em que os temas que guiavam as discussões sobre o futuro da cidade aparecem transpostos em outros paradigmas discursivos, condicionados e divulgados através de formas específicas e contrastantes, estabelecendo uma concorrência de textos que, ao empregarem padrões diferentes, possam indicar horizontes de expectativas comuns. Leitores de livros e jornais, além de apreciadores de obras artísticas, compunham um certo mercado simbólico e pressupunham existência de um *habitus*.

O jornal já indica uma certa prática de leitura e uma forma de distinção de classe, compreendendo a criação de uma comunidade de leitores, os quais mais ou menos compreendem e manejam um determinado conjunto de bens simbólicos e artifícios de identificação. Produto da grande transformação provocada pela divulgação de textos impressos, desde Guttemberg, na esteira da ampliação das relações de troca mercantis, a difusão de informações em grande escala a partir do século XIX na Europa, levaria à formação de um mercado explorado por empreendimentos privados, com editoras e empresas jornalísticas, bem como à construção de um espaço de discussões da burguesia, uma esfera pública inspirada simbolicamente em princípios iluministas e liberais. A separação entre público e privado foi constantemente contradita em vários momentos históricos, mas apesar disso manteve-se como uma das representações mais importantes na sociedade burguesa. Foi constituído um âmbito de leituras e discussões, comumente conhecido como opinião pública, assumindo amplitude entre as populações urbanas, atingindo ao longo do tempo parcelas mais significativas da sociedade ao incorporar as camadas médias, promovendo a intermediação das relações entre Estado e sociedade⁴. Em Florianópolis, esse processo é verificável ao longo das décadas de 1950 e 1960, quando aos poucos é possível identificar a expansão de empresas jornalísticas, ligadas aos grandes partidos, mas já antecipando o surgimento de conglomerados

⁴ HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 213-17.

de mídia que seriam implantados nas décadas seguintes, a partir das estruturas já existentes na cidade⁵.

Cresciam aos poucos os contingentes de consumidores e produtores de informações e bens simbólicos na cidade, constituindo grupos sociais que atuavam em diversas áreas, seja na política partidária, nos meios intelectuais ou nos setores de serviços e assistência social. O crescimento lento mas constante da área urbanizada e a aplicação de ações do poder público que incentivavam obras de edifícios e alargamentos de ruas, encontravam respaldo num crescente contingente de setores sociais de classe média, principalmente profissionais liberais e funcionários públicos. Nesse contexto, as experiências culturais envolvidas no processo de construção de representações acerca do futuro da cidade, correspondiam a um certo olhar de classe. Aos poucos o futuro tornar-se-ia uma experiência social distintiva para a classe média local, incorporando uma identidade social na qual a família, a criação dos filhos, a casa própria, o carro, entre outros bens materiais e simbólicos, apareceriam como um projeto de vida, algo a ser planejado ao longo do tempo, lançando para o futuro a reprodução de posições sociais.

Por outro lado, enquanto estes setores sociais apostavam cada vez mais na possibilidade concreta de gerir a vida a partir de planos de previdência e controlar totalmente os acasos e imprevistos, outras representações sociais presentes em discursos encontrados tanto na imprensa quanto na literatura local, também produzidos por integrantes das camadas médias, conduziam a um alargamento de perspectivas, questionando as condições sociais de Florianópolis e as razões do aviltamento da vida de uma grande parcela da população.

As noções de novidade e mudança, repita-se, conviviam com a permanência de estruturas de poder e relações sociais hierarquizadas e bastante cristalizadas há muito na cidade e em toda Santa Catarina. Para uma parcela significativa de escritores e intelectuais, pensar o futuro e as transformações que estariam reservadas à cidade, implicava em levar em consideração as condições de vida das populações pobres da cidade, especialmente aquelas dispersas pelo interior do município, que formavam uma parcela dos grupos populares. Ressaltava-se a dificuldade em alterar os hábitos e as condições de existência de pescadores e

⁵ PEREIRA, Moacir. Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli/FCC, 1992. p. 67-79.

agricultores, com suas relações sociais fixas e a situação de exploração a que eram submetidos pelos chefes políticos da cidade.

Tomando os discursos de então como práticas sociais, ou seja, como articulações entre anseios, projeções de futuro e fenômenos sociais que atuavam nos processos de urbanização que estavam em andamento em Florianópolis, o futuro apresentava-se como uma experiência cultural, vivida obviamente das mais diversas formas dada a pluralidade de sujeitos que habitavam e agiam na cidade. É possível então sair da abstração, certamente necessária, mas efetivar o que propõe Edward Thompson, ou seja, ressaltar a “experiência humana”, investigando os traços e vestígios deixados por homens e mulheres que experimentaram “suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos”, para em seguida verificar como as pessoas trataram “essa experiência em sua consciência e sua cultura” e agiram diante das situações históricas, o que pode ocorrer, “mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes”⁶. Concebido desta maneira, o futuro em Florianópolis nas décadas de 1950 e 1960 ganha contornos mais delineados que permitem a aproximação com uma cultura urbana em construção. As apreensões possíveis do processo social que estava em andamento eram as mais díspares e, nesse caso, as estruturas sociais tem um papel fundamental. Mas, de todo modo, rompe-se a oposição entre representação e materialidade social, pois aquela sociedade que estava experimentando os fenômenos da urbanização e da modernidade nas idéias, nos procedimentos e nos sentimentos, lidava com todos aqueles elementos no âmbito da cultura, ou seja, também como normas e valores sociais que instruíam as tomadas de decisão.

A experiência dos olhares pretensamente modernistas sobre a vida das populações marginalizadas da Ilha de Santa Catarina, indicava pouco espaço para o vislumbre de alternativas em uma sociedade marcada pelo que se considerava hábitos arcaicos e atrasados, que eram mantidos por relações clientelistas de poder. Na imprensa essas imagens não eram tão comuns, mas é possível encontrar referências às misérias do interior da ilha, especialmente quando algum habitante do centro urbano da cidade registrava seu espanto em

⁶ THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-201.

encontrar tão perto de si, “estradas que são umas verdadeiras picadas, com certas choupanas fulminadas por miséria, fome, doenças e desespero”. A população dos confins do município aparecia como um conjunto de miseráveis sem perspectivas e sem futuro, pedindo comida e roupas aos visitantes. “O que espera-se agora desses pobres infelizes?”, perguntava um membro de uma excursão pelo município que deparou-se com cenas que dizia não imaginar existirem em sua cidade, onde os “pobres habitantes estão sendo escravizados pela falta de compreensão e vergonha de nossos administradores”. Nos morros do centro da cidade, chamava a atenção a “gente humilde, de poucos recursos” que, apesar de morar há muitos anos em áreas como o Morro do Mocotó ou o Morro da Caixa d’água, não tinha sua situação regularizada, ficando à mercê da caridade e do populismo de determinados políticos que costumavam propor, sem nunca encaminhar, doações de terra e “melhores condições de vida aos moradores”. Enquanto alguns reclamavam das ruas do centro que ficavam totalmente lamacentas e intransitáveis nos dias de chuva, outras preferiam chamar a atenção para “os casebres de palha pendurados no alto dos morros agressivos”, habitados por crianças de “cabeças grandes, ventres crescidos e de pés descalços”. Uma professora, Beatriz Bandeira, assim referia-se aos seus alunos pobres, num poema:

“Meus pequenos alunos vêm descendo...
os pés molhados, as roupinhas sujas...
uma chuva constante alaga tudo.
Meus pequenos alunos vêm descendo,
descendo o morro para vir cantar...”⁷

Aquelas experiências sociais davam conta de um processo de difícil definição, mas que pode ser aqui esboçado na dessemelhança entre modernidade e modernização. O primeiro termo é entendido aqui como o processo histórico de produção de uma nova cultura, “cética, portanto tolerante para com o sincretismo religioso eventualmente existente,

⁷ O Estado. Florianópolis, 06/04/1954, 11.865, ano XL, p. 8; O Tempo: semanário independente. Florianópolis, 27/10/1952, n.º. 6, ano I, p. 16; Sul: revista do Círculo de Arte Moderna. Florianópolis, jun/1948, n.º. 4, ano I, p. 3.

industrial-urbana, aberta em sua estratificação social e difícil de ritualizar-se devido à velocidade das transformações que não permitem cristalizações de costumes e de crenças”, com a “institucionalização do processo de mudanças sociais”, que podem conduzir a situações de desconforto ante um mundo cujas relações sociais são estabelecidas unicamente na mecânica anônima da produção e do consumo.

Florianópolis era uma pequena cidade, praticamente sem indústrias, com ritmos lentos e pesados rituais políticos e religiosos, reproduzidos costumeiramente por uma população que todos anos afluía às procissões católicas e aos potentados locais em busca de milagres e favores. É nesse quadro social que políticas de modernização começavam a ser implementadas, ou seja, a implementação de intervenções para a superação do atraso da cidade, de modo a dinamizar o desenvolvimento econômico, com a crença no progresso tecnológico e científico e na evolução contínua da sociedade até alcançar “estágios” superiores⁸. Pode-se questionar até que ponto a modernização urbana correspondia a uma transformação das práticas culturais que atingisse a cidade como um todo e a fizesse participar do intenso processo criativo de dessacralização das relações sociais, destruição criativa das tradições herdadas e ruptura temporal abrupta.

Encontra-se aqui traçada uma linha que, a partir do estudo daquela pequena Florianópolis, conduz à reflexão sobre as condições históricas da sociedade brasileira e sua capacidade de repor e reproduzir laços e estruturas de poder que parecem resistir às mudanças e permanecer, adaptando-se às diferentes condições históricas que vão surgindo. Ou, por outro lado, talvez seja preciso definir os limites estabelecidos para a vigência das experiências da modernidade. No ambiente de capitalismo industrial acelerado, experimentado nos séculos XIX e XX por diversas sociedades, foi dentro dos marcos estabelecidas pelo mercado e pela possibilidade de transformar os produtos humanos (e os próprios homens e mulheres) em mercadorias que a modernidade pôde expressar suas potencialidades e energias criativas.

Mas nos países da periferia do capitalismo e, no caso de Florianópolis, numa região periférica dentro do Brasil, a modernização atuou dentro dos marcos políticos determinados por estruturas de poder clientelistas e formas econômicas que, mesmo em seus

⁸ SOUZA, Nelson Mello e. Modernidade: desacertos de um consenso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 31-76.

setores mais dinâmicos, não representavam transformações efetivas nas relações sociais. É como se houvesse, de um lado, “o modernismo das nações avançadas, brotando diretamente da modernização política e econômica e obtendo visão e energia de uma realidade modernizada”, enquanto de outro, encontra-se “um modernismo que emerge do atraso e do subdesenvolvimento”, nos países do chamado Terceiro Mundo”. Um modernismo que é “forçado a se construir de fantasias e sonhos de modernidade, a se nutrir de uma intimidade e luta contra miragens e fantasmas”⁹. Uma modernidade jamais efetivada, truncada, levando seus defensores a angustiadas extravagâncias pela incapacidade de enfrentar e vencer os traços e ritmos culturais que preservam a sociedade hierarquizada e lenta. Em Florianópolis, o controle político exercido sobre a cidade pelo bloco de poder concentrado nos partidos hegemônicos dava-se através da posse dos meios para a efetivação da modernização urbana, a qual deveria permanecer limitada à estrutura social vigente, que mantinha as diversas comunidades espalhadas pela Ilha de Santa Catarina, bem como os grupos populares que ocupavam as margens do perímetro urbano, como fontes de poder social dentro do jogo político patrimonialista.

As doenças e misérias dessas populações encontravam eco em outras obras literárias surgidas na mesma época. A dura vida de pescadores foi o alvo do romance modernista de Salim Miguel, “A Rede”, assim como era freqüente tema de contos editados na revista Sul¹⁰. É o caso de “O Aviso”, de Silveira de Souza, baseado nos personagens Zezinho e Pequeno, que já não conseguiam encontrar peixes pois o “danado do lixo” da cidade poluía o mar e as redes eram estraçalhadas. “Com esse *mari* assim é uma desgraça”, desse jeito “nem adianta trabalhar mais” e o “remédio é a roça”, “*amargari* no cabo da enxada” e “*plantá* mandioca p’rá fazer pirão”¹¹.

Destaque-se ainda o conto “Boi-de-mamão”, de Marcos Farias, também publicado em Sul, no qual o autor lança mão do personagem Zé do Joca, morador do norte da Ilha, para tratar da exploração sofrida pelos pescadores artesanais, ocorrida porque “só os

⁹ BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986. p. 220.

¹⁰ Ver ainda: VIEIRA, Carlos Adauto. O pandeiro do Dalmiro. In SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis. Ano IX. Mai/1956. n° 27. p. 61-64.

¹¹ SOUZA, J. P. Silveira de. O aviso. In SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis. Ano X. Jun/1957. n° 29. p. 33-35. (grifos meus)

proprietários ganham na pescaria, os demais mal-e-mal recebem para o sustento”. Essa situação teria levado Zé do Joca a ir para o Rio Grande do Sul aos 17 anos, “pois naquele tempo a vida andava boa por lá”. A instalação de frigoríficos e indústrias pesqueiras fazia com que não voltasse “ninguém daquelas bandas, que não viesse com dinheiro para comprar rede, adquirir barco, e depois ganhar no mole”. Essa era uma das raras ocasiões em que alguns, “mais espertos ou econômicos” aproveitavam “para sair da miséria”¹².

Além de uma tentativa de explicar o processo de exploração do trabalho na pesca com base no conflito entre proprietários dos meios de produção e pescadores despossuídos, o conto apresenta outro aspecto muito relevante. Para os que vivem em Florianópolis o futuro estaria sempre em outro lugar, as oportunidades para mudar de vida não aparecem na cidade. É preciso deixar a região para encontrar a mudança e fazer o futuro. Tema que o autor volta a mencionar no conto “O carro novo”, no qual dois passageiros de um velho ônibus vão conversando sobre as dificuldades da vida e os problemas do pescador que “não tira nem p’rá comida”. A esperança de se arrumar, “se não for tanso”, é “no Rio Grande”. A idéia é “vender a rede, vender tudo, p’rá se aventurar” e levar as coisas que “têm aqui e não têm lá”, como “essas *renda* que as *mulher vende* aí na rua”¹³.

Viagens sempre foram relativamente comuns para os pescadores, buscando preferencialmente as águas gaúchas ou indo até Santos. De certo modo, essa literatura sinalizava que mesmo em meio às piores condições de vida, essas comunidades pobres da Ilha de Santa Catarina conseguiam, a seu modo, também trabalhar e construir noções e representações que lançavam para um futuro mais ou menos imaginário a superação de suas dificuldades. Tratava-se, evidentemente, de esperanças muito diferentes daquelas que alimentavam a classe média urbana e seus sonhos de consumir as mais recentes novidades tecnológicas. Para os grupos populares de Florianópolis, o futuro não era exatamente uma mercadoria, mas uma terra distante. Mesmo em meio às piores dificuldades, elaborava-se a esperança e construía-se um futuro, mesmo que estivesse longe da Ilha. Por outro lado, esses intelectuais e escritores da cidade, que circulavam e pertenciam aos ambientes letrados das

¹² FARIAS, Marcos. Boi-de-mamão. In SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis. Ano VIII. Mai/1955. n° 24. p. 63-71.

¹³ FARIAS, Marcos. O carro novo. In SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis. Ano IX. Dez/1956. n° 28. p. 45-52. (grifos meus)

elites e das camadas médias de Florianópolis, através das condições de vida dos pobres, questionavam o futuro e discorriam sobre os temas que encontravam na imprensa e nos problemas postos pela necessidade de imaginar o desenvolvimento e a mudança em meio a uma sociedade que parecia, aos seus olhos, estática e atrasada.

É tentador estabelecer uma relação com as chamadas “utopias insulares”, as quais segundo Lucien Boia situavam imaginárias sociedades ideais fora do tempo, em um espaço longínquo, com localização imprecisa¹⁴. Tal é o caso da “Utopia”, de Thomas Morus, obra escrita em 1516, aprofundando no campo erudito e literário todo um conjunto de idéias populares na Europa durante todo o período medieval e que emergiram com força com as transformações sociais ocorridas nos primeiros tempos modernos. É claro que as diferenças existentes entre esse tipo de projeção e aquelas encontradas na literatura de Florianópolis talvez sejam maiores do que as semelhanças. Os contos de Marcos Farias não tratavam evidentemente de nenhuma sociedade ideal, onde tudo funcionaria harmoniosamente, além de o risco dos “aventureiros” ser razoavelmente calculado. Mas, não é demais lembrar que os efeitos que essas idéias produzem sobre coletividades acabam sendo, por vezes, mais importantes do que sua constituição interna. Guardadas todas as distinções, era como se houvesse todo um mundo desconhecido cercado Florianópolis, aberto à exploração daqueles que quisessem superar as deficiências da cidade e construir seu próprio futuro. Um conto de Silveira de Souza, “Vinhas”, apresenta uma passagem interessante. Numa conversa no bar do Miramar, regada à “cerveja e aguardente”, um dos presentes afirmava ser Florianópolis “uma ilha estranha, onde todos viajavam sem sair do lugar”. As viagens e aventuras mais extraordinárias “eram realizadas nas mesas dos bares. E ria-se por isto”¹⁵.

O futuro ou, mais precisamente, a busca por seu deciframento e antecipação, é um dos elementos fundamentais na composição do imaginário da sociedade industrial capitalista no século XX. Ao contrário das utopias de longo prazo, que prometiam um mundo novo num lugar e num tempo indeterminados, o futuro para as classes médias urbanas dos países capitalistas passou a ser algo imediato, claro, quase pragmático. Essa cultura de classe média, apropriando elementos burgueses, transformou e adaptou a idéia de futuro, fazendo como que este arquétipo social fosse reatualizado. Os planos de previdência ou a fuga para

¹⁴ BOIA, Lucien. *L'Exploration imaginaire de l'espace*. Paris: La Découverte, 1987. p. 33.

¹⁵ SOUZA, João Paulo Silveira de. Vinhas. In _____. *Uma voz na praça*. Florianópolis: Roteiro, 1962. p. 11-12

centros mais “adiantados” fazem parte deste processo de negação da utopia como possibilidade transformadora total e sua substituição por um futuro aparentemente mais concreto e previsível. Para Boia, um dado período histórico mantém um clima mental, um sentimento de época que é muito difícil de ser sondado, talvez impossível. Mas haveriam algumas manifestações humanas que atravessariam os tempos, sempre transformando-se. Preocupar-se com o futuro, ou projetar um certo devir é prática que pode ser recolhida em vários momentos. Seja o Apocalipse bíblico, sejam as profecias de Nostradamus, os milenarismos medievais e modernos, os totalitarismos, a própria “Utopia” de Morus, o socialismo de Fourier ou o comunismo de Marx, cada qual é uma expressão diferente, específica de uma sociedade em particular. O objetivo é sempre tentar controlar os tempos que virão, seja para aceitá-los ou recusá-los, procurando elidir o acaso, o imponderável, conhecendo com antecipação o “destino do homem”, “o sentido da história e do mundo”. No ocultismo, na religião, nos estudos sociais ou nas ciências mais experimentais, este é um sentimento sempre presente¹⁶.

Sezefredo das Neves, o personagem que Salim Miguel utilizou décadas depois, em 1987, para construir uma memória, uma “biografia imaginária” de suas experiências na cidade nos anos 40 e 50, também seria levado a querer deixar Florianópolis, escrevendo em seu diário imaginário o desejo de sumir para evitar o “futuro que serei, que espero-querer-não-querer-ser”.

Não quero o quê? Ouvi-los ou ouvir a vida.
 E eu? Meu espaço futuro qual será? Será que será?
 Sair de Florianópolis. Sair de Biguaçu. Sair de mim
 Fugir
 Mudar de pele como quem muda uma capa. Velha. Imprestável.
 E basta mudar de pele? Mudar-me por dentro. Isto sim.
 1954. Nada de poesia. Chega. Chega também de diário.
 (...)
 Acabou.
 Acabei.
 Assumir. Assumir-me. Ah! Sumir. Su-mir. Sum-ir. Ir-me.

¹⁶ BOIA, Lucian. Pour une histoire de l'imaginaire. Paris: Les Belles Lettres, 1998. p. 34.

Longe de Florianópolis, surgiria um outro Sezefredo das Neves, não mais o poeta, que teve vida breve, mas o empreendedor, o capitalista:

Avanço no tempo.
 Sou menos eu e sou ainda eu.
 Indústrias, fábricas, chaminés fumegando.
 Conglomerado de empresas,
 as indestrutíveis Organizações Neves
 Todos me prestam vassalagem.
 Avanço no tempo.
 Sendo eu, não me reconheço.¹⁷

As viagens imaginárias podiam, a partir dos anos 50 e seguintes, nutrir-se da corrida espacial que envolvia Estados Unidos e União Soviética, cujos pontos culminantes foram o lançamento do Sputnik e da missão tripulada por Yuri Gagarin e chegando ao auge quando a Apollo 11 atingiu a Lua. Em Florianópolis, o público acompanhava com interesse as notícias que chegavam sobre a exploração espacial. Em seu programa no rádio, Osmar Silva mencionava o perigo dos “satélites dos vermelhos”, pois demonstravam a eficácia dos “projéteis teleguiados”, que seriam a arma fatal empregada “na guerra futura”, quando então “não haverá necessidade do envio de tropas para os campos de batalha, porque não haverá campos de batalha”. Essa guerra de gabinetes, à distância, teria “efeitos muito mais destruidores”, podendo fazer o mundo virar “omelete”¹⁸.

Já a Lua perdera sua aura de fantasia da infância, pois primeiro “aproximaram-na da terra com o emprego de possantes telescópios”, estudando todos os seus aspectos. O homem que antes “fazia-lhe serenatas, hoje estuda o meio de alcançá-la”. Acabava o “encanto e a poesia”, pois deixava de “ser um mistério”. Uma Lua atingível e concreta não era melhor do que a distante e bela inspiradora de sonhos, que olhava “espantada para os foguetes e sputiniks que tentam encontrar o caminho certo para uma aventura de fim ainda duvidoso”¹⁹. Mesmo sem saber ao certo se haveria vida naquele satélite, “como tantos pressupõem”, Silva

¹⁷ MIGUEL, Salim. *A vida breve de Sezefredo das Neves: poeta*. Porto Alegre: Tchê!, 1987. p. 121-124.

¹⁸ SILVA, Osmar. A hipótese da omelete. In _____. *Coquetel de crônicas*. Florianópolis: ed. do autor, 1962. p. 68.

¹⁹ SILVA, Osmar. Dindinha Lua. In *Ibid.* p. 79.

imaginava o tempo em que “uma viagem à Lua será coisa tão banal como tomar o ônibus depois de uma sessão de cinema”. Nessa época, “coisa que não será para essa geração”, as comunicações seriam totalmente transformadas, quando “o correio e o telégrafo e o cabo submarino passarão a ser velharias”, pois seria a vez da “telegrafia mental, ou seja, a transmissão de pensamento”. E perguntava: “já pensaram no que acontecerá quando o homem conseguir captar o pensamento da mulher e vice-versa?”²⁰. Apesar disso, o radialista não via como muito relevantes os sucessos alcançados pelas missões espaciais. As naves tripuladas por Gagarin e Sheppard só mostravam que a guerra fria continuava, pois estranhava “a parcimônia de palavras dos dois navegadores espaciais, em relação àquilo que viram”, enfim, “muito pouco para tão grande barulho”²¹.

Antes da exploração efetiva do espaço, este já vinha sendo há muito perscrutado através do imaginário, como aponta Boia. Tudo teria iniciado ainda em solo terrestre, quando os europeus começaram a deparar-se com povos de terras distantes, portadores de hábitos, costumes e, por vezes, aparências tão diferentes quanto aquelas que tempos depois seriam projetadas para outros planetas. Paralelamente, os estudos astronômicos tomavam rumos revolucionários a partir da afirmação da concepção heliocêntrica. Começavam os questionamentos sobre a variedade das formas de vida e de lugares ou planetas em que a vida poderia manifestar-se. Primeiro a Lua, depois Marte, em seguida Vênus ou qualquer outro, várias foram as tentativas dos defensores da vida extraterrestre, que inclusive desde o século XVII já pensavam em maneiras de realizar uma viagem cósmica com o uso de máquinas de voar. Acreditava-se que a Terra já não apresentava novidades ao homem moderno, agora seria preciso conquistar o universo, idéia muito popular após o século XIX e suas crenças científicas, as quais tomariam inclusive a literatura, com nomes como o de Júlio Verne. Além disso, punha-se em jogo uma série de idéias estabelecidas, principalmente as religiosas²².

Viajar, sair do presente, lançar-se em espaços desconhecidos são, portanto, noções que acompanham e nutrem o imaginário da sociedade ocidental há muito tempo e

²⁰ SILVA, Osmar. Transmissão de pensamento. In *Ibid.* p. 91.

²¹ SILVA, Osmar. Tão pouca coisa, para tão grande barulho. In *Ibid.* p. 137.

²² BOIA, Lucien. *Op Cit*, 1987. p. 9-32.

encontravam terreno fértil entre os que não viam muita esperança nas possibilidades de uma nova vida em Florianópolis. As imagens de que o futuro estaria sempre em outro lugar, podem levar a uma outra reflexão: a idéia de um futuro cheio de maravilhas tecnológicas seria compatível com a população da pequena cidade insular? A população dispersa pela Ilha de Santa Catarina, com seus hábitos cotidianos marcados pelo ritmo da natureza e mesmo aquela situada no centro urbano da Capital, com suas idiossincrasias próprias de pequena cidade e seus hábitos sociais atrasados, indisciplinados e suas relações de convivência regidas ainda por noções coloniais, poderia vir a ser profundamente tocada e transformada pelas projeções de um futuro que surgia das páginas dos jornais? Essa parecia ser uma questão das mais importantes: a necessidade de “novos” homens, de “novos” sujeitos sociais que viessem a tornar factível o futuro pretendido.

A associação entre mudança e permanência parecia fazer parte integrante da sociedade de Florianópolis. No caso das comunidades do interior da Ilha, a combinação entre pesca e lavoura continuava sendo fundamental para a sobrevivência de grande parte da população, como havia sido desde os primeiros tempos coloniais, com a chegada dos imigrantes provenientes do arquipélago dos Açores. É o que logo percebeu o Professor de desenho, pesquisador e artista Franklin Cascaes, cujos trabalhos estavam em pleno andamento nesse mesmo período. As comunidades do litoral de Santa Catarina “trabalhavam um pouco na terra e um pouco no mar. Os alimentos de um completavam o de outro”. Nos começos de maio “todos eles estão nas praias, nos ranchos das canoas, esperando a pesca da tainha”, então “abandonam as roças, e até mesmo a farinhada, e vão para as praias”²³.

Recolhendo através da tradição oral, aspectos e manifestações culturais das comunidades do interior da Ilha de Santa Catarina, seus desenhos, esculturas e escritos ressaltavam a temporalidade própria e as formas de sociabilidade totalmente distintas em relação à sociedade urbana, com um cotidiano ordenado pelos costumes sempre repetidos e por forças sobrenaturais. Numa de suas anotações, registrava versos de um certo senhor João

²³ CASCAES, Franklin Apud CARUSO, Raimundo C. Franklin Cascaes: vida e arte. E a colonização açoriana. Florianópolis: UFSC, 1989. p. 33.

Garcez, que em 1944 teria criado um poema em que tratava dos perigos do mar e das dificuldades da vida com a carestia e os governantes:

(...)
 “Em 1929
 Antes da Revolução
 Tinha mais trabalhador
 Tinha menos tubarão
 Tinha menos negociantes
 E tinha menos ladrão
 (...)
 “Os pobres aqui na ilha
 Trabalham para não morrer
 Dá o terço para o dono do terreno
 Com o resto o que vai fazer?
 O lucro dá para os outros
 Como que pode viver?”²⁴

Cascaes estudou temas tão distintos como o trabalho diário, as práticas de lazer ou a bruxaria. Numa entrevista concedida no início dos anos 80, afirmava que através da ficção pode-se “voar, criar castelos, ricos pobres, pode viajar sobre o mar, andar sobre as águas dos rios, passar por cima daquelas corredeiras sem nada sofrer, conversar com os pássaros, conversar com os outros animais, numa linguagem toda particular, numa linguagem toda especial, criar projetos fabulosos, visitar o Céu, conhecer o Nosso Senhor como Isaías conheceu, em sonho, e o sonho é uma espécie de ficção”. Assim, poderia sair “de dentro desse mundo, esse mundo louco, esse mundo desesperado, essa terra velha, carcaça, carcomida, louca; eu fico à parte, como se estivesse voando”. Nada mais fácil para uma bruxa do que voar “lá dos Açores para a Índia em dois minutos, três minutos”. Entendia essas histórias fantásticas, não como simples mentiras sem efeitos, mas como formas possíveis de construir uma realidade e de estabelecer uma comunicação “com a natureza pura ainda”, manifestações que sobreviviam antes de serem destruídas pela televisão e pela “madame medicina”. Se não houvesse esse universo paralelo, “o medo, essas impressões todas, a vida seria muito mais

²⁴ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 14. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

pobre, seria uma coisa dura, seca, sem expressão, porque o homem ser só isso que ele é, a gente ser o que é, só obedecendo a essas regras rígidas”²⁵.

Todo esse trabalho de coleta de informações ocorria no momento em que “a pequena cidade de Nossa Senhora do Desterro” já estava “embruxada pelo capitalismo e pelos gananciosos”, que lotearam todas as terras. Agora é “tudo de rico, porque está escrito aí: é proibida a entrada (...). Isso significa que é propriedade de ‘senhores de engenho’, de senhores de cofres públicos”. As mudanças introduzidas pelos investimentos públicos e privados na cidade, inviabilizando a pesca artesanal, que ficava nas mãos dos “açambarcadores que vão com os caminhões para as praias, onde compram por dez e vendem por cinquenta”, fazia com que os habitantes nativos vendessem seus terrenos “e no dia seguinte aparecem aquelas placas todas: é proibida a entrada, é proibida a entrada. Só não proibiram mesmo foi a entrada no inferno”. Contra essa “afrota à cultura do povo”, Cascaes procurava intensificar a sua arte, partindo da convivência com uma natureza ainda não totalmente destruída, confrontando suas próprias experiências com as de seus “professores populares”, conseguindo assim elaborar uma “recriação”. Até que chegou o tempo em que finalmente não havia “mais uma única pessoa capaz de me dar a menor informação dessa nossa ilha”, quando no aterro construído nos anos 70 não foi plantada nenhuma árvore nativa, quando a medicina oficial banuiu a “medicina bruxólica”²⁶.

O futuro não parecia reservar espaço para a sobrevivência das práticas culturais da população do interior da ilha e dos grupos populares. Mas, esse foi um processo que apenas começava a se desenrolar nos idos dos anos de 1950, levantando a questão de um embate cultural entre as forças que o capitalismo industrial começava a difundir e as formas de vida das classes populares. A mídia, o Estado e o sistema produtivo atuavam de um modo articulado, desestruturando tudo o que não conviesse aos novos tempos. As disputas de poder entre os grupos que dominavam a cidade e o Estado, levariam a enquadrar essas populações no processo de desenvolvimento de Florianópolis de um modo subalterno, pensando o futuro da cidade com vistas a manter intactas as estruturas hierárquicas.

²⁵ CASCAES, Franklin Apud CARUSO, Raimundo C. Op Cit. p. 42 e 93.

²⁶ Ibid. p. 49-85.

Havia uma preocupação em tecer conexões e interpretar os problemas encontrados em Florianópolis com base nas grandes temáticas que envolviam o desenvolvimento brasileiro. A literatura foi um espaço para essas reflexões, mesmo num momento em que começava a ser preconizado um maior apuro formal, com uma separação nítida entre produção artística e pensamento social, este último cada vez mais especializado na elaboração universitária²⁷. Mas, em Florianópolis, com a ausência de uma instrumentação acadêmica mais elaborada, continuou sendo da literatura o papel de refletir as condições sociais vigentes, apoiando-se também em trabalhos que promoviam um mergulho na chamada realidade brasileira, pois foi também naquele período que surgiram uma série de novas interpretações sobre a formação histórica e cultural do país, tais como as obras de Caio Prado Júnior, Celso Furtado ou Antônio Cândido, próceres da segunda geração modernista.

As possibilidades de pensar as condições de existência das comunidades mais pobres de Florianópolis e mesmo de elaborar um conjunto de idéias que pudessem estabelecer um ponto de vista crítico em relação aos processos de desenvolvimento que os grupos dominantes da cidade estavam tentando hegemonizar, eram limitados pelas próprias condições muito restritas encontradas pela intelectualidade da cidade. Mas é preciso tomar um certo cuidado. Apesar de todas as dificuldades para publicar e mesmo apesar de tudo parecer dizer o contrário, foi possível construir todo um conjunto de representações que lançaram para o futuro possibilidades de mudar a cidade ou, ao menos, pensar uma outra cidade. Obviamente, essas reflexões inscreviam-se no próprio processo de diversificação social da cidade e o aparecimento de setores intelectuais no seio das camadas médias. De todo modo, isso é importante porque seria muito fácil cair numa espécie de determinismo, acreditando que nada poderia ser pensado fora dos estreitos limites encontrados em Florianópolis naquela época.

É claro que não se pode deixar de levar em consideração o processo de autonomização de esferas como a arte e a literatura em relação às demais estruturas políticas e econômicas, ocorrido nas sociedades capitalistas. Renato Ortiz analisa a formação de um

²⁷ VELOSO, Mariza & MADEIRA, Angélica. Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 179.

mercado de bens simbólicos que consome e dá possibilidade para a existência específica de um conjunto de produtores culturais e artísticos, formando entidades separadas como literatura, teatro e artes plásticas. Mas isso só foi possível pela criação de um mercado para esses bens nos países capitalistas avançados, ou seja, entre outros aspectos, “a expansão do público que redimensiona a relação escritor-leitor e que lhe permite escapar do sistema de patronagem, transformando-o em profissional que pode viver do seu trabalho”. A ordem burguesa, ao instaurar todo um processo de desencantamento do mundo e dessacralização da obra de arte, constituiu as condições para que surgissem expressões artísticas de um certo modo liberto das amarras das contingências materiais mais imediatas²⁸.

Ao se cotejarem as mesmas condições com o Brasil, Ortiz verifica diferenças fundamentais. A fragilidade do capitalismo industrial brasileiro teria no mínimo retardado um processo semelhante de formação de um mercado de bens simbólicos que permitisse uma clara esfera de trabalhadores intelectuais e fronteiras nítidas entre os diversos campos artísticos. Assim, a literatura teria permanecido durante longo tempo vivendo de uma relação promíscua com a política e o pensamento social. Desde o século XIX, é nas obras de grandes literatos que se faziam as grandes discussões sobre a sociedade brasileira, notadamente no que dizia respeito às reflexões sobre a formação da identidade nacional. Daí, costumar-se ter sempre como um marco de mudanças importantes nessa configuração, a fundação da universidade no Brasil nos anos 30 (a Universidade de São Paulo e a Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro), que teria criado as bases de um pensamento social autônomo, notadamente na capital paulista.

Para a criação dessa autonomização de esferas culturais, seria preciso a constituição efetiva do mercado de bens simbólicos, importância ressaltada por Pierre Bourdieu em seu projeto de elaborar uma sociologia da literatura e da arte que não reduzisse “as obras aos determinantes de sociais de sua produção”, mas que em vez disso, levasse em consideração “a posição” dos criadores artísticos e culturais “no campo de produção (que é, também, o lugar onde se produz a crença no poder ‘criador’ e no valor das ‘criações’)”. Bourdieu entende que o posicionamento dos bens simbólicos no espaço de produção, define a

²⁸ ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e identidade cultural. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 18-27.

existência de um mercado mais ou menos estruturado e articulado que, de certo modo, estabelece o tipo de relação social possível para o criador de artefatos intelectuais e artísticos numa dada sociedade²⁹. Seguindo esse raciocínio, pode-se sugerir que até meados do século XX no Brasil, o mercado possível para os bens simbólicos não estava num público amplo e ativo de leitores e compradores individuais de arte, mas sim numa teia de relacionamentos com o Estado e com grupos dirigentes que tornavam inviável a autonomização da produção artística e cultural. Por outro lado, não ocorreria no Brasil um processo de antagonismo entre uma “cultura artística” (a arte pela arte) e uma “cultura de mercado”. Os criadores tiveram que adaptar-se às condições de produzirem para um mercado constituído basicamente pela imprensa, como foi o caso dos escritores que lançavam suas obras em forma de folhetins publicados em série nos jornais no século XIX e, posteriormente, com o advento do rádio e, ainda mais tarde, da televisão, a dependência cada vez maior a uma lógica comercial e a produção de uma cultura de massa.

Se no centro industrial brasileiro, o eixo Rio de Janeiro-São Paulo, um mercado autônomo de bens simbólicos só começa a esboçar-se nos anos 40 e 50, para estruturar-se nas duas décadas seguintes, como considerar um processo semelhante na pequena Florianópolis de então? Evidentemente, bastam algumas poucas constatações para perceber-se que produzir literatura ou outra expressão intelectual na cidade passava por outros tipos de crivos e legitimações que não eram as do mercado capitalista. A produção intelectual e artística vinculava-se estreitamente às esferas governamentais, dependendo quase totalmente de fundos públicos. Sequer a imprensa pode ser considerada um veículo alternativo para esses criadores pois, como já foi mencionado, os jornais e, posteriormente, as rádios eram praticamente propriedade dos grupos que antagonizavam-se pela disputa do poder político na cidade e no Estado.

Pode-se mencionar para ilustrar essa situação, a posição sempre ambígua e cambiante do jornal “A Gazeta”, que existiu em Florianópolis durante muitas décadas, sempre com uma posição “governista”. Ao contrário de seu tradicional concorrente, o jornal O Estado, que era de propriedade do líder do PSD na cidade, Aderbal Ramos da Silva e,

²⁹ BOURDIEU, Pierre. Trabalhos e projetos. In ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994. p. 38-45.

portanto, contava com os recursos mobilizados pelos interesses partidários de seu dono, “A Gazeta” procurava aproximar-se de quem estivesse no poder para conseguir continuar sobrevivendo. Até 1950 o jornal deu cobertura e apoio ao governo do PSD. Depois disso, passou para o lado da UDN. Questionado sobre isso, o jornal justificou-se em 1955, respondendo que enquanto esteve apoiando por 15 anos o domínio dos Ramos no Estado, nada havia recebido em troca e esteve com suas finanças arrasadas e “inteiramente desaparelhado” e abandonado “pelos que lhe sugaram o sangue”, enquanto que seu competidor recebia uma linotipo. Portanto, justificava-se que “A Gazeta” tivesse buscado nos novos ocupantes do palácio do governo apoio e condições para continuar sobrevivendo³⁰. Mais tarde, seu proprietário Martinho Callado Júnior, Presidente do Diretório Regional do Partido Democrata Cristão (PDC), passou a apoiar a candidatura de Celso Ramos ao governo do Estado, em 1960, fazendo com que o jornal novamente mudasse de posição. Com isso, Callado Júnior recebeu uma vaga na Secretaria da Educação e Cultura e, mais tarde, na direção do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, BRDE³¹.

Em meio a essa rede de dependências extremamente cerrada, pensar o futuro da cidade significava conciliar a idéia de mudança com a permanência de antigos laços políticos que persistiriam dominando a capital do Estado em qualquer projeto de futuro que as elites elaborassem. Era fundamental que as mudanças que poderiam ocorrer não alterassem o ritmo político da cidade e mantivessem a liderança dos grupos dirigentes que não pretendiam deixar Florianópolis escapar de sua esfera de influência. Mas, num outro sentido, é possível perceber como, diferente do que se poderia pensar a partir da análise de Ortiz, em Florianópolis o poder da imaginação pôde superar em alguns momentos a dependência em relação às estruturas sociais muito cristalizadas e restritivas, projetando novidades, pensando e tendo esperança em algo que poderia estar tão distante, mas que na imaginação de alguns escritores, artistas e intelectuais, seria alcançado de algum modo, em algum lugar, mesmo que numa outra cidade. Os que se propunham a pensar a cidade tinham um vínculo e uma dependência material em relação ao Estado inegável, mas daí não se pode extrair que a todo

³⁰ A Gazeta. Florianópolis, 05/07/1955, 5.004, ano XXI, p. 1.

³¹ MAY, Patrícia Zumblick Santos. Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970). Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1998. p. 88.

momento houvesse uma dependência artística ou de pensamento. Ter um descrédito em relação a Florianópolis, por suas parcas condições oferecidas aos habitantes pode ser tomado como um sinal de vitalidade da própria cidade, que continuava a criar meios ou gerar expectativas de que alguma coisa poderia ser diferente. Os grupos sociais que pretendiam refletir o futuro da cidade, exprimiam suas divergências e descontentamentos, e isso é uma demonstração de que nem tudo era calmaria na Ilha de Santa Catarina.

2.2. O dualismo cultural catarinense

Esse foi um momento de afirmação de valores considerados positivos das populações do litoral catarinense no contexto estadual. Foi realizado em 1948 o Primeiro Congresso de História Catarinense, marcando o bicentenário da colonização açoriana em Santa Catarina, o qual teve como uma de suas tônicas a tentativa de construir uma identidade catarinense em torno do “homem do litoral”, descendente dos primeiros colonizadores açorianos, valorizando-o em contraposição aos pólos de povoamento germânico e italiano do interior do Estado. As populações pesqueiras do litoral passavam a ser consideradas as herdeiras da nacionalidade e capazes de dar a Santa Catarina as feições brasileiras. Ao contrário dos que afirmavam a incapacidade para o trabalho como o fator de “atraso” das populações litorâneas, destacava-se o labor árduo, intenso, de sol-a-sol, recompensado com miséria, corpos deformados e vidas encurtadas. Sob tantas condições adversas, louvava-se acima de tudo a capacidade de sobrevivência e a homogeneidade cultural dessa população. Os acasos da natureza e as mudanças abruptas no meio ambiente, que poderiam a qualquer momento mudar traumáticamente a vida dessas populações, passaram a ser tomados como sinais da força e da capacidade de resistência do homem do litoral. Em 1956, a imprensa registrava que os pescadores da Barra da Lagoa estavam às voltas com o assoreamento do canal “que liga a Lagoa de Nossa Senhora da Conceição com o mar”, levando à diminuição da pesca e “na quase eliminação do pescado do camarão”. O jornal que noticiava o fato concluía:

“é o sinal, para as pobres populações ribeirinhas, de miséria à vista, de negros dias de penúria”³².

Essa valorização do papel histórico das populações pesqueiras fazia parte da disputa política que envolvia uma oposição entre as áreas colonizadas por migrantes europeus no século XIX — basicamente a região do Vale do Itajaí, centrada em Blumenau e o litoral norte, capitaneado por Joinville — e o litoral que circundava a região de Florianópolis. Pode-se verificar a construção de uma relação dualista em Santa Catarina, que guarda certas analogias com as interpretações que viam o Brasil dividido entre um sul desenvolvido e um norte atrasado. A versão catarinense do dualismo dava-se entre colonos alemães e italianos e os descendentes de açorianos do litoral e, prioritariamente, da capital. Pensar o futuro de Florianópolis, portanto, pressupunha em levar em conta os caracteres culturais de sua população e um questionamento que não pôde deixar de ser também muito doloroso num momento em que nada parecia proporcionar muita esperança de desenvolvimento capitalista pleno na cidade. Mas, ao mesmo tempo, implicava em excluir do futuro almejado essas populações marginalizadas, as classes populares de cidade, que não conseguiam atingir os padrões culturais necessários para a transformação capitalista.

Essa maneira de conceber o social de um modo binário tornava a questão do futuro da cidade extremamente problemática. O futuro é sempre o outro, o que está além, o que não se é. Florianópolis precisava impor-se como capital, como cidade mais importante do Estado, mas suas condições não pareciam tornar isso possível. Daí o recurso a buscar nas tradições culturais, num passado que mitificava o papel colonizador do açoriano e nas belezas naturais da Ilha de Santa Catarina, o respaldo necessário para a sustentação de projetos políticos e econômicos que tinham como condição básica a manutenção da cidade como centro político do Estado. As deficientes condições econômicas da cidade eram freqüentemente ressaltadas pelo contraste com as cidades industrializadas do Estado. Uma nota do jornal A Gazeta era taxativa: “Florianópolis, a capital sem milionários”. O leitor era informado que “somente uma Capital de Estado, Florianópolis, não apresentou um único ‘milionário’” dentre os contribuintes do imposto de renda de então. Mas, “duas cidades

³² A Gazeta. Florianópolis, 07/02/1956, 5.173, XXII, p. 6.

catarinenses, Blumenau e Joinville, tiveram, cada uma 5 contribuintes” com renda superior a 1 milhão de cruzeiros³³.

O contraste que define a ausência de condições ideais em Florianópolis não é buscado, portanto, necessariamente nas grandes capitais do centro do país. Dentro do próprio território catarinense estava presente a dualidade estrutural que mantinha a cidade como a sede de uma região que apresentava muitas dificuldades para o desenvolvimento capitalista. A superação dessas dificuldades implicaria necessariamente em que essa população fosse tocada e transformada pela tecnologia moderna e adquirisse rapidamente os hábitos e um modo de vida que apresentasse o dinamismo da era industrial. O interior da ilha, com sua população dispersa e voltada para a agricultura de subsistência e a pesca, surgiam como o símbolo do que deveria ser logo superado. Um outro tipo de olhar voltou-se para a “população do interior”, pois “as suas condições de vida são bem precárias”, caracterizando-se que “lhe falta tudo, mormente estradas satisfatórias para transportar a produção”, o que a prefeitura esforçava-se em oferecer através da mecanização dos trabalhos em obras públicas³⁴.

A capital continuava a ser uma cidade de “vida pacata e desenvolvimento moroso”, com sua população de funcionários públicos, vivendo a ausência de indústrias e de comércio em grande escala, estando assim muito distante das “características dos centros urbanos mais desenvolvidos”. A intermitência desse discurso aparecia como um desafio à constituição e difusão de novas representações na cidade. A industrialização era o grande tema do momento, aparecendo como o “essencial para o desenvolvimento de qualquer Metrópole”. Sem fábricas, o município não poderia “oferecer condições propícias a uma arrecadação que baste às suas necessidades mais imediatas”³⁵. Num momento em que a temática da industrialização dos países subdesenvolvidos absorvia os debates mais atualizados que se verificavam nos meios políticos e acadêmicos, seria inconcebível pensar qualquer transformação na cidade enquanto esta continuasse com sua configuração social até então existente. A cidade era costumeiramente definida por aquilo que julgava-se faltar ao seu desenvolvimento: sem fábricas, sem potentes emissoras de rádio, sem uma imprensa com

³³ A Gazeta. Florianópolis, 07/03/1953, 4.344, ano XIX, p. 6.

³⁴ A Gazeta. Florianópolis, 07/03/1953, 4.451, ano XIX, p. 6.

³⁵ Diário da Tarde. Florianópolis, 26/03/1952, 9.239, ano XVII, p.6.

grande envergadura, sem estradas que fariam sua ligação com o interior, marcando um divórcio com o restante do Estado.

As elites dirigentes e as classes dominantes de Florianópolis estavam tentando adaptar seu controle sobre a cidade e mesmo sobre o Estado, num momento em que a temática do desenvolvimento e da industrialização tinha em Santa Catarina uma dimensão própria. No mesmo período, a sociedade brasileira era percebida a partir da idéia de dualidade estrutural, manifestando-se a idéia de que o país só superaria o subdesenvolvimento com a aproximação entre as economias dos “dois brasis”. Já em Santa Catarina essa questão tomava uma dimensão cultural e de disputa simbólica. É evidente que não se quer aqui reduzir a importância das estruturas especificamente econômicas, mas apenas ressaltar que as mobilizações dos agentes sociais no Estado e a produção cultural e literária não estavam presas a uma lógica diretamente utilitária.

A maneira como as elites dominantes pensaram o dualismo, que estaria travando o desenvolvimento de Santa Catarina, passou não apenas pelos aspectos demográficos e econômicos costumeiramente ressaltados pelos analistas da economia estadual. O dualismo catarinense não seria tão somente uma divisão entre litoral e planalto, mas uma disputa que estaria inscrita na própria cultura das diferentes populações que formavam o Estado. Florianópolis deveria preparar-se para o futuro, de modo a deixar o estigma de centro de atraso e consolidar o poder dos mesmos grupos políticos que atuavam há muito na cidade. E isso passava por manter uma relação de classes envolta por um processo que construía uma identidade entre dominantes e dominados, com a idéia de “açorianidade” utilizada como mecanismo de manutenção das hierarquias. O dualismo é exatamente uma maneira de configurar as classes sociais não como antagônicas mas como complementares e solidárias. As condições de exploração e exclusão a que são submetidos os grupos populares deixam de decorrer de relações de desigualdade social, para aparecer como um atavismo, uma situação de atraso cultural que estaria inscrita nas populações marginalizadas.

A lógica da dualidade teve um caráter de “experiência coletiva” para os pensadores sociais do Brasil e, pode-se acrescentar, para aqueles que foram guindados às esferas de poder. Uma concepção de largo espectro e abrangência, a ponto de tornar-se

modelo econômico, interpretação histórica ou tipologia sociológica. Anteriormente, mesmo os modernistas dos anos 20 nada mais teriam feito do que pôr novos elementos nessa construção de uma imagem do Brasil como um país corroído pelo que chamavam de “imundícies de contrastes”. Idéia que chegaria reelaborada até os anos 60 nos meios universitários, inclusive com uma combinação com o funcionalismo norte-americano: a modernização seria “uma questão de defasagem a ser superada linearmente como quem vence etapas previamente traçadas pelo percurso das sociedades hoje plenamente modernas”³⁶.

Percorrendo esse caminho, todo um ideário desenvolvimentista que circulava nos meios intelectuais tornou-se corrente nas práticas estatais da época. Procurava-se pôr em evidência o tema dos obstáculos ao progresso e ao desenvolvimento brasileiro. No núcleo formado em torno na Universidade de São Paulo, foram construídas interpretações que procuravam explicar as causas do que à época era considerado o *atraso* brasileiro, formulando um conjunto temático que ficou conhecido como as teorias da “dependência”³⁷. Preocupação idêntica a de técnicos governamentais e uma parte da elite dirigente. O que estava em jogo era pensar táticas para o aprofundamento de um certo modelo de crescimento econômico, que poderia ser mais excludente ou includente, dependendo do campo político e das filiações ideológicas, mas que tinha como pressuposto uma homogeneização do país, pretendendo pensar as carências elementares da população segundo a lógica do valor de troca e da racionalidade urbano-industrial.

Zilda Iokói aponta que “as teses do desenvolvimento apareciam como a panacéia da igualdade social”, num processo em que “a moral e a solidariedade” estariam apresentando-se como “salvaguarda de uma atualização histórica que poderia ser implementada pela vontade dos que lideraram os planejamentos naquele período”. A criação da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) foi um momento em que estas idéias teriam se manifestado com maior clareza, provocando debates que demonstrariam “um conhecimento dicotomizado pela oposição arcaico/moderno”, efetuando “estratégias de atualização econômica” para o continente latino-americano, que visariam “eliminar as

³⁶ ARANTES, Paulo Eduardo. Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 24.

³⁷ VELOSO, Marisa & MADEIRA, Angélica. Op Cit. p. 180.

barreiras coloniais e semicoloniais”, optando-se “pela industrialização acelerada e pela transferência de capitais diretamente ligados à esfera da produção”. Os cepalinos nutriam a crença de que poderia “ser possível um processo de apropriação de novas tecnologias”, com sua incorporação e controle garantidos através de resguardos às remessas de lucros. Esperava-se “conseguir autonomia e modernização num único processo”, numa interpretação que levava em conta apenas “elementos econômicos”, considerados tecnicamente neutros³⁸.

A dicotomia arcaico/moderno pode ser ampliada, nessa lógica, para o contraste passado x futuro, sendo que o presente nada mais seria do que a criação de condições para que a linha tempo conduzisse a uma evolução contínua e constante. Isso não passou despercebido pelos que, em Florianópolis, procuravam fraturar o tempo, criar uma clivagem que separasse nitidamente a cidade que existia da que se pretendia. Tinham legitimidade para seus anseios, a qual foi angariada pela associação entre os planos que começaram a ser apresentados como alternativas para o desenvolvimento da cidade e um momento histórico em que a construção de uma forma de pensar o país e seu desenvolvimento tinham como base a constatação de que o futuro deveria ser planejado ou, ao menos pensado segundo a lógica das inovações tecnológicas e do aprofundamento das relações capitalistas, como forma de tirar a sociedade do atraso.

Pensar o futuro de Florianópolis era, então, ter como referência básica essa “percepção da dualidade”, que se dava nos mais diversos contrastes mas, muito em especial, nas disputas simbólicas pelo poder estadual. A literatura e os produtores culturais da cidade não escapavam dessas questões, num momento em que a posição de Florianópolis deveria ser afirmada num contexto desfavorável em que o poder político havia sido alcançado pela UDN, com o governo de Irineu Bornhausen. Daí que a produção cultural na cidade estava marcada por esses conflitos e, na medida em que o único mercado de bens culturais capaz de sustentar a produção dos criadores artísticos eram as instâncias do governo e, na ausência de um meio universitário que pudesse solidamente pensar a sociedade, cabia a esses intelectuais e literatos a criação de um espaço para a análise das problemáticas estaduais.

³⁸ IOKÓI, Zilda Márcia Gricoli. Os problemas do desenvolvimento na América Latina frente aos descaminhos da modernidade. in Revista Brasileira de História. Representações. vol. 15, nº 29. São Paulo Anpuh/Contexto, 1995. p. 123-138.

Como já foi analisado em outro momento, radicar definitivamente a Capital do Estado em Florianópolis passou a ser uma das maiores reivindicações das elites da cidade, expressas pela imprensa. Como grande centro urbano e principal cidade do litoral, Florianópolis deveria ser defendida de possíveis alternativas de poder estadual que pudessem deslocar o eixo das decisões políticas para um interior do Estado que começava a ser ocupado com intensidade por ondas de migrantes provenientes do Rio Grande do Sul e que buscavam novas terras na região Oeste, onde também a agroindústria estava sendo implantada. Para dotar Florianópolis dos meios que parecessem necessários para tornar definitiva sua posição central no Estado, diversos equipamentos e obras deveriam ser implementados na cidade. Os jornais exigiam que fossem tomadas providências para evitar o descrédito de Florianópolis, que facilitaria o “plano de mudança” da Capital. O porto não mais poderia continuar abandonado, a agricultura deveria ser incentivada e a energia elétrica abundante tiraria a cidade da escuridão, tornando a cidade um efetivo centro de referência para as demais regiões do Estado. Para tal, seria necessário completar “a obra de Gustavo Richard e de Hercílio Luz”, dois governadores do início do século XX que promoveram diversas reformas urbanas em Florianópolis e consolidaram a posição política da cidade. Obras de impacto na economia e a construção de grandes edifícios públicos no centro, como os das Secretarias e das Diretorias, além de novas rodovias, estariam agora, nos anos 50, dando novamente para Florianópolis os instrumentos para continuar sediando “definitivamente a Capital de Santa Catarina”³⁹.

A aparência da cidade, como centro administrativo e cultural deveria sofrer investimentos e reformas. O teatro Álvaro de Carvalho passou por sua primeira reforma nesse período. O jovem Rodrigo de Haro, escreveu na época que tratava-se “da obra mais inteligente já feita na ilha”, poupando “um dos últimos e mais belos exemplos do puro estilo, que enriquecia a ilha, antes com construções magníficas da arte colonial”. Mais importante ainda é que o edifício conservaria “a tradição e a beleza do antigo, adquirindo-se o contorno e

³⁹ A Gazeta. Florianópolis, 30/01/1955, 4.881, ano XXI, p. 1.

a estabilidade do moderno”⁴⁰. Posteriormente, avaliações arquitetônicas da reforma mostrariam que o teatro foi praticamente desfigurado na sua originalidade, mas na época a idéia de moderno foi mais forte que a tradição, até porque era fundamental fazer com que Florianópolis não fosse mais “o que era antes — um vagão de segunda classe atrelado ao trem do Estado e condenado a percorrer os trilhos da velha rotina administrativa, travestida de conservantismo e escudada em falsa prudência dos dirigentes”⁴¹.

Também passaria por aí a ruptura com o dualismo verificado no Estado, tornando Florianópolis um grande centro econômico “ligando o Norte ao Sul”, o que havia sido retardado até então “pela preocupação descabida em querer-se mudar a Capital para o interior”. As forças políticas que dominavam a cidade e que, em última instância, eram as mesmas que digladiavam-se em nível estadual, acusavam-se mutuamente de patrocinar a idéia de transferência da Capital. Mais do que eleitores, a luta se processava pela conquista do poder de definir o futuro a ser trilhado pela cidade, sempre na perspectiva de manter e dar continuidade a um exercício de poder oligárquico e que não sofresse alterações profundas no decorrer do tempo. A permanência de Florianópolis à frente do Estado tinha implicações muito importantes e em diversos momentos a imprensa interferiu no debate, defendendo a posição da cidade. Projetos que tramitavam na Assembléia Legislativa e que pretendiam desmembrar o município, formando um novo município na área continental da Capital eram prontamente atacados. Uma das menores capitais do país ficaria ainda mais fragilizada se sofresse desmembramentos. A diminuição da cidade reduziria em um terço a sua população, sendo um motivo de “vergonha, para nós barriga-verdes, termos a menor capital do Brasil”. Ao contrário, o futuro deveria trazer a anexação dos municípios vizinhos de São José e Biguaçu, “pois assim teríamos mais dois bairros em nossa Capital dos ‘ocazos raros’”⁴².

Entender a legitimidade da idéia de futuro nessa época, passa pela compreensão da sua relação com as interpretações dualistas, as quais eram mais do que um modo de pensar o país, mas uma estratégia de ação. A reflexão e as teorias econômicas daquele período estavam perpassadas de modo bastante significativo por um certo modo de

⁴⁰ A Gazeta. Florianópolis, 29/09/1955, 5.073, ano XXII, p. 6.

⁴¹ A Gazeta. Florianópolis, 02/07/1957, 5.656, ano XXIII, p.6.

⁴² A Gazeta. Florianópolis, 06/01/1957, 5.522, ano XXIII, p. 6.

ver a estrutura social e a cultura do país. O dualismo apresentado em muitas das análises nada mais era do que uma certa interpretação da formação histórica da sociedade brasileira, buscando detectar as origens de seu subdesenvolvimento. Ao centrarem sua atenção na identificação do atraso acabaram, por exemplo, encontrando no meio rural e no vasto interior brasileiro, uma enorme massa de pequenos produtores que haviam ficado “ao sul da história”, ou seja, na obscuridade proporcionada por toda uma grande linhagem sociológica e historiográfica que apenas havia dado atenção ao mundo da grande propriedade.

Conforme Hebe Maria Mattos de Castro, a produção de subsistência voltada para o mercado interno, efetivada no Brasil, desde a colônia, pela pequena agricultura, sempre permaneceu marginalizada não apenas materialmente, como também nas reflexões sociais, marcadas pela ênfase em pares como latifúndio-escravismo, latifúndio-indústria: “desde autores clássicos como Caio Prado Jr. e Celso Furtado, os chamados ‘homens livres pobres’ têm sido sistematicamente relegados a segundo plano, rotulados sob o signo da marginalidade”⁴³. Nas oportunidades em que, finalmente, a produção rural em pequena escala tornou-se alvo de estratégias políticas e de análises acadêmicas, acabou sendo enfocada sob o signo do atraso e do obstáculo ao desenvolvimento.

O Primeiro Congresso de História Catarinense pode, portanto, ser entendido também como uma manifestação desse período em que buscava-se a todo custo entender os problemas brasileiros a partir da formação histórica da sociedade. Em sua reflexão sobre a “invenção da açorianidade”, Maria Bernardete Ramos Flores constatou que naquele momento estavam em jogo os contornos políticos da construção da identidade de Santa Catarina, a partir de uma base açoriana. A autora chama a atenção para a luta simbólica então travada, discutindo o quanto havia de interesse em ressaltar a contribuição do colonizador açoriano em contraposição, especialmente, ao migrante teuto. Até então, Santa Catarina aparecia como um estado “alemão”, tendo inclusive sido alvo de políticas nacionalizadoras repressivas durante o Estado Novo. A redefinição cultural do Estado, a afirmação de uma identidade que tivesse laços sólidos com a nacionalidade brasileira, estavam presentes nos discursos dos que

⁴³ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Ao sul da história: lavradores livres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 25.

procuravam apresentar o “assentamento do açoriano na região litorânea como uma empresa colonizadora, que serviu a fins nobres, à defesa da terra no Sul do país, ou melhor, à construção da brasilidade nesta região”. Sem poder valorizar o empreendimento colonizador açoriano a partir de conquistas econômicas, que certamente ficavam muito aquém do alcance da colonização germânica, apegava-se a um certo “sucesso cultural pela sedimentação da cultura luso-brasileira”⁴⁴.

A autora chama a atenção para a construção de uma memória como instrumento de poder e todos esses discursos como uma luta pela dominação da recordação, num processo em que não se efetivou um “resgate” de uma cultura esquecida, mas propriamente fabricou-se uma cultura e uma identidade que atendesse a interesses bem imediatos e concretos. Os dilemas do desenvolvimento, ou da ausência deste, levavam à necessidade de mostrar que apesar de tudo, a população do litoral de Santa Catarina não poderia ser deixada à margem do Estado e deveria, isto sim, ser valorizada como esteio da brasilidade. Os colonizadores alemães haviam criado cidades progressistas e desenvolvidas, com indústrias atuantes e grande produção agrícola, mas do ponto de vista cultural seriam ameaças para a identidade nacional, por terem a tendência ao isolamento e constituírem uma ameaça à unidade nacional.

O “homem do litoral”, até então visto como o indolente e vítima das contingências do meio natural, como expresso na obra de Othon D’Eça, passava a ser o “açoriano”, portador das virtudes mais nobres da nacionalidade brasileira, daí que, por sua luta em favor dos destinos da nação, tenha se destacado em oferecer homens públicos que ocupavam os postos-chave da administração do Estado. Nisso mais uma vez contrapunha-se ao germânico, que desinteressava-se pelas grandes questões nacionais e ficava preso a seus afazeres privados. Travava-se, assim, uma disputa pela hegemonia simbólica, opondo grupos sociais e políticos: “uma hegemonia que não dependia apenas da força e do progresso econômicos, mas principalmente da sua identidade cultural”⁴⁵. Em 1954, um cronista fazia “um apelo aos florianopolitanos quanto à nossa história”. A reabilitação da memória histórica

⁴⁴ FLORES, Maria Bernardete Ramos. A farra do boi: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: UFSC, 1998. p. 117.

⁴⁵ Ibid. p. 134.

da cidade deveria passar por um cuidado maior com os monumentos, sobre os quais estaria pairando uma “sombra destruidora”. Os cidadãos eram convocados a entregar documentos antigos aos historiadores, pois “assim fazendo, a nossa Ilha histórica trará ao século XX o tão desejado saber do desconhecido das gerações que nos precederam e que tanto nos honraram com seus feitos e bravuras”⁴⁶. A Capital do Estado deveria reafirmar sua hegemonia sobre o conjunto de Santa Catarina, evitando que fosse questionada em sua importância. A valorização histórica da cidade deveria corresponder ao seu papel dominante no futuro, estabelecendo uma permanência nas estruturas do poder político catarinense.

Essa oposição açorianos X germânicos se fazia, portanto, dentro de um quadro de pensamento marcado pela lógica da dualidade. Tratava-se da “culturalização” de um debate nacional que girava em torno da superação dos obstáculos ao desenvolvimento e de como seria possível atingir a modernização do país. Começava a ficar claro que noções até então empregadas como a raça ou o clima hostil, cederiam lugar na problemática do desenvolvimento nacional para a criação de condições infra-estruturais que possibilitassem o contato da população brasileira com as conquistas tecnológicas do mundo moderno. Ao valorizarem o habitante do litoral, era como se esses produtores de discursos da açorianidade estivessem sinalizando para a possibilidade de que o progresso também poderia chegar a essas populações, desde que fossem tocadas pela tecnologia e sofressem alterações profundas em suas normas de conduta. Ao mesmo tempo, a invenção do açoriano criava uma identidade que procurava respaldar o domínio político dos grupos hegemônicos do litoral e favorecia a visão de uma sociedade homogênea e sem conflitos de classe ou qualquer outra ordem. Os grupos populares são assim chamados a contribuírem com as elites na manutenção da ordem e na construção de um futuro que tendia a reproduzir as relações de classe existentes.

Santa Catarina teria como “maiores e mais profundos obstáculos ao seu desenvolvimento e à sua unidade econômica e social”, o fato de ser “um arquipélago social e econômico”. Uma situação que havia sido estabelecida por um processo de colonização através de correntes migratórias que “se estabeleceram como unidades distintas, estanques, sob o aspecto social e econômico”, o que deveria ter levado os governantes a planejar

⁴⁶ A Gazeta. Florianópolis, 10/02/1954, 4.613, ano XX, p. 6.

“costurar essa colcha de retalhos”. Para tanto, seria fundamental que as diversas regiões do Estado fossem levadas a tomar conta que “Florianópolis não é apenas a capital mas uma cidade que está beirando os 100 mil habitantes, o maior centro demográfico do Estado, cidade universitária, guardião da cultura catarinense e um excelente mercado para os produtos catarinenses”⁴⁷. Procurava-se, portanto, vincular diretamente o desenvolvimento de Santa Catarina a um futuro em que Florianópolis permanecesse como protagonista no Estado, sendo modernizada e recebendo investimentos. É na transformação dos processos produtivos e na criação de novos hábitos sociais que estaria o futuro.

Os jornais anunciavam que a cidade havia sido contemplada pelo orçamento da União de 1954 com uma verba de 5 milhões de cruzeiros para a “recuperação econômica da Ilha de Santa Catarina”, de modo a também impulsionar a agricultura e a pecuária do interior do município. A tecnologia moderna e o planejamento do futuro da cidade e de sua população, transformariam por completo a situação de atraso até então existente pois fazia-se necessário evitar que o produto mais tradicional da Ilha, a farinha de mandioca, continuasse a ser fabricado “com os mesmos métodos e maquinaria empregados na Idade Média”. O futuro reservaria mudanças para os habitantes do interior, incluindo sua inserção nos novos modos de vida que se pretendia levar até os limites de Florianópolis. A tecnologia prometia fazer com que a economia do município fosse revitalizada, tirando do abandono, por exemplo, a pesca da baleia que, “por falta de aparelhamento” estava entrando em extinção, mesmo após ter sido durante muito tempo “uma indústria próspera e lucrativa, tanto na Ilha de Santa Catarina, como em vários outros pontos do nosso litoral”⁴⁸.

Essas interpretações e ações reforçavam e eram alimentadas pelo contexto da época, que atribuía ao Estado, o papel de suposto demiurgo e instituidor do social, devendo ser o condutor das políticas modernizadoras que romperiam o “dualismo” da sociedade brasileira. Reencontra-se aqui a legitimação da idéia de planejamento e de previsibilidade do futuro através da intervenção estatal. Parecia estar próximo de todos a possibilidade de superar o atraso e o subdesenvolvimento, a miséria e a ignorância, através da marcha

⁴⁷ A Gazeta. Florianópolis, 07/04/1959, 6.219, ano XXV, p. 1.

⁴⁸ A Gazeta. Florianópolis, 18/02/1954, 4.620, ano XX, p. 1; A Gazeta. Florianópolis, 04/09/1954, 5.053, ano XXI, p. 1.

inexorável do progresso e do capital, promovendo mudanças tecnológicas, uma idéia que atravessou décadas e teve seu apogeu durante a ditadura militar. Eric Hobsbawm relaciona essa idéia de os poderes públicos assumirem um “controle físico” da sociedade e da economia ao modo como se configuraram as guerras do século XX, tornado-se “totais”, isto é, sem distinguir civis e militares. Para o esforço de promover o crescimento econômico, dirigido pelo Estado, toda a população deveria ser mobilizada, pois começava a ser construído um consenso segundo o qual “os governos tinham de assumir completamente a economia” e que seriam “essenciais o planejamento e a alocação de recursos”⁴⁹.

As elites de Florianópolis encontravam assim um modo de entender e de inserir a população pobre da ilha em seus planos de futuro. As mudanças pretendidas para a Capital só poderiam vir se fossem extintos os antigos hábitos culturais considerados atrasados e inviáveis na sociedade que se pretendia, marcada pela associação entre capital e poder político dos antigos chefes da cidade. Um futuro em que os grupos populares deveriam participar apenas como instrumentos de manutenção da ordem. As relações de classe deveriam ser mantidas a todo custo.

2.3. O futuro como luta contra o passado

Um conjunto de teorias e análises acerca da sociedade brasileira em geral e de suas condições históricas davam sustentação para os discursos que tratavam do desenvolvimento do país. A pretensão de transformar ou resolver os problemas nacionais, basicamente a superação do atraso e do subdesenvolvimento, passaria pelo questionamento das estruturas sócio-econômicas que estabeleceram a configuração do Brasil através dos tempos. A essa tarefa de pensar o país parecia estar associada uma representação segundo a qual os intelectuais deveriam se arrogar o papel de formuladores do novo país, os portadores do futuro. Por outro lado, correndo paralelamente aos temas acadêmicos, o pensamento tecnocrático que começava a dominar as esferas políticas e as agências estatais, trazia a idéia

⁴⁹ HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 52.

quase missionária de que o futuro seria antevisto através de cálculos pretensamente precisos dos economistas e planejadores⁵⁰.

Diante disso, chama a atenção o quanto as relações entre os intelectuais e a sociedade parecem ter alcançado uma dimensão importante no Brasil da segunda metade do século XX. Influenciados pelas interpretações dualistas da sociedade brasileira, muitos foram os que dedicaram-se ao trabalho de discutir se no país “existiria, de um lado, uma sociedade arcaica, tradicional, agrária, retrógrada, estagnada”, constituindo-se “em obstáculo ao desenvolvimento”; e de outro, uma sociedade “moderna, urbanizada, industrializada, dinâmica, progressista, em desenvolvimento; cada uma com seu próprio processo histórico constitutivo e sua dinâmica própria, auto-suficiente no mais amplo sentido do termo”⁵¹.

Uma parcela significativa da intelectualidade e dos agentes públicos foi influenciada pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), vinculado ao Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, podendo ser considerado uma síntese do que pensava-se naquele momento a respeito de alternativas para o desenvolvimento brasileiro. Havia sido criado no governo de Juscelino Kubistcheck, desenvolvendo o que ficou conhecido como ideologia do nacional-desenvolvimentismo. Renato Ortiz lembra que aqueles intelectuais partiam da noção de alienação cultural para definir o estado de atraso do povo brasileiro, que prendia o país a um passado colonial. A superação dessas dificuldades só seria alcançada pela concretização de uma nova humanidade, um novo tipo de homem. Para os “isebianos”, não se tratava de formular uma utopia, mas sim um “programa de desenvolvimento”, com objetivos pragmáticos, visando “planificação, eficácia, racionalização, formação tecnológica, maximização do ritmo de desenvolvimento”. Os intelectuais deveriam “diagnosticar os problemas da nação e apresentar um programa a ser desenvolvido”. Ortiz conclui: “não há utopia, a realização do Ser Nacional era uma questão de tempo, cabia à burguesia progressista comandar esse processo”⁵².

⁵⁰ LOHN, Reinaldo Lindolfo. Campos do atraso, campos modernos: discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975). Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1997. p. 80-116.

⁵¹ JAMBEIRO, Marusia de Brito. Engenhos de rapadura: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1973. p. 09.

⁵² ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 60-65.

A representação dominante era a de uma sociedade brasileira vitimada pelo atraso e pelas dificuldades de desenvolver-se em meio a um capitalismo internacional excludente e, internamente, envolta nos problemas para a superação das carências materiais e culturais das massas populares. Os isebianos adotaram um nacionalismo que visava a “possibilidade de inserção autônoma do país no sistema capitalista internacional”, levando-os a colaborar na elaboração do plano de metas do governo Kubtscheck, cuja efetivação propiciou grande parte do surto modernizador do período⁵³.

Outro caso exemplar é o da esquerda, que tinha como referência mais importante o Partido Comunista. Uma visão dualista da sociedade brasileira também foi construída, afirmando que “as sobrevivências feudais”⁵⁴ estariam impedindo o desenvolvimento nacional. As resoluções oficiais do partido apontavam para a necessidade da “revolução democrático-burguesa” para atingir “desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País e a superação do atraso de nossa agricultura”. Deveria ser ampliada a expansão do capital, o que acabou levando o PCB a apoiar uma sindicalização rural que só abrangeria trabalhadores assalariados. Mas o futuro só poderia ser de fato construído quando o partido pudesse resolver a polêmica sobre a estratégia a ser tomada para o socialismo: “o caminho violento, antiinstitucional *versus* o caminho pacífico, institucional”⁵⁵.

Pode-se mencionar as considerações de Dominique Mainguenu a respeito das relações polêmicas entre os discursos, nas quais costuma-se “privilegiar as discontinuidades entre os protagonistas do debate, (...) esquecendo, entretanto, que as semelhanças levam ampla vantagem sobre as diferenças”. Para que uma polêmica seja exercitada, segundo a autora, pressupõe-se “a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe estão associadas”. Tudo ocorreria como se fosse “preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do Mesmo que nós, mas deformado, invertido, conseqüentemente, insuportável”. A polêmica estabeleceria “um contrato entre os adversários

⁵³ VELOSO, Marisa & MADEIRA, Angélica. Op Cit. p. 181.

⁵⁴ AUED, Bernardete Wrublesk. A vitória dos vencidos: o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas. Florianópolis: UFSC, 1986. p. 24-25.

⁵⁵ COSTA, Luiz Flávio Carvalho. Sindicalismo rural brasileiro em construção. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996. p. 57.

e, com ele, a idéia de que existe um código transcendente, reconhecido pelos membros do campo (os protagonistas do debate bem como o público)”, ou seja, um “referencial comum”⁵⁶. Pode-se, portanto, sugerir que os questionamentos em torno do futuro acabavam sendo um desses referenciais partilhados por essas tendências de pensamento e análise social, bem como pelas diversas correntes políticas.

Recorrendo a José Luiz Fiorin, diríamos que todos os discursos estavam buscando produzir “efeitos de verdade” para convencer os interlocutores, escorando-se no “conjunto de temas e figuras que constituem a maneira dominante de explicar os fatos do mundo numa dada época e que são oriundos de outros discursos já articulados, cristalizados e cujas condições de produção foram apagadas”⁵⁷. Daí que seja possível entender a convergência relativa entre os discursos formulados em torno das questões relacionadas à superação do “atraso” brasileiro e construção do futuro, como a constituição de um mercado de produtos lingüísticos em torno do assunto, diante do qual foi estabelecida uma disputa pela valoração dos diversos emissores, sejam esquerdistas, reformistas ou conservadores, todos em busca da aquisição da competência e da legitimidade⁵⁸.

A procura por uma maior “aceitabilidade” para seus discursos, levaria os emissores a adequarem-se às formas consideradas “legítimas”, submetendo-se às sanções do “mercado lingüístico”, obtendo um valor mais elevado para suas mensagens. É o que podemos dizer da interpretação dualista da sociedade brasileira, a qual proporcionava a todos os agentes a idéia confortável de um mundo de senso comum, absolutamente evidente, perfeitamente apreensível pela razão política.

Um dos marcos analíticos desse momento foram as noções apresentadas por Jacques Lambert em seu livro “Os dois Brasis”. Para Lambert, as diversas raças que formavam a população brasileira, nunca haviam ameaçado a “unidade do país”. Porém, “se há uma só cultura e uma só nacionalidade”, esta “cultura única” apresentaria “dois níveis bem diferentes”. Seriam “dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como nos métodos de vida”, isto é, “duas sociedades” que não haveriam evoluído “no mesmo

⁵⁶ MAINGUENAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Pontes; Ed. Unicamp, 1993. p. 125.

⁵⁷ FIORIN, José Luiz. O Regime de 1964: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988. p. 12.

⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. O mercado das trocas lingüísticas. in ORTIZ, Renato. Op Cit, 1994. p. 158-159.

ritmo”, não atingindo “a mesma fase”. No Brasil reproduziriam-se “os contrastes do mundo”⁵⁹.

Essa dualidade remontaria ao período colonial, com a ocorrência de uma “cultura arcaica”, fruto da formação de “comunidades esparsas pelo interior ou agrupadas perto da costa, em torno das fazendas coloniais” e que resistiriam às mudanças, do mesmo modo “que as comunidades campestres indígenas de outros países”. Uma cultura “principalmente mas não exclusivamente rural”, em contraste com “outra sociedade”, formada nos arredores de São Paulo e dos Estados do Sul, que seria “muito mais móvel e evoluída”, presente “sobretudo nas grandes cidades”. Os imigrantes europeus teriam trazido “novas técnicas e modos de vida”, o que somado ao “desenvolvimento de novas formas de agricultura, a criação de uma grande indústria, a concentração de capitais nacionais e estrangeiros, o desenvolvimento dos transportes”, contribuiria para o surgimento de “numerosas populações em uma vasta sociedade em constante evolução”. Todo um país resumido a um só contraste: “o Brasil arcaico e o Brasil novo”⁶⁰.

Caio Prado Júnior foi o autor de uma contundente crítica às teses ditas marxistas, segundo as quais na estrutura econômica e social do Brasil ocorreria coexistência de dois modos de produção diferentes — o capitalista e o feudal, podendo este último apresentar-se sob diferentes formas. Para os que assim pensavam, a transformação do país exigiria reformas de base, levadas a cabo por uma aliança popular e democrático-burguesa, cujo projeto político acabou sendo formulado especialmente pelos intelectuais do ISEB⁶¹.

Contudo, deve-se ficar atento para o fato de que nas décadas posteriores à Segunda Guerra já não mais havia a predominância de qualquer explicação e interpretação da sociedade brasileira baseada na noção de raça, tal qual haviam sido formuladas as teorias da virada do século, principalmente por autores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues ou Euclides da Cunha, os quais viam na questão da miscigenação o grande dilema nacional, com a predominância do elemento mestiço sobre as demais raças formadoras do Brasil, encerrando “os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica”, caracterizados pela “apatia”,

⁵⁹ LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 101-102.

⁶⁰ *Ibid.* p. 102-103.

⁶¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1980. 230 p.

“imprevidência” e “desequilíbrio moral e intelectual”⁶². Para estes, as possibilidades de mudanças culturais no Brasil estariam limitadas pela questão racial, até porque a cultura é vista aqui como um dado quase natural, um conjunto de caracteres inatos que definem um povo. Daí uma oposição também efetuada nesse momento entre cultura e civilização, esta sendo o conjunto de artifícios à disposição de uma sociedade qualquer, mas que não necessariamente tenham sido criados originalmente pelos seus integrantes. Assim, uma inovação tecnológica poderia não alterar um quadro social, na medida em que não estava incorporada a um núcleo cultural, este visto quase como uma natureza humana, perene e atemporal.

Euclides da Cunha, inicia sua obra-reportagem sobre a campanha militar que exterminou o povoado de Canudos, no interior da Bahia, no final do século XIX, com um longo arrazoado sobre as idéias raciais predominantes naquele momento, concluindo que “a mistura de raças mui diversas” seria, “na maioria dos casos, prejudicial”, pois sempre manteriam-se os “estigmas” das raças inferiores sobre as superiores. Decorreriam daí os problemas e o “retrocesso” do mestiço povo brasileiro, apresentado como “um desequilibrado”, pois é “menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores”. As poucas qualidades do sertanejo de Canudos adviriam do atenuamento desses efeitos, graças ao seu isolamento — impedindo “que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados” — e ao contato com um meio inóspito, que o teriam enrijecido. Neste caso, o homem de Canudos “é um retrógrado, não é degenerado”⁶³.

Numa outra direção, mas com pressupostos muito próximos, ainda no início dos anos 40 era viável um discurso como o de Stefan Zweig, encantado com as belezas naturais e com a grandeza que dizia ter visto no Brasil, afirmando ser este o “país do futuro”, com sua multiplicidade de raças em convivência harmônica, numa história em que, ao contrário da Europa sacudida por guerras, parecia-lhe o simples desenrolar de uma caminhada tranqüila e pacífica para a constituição de uma nova civilização. Olhando para o futuro, Zweig

⁶² ORTIZ, Renato. Op Cit, 1985. p. 21.

⁶³ CUNHA, Euclides da. Apud GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha. São Paulo: Ática, 1984. p. 106-108.

afirmava estar o Brasil “apenas ainda no começo de seu desenvolvimento”, mas para chegar a novas etapas o país precisaria superar obstáculos que eram o “estado de saúde da população”, infestada de parasitas e doenças tropicais, e a “insuficiente capacidade de trabalho no clima tropical, que diminui a energia individual e ameaça o vigor do corpo”. Portanto, doenças e clima seriam os grandes problemas que estariam impedindo que o futuro chegasse ainda mais depressa, trazendo os grandes benefícios para o Brasil⁶⁴. Elementos ligados à biologia e à geografia, somente solucionados com grande dificuldade por alguns avanços tecnológicos. O que interessa é justamente chamar a atenção para o dado de que mesmo um discurso que instituiu o futuro como a grande riqueza do Brasil, está preso a um conjunto de conceitos que inviabilizavam a cultura como fator determinante das condições de vida da sociedade.

Era um olhar de fora, de um viajante que tinha pressa em recolher a maior quantidade possível de informações sobre o país, guiado pelas referenciais que trazia. Assim estabeleceu com o país que viu, ou quis ver, um diálogo de contrapontos em que via um novo país, imenso e jovial, que contrastava com o velho mundo que conhecia. Como novidade, como potencialidade, o Brasil era a expressão mesma do futuro, ou seja, daquilo que ainda não era, mas que certamente viria a ser. E essa impressão o viajante recolhe da observação principalmente da natureza exuberante, pronta a oferecer frutos ao trabalho dos homens. “Sem dúvida, o Brasil que ele vê tem por ‘referência’ a Europa que ele vive e da qual se sente parte”, ou seja, “é possível dizer que o ‘seu Brasil’ é a Europa que ele queria e que sonhava que pudesse ter sido”. O país que aparece em sua obra é a expressão de um sonho e de uma vontade, contradizendo em larga medida o Brasil do início da década de 1940, aferrado à ditadura do Estado Novo. Portanto, encontra-se em sua obra uma forma própria e específica de compreender o Brasil, ou seja, a de um viajante que estava encontrando o futuro que almejava, fascinado com a realização de uma possível miscigenação racial⁶⁵.

Zweig considerava que o futuro estaria aberto para o país e em pouco tempo, apostava, singularidades brasileiras como as favelas do Rio de Janeiro estariam desaparecidas, por constituírem um atraso. Há também aí uma dimensão de evasão do tempo e da história, uma tentativa de recusar o tempo em que se vive, preferindo um outro lugar, encantador e

⁶⁴ ZWEIG, Stefan. Brasil, país do futuro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1941. p. 137-145.

⁶⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma janela para a História. In CHIAPPINI, Lígia et alii (orgs.). Brasil: país do passado? São Paulo: EdUSP/Boitempo, 2000. p. 59-65.

atraente, bem como um outro tempo, localizado no futuro do Brasil. As contingências do tempo histórico brasileiro, com suas fraquezas e deficiências, encontrariam a superação, subvertendo as expectativas e construindo a narrativa de um amanhã sem guerras. O otimismo e o exagero em relação ao futuro do Brasil faziam sentido dentro dessa atitude de recusa das contingências⁶⁶.

Mas, a obra de Zweig não poderia deixar de fugir ao seu controle. Sua utopia, em muitos casos, foi transformada em recurso discursivo e mote político para tangenciar as transformações sociais no Brasil, elaborando a imagem de uma sociedade esperando passivamente a realização de potencialidades nunca concretizadas. No fim da década de 1950 um artigo em um jornal da cidade discutia uma série de questões relacionadas às condições então existentes na sociedade brasileira, com uma democracia em que, entre 60 milhões de habitantes, “apenas pouco mais de 3 milhões elegeram o Presidente da República. Isso num eleitorado de 15 milhões”. E continuava elencando: 30 milhões de analfabetos, corrupção eleitoral, falta de espírito comunitário, malversação do dinheiro público, relação de servidão entre o povo e o governo. Tudo isso para concluir: “Zweig afirmou, num livro, que o Brasil é o país do futuro. Acreditamos no malogrado escritor austríaco, aguardemos o futuro, porque o presente é esta nojeira que aí está”⁶⁷.

A partir da década de 1950, começou a ser fixada nos meios intelectuais uma determinada compreensão do futuro do país, o qual não mais seria assegurado por quaisquer condições naturais favoráveis. Nesse momento, os integrantes do ISEB deslocavam a problemática dualista do Brasil para o “domínio da cultura como elemento de transformação sócio-econômica”, numa tentativa, conforme Renato Ortiz, de fabricação de “um ideário nacionalista para se diagnosticar e agir sobre os problemas nacionais”⁶⁸. O dualismo brasileiro não seria fruto de questões raciais, mas culturais, podendo ser localizado no desenvolvimento histórico da estrutura social do país. Os indicadores de arcaísmo seriam: “a produção em pequena escala, limitada pela tecnologia simples, predominando o uso de instrumentos primários para a extração de matérias primas”; além disso, “a divisão do trabalho mal

⁶⁶ DECCA, Edgar Salvadori de. Zweig: prisioneiro da liberdade. In *Ibidem*. p. 66- 81.

⁶⁷ A Gazeta. Florianópolis, 05/04/1959, 6.218, ano XXV, p. 1.

⁶⁸ ORTIZ, Renato. *Op Cit*, 1985. p. 46-47.

ultrapassando o estágio em que as únicas características para a especialização são as biológicas, como idade e sexo”; acrescentava-se ainda, “as relações de trabalho como a parceria e o morador de condição, o trabalho familiar, o auxílio vicinal; as atividades predominantes na extração, na agropecuária, na caça, na pesca; o artesanato desenvolvido”. Os caracteres modernos seriam denunciados pela presença de “produção em larga escala; a separação radical entre a empresa e a família; divisão tecnológica do trabalho no interior da empresa pressupondo o cálculo econômico rigoroso” que possibilitasse “acumulação e renovação do capital”; podem ser citados ainda “a racionalização do trabalho e a burocratização; a difusão do salariedade”; além de “normas e valores sociais voltados para a mudança sócio-econômica, o progresso, as inovações e a racionalidade”⁶⁹.

Verifica-se que o desenvolvimento tecnológico aparece como classificador de sociedades e critério indicador de capacidades dos sujeitos sociais. Essas idéias passaram a fazer parte dos discursos que foram incorporados pelo Estado desde os anos 50, tendo uma característica muito importante: deixou de haver qualquer diferenciação entre cultura e desenvolvimento, cultura e técnica. Este ponto chama a atenção, especialmente a partir do que é lembrado por Ortiz, segundo o qual uma certa intelectualidade brasileira, muito influenciada por noções elaboradas ainda antes dos anos 30, especialmente com Gilberto Freyre, tinha dificuldades em articular aquelas duas dimensões, estabelecendo uma polaridade mais “ideológica” do que “conceitual”. Na obra de Freyre, seria “sugestivo o contraste que se estabelece entre o Nordeste e São Paulo”, no qual o último é associado às imagens de “locomotiva”, “cidade”, o paulista como “burguês”, “industrial”, além de ser “arrogante pelas suas realizações técnicas e econômicas”. Já os nordestinos são relacionados à “terra” e “campo”, sendo “telúricos e tradicionais, ‘os mais brasileiros pela conduta do que qualquer outro tipo regional’”⁷⁰.

Há uma clara oposição entre moderno e tradicional, que em princípio sugere uma aproximação com o dualismo nacional-desenvolvimentista. Contudo, Ortiz aponta que há em Freyre algo como que uma sedução pelo “mundo dos senhores de engenho”, das “tradições populares”, das “festas, e outros elementos que formaram o que se denominou de

⁶⁹ JAMBEIRO, Marusia de Brito. Op Cit. p. 10-11.

⁷⁰ ORTIZ, Renato. Op Cit, 1985. p. 101-102.

civilização do açúcar”. Nas passagens em que descreveu a família do século passado, Freyre assinalaria as noções de “fixidez e raiz”, como organizadores da “coesão patriarcal” e também das “relações fixas entre patrões e empregados”, ameaçadas “com o advento da industrialização e da urbanização”. Além disso, a técnica levaria ao desagregamento da tradição, sendo interessante um momento de seus escritos em que descreve como deixaram de existir os “serões de família” pela influência da luz elétrica. Enquanto os candeeiros de querosene seriam “gregários”, atraindo as pessoas para seu entorno, a eletricidade teria estimulado a “dispersão individual”. Ortiz conclui que “a categoria de cultura se reporta assim aos valores espirituais que consolidam uma civilização tradicional, a técnica se refere à modernidade do mundo ‘industrial’”. Atribui-se à tecnologia a inviabilização da “permanência do mundo patriarcal”, estando unicamente relacionada a valores quantitativos e não qualitativos, ou seja, “humanos” e “espirituais”⁷¹. Opõe-se técnica e cultura como dois conjuntos inconciliáveis.

Já nas décadas de 50 e 60, pode-se dizer que a parte que era indicada como a mais moderna do Brasil, dotada dos maiores avanços tecnológicos possíveis, passa a ser apresentada como capaz de desobstruir o progresso, superando o país arcaico e todas aquelas atitudes valorizadas por Gilberto Freyre. Novos sujeitos sociais seriam constituídos por obra do impacto das técnicas modernas, aparecendo a cultura como complemento necessário, e não oposto, ao desenvolvimento tecnológico. A tecnocracia que passa a dominar as instâncias estatais, impõe um novo modo de pensar os impasses do desenvolvimento brasileiro.

As questões brasileiras vistas pelo viés do dualismo ficavam assim perdidas entre propostas que sempre passavam pela necessidade de localizar um ou alguns elementos básicos que seriam os portadores dos males essenciais a serem superados para que o país encontrasse uma rota de desenvolvimento que o pusesse entre as grandes nações do mundo. Fossem os problemas raciais que, do século XIX ao início do XX, estiveram em voga entre a intelectualidade, ou a ânsia modernizadora através da aquisição de recursos técnicos capitalistas que tornou-se um chavão após a Segunda Guerra. Há sempre uma barreira a ser

⁷¹ Ibid. p. 103-104.

superada tanto num caso como no outro, numa visão que acaba promovendo uma espécie de fuga dos conflitos sociais. A grande ausente de todos os temas levantados para a discussão, era justamente a idéia de que o Brasil era e é uma sociedade de classes, com interesses antagônicos e é nesta luta social que formam-se várias das características mais importantes da sociedade brasileira. As interpretações dualistas eram o oposto do conflito e do confronto social: tratavam-se das velhas táticas conciliatórias que as elites brasileiras sempre lançaram mão para resolver os nós políticos e sociais com que se defrontavam. Nessa recusa do conflito e na busca constante pela conciliação é que estavam transitando muitos intelectuais brasileiros do período em questão.

Ao tratarem das formas para resolver o “atraso” e o subdesenvolvimento brasileiro no sentido de aprofundamento da industrialização e na crença de que a introdução de mudanças tecnológicas nos processos produtivos e nas relações cotidianas dos brasileiros trariam a superação dos obstáculos ao progresso, a intelectualidade que ditou a interpretação hegemônica do Brasil dos anos 50 e 60 estava banindo o pensamento dialético de suas análises. O “dualismo estrutural” que seria a característica básica do Brasil, apertava suas amarras sem permitir alternativas.

O golpe militar de 1964 viria tomar as bandeiras dos nacional-desenvolvimentistas dos anos anteriores e acabar com as ilusões sobre o papel de vanguarda que estaria reservado à “burguesia nacional” na luta contra a aliança “imperialismo e latifúndio”. Ficava claro que não havia uma cisão tão radical entre setores ditos modernos e oligarquias atrasadas: ambos atuaram de mãos dadas para derrubar Jango Goulart, tinham interesses mais convergentes do que divergentes. Em suma, o conflito estava em outro lugar, ou, conforme Arantes, “a herança do passado não era entrave à expansão do moderno, mas parte integrante do seu processo de reprodução”⁷². As mudanças tecnológicas vieram, o Brasil tornou-se importante receptor de produtos industrializados, a publicidade e a televisão apresentaram geladeiras, automóveis, tele-novelas, tratores, indústria fonográfica, computadores, calças jeans, margarina e tantos outros bens e serviços que passaram a fazer parte do dia-a-dia dos brasileiros, contudo o país continuou um dos mais injustos do mundo,

⁷² ARANTES, Paulo Eduardo. Op Cit. p. 36.

mantendo a hegemonia de setores que sempre buscaram impor uma “conciliação” que afastasse a possibilidade de um aberto conflito social.

2.4. Lucros futuros

A problemática do desenvolvimento nacional colocava em debate, portanto, diversas formas de abordar a cultura dos diversos grupos sociais que formaram o Brasil. O dualismo, antes de ser uma análise da estrutura econômica brasileira, afirmava-se como uma interpretação cultural, um modo particular de uma época de entender as questões nacionais por um viés cultural. Economistas que pretendiam apresentar um discurso tecnicamente neutro e cientificista, deixavam denunciar em seus escritos um modo de entender o país que passava pela desqualificação propriamente dita do modo de vida e das próprias populações que compunham o país. O futuro teria que ser construído a partir de uma dificuldade primária que seria a própria população brasileira. Salomão Quadros da Silva, analisando artigos dos principais economistas ligados à Fundação Getúlio Vargas, nos anos 50, mostra que uma das questões que mais chamavam a atenção era o da “baixa produtividade” brasileira. Monetarista e liberal convicto, Eugênio Gudín, lançava mão de um conjunto de argumentos que apresentavam o país preso a uma mentalidade colonial que não incentivava o incremento de produtividade nas indústrias e, mais significativo, considerava que num clima tropical a produtividade da população seria cerca de 25% mais baixa do que nos países de clima temperado. Uma população, portanto, culturalmente condenada ao atraso e incapaz de chegar a um futuro em que se aproximasse do nível de vida dos países ricos. Tal situação impunha sacrifícios enormes aos “mais afortunados” para assimilar a parcela atrasada da população ao processo produtivo⁷³.

As implicações de todas essas questões para a discussão das representações e cenários construídos em torno do futuro da pequena capital de Santa Catarina nos anos 50 e

⁷³ SILVA, Salomão Quadros da. O Brasil de Getúlio Vargas visto da Fundação Getúlio Vargas. In GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 217.

60, podem não ser tão evidentes. Mas é importante considerar que todo esse conjunto de idéias e valores davam sustentação simbólica e legitimidade social para os discursos que pretendiam fazer-se aceitos, principalmente os que diziam respeito às propostas de desenvolvimento e mudanças que apontassem o futuro a ser trilhado. A dualidade estrutural do Brasil, que parecia ser uma conceituação corrente e aceita com facilidade, dava contornos e criava condições para que os formuladores do futuro de Florianópolis tivessem um campo aberto e sem discussões para suas propostas. Essas idéias tinham um largo poder de persuasão, dotando seus emissores da capacidade de constituírem cenários com aparente viabilidade para os tempos que viriam. Essa linguagem compartilhada, esses códigos amplamente aceitos, conferiam algo como uma licença que permitia o trânsito das propostas mais diversas, desde que estivessem amparadas pelo discurso legitimado do progresso e da superação da dualidade. O dualismo transformava as relações entre classes dominantes e populares, em uma relação entre modernos e atrasados.

Com a democratização do país a partir de 1945 e o acirramento das disputas eleitorais entre PSD e UDN, essas questões ganhavam uma dimensão muito imediata e concreta. Os produtores culturais em Florianópolis deveriam dar respostas para esse contexto de disputas, atendendo o seu mercado de bens simbólicos que, como já foi indicado, não era o de um público amplo de leitores, mas basicamente as esferas de poder nas quais circulavam os intelectuais e a imprensa. A lógica da dualidade estabelecia que só com tecnologia e industrialização o país arcaico e atrasado atingiria o país avançado e moderno que estava sendo criado no centro do Brasil. Em Santa Catarina, o pensamento dualista tinha uma outra faceta que era a divisão entre o poder político e o poder econômico. As elites do litoral e notadamente da Capital do Estado, na impossibilidade de atingirem o grau de progresso econômico das áreas de colonização alemã, apegavam-se mais do que nunca à sua posição de detentoras da administração estadual e de controlarem o poder político no Estado. Essa estrutura mais ou menos coerente, foi posta em questão e entrou mesmo em crise com a vitória eleitoral da UDN em 1950 e a chegada ao poder de um descendente de alemães e representante dos industriais do Vale do Itajaí: Irineu Bornhausen, derrotando outro candidato vinculado à região de colonização alemã, Udo Deeke, do PSD. Agora, mais do que nunca,

seria necessário lançar mão de todos os artifícios possíveis para manter a posição de Florianópolis intacta. Para tanto, a estratégia era clara: valorizar Florianópolis por sua história e tradição e, ao mesmo tempo, lançar as bases para uma modernização que pudesse sustentar sua posição à frente do Estado.

O discurso tecnocrático conseguiu nesses anos atingir muitos ouvintes e impor-se como a visão legítima do mundo social, entendida aqui conforme a reflexão de Pierre Bourdieu⁷⁴. Os imperativos técnicos passaram a ser os argumentos mais utilizados por aqueles que passavam a considerar-se os portadores do futuro. Planejamento econômico e estratégias administrativas que procuravam apresentar-se como absolutamente neutras, precisas e sem qualquer comprometimento político, começavam a ser encaradas como idéias que conduziriam a sociedade sem percalços, sem acasos e sem obstáculos por uma linha reta e límpida em direção ao desenvolvimento. Isso já começava a ficar bem claro na própria campanha eleitoral de 1950, quando os candidatos ao governo do Estado, Deeke e Bornhausen, tinham como parte integrante de seu proselitismo político a constante menção às suas capacidades técnicas e administrativas. O candidato Deeke apresentava-se como o engenheiro, o técnico e o administrador. Num de seus anúncios de campanha, mostra-se explicitamente como aquele que, por ter um passado proficiente como especialista na área técnica, poderia apresentar “garantias de sua ação futura”. O futuro seria o resultado então dos cálculos matemáticos e a exatidão de alguém que disporia do instrumental necessário para agir na sociedade sem erros e imprevisões. Mais que um candidato, um técnico e não “um simples curioso do assunto”, aquele que seria capaz de conduzir o Estado “aos seus destinos históricos”⁷⁵.

Contudo, o vitorioso candidato na UDN não fazia por menos e apresentava-se como uma espécie de *self made man*, aproveitando-se da ampla divulgação de aspectos da cultura norte-americana e sua ética individualista. Bornhausen seria, segundo o ponto de vista adotado em sua campanha, o descendente de imigrantes que lutou toda sua vida, trabalhando e buscando construir seu futuro com suas próprias mãos, chegando dessa forma a conseguir um patrimônio muito grande que tinha como sua principal expressão o Banco da Indústria e

⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 165.

⁷⁵ O Estado. 25/07/1950, 10.908, XXXVI, p. 1.

Comércio (Inco). Ao chegar ao governo é lançada a primeira experiência de planejamento governamental em Santa Catarina, o Plano de Obras e Equipamentos, o qual não tinha ainda muitas das feições que esse tipo de ação administrativa passaria a ter com o passar dos tempos, mas já prefigurava uma deliberada ação estatal de controle do tempo e previsibilidade do futuro. Construía-se paulatinamente uma nova mitologia que respondia àqueles preceitos entendidos por Bourdieu como a fundação de uma racionalidade que estabelece “divisões arbitrárias da ordem social”, o que daria “uma solução lógica ou cosmológica para o problema da classificação dos homens”⁷⁶. O discurso governamental assumia a razão tecnocrática como a única capaz de estabelecer as divisões sociais e os escaninhos nos quais cada parcela da sociedade deveria ser previamente esquadrihada para que pudesse ser atingida a excelência da ação administrativa. E um dos resultados mais importantes disso seria justamente o controle do futuro, a criação de formas de evitar que a sociedade estivesse à mercê de acasos.

A mitologia em torno do empreendedor catarinense, do empresário audaz e com coragem para enfrentar os azares e lançar as “sementes do futuro”, é mais um dos componentes simbólicos muito presentes nos discursos que formaram a idéia de um certo “modelo catarinense de desenvolvimento”. A própria historiografia produzida nas últimas décadas, especialmente aquela vinculada ao estudo das áreas de colonização européia do século XIX, tem praticamente assumido e reproduzido esse discurso do pioneiro e do empreendedor, num viés schumpeteriano de análise econômica. Toda uma sociedade construída a partir das ações individuais e audaciosas de alguns poucos membros que teriam a visão do futuro e a história nas mãos. Meios de comunicação, agentes políticos, escolas e todo um complexo de difusão de discursos e construção de imaginários, preenchem os espaços de informação destinados à sociedade de Santa Catarina com essa idéia de que o Estado foi e será construído por alguns poucos elementos iluminados.

Ocorre que os dados apresentados por um estudo de Ido Luiz Michels oferecem, no mínimo, uma possibilidade de reflexão alternativa sobre esse assunto. Para o autor, o período iniciado na década de 1950 caracterizou-se basicamente pela “acumulação de capital, fundamentada, preponderantemente, a partir da ação do agente estatal, via

⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. Lições da aula. São Paulo: Ática, 1988. p. 11.

mecanismos de crédito, incentivos, isenções”⁷⁷. Os obstáculos ao desenvolvimento encontrados na insuficiente infra-estrutura de Santa Catarina, eram muito mencionados no período pelos governantes, legitimando a ação direta do Estado em setores considerados estratégicos. O planejamento econômico, iniciado a partir de então, visava dotar os controladores da política econômica catarinense de meios precisos e eficazes de balizarem seus cálculos de ganhos futuros. Ganhos esses que, ao menos nos discursos, seriam de toda a população, mas que beneficiaram fundamentalmente alguns grandes grupos empresariais. As instâncias estatais passaram desde então a servirem de instrumento de transferência de recursos de toda a sociedade para alguns setores controlados por empresas que tinham vínculos muito próximos com as elites dirigentes estaduais.

O caso dos investimentos turísticos em Florianópolis é bastante ilustrativo de como os recursos públicos, através da construção de rodovias e investimentos em energia elétrica no interior da Ilha, só começaram a ser efetivamente empregados quando vislumbrou-se a possibilidade de que certos investimentos capitalistas ganhariam muito com a valorização de imóveis e de praias que até então estavam praticamente abandonados à sua própria sorte. Já foi mencionado anteriormente o caso da valorização rápida das praias do norte da ilha, como Canasvieiras e Jurerê, que logo atraíram as atenções de grupos privados, interessados em explorar e especular com imóveis na região, sendo atendidos pelo poder público com muitas obras e equipamentos.

Michels aponta que “a constatação da necessidade de interferência do Estado, via planejamento econômico, passa a ocorrer não através do aparelho de Estado, mas inicia-se a partir dos reclamos da burguesia catarinense”, articulada na Federação das Indústrias. E conclui: “foram os recursos da sociedade catarinense, via Estado e agentes financeiros estaduais, regionais e mesmo federais, que possibilitaram o estupendo enriquecimento privado dos que hoje se constituem nos grupos de porte internacional”⁷⁸. O futuro foi gestado a partir dos anos 50 para alguns poucos interesses em Santa Catarina. Daí que, pode-se encontrar naquele momento um ponto de inflexão muito importante nas próprias maneiras como as

⁷⁷ MICHELS, Ido Luiz. Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico – 1956 aos precatórios – 1997. Campo Grande: UFMS, 1998. p. 182.

⁷⁸ Ibid. p. 186.

representações acerca do futuro foram sendo construídas. A dualidade que parecia estar presente na sociedade de Santa Catarina e que impediria que uma região como a de Florianópolis alcançasse o desenvolvimento, deveria ser resolvida com a ação estatal. Mas esta ação acabava transformando o que seria uma relação de desigualdade regional — apresentando diferenças culturais como interferências no crescimento econômico — numa situação de profunda desigualdade social e exploração do conjunto da sociedade em nome do desenvolvimento de setores privados. Na capital do Estado, os investimentos em turismo que começavam a ser esboçados tinham essa clara diretriz de obter ganhos e mesmo recursos do poder público, com vistas à acumulação privada de capitais. O tal “estado modelo” de gostam de vangloriar-se as elites políticas e empresariais catarinenses, não passa de uma economia construída exclusivamente para o benefício de alguns grupos muito setorializados, explorando uma enorme parcela da população. O futuro começava a dar lucros. Em nome do fim do dualismo, muito dinheiro público ainda iria beneficiar alguns poucos. E os pobres, cada vez mais pobres.

No Brasil daqueles decênios uma nova tecnocracia estatal começou a atuar em meio às complexas relações de poder tradicional. Naquele período a população urbana brasileira aumentou 79,2%, enquanto que a rural cresceu apenas 17,7%. Em Santa Catarina, o crescimento de Florianópolis já chamava a atenção de alguns analistas, por sua rapidez e pelo incremento das periferias, embora “a favelização” ainda fosse considerada um fenômeno que se encontraria “em seus primórdios”⁷⁹. Mesmo assim, já em 1952, um artigo publicado no Diário da Tarde, jornal da UDN, observava que longe “da rotina viciada da praça de Florianópolis”, era possível observar “com tristeza e lágrimas nos olhos, as pequenas favelas miseráveis e os seus miseráveis habitantes”. Descrevia-se um cenário de desigualdade social e condições de vida extremamente difíceis para uma população que tinha que conviver com “lama, sujeira e imundície, invadindo as calçadas e penetrando em outros quintais vizinhos”. Os integrantes dessa população conformada tanto eram qualificados como “heróis anônimos”, quanto de “mortos-vivos”, miseráveis que formavam uma “visão revoltante para os olhos do

⁷⁹ LAGO, Paulo Fernando. Contribuição ao estudo da rede urbana catarinense. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, 1965. p. 8.

turista e para os olhos dos moços e dos velhos que vivem sentados nas mesas dos cafés e revistando as prateleiras preguiçosas da Biblioteca Pública”⁸⁰.

No mercado público, o cenário era composto por “gargantas vazias e olhos desejosos”, pois o que antes era “sinônimo de pobreza, hoje é sinônimo de granfinismo”. Observando o refinamento dos hábitos de consumo das elites e da classe média de Florianópolis, era possível perceber que alargava-se o fosso entre essas parcelas da sociedade e as classes populares, cujos componentes ainda guardavam o “antigo hábito de ir ao mercado”, mas agora “eles se reúnem todos numa passeata de ódio recalcado, num carnaval de lágrimas íntimas”. Constatava-se a mudança da “velha Desterro”, com o progresso da Nação, do Estado, do próprio mercado público, numa nova época, na “era atômica”, na qual “já possuímos aviões a jato”. Concluía-se o artigo com ironia: “estamos na Época da Luz, e o pobres que encham a barriga de ‘progresso’, se quiserem viver”⁸¹. Uma outra nota na imprensa chamava a atenção para o “número considerável de mendigos espalhados pelas ruas da cidade, às portas das casas comerciais, nas proximidades dos hotéis, dando uma nota bastante triste, como se não houvesse aqui quem cuidasse de ampará-los”, formando uma “enorme legião de pedintes”, que deveria ser urgentemente recolhida das ruas⁸². A capital de Santa Catarina, apesar de pequena e apesar de todo o discurso em contrário, aparecia para muitos como o retrato do subdesenvolvimento e da falta de perspectivas. Buscar soluções para aumentar lucros futuros era a única resposta que as elites ofereciam para essa população que pouco tinha além de esperança.

Nessas cidades em que a desigualdade social agravava-se, a industrialização também abriu a possibilidade para o surgimento de um importante segmento social, composto por técnicos e especialistas, que tornaram-se valorizados socialmente e cada vez mais ganharam legitimidade em seus diagnósticos e propostas em relação às questões nacionais, viabilizando a aceitação do planejamento estatal como prática comum dos governos desde então⁸³. Para essa população urbana e de classe média toda utopia é perda de tempo, afinal

⁸⁰ Diário da Tarde. Florianópolis, 10/09/1952, 9.370, ano XVIII, p. 1.

⁸¹ Diário da Tarde. Florianópolis, 11/09/1952, 9.371, ano XVIII, p. 1.

⁸² Diário da Tarde. Florianópolis, 16/12/1952, 9.446, ano XVIII, p. 6.

⁸³ MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 46-47.

este deve ser bem aproveitado para construir o futuro que vem pela frente. Todas as reformas necessárias para mudar o país poderiam ser substituídas por uma vida cercada por aparatos técnicos. O futuro não seria mais nada do que já se havia pensado. Agora a tecnocracia cuidaria de projetar o amanhã.

Os anos 50 começavam com a volta ao poder de Getúlio Vargas, dessa vez através de uma eleição. Nessa nova etapa, o governo federal propunha-se a “continuar o esforço de criação de uma infra-estrutura para o desenvolvimento econômico, diagnosticado no final dos anos 40 como um dos principais impasses para o avanço industrial do país”. Ocorre que uma nova conjuntura internacional e uma correlação de forças estabelecida pela guerra fria, colocavam o país sob a influência crescente e praticamente inevitável dos Estados Unidos e sua liderança sobre o bloco de países ocidentais. Os norte-americanos passavam a intensificar sua ofensiva comercial de modo a conquistar mercados para suas grandes empresas privadas, exigindo a abertura de mercados.

Entre a necessidade de construir uma vasta infra-estrutura e de buscar capitais externos e tecnologia junto a grandes conglomerados multinacionais, o governo Vargas tinha que encontrar o que Maria Antonieta Leopoldi chamou de “difícil caminho do meio”, conciliando a burocracia estatal, a burguesia nacional e os representantes do capitalismo internacional. A tecnocracia assumia um papel muito importante, constituindo um corpo de especialistas e “assessores técnicos” que tinha a missão precípua de ser o “agente modernizador”. Procurava-se praticar um nacionalismo não autárquico, que pressupunha a participação de capital estrangeiro no desenvolvimento do país e a abertura para a discussão com as entidades corporativas da indústria nacional. Coube a essa tecnocracia especializada a formulação de projetos de desenvolvimento e mesmo os de criação dos grandes marcos daquele período: as duas grandes estatais, Petrobrás e Eletrobrás. O governo Vargas pode ser considerado responsável por lançar bases para o crescimento industrial que se verificaria na segunda metade da década, com Juscelino Kubstcheck. Outra característica dessa tecnocracia era a intenção de afastar-se das questões políticas que agitavam o país, mantendo um

“insulamento burocrático”, que procurou manter-se nesse estado mesmo no período crítico do governo, que acabaria com a morte do presidente⁸⁴.

Algumas tímidas transformações começaram a ser verificadas na sociedade de Santa Catarina a partir dos anos 50, com um incremento um pouco maior da urbanização que atingiria 32,3% em 1960. Florianópolis, no espaço de duas décadas, passou de 29.764 habitantes em 1940, para 77.585 em 1960, sendo o maior centro urbano do Estado. A ausência de um centro polarizador que centralizasse o Estado e fosse um grande mercado para o qual confluísse a produção estadual é um fator marcante da configuração econômica de Santa Catarina. Um território estadual acidentado, dividido entre litoral e interior e conjuntos mais ou menos homogêneos de ocupação colonial, separavam e davam a Santa Catarina o aspecto de colcha de retalhos. O mercado estadual, sob qualquer ótica analisada, era pouco expressivo. A população catarinense atingia somente 3% da nacional e sua renda per capita era baixa. Mesmo assim, Florianópolis ainda conseguiu um crescimento urbano de 52%, bem abaixo contudo de Joinville e Blumenau, que cresceram “158% e 95%, respectivamente, entre 1950 e 1960”. Mesmo o pequeno avanço da população urbana chamou a atenção para as deficiências de infra-estrutura do Estado, notadamente no que dizia respeito à produção e distribuição de energia elétrica. Começou a ser elaborado um discurso que durante anos alimentaria as plataformas eleitorais, afirmando que Santa Catarina estaria “estrangulada” em seu desenvolvimento por carências como a eletricidade⁸⁵.

A urbanização, embora ainda tímida, começou a ser refletida e pensada como uma das questões a serem enfrentadas pelos poderes públicos no período. A idéia de planejamento econômico logo foi revertida para outras dimensões da vida social, sendo que planejar as cidades passou a ser quase um imperativo para o exercício eficaz do poder e do controle sobre os fluxos políticos, sociais e econômicos nas sociedades industriais. Florianópolis, aos poucos, integrava-se a um sistema nacional de produção e consumo que envolvia a participação num mercado mais dinâmico e competitivo, com a oferta de novos produtos e serviços aos seus habitantes. A classe média emergente juntava-se aos hábitos dos

⁸⁴ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In GOMES, Angela de Castro (org.). Op Cit. p. 161-203.

⁸⁵ CUNHA, Idaulo José. O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992. p. 29-40.

ricos, demandando habitações e produtos domésticos semelhantes aos que encontrava nas revistas ilustradas dos grandes centros do país, bem como na publicidade dos jornais e rádios locais. Para as camadas populares, começava a ser construído o “sonho da casa própria”, com a necessidade conjunta de sistemas de água e esgoto, eletricidade e transportes. A vida urbana tomava características homogêneas em várias partes do mundo e as cidades efetivamente dominavam, tanto pela economia quanto através da política, as regiões menos dinâmicas.

No Brasil, o subdesenvolvimento e a rápida desestruturação dos modos de vida rurais, com a mecanização da agricultura e todos os processos relacionados com a “revolução verde”, especialmente as agroindústrias e a paulatina extinção da agricultura familiar, formavam enormes contingentes de migrantes que eram atraídos pelas promessas de uma vida nova nas cidades. Logo o poder público teve que intervir na especulação dos espaços urbanos, regulando a forma como a cidade poderia ser ocupada por essa vasta população periférica que foi sendo praticamente “depositada” nas favelas. O desaparecimento de um modo de vida urbano e sua substituição rápida e abrupta por um outro, dava um caráter de urgência para a regulação e implementação de novos padrões de urbanização. Evidentemente, no caso brasileiro, as últimas décadas do século XX mostraram o quanto foram equivocados os processos de planejamento urbano, que podem ser considerados um grande fracasso. Mas, nos anos 50, ainda acreditou-se ser possível gerir com racionalidade e técnica o crescimento das cidades, muito especialmente em Florianópolis, onde todo esse processo parecia ocorrer, aos olhos da época, com extrema lentidão.

Em 1953, quando da instalação do Conselho de Planejamento Urbano de Florianópolis, com representantes de associações de engenheiros, médicos, advogados e comerciantes, o então prefeito mencionava que já eram detectados problemas na urbanização da Capital, sendo necessário “um plano diretor à altura dos anseios do povo”, de modo a dotar o desenvolvimento da cidade de “princípios uniformes a serem seguidos por várias administrações, a fim de que, com a continuidade, após anos, adquira o perímetro urbano um aspecto mais moderno e que atenda as funções essenciais à vida administrativa, social, universitária, comercial e industrial”. O futuro deveria ser traçado com muita eficácia técnica, portanto, uniformizando e padronizando cada passo a ser tomado em Florianópolis que, de certo modo, já tinha seu “destino” estabelecido, como cidade voltada para os setores terciários

da economia. Um novo sistema viário, mais de acordo com a modernidade, estava sendo pensado, de modo a que as pequenas ruelas do centro não fossem mais entraves à velocidade dos automóveis. Na mesma página do jornal em que essa notícia foi veiculada, um pequeno comentário tratava do casario antigo da cidade, com o seu “velho ar açorita”, jazendo “adormecido”, numa “estagnação” e num “definhamento melancólico de fim de raça”⁸⁶. A idéia de “fim”, de término de um período morto e sua substituição por outro, novo e vivo, é bastante significativa. A cidade deveria despedir-se rapidamente de seu passado e seguir a trilha de um futuro que era sinalizado pela técnica e desenvolvimento capitalistas.

Os turistas começavam a chegar em Florianópolis e a ocupação de áreas balneárias, rapidamente mudando padrões de sobrevivência e hábitos antigos, com muita especulação imobiliária, só tenderia a agravar-se ainda mais nas décadas seguintes. O poder público respondia, segundo as condições precárias da época, a essas transformações com a construção e alargamento de novas estradas para as praias do interior, constituindo os primeiros esboços de vias turísticas na Capital. Além disso, mesmo em pequenos povoados, como a Armação e o Pântano do Sul (praias do sul da Ilha de Santa Catarina), estudos e planificações de sua urbanização já eram mencionados como necessidades ainda na década de 1950⁸⁷. No morro da Lagoa da Conceição, reconhecidamente um dos recantos mais atraentes da Ilha, a própria prefeitura resolveu intervir na criação de condições para a exploração do turismo e adquiriu terras para construção no local de equipamentos necessários para o estabelecimento de um hotel. Justificava-se essa atuação direta do poder público no setor de turismo porque a Capital, “pobre na sua arrecadação, dada a ausência de indústrias e de um comércio intenso”, deveria voltar-se para as suas “luxuriantes belezas naturais”⁸⁸.

De certo modo, essa emergência do turismo determinava que as instâncias estatais em Florianópolis estivessem mais equipadas e preparadas para dar respostas às novas demandas surgidas, voltando-se para o atendimento de áreas secularmente esquecidas, como aquelas localizadas nos confins da Ilha de Santa Catarina. Desse momento em diante, os prefeitos relacionavam entre seus feitos administrativos a efetivação de obras em localidades que praticamente inexistiam para o habitante da região central e urbana de Florianópolis até

⁸⁶ A Gazeta. Florianópolis, 02/08/1953, 4.464, ano XIX, p. 8.

⁸⁷ A Gazeta. Florianópolis, 14/08/1953, 4.474, ano XIX, p. 6.

⁸⁸ A Gazeta. Florianópolis, 21/08/1953, 4.478, ano XIX, p.1.

então. Tratava-se, contudo, de utilizar recursos públicos para valorizar terras e recantos que agora começavam a ser vistos não mais apenas como espaços de sobrevivência da população pobre, mas como fontes possíveis de lucros turísticos.

Um cronista chamado Pedro Paulo Vechietti, referia-se na mesma época ao heroísmo dos pescadores do Pântano do Sul, que dia a dia enfrentavam o mar, “encontrando nele o que procuram, mas sempre com o risco da própria vida”. Reafirmava o discurso acerca do futuro incerto que fazia parte da vida dessas pessoas, sempre às voltas com a necessidade de deixar o lar, “os cuidados maternos, para trabalharem fora, na pesca do Rio Grande”. Por outro lado, seguia a tendência de reabilitar social e culturalmente o trabalhador da pesca de Florianópolis, como representante legítimo da cidade e não mais como o pária a ser escondido com vergonha dos visitantes. As colônias pesqueiras e sua “maravilhosa natureza” poderiam ser exploradas como pontos turísticos e toda a cidade poderia ser integrada num mercado criado pela intervenção do poder público⁸⁹. Os pescadores deixavam de ser as “algas” inertes de Othon D’Eça e tornavam-se os heróis da Ilha de Santa Catarina e as áreas por eles ocupadas passavam a ser ambicionadas por governos e empresários que viam grandes perspectivas de ganhos.

O progresso e o futuro, portanto, não encontrariam mais barreiras na cidade. Mesmo aqueles considerados mais atrasados poderiam ser tocados pelas maravilhas da modernização capitalista. A publicidade da época é um importante registro do quanto a idéia de progresso, base do que se acreditava como a “modernidade”, estava sendo difundida no país, relacionando bem estar da sociedade à capacidade industrial do país e à quantidade de produtos, cujas marcas eram quase sempre estrangeiras, adquiridos pelo mercado consumidor.

Segundo Anna Cristina Camargo Moraes Figueiredo, “a publicidade espelhava a expectativa da modernização, colocada acima de tudo como ideal, cuja concretização dependia do progresso do país” e este só seria atingido pela passagem de uma economia agrária para a industrialização acelerada. As políticas públicas implementadas no período, com a associação entre capitais privados e estatais para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento, alcançavam assim dimensões muito importantes da vida cotidiana dos

⁸⁹ A Gazeta. Florianópolis, 04/02/1954, 4.608, ano XX, p.6.

cidadãos brasileiros, especialmente os que tinham acesso à leitura de jornais e revistas e à audiência de rádios e, mesmo, da recente televisão. As decisões tomadas com vistas à industrialização do país ganhavam grande visibilidade muito menos nos intensos debates parlamentares de então e mais nos novos meios midiáticos criados ou disseminados pela sociedade do pós-guerra. As empresas, mesmo as estrangeiras, procuravam relacionar sua imagem presente nas propagandas a sua capacidade de colaborar com o desenvolvimento nacional e de levar o Brasil a um futuro moderno. Era como se estivesse sendo criado um consenso nacional em torno dessas idéias através dos meios de comunicação e da propaganda, por um lado criando novas necessidades de consumo e por outro dando apoio ou forçando o Estado a investir com vistas a melhorar a infra-estrutura do país, construindo um conjunto de representações segundo as quais “a construção da nacionalidade passava obrigatoriamente pelo desenvolvimento capitalista”, com grande participação do capital internacional. Segundo a autora, anúncios como os General Motors apresentavam a importação de suas máquinas (mesmo se fossem obsoletas) como grandes conquistas nacionais. Um “tempo novo” seria conseguido com a tecnologia oferecida ao país pelas indústrias, corporificando um ideário e mesmo um imaginário que, ao menos nas classes médias urbanas, conseguia atrair muitas expectativas quanto ao futuro do país⁹⁰.

Em Florianópolis, as agências de automóveis estavam dentre as que mais investiam em publicidade e, dentre estas, um destaque muito importante ficava para a concessionária da Ford, que numa de suas mensagens natalinas de 1952, anunciava ao leitor: “há um Ford em seu futuro”⁹¹. Já a Esso preferia longos discursos que vinculavam a empresa à melhoria das condições de vida do país. Numa dessas propagandas, fazia uma espécie de crônica de um rapaz que, aos 27 anos, “com um bom emprego e largas perspectivas para o futuro”, ainda iria muito longe, superando uma “infância difícil” após ter ingressado na empresa “como um modesto mensageiro”, conseguiu concluir seu curso de contabilidade “ajudado pelo Plano de Reembolso de Educação mantido pela companhia”⁹². De certa forma,

⁹⁰ FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. “Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”. Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec; USP, 1998. p. 31-51.

⁹¹ A Gazeta. Florianópolis, 25/12/1952, 4.290, ano XIX, p. 8.

⁹² A Gazeta. Florianópolis, 11/11/1954, 4.824, ano XX, p. 5.

era como se a Esso estivesse metaforizando o próprio país como um todo sendo desenvolvido e atrelando seu futuro à intervenção do capital estrangeiro que viria transformá-lo.

Os planos de expansão para o interior do Brasil também apareciam nos jornais, procurando atrair investidores e mão de obra para as novas fronteiras agrícolas criadas especialmente no noroeste do Paraná. A cidade de “Cafeeiros”, “planejada para crescer e prosperar”, apareceu muitas vezes em anúncios publicados em Florianópolis em 1953. Informava-se que era um empreendimento de um consórcio reunindo empresas de Curitiba e estrangeiras, que estariam “construindo uma moderna cidade”, não ao acaso mas com “método, senso de previsão e de acordo com as modernas exigências urbanísticas”, enfim, “a cidade do seu futuro”, prometendo fortunas⁹³. O leitor de Florianópolis, ficava sendo informado então, de um modo bastante persuasivo, que o país estava atravessando um processo de mudanças aceleradas e que acabariam chegando à sua cidade. O futuro viria com os programas de desenvolvimento que, com incentivos estatais e capitais estrangeiros, superariam o atraso e romperiam as barreiras que separavam os “dois Brasis”.

O capital industrial, seja nacional ou estrangeiro, procurava associar-se e apresentar-se como fator determinante do progresso nacional e do futuro a ser construído. Essa pretensão não se dava apenas no âmbito da difusão de um ideário comum e de estratégias de conquista e sedução da opinião pública, ocorrendo também através da participação e pressão direta sobre as instâncias governamentais no sentido de obter a efetivação de políticas públicas que favorecessem a concessão de benefícios, incentivos e créditos à indústria. Seja através da reserva de mercado para certos setores considerados estratégicos ou na adoção de políticas cambiais e tarifárias que afetassem os custos de algumas importações, a burguesia industrial participou da constituição da política econômica desenvolvimentista, sendo diretamente beneficiada pelo Estado. Essa atuação articulada dava-se através principalmente das entidades corporativas da indústria. Em nível nacional era muito importante a atuação da Federações das Indústrias de São Paulo e Rio de Janeiro que, em movimentos pendulares, respaldavam ou não atitudes governamentais e também constituíam blocos de defesa do capital nacional ou internacional, conforme os interesses conjunturais de

⁹³ O Estado. Florianópolis, 23/08/1953, 11.688, ano XL, p. 5.

cada setor envolvido. A estrutura corporativa empresarial significava uma continuidade, num regime democrático, das relações entre Estado e burguesia que haviam sido configuradas no Estado Novo, formando uma espécie de coalizão⁹⁴.

Em Santa Catarina, foi através da atuação direta da Federação das Indústrias que constituiu-se aquele que seria o plano de desenvolvimento estadual dos anos 60, o Plameg — Plano de Metas do Governo. Celso Ramos, do PSD, presidente da Fiesc, dirigiu o Seminário Sócio-Econômico promovido pela entidade, base de sua própria candidatura vitoriosa, retirando a UDN do governo, após 10 anos. É uma demonstração cabal do poderio da representação corporativa da burguesia, elegendo seu representante direto para o governo do Estado e praticamente estabelecendo todas as metas adotadas pelo planejamento governamental.

Os anos 50 chegavam ao fim, após terem consolidado uma série de conceitos básicos que tornaram-se hegemônicos na sociedade brasileira. O dualismo estrutural, passava a ser uma das problemáticas a serem resolvidas, através da intensificação do desenvolvimento capitalista. Em Florianópolis essas questões apareciam com ainda mais urgência, pois o futuro prometido tinha que superar enormes dificuldades, especialmente quando as elites deparavam-se com as populações isoladas no interior da Ilha de Santa Catarina, que deveriam ceder seu espaço e adotar novas práticas a fim de poderem também ter o direito de participar de um futuro que não mais estaria em terras distantes ou no espaço sideral, mas nos projetos — muitos até megalomaníacos — da elite da cidade.

⁹⁴ COSTA, Paulo Roberto Neves. Democracia nos anos 50: burguesia comercial, corporativismo e parlamento. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 50-78.

Cascaes e o tempo

3.1. O tempo e o medo

A recente passagem para o século XXI, suscitou nos meios de comunicação uma série de avaliações e balanços dos fatos mais marcantes e resultados do século que terminou. As retrospectivas, muito comuns a cada final de ano, tornaram-se longas descrições e uma profusão enorme de material iconográfico e sonoro invadiu principalmente as televisões. A montagem seqüencial e linear de fotografias, filmes, obras de arte ou vídeos produzidos ao longo de todo um período de cem anos, deixava claro que estava terminando o século da imagem. Em preto e branco ou em cores, silenciosas ou sonoras, imagens provenientes dos mais diferentes contextos e com os motivos mais diversos, foram apresentadas em conjunto, como se fizessem parte de uma mesma intencionalidade, como se tivessem sido produzidas para aquele momento de balanço de final de século.

Dois conjuntos de imagens contudo, tiveram maior destaque e chegaram mesmo a serem indicadas como as mais marcantes ou as mais importantes. O cogumelo nuclear, ou seja, a gigantesca nuvem de poeira levantada com a explosão das bombas atômicas norte-americanas sobre Hiroxima e Nagasaki ao final da Segunda Guerra Mundial, foi por muitos eleita como a imagem mais significativa do século. Uma síntese do poder humano de intervenção tecnológica sobre o mundo, bem como da capacidade destrutiva da sociedade industrial. Significava ainda a definitiva articulação entre ciência, produção científica e forças militares, o que mudou não só as estratégias de guerra, tornadas muito mais destrutivas do que aquelas até empregadas, mas garantiriam o crescimento exponencial da

economia capitalista naquele período, o qual servia de base para a hegemonia norte-americana. Por outro lado, estavam em todas as reportagens apresentadas, as imagens produzidas com a corrida espacial, chegando ao ápice com a missão da Apollo 11 até a Lua. Imagens do planeta Terra visto do espaço, seu satélite aproximado milhões de vezes, as sagas dos cosmonautas soviéticos e dos astronautas dos Estados Unidos.

Enfim, de um lado a associação entre tecnologia e destruição, de outro, entre tecnologia e ampliação do mundo conhecido. Em qualquer caso, técnica e imagem combinando-se para formar a crença na possibilidade de construção de um mundo diferente. A conquista do espaço como conquista do tempo. A redução do tempo necessário para se chegar de um ponto a outro do planeta, ou mesmo do universo, a diminuição do tempo da guerra, a possibilidade de automatizar a morte, de fazer com que milhares de vidas humanas pudessem instantaneamente desaparecer da face da terra. O futuro, mais próximo do que nunca. A relação espaço/tempo reduzida ao mínimo.

O imaginário da sociedade ocidental, com a ampliação e monopolização crescente dos processos de reprodução e difusão de imagens, povoou-se de tal forma com essas idéias ou expressões que é possível estabelecer relações muito próximas entre o que se passava nas relações internacionais e o cotidiano de Florianópolis. Dada a relativa proximidade temporal com esses eventos, as avaliações que foram feitas a posteriori, em muitos casos, nada mais fizeram do que reafirmar as próprias percepções que tiveram e construíram os homens e mulheres que foram contemporâneos daqueles eventos e que puderam olhar com mais atenção para o que ocorria. É como se ao longo de várias décadas após a primeira explosão nuclear ou as viagens espaciais, umas poucas versões do que se passava erigiram-se como monumentos incontestáveis. Nos últimos anos, nada mais se fez do que repetir as mesmas imagens como se estas falassem por si sós, sem a necessidade de novas avaliações e análises críticas.

Comparando o discurso produzido no final do século com aquele reproduzido pela imprensa da época dos eventos, mesmo numa cidade de menor importância como Florianópolis, verifica-se uma regularidade e uma constância, que só faz crer que já naquele momento fixou-se um imaginário mais ou menos comum, muito poderoso e capaz de projetar

para o futuro uma visão muito homogênea do que ocorria. Os leitores de jornais, ouvintes de rádio e espectadores de cine-jornais ou das raras emissões televisivas dos anos 50 e 60 viveram experiências tão marcantes e representaram essa vivência com símbolos e imagens tão cheios de significação, que as gerações seguintes nada mais fizeram do que reafirmar todo o discurso de que um mundo novo estava começando e que nada mais seria como antes. As representações construídas naquele período tornaram-se hegemônicas e permanecem quase como as únicas formas de realizar uma análise do que se processava.

Dentre os contemporâneos, o artista Franklin Cascaes desenvolveu sua própria versão imaginária de tudo o que ocorria. Em alguns desenhos e anotações, o artista demonstrava sua fascinação pelas corridas espaciais e, ao mesmo tempo, as ansiedades pelo futuro incerto do planeta envolvido na guerra fria. Heloísa Espada ressalta que os seres fantásticos da obra de Cascaes por vezes envolviam-se com questões políticas e, nesse caso, “o artista envia seres para o espaço com a função de comunicar aos deuses os problemas da humanidade e lhes pedir ajuda”¹. Hobárcu, um desses personagens, segundo o artista, há muito percorreria “o espaço sideral em sua nave cuneiforme com seu baú telefônico à procura de comunicação com um mundo inacessível, onde pensa ele, os deuses se esconderam com medo do temível animal homem”. Lá, além de falar com “um grupo de mulheres feministas”, que pediram sua intervenção junto aos deuses em favor da “igualdade entre elas e os homens dentro dessa sociedade maluca, macabra”, pediria socorro para uma Terra em vias de “derreter-se no cadinho da atoleimada e lerda pretensão humana atomizada”². A menção explícita ao movimento de liberação feminina, que começava a manifestar-se com maior ênfase nos meios de comunicação, assim como à ameaça atômica, mostram que o artista não se limitava aos temas locais.

A obra de Cascaes, portanto, também é resultante, em várias de suas expressões, de um momento de maior circulação de informações através da indústria cultural e dos meios de comunicação. Diversos órgãos de imprensa brasileiros já consolidavam um mercado editorial relativamente amplo, o que aumentava a importância de suas matérias a respeito das novidades da política internacional, no auge da Guerra Fria. Além disso, no que

¹ ESPADA, Heloísa. Na cauda do boitatá: um estudo do processo de criação dos desenhos de Franklin Cascaes. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1996. p. 28.

² CASCAES, Franklin. Apud *Ibidem*. p. 29.

diz respeito a temas como a conquista espacial e novos inventos, a ausência de publicações especializadas em divulgação científica no Brasil naquele momento, era suprida pelos periódicos populares. A hegemonia da ciência diante de outros tipos de saberes e práticas sociais, encontrava um momento particularmente propício naqueles meados do século XX, quando as conquistas na área tecnológica estavam no centro das atenções, no contexto da Guerra Fria. Revistas de circulação nacional como “O Cruzeiro” e “Manchete”, além de outras, como a “Seleções do Reader’s Digest”, eram as principais fontes do noticiário científico que circulava no Brasil, reproduzido por outros periódicos em várias partes do país, inclusive em Florianópolis, onde os jornais tinham por base as informações colhidas nessas revistas, além das agências internacionais, de modo a divulgar a ciência para leitores encantados ou surpresos. Através das notícias da imprensa, as pesquisas científicas em todos os âmbitos, mas particularmente na área nuclear e espacial, encontravam ressonância social e influenciavam atitudes e expectativas, o que ganhava uma dimensão ainda maior com a publicação intensa de imagens fotográficas, facilitando a leitura e a compreensão dos novos inventos. Era a representação triunfante e otimista de que o progresso científico e tecnológico preparava a chegada de um futuro melhor. Por outro lado, o rádio, como principal veículo de comunicação de massa, difundia aquelas informações para públicos ainda mais diversificados, extrapolando as classes médias e a burguesia. De todo modo, havia um ambiente propício para tornar mais comuns expressões e termos do vocabulário científico, num processo de aprendizagem em larga escala e de legitimação social da ciência, ao passo em que afinar-se com aquela tecnologia, adquirindo os novos produtos anunciados, conferia distinção social e diferenciação ainda maior entre as classes. A notoriedade e a autoridade adquiridas pelos campos de saber científicos era alargada, mesmo quando as notícias da imprensa tinham um tom sensacionalista e envolta em mistérios que só os geniais cientistas poderiam sondar, mitificando o conhecimento produzido e criando uma profunda diferença entre cientistas e cidadãos comuns³.

³ ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de & CARDOSO, José Leandro da Rocha. Aconteceu, virou manchete. In Revista Brasileira de História. São Paulo: Anpuh/Humanitas Publicações, vol. 21, n.º. 41, 2000. p. 243-264

É muito difícil saber até que ponto a leitura dos jornais da cidade influenciava o trabalho de Cascaes. Mas, através da sua produção é possível perceber alguns pontos de contato com os anúncios e o noticiário internacional da época. Segundo o museólogo Gelci José Coelho, o Peninha, que foi seu colaborador durante a década de 1970, o artista “não tinha hábito de comprar jornais, mas assinava a ‘Seleções do Reader’s Digest’”, além de costumar ler as revistas “Manchete”, “Cruzeiro” e “Realidade”. Leitor constante de dicionários, principalmente os de etimologia, era também um assíduo ouvinte de rádio, preferindo programas como o “Vanguarda”, um noticiário conduzido com muito carisma pelo radialista Adolfo Zigueli. “Sempre que tinha oportunidade de ter um jornal nas mãos ele usufruía de todas as informações possíveis”, além de colaborar freqüentemente com artigos e pequenas notas⁴. Nos jornais de Florianópolis a publicidade costumava valer-se daquelas informações sobre as novidades científicas como um tema relativamente freqüente, o que certamente atraía a atenção dos leitores pela insistência com que esse recurso era empregado.

Através de uma pequena parcela da obra de Franklin Cascaes, notadamente no que diz respeito à iconografia, pode-se tentar verificar como todo o conjunto de imagens, notícias e anúncios veiculados pela imprensa e pelos discursos oficiais a respeito do futuro e do progresso eram recebidos, interpretados e, talvez, ressemantizados em Florianópolis. Evidentemente, Cascaes não era um leitor qualquer. Mas sua iconografia serve como uma porta de entrada para o misterioso e sempre movediço campo da recepção dos discursos. Considera-se aqui que um conjunto de pouco mais de uma dezena de seus desenhos em bico de pena servem como um ponto de partida para a compreensão de uma série de dinâmicas que preocupavam alguns grupos sociais em Florianópolis nos anos 50 e 60, bem como traduzem em forma de imagem uma certa maneira de recepcionar os discursos que povoavam a imprensa na época.

O artista efetuou uma estetização do noticiário local ou mesmo internacional, demonstrando ainda uma abordagem das questões que envolviam o desenvolvimento de Florianópolis e suas disputas internas de um modo bastante diferenciado daquele que costumeiramente é evocado nas memórias e relatos da vida urbana florianopolitana dos anos 50 e 60. Sem apresentar uma cidade de boêmios sonhadores, freqüentadores de bares e clubes, como se tudo girasse em torno de algumas poucas quadras do centro da cidade, Cascaes

⁴ COELHO, Gelci José. Entrevista concedida a Reinaldo Lindolfo Lohn, em 10 de setembro de 2002.

mostra como os discursos acerca do desenvolvimento e do futuro atingiam uma parcela bem maior da população da Ilha de Santa Catarina, alcançando seus recantos mais afastados, sempre sob o signo da ameaça e do medo das transformações caóticas que o futuro capitalista prometia para a vida das pessoas simples do interior.



Fig. 4: "O Estado" noticia a explosão da bomba atômica sobre Hiroxima (O Estado, 21/09/1945)



Fig. 5: A ciência no cotidiano: a publicidade (O Estado, 19/08/1969)

Nascido em Itaguaçu em 1908, quando esta localidade continental ainda pertencia ao município de São José, seus primeiros trabalhos artísticos de destaque foram esculturas em argila e gesso, principalmente com motivos religiosos. Nos anos 30 passou a freqüentar a Escola de Aprendizes e Artífices de Santa Catarina, em Florianópolis, iniciando uma formação mais sistemática que seria aprofundada com o curso de desenho na Escola Industrial. Na década de 1940 passa a lecionar em escolas públicas, até tornar-se professor efetivo de Desenho da Escola Industrial de Florianópolis (atual Escola Técnica Federal de Santa Catarina). No magistério foram constantes as montagens de exposições das obras de seus alunos, já indicando uma preferência pelas temáticas que diziam respeito ao folclore e às características culturais do litoral de Santa Catarina.

Quando é realizado em Florianópolis, em 1948, o I Congresso de História Catarinense, dentro das comemorações do bicentenário da colonização açoriana no Estado, Cascaes já desenvolvia um trabalho sistemático de pesquisas nas comunidades pesqueiras da Ilha de Santa Catarina. Seus desenhos e esculturas começam a ganhar um maior reconhecimento na cidade e passam a ser expostos inclusive em outros centros do país. Mesmo assim, não foi convidado a participar do congresso, por não ser considerado um estudioso acadêmico que estivesse desenvolvendo um saber subordinado aos rigores da ciência. Mesmo assim, continuou um intenso trabalho de recolhimento de materiais e depoimentos, expressando em suas obras as impressões recolhidas nas pesquisas, montando presépios e ornamentos para igrejas e clubes da região.

Em 1954 um jornal registrava uma de suas exposições no Instituto de Educação Dias Velho, afirmando que o artista apresentava “passagens do nosso folclore modelados em gesso, formando cada conjunto um ambiente verdadeiramente semelhante ao acontecimento real”. Destacava-se que “a contribuição das artes na marcha evolutiva da humanidade tem sido de primordial importância para o conhecimento dos nossos antepassados”⁵. Sua obra continuou durante muito tempo marginalizada pelos apreciadores da chamada arte erudita em Florianópolis, que não lhe atribuíam qualquer legitimidade estética, dentro dos cânones estabelecidos. A dificuldade para encontrar espaços propícios para suas

⁵ A Gazeta. Florianópolis, 22/12/1954, n.º. 4.855, ano XXI, p. 6.

exposições, muitas vezes rejeitadas nos ambientes culturais da cidade, é lembrada por Gelci Coelho:

“Esses artistas plásticos que eram eruditos, rejeitavam ele. Falavam que ele fazia folclore. A academia rejeitava. Diziam que a obra não tinha valor. Inclusive aconteceu um fato de que um governador queria que o Cascaes fizesse uma exposição no Museu de Artes de Santa Catarina, chamada Casa de Santa Catarina. E o Martinho de Haro era diretor e rejeitou”⁶.

Em suas esculturas, observa Patrícia de Freitas, “Franklin procurou a forma mais adequada para esculpir o colono açoriano, homem que trabalha pesado na agricultura e na pesca”. Para tanto, “resolveu deformar o barroco, segundo ele, a melhor maneira de representar o homem cansado, sofredor”, o que não seria possível com o “modelo clássico de proporções corretas”⁷. A partir da década de 1960, os desenhos em bico de pena, com nanquim, começam a ganhar tanto destaque quanto as suas já famosas esculturas. As exposições dessas obras tornam-se mais frequentes e Cascaes faz questão de realizá-las em comunidades do interior da Ilha de Santa Catarina, como no Rio Vermelho, Pântano do Sul, Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa. Desse momento em diante, até sua morte em 1983, não deixou de trabalhar em sua obra artística e foi tema constante de várias exposições e mostras individuais e coletivas acerca da cultura do litoral de Santa Catarina, em seus aspectos materiais e simbólicos. Aos poucos, contudo, os trabalhos que diziam respeito ao tema do fantástico e do imaginário ilhéu, com seu conjunto de lendas e seres mitológicos passa a ganhar mais destaque, tornando-se o próprio cerne de sua arte. Para Cascaes, “o mundo da fantasia projeta o homem para dentro de regiões culturais inimagináveis do fantástico sobrenatural”. Nessa dimensão, “o pensamento humano tem poderes quase ilimitados para viver a beleza dos sonhos invisíveis, alçados em asas de bandos de anjos que conseguem elevar-se aos páramos de mundos superiores a este em que nascemos, vivemos e morremos”⁸.

⁶ COELHO, Gelci José. Op Cit.

⁷ FREITAS, Patrícia de. A presença do negro nas esculturas de Franklin Cascaes. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes; IPHAN/SC, 1996. p. 16.

⁸ CASCAES, Franklin. Congresso bruxólico. In _____. O fantástico na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1989. p. 19.

O registro das transformações ocorridas na cidade e nas práticas sociais e sua visão angustiada sobre a perda dos traços culturais mais caros às comunidades litorâneas acompanhou sua trajetória artística, tornando-se ainda mais importante em suas duas últimas décadas de vida. Num pequeno conto de 1959, procurava mostrar o quanto as ações governamentais e empresariais atingiam e eram percebidas como agressivas pela população simples da Ilha de Santa Catarina. Isso aparece num trecho do pequeno escrito que encontra-se num de seus vários cadernos manuscritos, onde tomava notas e tecia comentários sobre seu trabalho de campo junto aos antigos moradores de comunidades afastadas do município. Um dos personagens de “A velhice de antanho”, perguntava:

“Antão tu não arreparas nas coisa moderna cos home da cidade qui não são nenfasberto proque sabe lê nas letra qui tão inscrita nas foia dus livro e riscada nas pasna dos jornali tão pontiando a capitali da cidade?”⁹

As coisas modernas que eram apresentadas pelos jornais e que eram implementadas aos poucos na cidade davam ao menos a sensação mais ou menos próxima de que algo mudava. Tinha-se uma vaga consciência de que tudo aquilo que os jornais escreviam, por maiores absurdos que parecessem, tendiam a transformar a vida pacata que Cascaes imaginava para os habitantes da Ilha. Gelci Coelho lembra que um dos acontecimentos que pode ter provocado impacto sobre o artista “foi a derrubada de um quarteirão, com casas coloniais”, para a construção do Edifício das Diretorias, no início da década de 1950¹⁰.

Perscrutar o universo de um artista como Franklin Cascaes é, antes de tudo, um exercício de imaginação histórica. Não se quer dizer com isso que a história que se escreve aqui seja meramente imaginativa ou que pressuponha uma aproximação direta ou até uma assimilação da historiografia à literatura, tal como preconizam determinados autores. Escrever

⁹ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 24. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁰ COELHO, Gelci José. Op Cit.

história é, sem dúvida, um processo que envolve muito de imaginação e criação de cenários virtuais num terreno instável e praticamente inexistente pois, afinal, o passado não mais existe e só é possível apreciá-lo indiretamente, através de suas manifestações mais visíveis na sociedade presente. Portanto, compreendendo que fazer história é conter a imaginação às fontes possíveis e válidas e a um discurso que pressupõe uma coerência interna e um apego a parâmetros bem definidos por um campo de conhecimento acadêmico, a intenção de tomar a obra de Cascaes como uma das fontes deste trabalho pretende ser uma forma de atingir um universo de subjetividades pouco tangível, mas que deixou marcas e é revelador de uma época.

A discussão metodológica talvez seja um dos pontos mais sensíveis de qualquer trabalho historiográfico. Os historiadores apresentam, de uma maneira geral, certa dificuldade em refletir de um modo profundo e sistemático sobre seus métodos, como sintetiza Carlo Ginzburg, ao considerar que desta falta de perspectiva, derivam alguns resultados pouco animadores, como o movimento pendular entre atitudes acirradamente positivistas e cientificistas e aquelas que pressupõem a História como nada mais do que uma forma literária de expressão¹¹. Mas, alguns princípios gerais podem e devem ser apresentados, dentre os quais a necessidade de que um trabalho na área de História tenha um certo projeto intelectual balizando sua confecção, procurando que seu ofício vá além do texto escrito, produzindo no leitor a possibilidade de refletir historicamente e pensar efeitos possíveis sobre o tema proposto pelo historiador.

Realizar uma história do futuro é refletir sobre o tempo. O tempo é um conceito facilmente tomado como natural ou inato à própria condição humana. Neste ponto talvez resida uma das maiores dificuldades em estudá-lo, muito embora seja a base de qualquer reflexão histórica. A História, como campo de conhecimento e disciplina acadêmica é, fundamentalmente, um estudo das diferentes temporalidades humanas. Portanto, é possível e até recomendável, retirar o tempo do campo físico e dos físicos e efetuar um trabalho que procure extrair o que há de reificação deste conceito tão impregnado de certezas. Ao propôr uma sociologia do tempo, Norbert Elias trilha algumas direções importantes, dentre as quais o papel regulador do controle do tempo no sentido de um processo de restrições sociais e

¹¹ GINZBURG, Carlo. *Montrer et citer*. Paris, Le Débat, (56) set/out, 1989.

estabelecimentos de padrões de conduta gerais que fizeram parte do processo civilizador, num estudo que tornou-se célebre. O tempo, sua determinação e regulação, foram fundamentais na sociedade ocidental para relacionar “coerção externa e autodisciplina”, com a internalização de regras sociais¹².

Num certo sentido, as imagens e o discurso de Franklin Cascaes apresentam a constituição de uma temporalidade nova para os habitantes do interior da Ilha de Santa Catarina. Um tempo contínuo e linear, que sempre empurrava as pessoas para frente, buscando solucionar os problemas num futuro a ser previsto no calendário. Restrições e coerções sociais novas, determinando a extinção de um modo de vida mais integrado aos ritmos da natureza e a referenciais fixos e cíclicos como as colheitas e as diferentes épocas de pesca. Uma “ordem hereditária de uma longa tradição de saber e aprendizagem”, como expressa Elias, estava sendo rompida e a própria idéia de tempo deslocava-se para um campo abstrato, intangível e situado numa dimensão praticamente separada e distinta da natureza.

Os estudos sobre a passagem das sociedades agrícolas para a sociedade industrial já exploraram este tema à exaustão, tendo em Edward Thompson, só para citar um dos mais célebres, um autor que conseguiu chegar a reflexões que são referências para qualquer aproximação com o tema¹³. Mas o importante é perceber como esse processo foi longo e não atingiu a todos da mesma forma, tanto que em plena década de 60, Cascaes ainda tentava seguir as trilhas das localidades isoladas da Ilha de Santa Catarina para lá encontrar um tempo que estaria imutável e intocado. Portanto, um conceito aparentemente evidente e quase que “inato”, apresenta-se como um campo de intervenção drástica sobre os modos e usos de uma população, mesmo que esta não estivesse em contato com uma industrialização acelerada, muito pelo contrário. O imaginário e as relações sociais estavam sofrendo alterações que não tinham uma relação de dependência com transformações materiais muito visíveis, apenas sugeridas ao longe.

Franklin Cascaes pode também ser inscrito numa longa trajetória intelectual iniciada com o Romantismo, ainda no final do século XVIII. Amparado por uma consciência

¹² ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 28-30.

¹³ Ver a propósito: THOMPSON, Edward P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In _____. Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984. p. 239-293.

nova e uma sensibilidade que procurava responder aos impactos das revoluções Francesa e Industrial, esse amplo movimento adquiriu, segundo Renato Ortiz, uma característica muito particular quando voltado para a cultura popular: tratava-se de uma mudança profunda na “predisposição negativa, que havia anteriormente em relação às manifestações populares”. Anteriormente, os antiquaristas e recolhedores de curiosidades antigas tinham o olhar marcado por um certo desprezo e por uma abordagem pejorativa e corretiva dos hábitos populares. O popular romantizado, por seu lado, será valorizado como a expressão mais pura dos sentimentos humanos, concebendo o povo como transmissor mais fiel das tradições heróicas em vias de desaparecimento com a sociedade moderna. A invenção européia de uma Idade Média harmoniosa e marcada por altos sentimentos de honradez e justiça, terá sua versão brasileira no século XIX com o indianismo presente na literatura, música e artes plásticas. Essa nova maneira de perceber a cultura popular gerou inclusive a criação de um campo de conhecimento com pretensões científicas, o Folclore, em fins daquele século. Assim, numa mistura de positivismo com tradição conservadora, estabeleceu-se um domínio de saber próprio de alguns estudiosos que passariam a ser reconhecidos com autoridade para definir os traços autênticos de uma cultura e de uma época histórica¹⁴.

Mas é preciso tomar um certo cuidado. Apesar de poder visualizá-lo nesse campo comum de atuação de folcloristas e antiquaristas, a obra de Cascaes vai mais além disso. Ao transpor suas pesquisas para obras de arte, pôde desenvolver um discurso próprio e empreender uma viagem sinuosa pelos caminhos da subjetividade, o que não apenas dizia respeito a colher antigüidades, mas a perceber uma transição cultural que se processava em Florianópolis. A parte iconográfica da obra de Cascaes talvez seja aquela em que o artista experimentou maior liberdade de criação e pôde desenvolver uma variedade de idéias, imagens e temas surpreendentes. Dentre as suas centenas de desenhos em nanquim sobre papel, uma pequena parte foi dedicada ao que pode-se considerar provisoriamente como uma intervenção direta nas questões que envolviam a sociedade humana do século XX, principalmente o confronto entre um mundo envolvido pela natureza e dela dependente e um desenvolvimento tecnológico que ameaçava destruir a relação cultura e meio ambiente.

¹⁴ ORTIZ, Renato. Românticos e folcloristas. São Paulo: Olho d'água, s/d. p. 17-29

Geralmente estudado como um coletor e preservador de manifestações populares da Ilha de Santa Catarina e arredores, costuma-se perder essa dimensão angustiada de seu trabalho, temente em um futuro que, tudo levava a crer, engoliria as expressões mais marcantes da vida das populações do litoral catarinense. Frequentemente apresenta-se um Cascaes despolitizado, com uma inserção social limitada a um vago resgate das tradições. Mas também é possível perceber um artista que interagiu com as relações de poder existentes na cidade e que tomava atitudes diante das estratégias de desenvolvimento econômico que estavam sendo implantadas. Os desenhos de Cascaes trazem a marca de uma dualidade de mundos, o visível e próximo, constituído pelo cotidiano harmônico, calmo e ordenado das comunidades do litoral, paralelo ao universo mítico e invisível aos olhos racionais, composto de seres fantásticos, como as bruxas e os boi-tatás. O passado que rapidamente estava sendo esquecido, com as festas religiosas, o trabalho comunitário, a solidariedade entre as pessoas simples que forneciam as fontes da obra do artista, podem ser tomados como uma construção de um mundo perfeito, ideal, de bondade absoluta, que estava tão próximo de todos mas ao mesmo tempo ameaçado de extinção pela conjunção dos fatores maléficos que fariam parte da vida desde que o mundo fora criado e que atuariam juntamente com os processos de modernização capitalista.

A obra de Cascaes pode ainda ser tomada para os interesses deste trabalho, como uma demonstração da força e do poder do imaginário sobre as relações sociais e mesmo nas configurações, práticas e tomadas de decisões por parte de uma coletividade. Rompendo qualquer fronteira entre local e global, o perto e o longe, entre a pequena Florianópolis e o mundo que a rodeava, suas obras exprimem o quanto as relações cotidianas podiam ser afetadas por discursos produzidos em espaços aparentemente tão distintos e diferentes como as conferências de cúpula entre superpotências, os planos de desenvolvimento ou os anúncios de investimentos imobiliários na Ilha. As imagens que produziu, procuravam ser expressões do tempo, marcar como a velocidade e as transformações chegavam de um modo ou de outro, atingindo e, por vezes, agredindo a sua visão passadista de uma Ilha de Santa Catarina dominada pelas práticas telúricas e religiosas das comunidades do interior.

Uma interpretação mais corriqueira e apressada poderia ver nelas pura e simplesmente uma leitura regionalista, nativista ou folclórica. Contudo, ao menos nas obras analisadas aqui, encontra-se um artista que conseguiu transpor em forma de imagem a nova relação entre a sociedade de Florianópolis e o tempo, construída a partir dos anos 50. Um novo ritmo de vida tomava conta da cidade, ameaçadoramente. As relações entre cada habitante e cada grupo assumiam feições diferentes, mesmo que isso não implicasse em grandes mudanças materiais. A cidade continuava pequena e tímida, mas agora o tempo parecia tomar uma nova dimensão, construía-se um jeito de abordar as dificuldades que surgiam de um modo em que o futuro era muito mais do que um vislumbre, mas um marco balizador e referencial para as posturas e atitudes a serem tomadas. Dessa vasta obra, foram selecionadas aqui pouco mais de uma dezena, que exprimem representações sobre o tempo e o futuro, as transformações que começavam a ocorrer nas práticas sociais da Ilha de Santa Catarina e que Cascaes procurava de todo modo condenar e, principalmente, aquelas em que se percebe o artista como um receptor privilegiado dos discursos dominantes no período na cidade.

Descrevendo em 1968 seu processo de trabalho e suas intenções, Cascaes afirmava ter interesse em “recolher, divulgar e guardar as tradições desta Ilha de Santa Catarina e seus arredores”. Não procuraria nenhuma recompensa, simplesmente estava querendo imortalizar aquelas formas de vida através da “força espiritual que as artes plásticas exercem sobre as nações para documentarem a raiz histórica das suas culturas tradicionais dentro dos tempos e que hoje avançam para o futuro tecnológico moderno”. Seu trabalho então seria também uma forma de intervenção sobre o futuro, pois afirmava que “o avanço das tecnologias modernas tem suas raízes básicas na tecnologia tradicional”. Numa estrutura temporal linear e progressiva, o artista procurava demonstrar que os tempos vindouros necessitavam da preservação das tradições:

Hontem o homem sacrificava até animais irracionais para da sua gordura extrair o azeite que mantinha viva a chama do seu candeeiro. Mais tarde ele achou o petróleo e extraiu o kerosene, após a razão lho deu o caminho da luz elétrica

e atualmente a guerra lho ensinou o esconderijo dos átomos, e conseqüentemente lho deu a energia atômica¹⁵.

Mas o mundo também estaria ameaçado por forças terríveis que os próprios homens libertariam com suas técnicas destrutivas. As imagens de Cascaes aqui apresentadas e analisadas surgem como um contra-futuro, uma utopia às avessas, uma distopia, na qual a terra da bondade e da promessa não está nem numa ilha perdida nem num tempo adiante da percepção humana: esteve o tempo inteiro perto de todos os que puderam conviver com a população mais simples da Ilha de Santa Catarina. Uma população que vivia um cotidiano, na visão do artista, marcado pelo trabalho em harmonia com a natureza, sem diferenças sociais e convivendo com um mundo invisível e misterioso de forças estranhas, procurando diariamente promover a vitória do bem sobre o mal, equilibrando o universo. Daí que o futuro vislumbrado nos noticiários das décadas de 50 e 60 fosse tão temerário. O medo marca o trabalho de Cascaes. Medo de um futuro que viria destruir num turbilhão incontrolável todas as crenças e as práticas solidárias do povo ilhéu.

Evidentemente trata-se da construção imaginária de uma Ilha de Santa Catarina que só existiu na cabeça do artista. As dificuldades diárias, os conflitos, as misérias que certamente atingiam a população do interior da Ilha não faziam parte dessa imagem de bonomia bucólica. Essa população pobre do interior e da periferia urbana formava um contingente de grupos populares, nitidamente reconhecíveis por sua cultura própria, e vítimas da exploração de classe e do jogo político. Mas, diante de um mundo tão terrível quanto o da guerra fria e da expansão descontrolada do capital na Ilha, nada parecia mais tranquilizador do que imaginar um passado perfeito. Diante do caos, Cascaes procurou construir a ordem. O futuro em seu trabalho é o caos, é a incapacidade total de estabelecer normas de conduta moralmente aceitáveis ou que tivessem no respeito à tradição sua tônica. O futuro é condenável pela disseminação de hábitos novos — e a novidade é sempre ameaçadora no frágil e equilibrado mundinho ilhéu que o artista construiu.

¹⁵ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 74. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

A obra de Cascaes é, portanto, referencial indispensável para a compreensão do processo de constituição de um novo imaginário urbano na cidade de Florianópolis no período em questão. Suas imagens são ao mesmo tempo metáforas e alegorias do que estava se passando. Metafóricas, no sentido em que brincavam com os âmbitos semânticos possíveis para as imagens mais recorrentes na época. As bruxas freqüentemente eram associadas às grandes obras civis em execução na cidade, expressando o desprezo do artista pelas transformações urbanas. Alegóricas, ao exprimirem de um modo ampliado e complexificado as metáforas, expondo de uma forma por vezes bem humorada, em outras tantas trágica, os processos mais recorrentes no período. Representações de uma época, de uma cidade e de um novo ritmo de vida, as imagens de Franklin Cascaes proporcionam uma aproximação mais qualificada com as práticas culturais da cidade de Florianópolis no período. O mais importante de tudo, é que dão uma pequena mostra de que um novo horizonte de expectativas fazia parte da vida de grande parte dos moradores da cidade. Portanto, são uma aproximação com a maneira pela qual ocorria a recepção dos discursos sobre o futuro, ou seja, como era possível a um cidadão florianopolitano transformar em experiência as imagens e idéias que recolhia nos mais diversos meios de difusão.

Evidentemente, não se quer aqui deixar de tomar suas obras como objetos artísticos, ou seja, como define Erwin Panofsky, que pedem para ser experimentados esteticamente¹⁶. A experiência estética presente nessas obras já valida o interesse que despertam em inúmeros pesquisadores que, nos últimos anos, têm se dedicado ao estudo dos mais diferentes aspectos nelas presentes. Contudo, para as intenções deste trabalho, cumpre procurar os marcos estruturantes não só do texto e contexto nos quais estes desenhos se inscrevem, mas também uma busca de significados expressos, entendendo o artista como o receptor privilegiado de um período histórico e suas representações. Ir além da apreciação dessas obras de arte consiste em procurar situá-las no tempo e no espaço, mas não só isso, coordenando as diversas informações objetivas e subjetivas disponíveis, para assim formar um quadro coerente. Não só o conteúdo dos desenhos é importante, ou seja, sua narrativa mais direta, mas também as formas e as soluções estéticas empregadas. Só assim, conforme Panofsky, “tratamos a obra de arte como um sintoma de algo mais que se expressa numa

¹⁶ PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 1991. p. 33-34.

variedade incontável de outros sintomas e interpretamos suas características composicionais e iconográficas como evidência mais particularizada desse ‘algo mais’¹⁷, encontrando desse modo, certos valores simbólicos que são produtores de práticas sociais e culturais.

Outra questão importante a ser mencionada aqui é a utilização de material visual como documentação histórica. A historiografia, de um modo geral, tende a privilegiar os indícios escritos como base para a análise das sociedades no tempo. Os problemas suscitados pelo emprego de iconografias como fontes históricas têm suscitado inúmeras discussões e polêmicas, sendo que, a exemplo do trabalho com jornais e outros tipos de periódicos de imprensa, não há uma metodologia e abordagens fixadas¹⁸. A carência de preparo dos historiadores para o trabalho com imagens é notoriamente reconhecida, mas diversos trabalhos e experiências bem sucedidas, aos poucos, começaram a abrir caminho e quebrar resistências. De todo modo, os princípios norteadores de uma leitura histórica de imagens são muito menos claros do que aqueles que regem a pesquisa em documentos oficiais ou com processos judiciais, por exemplo.

Mas, sabe-se que temáticas como a cultura urbana e a construção da idéia de futuro em Florianópolis, propósitos desta investigação, exigem a ousadia do trabalho com materiais antes desprezados, como é o caso dos registros literários. Mesmo assim, aceita-se o risco em favor de tentar compreender como o ambiente social e cultural de Florianópolis nas décadas de 1950 e 1960, foram experimentados por um habitante em particular da cidade. Mesmo que Cascaes não fosse um florianopolitano qualquer, suas imagens indicam uma maneira de entrar em contato com aquele “país estranho”, ou seja, com o passado¹⁹, tomado através das experiências que deixaram representações que podem ser recolhidas pelo historiador. Suas obras são aqui apresentadas com a intenção de poderem sintetizar um momento daquela sociedade, ao mesmo tempo em que o artista é um agente social que intervém nas discussões que estavam sendo travadas na cidade, mantendo sua relativa margem de autonomia dentro do conjunto da cultura.

¹⁷ Ibidem, p. 53.

¹⁸ GASKELL, Ivan. História das imagens. In BURKE, Peter (org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 237-271.

¹⁹ LOWENTHAL, David. El pasado es un país extraño. Madri: Akal, 1998. p. 5-23.

Uma das conquistas da historiografia foi a percepção de que não há fontes ou documentos totalmente objetivos. Sejam relatórios governamentais, jornais, textos literários ou fotografias, há sempre uma intenção, uma autoria que preside sua construção. O material visual pode, partindo desse princípio geral, ser tratado como um documento a mais, no conjunto de uma pesquisa histórica. Os objetos artísticos de Franklin Cascaes, neste caso, seus desenhos em nanquim, não serão tema para a busca de traços únicos definidores de um estilo ou de toques pessoais. Isso cabe aos especialistas em História da Arte e, particularmente, aos *experts* no trabalho do artista. Não é a obra em si de Cascaes que aqui interessa, mas uma pequena parte desta, a qual aparece como uma experiência evidente de envolvimento com a cultura urbana de futuro que estava sendo vivida em Florianópolis. Portanto, não há cânones a serem estudados de modo a classificar os desenhos. Estes são experiências, amostras de um passado, enfim, fragmentos remanescentes de uma época, que intencionalmente representaram idéias e percepções, deixando registros que podem ser investigados, analisados, interpretados e contextualizados para o estudo de uma cultura. Há evidentes problemas de interpretação, ainda mais em se tratando de imagens alegóricas. O risco de anacronismo é grande neste caso. Mas uma definição possível do lugar social e do tempo histórico a que se referem as obras, torna sua utilização muito proveitosa para a compreensão das relações sociais a que fazem referência.

No caso de Franklin Cascaes, há um confronto permanente inscrito em seus mais de 900 desenhos. A cultura da população do litoral de Santa Catarina, de base açoriana, seus modos e usos costumeiros, suas crenças religiosas, constituem um mundo calmo e tranqüilo que sofre o assalto constante de seres malignos que procuram desestruturar essa paz harmoniosa. Evandro André de Souza observa que o artista procurava retratar os membros das comunidades buscando impor-lhes uma homogeneidade que se exprimia nos próprios traços dos desenhos, nos quais não há preocupação com os caracteres individuais de cada habitante retratado, ou seja, quase todos têm rostos parecidos e vivem sem conflitos. Por outro lado,

quando retrata seres fantásticos e mitológicos, atribui-lhes “personalidade individual”, o que rompe com a ordem que existia na representação da população²⁰.

Verifica-se assim, a criação de uma técnica narrativa própria, ou seja, uma solução plástica que deveria dar conta da exigência de perpetuar através da imagem, uma sociedade em processo de transformação. Para o autor, Cascaes cinde suas obras em dois momentos que, em alguns casos, correm paralelamente. O mundo visível, da experiência comunitária do povo litorâneo é apresentado em traços quase ingênuos e calmos. Já o mundo invisível aparece em “traços apaixonados”, muito mais velozes e vibrantes. O cruzamento dessas duas experiências temporais dá forma a um peculiar “realismo fantástico”²¹.

Situado no centro desse turbilhão que, a seu ver, transformaria irremediavelmente a vida e a cultura legadas pelos antepassados, estava Cascaes, ainda sonhando com um tempo que não mais voltaria, o tempo da ingenuidade perdida. Pode-se pensar essas duas dimensões temporais como maneiras de perceber a velocidade cada vez maior do tempo urbano e moderno em oposição ao tempo cíclico e rotineiro das comunidades, empurrando a sociedade de Florianópolis para um futuro de completa desagregação.

Suas imagens do futuro são marcadas pelo terror e pela ameaça constante de destruição e desintegração total de tudo o que o artista prezava, em especial, a “pureza primitiva” das comunidades ilhoas. A “Serpente Raá”, desenhada em 1962, naquele ano mesmo engoliria o sol “com sua fornalha de 60.000.000.000.000 de graus centígrados de temperatura”. E não pararia por aí: “quebraria a lua, partiria as pernas e costelas de todas as estrelas, esmagaria a coitadinha da nossa humildíssima terra”. No verso do desenho, Cascaes escreveu que a humanidade, “pobre construção de argila crua”, já estaria “com o cérebro cansado pelo efeito maléfico das guerras frias”. Seria presa fácil para essa serpente alada, que aparece enroscada no planeta terra e com o sol já em sua boca. Ao redor, as estrelas estão com suas pontas partidas, parecendo cair para dentro das grandes chamas de fogo. Aos homens restaria “saborear um cosido de superstição”, tudo “temperado com o molho do não acredito mas pode ser, e servido no prato fundo da dúvida”.

²⁰ SOUZA, Evandro André. Franklin Cascaes: uma cultura em transe. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 2000. . p. 11.

²¹ *Ibidem*, p. 46-51.



Fig. 6: Serpente Raá
Franklin Cascaes (1962)
Coleção Elizabete Pavan Cascaes, Museu Universitário (UFSC)

Por saudades de um “tempo que terminou realmente”, Cascaes empreendeu um gigantesco trabalho de coleta de informações e criação artística. A busca de um passado perdido levava o artista a pensar no futuro, a fim de recolher e guardar “para a posteridade” as histórias de vida que estavam desaparecendo²². Há sempre uma perspectiva de devir, uma luta contra o tempo, que vorazmente consumiria tudo. A serpente Raá pode ser vista como esse tempo, um futuro que logo tornaria-se presente se tudo continuasse como estava. Há uma mistura de componentes míticos, como a própria idéia de fim do mundo, com elementos recolhidos na vivência de Cascaes e do contexto de guerra fria e corrida nuclear do período em que a obra foi realizada. No desenho em questão, o ano de 1962 marcaria o término desse processo de degradação constante dos costumes e da natureza, previsível pois os atos da humanidade conduziam para tal fim. Dois anos antes, um cronista escreveu num jornal da cidade que o mundo estaria prestes a retornar ao “tempo da pedra lascada” com a deflagração de “uma guerra com todo esse volume de ódio, usando máquinas assassinas, esmagando, queimando, incendiando cidades e seus habitantes”²³. Essas imagens recolhidas nos textos jornalísticos acabavam de algum modo sendo transcritas para as obras de Cascaes, recebendo evidentemente um novo teor.

O artista claramente vale-se da idéia de que o progresso e os hábitos urbanos conduziam à perdição. Em seus cadernos de anotações aparecem algumas menções a histórias que ouvia e elaborava, envolvendo pessoas do interior da ilha, assustadas com os costumes da cidade. Há o caso de duas senhoras, que comentavam os novos hábitos trazidos por um jovem recém-chegado de uma temporada na cidade. Procurando escrever conforme o falar característico dessa população, Cascaes ressaltava o assombro provocado pelas mudanças observadas no comportamento do rapaz:

— Si tu vêš Biloca, inté não veste mais ceroula, rapariga! A mãe dele me amostrou a roupa que cobre as vergonha dele. Achê inté aparecida cá queelas que nós tapa as nossas vergonha! rapariga. Cruz, Credo, temo no fim do mundo. Si dalgum tempo um moço casado haverá de andá

²² CASCAES, Franklin. Apud CARUSO, Raimundo (org.). Franklin Cascaes: vida e a arte e a colonização açoriana. Florianópolis: UFSC, 1988. p. 22-23.

²³ O Estado. Florianópolis, 20/05/1960, n.º. 13.900, ano XLVII, p. 2.

ansim. (...) Inté aparece coisa do capeta que tá
sorto neste mundo (...).

“A minha mãe sempre dizia: eu tenho muita a dó
dos meus fios porque eles vão passá muito
trabaio cos tempo que tão pra mode vi²⁴.”

É pouco provável que Cascaes tenha assistido ao lançamento do filme “Juventude Transviada” em Florianópolis, exibido no cine São José em 1958 e apresentado ao público como “chocante e real! Expressivamente humano! Impressionantemente violento”, com censura para menores de 18 anos²⁵. Sua fonte de inspiração certamente foi outra. Percebe-se uma série de traços característicos nessa anotação de 1959 que seriam exploradas no desenho da serpente. O cristianismo popular marcante nos dois casos, manifesta o embate entre as forças do bem e do mal, as quais sempre estiveram presentes na terra, mas que esperariam um momento decisivo, quando justamente o pecado e a perdição estivessem mais fortes e disseminados, para empreenderem o confronto final. O bem triunfaria, deus venceria o diabo e os homens seriam julgados por seus atos, dessa vez pelo fogo punitivo que só perdoaria os seguidores da fé. Passar muito trabalho nos tempos que virão, ter que conviver com o “capeta” solto no mundo, parecem idéias sintetizadas na serpente Raá. Fogo e serpente: é o fim do mundo, certamente não apenas por deixar de usar ceroulas ...

Essa identificação do futuro como o tempo do medo foi encontrada e classificada por Jean Delumeau através de variadas formas, desde o fim desde o fim da Idade Média. À medida em que a classe e as práticas sociais burguesas avançavam na Europa, com valores prosaicos, utilitários e dessacralizados, difundia-se uma espécie de narrativa literária e épica na qual eram exaltados os valores da nobreza, sua coragem, a ausência de temeridade e as proezas voluntárias e guerreiras dos fidalgos. O destemor servia como distinção de classe, em favor da aristocracia. Havia uma “incompatibilidade entre esses dois universos ao mesmo tempo sociais e morais: o da valentia — individual — dos nobres, e o

²⁴ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 26. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁵ O Estado. Florianópolis, 21/06/1958, ano XLVI, p. 7.

medo — coletivo — dos pobres”. Era a legitimação do poder dos nobres rurais diante de uma sociedade em transformação, no momento em que os Estados nacionais se fortaleciam e que os exércitos garantiam a segurança das regiões, diminuindo a importância dos senhores e seu séquito de vassalos. Principalmente os camponeses eram associados a um medo constante que os fazia buscar a proteção dos poderosos.

Entre todos esses medos, as incertezas do amanhã afligiam coletividades inteiras que dependiam das condições naturais para garantir a manutenção dos seus meios de sobrevivência. As grandes epidemias e as ondas de fome que rondavam as populações, tanto urbanas quanto rurais, tornavam importantes os rituais de adivinhação e de intervenção sobre o futuro. “Outrora o medo estava por toda parte — ao lado de si e diante de si”. Sinais e aparições fantásticas e incomuns eram cuidadosamente interpretados para conhecer o futuro. Os cometas, por exemplo, eram muito “temidos e criavam um terror coletivo”, pressagiando desgraças, bem como os eclipses. Os segredos do mundo deviam ser perscrutados pois “o homem está cercado por uma multidão de seres misteriosos e leves, no mais das vezes invisíveis, que cruzam incessantemente a rota de sua vida”. A astrologia ganhou grande prestígio e, apesar de muitas dessas atitudes serem condenadas pela Igreja, que atribuía o sentido de satanismo e feitiçaria, houve uma certa tolerância para com aqueles que tomavam o cuidado de conciliar a “onipotência divina e o poder das estrelas”, incentivando a “penitência pelo anúncio de castigos próximos”. As referências aos saberes da Antiguidade, reforçou esse tipo de consulta aos corpos celestes, que se aproveitava do ambiente de incertezas e contestações às verdades estabelecidas gerado pela Reforma. As fases da lua passaram a ser observadas pelos camponeses, que escolhiam assim as épocas para plantar e colher²⁶. Foi a época de Paracelso e Nostradamus, este último alcançando uma notoriedade que resistiria aos tempos.

Dentre os possíveis transmissores de males e perigos, as serpentes têm na cultura ocidental um papel de destaque. Remontando à bíblia, foi no corpo de uma dessas

²⁶ DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 64-83.

criaturas que o demônio teria conseguido persuadir Eva a comer o fruto proibido. Desde então, a humanidade viveria no pecado, expulsa do paraíso e esperando o fim dos tempos. Já o fogo aparece como um elemento purificador. Utilizado nos massacres dos acusados de feitiçaria no início da Idade Moderna, persistiu como um dos possíveis meios de destruição do mundo, substituindo as águas, que já teriam sido empregadas pela fúria divina no grande dilúvio dos hebreus. Cascaes poderia ter lido ainda em 1950, um artigo publicado no jornal O Estado no qual afirma-se que a bomba atômica seria uma “profecia bíblica”. Segundo o articulista, “o mundo em que vivemos terminará destruído pelo fogo”, um fogo que virá do “próprio homem” para exterminar a civilização. Assim, a humanidade seria um instrumento dos desígnios divinos, mostrando que as armas nucleares determinariam o futuro de todos. Manobrando todos esses elementos, o artista poderia chegar a conclusão de que a vida na terra estaria com seus dias contados, segundo as previsões do próprio apocalipse bíblico. Esses três componentes integram o desenho “Serpente Raá”, reforçados pelo pequeno texto que o acompanha.

A concepção de uma história mensurável e limitada no tempo, herdada do judaísmo, favorecia a crença no advento do messias salvador. Desenvolvido e disseminado nos momentos de crise e decadência do Império Romano, logo seguidos pelo rigor medieval, o cristianismo tem como um princípio básico a idéia de fim do mundo. O retorno de Cristo estaria próximo, mas ainda em um futuro indefinido. Isso favoreceu o surgimento de crenças milenaristas, preconizando que a chegada de Cristo levaria à instauração de um reino de mil anos de bondade, precedido de um período de catástrofes, como guerras, doenças e desastres naturais, bem como o obscurecimento do sol e a queda das estrelas. Além disso, tudo ocorreria segundo os ditames da Besta e do Anticristo, sendo que este corromperia as nações, fazendo-se passar por líderes respeitados²⁷.

A partir do século XIV, particularmente, houve “um reforço e uma difusão mais ampla do temor dos derradeiros tempos”. O pessimismo diante do futuro fazia multiplicar as profecias apocalípticas que prenunciavam o Juízo Final, mas também trazia a esperança do milênio, do período de felicidade e fartura anunciado por São João, quando “o

²⁷ BOIA, Lucien. La fin du monde: une histoire sans fin. Paris: La Découverte & Syros, 1999. p. 41-46.

anjo de Deus acorrentará Satã por mil anos”, ressuscitando os justos e penitentes para esse tempo de alegria. Entre o temor do fim do mundo e a esperança milenarista, de qualquer forma, a humanidade deveria estar preparada para seguir seu destino já traçado e nisso o futuro servia como um eficaz mecanismo de controle social, já que para ser recompensado no dia do julgamento, deveria ser comprovada uma vida de retidão e obediência absolutas, incentivando ainda muitas angústias escatológicas, que procuravam antecipar os desígnios divinos através de diversos acontecimentos e cataclismas²⁸.

Pode-se ter então uma certa linha de interpretação desse desenho de Cascaes, a partir de suas fortes conotações religiosas. A observação das transformações que ocorriam em sua terra natal e a relação disso com o processo de acirramento das disputas internacionais, reforçava a idéia de fim dos tempos. A tecnologia, tal como a serpente Raá, elevava-se à capacidade de destruição planetária com a bomba atômica. Por isso, o artista identificava em Inglaterra, França, Rússia, Vaticano, América do Norte e Brasil, as “mãos que devem proteger o planeta terra com segurança social”, evitando uma “lúgubre imaginação”. Trata-se de dois desenhos em que a questão da guerra fria é novamente explorada, dessa vez com abordagem política mais direta. Na primeira obra o planeta é segurado por seis mãos, cada uma representando um dos países mencionados. Note-se que Cascaes não restringiu a proteção da terra unicamente às duas superpotências nucleares, Estados Unidos e União Soviética, representando também os outros dois aliados vitoriosos na segunda guerra, além do Brasil e do Estado Pontifício, este último certamente por liderar o cristianismo. Caso essas mãos falhassem em sua missão, não seria possível evitar o quadro imaginado no outro desenho, intitulado “Subam a escada da fé”, em que no planeta ergue-se uma grande cruz, na qual apoia-se uma escada. Esse elemento central é alvo de vários mísseis que por todos os lados aproximam-se para destruí-lo e transformar a humanidade em um monte de cadáveres esquartejados, vistos na base da obra. O mundo seria “transformado num defunto”, para em

²⁸ DELUMEAU, Jean. Op Cit. p. 205-238.

seguida tornar-se apenas uma “caveira errante, ladeado pelos seus algozes sobre a chama da incompreensão humana”²⁹.

Juntamente com a serpente Raá, estes dois desenhos podem ser tomados como uma síntese do que o artista concebia como o futuro do planeta se os rumos do progresso e da tecnologia permanecessem os mesmos. Se no primeiro caso os componentes míticos e religiosos são os mais importantes, estes aparecem para emoldurar e dar sentido transcendente para as angústias que a possível aproximação de uma guerra nuclear suscitava. Seriam como duas faces da mesma moeda, não sendo possível separar um Cascaes mítico de um político. As duas dimensões compõem sua maneira de projetar o fim catastrófico dos tempos. Entre a serpente e a bomba atômica, o futuro não parecia muito promissor ao artista.

Realizados entre 1961 e 62, num momento em que, apenas para citar um caso, houve a questão da crise dos mísseis em Cuba, com os Estados Unidos acusando os soviéticos de instalarem bases nucleares na ilha do Caribe, os desenhos faziam parte de um momento que certamente impressionou muito ao autor. Havia a perspectiva concreta de aniquilação da vida no planeta. Nos cinemas de Florianópolis, além dos seriados famosos de Dick Tracy”, o público podia assistir a filmes como “Cidade Atômica” ou Super Homem X Homem Atômico”, títulos que dão uma idéia clara de seus temas e enredos³⁰. Para Cascaes a humanidade dançava “na corda bamba” desde o momento em que os Estados Unidos descobriram que a Rússia “estava montando uma plataforma nuclear na ilha de Cuba”³¹. Num outro desenho, de 1967, retratava alegoricamente “a humanidade dançando na corda bamba sob o compasso da música sinistra — promessa de uma guerra nuclear entre as nações poderosas”. Um futuro bem pouco propício para a felicidade e a harmonia social das comunidades litorâneas que Cascaes tanto admirava.

²⁹ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 56. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

³⁰ O Estado. Florianópolis, 08/12/1955, n.º. 12.340, ano XLII, p. 2.

³¹ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 86. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.



Fig. 7: Brasil, América do Norte, Vaticano, Rússia, França e Inglaterra
Franklin Cascaes(1961)
Coleção Elizabete Pavan Cascaes, Museu Universitário (UFSC)

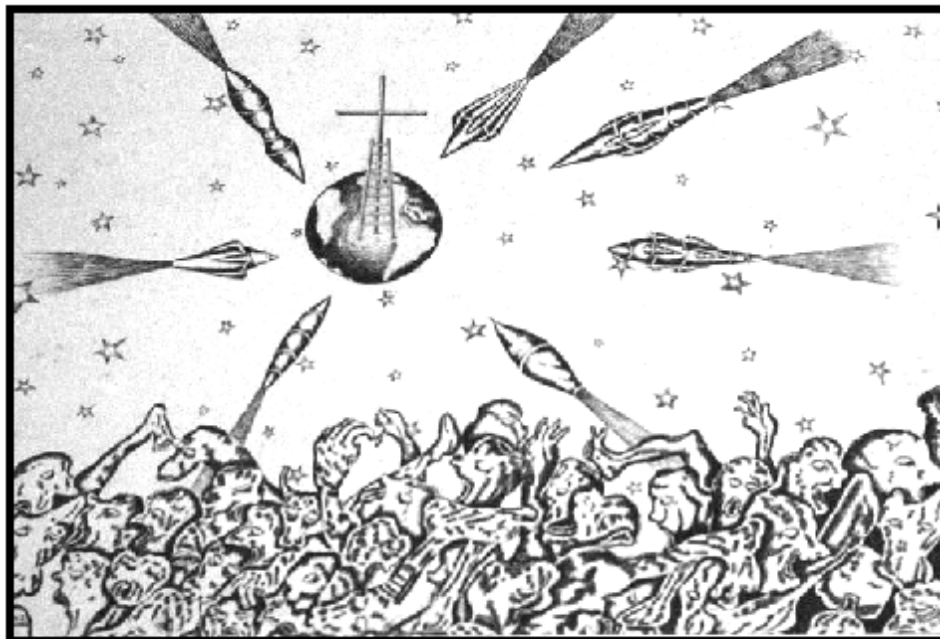


Fig. 8: Evitem: subam a escada da fé
Franklin Cascaes (1961)
Coleção Elisabete Pavan Cascaes. Museu Universitário (UFSC)

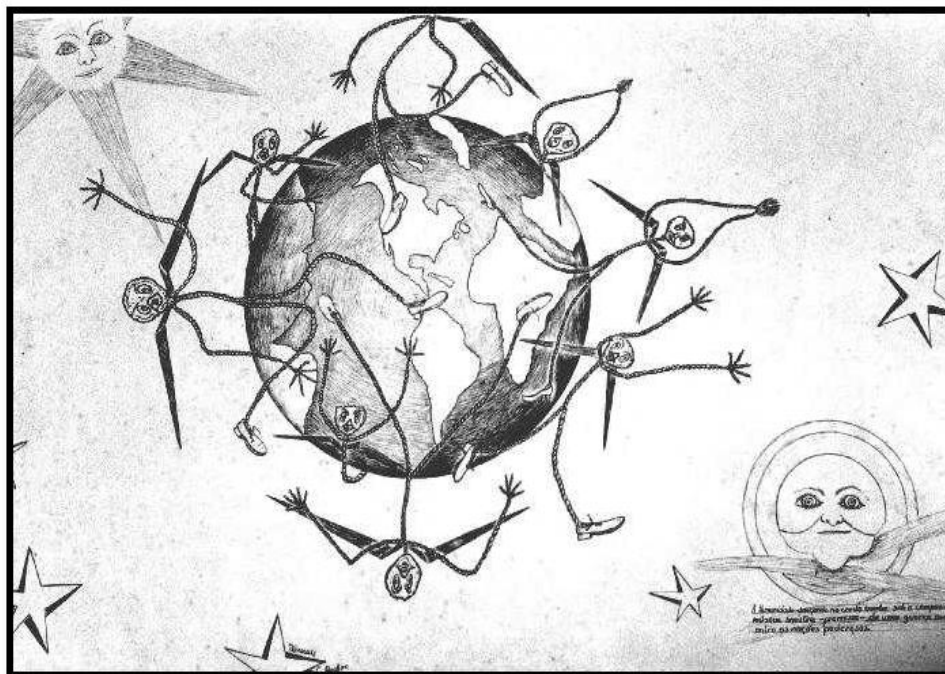


Fig. 9: A humanidade dançando na corda bamba
Franklin Cascaes (1967)
Coleção Elisabete Pavan Cascaes, Museu Universitário (UFSC)

3.2. O tempo em transição

Uma observação atenta dos desenhos e das intenções discursivas de Franklin Cascaes serve ainda para pôr em questão a interpretação dominante, que os próprios contemporâneos deixaram, de que Florianópolis não havia passado por qualquer transformação significativa até a década de 1970. Em função da absoluta submissão dos grupos dirigentes e da imprensa da cidade aos governantes da ditadura militar implantada no Brasil a partir de 1964, fixou-se a noção de que antes dos grandes investimentos estatais ocorridos durante o período ditatorial, nada digno de nota havia ocorrido de importante na cidade. Os órgãos de imprensa, em particular, louvavam os feitos promovidos pelos governos de então, comparando com a situação anterior da cidade. No começo daquela década, as reportagens ressaltavam o chamado “boom” da construção civil que se dava em Florianópolis, verticalizando o centro e provocando a fortuna de alguns empreendedores imobiliários.

Em 1973, uma revista dava a sua versão da história da cidade, conduzindo todo o discurso para a valorização dos feitos dos governos posteriores ao golpe militar. Até então, afirmava-se, “Florianópolis veio se arrastando pelo tempo, num processo de evolução lento e bucólico”, caminhando “devagar, como devagar caminhava seu povo (...), sem qualquer preocupação com o futuro”. Os adjetivos são os mesmos empregados em diversas outras ocasiões e em fontes diversas: “cidade modorrenta, apática, sonolenta e descolorida — exceção lógica à sua natureza —, com ruas estreitas e casas e casarões velhos”. Enfim, a cidade do passado recente, de poucos anos antes, era ironizada, “onde um edifício de três andares — e até mesmo um elevador instalado — eram motivo de duradoura curiosidade e de quase agitações populares”. Até que, e era esta a conclusão a que os formuladores de discursos como estes pretendiam, o estímulo dado pelos novos governantes e o surgimento de empresários com novos valores e “rigorosos critérios de técnica e de planejamento”, teriam promovido em poucos anos a “explosão na indústria de construção civil e no comércio correlato, em Florianópolis”. Essa era uma espécie de história oficial que fixou-se a respeito do desenvolvimento recente da cidade, dando especial ênfase para o surgimento de uma “expressiva mudança no comportamento econômico e mental da comunidade”, que passou a

apostar no futuro e mesmo “o cidadão de poucos ou médios recursos financeiros” poderia sonhar com a casa própria³².

É claro que não se pretende aqui escamotear a importância da virada da década de 1960 para a seguinte, no que diz respeito a transformações de impacto na fisionomia urbana de Florianópolis. Mas é possível relativizar, com dados da própria pesquisa, a excessiva ênfase a uma suposta mudança radical e que teria marcado uma completa virada, talvez “revolucionária”, nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964, em Florianópolis. Percebe-se que, pelos dados apresentados até aqui, a cidade jamais esteve totalmente ausente ou completamente isolada das idéias e dos processos que se desenrolavam com vistas à modernização da sociedade brasileira. Os próprios interlocutores que mencionavam o atraso da cidade, tomavam esta situação como referência de comparação ao que sonhavam ou mesmo desejavam para a cidade.

Se a fisionomia urbana não acompanhava essa espécie de ansiedade com o “amanhã”, as práticas culturais já antecipavam um processo de mudanças de hábitos, condutas e expectativas. As obras de Cascaes dos anos 50 e 60, são uma demonstração, ao que parece, nítida, de que percebia-se ou, mesmo, pretendia-se que Florianópolis fosse diferente do que era. O imaginário transformava-se mais rápido do que as ruas estreitas da cidade poderiam comportar. Os carros ficavam paralizados na ausência de avenidas. As manchetes dos jornais apresentavam um mundo a beira da guerra nuclear, enquanto os habitantes mal tinham luz elétrica. Mas, como se vê, mesmo na ausência desses suportes materiais, as práticas cotidianas estavam sendo atingidas e modificadas.

Mas, está claro, foram nos anos 70 que construiu-se a idéia de que, finalmente, o futuro havia chegado. Nessa época Cascaes começou a trabalhar com outras ameaças ao futuro dos homens e, mais especificamente, da cultura das colônias pesqueiras da Ilha de Santa Catarina. À ameaça nuclear vinha somar-se a possibilidade de eliminação do equilíbrio ambiental, com a especulação imobiliária e os investimentos capitalistas que transformavam sua terra natal numa floresta de asfalto e grandes edifícios. O desenho “A bruxa grande”, de 1976, não é acompanhado por texto, mas o sentido é claro. Apresenta uma grande criatura feminina, com vários símbolos “bruxólicos”, conforme uma expressão cara ao autor, tais

³² RCM: Revista de Comunicação e Mercado. Florianópolis, jan-mar/1973, ano 3, n° 27. p. 30-32.

como a vassoura prendendo os longos cabelos e as ferraduras no peito. Um bruxa prostituta, com suas longas pernas à mostra, sua bolsa em torno do pulso, de onde retira moedas que são jogadas em seu caminho de destruição. Suas botas são edifícios de apartamentos, “favelas de rico”, que impiedosamente esmagam construções típicas da cidade de Florianópolis. O auge da construção civil na cidade, que modificou suas feições e verticalizou o centro, é retratado assim de um modo melancólico, ressaltando que o mundo perfeito e ideal havia acabado. Cascaes traz essa questão fundamental para entender as lutas de representação na cidade. O futuro só poderia trazer desgraças, pois a sociedade ingênua e harmônica que um dia existiu desapareceria completamente.

Certamente o que mais espantava o artista e talvez outros contemporâneos é que até então havia sido possível fixar no conjunto da população de Florianópolis a idéia de que, independente das diferenças sociais e das desigualdades entre ricos e pobres, vivia-se numa cidade homogênea e harmônica, onde todos podiam se encontrar nas festividades religiosas e nos comícios políticos. Os grupos hegemônicos adotavam práticas políticas que tendiam a escamotear as diferenças de classe em nome de uma possível preexistência no imaginário coletivo de uma ilha onde seus habitantes contribuíam para a paz da sociedade e respeitavam os preceitos e a autoridade indiscutível da Igreja Católica e dos grandes chefes políticos do PSD e da UDN. Florianópolis era representada como a cidade que respeitava a ordem e a autoridade, um mundo fechado e sem conflitos. Esse imaginário evidentemente não pôde mais ser sustentado no momento em que a cidade foi assaltada por uma onda de desenvolvimento capitalista e especulação imobiliária posta em ação com os investimentos turísticos. A urbanização acelerada e as desigualdades sociais intensificaram a quebra dos laços de sociabilidade até então existentes, dessacralizando as relações entre os diversos grupos sociais e fazendo aparecer com nitidez as diferenças de classe e a exploração a que era submetida grande parte da população, notadamente aquela a quem Cascaes dedicou sua atenção. Os grupos populares tornavam-se presenças indesejáveis nesse processo, caminhando para a marginalização.

“A bruxa grande” surge também como resultado de uma paulatina mudança nas formas iconográficas desenvolvidas por Cascaes, tendo iniciado em fins dos anos 60. Até então, seres fantásticos como as bruxas eram retratados “segundo uma simbologia relacionada

com a vida local das comunidades”, com feições plásticas que remetiam a “elementos marinhos, ondulações do mar, folhas de bananeira, implementos de trabalho”. Aos poucos, outras representações aparecem na constituição formal das bruxas, relacionando-as ao “asfalto, a eletrificação, a construção de prédios no lugar dos antigos casarios coloniais, os avanços tecnológicos como a ida do homem à Lua, a popularização da televisão, a construção da segunda ponte e a intensificação do turismo”³³. Fazendo isso, Cascaes experimentava a modernidade como uma experiência tão fantástica como a dos seres que imaginava e desenhava, numa magia de automatismos e possibilidades novas oferecidas pela técnica. Mas, a associação disso com as bruxas deixa claro qual a conotação pretendida: a modernidade é a nova bruxaria que pretende trazer malefícios ao povo ilhéu, desestruturando seus hábitos e crenças.

Juntamente com isso, pode-se entender também que o processo de modernização de Florianópolis foi uma ação de classe, com vistas à exclusão dos grupos populares em benefício das classes dominantes. A intensa e repentina urbanização que foi promovida em Florianópolis na virada dos anos 60 para os 70, provocou novos fenômenos sociais e diversas reações culturais ao processo. Nesse momento as elites dirigentes estaduais e municipais têm a intenção clara de dotar a cidade dos instrumentos que julgavam necessários para firmá-la como capital do Estado, tornando indiscutível sua posição, aparecendo então a idéia da grande metrópole urbana, centro de uma região super populosa e com todos os aparatos modernos para administrar o fluxo populacional gerado. Muito mais do que em outras ocasiões, as fontes dão a entender que os observadores começaram a perceber com mais frequência um aspecto novo, antes pouco explorado: a multidão. Tanto os cronistas da imprensa, quanto os planejadores governamentais e, certamente, o próprio Franklin Cascaes, anotam que a cidade deixou seu caráter calmo e tranqüilo, com ruas quase sempre tomadas pelas mesmas pessoas, rostos conhecidos com histórias pessoais reconhecíveis facilmente. Agora, surgem planos para grandes avenidas que disciplinem o fluxo de trânsito descontrolado, grandes edifícios, abertura de loteamentos em áreas afastadas do centro, capazes de receber e dar habitabilidade para milhares de novos moradores.

³³ SOUZA, Evandro André. Op Cit. p. 52.



Fig. 10: A Bruxa Grande
Franklin Cascaes (1976)
Coleção Elisabete Pavan Cascaes, Museu Universitário (UFSC)

Florianópolis passa de fato a perceber o fenômeno do anonimato urbano, da multidão silenciosa e da sensação de solidão nas ruas, experiências que a modernidade urbana registra em várias cidades em que ocorreu processo semelhante de urbanização massiva. Um processo que mais tarde seria ainda intensificado com a percepção de que a cidade começaria a ser habitada por moradores vindos de diversas procedências do país e do exterior, com hábitos totalmente diferentes. Mas, a imprensa e mesmo a literatura já registram, mesmo antes da intensificação desse fenômeno de chegada de “estranhos”, que algo mudava na pequena capital. Tornam-se mais comuns pequenas notas sobre o trânsito descontrolado, novas necessidades urbanas, lojas e supermercados oferecendo produtos em grande escala para um público que não mais encontrava as mercadorias que procurava no antigo mercado público. Sem mencionar um novo perfil da população, marcado pela formação cada vez mais marcante de uma classe média ávida por novidades vindas do centro do país. Um anúncio das Lojas Pereira e Oliveira de 1956 prometia uma “revolução nas cozinhas de Florianópolis”, com a substituição dos antigos fogões a lenha pelo “fogão a gás engarrafado”. Os hábitos tradicionais das donas-de-casa jamais voltariam a ser os mesmos, devido ao entusiasmo “pelo modo rápido com que preparam agora o almoço ou o jantar. E depois, que limpeza! Acabou-se aquele duro trabalho de limpar o fogão e as panelas”³⁴.

Em 1968, numa mesma edição, uma revista publicava uma matéria anunciando que “os mortos poderão gerar filhos” com o transplante de ovários e testículos de cadáveres, bem como reclamava que “a crescente do trânsito na cidade é sempre travancada pelas estreitas ruas que ainda ficam a dar aquele aspecto ‘medieval’ na ilha”, sugerindo que o rio da Avenida Hercílio Luz, a primeira grande obra urbanística da cidade, do início do século XX, fosse definitivamente coberto, para escoar os veículos³⁵. Interessante notar que, quando aquela avenida foi aberta, dentro do padrão de reformas urbanas marcadas pela higienização dos modos e usos coletivos dos séculos XIX e XX, tratava-se de escoar as águas servidas, afastar a população pobre que habitava as margens do rio e promover um alargamento das ruas da cidade com o fim de sanear e disciplinar a utilização dos espaços públicos urbanos.

Agora, quase nos anos 70, um novo padrão de reformas urbanas é demandado, com o fim de aumentar a velocidade dos veículos e intensificar todos os ritmos da vida

³⁴ A Gazeta. Florianópolis, 19/02/1956, n.º. 5.180, ano XXII, p. 1.

³⁵ Imprensa Nova. Florianópolis, mai/1968, ano 1, n.º 22, p. 01-18.

urbana. Em lugar do saneamento, pretende-se pôr como prioridade a idéia de que a vida numa cidade pressupõe antes de mais nada a experiência do desenraizamento completo e do anonimato das construções e serviços públicos, com a individualização dos usos e costumes. O “mundo da via expressa”, tal qual estava sendo criado em Nova Iorque pelo urbanista Robert Moses, era apenas um ruído muito distante, mas suas representações começavam a tornar-se muito importantes também na pequena capital catarinense³⁶.

A idéia de multidão passa a fazer parte dos discursos referentes à urbanização de Florianópolis. Uma cidade repleta de gente, correria, uma grande população tomando conta das ruas, ruídos urbanos de automóveis, buzinas, trabalhadores e suas máquinas erguendo novos edifícios, tudo passa a freqüentar os textos de cronistas e o noticiário dos jornais. A partir da metade dos anos 60, as avenidas Rio Branco e Osmar Cunha começavam a ser asfaltadas e preparadas para um fluxo de trânsito mais intenso, expandindo o centro da cidade que se dirigia cada vez mais à futura Avenida Beira-Mar Norte. Uma cidade em expansão e convergindo para um futuro consensual era tudo o que as elites dirigentes mais pretendiam apresentar naquele período inicial dos governos da ditadura militar. A antiga cidade estava em risco de desaparecer e não faltavam os que reivindicavam a derrubada de antigas obras.

Um cronista chegava mesmo a pregar a derrubada do edifício da Alfândega, um dos mais antigos e tradicionais do centro, que até hoje forma um conjunto com o Mercado Público, na área de comércio popular da cidade. Chamando o velho casarão de “monstrengo”, elencava uma série de adjetivos que no período desqualificavam qualquer equipamento urbano em desacordo com os novos tempos. O “sujo e velho” edifício não seria intocável porque “não é patrimônio nacional nem histórico e nada representa senão uma arquitetura sem gosto, sem significação alguma, que está pela sua velhice, plantado numa grande área da rua Conselheiro Mafra, atravancando o progresso da Capital e ocupando lugar que deveria ser aproveitado por alguma coisa útil e digna do progresso de Florianópolis”³⁷. Esse edifício do “tempo do óleo de baleia” não mais conviria a uma nova concepção de urbanização e de convivência urbana que se pretendia estar sendo estabelecida em Florianópolis. A multidão, este novo personagem que estava sendo percebido nas ruas da cidade precisava ser

³⁶ BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986. p. 273-330.

³⁷ O Estado. Florianópolis, 27/04/1966, n° 15.394, ano LI, p. 4.

enquadrada em novos espaços e sua velocidade ser controlada dentro de novos parâmetros que não mais os da antiga Florianópolis. Nessa mesma época, uma foto na primeira página do jornal O Estado apresentava um conjunto de pessoas abrigadas na calçada do edifício da Secretaria da Fazenda, apresentados aos leitores como “pobres, sem destino, itinerantes, estes indigentes acamparam no centro da cidade compondo um quadro de miséria e desolação”³⁸. Essas pessoas, pode-se refletir, perdidas no meio da multidão assustadora, representavam tudo o que não se queria para Florianópolis: eram pobres e sem destino, diríamos, sem futuro.

A multidão urbana, o conjunto descontrolado de pessoas vagando pelas ruas, formam uma imagem das mais fortes e freqüentes na história das cidades desde, pelo menos, a Revolução Industrial. Um “acontecimento inquietante”, como escreve Maria Stella Bresciani, referindo-se aos observadores de Londres e Paris no século XIX³⁹. Admiração e muito medo estiveram presentes nos olhares daqueles que encontraram nas ruas das grandes metrópoles seu cenário privilegiado para contar as novas relações sociais suscitadas por um ambiente estranho e assustador. O acaso, o descontrole, a escuridão e a sujeira, associaram-se com facilidade às multidões das grandes metrópoles, ora vistas como um perigo político, ora como uma turba anônima e sem qualquer ordem possível. As ilustrações de Gustave Dorè, um francês que deteve-se com muito interesse nos cenários londrinos, são bastante significativas dessa profusão de elementos novos que constituíram o imaginário urbano nos princípios da modernidade. Algumas de suas cenas de rua, com multidões na mais completa desordem, disputando os menores espaços possíveis, dão a entender cidades inteiras transformadas em Torres de Babel, referindo-se à experiência da diversidade da multidão, com as ameaças constantes de uma vida de perdição e dissipação de costumes, ou seja, a cidade como inferno. Por outro lado, há o fenômeno do movimento constante e desenfreado, movimento que não liberta mas, justamente ao contrário, encarcera os habitantes urbanos em espaços minúsculos, destituídos de qualquer contato com a natureza. A cidade moderna, enfim, transformou a rua na casa de muita gente. Por outro lado, há a mostra constante da miséria humana reunida nas cidades. Dorè não poupava a grande metrópole de uma visão que a identificava a um monstro e seus habitantes como vítimas indefesas de um ambiente infectado por sujeiras e desalentos.

³⁸ O Estado. Florianópolis, 18/05/1966, n° 15.409, ano LII, p. 1.

³⁹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 10.

O fenômeno da multidão e o que fazer para esquadrihá-lo foi um dos que mais chamaram a atenção dos agentes do Estado e dos urbanistas no século XIX e início do seguinte, procurando formas de conter e disciplinar tamanho perigo. Quase todas as grandes metrópoles do mundo ocidental e industrial passaram por processos extremamente traumáticos de reformas urbanas. Walter Benjamin foi um dos que primeiro se deteve ao processo de constituição de uma nova sensibilidade a partir da experiência da vida em grandes cidades, a formação de hábitos e práticas sociais necessárias para a sobrevivência em ambientes inóspitos e as novas possibilidades artísticas surgidas a partir do contato com essa profusão de relações pessoais tão diversificadas. Os personagens que surgiram em função dessa experiência de viver em cidades, a intensificação de novos sentidos, principalmente a capacidade de olhar e distinguir diferenças culturais e sociais a partir de pequenos símbolos que cada habitante urbano passou a portar em meio à multidão aparentemente indistinta, constituíram temas que chamam a atenção para os movimentos, as práticas e as representações que só o contato com a vida urbana podem tornar compreensíveis. A arte a serviço do comércio e da reprodução do capital, uma arquitetura que incorporava as novidades tecnológicas da indústria, conferindo novos significados para símbolos antes sacralizados, tudo constituindo uma forma de vida que demanda um esforço crescente de observação e adaptação de cada habitante urbano⁴⁰.

Mas, a Florianópolis dos anos 50 e 60 do século XX, passava por um processo de configuração de práticas urbanas de outra ordem. O imaginário urbano constituído na cidade, diferencia-se em sentidos muito importantes daqueles que apresentavam-se no início da modernidade ocidental. Uma outra forma de convivência urbana manifestava-se aos poucos, recebendo a influência de um mercado capitalista crescentemente monopolizado e que passou a ter sua dinâmica cada vez mais atrelada ao consumo frenético de mercadorias por uma classe média emergente. Para a classe média em formação na cidade a multidão nas ruas tinha o sentido não de perigo mas, pode-se afirmar, de sedução e mesmo de fascinação.

Contudo, há aqui um ponto de aproximação entre as metáforas urbanas antigas e as novas. Nessa reflexão, cabe recorrer a um texto de Sandra Pesavento sobre a cidade de Porto Alegre e seus “lugares malditos”, na passagem do século XIX ao XX. A autora identifica todo um vocabulário de “estigmatização urbana” que servia para designar e, ao

⁴⁰ BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In KOTHE, Flávio R. (org.). Walter Benjamin: coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1991. p. 30-43.

mesmo tempo, desqualificar certos lugares e regiões da capital rio-grandense. Trata-se de um esforço para “ler” a cidade para além de seu espaço físico, mas “partindo das palavras e imagens que a representam”. Os estigmas lançados sobre certas áreas, quase sempre partindo de um discurso moralizador e condenatório dos seus habitantes, geralmente membros das classes populares e negros, configuravam uma “alteridade condenada”. Com isso, punha-se em funcionamento uma operação discursiva em que a cidade desejada e regrada, com todas as suas normatizações e, acima de tudo, burguesa, passava a existir em função de seu outro: os lugares excluídos e discriminados, habitados pelos pobres. “Becos”, “espeluncas”, “cortiços”, “porões” e uma série de outras designações apareciam carregadas de uma condenação discursiva que acabava sendo talvez mais importante do que a própria situação física propriamente dita de cada lugar. Tratava-se de uma condenação apriorística, baseada nos princípios de moralidade burguesa, higienização e normatização de condutas próprias da época⁴¹

Convertendo a idéia de “alteridade condenada” para a Florianópolis da segunda metade do século XX, verificam-se certamente inúmeras dissonâncias. Já havia sido superado o discurso meramente moralizador. As regras higiênicas e as condutas urbanas burguesas que há muito vinham sendo difundidas e se tornado hegemônicas na cidade, deveriam atingir todo o conjunto de grupos populares que continuavam mantendo hábitos coloniais, mas segundo a estampa de novos tempos e somando-se a outras exigências sociais. Agora outros símbolos sociais deveriam distinguir os habitantes em meio à multidão. Não mais apenas aqueles que atribuíam um caráter moralista ou que classificavam cada grupo social dentro de uma estratificação rígida de classes, mas fundamentalmente a alteridade deveria dar-se entre a cidade antiga, atrasada, ultrapassada, popular, do passado, enfim, em contraposição à cidade que se desejava, rica, progressista, moderna, classe média e apontada para o futuro.

Uma linguagem condenatória abateu-se sobre a velha capital e seus casarões, apresentados como símbolos do passado. Adjetivos como sujos, feios, velhos ou ruinosos foram atribuídos a esses edifícios, enquanto a cidade como um todo era envolvida pela idéia tornada condenável de cidade presa ao passado. Imaginava-se libertar Florianópolis dessa

⁴¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). In Revista Brasileira de História: infância e adolescência. São Paulo: Anpuh/Humanitas/UERJ, v. 19, n° 37, 1999, p. 195-216.

prisão e permitir que o futuro a tocasse. Portanto, nessa multidão que agora tomava as ruas da cidade, era necessário sobressair-se adotando os símbolos do futuro, a fim de não mais ser estigmatizado. Comprar um aparelho de televisão, para tentar captar as bem pouco nítidas imagens que chegavam de Porto Alegre ou acreditar na implantação de uma emissora local, cuja primeira tentativa em 1964, logo frustrou-se, era uma dessas atitudes que definiam a “experiência espetacular” de viver um mundo novo. Além do mais, afirmava-se em 1965 que “um número bem grande de prédios novos estão em fase de acabamento em vários pontos do perímetro urbano e arrabaldes”, dando a Florianópolis o “aspecto de uma grande cidade”⁴².

O espetáculo da cidade, com a multidão tomando conta das ruas e a fascinação pelas possibilidades do novo, tornam ainda mais significativas e importantes as imagens e os discursos de Franklin Cascaes. O artista tentava a todo custo retratar uma cidade em vias de desaparecimento, ao mesmo tempo em que suas obras surgem como um olhar dissonante em meio ao discurso hegemônico. Quando foi iniciada a obra da segunda ponte ligando a Ilha ao continente, reclamava que a draga que estava realizando o serviço de aterramento retirava mananciais de areia que levariam ao desaparecimento do “nosso baixio viveiro de camarões, siris e berbigões da foz do Rio Tavares”. E perguntava: “será que a natureza não vai se incomodar, meu caro senhor homem de argila divina crua, com a retirada de areia daquele manancial?”⁴³

O mais interessante é que Cascaes, com o passar dos anos, foi sendo aos poucos incorporado entre as personalidades marcantes da cidade, sendo que suas obras, especialmente aquelas que emanavam um conteúdo místico, com as referências às suas bruxas, foram adotadas como símbolos turísticos da Ilha de Santa Catarina, que passaria a ser chamada em *folders* publicitários como “ilha das bruxas” ou “ilha da magia”. Reverteu-se aos poucos a postura rigorosamente conservadora e o catolicismo ortodoxo e condenatório da sociedade moderna presente na obra de Cascaes, adotando-o como referência básica para a cidade moderna apresentada aos turistas. Tratou-se, assim, de folclorizar Cascaes, esvaziando o conteúdo de sua anti-utopia, de seu passadismo.

⁴² O Estado. Florianópolis, 10/10/1965, n° 15.266, ano LI, p. 2.

⁴³ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 02. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

Lojas PEREIRA OLIVEIRA
MÁXIMO CONFORTO PARA SEU LAR

Eletrodomésticos
 Máquinas de lavar, aspiradores, secadoras, etc.

Cadeiras de mesa SPEDA
 Truques para guardar, mesas com 10, 12 e 14 lugares, modernas e confortáveis.

Móveis modernos SPEDA
 12 lugares, modernos e confortáveis. Móveis planejados.

Máquina de costuras PHILIPS
 Máquinas de costura modernas e confortáveis.

Geladeira
 Máquinas de geladeira modernas e confortáveis.

Forno a gás
 Máquinas de forno a gás modernas e confortáveis.

LEOHAN GIBBLETT'S ALUMINUM

vendem o melhor porque vendem artigos das melhores marcas!

LOJAS PEREIRA OLIVEIRA

Rua Cons. Mafra, n.º 6 - Tel. 23-58 Rua Trajano, n.º 23 - Tel. 23-54

Fig. 11: A nova casa da classe média
 (O Estado, 28/09/1958)

A referência às bruxas, em particular, é bastante emblemática desse processo. Seres fantásticos e aterrorizadores, sempre apresentados como ameaças ao equilíbrio e à tranquilidade dos pacatos moradores do interior da Ilha, as bruxas eram o “outro”, o terrível, num universo radicalmente cindido entre bem e mal. A harmonia absoluta das práticas culturais da população simples estava sempre ameaçada pelo mal representado por bruxas aladas e nem sempre invisíveis que constantemente vinham perturbar o equilíbrio de bonomia reinante nessa Ilha que o artista imaginava. Além das bruxas, os boi-tatás e outros seres também povoavam o universo invisível que atuava sobre o mundo dos homens. Heloísa Espada analisa os desenhos fantásticos de Cascaes, mostrando que este “representou o sobrenatural a partir de uma forma que fazia parte do ambiente descrito na estória que haviam lhe contado. Para o artista, o medo dos fenômenos desconhecidos levava as pessoas a confundir os elementos do cotidiano com assombrações e, assim, uma folha de bananeira podia parecer um fantasma”⁴⁴. Suas bruxas estavam em constante atuação, sempre procurando formas de desestabilizar a ordem, ou seja, o bem representado pelas comunidades pesqueiras. Em várias passagens de seus escritos, o artista refere-se a estes seres que poderiam estar em qualquer lugar do universo, como no “Planeta Éros”, realizando uma “serenata diabólica” regida “pelo cupido Lúcifer Cósmico e cupido Lúcifer Terrículo, assistidas pela friagem fisionômica da lua cheia dos últimos anos do século XX”⁴⁵.

As bruxas foram um tema que Cascaes explorou em profundidade. Sobre as preferências sexuais desses seres, afirma que elas precisavam de abundante “esperma quente, rico em espírito erótico” para terem “bebês demoníacos para levantar a continuidade da espécie satânica e bruxólica que está desaparecendo nesse século da tecnologia”⁴⁶. Numa época de “anjos mecânicos”, os elementos primordiais do mundo encantado que povoava a Ilha, necessitavam ainda mais de suas práticas escatológicas e assustadoras. Novamente aspectos de uma visão de mundo dominada por referências religiosas conservadoras e tradicionais, com a condenação do sexo, que aparece como prática impura realizada por

⁴⁴ ESPADA, Heloísa. Op Cit. p. 74.

⁴⁵ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 56. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴⁶ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 43. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

mulheres bruxas, sempre à procura de desestabilizar o universo, inclusive as relações de gênero reinantes nas comunidades, ao subverterem práticas e invadirem domínios exclusivamente masculinos, rompendo com certas restrições como as que impediam as mulheres de terem contato com instrumentos de trabalho dos homens e frequentassem os espaços de sociabilidade masculina.

Talvez haja aí uma condenação de práticas sociais, familiares e sexuais mais frouxas e não regidas pela normatização de condutas burguesa, observadas nesse contingente dos grupos populares da Ilha de Santa Catarina, cujas formas de convivência ainda eram refratárias ao discurso moralizador de um católico fervoroso como Cascaes e aos dispositivos disciplinares modernos. Por outro lado, não é possível afirmar, mas o autor também poderia estar se referindo às práticas de inseminação artificial que eram apresentadas nos jornais como pequenas amostras do futuro perturbador que estava por vir. Já em 1953, uma conferência realizada na cidade teve como tema “o amor no ano 2000” e apresentava “a inseminação e sua prática entre os seres humanos”. O amor tenderia a desaparecer, na medida em que “a ciência materialize os homens, criando sistemas artificiais e impróprios de gestação na mulher, com prática cada vez mais em voga em certos países da Europa”. As mulheres estariam “se submetendo aos processos de inseminação artificial, concebendo seres humanos que desconhecem a identidade masculina, contrariando desse modo, os desígnios da natureza”. Nesse futuro aterrorizador, “a ciência será capaz de criar encubadoras, em que sejam selecionados e criados um certo número de gênios, que serão destinados a evoluir a humanidade em todos os setores”. Tudo estaria fora de controle e a humanidade condenada, no momento em que esses gênios “não se conformarem com seus estado de gênio e desejarem ser gentios, a fim de sentirem a razão de ser da vida, desejando lutar por seu próprio progresso”⁴⁷. Pode-se perceber ecos desse conjunto de imagens e visões do futuro e, principalmente, do mítico ano 2000, em toda a ficção científica barata ou mais elaborada que veio a ser produzida desde então.

Essa visão fantástica da vida e do futuro, certamente fascina e, se não se tomar um certo cuidado, pode-se começar a estabelecer relações sem muita consistência entre essas

⁴⁷ A Gazeta. Florianópolis, 28/08/1953, n° 4.484, ano XX, p. 6.

diversas imagens. Mas é importante reafirmar o quanto esses aspectos da obra de Cascaes estão impregnados por uma postura de recusa das transformações tecnológicas e, nesse caso, as bruxas e outros seres míticos representantes do mal sobre a terra surgem como uma forma de o artista dar vazão a uma visão de mundo regida pelo temor de que o caos venha a se estabelecer e quebrar a ordem e a harmonia. Esses elementos demoníacos e desestabilizadores, que levavam Cascaes a afirmar que a Ilha estava “embruxada” quando mencionava as mudanças que a modernização da cidade trazia, a partir de um certo momento começam a ser tomados como símbolos de Florianópolis e Cascaes se transforma numa espécie de mago ocultista, “amigo de assombrações”, numa exploração de sua imagem a partir exatamente daquilo que mais parece ser o oposto de tudo o que sua obra pretendia afirmar. Todo o mal representado pela bruxa modernidade, pela bruxa especulação imobiliária, pela bruxa que transformava hábitos e costumes antigos, tem seu sentido invertido e a Ilha das bruxas aparece, saudando turistas e aberta para o capital mais agressivo.

Essa operação de ressemantização da obra de Cascaes ocorreu a partir do momento em que se intensificaram na cidade os processos que tanto indignavam o artista, com a urbanização crescente, a especulação imobiliária e a perda de traços culturais característicos da população. Tomando por referência a Praça XV de Novembro, a mais importante e central da cidade, Lisabete Coradini apresenta alguns elementos que em seu ponto de vista constituíram novas formas de apropriação do espaço urbano e de socialização, a partir das transformações ocorridas em Florianópolis a partir da década de 1950. Relatando a memória construída sobre a época, apresenta as lembranças de alguns jornalistas que dão a entender que a cidade parecia um grande paraíso, com a vida social marcada pela boêmia circulando livremente no centro da cidade. A elite corria todos os verões para a praia da Saudade em Coqueiros e a cidade entusiasmava-se com o carnaval de rua. Tal memória “encantada”, evidentemente deve ser muito relativizada. Até porque, pelo que as fontes demonstram, aos olhares contemporâneos, a cidade aparecia de um modo bastante diferente.

Aos poucos o centro da cidade foi tomando uma nova configuração e adquirindo novos contornos sociais. As antes tão conhecidas e familiares caras, foram se misturando aos poucos com a multidão indistinta, agora também acentuada pela chegada dos

“estranhos” visitantes, turistas ou simplesmente novos moradores que vieram trabalhar nas estatais que estavam sendo implantadas na cidade e na universidade federal. Coradini verifica como novos personagens passaram a ocupar o espaço físico do centro da cidade e a praça XV foi sendo tomada por artesãos, *hippies*, homossexuais e outros freqüentadores que davam uma dimensão nova para o ambiente. Vozes e ruídos apressados misturando-se para formar um som só reconhecível por quem estivesse adaptado à cultura urbana⁴⁸.

Essa nova teia de relações sociais ampliava em muito, até o ponto de rompê-los, os antigos laços que serviam como referências de relações sociais na cidade. Era como se houvesse uma fadiga estrutural do conjunto de práticas urbanas presentes em Florianópolis desde há muitos anos. Os símbolos antes consensuais e aceitos com tranqüilidade como pontos de convergência dos habitantes, aos poucos passavam a ter sua importância relativizada, como o respeito às relações de dependência aos antigos chefes políticos e às linhagens oligárquicas, bem como a certas cerimônias da igreja católica, em especial as procissões, nas quais a população se encontrava e se reconhecia. A impessoalidade tomou conta das ruas, sendo que a população aos poucos começa a perceber que o fluxo de visitantes que vinham para conhecer a paisagem da Ilha de Santa Catarina, cujo movimento era bastante restrito até metade dos anos 60, ampliava-se gradativamente, tornando-se uma fonte econômica cada vez mais importante.

Márcia Fantin, verifica que essa passagem começou a ser reconhecida como uma “experiência de perda da cidade”, pelos autodenominados “nativos”, opondo-se aos “estrangeiros”. Para a autora, construiu-se o discurso de que “a cidade não é mais só dos ‘seus’. Não é mais só daqueles que aqui nasceram”. E o mais importante: “ela passa a ter outros ‘donos’, passa a ser compartilhada por outros moradores”. A percepção em torno da cidade sofre mudanças, na medida em que esses “estranhos” procuram encontrar na cidade “um lugar para realizar seus sonhos, viver utopias, buscar qualidade de vida rareada nas metrópoles; outros que vieram em busca de um simples pedaço de chão e de um modo de ganhar a vida; outros que passam a disputar o amor pela e da cidade”⁴⁹. Projetos diferentes

⁴⁸ CORADINI, Lisabete. Redes de sociabilidade e apropriação do espaço em uma área central de Florianópolis. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em Antropologia Social), 1992. p. 150.

⁴⁹ FANTIN, Márcia. Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. p. 35-46.

começam a ser desenvolvidos em Florianópolis. Percebe-se que ocorria uma diversificação cada vez mais significativa de olhares em relação à cidade.

Mais ainda. Estava ocorrendo a demarcação muito mais rígida e clara entre uma população pobre e excluída — com ritmos e formas de vida próprios — e as camadas médias e burguesas, agora regidas muito mais pelos novos processos desencadeados pela expansão capitalista na Ilha de Santa Catarina. Apareciam no cenário de Florianópolis grupos cujos códigos sociais passavam a ser cada vez mais decorrentes de normas burguesas de condutas urbanas e individualistas, passando por um maior controle dos laços familiares e por exigências quanto à disciplina do trabalho e higiene, os quais procuravam distinguir-se do conjunto da população da cidade, cuja formação social, expressões mentais e práticas cotidianas remontavam aos tempos coloniais.

A idéia, alimentada por Cascaes, de uma cidade que, nesse imaginário, vivia em harmonia e onde a população formava uma grande comunidade ligada por laços afetivos e religiosos, estava em franca crise. De um momento para o outro, percebia-se que Florianópolis formava uma sociedade cindida em classes sociais, onde justamente a população do interior da Ilha e da periferia urbana estava em acelerado processo de exploração e marginalização. A chegada dos “estrangeiros”, ou seja, de uma classe média que provinha de outros centros urbanos, muito maiores e com experiências de relacionamentos sociais marcados em grande parte pela demarcação precisa entre classes, tornava a situação de exclusão dos grupos populares da Ilha de Santa Catarina ainda mais evidente. A sociedade de Florianópolis não mais podia ser vista a partir da torre da Catedral Metropolitana como uma grande procissão em que ricos e pobres, harmonicamente, louvavam suas tradições coloniais. Era chegada a hora de ver uma cidade capitalista e profundamente desigual. Uma cidade que Cascaes rejeitou.

Peça importante dos mecanismos políticos e simbólicos que foram desencadeados a partir de então, a obra de Cascaes acabou sendo utilizada como um dos suportes mais importantes para a construção do “manezinho”, ou seja, do pobre e excluído, nativo da Ilha de Santa Catarina ou de seu litoral adjacente, cujas práticas sociais e seus hábitos mais corriqueiros passaram por um processo de folclorização a partir da década de

1960. Caracterizados a partir de suas curiosidades, trejeitos e bizarrices, os “manezinhos” perdem dessa forma sua condição de classe popular e explorada, párias rejeitados pela sociedade, para assumir o papel de símbolos da cidade, ou melhor, do bloco de poder dominante que controla Florianópolis. O que antes era um tratamento pejorativo e depreciativo em relação aos populares do litoral, tornou-se um valor a ser saudado e celebrado, um título que deveria conferir reconhecimento social. Tratados com aversão pelos moradores recentes da cidade, que lhes exigem maior disciplina social e noções de trabalho e responsabilidade burguesas, essa classe popular tornou-se ainda mais importante no jogo político da cidade, transformada em instrumento de manobra dos partidos conservadores que sempre detiveram a hegemonia política em Florianópolis em sua disputa para se manter no poder contra os novos atores sociais que entraram em cena com o crescimento urbano.

Foi uma forma encontrada para construir uma identidade entre dominantes e dominados com vistas a combater o “perigo” representado pela chegada do “outro”, ou seja, dos novos moradores que trazem outras regras de convivência e outras práticas políticas, pondo em risco a manutenção do bloco de poder de Florianópolis. Assim, há uma cidade invisível, composta de classes populares exploradas por uma elite política e empresarial encastelada no poder, mas que não aparece na imprensa, nas estatísticas sociais e nos mecanismos de divulgação do discurso dominante, os quais são utilizados para criar a imagem de uma cidade de “manezinhos”. O resultado é que “manezinho vota em manezinho”, mantendo intactas as relações de poder. O mais grave é que as alternativas de sobrevivência dessa população se tornaram cada vez mais escassas, relegando-as a uma dupla exclusão: por parte da elite política, são apenas contingentes eleitorais a serem arrebanhados através de favores e de redes de amparo social e caritativas que não escondem seus objetivos de controle social e manutenção do status quo; os “estrangeiros” ou nova classe média e alta, os tratam como curiosidades exóticas da “Ilha da Magia” ou simplesmente os excluem de seu convívio, formando guetos e condomínios fechados, nos quais a presença de “manezinhos” não é bem vinda.

Contraditoriamente, ao passo em que se positivou a idéia de “manezinho”, aqueles que dão o suporte material para a formação deste personagem, tornaram-se vítimas da

expansão capitalista no litoral e explorados ao extremo. Os donos da cidade, apesar de se identificarem como “manezinhos”, nada fizeram para conter esse processo, contando com um importante instrumento ideológico que permitiu-lhes esquivar-se e tangenciar a questão de que Florianópolis é uma sociedade de classes e que os tais “manezinhos” fazem parte justamente da classe mais aviltada e explorada da cidade, juntamente com os habitantes dos morros e favelas, em grande parte afrodescendentes. Enfim, enquanto todos se identificam como “manezinhos”, evita-se tocar na questão do conflito social e da exclusão de uma parcela enorme da sociedade florianopolitana⁵⁰.

Cascaes foi um dos principais interlocutores ao longo dessa trajetória. Em alguns desenhos é possível acompanhar como foi aos poucos ocorrendo um sentimento de perda da cidade, perda dos antigos hábitos, acompanhado por uma angustiada visão de mundo marcada pela desesperança em relação ao futuro. Sua obra localiza-se nesse espaço de tempo fundamental para Florianópolis, quando o futuro passa a ser o principal personagem e tema dos discursos que envolviam a cidade. A partir de então, as posições até poderiam ser as mais diferentes, mas não deixavam de pôr em pauta as questões que envolveriam a cidade nos anos que viriam. Entre a euforia e o pessimismo completo, Florianópolis passou a ser um laboratório para as mais diferentes experiências, situando-se numa transição entre rural e urbano, provincianismo e cosmopolitismo, ordenação ou caos total. Concepções divergentes de cidade passaram a disputar espaço. Projetos que logo se transformariam em práticas e que seriam vislumbrados através de representações de uma cidade desapegada de seu passado dito atrasado e arcaico, ansiosa pela chegada de um futuro moderno.

Essa reflexão põe em cena uma vez mais que a cidade é um fenômeno cultural.

Ou seja, a cidade, pelo menos em sua modalidade moderna e ocidental, não é sua composição física, mas o conjunto de práticas e representações que formam o que chamamos de

⁵⁰ Este discurso mostrou toda a sua eficiência nas eleições municipais de 1996, quando ocorreu o confronto entre o candidato de esquerda Afrânio Boppré, do Partido dos Trabalhadores e da candidata conservadora Ângela Amin, da coligação PPB-PFL, ou seja, dos antigos PSD e UDN. No momento de maior disputa, a candidatura de direita apelou para o discurso de que representava os “manezinhos”, enquanto que a esquerda estaria representando “os de fora”, principalmente os gaúchos. A vitória da direita pode ser creditada em grande parte a essa relação identitária que os grupos hegemônicos conseguiram construir com a população mais pobre da cidade, mantendo-a sob seu domínio simbólico e material. O interessante é que nem Afrânio era “de fora”, sendo natural de Florianópolis, tampouco Ângela era uma “manezinha”: nasceu no Vale do Itajaí, descendendo de alemães. Ver a respeito: FANTIN, Márcia. Op cit. p. 179-193.

urbanidade ou de uma certa capacidade construída por multidões de seres humanos para conviverem numa aglomeração ordenada segundo certos princípios fixados desde o início da modernidade. A cidade põe em cena a diversidade e o problema da convivência com as múltiplas diferenças em espaços aparentemente indistintos, mas onde as barreiras sociais e culturais são muito mais importantes dos que as físicas. Até porque, tão importante quanto a cidade é o discurso que a representa e que serve como parâmetro para seus moradores e para aqueles que a vêem de fora. No caso de Florianópolis, Cascaes, conscientemente ou não, estava sendo um receptor e também um transmissor de um processo de transformação profunda no modo como Florianópolis começava a apresentar-se para os “seus” e para os “outros”.

Numa outra série de desenhos, Cascaes apresenta a “fuga para o deus asfalto”. Destaca-se aqui uma obra em que o artista apresenta o que a seu ver seria o fim da pesca artesanal. São tainhas em procissão na Barra da Lagoa, deixando o que seria seu espaço tradicional e indo em direção da cidade, cheia de edifícios e confusões. Outro aspecto interessante é o recurso à procissão, num momento em que ritos adventícios como este estavam desaparecendo. Entende-se como é no passado que está a utopia do artista, não no futuro. Em sua perspectiva, foi nos tempos idos que existiu um mundo bom, mas os homens guiados pela sede de lucro e encantados com as bruxas maléficas, destruíram-no. Essa “saudosa procissão” estava tomando o rumo de outras manifestações. Em suas anotações, há referências ao desaparecimento ou modificação de certas práticas correntes entre o povo.

Por volta de 1960, referindo-se à festa do Divino Espírito Santo, que diversas comunidades realizam até hoje, afirmava que em todas as igrejas em que fazia seus “estudos folclóricos”, realizados principalmente “nos dias dos festejos”, observava-se que “a organização primitiva e real das festas” vinha sendo “dia a dia alterada”. Além disso, “a maravilhosa parte artística das nossas Igrejas” estava em decomposição, com o roubo ou a venda de obras. Faltaria a educação dos sentimentos, desenvolvendo a percepção do belo. Por isso, apelava ao clero para que fizesse voltar “aquela beleza tradicional que caracteriza a

parte profana das festas do Divino”⁵¹. Em outra ocasião, dirigia-se ao bispo de Florianópolis, pedindo que este interrompesse a vaga de derrubadas de templos católicos, o que seria intensificado nos anos 70. Já haviam sido demolidas pequenas igrejas centenárias em áreas como Ingleses, Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras, Estreito e Saco dos Limões. Outras ainda viriam. Não concebia como isso poderia ser praticado “neste imenso Brasil com tanta terra desocupada”, mas onde “só pensamos em derrubar tudo, como se o passado não estivesse vivendo dentro do presente para que ambos nos informe o futuro”. As gerações seguintes dependeriam da preservação de expressões de um mundo em desaparecimento. Cascaes pensava o futuro com pés fincados no passado, imaginando que “a posteridade muito vai agradecer cultural e espiritualmente” o esforço para a manutenção das tradições religiosas da ilha⁵².

Sua relação com a cúpula da Igreja católica em Florianópolis parece não ter sido das mais pacíficas, a julgar pelas anotações que deixou. Sempre em nome de um cristianismo popular e ortodoxo, insurgia-se contra atitudes modernizadoras dos ritos canônicos, as quais não passariam da instauração de uma “devoção dinheirista e caolha”, referindo-se explicitamente à venda e mercantilização de artigos sacros. Nos anos 70 referia-se com indignação aos “padres bossa nova” que a seu ver seriam capazes de celebrar missas em bares e churrascarias. Concluía que, continuando assim, “breve teremos arrastapé dentro dos templos brasileiros”⁵³.

O artista era seguidor das tradições do catolicismo mais ortodoxo, defendido e implementado pelo Arcebispo metropolitano, Joaquim Domingos de Oliveira. Nascido em Portugal e profundamente conservador, mantinha a continuidade de certas práticas e rituais desde o início do século XX, fazendo sempre valer sua autoridade em todos os âmbitos da vida de Florianópolis. Cascaes o admirava e costumava comparecer às procissões e a todos os ritos da Igreja, inclusive construindo grutas, como as várias espalhadas por todo o litoral de Santa Catarina. Era muito atraído pela arte sacra presente nas capelas da Ilha e nos oratórios

⁵¹ CASCAES, Franklin. *Manuscritos. Caderno 52*. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵² CASCAES, Franklin. *Manuscritos. Caderno 42*. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵³ CASCAES, Franklin. *Manuscritos. Caderno 67*. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

que os habitantes possuíam em casa. Membro de uma certa Liga de São Pedro, formava grupos para irem às comunidades do interior e levar caridade, além de pregar as obrigações religiosas, através de procissões, difundindo discursos moralistas. Depois da morte de Dom Joaquim e a partir do Concílio Vaticano II, que pretendeu modernizar as práticas católicas e procurar um novo relacionamento com a sociedade, reduzindo a ritualística e incentivando a participação social dos religiosos, a reação de Cascaes foi de afastamento completo da Igreja. Via sempre com reservas e, não raro, com hostilidade os padres de descendência alemã e italiana que começaram a assumir postos no clero florianopolitano, por pretenderem intervir nos hábitos das comunidades da Ilha e afastarem os fiéis devido ao desrespeito à religiosidade popular⁵⁴.

Essa população tornava-se também alvo das intervenções de investidores capitalistas e obras públicas no interior da Ilha, visando incrementar o turismo e provocar a concentração de riquezas. Uma ponte a ser construída na localidade de Fortaleza da Barra da Lagoa, substituindo outra mais antiga, aparecia na descrição do artista como “um homem de côr, de tamanho descomunal, que alcançava de uma só pernada as duas colunas da ponte em ruínas”. Este seria “o futuro colosso da Lagoa da Conceição desta Ilha das Fadas rendeiras e das grandes e frondosas figueiras”. Por outro lado, um boi-tatá passeava no Canto da Lagoa lamentando o desaparecimento das “praias brancas” devido às “cêrcas de arame farpado” e aos “muros de pedra”, impedindo o acesso “a todos que a visitam” e “enfeando quase que as sessenta praias da Ilha de Santa Catarina”⁵⁵.

O desenvolvimento da indústria turística em Santa Catarina despontava nos discursos governamentais e em práticas empresariais, logo disseminando-se na imprensa e outros meios. Cascaes utilizava-se em certos momentos dos próprios argumentos dos defensores da expansão turística para defender a preservação de aspectos antigos da cidade. Afirmava por exemplo que se os fortes coloniais da ilha “já não estivessem quase desaparecidos, os turistas teriam muitas belezas técnicas e históricas” para “reviver”⁵⁶. Isso provavelmente não significava o engajamento do artista no discurso que começava a tornar-se hegemônico, mas demonstra que a cidade não mais conseguiria ficar imune a propostas de futuro que a conduziriam a desfigurar-se como recanto ambiental intocado.

⁵⁴ COELHO, Gelci José. Op Cit.

⁵⁵ CASCAES, Franklin. *Manuscritos. Caderno 86*. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵⁶ Ibid.

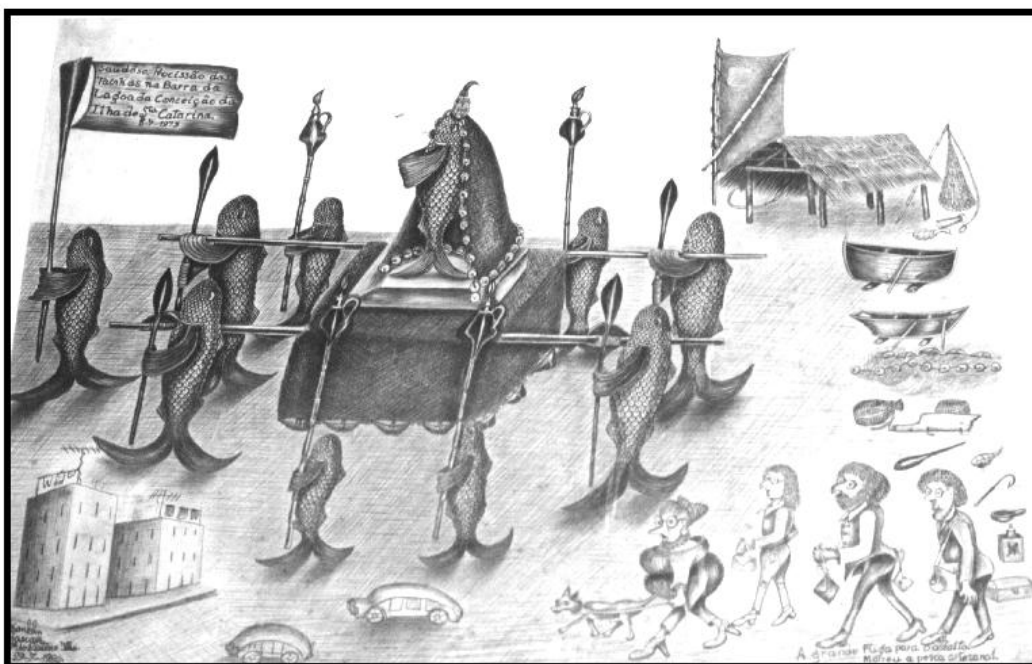


Fig. 12: Fuga para o deus asfalto: morreu a pesca artesanal
 Franklin Cascaes (anos 70)
 Coleção Elizabete Pavan Cascaes, Museu Universitário (UFSC)

Acentuando uma oposição entre cidade e campo, ou entre aparatos tecnológicos urbanos e o modo de viver das comunidades do interior da ilha, o artista empreendia a construção de uma representação sacralizada da natureza e das pessoas que conviviam no ambiente rural e pesqueiro ilhéu. Valorizando os processos tradicionais de trabalho, desde a plantação até a produção de farinha de mandioca em engenhos coloniais, o que é fartamente verificado em suas esculturas, Cascaes aproxima-se da poesia e literatura bucólicas freqüentemente retomadas em épocas e contextos diferentes. Raymond Williams verifica que no momento em que a agricultura inglesa sofria intensos processos de transformação e modernização, com a introdução de inovações técnicas e novas relações de produção, começava a ser valorizada a vida campestre nos textos literários. Muitas versões tiveram inspiração ainda nos gregos, com Hesíodo e sua obra “Os trabalhos e os dias”, no século IX a.C., que apresenta uma “epopéia da lavoura”, num contexto “em que a prudência e o esforço são considerados as virtudes fundamentais”. Essa vida sem dores, só seria ameaçada pela estrutura mítica da “caixa de Pandora”, portadora de todos males, inclusive o pior de todos: “o trabalho árduo”. A vida camponesa marcaria assim uma Idade do Ouro perdida, sendo que a imagem de um futuro perverso e danoso para todos estaria constantemente à espreita. Posteriormente, no primeiro século da era Cristã, Virgílio apresenta a imagem de que será possível a restauração de tudo o que foi perdido num futuro próximo em que se daria o “segundo advento da Idade do Ouro” e a libertação dos homens para uma vida idílica⁵⁷.

Segundo Eric Hobsbawm, o século XX marcou “o fim dos sete ou oito milênios de história humana iniciados com a revolução da agricultura na Idade da Pedra”, encerrando “a longa era em que a maioria esmagadora da raça humana vivia plantando alimentos e pastoreando rebanhos”⁵⁸. A urbanização crescente das sociedades industriais, gradualmente extinguiria a produção de subsistência e o modo de vida daí decorrente, bem como os sujeitos sociais envolvidos. Contudo Williams aponta que, apesar das transformações materiais, houve a persistência ao longo do tempo de um tipo de representação sobre a vida

⁵⁷ WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 27-38.

⁵⁸ HOBBSAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 18.

campestre que sempre caracterizou-se pela afirmação de ritmos lentos, estruturas sólidas e preservação da natureza⁵⁹. Em relação ao movimento frenético das cidades, ganhava contornos atraentes uma forma de vida associada à paz e tranquilidade, mantendo a perspectiva de reencontrá-la no futuro. Surgiu um conservadorismo romântico que, entre outros, nutriu o nazismo, tendo a expectativa de erguer um certo mundo “novo” a partir da construção imaginária de valores que supostamente teriam existido num passado remoto.

Uma enorme quantidade de imagens foi elaborada pela modernidade ocidental apresentando a vida simples do homem do campo com ares nostálgicos, em contraste com a vida em cidades povoadas por pobres e miseráveis. É possível encontrar em vários episódios contados por Cascaes algumas referências a essa oposição entre campo e cidade. Em certo momento, escreve sobre um senhor chamado Olavo, que espantava-se ao ouvir “que aí prá essas banda de fora, condo o pagão vem ao mundo e não chora, êles metem um aparêio pela guela a baixo, e ele grita na hora e não morre”. Mas será que isso não seriam apenas *babuzera* de gente da cidade?. Gente que agora estava querendo mudar o modo de criar galinha e produzir ovos e que já não queriam mais comprar a farinha de mandioca produzida nos velhos engenhos⁶⁰.

3.3. A luta pelo sagrado

Se a vida simples das populações litorâneas estaria ameaçada pelos males modernos, a procura por saídas para evitar o fim definitivo do homem poderia estar no contato com outros planetas. Além de personagens como Hobárcu, a corrida espacial certamente influenciou alguns outros desenhos. Recorrendo às bruxas, o artista empreendia uma ligação imaginária com outros componentes do universo. Um desenho de 1961 mostrava as “mulheres bruxas terrícolas e selenitas”, que conseguiam comunicar-se por cabos e postes telefônicos “transcendentais” estendidos desde a terra até a lua. Três bruxas aparecem “sentadas sôbre os famosos elementos de superstição”, podendo-se identificar entre estes, uma ferradura e um trevo de quatro folhas. Esse “serviço telebruxólico” surge como mais um das formas típicas utilizadas pelo artista em seu simbolismo.

⁵⁹ WILLIAMS, Raymond. Op Cit. p. 21-25.

⁶⁰ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 81. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

Uma mistura de elementos míticos com doses de ciência, evidenciada pelo serviço “telefônico”, formando um conjunto em que o imaginário aparece como instrumental necessário para intervir nas discussões que eram travadas naquele momento com respeito à corrida espacial. Em princípio, não há como localizar no tempo as idéias básicas do desenho. As bruxas realizam este trabalho desde sempre, apoiadas nos “poderes sobrenaturais que os homens terráqueos lhes conferem”, com “aeropostes” que estão “colocados sobre satélites que também se beneficiam do serviço telespaerosco”⁶¹. Mas não há como não relacionar a temática escolhida para a obra com os procedimentos tecnológicos da sociedade industrial que chegavam a Florianópolis. As ligações telefônicas modernizavam-se na cidade e já era anunciado um moderno serviço de “micro-ondas” como o que estava sendo instalado no Rio Grande do Sul, ligando Porto Alegre às praias. Sugeria-se que dentro de pouco tempo os dois estados poderiam finalmente estar conectados⁶². Certamente, ainda faltaria muito para chegar a uma ligação entre a Terra e a Lua, proposta por Cascaes e suas bruxas. Mas já seria um bom começo...

A corrida espacial suscitou inúmeras referências e peças na obra de Cascaes. Idéias como as de viagens a outros planetas ou a chegada de seres extra-terrestres estavam muito em voga nos anos 60 e de certa forma também contribuía para reforçar todo o universo mítico e transcendente que o artista procurava imprimir a seus trabalhos. Num de seus contos, as comadres Filipa e Lucreça conversavam sobre algumas novidades estranhas que afirmavam o aparecimento “ai inriba no céu” de um “pudê de facho de fogo, cos dotore da cidade tão dando um nome de disco voadore”. Tratavam-se de “umas roda ridonda, vremêia que corre quem curisco” e que viviam “carregado di gente viva aí incrustada das nuve do céu”. Mas será que essas tais rodas não seriam aqueles discos do gramofone do “velho Sumão da Longa”? Ou então seria o caso de se pensar que “todas gessa istrela qui tão lá inriba pregada na testa do céu são inbitada, tem gente morando, tem casa, igreja (...) e tudo qui tem aqui inriba da terra”⁶³.

⁶¹ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 56. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

⁶² A Gazeta. Florianópolis, 29/01/1956, n.º. 5.168, ano XXII, p. 6.

⁶³ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 78. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.



Fig. 13: Sem título
Franklin Cascaes (1961)
Coleção Elisabete Pavan Cascaes, Museu Universitário (UFSC)

O contexto de novidades tecnológicas e de possibilidades antes inimagináveis criadas pela corrida espacial entre soviéticos e norte-americanos foi sendo apreendido também através de misteriosos objetos voadores não identificados que, ao lado dos cosmonautas e foguetes lançados pelas super-potências, foram tornando-se familiares aos leitores dos jornais da cidade. Desde os anos 50 as supostas aparições de discos voadores e outros objetos alados inexplicáveis vinham chamando a atenção da imprensa de Florianópolis. O cronista Osmar Silva, em 1954 comentava uma reportagem da revista *O Cruzeiro* sobre um “disco voador vindo do planeta Clarion”, temendo pelas previsões catastróficas feitas pelos marcianos. Poucos dias depois, no mesmo jornal *A Gazeta*, um artigo na primeira página e com grande destaque, tentava esclarecer que “não há discos voadores, nem charutos do mesmo gênero, sobrevoando Florianópolis”. Com opiniões dos professores Mâncio Costa e Seixas Neto, concluía-se que a imagem vista nos céus da cidade, próxima ao Sol, “não é mais nem menos do que o planeta Vênus, que vem de passar pela sua conjunção superior com o Sol”⁶⁴.

Aos poucos os jornais de Florianópolis foram tendo suas páginas tomadas não só pelas já tradicionais previsões de final de ano, como também pela previsão do tempo diária e, no fim da década de 1960, o horóscopo passou a ser uma leitura diária para os que acreditavam na Astrologia. O “outro mundo”, o universo distante, os mistérios da natureza, aos poucos ganhavam uma forma menos sacralizada, sendo apresentados como mais um discurso científico e um domínio de saber de especialistas. Contra todos os mistérios, os jornais informavam que a ciência já sabia que a vida está presa à Terra “por uma força de 9,8 metros por segundo quadrado (gravitação)” e que a Lua nada mais era do que “um mundo morto, sem vida, sem atmosfera”. O professor Amaro Seixas Neto, em mais um de seus complicadíssimos artigos, rebatia com argumentos astronômicos qualquer suposição sobre discos voadores, pois “não existem engenheiros tratando de sideronavegação na Lua, em Vênus, Marte ou Mercúrio”. Raciocinava: “se a nossa vida fosse enviada a qualquer desses planetas, sumiria de imediato, por falta de gases que a vivificam. Como querem, então, os ‘disco-maníacos’ que ali hajam bases de ‘discos-voadores’ tripulados por gentes à imagem humana, ou outra espécie de vida inteligente organizada?”⁶⁵

⁶⁴ *A Gazeta*. Florianópolis, 21/12/1954, n.º. 4.854, ano XXI, p. 1.

⁶⁵ *A Gazeta*. Florianópolis, 17/02/1955, n.º. 4.893, ano XXI, p. 1.

Seixas Neto dirigiu, em 1950, uma revista de curta existência chamada “O Tempo”, que trazia em suas páginas uma grande quantidade de artigos científicos e que abordavam o futuro através dos avanços tecnológicos que estavam ocorrendo. Já no primeiro e, talvez, único número, havia um artigo questionando o futuro do planeta e a possível aproximação do fim dos tempos, com a espera do “primeiro trovão”, produzido pela “procura da potência absoluta, da destruição suprema”, buscada pela inteligência humana. Enquanto o mundo estaria na iminência de um grande abalo, “Florianópolis come, apelida, vai ao cinema e volta para casa no circular das 10, pensando no abono de Natal ou no aumento de vencimentos do funcionalismo”. A cidade pacata, com sua Matriz e as “mocinhas de Domingo”, com os morros e “com a miséria, as promissórias no banco”, enfim, a “ilha feliz”, nem imaginava as grandes mudanças que estavam acontecendo “neste século de jato e de éter, onde não há distâncias”. Se não há distâncias, então os céus e seus visitantes poderiam estar mais próximos de que se imaginava, ao mesmo tempo em que os ruídos nucleares não estavam tão longe assim. Outro artigo alertava que o fim do mundo poderia vir da “evolução do nosso sol”.

Mas eram as descobertas científicas que davam mais certeza de que a humanidade poderia encontrar caminhos para o futuro. A “matéria plástica” já era anunciada como uma possibilidade de substituir “cartilagens e ossos”. Era o polietileno, desenvolvido durante a Segunda Guerra, e que depois serviu como base para o baquelite, fundamental para facilitar a produção e venda de diversos produtos, como rádios portáteis e câmeras fotográficas, com desenhos mais atraentes e simples. Por outro lado, enquanto alguns anunciavam a “morte da arte”, porque a “beleza já não está na moda” e agora as regras são “ir depressa, produzir o mais possível”, outros impressionavam-se com a possibilidade de controlar o clima e o tempo através do iodeto de prata, que poderia produzir ou evitar chuvas, diminuir ou aumentar a intensidade do sol, acabando definitivamente com a dependência humana em relação à natureza⁶⁶. Num mundo tão diferente, maravilhoso, estranho, fascinante e perigoso, por que preocupar-se com discos voadores?

⁶⁶ O Tempo. Florianópolis, 20/03/1950, n.º. 1, ano I, p. 1-34.

De sua parte, Mâncio Costa também procurou desacreditar a “imprevisível invasão dos habitantes de Marte na Terra” que seria antecedida pelos “discos voadores, cuja discutida objetividade pôs à prova a credulidade de todo o mundo sub-lunar”. Não havendo qualquer prova de sua existência, não se sabendo nada de sua natureza e sem o reconhecimento de cientistas como Albert Einstein, esses fenômenos eram atribuídos ao fato de o homem ser “o eterno amigo do sobrenatural e do maravilhoso”, enfim, o homem “jamais se libertou do erro antropocêntrico”. O Professor respeitado na cidade e sempre chamado a opinar sobre assuntos diversos preferia ater-se aos “perigos cósmicos” que fugiam à “compreensão do grande público”. A grande ameaça não viria de extra-terrestres, mas do fato de as leis da dinâmica celeste não serem “tão precisas e exatas quanto julgamos”. Sendo assim, o possível choque de planetas e astros é que deveria preocupar a todos, como a queda de cometas e asteróides. Concluía perguntando: “por que tememos a vinda desses fantasiosos discos voadores de Marte, quando verdadeiros perigos cósmicos ameaçam a terra?”⁶⁷.

Cascaes talvez tenha lido também uma notícia que informava que o príncipe Charles, da Grã-Bretanha, recebeu como presente de Natal “um traje completo de marciano, com uma pistola que emite o raio da morte”. O futuro rei também entrava na moda da ficção científica e das curiosidades em torno dos supostos habitantes de outros planetas. A notícia definia a nova mania ocidental como “uma mescla de verdade, hipótese, esperanças, desatinos, fantasias e exageros”, o que tinha relação com outra informação contida na mesma edição do jornal, sobre o “cérebro eletrônico UNIVAC”, que era capaz de fazer em segundos operações que um homem levaria 4 mil horas, inclusive “predizendo resultados de eleições”⁶⁸. O tempo parecia andar cada vez mais depressa e a tecnologia soava tão espantosa quanto as histórias de ficção científica. Com ou sem marcianos, o futuro reservaria surpresas que a imaginação apenas começava a sondar. Nos cinemas de Florianópolis os filmes de ficção científica faziam grande sucesso e títulos como “Marte invade a terra” ou então o impressionante “Zumbis da Estratosfera”, uma série em quatro capítulos que o Cine Império do Estreito estava exibindo em 1955, eram cada vez mais freqüentes⁶⁹. Naquele mesmo ano, acompanhando o furor causado pelos visitantes extraterrestres, o tradicional Lira Tênis Clube,

⁶⁷ O Estado. Florianópolis, 23/01/1955, n.º. 12.088, ano XLI, p. 1.

⁶⁸ O Estado. Florianópolis, 06/01/1955, n.º. 12.075, ano XLI, p. 5; 8.

⁶⁹ O Estado. Florianópolis, 28/01/1955, n.º. 12.093, ano XLI, p. 4.

redução dos partidários da UDN, anunciava seu “Carnaval Disco Voador”, no qual os foliões seriam recebidos num salão totalmente decorado com motivos interplanetários.

Contra qualquer discurso científico que pretendesse desqualificar as imagens misteriosas de discos vistas nos céus, a população de Florianópolis também participava da onda de visões misteriosas que a imprensa informava varrer diversos países. Discos voadores passavam a ser vistos nos céus da cidade com maior frequência. Em 1956, relatava-se que o menino José Berber, residente no bairro do Balneário, na área continental, estava olhando pandorgas no céu, quando achou estranho um objeto percorrer “horizontalmente uma certa distância e depois parar por curto tempo e elevar-se com rapidez, na vertical, desaparecendo das vistas em menos de 3 minutos”⁷⁰. A medida em que se intensificava a corrida espacial, com o lançamento dos satélites e das naves tripuladas de soviéticos e norte-americanos, essas notícias e rumores tornavam-se ainda mais intensos na cidade e, em alguns momentos, os jornais se enchiam de boatos sobre luzes misteriosas no céu da capital. O futuro parecia ainda mais próximo de todos, extasiados com as possibilidades que os contatos com seres de outros planetas poderiam acarretar.

Os relatos de aparições de discos voadores inundaram as páginas dos jornais de Florianópolis na década de 1950⁷¹. Provenientes das mais diferentes partes do planeta, todos eram apresentados com destaque e procurando realçar a veracidade possível dos personagens envolvidos nas notícias. De certa forma, os jornalistas locais foram aos poucos aprendendo através das notas internacionais a como agradar seu público com tramas cada vez mais misteriosas e com lances fantásticos. Da Itália, em 1952, chegou uma nota em que eram descritos seres de outro planeta que teriam entrado em contato com um camponês. Voando em um aparelho composto por “dois discos superpostos, de uns vinte metros de diâmetro”, os extraterrestres avistados teriam “roupas de borracha e o rosto coberto com uma viseira de matéria transparente”. Portanto, o que não faltava era material e fontes para Cascaes e para todos aqueles que se puseram a imaginar espectros voadores sobre Florianópolis⁷².

⁷⁰ O Estado. Florianópolis, 21/08/1956, n.º. 12.524, ano XLIV, p. 8.

⁷¹ Várias pequenas notas dando conta do aparecimento de discos voadores foram publicadas em março de 1950, apenas para mencionar um período. Desde o início daquele mês o noticiário nacional e internacional relatava casos de aparecimento de “pires voadores”, de discussões que relacionavam o surgimento desses objetos às novas armas defensivas dos Estados Unidos, casos em que extraterrestres teriam atacado pessoas e um outro disco que teria surgido nos céus de Ijuí no Rio Grande do Sul. Enfim, a quantidade era muito grande. Cf. O Estado. Florianópolis, 11 a 23/03/1950, edições n.º. 10.804 a 10.814, ano XXXVI.

⁷² O Estado. Florianópolis, 27/11/1952, n.º. 11.555, ano XXXIX, p. 5.

Através dos discos voadores a aura misteriosa que envolvia o universo era restabelecida, contrariando o discurso dos astrônomos que procuravam impor o saber científico e a imagem de um cosmos apreensível pela razão humana e sem segredos. Certamente Cascaes acompanhou com expectativa pelos jornais e rádios, assim como grande parte dos florianopolitanos, o lançamento do Sputnik pelos soviéticos em 1957, o primeiro satélite artificial. Durante vários dias as principais manchetes dos jornais foram dedicadas ao acontecimento.

Se estivesse lendo um desses periódicos, Cascaes seria informado que o objeto que foi deixado sobrevoando a atmosfera terrestre pesava 83,6 quilos, com 58 centímetros de diâmetro, girando sobre o planeta a uma velocidade de 28.800 quilômetros por hora. A notícia da captação das emissões de rádio provenientes do satélite ganharam grande destaque. Os ouvintes de rádios de ondas curtas tentavam captá-las nas frequências de 20.005 e 40.002 megaciclos. Ao mesmo tempo, havia o temor de que houvesse a intensificação ainda maior da guerra fria, pois a “vitória histórica da URSS”, além de preparar a viagem à lua, significaria a necessidade de uma resposta dos Estados Unidos. Os leitores dos jornais eram informados do debate em torno da necessidade de manter a lua como “zona livre, independente e autônoma”, com o objetivo de “evitar, em futuro não muito distante, conflitos”. Apesar de o Vaticano ter saudado a “conquista do espaço pelo engenho humano”, muitas dúvidas sobre os objetivos dos “comunistas ateus” ainda permaneciam. Uma outra nota alertava: “mudança de rota estabelece suspeitas contra o Sputnik: estaria sob controle remoto o satélite russo — segredo militar de tremenda repercussão a confirmação da causa atribuída à nova órbita”. Mas a corrida espacial também faria sua primeira vítima, a cadelinha Laica, lançada com o Sputnik II. Não se sabe se sua morte causou tanta repercussão na cidade quanto provocou no menino personagem principal de “Minha vida de cachorro”, do suéco Lasse Hallström, mas certamente os ouvintes de “o céu é o limite”, um programa de perguntas e respostas da rádio Diário da Manhã, não deixaram de comentar o fato⁷³.

O futuro poderia ser assegurado por apólices de seguros ou por uma carreira militar ou no concurso do Banco do Brasil, conforme os vários anúncios publicitários que

⁷³ Cf. O Estado Florianópolis, 06/10 a 19/11/1957, n.º. 13.173 a 13.204, ano XLV.

acompanhavam o noticiário sobre os foguetes soviéticos. Além disso, a publicidade também começou a utilizar a corrida espacial como um grande tema. Enquanto em “alturas incomensuráveis” ocorriam tantos avanços tecnológicos, a loja A Modelar anunciava que “aqui na terra se processam acontecimentos, alguns de alta magnitude e outros modestíssimos ‘terra a terra’, mas que não deixam de interessar”. Tudo para informar às donas de casa de Florianópolis que a mais importante loja da cidade estava com preços muito convidativos, mesmo que isso não chegasse a constituir “assunto tão transcendental como o lançamento do satélite artificial”⁷⁴.

Já móveis Cimo fazia propaganda de seus produtos em fórmica, que utilizavam o “processo da colagem eletrônica e alta precisão hidráulica”. O anúncio apresentava um desenho em que um homem em roupa de astronauta numa paisagem lunar cheia de discos voadores, estava cercado de móveis modernos. “Rasgando o infinito” era o título do anúncio, no qual afirmava-se que “os mundos já explorados fizeram-se pequenos e impotentes para sustar a capacidade realizadora do homem” e que os produtos anunciados acompanhavam de perto “as mais recentes descobertas da moderna técnica” que estava levando o homem ao “descortínio do incomensurável e desconhecido”⁷⁵.

Na visão de mundo de Franklin Cascaes, todo esse contexto era percebido a partir de um encantamento da natureza e de todos os elementos que interagem com a humanidade, sem perder de vista que esses fenômenos misteriosos estavam sempre sob a ameaça das mãos humanas. Mesmo tratando de assuntos mais prosaicos, como a proibição do jogo do bicho pelo então Presidente Jânio Quadros, Cascaes não perdeu a oportunidade para abordar o evento a partir de uma visão de mundo fantástica. Desenhou a “Mudança para a Lua”, em 1962, descrevendo-a como uma decisão tomada pelos bichos, pois “estava muito na moda técnica morar na lua”. Então “cada um tomou o seu número do jogo”, transformando-o em “uma nave espacial” adaptada “com um foguete rojão pirotécnico”⁷⁶. Num pequeno conto, descreve como “a bicharada reuniu-se em assembléia”, combinando

⁷⁴ O Estado. Florianópolis, 06/10/1957, n.º. 13.173, ano XLV, p. 2.

⁷⁵ O Estado. Florianópolis, 08/10/1957, n.º. 13.174, ano XLV, p. 7.

⁷⁶ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 95. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

exilar-se na lua, “atrás de suas grandes muralhas de pedras espaciais, construídas pelos anjos pecadores com o dinheiro que o chefão Lúcifer arrecadou na terra durante os anos que o jogo aqui viveu nababescamente”⁷⁷. Anos depois, o artista desenhou a “Missa em Marte”, numa composição de elementos em que mostra figuras que podem ser balões de São João como se fossem naves espaciais dirigindo-se para Marte, onde erguem-se abóbas provavelmente de catedrais marcianas, expandindo os vínculos sagrados que regem o universo mítico de Cascaes.

Num outro momento escreveu um poema em que esse tipo de representação torna-se mais nítido:

Lua Lua Lua
Sol Sol Sol
Venham cá para o Brasil
Para jogar fut-bol.

O Sol disse para o mártir
Que a Lua o está traindo
Ela está cheia de petróleo
E o americano está dormindo

A Lua disse pro Sol
Que o russo não tem vez.⁷⁸

Fica claro que para o artista os motivos de tanto interesse de soviéticos e norte-americanos pelo espaço não eram apenas uma simples curiosidade científica, mas a tentativa clara de obter ganhos econômicos com a exploração de supostas riquezas naturais lunares. Do mesmo modo como já faziam na terra, destruindo tudo o que tocavam, as grandes potências deveriam estar planejando um futuro em que nada escapasse às suas mãos. As mãos protetoras podiam assim, voltar-se contra a obra divina universal e destruí-la por completo. Novamente é o medo de tempos cada vez mais próximos, o receio de que nada mais restaria de autêntico na realidade, a dessacralização completa do mundo. Ante a essa perda da magia e do mistério

⁷⁷ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 18. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

⁷⁸ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 71. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

que envolviam a natureza e os elementos da cultura humana, Cascaes respondia com desenhos que enfatizavam o mítico e o sagrado, com a conseqüente manutenção das forças sobrenaturais sobre a vida. Em 1962, apresentava suas “mulheres bruxas selenitas metamorfoseando o quarto crescente lunar, enchendo-a com a brisa perfumada e acariciante do famoso vento sul que beija as verdes e exuberantes matas da Ilha de Santa Catarina”. A devoção à Ilha está presente em quase todas essas obras, expressa em frases poéticas que a descrevem como uma “coroa filigranada, burilada pelas mãos do Arquiteto do Universo colocada sobre a fonte alvíssima do oceano”.

O sagrado e o profano agindo a um só tempo para a manutenção da beleza do “firmamento rico de fosforescência astrífera” que cobre uma terra vista sempre com encantamento. Trava-se uma luta constante contra o desencantamento do mundo, sempre reafirmando os valores religiosos e mitológicos da cultura do litoral de Santa Catarina. No mesmo ano Cascaes produziu outro desenho com praticamente o mesmo tema, retratando as “mulheres selenitas e terráqueas bruxólicas, equilibristas, divertindo-se no Cosmo dentro de um céu ástrico entre a Terra, a Lua e Vênus, numa camaradagem Lua-Vênus-Terra, apoiadas sobre fortes elos de correntes confeccionadas com o metal da superstição”. Nessas obras, as bruxas perdem um pouco de sua dimensão maléfica para simplesmente fazerem parte dessa tentativa de manutenção dos vínculos sagrados que deveriam unir os homens à natureza. Dançavam nas “profundezas das grutas intercósmicas, para recepcionarem passageiros cosmonautas terraquinos que para lá forem enviados, que se dirigirem aos aeroportos lunáticos sem os necessários passaportes celestinos” e sido, assim, detidos pela “guarda secreta intercósmica”. Portanto, as bruxas fariam a sua intervenção na corrida espacial “para que os homens terráqueos não caiam nas profundezas dos grandes abismos que enfeiam a lua, quando sobre ela aluinizarem”. Para evitar que os astronautas caíssem nos precipícios lunares, a Lua tornaria-se nova, sendo maquiada pelas “mulheres selenitas” com produtos de beleza “extraídos da flora da Ilha por céleres beija-flores de penas cobertas com brancas e finíssimas areias matizadas com as cores do oceano”, sendo metamorfoseadas “em lindas orquídeas e campânulas da Ilha de Santa Catarina”⁷⁹.

⁷⁹ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 56. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.



Fig. 14: O futuro de astronautas e móveis de fórmica
(O Estado, 08/10/1957)



Fig. 15: Mudança para a lua
Franklin Cascaes (1962)
Coleção Elizabete Pavan Cascaes
Museu Universitário

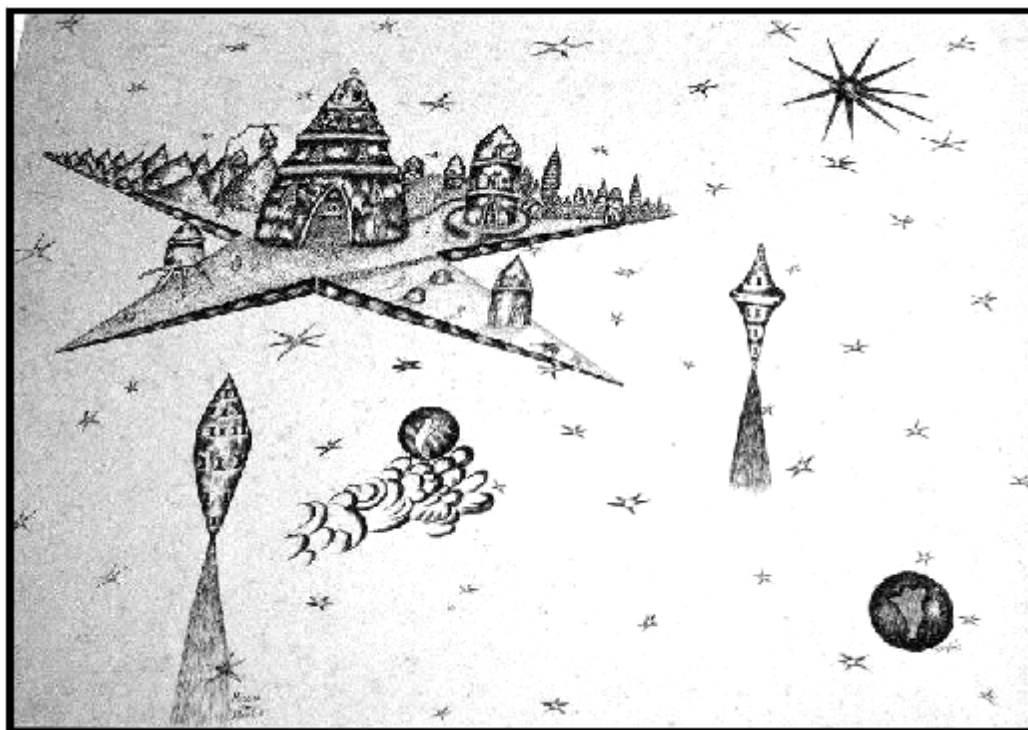


Fig. 16: Missa em Marte
Franklin Cascaes (1972)
Coleção Elizabete Pavan Cascaes, Museu Universitário (UFSC)

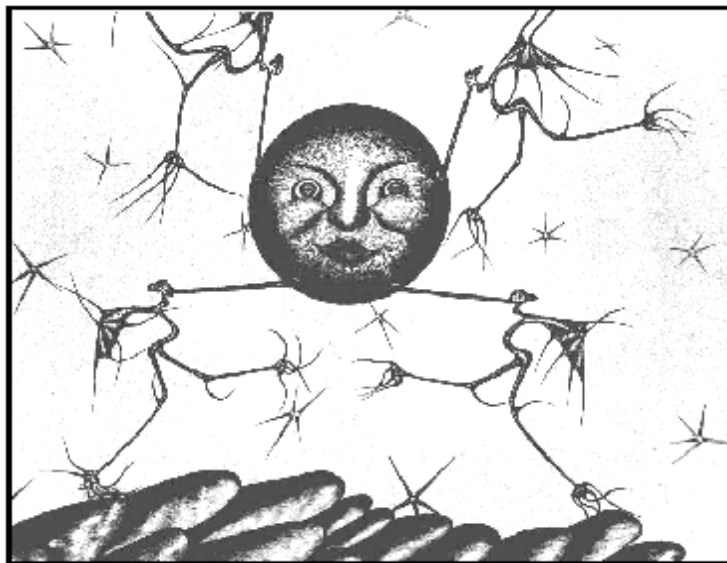


Fig. 17: Sem título
Franklin Cascaes (1962)
Coleção Elizabete Pavan Cascaes, Museu Universitário (UFSC)

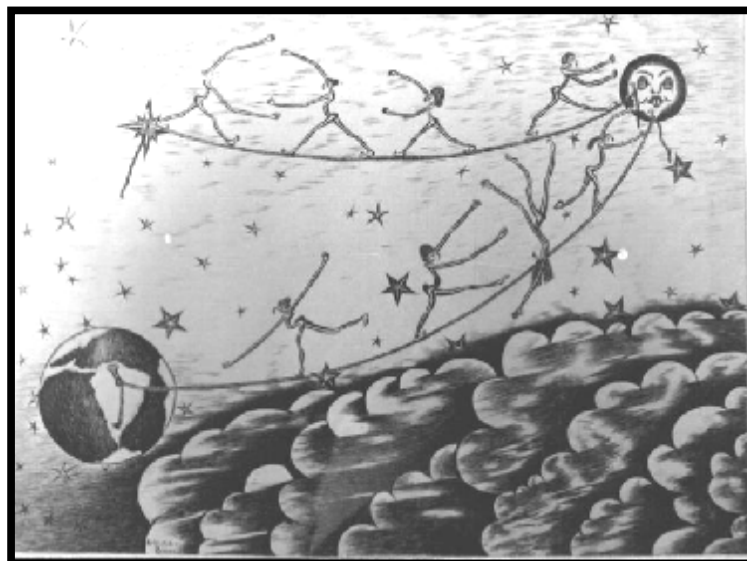


Fig. 18: Mulheres selenitas e terráqueas bruxólicas, equilibristas
Franklin Cascaes (1961)
Coleção Elizabete Pavan Cascaes, Museu Universitário (UFSC)

No verso do desenho “Exército terrígeno invade o Alfa-Centauro”, Cascaes exprime com mais intensidade esse temor de que a corrida espacial venha a provocar a guerra dos mundos ou a destruição completa da obra divina. Um exército composto de “seres racionais e irracionais, equipados tecnicamente”, partiriam da terra “em carros motocósmicos” com “ultravelocidade”, em direção da “constelação astral em marcha espiralada”, com a intenção de invadirem o alfa de centauro”. A obra é reveladora de todo o estilo do artista, que trabalhava aspectos da cultura regional do litoral de Santa Catarina, mas não perdia de vista uma reflexão mais geral sobre os rumos da humanidade. O desenho conta uma história, tem uma narrativa, é quase a ilustração de um texto que Cascaes formula internamente e que vai explorando aos poucos em diversas obras. A relação texto e imagem é dada aqui de uma forma direta, exprimindo um princípio geral — destruição como resultado da tecnologia — para, assim, poder dar sentido aos elementos iconográficos explorados. Cada desenho de Franklin Cascaes é uma pequena peça de um longo discurso que o artista elabora sobre sua visão de mundo, sempre marcada pela desconfiança em relação às obras da modernidade.

Em outro de seus desenhos apresentando suas “mulheres bruxas”, provavelmente de 1961, o artista representou esses seres em plena era espacial, medindo a distância que separava a Terra da Lua. As bruxas “selenitas” mandavam um aviso para suas colegas terrestres: “o sangue das crianças selenitas é puro. Subam tôdas para chupá-los”. A viagem não duraria muito, afinal “a distância da terra até lua é de 9.999.999.999.999.999.999.999 anos terráqueos selenitos. Gasta-se um segundo bruxólico, científico, cósmico, da terra até lá”. Isso tudo medido precisamente pela “engenharia bruxa pelínea espacima”. Como o próprio artista descreve, no desenho “uma mulher anota e a outra regressa de sua viagem interplanetária atravessando o campo gravitacional trazendo uma mensagem para as suas irmãs de sina bruxólica”. Em outro momento refere-se às bruxas “pilotando engenhos-nave superbruxólicos nos espaços siderais, divertindo-se na presença da Lua que as contempla lunaticamente, para apenas recolher estrelas”⁸⁰. Nos seus cadernos de anotações, há ainda várias referências às “mulheres terráqueas bruxométricas, alqueirando a quantidade de estrelas que povoam o céu ástrico em naves-alqueires espaciais, as quais

⁸⁰ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 56. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

comandam bruxolicamente”⁸¹. A força do texto está na alusão quase compulsiva a imagens e metáforas que pudessem remeter o leitor aos desenhos.

Há um esforço de Cascaes em fazer com que o mundo moderno e repleto de tecnologias automatizadas aparecesse através do olhar ora assustado ora admirado das pessoas simples com as quais convivia. A industrialização acelerada da sociedade era interpretada assim de um modo bastante peculiar. O futuro surge de um modo quase mágico, nas promessas tresloucadas de políticos que apresentavam as maravilhas que poderiam ser feitas na ilha. Contrapondo-se aos discursos precisos e pretensiosos da ciência, surgem imagens que desnudam a tão propalada solidez do conhecimento racional e sistemático. É o caso do Maneco, que foi buscar remédio para a gripe na “capital”, pois ouviu falar que o corpo humano “é formado por um pudê de bicho bem miudinho que tão na nossa carne e que os dotori da cidade, vê eles com um aparêio de botá adiante dos ohio”.

Neste conto de 1969, o protagonista é o Dr. Policarpo Mastrunço, “que sempre andava às voltas com este negócio de eleição politqueira monetariana”. Logo o médico avança em suas prédicas de candidato, prometendo que o futuro seria completamente diferente, pois mandaria para os lavradores novas ferramentas de trabalho, que substituiriam as enxadas e foices, pois afinal de contas este é o “século da tecnologia, século que o homem já vai até a lua de carro de boi aéreo, puxado por bois atômicos atrelados hidrogenicamente”. Poderia prever tudo isso pois era dono de inúmeros diplomas pendurados em sua parede, que mostravam sua “bagagem universal”. Além disso, era “freqüentador de terreiro de macumba”, dizendo ser “o maior pai de santo da terra”, comandando “espíritos terráqueos e espaciais”, os quais fabricariam ferramentas para trabalhar a terra “com rapidez ano-luz e aumentar cento por um a produção”, o que seria necessário “neste século da correria tecnológica poluideira”. Para a pesca, seria preciso trocar os apetrechos rudimentares por “canoas de espigo de piteira” para modernizar os métodos “neste século dos discos voadores”. Para as escolas, nada melhor do que “livros ultra-modernos eleitoreiros”, que não teriam “direito nem avesso: pode-se ler neles da direita para a esquerda ou vice-versa, ou de cima para baixo ou vice-versa”⁸².

⁸¹ CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 18. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

⁸² CASCAES, Franklin. Manuscritos. Caderno 5. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

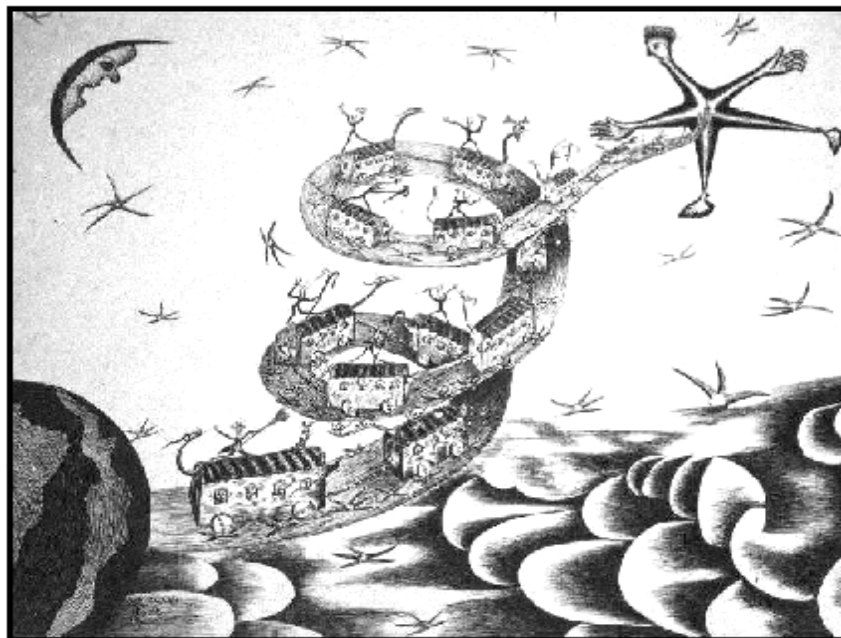


Fig. 19: Exército terrígeno invade o alfa-centauro
 Franklin Cascaes (1961)
 Coleção Elizabete Pavan Cascaes, Museu Universitário (UFSC)

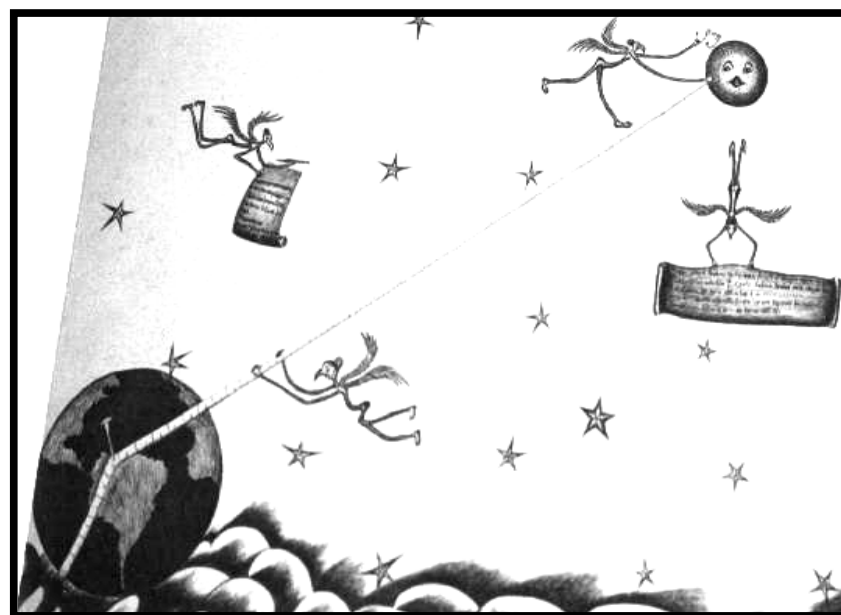


Fig. 20: Mulheres bruxas selenitas
 Franklin Cascaes (1961)
 Coleção Elizabete Pavan Cascaes, Museu Universitário (UFSC)

Da Europa, umas terras “que ficam lá pros lados de dentro da barriga da terra”, viriam sementes de mandioca “que dão raízes já com a farinha torrada”. Também as de milho e feijão seriam maravilhosas: as primeiras trariam grãos “moídos já em polenta”, enquanto que nas últimas os grãos já viriam “cosidos com gosto de carne seca, carne de porco, toucinho e salgado, tipo feijoada baiana”. Continuando nessa fartura alimentar, a cana de açúcar já nasceria “em melado, cachaça e açúcar, com a cachaça já engarrafada em seus próprio canudos”. As aves trariam algo ainda mais especial: “já nascem com uma parte assada e a outra ensopada e botam os ovos cosidos, fritos estrelados, etc.”. Isso também ocorreria com os bovinos, cuja carne poderia vir “churrasqueada”, assim como também os peixes. As florestas de ipês amarelos e roxos, peroba e canela que cobriam a ilha deveriam ser substituídas logo por pinus europeus, que não deixariam qualquer espécie de animais beneficiar-se “da sua sombra, seiva ou nectar”⁸³.

Mas o futuro reservaria ainda maiores surpresas. O plástico já tomava conta do mercado mundial e, portanto, novamente da Europa poderiam vir “casas de matéria salívica plástica do tamanho, simplesmente, de uma caixa de fósforo”, acabando com a necessidade de alicerces de pedra e paredes de tijolos. Bastaria então colocá-la bem no meio do terreno, ligada a uma bomba de ar que a acompanharia. Esta começaria a funcionar automaticamente e logo a casa iria crescendo e “dentro de quinze minutos” o “eleitor amigo” teria uma residência cheia de cômodos modernos, além de rádio, televisão e “fogão ultra-atômico”. Todas as preocupações acabariam, pois a água e a luz elétrica seriam “captadas no ar, sem necessidade de canos e fios que tanto enfeiam as ruas da nossa linda cidade”. O dono poderia levar a casa para onde lhe conviesse, pois a mesma com a mesma bomba de ar seria possível torná-la “outra vez em tamanho miniatura”⁸⁴.

A mesma tecnologia seria empregada nos automóveis e nas estradas. Os primeiros não necessitariam de nenhum combustível, pois com apenas “uma voz de comando” o carro começaria a correr “com a velocidade preferida pelo dono e na direção onde for determinada”. Numa batida, os carros envolvidos “trocam abraços afetuosos entre si e não acontece absolutamente nenhuma avaria neles nem nos passageiros que conduzem”. As vias

⁸³ Ibid.

⁸⁴ Ibid.

públicas seriam feitas de pequenos tapetes de “material elástico borrachudo crescente, esticador, inchador”, acabando definitivamente “com estes caminhos cobertos com talco vermelho barroso e barrento ao natural e com este melado preto asfáltico fúnebre”, que à noite não proporcionam “visão ótica”. Não é possível afiançar, mas talvez Cascaes tenha lido um artigo publicado anos antes num jornal da cidade, anunciando a “estrada ideal”, construída com borracha, o que seria muito mais eficiente e econômico. Enquanto o asfalto seria “sensível ao calor” e o cimento “parte-se com relativa facilidade”, a borracha evitaria todos esses inconvenientes. Além do mais, seriam “muito mais lisas, mais homogêneas”, não se estragando facilmente⁸⁵. Evidentemente, em seu conto o artista está jogando com todas essas virtualidades, brincando com a farsa e a crítica mordaz, de modo a fazer prevalecer a imagem de um mundo prestes a entrar numa era de absurdos.

Nas estradas prometidas para o futuro pelo Dr. Policarpo, não será preciso acostamento porque “os automóveis são educados social, cultural, técnica e espiritualmente, nas oficinas parturientes lá das Oropas”, acabando de vez com os acidentes “provocados por motoristas irresponsáveis” que vivem utilizando buzinas como se fossem “os martelos contra a bigorna com batidas estridentes metálicas”. Nessas estradas sem buracos seriam finalmente retiradas as subidas e deixadas apenas as descidas. Também as travessias entre a Ilha de Santa Catarina e o continente próximo não seriam mais um problema depois que fossem instaladas sete pontes infláveis, ligando pontos tão distantes como Imbituba e a Ponta dos Naufragados ou a Enseada do Brito e a Ponta do Correia. Apesar de não serem feitas de materiais antiquados como ferro e cimento, “o vento não se arriscaria contra tais pontes”, pois “ele não é bobo de perder tempo com experiências contra o progresso”⁸⁶.

Os elementos mais presentes em qualquer projeção de futuro efetuada em momentos tão distintos quanto a Idade Média ou o século XIX estão presentes nesse conto de Cascaes. A idéia básica de fartura, abundância e facilidade de obtenção de alimentos, sem a necessidade de trabalho, demonstra não apenas que há uma ligação desta narrativa com as chamadas utopias medievais, como também dá uma idéia clara da existência do que pode ser

⁸⁵ O Estado. Florianópolis, 16/11/1952, n.º. 11.547, ano XXXIX, p. 8.

⁸⁶ CASCAES, Franklin. *Manuscritos. Caderno 5*. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

chamado de uma cultura da escassez entre as populações pobres da Ilha de Santa Catarina em meados do século XX, que sentiriam-se muito atraídas pela possibilidade de conseguir tantos alimentos. A troca de votos por pequenos favores de políticos e promessas mirabolantes era certamente uma prática comum numa sociedade marcada pela dominação oligárquica e por tantas necessidades elementares. Não custa lembrar que o Estado de Santa Catarina era dominado por oligarquias e que as práticas políticas reinantes estabeleciam uma contínua relação de subordinação e dependência do eleitorado em relação aos dois grandes partidos, o PSD e a UDN. No litoral, essa situação acirrava-se ainda mais, com a proximidade física do centro de poder na capital.

Pode-se dizer que Cascaes também trabalha aqui com o imaginário relacionado à “máquina”, um dos aspectos mais importantes do pensamento ocidental e que assumiu desde o século passado um papel preponderante na análise dos fenômenos sociais. No século XIX, principalmente, constituiu-se uma formação discursiva que associou definitivamente os destinos da humanidade à sua dependência em relação a esses artefatos automáticos. No “Manifesto Comunista”, junto com Engels, Marx descreveu com muita ênfase o processo de transformações desencadeado pela burguesia, acentuando seu papel revolucionário, ao criar as condições para a implantação e veloz difusão da “grande indústria”. A burguesia só poderia existir “com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção e, com isso, todas as relações sociais”. Fica claro o quanto estas últimas estariam em processo de interdependência com os aparatos tecnológicos, os quais permitiriam a “subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança”. A descrição prossegue grandiosa: “dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes mesmo de ossificar-se”. E conclui: “tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são

obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas”⁸⁷.

A partir de noções gerais como essas, assumidas e desenvolvidas em áreas tão distintas do pensamento como a política ou a física, o futuro deveria ser feito pela tecnologia. É este o elemento que traria em si tudo o que projetaria uma sociedade ao longo dos tempos que viriam. A tecnologia assumiu, assim, enorme importância, intensificada no século XX, quando desde os futuristas italianos até os gurus do *marketing* e do novo gerenciamento, ocorreu o que Marshall Berman chama de um “acrítico namoro com as máquinas”. As promessas de fraternidade e entendimento universais deixavam o campo das teorias políticas e passavam para os circuitos dos computadores. Nestes “modernismos na tradição futurista”, “os papéis principais” seriam desempenhados pelo “esplêndido maquinário e sistemas mecânicos”, restando “muito pouco para o homem moderno executar, além de apertar um botão”⁸⁸.

Essa “mitologia mecânica” do universo, fundada nos séculos XVII e XVIII, com o racionalismo triunfante, firmou-se na pretensão de “aniquilar as formas tradicionais de imaginário”, tentando finalmente subjugar o Universo mágico das religiões. O homem como engrenagem de uma máquina universal evacuará totalmente o mistério, o sobrenatural, o sagrado. Deus foi substituído pela física, com suas leis inamovíveis, que uma vez decretadas, tornariam conhecida toda a evolução futura dos homens. A própria história teria suas leis de desenvolvimento, bastando um olhar rigoroso para determiná-las. Enfim, fundou-se uma espécie de nova religião, que asseguraria a unidade e a coerência do mundo, além de antecipar plenamente o futuro, não restando aos homens nada mais do que esperar a realização do destino. Tragédias cósmicas e geológicas tomaram o lugar do Apocalipse, o Paraíso foi localizado na vida do “bom selvagem”, intocado pela civilização corruptora, ideologias secularizadas substituíram os milenarismos⁸⁹.

⁸⁷ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Nova Stella, 1988. p. 12.

⁸⁸ BERMAN, Marshall. Op Cit. p. 23-26.

⁸⁹ BOIA, Lucian. Pour une histoire de l’imaginaire. Paris: Les Belles Lettres, 1998. p. 60-64.

São idéias que foram tomando maior densidade numa época que começava a assistir a um processo de aceleração do tempo⁹⁰ em todas as suas dimensões, favorecendo a idéia de que o futuro estava batendo às portas de todos. Já em 1905 Albert Einstein divulgaria sua Teoria Especial da Relatividade, que revolucionou o conceito de tempo e ultrapassou as geometrias euclidianas e cartesianas. Tornava-se racionalmente aceita a possibilidade de intervenção sobre o tempo, dando uma nova forma para desejos e projetos humanos muito antigos.

A aspiração a escapar dos constrangimentos, inventar uma outra condição diferente da que se está vivendo, é mais um dos elementos verificáveis no imaginário de várias culturas humanas. Seria uma negação e uma abolição da história tal qual se apresenta aos olhos de um grupo social, “com seu cortejo de misérias e a busca de uma evolução diferente”. Ocorre que freqüentemente é verificada a evasão para um passado nostálgico, outras vezes para um futuro puro, ou ainda para o além desconhecido. A recusa sempre busca um outro, num “combate desesperado contra a história”. Lucian Boia aponta que a partir da revolução científica e tecnológica moderna, as utopias insulares — com sociedades ideais fora do tempo, em um espaço longínquo, com localização imprecisa — deram lugar à uma atitude mental que lança a mudança para o tempo que está por vir, para o futuro. O tempo passa a ser o senhor das transformações possíveis⁹¹.

Foi no final do século XVIII, o da máquina a vapor e do racionalismo, que foi definido um conjunto de idéias e imagens capazes de dar os contornos mais nítidos a uma concepção de futuro que firmou-se desde então. Começando pela polêmica sobre a idade da terra, as escalas de tempo alargaram-se de modo considerável, pondo a humanidade no centro de uma história que deveria ser muito longa. Tratava-se da oposição entre os teólogos que, com base na bíblia, afirmavam que o planeta não teria mais que alguns milhares de anos (alguns chegavam a apresentar o ano de 4004 a.C. como o da criação do mundo) e, por outro lado, filósofos como Voltaire, além de geólogos, que partiam das recentes descobertas de civilizações muito antigas no oriente e, principalmente, do estudo de fósseis que precisariam

⁹⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. 390p.

⁹¹ BOIA, Lucian. Op Cit. 1998. p. 34-35.

de um tempo muito grande para formar-se. Ao mesmo tempo, estratégias para conciliar os novos saberes científicos com a Bíblia, racionalizando-a, levavam a conclusões sobre a existência de continentes perdidos, que teriam sido arrasados por algum cataclismo, como um dilúvio sacralizado, provocado seja por um cometa ou por um grande terremoto. Foi o caso do mito da Atlântida perdida, exemplo de que um fim do mundo já teria ocorrido e que algo parecido poderia repetir-se. De qualquer modo, o futuro estaria inscrito nas leis da natureza.

A humanidade faria parte de uma escala evolutiva que, agindo desde o início longínquo dos tempos, a empurrava continuamente para frente, para o futuro, sendo que o caminho para chegar lá seria o progresso, idéia ainda mais consolidada no século XIX, com o darwinismo e a crença de que a humanidade descenderia de uma longa evolução de espécies, comprovada pelas primeiras descobertas arqueológicas na Europa. O passado do homem torna-se uma maneira para medir seu futuro. Desde então, as idéias de progresso e futuro têm estado indissolavelmente ligadas, significando o movimento das civilizações humanas, o motor da história. O domínio tecnológico sobre os espaços terrestres tornou-se tão grande que, a partir de um determinado momento, pretende-se obter um controle absoluto sobre o tempo, facilitado pelos novos recursos tecnológicos. Bastaria verificar até que ponto as técnicas teriam progredido em determinada época para ter-se uma idéia quase precisa sobre a maneira como os homens estariam vivendo. Nas concepções hegemônicas, progresso técnico seria o mesmo que progresso moral, garantindo um futuro pleno de harmonia, ainda que sempre houvessem aqueles que punham em dúvida todo o otimismo. De qualquer forma, dos artifícios “mágicos”, que tentariam adivinhar o futuro, passava-se à certeza absoluta dos planos e estatísticas. Não cabe, portanto, pretender comparar as projeções com o que viemos a conviver, ou tentar “desmenti-las” com argumentos mais “científicos” não menos imaginários, pois é tudo uma questão de atitudes calcadas em estruturas culturais próprias, que tem a sua estrutura interna específica e regras definidas, valendo unicamente no tempo em que foram produzidas⁹².

As representações sobre o futuro tornaram-se grandes forças motivadoras de expressões culturais e artísticas, oscilando entre posturas opostas, algumas absolutamente

⁹² BOIA, Lucian. Op Cit. 1999. p. 100-122.

extasiadas com as promessas que a tecnologia oferecia e aquelas que começavam a tomar o futuro como uma época de esvaziamento da humanidade, substituída e dominada pelas máquinas. Tal é a visão que pode-se ter com “1984”, livro escrito por George Orwell em 1948. Com as experiências de duas “guerras totais” e de sistemas totalitários, notadamente o nazi-fascismo e o stalinismo, o futuro apresenta-se em um mundo dominado pelo “Grande Irmão”, um egocrata que personaliza um Estado totalitário que detém o poder absoluto numa sociedade inteiramente posta à disposição da máquina de domínio estatal. Assim como as outras representações, aqui novamente o futuro é perpassado pela tecnologia. Contudo, ao invés de libertar o homem do tempo e do espaço, a técnica torna-se um meio para potencializar a capacidade de dominação do Estado, com inúmeros instrumentos de observação minuciosa e completa da vida cotidiana dos cidadãos, que precisam conviver com “tele-telas” em suas casas, transmitindo continuamente as notícias que o governo apresenta e observando cada passo, gesto ou pensamento das pessoas. O passado torna-se totalmente moldável conforme as intenções do “Grande Irmão”. O “Ministério da Verdade” cuida para que sejam apagadas da memória e, portanto, da existência, todos os acusados de voltarem-se contra o Estado. Uma fórmula sintetiza tudo: “quem controla o presente, controla o passado, quem controla o passado, controla o futuro”⁹³.

Orwell expõe os supostos fundamentos de uma civilização que passava a acreditar ter em suas mãos o domínio completo e absoluto sobre a dimensão espaço-tempo. Não como uma utopia, mas como um futuro verosimilhante, carregado das convenções básicas da época moderna. Sem essa crença é impossível falar em futuro a não ser num sentido místico ou demiúrgico, no qual uma inteligência pré-existente comandaria os destinos da humanidade. A modernidade inventou um futuro pragmático, possível de ser determinado através de meios que seriam perfeitamente inteligíveis e criteriosamente estabelecidos pela inteligência humana. Marx faz parte dessa crença, ao pretender mostrar um futuro socialista e comunista da humanidade através da verificação científica do materialismo dialético de “todo” o processo histórico humano. As novas “forças produtivas” (a tecnologia), implicariam em mudanças nas “relações de produção” que acabariam por levar à revolução social. Não por acaso, todo o socialismo que foi pensado e praticado antes de Marx foi batizado de “socialismo utópico”.

⁹³ ORWELL, George. 1984. São Paulo: Nacional, 1986.

David Harvey denomina de “compressão do tempo-espaço” a um processo que verifica no capitalismo, o qual teria caracterizado-se historicamente “pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós”, ou seja, sucessivos processos de aceleração do giro do capital provocariam compressões nas percepções espaciais e temporais. Uma situação iniciada com o Renascimento, quando o mundo ocidental teria testemunhado “uma reconstrução radical de visões do espaço e do tempo”. Foi quando, por exemplo, o “tempo permanente” do feudalismo, infinito e inapreensível, teria sido definitivamente abandonado. A natureza poderia ser dominada, o que foi tomado como “uma condição necessária da emancipação humana”⁹⁴.

Cascaes envolve-se, à sua maneira, com todos esses elementos e faz de sua arte uma prática lúdica. Ao mesmo tempo, traça uma trajetória em que a angústia com um tempo que não mais respeita as sacralizações da natureza e da religião, o leva a um olhar mordaz e desconfiado com tudo o que começava a processar-se na vida das comunidades do interior da Ilha de Santa Catarina, com a ruptura total de sua temporalidade própria e costumeira, comprimidas por um ritmo de vida que as despedaçariam num futuro mais ou menos próximo. O divórcio entre Cascaes e o mundo urbano só fazia intensificar-se. Em 1968 era apresentado na imprensa como um artista que havia sucumbido a “um processo de urbanização irreversível”, resistindo a aceitar que a cidade havia “se agigantado à medida que ele se tornou folclorista”. Um artista em conflito entre as técnicas artísticas clássicas e as suas próprias origens. Cascaes havia optado por uma volta às suas “raízes”, ficando submetido a “uma quase marginalização do mundo urbano”. Teria revidado a isso rebelando-se contra os “padrões urbanos, apresentando aspectos verdadeiramente catárticos: retrata personagens de forma picaresca nas suas esculturas e recusa-se, terminantemente, a vender qualquer de seus trabalhos”. Suas pesquisas no interior da Ilha de Santa Catarina traziam, “através de uma vivência cotidiana, quase simbólica, um mundo que desconhecemos inteiramente”, o que levava muitos “a pensar que ele vive realmente esse contexto mítico”⁹⁵.

⁹⁴ HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1994. p. 219-227.

⁹⁵ O Estado. Suplemento. Florianópolis, 22/12/1968, n.º. 16.044, ano LIV, p. 3.

Além disso, as promessas absurdas de personagens como o Dr. Policarpo demonstram uma vez mais que a obra de Cascaes também significava uma estetização dos eventos do período e do noticiário que chegava à imprensa de Florianópolis, repleto de pequenas notas e comentários sobre descobertas científicas e eventos mirabolantes que certamente apareciam ao leitores como mais uma possível fonte de entretenimento. Novos aviões super-velozes, carros possantes ou mesmo a onda quase mágica dos plásticos que tomavam a forma que se pretendesse dar, enchiam um imaginário em que as esperanças com as novidades também não deixavam de surgir com um ar de absurdo e ingenuidade.

As manchetes, em geral, tinham um tom exagerado e definitivo, as afirmações apareciam em sentenças imperativas que prediziam: “a indústria atômica revolucionará a indústria alimentícia”, ou então “a energia atômica pode modificar a estrutura da civilização” e “o início de uma nova era”⁹⁶. O futuro poderia trazer ainda casas cobertas apenas com ar quente, através de máquinas que formariam uma densa camada invisível, como foi anunciado num dos jornais da cidade. As próprias cidades teriam toda essa proteção contra a chuva e os raios solares. Segundo a imprensa, essa projeção de futuro não era “nenhuma utopia”. Os filmes de ficção científica e as histórias em quadrinhos encontravam seus apreciadores na cidade, que podia então também brincar um pouco com todas as possibilidades apresentadas.

Envolto nesse conjunto de discursos, o futuro para Cascaes apresenta-se como um conjunto de miragens alimentadas pelo oportunismo de “gente da cidade”, interessada em enganar os pobres ingênuos do interior. Mas, além disso é possível verificar como o artista brincou com muita desenvoltura com as quimeras da tecnologia moderna. As promessas de automatismo e facilidades que fizeram a fama de escritores de ficção científica e que sempre foram exploradas pela publicidade e pelo próprio discurso científico, aparecem num tom irônico e cético de alguém que não via nenhum prazer nas mudanças que eram apresentadas. Mais uma vez é o futuro que está em jogo e Cascaes trata de formular uma espécie de contra-representação, apresentando o ridículo da situação.

Em outro conto, referindo-se mais uma vez aos políticos que faziam promessas mirabolantes para conseguir votos das pessoas simples do interior, compara essa prática da

⁹⁶ O Estado. Florianópolis, 10/08/1956, n.º. 12.517, ano XLIV, p. 5.

“gente da cidade” inescrupulosa à uma “eleição bruxólica”, onde a vencedora deve fazer cumprir todas as malvadezas que havia prometido. Se as bruxas tinham como propostas, prender crianças, dar nós cegos nos rabos dos cavalos e fazê-los voar, separar casais, depenar galinhas e toda uma sorte de magias inexplicáveis, os políticos também não ficavam atrás. Nesse caso, a mágica da bruxa é substituída pelos poderes de tudo o que o mundo moderno poderia trazer de benefícios, por mais caricaturais que fossem, para a população.

Cascaes talvez estivesse elaborando a idéia de que as classes populares de Florianópolis submetiam-se a um controle social baseado na exploração dos grupos políticos e empresariais que dominavam as esferas de poder de Florianópolis. Os partidos hegemônicos, UDN e PSD, reproduziam a dominação das elites, apostando na posse dos horizontes de expectativas da cidade. O futuro, por mais absurdo que parecesse, era apresentado para a classe média através de objetos de consumo e promessas de ascensão social, enquanto que aos pobres era oferecido um porvir em que as carências materiais que afligiam essa população seriam magicamente resolvidas, através do toque taumátúrgico dos grandes chefes políticos da cidade, que agora também tinham o amparo do discurso da modernização tecnológica tanto na indústria quanto na agricultura, com a atuação cada vez mais comum no meio rural catarinense de empresas agroindustriais e de entidades de assistência técnica que propagavam as novas tecnologias, prometendo a modernização do campo e alterando as antigas formas produtivas. Num outro trecho do conto, um pescador descreve seu contato com o político da cidade:

“Três antonte, tivero lá em casa dele, uns home rico da cidade que viéro a pricura de enleitôri prá eles fazê móde inleção prá depotado de falação da cambra da capitáli. Eu tava lá, sô Sarafim, e assistí as cunversa deles cás pessoas que aparecero lá em casa do Diulindo. Sinhôri! Eu nunca vi uns home tão bão quiném aqueles. Parício inté que tinha coração de pomba, sem féli. Eles primitero inté fazê casa de tijolo prá um pudê de gente daqui, só proquê acharo essas casa de parede de estuque munto fraca; primitero prá Ináça uma vaca que dá leite, croste, coalhada, nata, manteiga pura e quejo. Dissero que sai tudo prontinho de dentro do ubre da vaca, sem a gente percisá se incomodá. É só apará quando quisé, dentro de vasihias ou de balaios. Prá Nazara primitero galinha que bota ovo crú, cuzido, frito, com sáli, feito estrela e com açucre, feito bolo. E sabe de uma cosa, sô Sarafim, as galinha que eles

primitero bóto de dôs a três ovo por dia. Uns são amarelo, otros vremeio, azúli e muntas otras côri. Primitero pro mô ermão Luço, pranta de parrera de uva de toda culidade que dá uva em cacho e vinho já engarrafado, cás garrafa pindurada no baraço da parrera. (...)⁹⁷

Juntamente com esses momentos de ironia, a iconografia vinha reforçar um

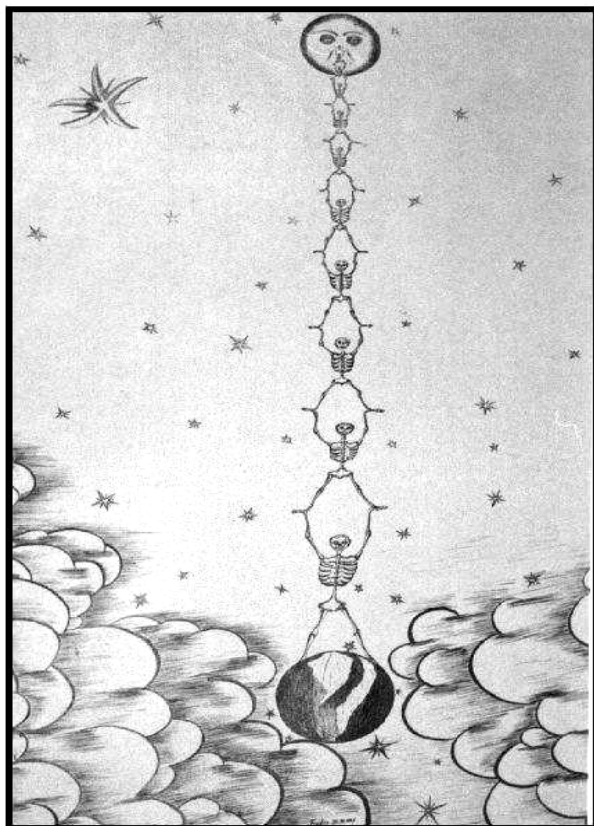


Fig. 21: Sem Título
Franklin Cascaes (1961)
Coleção Elizabete Pavan Cascaes, Museu Universitário
(UFSC)

tom de desprezo ou temor pelos chamados avanços científicos e por tudo o que a Florianópolis urbanizada e em ritmo de transformação começava a valorizar. Em 1961, um desenho apresentava uma série de esqueletos que formavam uma espécie de ponte entre a terra e a lua. No verso, o autor explicava que a ciência exigiria “muitos sacrifícios físicos, intelectuais, morais e também muitas vidas”, até que se pudesse “penetrar nos labirintos dos misteriosos oceanos fosforescentes do cosmo”. Esse desenho também apresenta uma impressionante noção de movimento. Os vários esqueletos que

sobrepõem-se em direção à lua, podem também ser vistos como um só que, seqüencialmente, como se fosse um desenho animado, avança para cima. De alguma maneira, encontra-se aí não só a cultura da imagem em movimento que caracterizou o século XX como o século do cinema, mas também dá a entender que Cascaes começava a manejar com um conjunto de artefatos simbólicos e um horizonte de experiências sociais que começariam a ser apropriados pela televisão e, a partir daí, multiplicar-se-iam infinitamente, criando toda uma nova cultura

⁹⁷ CASCAES, Franklin. Eleição bruxólica. In _____. Op Cit., 1989. p. 11-15.

baseada na comunicação por imagens. Aliado a isso, o texto que acompanha o desenho não deixa dúvidas quanto à visão de um futuro transtornado e aterrador. A tão propalada marcha da ciência e da razão aparece assim como uma tragédia que tomaria de assalto a vida dos homens, mesmo que estes ainda pudessem “com suas naves espaciais artificiais desembarcar na superfície da lua e de lá regressar à coitadinha de nossa terra, trazendo o recado que tão ansiosamente esperamos”. É certamente um futuro pouco promissor.

Polifonias: futuros em confronto

4.1. O futuro por obra do passado

A visão da estação rodoviária, inaugurada em 1960 e posteriormente desativada em fins dos anos 70, aparecia nos jornais como uma novidade a ser saudada com grande entusiasmo. Principalmente os partidários do então prefeito do PSD não economizavam adjetivos para a obra, que seria a realização das grandes expectativas alimentadas quanto ao futuro da cidade. Próxima às duas principais avenidas de então, a Hercílio Luz e a Mauro Ramos, a nova rodoviária surgia como um espetáculo urbano, com o constante movimento de chegada e saída de ônibus e o burburinho dos transeuntes. A chegada da noite intensificava essas imagens, “com os letreiros luminosos que já despontam, com o vai-e-vem do público, é belíssimo o quadro que oferece a Estação Rodoviária desta Capital. É quando o espectador tem a nítida impressão de que se acha numa cidade grande”¹.

Este capítulo pretende avançar reflexões sobre as possibilidades de futuro que estavam sendo imaginadas para Florianópolis e, assim, retoma também uma série de questões que foram esboçadas anteriormente, com o objetivo de tornar ainda mais claros os contornos políticos das idéias, imagens e representações que foram construídas sobre o futuro da cidade, bem como a construção de uma certa cultura de classe, encontrando traços simbólicos de distinção social com os quais as camadas médias da cidade passavam a identificar-se.

O que no início da década de 1950 surgia nas páginas dos jornais, na literatura e nos discursos oficiais como possibilidades futuras, foram aos poucos se transformando em

¹O Estado. Florianópolis, 03/04/1960, n.º. 13.854, ano XLVI, p. 1.

recursos políticos e mesmo importantes fontes de investimentos e lucros capitalistas. Caminhamos agora para a década seguinte, quando é possível identificar que o futuro tornou-se uma forma de intervenção política e como tal foi alvo de disputas e confrontos. A partir deste momento e particularmente nos anos que antecederam o golpe militar de 1964, ocorreram processos extremamente conflituosos e ambíguos do ponto de vista das estratégias de ação definidas pelos diversos setores sociais, políticos e econômicos, com vistas a controlar as formas de desenvolvimento a serem implantadas em Florianópolis. As antigas oligarquias associaram-se aos novos investidores capitalistas no sentido de fazer continuar seu domínio sobre a cidade. Ao passo que a diversificação de atores políticos tornava a capital de Santa Catarina palco para a atuação de novos personagens e, mesmo de propostas diferentes daquelas que acabaram prevalecendo.

Esta é uma história muito sinuosa e cheia de elementos em princípio pouco importantes mas que, no conjunto, servem para configurar um momento em que uma certa formação discursiva prevaleceu entre todos os grupos que promoviam embates políticos e culturais. A partir deste momento o futuro não só era possível, mas era algo a ser arduamente disputado. A sociedade de Florianópolis começava a diversificar-se e o espectro de possibilidades e projeções ampliava-se. Uma estrutura de classes própria das sociedades capitalistas modernas começava a ser verificada, com todas as decorrências culturais desse processo. Frações mais ou menos sofisticadas das camadas médias encontravam formas de reprodução social diferentes e uma diferenciação dos padrões de vida era introduzida ao passo em que a cidade urbanizava-se e inscrevia em sua distribuição espacial as fronteiras simbólicas e materiais entre os grupos sociais. Para aqueles setores que conseguiam ganhos salariais mais altos, desde a elite econômica e política, até as diferentes profissões liberais e carreiras públicas que formavam os contingentes das camadas médias, a cidade começou a proporcionar ambientes de demarcação de posições de classe em relação aos grupos populares marginalizados e lançados às regiões periféricas.

A cidade produzia novos sons, novos ruídos, misturava falas e discursos. Uma polifonia de visões urbanas e projetos políticos evidenciava que Florianópolis tornava-se palco de conflitos que diziam respeito a uma luta entre diversos grupos pela posse da legitimidade social para indicar-lhe rumos e construir seu futuro. As visões de futuro

tornavam-se peças importantes do jogo político e das lutas pelo poder na cidade. Na literatura, na imprensa, nos projetos e planos oficiais, as abordagens tornavam-se mais variadas, contudo o bloco de poder que dominava a cidade tinha instrumentos capazes de impor sua vontade. E é esta a história deste capítulo, ou seja, de como as diversas falas, a polifonia urbana foi aos poucos sendo cerceada em favor de uma fala única, de um discurso uníssono, que procurou abafar todas as outras alternativas de futuro.

Segundo um dos mitos primais de constituição da cidade, a Babel bíblica, a urbe expressa a contradição, o momento em os homens começaram a ter falas e desejos diferentes, não mais conseguindo entender-se com harmonia, disputando diferentes projetos sobre o futuro. “Nesse espaço de concentração populacional, os homens que vivem na cidade não se entenderão, estando, pois, contida na narrativa original, uma condenação: a cidade está destinada a ser centro de conflito”². Metaforicamente, as diferentes e díspares vozes da Babel constituem a cidade como espaço a um só tempo polissêmico e polifônico. O urbano é um tema, ou seja, “um sistema de signos dinâmico e complexo”, ao qual podem estar associados significações díspares, como pecado e salvação, progresso e miséria. E o horizonte de possibilidades abertas por esse lugar sempre múltiplo resulta numa luta pela posse da enunciação e da capacidade atribuir significados, sempre provisórios e em relação às dinâmicas sociais³. Portanto, pode ser um texto, uma escritura onde várias enunciações cruzam-se, formando um conjunto aberto de significados. E é nesse ponto que se obtém sua polifonia, na medida em que as mais díspares vozes e falares urbanos podem exprimir-se, num determinado momento histórico, sem necessariamente estabelecer-se um princípio de dominação.

A heterogeneidade discursiva presente na cidade e a pluralidade de projetos e representações que o cenário urbano põe em andamento, fazem com que a cidade seja muito mais do que suas ruas e prédios e construídos, apresentando-se como lugar de disputa dos sonhos. Luta entre futuros possíveis. Nesse processo, é possível recolher olhares específicos sobre o urbano, partindo de agentes políticos que construíram visões e imagens constituidoras

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p. 7-8.

³ BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 128-136.

de realidade. Na literatura, na imprensa, nas artes plásticas e nos planos urbanísticos, é possível recolher um conjunto de indícios e sinais com os quais aborda-se a história de uma cidade como Florianópolis como uma obra também do imaginário. Em certo sentido, só é possível alcançar a dimensão da disputa de projetos e futuros que ocorreram na cidade a partir de suas metáforas, tentando analisá-las com o rigor metodológico necessário, que se obtém com o cruzamento de informações, ou seja, com a própria experimentação da polifonia urbana.

Mas não só de sons vive a cidade. Lugar por excelência do olhar, certamente o sentido humano mais esgarçado pela experiência urbana da modernidade, a cidade desenvolveu a comunicação visual e a necessidade de que ao mesmo tempo em que se olha, também se está sendo olhado. Não é possível imaginar a cidade sem olhá-la e os planos urbanísticos criam nos desenhos ou nas maquetes a necessária visão do futuro, algo que as expressões artísticas dos futuristas, tanto os italianos quanto os paulistanos do início do século XX, sabiam com precisão. O futurismo mudou “o ponto de vista do qual se olha a cidade”, que deixava de ser um lugar de sombras e temores e passava a ser adorada, numa apologia das capacidades polifônicas das metrópoles industriais, com a simultaneidade de subjetividades, permitindo a antecipação urbana, a possibilidade de adiantar-se aos fenômenos, construindo a cidade virtual, uma máquina perfeita e funcional, que faria explodir o passado de monumentos e alegorias comemorativas⁴.

Esse conjunto assimétrico de experiências e expectativas constituem a cultura urbana e a cultura de futuro aqui investigada. Florianópolis chegava à década de 1960 vivendo o dilema do desenvolvimento e da transformação, ao mesmo tempo em que pretendia-se torná-la o cenário para a reprodução do poder político e econômico. Um horizonte polifônico abria-se e é possível seguir seus passos a partir de alguns indícios. Mais do que isso, pode-se ainda esboçar os mecanismos pelos quais tratou-se de travar e impedir a experiência polifônica, impondo um único cenário possível para o futuro da cidade.

A rigor, Florianópolis não apresentava ritmos muito diferentes de sua tradicional e decantada mansidão e tranqüilidade. A literatura ainda tinha como tema mais comum o marasmo e o ritmo cadenciado da vida urbana florianopolitana. Silveira de Souza

⁴ CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1997. p. 59-75.

publicou um conto em Sul dando conta da percepção dos ritmos da cidade na literatura. Cidade silenciosa, pequena, “sem vida noturna”. Suas “casas baixas, ruas estreitas”, cercadas pelo morro, “com seus negros, suas misérias, suas brigas, suas macumbas”, onde brilhava apenas “uma luz ou outra”. A descrição segue sempre ressaltando a idéia de sonolência, vagar: “o mar também também dormia, quieto, frio, sem canções”. Apenas dois elementos novos quebram a monotonia. Um automóvel que seguia pela orla da Prainha, com seu farol “que aparecia e desaparecia, por trás das árvores e das casas”. Além das batidas do relógio da Catedral, marcando duas horas. Batidas “metálicas, lentas. Logo depois as da Nossa Senhora do Rosário”. O carro e o relógio integram-se na paisagem de maneira forçada, como que destoando do conjunto que é traçado harmoniosamente pela narração. Como se fosse uma coabitação de ritmos e de tempos, mas de uma maneira insolúvel, angustiada⁵.

A comparação com as grandes cidades era inevitável. De diversas maneiras, Florianópolis parecia ainda mais pequena quando confrontada com as grandes questões que os membros do grupo Sul tinham diante de si. Os comentários de Ody Fraga — que posteriormente tornaria-se cineasta em São Paulo, dirigindo mais de vinte filmes, especialmente no gênero da pornochanchada⁶ — sobre “Luzes da Cidade”, de Chaplin, servem para demonstrar que, a despeito das fragilidades da cidade em que viviam, esses intelectuais mantinham-se em contato com as discussões a respeito dos fenômenos do mundo moderno. Assim, é perfeitamente compreensível que houvesse interesse em analisar o personagem Carlitos concebendo-o como “contraponto espiritual do homem dentro da multidão”, que “permanece puro, verdadeiro, integral”, apesar do desajustamento, da frustração, das fobias da cidade moderna que, “quanto mais cresce, mais se desagrega, se parte em grupo de interesses comuns, em classes, numa total anulação do homem”⁷. Num momento em que os grupos políticos e empresariais que dominavam a cidade procuravam a todo custo impor suas vontades e interesses a respeito do futuro, essas imagens pareciam inconvenientes. Logo a imprensa começou a abrigar artigos que acusavam muitos de não quererem o progresso da cidade, ou seja, “os do contra”, taxados de “críticos baratos”,

⁵ SOUZA, J. P. Silveira de. Busca. In SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis. Ano: V. Out/1952. n° 17. p. 71-72.

⁶ MILANESI, Luís. Ody Fraga. In Revista SET: cinema e vídeo. São Paulo: Azul. Ano I. 1988. n° 7. p. 56-57.

⁷ FRAGA, Ody. Chaplin e a saga do homem. In SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis. Ano VI. Ago/1953. n° 20. p. 20.

“pessimistas” e “demagogos”, dos quais apenas esperava-se “muitas palavras e nenhuma ação”⁸.

Juvenal Melchiades de Souza descrevia uma manhã no centro de Florianópolis, onde “ônibus apinhados de gente chegavam de todos os cantos da cidade”, num dia alegre em que “as reverberações solares aumentavam gradativamente o calor”. Enquanto “uma cigarra cantava o seu canto aveludado” era acompanhada pelos pardais que “chilreavam na ramada da secular figueira do Jardim Oliveira Belo”⁹. Portanto, a “impiedade” da metrópole certamente não era encontrada em Florianópolis mas, quem sabe, no futuro isso poderia tornar-se realidade, especialmente se o cotidiano das pessoas simples da cidade fosse transformado abruptamente pelas promessas de riqueza fácil e rápida.

Este era um dos temas do filme “O preço da ilusão”, projeto idealizado por membros do grupo Sul e realizado entre 1957 e 58. O argumento de Eglê Malheiros e Salim Miguel era inspirado na estética neo-realista, com a qual os autores vinham tomando contato há algum tempo, através da exibição de filmes italianos na cidade pelo Clube de Cinema de Florianópolis, ligado ao Grupo Sul. A obra, da qual restam apenas os quinze minutos finais, conta duas histórias paralelas. Uma jovem que tenta vencer as limitações de sua vida participando de um concurso de beleza e um menino que quer montar um boi-de-mamão. A novidade ou a tradição. Um conflito que termina em tragédia. A moça acaba vencendo o concurso mas desentende-se com seu patrocinador, que havia comprado os votos do júri. Saindo rapidamente da cidade em um carro, ela acaba despencando da ponte e morrendo no mar¹⁰. Um final muito próprio àqueles que buscavam romper o tempo e procurar o futuro. A ponte, instrumento de passagem, torna-se simbolicamente uma barreira, ameaçando jogar no mar todos os que pretendessem fazer a travessia para um outro tempo.

Mesmo em sua forma de cidade modesta, Florianópolis também começava a ser descrita pelos produtores de discursos a partir de temáticas próprias à sociedade urbana contemporânea. Osvaldo Melo, em sua coluna diária no jornal O Estado, em que durante anos

⁸ A Gazeta. Florianópolis, 17/03/1954, n.º. 4.641, ano XX, p. 6.

⁹ SOUZA, Juvenal Melchiades de. Do outro lado da vida. In _____. Pinguinhos. Florianópolis: ed. do autor, 1952. p. 47-49.

¹⁰ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Imagens do tempo. In BRANCHER, Ana (org.). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 11-25.

pregou o crescimento a qualquer custo da cidade, incentivando um verdadeiro “bota-abaixo” dos antigos edifícios do centro, já podia afirmar com satisfação na entrada dos anos 60, que Florianópolis já tinha agora muitos bairros, que iam ganhando vida própria, saindo a cidade aos poucos do “ramerrão do centro e crescendo em todo o sentido”. Os subúrbios aos poucos começavam a crescer e a se integrarem numa aglomeração única, formando a imagem de uma grande cidade, com diversas partes associadas, cada uma das quais com capacidade própria para dar habitabilidade e conforto aos seus moradores¹¹. Essa pequena grande cidade já projetava a utilização de recursos tecnológicos mais sofisticados, ansiando pela chegada da televisão, a maravilha que constituía o artefato mais sofisticado da civilização da imagem que tanto fascínio causava desde os primeiros daguerreótipos. Florianópolis, anunciava-se em 1960, logo entraria no quadro das capitais atingidas pelas imagens mágicas da TV. O morro do Cambirela estava sendo sondado com vistas a servir para a instalação de um retransmissor de sinal vindo de Porto Alegre. Assim, a cidade estava “em condições de ser servida por um dos maiores índices do progresso atual”¹².

O ritmo do centro aparecia ditado pela “gente que vai, gente que vêm” que não tinha mais “tempo para delicadezas”, só para “política, futebol e jogo do bicho”. Osmar Silva descrevia no rádio os ruas da cidade, com seu “trânsito mal dirigido, motoristas com vocação de barbeiro, freios que não funcionam”. De repente, “um cachorro morto”, que não desperta muito interesse pois “o amanhã será outro dia”¹³. Por outro lado, o radialista reclamava que fosse reavivada a audácia do “grande estadista” que idealizou e “emprestou o nome” à ponte Hercílio Luz, acabando com as “lanchinhas” que faziam a travessia do canal entre ilha e continente. Assim, poderia-se fazer o “progresso da cidade”, tornando-a “a sede nacional do turismo”, começando por substituir o velho Miramar por um “belo edifício”, que teria “atrações para os turistas”¹⁴.

O movimento urbano de ordenação de fluxos, controle de populações e automatização de serviços, tornava-se mais presente na cidade, evidentemente de um modo muito distante daquele que, mais ou menos pela mesma época tomava corpo em cidades bem

¹¹ O Estado. Florianópolis, 05/06/1960, n.º. 13.914, ano XLVII, p. 2.

¹² O Estado. Florianópolis, 15/06/1960, n.º. 13.922, ano XLVII, p. 2.

¹³ SILVA, Osmar. Ruas da cidade. In _____. Op Cit. p. 24.

¹⁴ SILVA, Osmar. No tempo da lanchinha. In Ibid. p. 56.

maiores do Brasil, já adquirindo os contornos das vias expressas. O romance “Pedra Grande” de Heitor Luz Filho, aborda em algumas passagens a forma de utilização de alguns serviços urbanos em Florianópolis, a começar pelo fornecimento de energia elétrica precário. “Em cada poste as lâmpadas eram como pequenas brasas quase consumidas”, pois a usina hidrelétrica que alimentava a cidade desde o início do século estava muito desgastada e superada. Além do mais, o autor indica como era possível deslocar-se de ônibus, desde a atual região da Agrônômica, de onde saía “sacolejando, rangendo nas molas”, até a praça XV de Novembro, no centro, tendo antes que subir “com lentidão a avenida Trompowsky”. Depois, para chegar à ladeira do Hospital de Caridade, era preciso tomar outro ônibus, gastando mais “dez minutos”. Finalmente, para chegar ao hospital ainda seria necessário subir a pé “quase quinze minutos”. A vida na cidade tem como característica básica essa regulação constante do tempo, a precisão do ritmo de cada indivíduo em função dos serviços oferecidos, os quais são planejados dentro do princípio de gerir os movimentos de uma grande população. Em outras passagens da mesma obra, percebe-se essa prevalência de dimensões espaço-tempo regidas para uma normatização de condutas. O relógio é um instrumento sempre presente na trama, como quando ao marcar quatro horas, “o apito da fábrica furou os ares” e, por isso, “as máquinas pararam e um silêncio repentino encheu a oficina”. Mais adiante, a personagem Maria do Céu “ouviu as dez badaladas do relógio e teve um sobressalto”. No final da obra é significativo que o despedaçamento existencial da personagem coincidissem com o “silêncio de um mundo morto”, no qual “até o velho relógio de parede estava parado, com os ponteiros marcando horas passadas”¹⁵.

Neste romance, o autor tentou traçar cenários para a vida de uma personagem habitante do Morro da Pedra Grande, na periferia de Florianópolis. Está presente no livro a idéia de angústia e descrença em relação ao futuro. O futuro possível para esses pobres da cidade só seria encontrado nas profundezas do canal que separa a ilha do continente, atirando-se da ponte. Foi o que restou à jovem Maria do Céu, após sofrer uma tentativa de estupro e assassinato por parte do próprio namorado e ver a desagregação de sua família. Maria do Céu só conseguia “ver diante de si a confusão dos dias futuros, dias indefinidos que talvez trouxessem lágrimas e desespero”. O final do livro é emblemático. Descendo o morro, que lhe parece “um mundo primitivo”, a personagem caminha sem direção e de repente vê-se “bem

¹⁵ LUZ F^o, Heitor. Pedra Grande. Rio de Janeiro: ed. do autor, 1953. p. 7; 48-49; 159; 174; 197.

no meio da ponte. Para qualquer lado que olhasse havia somente as trevas da noite e o horizonte incerto e frio perdido na escuridão do mar. Maria do Céu olhou para o abismo. O encontro das águas pareceu-lhe o embate dos destinos. Lá embaixo estava a paz, a grande paz que acabaria com os seus ódios”¹⁶.

Atirar-se da ponte rumo ao abismo, suicidar-se na antiga ponte Hercílio Luz, símbolo mais marcante da cidade, era uma das formas mais freqüentes encontradas por alguns indivíduos para solucionar seus problemas e encaminhar soluções para suas vidas, por vezes desencantadas e sem esperança. Suicídios na ponte começaram a ocorrer desde a inauguração desta. Um dos mais rumorosos casos foi o do professor de Português Anfilóquio Carvalho, que lecionava para Franklin Cascaes¹⁷. Freqüentemente a velha ponte tornava-se um “trampolim da morte”, como aconteceu no dia 16 de outubro de 1960, quando um certo Marino Germano Kruk, jovem solteiro de 21 anos, que trabalhava num parque de diversões no Estreito, “atirou-se da balastrada da ponte” para encontrar a morte. O jornal que noticiou o suicídio afirmava não poder confirmar a causa do acontecimento, descrevendo apenas que no bolso do suicida havia apenas “uma nota de Cr\$ 1,00, um cigarro solto e nada mais”¹⁸.

Florianópolis continuava a apresentar-se para certos olhares como um lugar rotineiro, perdida no marasmo, “numa escuridão de morte”. Destaque-se mais uma vez que os modernistas do grupo Sul deram contornos ainda mais precisos a essas noções, especialmente levando em conta a maneira como trabalharam a idéia de tempo em seus escritos. Um poema de Aníbal Nunes Pires é bastante ilustrativo a esse respeito:

Vazia está a taça
Resistência
O tempo consome os dias
Vorazmente
Eu quero as tardes e as noites já dormidas

As vozes contra o tempo...
Nem o éco
A resposta é o silêncio.
Inútil
Pesada é a espera do retorno
Eu quero as manhãs perdidas nas distâncias

¹⁶ Ibidem. p. 198-209.

¹⁷ COELHO, Mário César. Moderna ponte velha: imagem & memória da Ponte Hercílio Luz. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1997. p. 95.

¹⁸ O Estado. Florianópolis, 19/10/1960, n.º. 14.021, ano XLVII, p. 1.

Um dia que passa é uma chance fugitiva
Depois... a tormenta
E o suplício das frustrações.¹⁹

O tempo é o absoluto que vorazmente consome a vida. Num outro momento, analisando a obra de Virgílio Várzea, autor catarinense da virada do século XIX para o XX, Pires havia afirmado que “o tempo é o único fator absoluto, por isso que julga os homens com justiça irremediável. Somos escravos desse absoluto que nos limita a existência”²⁰. Segundo Valdézia Pereira, há assim uma evocação a respeito da “impossibilidade da vida provocada pelo tempo, onde o homem é colocado como realidade finita”. Para Pires as possibilidades humanas recairiam no passado, “e o futuro é apenas a representação do próprio passado”, manifestando-se “cada fato antigo como flagrante de uma realidade fugidia”²¹. A transitoriedade humana diante da onipotência do tempo deixa a memória como único instrumento capaz de dar sentido à existência.

Salim Miguel, em um conto sobre um velho colecionador de relógios, avança no tema. Para o personagem, “os relógios marcam as horas, sim, porém não só isto”, são “nossos donos, que nos têm nas mãos, pois ninguém nega que nós somos meros prisioneiros do tempo”. A veneração do tempo, fazia com que Alexandro Galiani não mais conseguisse diferenciar muito bem “passado, presente e futuro”. Na sua “estranha teoria”, o passado “só em nós subsiste, mas mesmo assim transformado e nós o podemos recriar a nosso bel prazer”. Já o futuro “não é nada mais do que uma projeção do passado e presente. Nós fazemos com o presente nosso futuro. Logo, futuro é presente assim como presente é passado e só este existe”²².

A valorização do tempo é um fruto notório da sociedade moderna, que acelerou-o proporcionando também a compressão dos espaços. Foi construída toda uma nova cultura centrada na inovação constante, no consumo contínuo de objetos, máquinas e ferramentas capazes de produzir o mais rápido possível, gestando um cotidiano que preconiza

¹⁹ PIRES, Aníbal Nunes. Poema do impossível. In SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis: Ano IV. Ago-set/1951. n° 14. p 3.

²⁰ PIRES, Aníbal Nunes. Virgílio Várzea (1863-1941). In SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis: Ano IV. Abr/1951. n° 13. p. 6.

²¹ PEREIRA, Valdézia. A poesia modernista catarinense das décadas de 40 e 50. Florianópolis: UFSC, 1998. p. 47-49.

²² MIGUEL, Salim. Velhice, um. In _____. Velhice e outros contos. Florianópolis: Edições Sul, 1951. p. 41-47.

a utilização produtiva de todo tempo disponível, estabelecendo a “compressão do tempo-espaço”²³. Mas, em Florianópolis, a ausência disso tudo, a frustração de viver em um lugar onde os dias pareciam escapar sem que nada acontecesse, levava à sensação de que seria totalmente fora de propósito projetar o amanhã: apenas esperar a tormenta de todos os dias e sonhar com o tempo perdido.

A intervenção sobre o modo como aquela sociedade construía sua própria representação do tempo e manejava seus efeitos, parece estar no centro dessa discussão e dessa confrontação entre aqueles discursos que anunciavam a chegada de um futuro grandioso para Florianópolis e o tom grave e cético encontrado em um breve passeio pela literatura que tematizava a cidade nos anos 50. Pode-se talvez sugerir que os modernistas pareciam sintonizar-se com os ruídos distantes de idéias que circulavam em outros meios, como os “beatniks” norte-americanos, que não viam qualquer esperança em um mundo ameaçado pela destruição nuclear e buscavam o máximo de prazer imediato, num hedonismo intenso.

O artigo de um colaborador da revista Sul sobre a “função social do arquiteto” apresentava alguns elementos bastante freqüentes nas concepções sobre a temporalidade moderna. Abordando a pujança econômica da cidade de São Paulo, o autor afirmava que aquela cidade registrava “seu crescimento no relógio”. Seriam “quatro a cinco casas por hora”, fora edifícios e fábricas, tudo revelado pelas estatísticas. O resultado poderia ser visto em locais como o Jardim Paulista, um “antigo brejo”, que ficou totalmente construído “em menos de seis anos”. Provava-se assim, que “nada persiste à marcha da evolução”, fazendo com que “no futuro mundo super-socializado” estivesse “reservado ao arquiteto um papel relevante”²⁴. Mesmo sem tratar de Florianópolis, com autoria provável de um paulista, o texto foi publicado numa conjuntura em que tinha tudo para ser lido com atenção. Eram idéias que faziam-se ouvir pois tinham a legitimidade de pertencerem a uma formação discursiva aceita e autorizada naquele momento na cidade, ou seja, como diria Pierre Bourdieu, tinham um alto valor no “mercado lingüístico”. Deste mercado fariam parte os componentes que formam o *habitus* de um determinado grupo social, isto é, “as estruturas mentais” por meio das quais os agentes “apreendem o mundo social”, o que os leva “a perceber o mundo como evidente e a

²³ HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993. p. 219.

²⁴ BAHIANA, Carlos Henrique. Função social do arquiteto. In SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis: ano IV. Abr/1951. n° 13. p. 12-13.

aceitá-lo de modo muito mais amplo do que se poderia imaginar”. As noções de progresso e evolução, mesmo quando consideradas inexistentes na cidade, proporcionavam aos emissores de discursos a idéia confortável de “um mundo de senso comum, um mundo social que parece evidente”, perfeitamente apreensível²⁵.

Na rádio Guarujá eram lidos textos escritos no Rio de Janeiro por um certo Alvarus de Oliveira, também publicados no jornal O Estado. Numa das edições deste “Diário da Metrópole” de novembro de 1950, o tema era a sinfonia urbana gerada pelo conjunto de sons e movimentos constantes que tomavam as ruas da grande cidade. O movimento metropolitano é descrito como um ambiente de vigor, agitação e inquietude. O apito das fábricas, os motores e os barulhos de máquinas tomavam conta das percepções possíveis dos seres que conviviam com o vida nas cidades²⁶. O tema da cidade como uma grande orquestra sinfônica regida por um maestro invisível, com movimentos precisos e combinados de inúmeros elementos distintos e em constante êxtase faz parte da imaginação moderna. No cinema, é possível mencionar duas obras clássicas da década de 1920. “Berlim, sinfonia da metrópole”, do alemão Walther Ruttmann e “Um homem com uma câmera”, do russo Dziga Vertov, não só aproveitaram as capacidades criativas da imagem em movimento, mas exploraram o quanto de novo, belo e trágico a vida urbana moderna envolvia. Os sujeitos da cidade, os personagens, desde o amanhecer ao cair da noite, em um movimento frenético e, por vezes, inexplicável. De todo modo, a maneira como a vida na cidade conseguiu reunir multidões díspares em movimentos que tenderiam a combinar-se e em colaboração para o funcionamento geral da grande máquina que é a cidade, inspira desde o início da modernidade evocações de grandiosidade, temor e fascínio incomuns.

A cidade de Florianópolis motivava então uma temática própria, abordada de um modo talvez mais tímido, mas não muito diferente das questões e inquietações que agitavam as sociedades industriais do pós-guerra. Berman identifica naquele momento “a separação radical entre o modernismo e a modernização”. Até então, ocorrera “uma inter-relação dialética entre a crescente modernização do meio ambiente — particularmente do meio urbano — e o desenvolvimento da arte e do pensamentos modernistas”. No caso da arquitetura isso foi simbolizado pela substituição nas grandes cidades dos edifícios *art-dèco* e dos bulevares, que na Europa foram elevados à categoria de inspiradores da nova arte por

²⁵BOURDIEU, Pierre. O mercado das trocas lingüísticas. In ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994. p. 158-159.

²⁶ O Estado. Florianópolis, 01/11/1950, n.º. 10.993, ano XXXVI, p. 3.

poetas como Baudelaire, pelas amplas vias expressas, deixando claro que “o preço da modernidade” é muitas vezes também a destruição “de tudo o que há de mais vital e belo no próprio mundo moderno”²⁷.

A “automovelcracia” norte-americana logo tomou de assalto todos os espaços públicos, impedindo o trânsito de pedestres ou do transporte de massa. As sensações intensas do mundo urbano só poderiam ser conhecidas na direção de um carro. Uma maneira nova de disciplina social que, ao invés de pretender controlar multidões, simplesmente provoca o extermínio da vida pública em nome de uma sociabilidade individualista. Além do mais, Harvey aponta como a fé modernista que, até então havia alimentado projetos generosos, em muitos casos serviu para os fins de movimentos políticos reacionários, que justamente pretendiam congelar o “vir-a-ser”, o movimento e o dinamismo, em nome de uma estetização ideal da vida e da política e, assim, “Le Corbusier flertou com Mussolini e se comprometeu com a França de Pétain, Oscar Niemeyer planejou Brasília para um presidente populista mas a construiu para generais implacáveis, as percepções da Bauhaus foram empregadas no planejamento dos campos de morte”²⁸.

As expressões modernistas a partir de então seriam muito mais voltadas para explorações existenciais, ultrapassando as reflexões sobre a vida de homens e mulheres que continuavam vivendo nas cidades. Os “beatniks”, por exemplo, iriam empregar o recurso do “pé na estrada”, das viagens, sejam externas ou internas. Entre o niilismo, a recusa ou o engajamento a movimentos de esquerda, travava-se um esforço para formar um pensamento alternativo. Pode parecer que em Florianópolis não haviam nem tantas alternativas e, provavelmente, nem tanta urgência. Mas as diferenças talvez sejam muito mais de grau que de natureza. A ausência de uma “cultura de futuro” hegemônica entre os intelectuais também poderia significar uma maneira de desacreditar as possibilidades que eram sugeridas por capitalistas e poder público. Uma crise de representações tomava conta da cidade, sem que um novo cenário tivesse ainda sido imposto. O futuro continuava em aberto, mas não por muito tempo. Logo os donos da cidade tratariam de impô-lo ao seu jeito. Era o passado, as formas tradicionais de exercício de poder, ditando o futuro da cidade.

²⁷ BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986. p. 280-293.

²⁸ HARVEY, David. Op Cit. p. 256.

4.2. A cidade tem donos

A década de 1950 estava terminando e já era possível antecipar algumas mudanças. Depois de um domínio absoluto da UDN, o PSD voltava com força total ao poder com Celso Ramos, fazendo prevalecer a oligarquia que sempre comandara o partido. Além disso, em todo o país respirava-se um tempo de expectativas e no qual os horizontes pareciam estar abertos e ao alcance de todos. Pelo menos era o que o discurso oficial, associado à força crescente da mídia, fazia crer. Um anúncio de geladeiras publicado na cidade estava de cabeça



Fig. 22: Cartaz de propaganda da Campanha de Celso Ramos (O Estado, 21/09/1958)

para baixo. Explicação: “este anúncio é ‘bossa nova’ no ‘duro’ mas... qualquer que seja a sua escolha... é um Brastemp”²⁹.

O governo Juscelino Kubsticheck, apesar de toda a crise econômica em que se viu envolvido, terminava de modo apoteótico. A inauguração da nova Capital da República, Brasília, plantada no isolado Planalto Central brasileiro, tornou-se assunto obrigatório e apareceu como um grande espetáculo político, agindo sobre o imaginário de futuro que estava sendo construído, através da concretização dos sonhos que o desenvolvimentismo

alimentava. O Presidente foi apresentado pelos jornais como um “contemporâneo do futuro”. A edição especial do jornal O Estado sobre a inauguração da nova Capital teve como seus principais anunciantes empresas de transporte e de automóveis, tendo como mote prioritário a interiorização do país e a eliminação das grandes distâncias do “país-continente” que sempre haviam sido um obstáculo ao desenvolvimento do Brasil. O país começava a caminhar “mais

²⁹ O Estado. Florianópolis, 11/06/1960, n°. 13.919, ano XLVII, p. 3.

rápido”, com uma política econômica baseada no planejamento estatal, antecipando as possibilidades futuras dos grandes investimentos em infra-estrutura e com a associação dependente ao capital externo. A fórmula desenvolvimentista parecia quase indiscutível, abafando as vozes dos que ainda mantinham uma posição inabalável em defesa do liberalismo completo, sem qualquer participação do Estado. Em Santa Catarina, o novo governo do PSD começou a transformar o proselitismo da campanha eleitoral em discurso oficial. Tratava-se de despertar para a “marcha pelo desenvolvimento”, num processo em que “homens de empresa se juntam a administradores públicos, mestres e outros dirigentes de empreendimentos comerciais”³⁰.

O candidato vitorioso das eleições de 1960, Celso Ramos, utilizou largamente os recursos de mídia disponíveis, enchendo as páginas dos jornais vinculados ao seu partido de anúncios publicitários com técnicas de persuasão bem mais avançadas do que era costume em Santa Catarina. A propaganda eleitoral aproximava-se da propaganda comercial, vinculando ao produto, no caso o candidato, uma série de qualidades e associações de imagens que pudessem instigar o impulso do consumidor, ou seja, o eleitor. As promessas de campanha eram apresentadas de tal forma a parecerem novidades, tal qual um aparelho eletrodoméstico, sugestionando a facilitação da vida e a diminuição do tempo para resolver problemas. As eleições ocorriam após o grande impacto político causado pela morte simultânea, em 1958, num acidente de avião na região de Curitiba, de Nereu Ramos, o chefe do PSD estadual e do então governador Jorge Lacerda, da UDN. Os dois partidos tiveram que articular-se para a campanha eleitoral de 1960, aparando as disputas internas pelo vazio de poder então existente.

Por outro lado, não eram esquecidas as velhas intrigas políticas, lembrando sempre as supostas fraquezas do adversário. Uma das promessas mais importantes era a da criação de um banco estadual, que no proselitismo do PSD seria “um banco que não dê lucros para enriquecimento de um grupo econômico, mas para a melhoria das condições de vida do povo catarinense”³¹. A mensagem procurava atingir em cheio o adversário da UDN, Irineu

³⁰ O Estado. Florianópolis, 21/04/1960, n.º. 13.867, ano XLVI, p. 10; O Estado. Florianópolis, 09/04/1960, n.º. 13.859, ano XLVI, p. 1.

³¹ O Estado. Florianópolis, 01/10/1960, n.º. 14.009, ano XLVII, p.2.

Bornhausen, que era proprietário do banco Inco. O Estado deveria intervir com mais intensidade na economia, controlando novas áreas e promovendo o desenvolvimento, seguindo os paradigmas e os discursos mais comuns na época. Assim, a energia elétrica também eleita como uma das alavancas do futuro a ser construído, gerando mais progresso e empregos. Empregando a lógica da terra arrasada, ou seja, a de que Santa Catarina até então teria sido vítima de um atraso crônico e que quase nada havia sido feito para tirar o Estado dessa situação, construía-se um discurso que fabricava e elegia o atraso como o grande adversário e o futuro como algo concreto a ser alcançado com base em algumas iniciativas.

Florianópolis e região eram tidos como um dos “currais” eleitorais do PSD, o que se refletia nos números e no poder e prestígio que as figuras proeminentes do partido tinham na cidade. Como já foi mencionado, Aderbal Ramos da Silva era o político mais influente na Capital e, assim, seu partido contava com vantagens consideráveis na cidade. Mesmo após 10 anos de domínio da UDN no Estado, esta agremiação não conseguiu desbancar a influência dos Ramos, apesar de ter tentado isso ao aproximar-se da elite local, através de clubes e associações tradicionais que se viam discriminadas em relação àquelas que recebiam consideração dos próceres do PSD. Clubes de remo e futebol, jornais e rádios, clubes sociais, enfim, diversos espaços de sociabilidade da classe dominante de Florianópolis foram disputados palmo a palmo pelos dois grandes partidos.

Mesmo assim, o PSD manteve seu domínio eleitoral, conseguindo que o candidato Celso Ramos fosse o mais votado na cidade. Para tanto, prevaleceu o discurso da cidade discriminada e injustiçada pelo grupo que então detinha o poder. As “poderosas forças adversas” que vinham fazendo Florianópolis passar por “decepções, por amarguras, sofrendo desilusões, ingratidões”, seriam agora desbancadas, oferecendo a esperança de “dias melhores para recuperar-se, para tomar posição no lugar que lhe compete”, com a condição de criar uma “barreira que impeça o trabalho do que sempre a menosprezaram”³². Na retórica de campanha, novamente o discurso da cidade marginalizada e posta à margem do desenvolvimento estadual era reativado, como uma poderosa forma de fazer convergir para a candidatura Ramos o imaginário já constituído ao longo de décadas.

³² O Estado. Florianópolis, 06/10/1960, n.º. 14.012, ano XLVII, p.2.

O prefeito de então, Osvaldo Machado, também do PSD, não tinha grande prestígio popular, mas isso não chegou a prejudicar o partido. Sua eleição foi a coroação da administração de Osmar Cunha na cidade, o primeiro prefeito eleito em Florianópolis. Cunha, candidato por uma composição entre o PSD e o PTB, chegou ao poder em 1955 após uma eleição muito disputada, a começar pela própria decisão da Assembléia Legislativa que concedeu autonomia administrativa para a cidade. A UDN no poder estadual, tinha até então o direito de nomear o prefeito da Capital, o que foi feito com a indicação de Paulo Fontes. A reação do PSD local não se fez tardar e, juntamente com uma oposição virulenta através da imprensa, com acusações de incompetência e improbidade administrativa, logo começou a campanha para que Florianópolis tivesse direito a eleger seu próprio prefeito. Conhecendo sua força na cidade, o partido dos Ramos tinha absoluta certeza de retomar o poder na Ilha e daí constituir um *front* contra o domínio do partido dos Konder-Bornhausen.

A eleição de 1954 para a prefeitura de Florianópolis já indicava que valores novos começavam a se afirmar nos discursos correntes sobre o futuro da cidade e sobre os projetos que tendiam a levar a Capital para uma forma de crescimento urbano acelerado. As críticas mordazes ao prefeito de então, sugeriam que eram criadas algumas expectativas que deveriam ser atingidas pelo seu sucessor. Paulo Fontes era tratado pela oposição como o “pior prefeito do sul do mundo”, caracterizando sua administração pelo “não faz nada”, deixando de “efetuar o calçamento de uma única rua desta capital”.

Deixando de lado toda a retórica eleitoral, algo mais incomodava a oposição que logo viria a tornar-se governo. A primeira proposta de um Plano Diretor para a cidade estava sendo elaborada desde 1952 e, portanto, o futuro dos investimentos em Florianópolis estava em jogo. Uma “cidade nova” era anunciada pela prefeitura, com muitos planos para a construção de hotéis em pontos tão distantes quanto Ingleses, Lagoa ou Pântano do Sul. A estrada do Morro da Lagoa da Conceição estava sendo pavimentada e a administração municipal prometia para breve a melhoria das “condições turísticas daquele local”, considerado um dos “passeios mais lindos que podemos apresentar aos que visitam a nossa Ilha”. Projetava-se a construção do mirante, com jardins, vias de contorno e uma grande área de estacionamento. Os opositores cobravam ações concretas e não apenas “planos e mais planos”, exigindo que o prefeito anunciasse “o que fez, ou melhor, o que podia fazer e deixou

de fazer, entravando o progresso de Florianópolis”³³.

A tranqüila vitória de Osmar Cunha, além de reafirmar o domínio do PSD, indicava a afirmação de um tipo de cidade almejado³⁴. Num momento em que a cidade planejava o futuro, era indispensável que grandes interesses entrassem em jogo e houvesse a convergência dos grupos dominantes no sentido de controlar os meios possíveis de elaboração das políticas de desenvolvimento que seriam implementadas para a cidade. O turismo, até então uma idéia que aparecia na imprensa com insistência mas que não havia se tornado efetivamente parte do discurso oficial, passou a ser uma meta incontestável na cidade. Os planos e projetos que até então surgiam de alguns empresários ou proprietários de terras balneárias, foram aos poucos sendo incorporados pelo poder público. Iniciativas como a do Clube do Penhasco ganhavam destaque. Os “objetivos turísticos” do novo prédio eram ressaltados a fim de legitimá-lo ainda mais. Foi apresentado em alguns anúncios publicitários como um “disco voador sobre a pedra”. A obra estava ao encargo da construtora Civitas, obedecendo ao projeto do arquiteto Valmy Bittencourt. Localizado na Prainha, na beira de uma escarpa que oferece visão frontal para a Baía Sul, este clube passou por um penoso processo de construção que custaria alguns anos até sua entrega. Mas desde o início dos projetos a obra surgiu sob o signo do novo e do futuro. Suas linhas arredondadas e a utilização do vidro em grande quantidade davam um aspecto de nave espacial, aproveitando a vista panorâmica através da forma curva. É um símbolo dessa época em que se acreditou muito nas potencialidades da cidade, explorando o imaginário que circulava facilmente através da exploração de discos voadores, futurismos e tecnologias avançadas³⁵.

Foi nesse contexto que o novo prefeito lançou em pouco tempo uma série de obras que visavam transformar a cidade. O antigo discurso da carência de recursos foi deixado de lado e, através da obtenção de financiamentos diversos e com uma série de operações na

³³ A Gazeta. Florianópolis, 25/09/1953, n.º. 4.507, ano XX, p. 6; O Estado. Florianópolis, 27/08/1953, n.º. 11.691, ano XL, p. 1.

³⁴ Resultado da eleição de 03 de outubro de 1954 para Prefeito de Florianópolis:
 Osmar Cunha (PSD-PTB).....9.413 votos
 João José de Souza Cabral (UDN).....6.782 votos
 Manoel de Menezes (PTN).....3.593 votos
 Lopes Vieira (PSP).....983 votos

Cf. A Gazeta. Florianópolis, 12/10/1954, n.º. 4.800, ano XXI, p. 1.

³⁵ A Comissão Organizadora do Clube, encarregada de dirigir as obras e organizar a sociedade, era composta por João David Ferreira Lima, Haroldo Pederneiras, Luiz Fiúza Lima e Renato Gutierrez, sendo que os dois primeiros eram figuras de grande expressão pública na cidade naquele período.

Cf. A Gazeta. Florianópolis, 01/01/1954, n.º. 4.584, ano XX, p. 6.

receita pública, a prefeitura começou a efetuar obras, como a estrada do aeroporto, ou estrada da base aérea, como era conhecida na época. Com destaque, a imprensa situacionista informava a chegada da máquina Kinney, para asfaltar aquela estrada que “vinha reclamando essa providência, dado seu estado calamitoso”. Além de impactos como o aumento da velocidade do tráfego, obras como essa abriam novas frentes de expansão urbana, no caso para o Sul da Ilha, significando ainda o desenvolvimento do turismo. Há muito tempo na imprensa eram relatados os casos em que os recém chegados à cidade por avião reclamavam dos sacolejos e lamaçais que eram obrigados a enfrentar até chegar ao centro desde o aeroporto.

Para a imprensa atrelada aos interesses do PSD, parecia que, enfim, um prefeito havia declarado “guerra à rotina”. A cidade estaria vivendo “uma hora de dinamismo e de sadio espírito progressista”. Cunha tratava de apresentar-se como o protótipo do administrador moderno, um pequeno Fausto que tudo queria transformar. “Homem de ação, exige atividade. Homem de caráter, cumpre o prometido. Não quer ninguém parado; tudo se movimenta, construtivamente, colimando o bem comum dos munícipes e a integração da capital catarinense no ritmo acelerado das maiores capitais do Brasil. Homens e máquinas se apresentam para o trabalho”. Não vem ao caso aqui discutir o quanto essa representação tinha maiores ou menores dificuldades em ser associada a um político populista e provinciano como Osmar Cunha. O mais importante é a própria existência de um horizonte de expectativas em Florianópolis que passava a atribuir tamanho valor para práticas administrativas como as levadas a efeito naquele momento. A própria máquina para asfaltar as ruas da cidade era saudada como a visão de um tempo novo, no qual a tecnologia elaboraria o futuro. Afirmava-se que “essa grande máquina, já por si, é uma demonstração de que abandonamos a nossa velha e carcomida política da rotina”. A conclusão era a de sempre: “estamos no caminho do mais rápido desenvolvimento”. Repetia-se e reproduzia-se um discurso semelhante ao que já vinha sendo difundido na cidade e que ainda por muito tempo ainda seria dito e ouvido. A velha Florianópolis custaria a ser abandonada, mas não por falta de tentativas.

Essa segunda metade dos anos 50 foi particularmente importante como preparação do caminho para as tendências que marcariam a política catarinense e de

Florianópolis na década seguinte. Não custa lembrar que o país vivia os anos JK e que o nacional-desenvolvimentismo encontrava-se no auge. As afirmações do presidente prevendo que a nova capital do país, Brasília, iniciaria uma nova era de prosperidade e desenvolvimento eram publicadas com frequência, como se uma nova civilização estivesse prestes a surgir nos trópicos. O plano piloto, as novas rodovias e ferrovias, cada avanço nas obras de Brasília eram acompanhadas pela imprensa de Florianópolis, com o mesmo destaque dado às afirmações de cientistas sobre as maravilhas da energia atômica — uma “revolução industrial sem miséria” no dizer de um deles — ou o lançamento de satélites artificiais pelos soviéticos.

O noticiário local não deixava por menos. Um artigo de Oswaldo Rodrigues Cabral, médico, político e historiador, escrito em 1954 sob o conhecido pseudônimo de Egas Godinho, saudava a instalação das primeiras “sinaleiras coloridas” no centro da cidade, cujo funcionamento iria criar “permissões verdes e impedimentos vermelhos ao tráfego local”. Florianópolis chegava a um ponto só atingido por grandes cidades. Ocorre que, por estranho que pareça, um mês antes da publicação do artigo, o mesmo jornal noticiava que a “sinaleira única e última” havia sido retirada da “principal artéria da cidade”, a rua Felipe Schmidt, por falta de pagamento ao proprietário do equipamento³⁶.

Mas, pouco importavam esses constrangimentos e percalços. A época parecia inspirar certas exaltações ao progresso e ao desenvolvimento e indicava para Florianópolis que, mais do que em qualquer outro momento, a fórmula para o futuro seria o turismo. Enfatizando e legitimando suas ações sempre na lógica de que a única alternativa viável para Florianópolis superar seu atraso crônico seria a exploração de suas belezas naturais, a prefeitura intensificava suas intervenções urbanísticas. Um Departamento de Turismo foi criado e, assim, esperava-se que brevemente a “capacidade realizadora” do prefeito transformaria a “pacata e tímida capitalzinha numa cidade moderna, asseada e progressista, como convém à dignidade de uma população culta e laboriosa”, vindo a ser no futuro “uma das mais adiantadas cidades do país”. Guias turísticos estavam em preparação, para mostrar aos possíveis visitantes os atrativos da “decantada Jurerê-Mirim”. Boa parte dessa população ainda continuava sendo mal conhecida, morando em lugares pouco ou nunca visitados pelos

³⁶ O Estado. Florianópolis, 27/06/1954, n.º. 11.925, ano XLI, p.1; O Estado. Florianópolis, 04/05/1954, n.º. 11.885, ano XL, p. 8.

poderes públicos e pelos privilegiados do centro da cidade. Um clube de excursionistas informava que estava elaborando mapas do interior da ilha, procurando tomar maior conhecimento das condições sociais de povoações afastadas, prestando auxílio e ministrando “ensinamentos aos caboclos”, principalmente em relação à higiene e à saúde, com a aplicação de vacinas³⁷.

Os jornais de oposição à administração municipal ou que simplesmente apoiavam o governo do Estado, da UDN, preferiam ressaltar que a maior parte das obras em andamento na cidade eram de responsabilidade estadual. Para a oposição, o “plano de pavimentação” do prefeito não passava de peça publicitária. As obras estariam instalando o “pior calçamento até agora feito na cidade”. Acusava-se a prefeitura de estar ilegalmente desviando recursos da educação, e que apenas duas ruas já haviam consumido metade dos recursos disponíveis para o plano. Uma cidade com poucos recursos e que não conseguia cobrir sequer despesas de curto prazo, gastando 70% da receita com folha de pagamento, não poderia estar envolvida num projeto “megalomaniaco” de Osmar Cunha. Afirmava-se que na falta de verbas federais, as quais só o governo do Estado teria acesso, a prefeitura teria que procurá-las “no bolso do povo”, transformando os contribuintes nas “principais vítimas” da administração e obrigando os proprietários de imóveis a pagar para não perder suas propriedades. O prefeito estaria pondo em prática uma política de “gastos e esbanjamentos” que prejudicaria o futuro da cidade, levando-a à falência³⁸.

Um dos aspectos fundamentais das disputas políticas que se deram no período de governo de Osmar Cunha estava na gerência das novas diretrizes a serem seguidas pelo desenvolvimento de Florianópolis. O prefeito anterior, Paulo Fontes, como já foi indicado, contratou a elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade em 1952. Estavam em jogo as escolhas políticas para o crescimento urbano e as opções econômicas a serem tomadas na cidade para futuros investimentos. A ameaça de perder o controle da cidade, de ter que se submeter a uma lei que determinaria o futuro da cidade pelas próximas décadas, tornou tanto a eleição quanto o próprio governo de Osmar Cunha decisivo para os grupos políticos e

³⁷ O Estado. Florianópolis, 09/01/1955, n.º. 12.076, ano XLI, p. 8; A Gazeta. Florianópolis, 22/09/1953, n.º. 4.504, ano XX, p. 6; O Estado. Florianópolis, 30/04/1954, n.º. 11.883, ano XL, p. 5.

³⁸ A Gazeta. Florianópolis, 09/01/1955, n.º. 4.865, ano XXI, p. 2.

empresariais de Florianópolis, os quais atuavam não só conjuntamente mas, por vezes, eram os mesmos atores representando os mesmos papéis, numa grande promiscuidade entre interesses públicos e privados.

Um artigo de A Gazeta, em 1955, denunciava que tão logo foi enviado à Câmara de Vereadores, o Plano Diretor começou a sofrer com “a politicagem e a mesquinha”, ficando esquecido e sem ir adiante em sua implantação. Quando o novo prefeito assumiu, logo teria tomado para si o plano, evitando que se tornasse lei, conseguindo “ficar com a exclusiva competência para modificá-lo ou aplicá-lo, de acordo com os seus ‘elevadíssimos’ conhecimentos de urbanismo”. Continuando assim, afirmava o autor, “cada prefeito continuará fazendo a urbanização a seu modo”. As diretrizes fixadas pelo Plano Diretor, que estabeleceriam uma cidade moderna, higienizada, confortável e com direitos iguais para todos os munícipes, estavam sendo postas de lado³⁹. Um Plano Diretor era um procedimento administrativo muito moderno para a espécie de exercício político praticado pelo bloco de poder que dominava a cidade, marcado pelo clientelismo. Muitos investimentos que estavam sendo previstos para o interior da Ilha, notadamente nas praias do norte, poderiam ser prejudicados se a gerência do futuro da cidade ficasse submetida a uma legislação que programasse o desenvolvimento da cidade para várias décadas.

A relação muito próxima entre interesses políticos e empresariais nas ações públicas que eram tomadas em Florianópolis, há muito vinham sendo identificadas. A urbanização crescente tornava necessárias medidas para a criação de alternativas de transporte de massas, pois os ônibus eram muito deficientes. No carnaval de 1955 a imprensa pedia providências para resolver a “penosa permanência de centenas de pessoas, nas filas dos ônibus do Estreito, tanto da Capital quanto do Sub-distrito, ao rigor do sol implacável, à espera dos coletivos”⁴⁰. Acontece, porém, que os concessionários mantinham relações muito próximas e promíscuas com os administradores, mantendo uma frota pequena e velha. A cidade mantinha-se refém desses empresários e durante muito tempo o transporte coletivo continuou sendo plataforma eleitoral de muitos candidatos e promessa de vários prefeitos. As quebras constantes de veículos, os atrasos, os engarrafamentos nas estreitas ruas do centro, as obras de manutenção na ponte que transtornavam a cidade inteira, davam o tom de um

³⁹ A Gazeta. Florianópolis, 24/03/1955, n.º. 4.921, ano XXI, p. 1.

⁴⁰ O Estado. Florianópolis, 12/02/1954, n.º. 12.106, ano XL, p. 8.

cotidiano urbano muito diferente de qualquer projeto urbanístico moderno.

Mas para os partidários do prefeito do PSD o futuro estava chegando a passos largos. Aqueles que tão ansiosamente pregaram a derrubada da velha cidade estavam agora entusiasmados com o ritmo novo que a cidade parecia estar adquirindo, com lojas modernas,



Fig. 23: A vida pacata...

aumento do comércio, fachadas iluminadas, enfim, “em todas as ruas da cidade, novas construções surgem”, promovendo um grande “aformoseamento da capital”. Mesmo assim, era preciso admitir que nem tudo mudava nas práticas e hábitos do lugar e os novos jardins tiveram que ser cercados com arame, uma providência para evitar o pisoteio das plantas. Segundo os entusiastas do novo tempo, o crescimento da cidade era registrado até pela imprensa nacional. Um jornalista de O Globo teria escrito sobre a necessidade “de um planejamento

turístico para que o Brasil primeiramente passeie em Florianópolis” e possa apreciar “o crescimento vertical da cidade, com belíssimos edifícios modernos, a remodelação do Teatro Álvaro de Carvalho”, admirando um lugar “cujo futuro já se está fazendo presente”⁴¹.

Nas representações recolhidas na imprensa era como se a cidade estivesse passando por uma nova reforma urbana, com impactos tão importantes quanto os daquela que ocorreu na década de 1920 quando houveram as grandes intervenções sanitárias e higienizadoras em



Fig. 24: ...do centro
(Fotos: Plano Diretor, 1952)

Florianópolis. Quando a companhia de seguros Sul América inaugurou seu novo edifício na cidade, as saudações foram inúmeras. O “magnífico edifício de seis andares” foi apresentado como o símbolo da nova cidade que estava surgindo. Significava a “fé no futuro” de Florianópolis, a qual associou-se “o dinheiro, a inteligência e os recursos materiais” para promover “a riqueza e a elevação dos padrões de vida”. Um jornalista entusiasmava-se em

⁴¹ O Estado. Florianópolis, 30/11/1955, n.º. 12.335, ano XLII, p. 8; Estado. Florianópolis, 25/12/1955, n.º. 12.354, ano XLII, p. 5.

1954 com a nova “fisionomia da cidade”, o que estava sendo afirmado inclusive pelos visitantes. As grandes construções no centro indicavam que a Capital finalmente tomava a dianteira dentre as cidades do Estado, através da construção dos grandes edifícios do Banco Nacional do Comércio, da Caixa Econômica Federal e do Palácio das Diretorias, este último com 10 andares e 8.400 metros quadrados de área, apresentando “o que há de mais novo na arquitetura contemporânea, semelhante ao grande arranha céu do Ministério da Educação, no Rio”. Já a Caixa Econômica Federal estava demolindo dois velhos casarões da Praça XV, esquina da Rua João Pinto, para erguer sua nova sede no Estado, também com 10 andares e aproveitamento do subsolo. Na esteira dessas novidades, alguns articulistas começavam a perceber que as condições geográficas da Ilha logo entrariam em choque com esta expansão urbana. Um destes lamentava a existência do morro do Antão, ou morro da Cruz, sem o qual, imaginava, seria possível que no futuro a capital avançasse “pelo grande Vale do Itacorubi, colocando-se fora dos ‘casos urbanísticos’ surgidos pelo desenvolvimento ininterrupto de uma metrópole”⁴².

O que até há pouco tempo não passava de anseios e promessas, parecia que começava a se processar: uma completa reestruturação urbana. Dirigida pelos mesmos grupos políticos que há muito dominavam a cidade e direcionada para transformá-la em centro de atração turística, os novos loteamentos alargaram o perímetro urbano, empurrando novos moradores para os balneários. “Garanta o futuro de sua família”, era o título do anúncio de uma imobiliária que em 1956 oferecia “ótimos lotes nas praias de Itaguaçu e Balneário, ou junto ao novo Grupo Irineu Bornhausen, no Estreito”. Essa “oportunidade de evitar a desvalorização do seu dinheiro” significava muito mais do que isso. Uma Florianópolis no mínimo diferente estava surgindo. Já por essa época as antigas ameaças de transferência da capital do Estado para o interior pareciam ter perdido força. A cidade parecia finalmente ter compreendido que “só beleza panorâmica não basta”. O que uma cidade precisaria para se destacar em suas características “urbanísticas, de conforto e progresso”, seriam “fatores outros que não apenas os encantos pródigos da natureza”. Mais importante do que isso eram as “realizações arrojadas e progressistas dos poderes públicos associadas ao dinâmico impulso dos empreendimentos particulares”. Todo esse conjunto de mudanças, com “os majestosos edifícios de departamentos” que estavam sendo erguidos no centro, constituiriam “poderosa e

⁴² O Estado. Florianópolis, 31/12/1955, n.º. 12.358, ano XLII, p. 8; A Gazeta. Florianópolis, 12/02/1954, n.º. 4.615, ano XX, p. 6; A Gazeta. Florianópolis, 13/03/1954, n.º. 4.638, ano XX, p. 6.

definitiva âncora de fixação da Capital”⁴³. A autoria da manutenção da capital em Florianópolis foi mais um motivo para as disputas políticas entre PSD e UDN. Enquanto o primeiro partido proclamava-se o defensor da cidade contra as investidas dos grupos do interior do Estado que apoiavam o governador da UDN, este último por seu turno destacava as obras que estavam em andamento na cidade.

A retórica do prefeito do PSD era a de que o governante moderno, o administrador de uma cidade não mais poderia deixar “correr o tempo, confiando nos azares do acaso”. A “evolução” deveria finalmente chegar às práticas políticas florianopolitanas, tornando imperativo o “prévio conhecimento das necessidades públicas”, daí decorrendo o “bem estar coletivo”. A imprensa do PSD não poupava elogios ao prefeito, dando grande cobertura a qualquer ação, desde a inauguração de calçamentos e até mesmo de postes. Assim como as grandes cidades européias, a prefeitura anunciava com estardalhaço que uma usina de tratamento industrial do lixo seria construída, pondo Florianópolis como “município pioneiro entre os que superaram a rotina administrativa”. Ao mesmo tempo tornava-se hegemônica a idéia de que o futuro da Ilha de Santa Catarina estava nos investimentos com vistas ao turismo. Campanhas eram lançadas, como a de que cada comerciante devesse instalar um “reclame luminoso” em frente ao seu estabelecimento para assim, no conjunto, dotar a cidade de um aspecto feérico e de grande impacto visual, como as grandes metrópoles. Defendia-se que o turismo não mais era “prazer de milionário”, transformando-se numa “indústria sem chaminés” que acabaria com as rixas entre os povos. Previa-se um futuro próspero para a cidade, pois afirmava-se que “dentro dos próximos 30 anos o turismo alcançará o apogeu. Em três décadas, no máximo, a maioria das nações do universo terá no turismo sua principal fonte de receita. Estaremos em pleno ‘ciclo turístico universal’”⁴⁴.

Dentro do jargão da época, nada como um “plano turístico” para encher as páginas dos jornais com muita retórica política e que tornasse os antigos grupos que dominavam a cidade ainda mais donos de seu futuro. Segundo um artigo no governista O Estado em fevereiro de 1955, era imprescindível “difundir o turismo em larga escala”, o que exigiria “fazer uma propaganda inteligente, de efeito, de alcance, que, lá fora, impressione, dê

⁴³ O Estado. Florianópolis, 01/07/1956, n.º. 12.488, ano XLIV, p. 7; A Gazeta. Florianópolis, 22/01/1955, n.º. 4.875, ano XXI, p. 6.

⁴⁴ O Estado. Florianópolis, 25/02/1955, n.º. 12.115, ano XLI, p.8; O Estado. Florianópolis, 24/02/1955, n.º. 12.114, ano XLI, p. 1; O Estado. Florianópolis, 23/09/1956, n.º. 12.550, ano XLII, p. 8.

uma idéia firme e *não precisa ser real* dos nossos mais pitorescos recantos, porque a realidade, no caso, para que a admiremos e louvemos, só vendo-a”⁴⁵. Ora, este trecho é bastante elucidativo de uma mentalidade que começava a trabalhar com cenários que atualmente chamaríamos de virtuais, em que o jogo entre verdadeiro e falso é substituído simplesmente pela construção imaginária. Agir sobre o imaginário, de modo sistemático e com pretensão científica, foi uma prática recorrente nos regimes totalitários do século XX. Não que em outros momentos históricos isso não ocorresse. Mas foi apenas com a criação de tecnologias informacionais e de difusão em massa de imagens controladas por um centro de poder é que esse projeto tornou-se não só factível mas chegando mesmo a ser implementado com grande eficiência. Os cenários da “Oceania”, a vasta região da Terra governada pelo Grande Irmão, de George Orwell, não eram mais tão distantes nem mesmo quando “1984” foi escrito. Com o desenvolvimento em grande escala das mídias modernas o processo só tendeu a intensificar-se.

É evidente que não é possível esquecer as implicações ainda mais aprofundadas no tempo da própria invenção de Guttemberg. Cabe aqui recorrer aos trabalhos de Roger Chartier que atribuem uma importância significativa às formas materiais através das quais a escritura chega ao mundo do leitor. Segundo essa abordagem, as formas produzem sentido. Quando muda o veículo, muda a apropriação dos textos, mensagens, imagens e idéias. Chega-se mesmo a uma fórmula quase axiomática, segundo a qual a cada nova forma corresponde um novo público. Do mesmo modo, “não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, porque não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor”⁴⁶.

Há então o texto, seu suporte e sua apropriação. A festa, o teatro e o livro, foram e são formas de transmissão de textos, de ações sobre o imaginário e de suportes materiais, que corresponderam a grupos e espaços sociais diferenciados. O caso das práticas de leitura é bastante específico, mas é possível estender a análise para outros campos em que a apropriação de textos e imagens foi aos poucos sendo massificada. Chartier identifica na

⁴⁵ O Estado. Florianópolis, 27/02/1955, n.º. 12.117, ano XXI, p. 3. (grifos meus)

⁴⁶ CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. p. 126-7.

criação do livro, mais até do que no próprio processo de impressão, uma grande alteração cultural, com a facilitação da sistematização de grandes quantidades de informações, o que os rolos não mais permitiam. Durante séculos, a forma codex dos livros permitiu a formação de vastos arquivos que só seriam superados pela criação dos arquivos informatizados. Portanto, em grande medida, mas não só, a tecnologia foi tornando viável uma manipulação cada vez mais eficiente de bancos de dados e associações de idéias e imagens que chegariam a refinamentos cada vez mais importantes na era industrial.

A representação da realidade foi um dos campos em que este processo teve maiores implicações, com a possibilidade de reproduzir tantas vezes quanto se desejasse, imagens capturadas através de meios que se sofisticavam com enorme velocidade. Mas, assim como as coações e constrangimentos envolvidas na relação entre texto e leitor nunca deixaram de abrir espaço para inventar e criar sentidos novos, gerando uma enorme diversidade de apropriações, a extensão disso para outros âmbitos também é possível. Ou seja, há tantas maneiras de dizer quanto maneiras de ler.

A importância do suporte material torna-se ainda maior quando se leva em conta o quanto a escrita significou para o pensamento humano. Criar códigos lingüísticos permanentes que pudessem fixar idéias, pensamentos, sentimentos, gestos ou imagens, não significou somente um meio a mais de expressão para além da fala ou do corpo. A escrita constituiu domínios de conhecimento novos que não existiam antes de sua construção. Conforme Pierre Lévy, “sem escrita, não há datas nem arquivos, não há listas de observações, tabelas de números, não há *códigos* legislativos, nem *sistemas* filosóficos e muito menos críticas destes sistemas”. A “prosa escrita”, no dizer do autor, é a forma de representação por excelência do pensamento ocidental dominante nos últimos milênios, estabelecendo uma maneira de relacionamento humano com os saberes produzidos que levou ao conhecimento racional sistemático.

A memória, antes obsessivamente desenvolvida pelas culturas orais, voltada a registrar cada evento significativo e a servir de guia de comportamentos e de tomadas de decisão, através da transmissão das narrativas fundadoras, é então aliviada pela possibilidade de registrar-se a cultura de modo quase perene num objeto material e facilmente consultável.

O saber torna-se algo autônomo que pode ser analisado e examinado. Ao mesmo passo, o tempo linear, progressivo e histórico aparece, possibilitado pelo registro de referências fixas e calendários comuns. Para Lévy, “a história é um efeito da escrita” e a impressão viria aprofundar a noção de progresso, prometendo que se no presente é possível reter uma quantidade cada vez maior de informações, o futuro teria ainda maiores e diversificadas fontes de saber.

Além do mais, a impressão da escrita significou uma nova transformação nas práticas de conhecimento e nas formas de expressão de idéias porque “o destinatário do texto é agora um indivíduo isolado que lê em silêncio” e, sendo assim, “dada a quantidade de livros em circulação, não seria mais possível que cada leitor fosse introduzido às suas interpretações por um mestre que tivesse, por sua vez, recebido um ensino oral”. A relação com o saber e o próprio saber mudaram. A combinação constante e as associações livres de textos provenientes dos mais diversos autores, épocas e contextos, significaria possibilidades de relativizações e de confrontos de idéias e pontos de vistas muito diferentes. As noções de verdade e falsidade tomam uma nova dimensão, dada a incapacidade de estabelecer um centro unívoco de onde proviria o saber. O próprio conhecimento começa a tornar-se uma virtualidade. Mais do que isso, as novas tecnologias de impressão permitiram que as imagens fossem incorporadas aos textos, os desenhos de biólogos, geógrafos e anatomistas modificariam a maneira de transmitir o conhecimento, antes calcada na discussão verbal para a demonstração visual. Lévy faz toda essa reflexão procurando evitar qualquer determinismo, apenas indicando as possibilidades que as técnicas de comunicação ofereceram. Seu objetivo é demonstrar que o pensamento ocidental está sofrendo uma alteração substancial com as novas tecnologias da informática e dos computadores. De todo modo, sua análise tem o mérito de realçar o quanto a comunicação humana tem uma materialidade e que esta é parte indispensável da compreensão dos diferentes processos cognitivos e, por fim, culturais⁴⁷.

Com a industrialização crescente dos meios de transmissão de informações e de reproduções de imagens, a instituição de um imaginário caracterizado pela dependência crescente aos recursos e às técnicas geradas pelas novas mídias, tais como o jornal, o rádio, o

⁴⁷ LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. p. 87-99.

cinema e a televisão, aprofundou o processo de criação de possibilidades virtuais, tão aceitáveis, factíveis e produtores de efeitos de realidade, quanto aquelas produzidas pelos sentidos. No mercado publicitário em geral, isso é óbvio. No mercado publicitário voltado para o turismo, a relação tornou-se ainda mais importante. Ao possível visitante não é



Fig. 25: As ruelas de Florianópolis
(Foto: Plano Diretor, 1952)

necessário apresentar a *realidade*. Afinal, o produto que procura não pode ser objetivado num enquadramento muito preciso.

Uma cidade, uma região, uma praia, podem ter tantas qualidades quantas são as expectativas de cada provável turista. Assim, uma praia torna-se um texto, impresso em forma de fotografia num *folder* publicitário, que será lido sob tantas formas diferentes quantas forem as expectativas possíveis para uma viagem turística.

Apostando nisso é que o artigo de jornal que foi citado anteriormente podia alimentar uma polêmica entre Florianópolis e Punta del Este, sendo este apresentado como um balneário de grã-finos esbanjadores, que teria criado a imagem de “éden terrestre” com um medíocre festival de cinema. Em contraposição, perguntava: “haverá Ilha mais linda do que esta nossa? Todos proclamam a sua beleza. E, de fato, há lugares por aí que o sujeito fica simplesmente besta. Todos proclamam que a Ilha é um colosso, é uma cousa do outro mundo. Agora, quem é que conhece, dos grã-finos, dos milionários, esta pobre Ilha?” De nada adiantava, portanto, que a Ilha de Santa Catarina fosse bela e admirável, se não fosse conhecida. E isto só se daria através da propaganda, que a apresentaria como o lugar ideal e desejável para as férias. Pouco importava que não houvessem estradas, nem bons restaurantes ou hotéis. A criação de cenários possíveis para o futuro tornava lícito imaginar que dentro de pouco tempo, seria possível “de automóvel ou de outro qualquer veículo, contornar toda a Ilha em estrada pavimentada”, com acesso fácil a “tudo isso que temos e...não vemos”. Percebe-se o mesmo processo de ação sobre o futuro, agindo e legitimando-se nas campanhas eleitorais, nos planos governamentais, no planejamento estatal e na publicidade turística de Florianópolis.

A cidade como um todo tornava-se um texto onde seriam impressas as expectativas que os grupos dominantes tinham em relação à manutenção de seu poder e à

acumulação de riquezas possíveis com as novas estratégias econômicas que eram lançadas. O turismo apresentava-se como o caminho do futuro, a maneira de vencer o passado e deixar para trás as “narrativas fundadoras”. Um outro articulista do jornal O Estado afirmava que “Florianópolis precisa desvencilhar-se do marasmo em que vive”. Se a *realidade* mostrava que o comércio não era desenvolvido, que o movimento mercantil da cidade era “inferior ao de todas as capitais do Nordeste, exceto Teresina”, isso pouco importava na medida em que o futuro virtualizado pelo turismo traria mudanças completas. O progresso chegaria através da aceleração constante dos projetos e iniciativas para a área, estabelecida como destino inexorável: a cidade estava “fadada para ser a Suíça da América do Sul”. A empresa Transportes Aéreos Catarinenses (TAC) não se fazia de rogada e sentenciava: “o turismo é caminho natural sobre o qual se baseará o progresso da cidade”⁴⁸.

Estava em cena uma operação discursiva com vistas a naturalizar os investimentos turísticos como o único caminho possível de desenvolvimento para Florianópolis. Cantava-se e descrevia-se a cidade como cenário paradisíaco, envolvendo-a com ares de casa de boneca ou paraíso escondido a espera de visitantes que viriam desfrutar de seus prazeres. Uma poesia publicada nessa época, “Ilha de Santa Catarina, escrita por Raulino Vieira de Mello, é bastante significativa:

“Dê uma noiva orgulhosa, meiga e pura,
Tu tens os atrativos singulares:
Banham-te as águas plácidas dos mares,
Cercam-te as praias de encantada alvura!

“Do Divinal Artista és a pintura;
Tens tuas flores perfumando os ares;
Teus altos cumes, rústicos altares,
Espalham-se das matas na verdura!

“As brancas nuvens, siderais *turistas*,
Quais finíssimos véus, vêm realçar
Toda a beleza natural que encerras!

“Dirão, um dia, os clássicos artistas,
Que és, do Brasil, a pérola sem par
E a maravilha principal das terras!”⁴⁹

⁴⁸ O Estado. Florianópolis, 01/11/1955, n.º. 12.314, ano XLII, p. 4.

⁴⁹ O Estado. Florianópolis, 08/11/1955, n.º. 12.318, ano XLII, p. 3. (grifo meu)

É possível perceber como Florianópolis deixa de ser uma cidade, que sequer é mencionada, para ser apenas a Ilha, transformando-se num grandioso espetáculo natural, à disposição de visitantes. “Turista” passa a ser um termo corrente nas falas locais, o que permite ao autor da poesia utilizá-lo em sentidos metafóricos, como adjetivo para nuvens, dando conta da familiaridade com que o emprego de idéias associadas ao desenvolvimento turístico passavam a encontrar na cidade.

Uma publicidade de Transportes Aéreos Catarinense sugeria a mudança no trajeto entre o aeroporto e o centro da cidade, para proporcionar ao visitante “uma visão sincronizada de belezas naturais, mostrando ao itinerante e ao turista, sem solução de continuidade, o panorama da praça central com seus edifícios novos e imponentes — Ipase, Sul América, Catedral Metropolitana, Palácio das Secretarias, Delegacia Fiscal”. Tudo para que Florianópolis “pareça ao hóspede, ao forasteiro e ao turista, mais bela do que *realmente* é”⁵⁰. Uma cidade transformada em imagem, um grande cenário à disposição do olhar estrangeiro, um lugar que antes de ser vivido deve ser visto. Toda uma cidade resumida exclusivamente à finalidade de ser um grande cartão postal em escala um para um. De certa forma, ao imaginar essas situações, aqueles que pretendiam investir no turismo da Ilha de Santa Catarina estavam indicando e, não apenas isso, impondo um caminho a ser trilhado no futuro

O discurso a respeito do futuro, com todas as construções necessárias que envolvia, legitimando-se e amparando-se no imaginário da “outra cidade” que surgiria como consequência das ações empresariais e governamentais num tempo ainda indeterminado mas absolutamente tangível, tinha a característica da auto-reificação, ou seja, o futuro tornava-se um fetiche incorporado em cada ato ou fala proferida pelos emissores autorizados a estabelecerem as normas a serem seguidas para se alcançar o futuro. Um discurso que se autoconsagrava, efetuando operação semelhante aquela analisada por Pierre Bourdieu quanto à idéia da delegação política. Assim como um mandatário qualquer, ao “falar por” ou “em nome de”, está usurpando o lugar de seu suposto representado e fazendo-se passar pelo

⁵⁰ O Estado. Florianópolis, 29/11/1955, n.º. 12.334, ano XLII, p. 5. (grifo meu)

próprio representado, com reconhecimento público para inclusive violar os próprios representados, o discurso difundido em Florianópolis usurpava todas as possíveis diferenças e conflitos de idéias existentes, consagrando-se como uma necessidade inerente à própria história da cidade. Quem falava em futuro pretendia não falar apenas por si, mas em nome da cidade inteira, efetivando a “monopolização da verdade” e, com isso, adquirindo muito maior poder simbólico e capacidade de reconhecimento⁵¹.

De certa forma, há a criação aí de uma identidade associada ao discurso do futuro, na medida em que alguns grupos sociais, os mais interessados na expansão turística e na lucratividade daí decorrente, passavam a construir-se e a se apresentarem como os portadores do novo e capazes de indicarem os rumos da cidade ao longo de uma escala temporal imposta. Um tempo arbitrário, porque unicamente dependente dos ritmos da expansão capitalista e dos interesses empresariais suscitados. O futuro, ou ainda melhor, o discurso sobre o futuro, constituiu identidades na Florianópolis dos anos 50 e 60 do século XX, propondo-se como ponto de referência a partir do qual os sujeitos sociais e históricos deveriam posicionar-se ou avaliar-se. Os portadores do discurso do futuro entendiam-se ainda como portadores de um capital cultural formado pelas informações que recolhiam em grandes cidades e centros capitalistas, que serviam de modelo para suas conjecturas sobre as possibilidades de Florianópolis. O futuro conferia-lhes distinção social, incorporando-se ao seu *habitus*, pressupondo uma linguagem comum, afirmando uma identidade cultural que, no caso de Florianópolis, associava-se à identidade de classe, pois o futuro capitalista almejado só viria a responder aos anseios dos grupos sociais dominantes.

Um instrumento que servia para amparar as medidas tomadas com vistas a favorecer o bloco de poder que dominava a cidade. Não se tratava apenas de ações políticas que tendiam a manter relações de poder intocadas. O discurso que conferiu ao turismo a primazia sobre o desenvolvimento da cidade permitia que os grupos mais influentes tivessem ganhos econômicos, com a valorização de imóveis, os quais em muitos casos foram conquistados em áreas antes de campos comunais, como constata Nazareno José de

⁵¹ BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 188-206.

Campos⁵². Diversas áreas passaram por um lento processo de apropriação privada, que se acelerou justamente no momento em que o turismo torna-se a principal bandeira dos grupos dirigentes da cidade. Os terrenos junto às praias sofriam intensa valorização, enquanto seus ocupantes mais antigos perdiam o direito de utilizá-los para suas atividades agropecuárias.

A região de Canasvieiras, por exemplo, acabou sendo adquirida naquela época por Celso Ramos, o governador eleito em 1960 pelo PSD. Portanto, as intervenções públicas e as projeções de futuro tinham o nítido sentido de também favorecer interesses privados bem localizados. Uma rede político-empresarial estabelecia-se com vistas a, literalmente, lotear a cidade em seu favor, esperando os grandes lucros proporcionados pela especulação imobiliária que o turismo acabou trazendo. Esses campos comunais desenvolviam-se desde a colônia, como forma de manter a subsistência das comunidades, geralmente formada por pequenos proprietários, através de terras em que todos poderiam usufruir para complementar suas necessidades, principalmente como pastagem, abastecimento de água e lenha. Muitas dessas áreas tornaram-se terras devolutas do Estado, após a Lei de Terras de 1850, transformando-se posteriormente em alvo de apropriações privadas.

Outra área importante no desenvolvimento da futura cidade turística, foi a região de Jurerê, que também havia sido um campo comunal desde a colônia, sendo estas terras depois concedidas, quando da montagem da Ponte Hercílio Luz, na década de 1920, ao construtor naval Antônio Amaro, em troca dos terrenos que possuía próximos ao centro da cidade, região então conhecida como Rita Maria, e que eram necessários para a construção dos acessos à ponte. Após sua morte, o então advogado Aderbal Ramos da Silva comprou a área da viúva de Amaro, em 1935. Anos mais tarde, é que Aderbal lançaria seu projeto imobiliário para aquela praia, em 1957. Inaugurava a exploração daquelas terras, favorecido pelas políticas públicas que o seu próprio partido desenvolvia na cidade e que tomavam o turismo como a base do futuro.

Projetava-se a criação de um “balneário modelo”, capaz de “constituir-se num dos mais perfeitos empreendimentos do gênero em todo o sul do país”, prevendo-se a “construção de um hotel de alto luxo, bem como um plano urbanístico organizado pelos

⁵² CAMPOS, Nazareno José de. Terras comunais na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991. p. 127-137.

melhores profissionais do país”⁵³. Portanto, enquanto toda a cidade era envolvida por um discurso que tornava o turismo praticamente a única rota de desenvolvimento possível, o bloco de poder, com suas devidas alianças entre políticos-empresários e empresários-políticos, lucrava e muito, mantendo-se no controle da cidade e do Estado de Santa Catarina, como ficou evidenciado com a vitória de Celso Ramos em 1960. Enquanto isso, a população mais pobre era expulsa dessas terras que agora passavam a servir para os grandes projetos imobiliários da Florianópolis do futuro, como foi posteriormente o caso de Jurerê Internacional, do Grupo Habitasul. Os antigos engenhos de farinha, as pequenas lavouras e a criação de gado deixaram de existir em favor de grandes residências à beira da praia, cujo acesso é restrito a uma pequena população de alto poder aquisitivo, praticamente sem nenhuma interação com o conjunto da cidade⁵⁴, quase um laboratório de convivência social anódino, um modelo de pequena cidade utópica, um falanstério de ricos incrustado na Ilha de Santa Catarina. A segregação social marca esses espaços, beneficiados por investimentos públicos em sistemas viários, sem a correspondente melhoria dos transportes coletivos.

Já foi abordado que a necessidade de estabelecer a fixação definitiva da Capital do Estado em Florianópolis, que sofreu ameaças no momento em que o PSD esteve fora do governo estadual, criou uma série de questionamentos acerca das alternativas de desenvolvimento para a cidade. Aliado a esse processo, os grupos dirigentes conseguiram impor o turismo como praticamente o único caminho possível para o futuro de Florianópolis, obtendo então ganhos de toda ordem. Mantiveram-se no controle municipal e estadual, firmando-se como os condutores dos horizontes de expectativas da sociedade. Obtiveram enormes lucros, explorando as terras e promovendo a especulação imobiliária de recantos turísticos, com empreendimentos que só se viabilizavam à medida em que toda a sociedade acatava o discurso de que haveria apenas um caminho a ser seguido, um único futuro e investiu nesta via de desenvolvimento. Muitos investimentos públicos, de valores incalculáveis, foram feitos ao longo do tempo para viabilizar esses empreendimentos turísticos. Rodovias cortaram toda a Ilha a partir da década de 1960, para facilitar o acesso dos visitantes às praias, especialmente as do Norte. A propaganda oficial da cidade passou a

⁵³ A Gazeta. Florianópolis, 21/02/1957, n° 5.559, ano XXIII, p. 1.

⁵⁴ CAMPOS, Nazareno José de. Op cit. p. 137-146.

ser veiculada com cada vez maior insistência.

Obviamente, foi com esse *dinheiro público* gasto em infra-estrutura que *investimentos privados*, a princípio modestos, conseguiram enorme lucratividade. Da noite para o dia, terras que haviam sido adquiridas a um certo preço, valorizavam-se em proporções geométricas. Ainda está para ser calculado se o enorme custo imposto a toda a sociedade em nome do desenvolvimento turístico de Florianópolis, resultou em benefícios em, pelo menos, igual proporção a todos os contribuintes, ricos ou pobres. Ao mesmo tempo, estes mesmos grupos políticos e empresariais conseguiam manter-se no poder e reproduzir antigas relações de dependência com o conjunto dos eleitores, firmando Florianópolis como o centro político a partir do qual alastrava-se uma rede de interesses que circulava por toda Santa Catarina.

Essas redes de políticos e empresários conseguiram eleger Celso Ramos para dar continuidade a um projeto de modernização conservadora que aferrou o futuro não só de Florianópolis aos donos do poder e à manutenção do domínio oligárquico no Estado. Saíram os Konder-Bornhausen, da UDN, voltavam os Ramos, do PSD, mas os mecanismos de exercício do poder mantinham-se intactos. Essas redes político-empresariais tiveram atuação decisiva em Santa Catarina nos processos políticos de meados do século XX e que levariam ao golpe militar de 1964. Atuando nas esferas públicas como se fossem extensões de seus negócios privados, personagens como Aderbal Ramos da Silva estavam no cerne de um bem montado sistema de tráfico de influências, rentabilidade econômica e controle eleitoral, que passavam por uma forma de exercício tutelar da dominação social, no qual as classes populares eram envolvidas e mantidas como reserva para a reprodução do poder⁵⁵.

Foi esta cidade com todas essas perspectivas políticas e envolta em tal horizonte de expectativas que chegou à década de 1960. A retomada do poder estadual pelo PSD, como foi possível depreender das fontes analisadas, tem muito a ver com o processo iniciado em meados do decênio anterior na Capital do Estado. A partir daí só seriam intensificadas as idéias de planejamento governamental sob controle estrito de um pequeno grupo de tecnocratas e a utilização crescente do poder público como criador de oportunidades de investimentos e ganhos privados. A prefeitura foi assumida por Osvaldo Machado,

⁵⁵ MAY, Patrícia Zumblick Santos. Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970). Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1998. p. 67-82.

vencedor das eleições de 1959, as quais comprovaram o poder do PSD, de Osmar Cunha e, principalmente, de Aderbal Ramos da Silva em Florianópolis. O candidato da UDN, Fernando Brüegman Viegas, denunciava a situação das contas públicas, que estariam comprometidas pela administração Osmar Cunha e prometia cumprir o Plano Diretor, “impedindo o açambarcamento, por poucos, de grandes áreas loteadas e que estão impedindo o crescimento da cidade”. Anunciava também que a cidade estava em estado de insolvência financeira e que seria preciso apurar casos de corrupção⁵⁶. Mas isso não foi suficiente para convencer o eleitorado de Florianópolis.

Mais uma vez o PSD venceu as eleições na cidade e a UDN ainda teve que respirar aliviada por não ter perdido o segundo posto na preferência eleitoral para o candidato Manoel de Menezes, jornalista proprietário do Jornal A Verdade e que conseguiu popularidade explorando o sensacionalismo, as promessas mirabolantes e as carências sociais dos pobres, com uma campanha baseada em denúncias das mais diversas ordens sobre a vida dos adversários⁵⁷. Resignados, os udenistas recebiam com “serenidade” o resultado, admitindo que a vitória de Machado significava a derrota do “inimigo comum, considerado nocivo à nossa sociedade, pelos homens de bem de nossa terra”. Menezes era uma ameaça às “instituições hierárquicas” e à “organização social”. Os dois grandes partidos não poderiam permitir o “escárneo aos nossos foros de cidade civilizada”, evitando o êxito da “campanha difamatória que desencadearam em nossa cidade alguns irresponsáveis e marginais”. A reação de auto-defesa comum de PSD e UDN ao aparecimento, embora píffio, fugaz e, talvez, ridículo, de uma terceira força para rivalizá-los, demonstrava mais uma vez que, em Florianópolis, apesar das disputas, as duas correntes tradicionais representavam um mesmo bloco de poder e um mesmo mecanismo de dominação política⁵⁸.

A fluidez que marca a política de Florianópolis, com a constante troca de

⁵⁶ A Gazeta. Florianópolis, 09/08/1959, n.º. 6.329, ano XXV, p. 6.

⁵⁷ Resultado final das eleições para prefeito de Florianópolis em 1959:

Oswaldo Machado.....	8.777 votos
Fernando Viegas.....	7.876 votos
Manoel de Menezes.....	6.261 votos
César Seara.....	1.101 votos
Vieira da Rosa.....	832 votos
Nereu do Vale Pereira.....	603 votos

Cf. O Estado. Florianópolis, 01/09/1959, n.º. 13.685, ano XLVI, p. 1.

⁵⁸ Diário da Tarde. Florianópolis, 02/09/1959, n.º. 637, ano XXV, p. 1.

posições e aproximações de agentes que, na aparência, seriam antagônicos, manifestava-se de modo claro. É uma condição própria da cultura política da cidade, claramente uma ação interessada e oportunista, mas vista quase como uma norma de exercício político. O que a um olhar exterior aparece como engodo e esperteza, o que certamente também o é, pode ser muitas vezes encarado em Florianópolis como uma tranqüila operação de reconstituição de forças do bloco de poder.

Na esteira de seu antecessor, Osvaldo Machado vinha com uma plataforma de governo marcada pelo incentivo ao turismo. O novo prefeito era um investidor na área e acreditou na possibilidade de envolver a cidade ainda mais na chamada “indústria turística”. No ano em que apresentou sua candidatura, Machado lançava através de um consórcio de empresários locais a construção do “Coqueiros Cassino Hotel”, na praia da Saudade, região continental da cidade, que seria transformada “numa verdadeira cidade de veraneio, de repouso, de diversões, de férias”. Certamente esperava chegar à prefeitura para facilitar o andamento das obras.

Já havia inclusive uma legislação aprovada na Câmara de Vereadores, isentando de impostos por 10 anos os hotéis-balneários. Os empreendedor e então aspirante ao cargo de prefeito, anunciava seu desejo de “ver Florianópolis enquadrada entre as mais adiantadas capitais brasileiras”, transformando-se num “centro turísticos, tal como a Natureza prodigamente a destinou”. O mesmo consórcio de empresários, desta vez com a significativa participação de Aderbal Ramos da Silva, anunciava no mesmo ano a construção de um supermercado municipal no Estreito. Projetado pelo arquiteto Roberto Félix Veronese, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, deveria ser um “centro comercial” que seguisse o padrão dos shoppings centers norte-americanos.

Aderbal era o centro da rede político-empresarial que atuava em Florianópolis, como vem sendo demonstrado ao longo do trabalho. Praticamente não havia empreendimento de grande vulto na cidade que não contasse com sua participação, embora às vezes preferisse esconder-se por trás de testas de ferro. Já houve oportunidade para comentar que uma das empresas que mais fortemente investiam na difusão do discurso do “destino turístico” da

cidade era a TAC, mais um dos investimentos de Aderbal Ramos da Silva. Através de suas empresas, o “dono da cidade” manipulava uma série de instrumentos políticos e jogava com as instâncias governamentais, favorecendo a reprodução de seu poder. Saudados na imprensa como “homens de ação” que estariam construindo o presente e o futuro da cidade, esta rede político-empresarial apresentava-se com a capacidade de criar “novos panoramas e novas perspectivas, animadoras e com bases sólidas, para abrirem espaços e caminhos por onde deve passar o progresso”⁵⁹. Essa mistura de interesses públicos e privados fazia parte das relações de poder que mantinham Aderbal Ramos da Silva à frente da cidade. A eleição de Osvaldo Machado, seu sócio em diversos negócios, pelo que as fontes indicam, era resultado dessa máquina de fazer votos e render lucros.

Mas, conforme inclusive a oposição já havia antecipado, a cidade foi entregue por Osmar Cunha em péssimas condições financeiras. O conjunto de obras que foram iniciadas em sua gestão exauriu a prefeitura, comprometendo “seriamente as finanças do município”, o qual levaria muito tempo ainda para se recuperar. Osvaldo Machado, pressionado, fez uma administração medíocre, intercalada com vários pedidos de licenciamento do cargo, os quais chegaram a durar meses. Seus partidários ainda durante algum tempo tentaram defendê-lo, acusando os “do contra” de estarem dificultando o governo⁶⁰. Mas a própria Câmara de Vereadores, numa rara atitude, chegou a rejeitar as contas da prefeitura de 1960⁶¹. Foi um período muito confuso na administração municipal, no qual o cargo de prefeito ficou à mercê da provisoriedade. De todo modo, o futuro da cidade já estava sendo traçado e, praticamente, imposto ao conjunto da sociedade.

⁵⁹ A Gazeta. Florianópolis, 24/02/1959, n.º. 6.185, ano XXV, p. 6; A Gazeta. Florianópolis, 24/11/1959, n.º. 6.413, ano XXV, p. 1; Diário da Tarde. Florianópolis, 13/04/1957, n.º. 169, ano XXII, p. 3; O Estado. Florianópolis, 22/06/1958, n.º. 13.369, ano XLV, p. 2.

⁶⁰ A expressão “do contra” é uma das mais caras no vocabulário político de Florianópolis. Qualquer tipo de manifestação de oposição foi e, muitas vezes, ainda costuma ser desqualificada sob o argumento de ser proveniente dos “contras”, ou seja, daqueles que se opõem a qualquer ação ou tentativa de implantação de projetos na cidade por parte dos grupos de poder que a dominam. No começo da década de 1990, a expressão foi largamente utilizada em uma campanha publicitária patrocinada por uma certa “Associação dos Amigos de Florianópolis”, composta em sua maioria por empresários do ramo turístico, que procurava lançar acusações aos grupos ecologistas que atuavam na cidade e lutavam pela preservação de certos recantos naturais da Ilha de Santa Catarina.

⁶¹ A Gazeta. Florianópolis, 25/02/1961, n.º. 6.756, ano XXVI, p. 8; A Gazeta. Florianópolis, 30/05/1962, n.º. 7.121, ano XXVII, p. 8.

4.3. A cidade que não se quis: domando a polifonia

As reformas urbanas ocorridas em Florianópolis nas décadas de 1950 e 1960, foram projetos dos grupos dominantes da cidade que valeram-se da experiência cultural que a sociedade estava vivendo, em torno da construção do futuro, com vistas à reprodução do poder e das estruturas sociais vigentes. A pequena capital foi palco de disputas políticas e econômicas cujos resultados indicariam a sua configuração futura. Uma peça importante nessa definição de alternativas, projetos e horizontes de expectativas foi o primeiro Plano Diretor. Mais do que nunca o futuro foi visto como alvo a ser dominado e controlado.

Enquanto o turismo era apresentado na imprensa e nos discursos políticos como a única alternativa para o futuro da cidade, servindo como vetor de convergência de uma grande teia de interesses político-empresariais, a Lei nº 246 de 1955, que instituiu o Plano Diretor, documento cuja elaboração fora iniciada em 1952, indicava possibilidades diferentes para o desenvolvimento urbano de Florianópolis. As diretrizes gerais daquele planejamento, notadamente as que diziam respeito às opções sócio-econômicas apresentadas, seriam posteriormente descaracterizadas ou então totalmente contrariadas, o que é possível constatar pela própria comparação entre o documento e a cidade que veio a existir. Pretende-se aqui tomar as discrepâncias entre o plano — tomado como sonho e projeto — e a cidade, como um problema onde se propõe investigar de que forma as relações de poder vigentes em Florianópolis, ao mesmo tempo em que moldavam uma nova ordem urbana, o faziam através do confronto de visões possíveis, que tenderam a evitar a polifonia da cidade e impor ao conjunto da sociedade os caminhos a serem trilhados.

Conforme já foi indicado anteriormente, ao efetuar um levantamento dos “fatores de possível desenvolvimento urbano”, os autores do Plano Diretor desqualificavam algumas das idéias que mais circulavam na imprensa e em outros meios na época. A possível função universitária de Florianópolis, considerada por alguns intelectuais e políticos a redenção da cidade, a qual passaria a ser um centro essencialmente universitário, não seria viável porque as condições sociais de Santa Catarina e do Brasil não ofereciam essa oportunidade, bem como seria necessário um longo processo histórico para alcançar o padrão

de algumas cidades universitárias européias.

Sentenciava-se: sem desenvolvimento econômico não há futuro. Um ponto mais polêmico e, provavelmente, aquele que mais contrariou os grupos econômicos que começavam a projetar investimentos na cidade, foi a pouca importância atribuída ao turismo como fator de desenvolvimento. No plano argumenta-se que “a função turística de um lugar depende, também, da existência de um fluxo regular de turistas provindos de lugares próximos”. O turista estrangeiro ou que viajava longas distâncias pelo Brasil para conhecer as praias da Ilha de Santa Catarina não poderia constituir “uma esperança séria e, muito menos, uma garantia de mercado turístico para Florianópolis”. As regiões vizinhas não teriam “nível econômico” suficiente para suprir a cidade com um tipo de turista, tanto em número quanto em poder aquisitivo, que viesse a ser uma fonte econômica única e “capaz de determinar o progresso de uma cidade de mais de cinquenta mil habitantes. Por isso, considerava-se os investimentos turísticos como acessórios e complementares em relação aos de “produção e de intercâmbio”, únicos capazes de “sustentar uma grande urbe”. Isso punha por terra uma série de projetos e planos de investimentos que já eram anunciados, alguns até com grande destaque.

No mesmo momento em que a imprensa, em todas as suas versões partidárias, servia como principal instrumento de difusão dos discursos que buscavam legitimar a idéia de turismo para Florianópolis e transformá-la no grande mote capaz de proporcionar o desenvolvimento futuro da cidade, o Plano Diretor concebido em 1952 corria na contra-mão, o que certamente contribuiu para que as suas diretrizes mais importantes não fossem implementadas. Elaborado durante uma administração da UDN, tão logo o PSD retomou o poder da cidade, o plano foi sendo deixado de lado e os grandes investimentos anunciados para o norte da Ilha começariam a ser implementados, todos com a justificativa de que o turismo seria a única forma de construir a Florianópolis do futuro⁶².

Segundo o Plano, a cidade deveria ser dividida em áreas que corresponderiam a um zoneamento social e econômico. Seriam criadas a zona industrial no Estreito, a zona comercial central da Ilha, a zona comercial residencial da Ilha, a zona residencial da Ilha, a

⁶² PAIVA, Edvaldo et alii. Florianópolis: Plano Diretor. Florianópolis: IOESC: 1952. p. 16-19.

zona comercial do Estreito e a zona comercial residencial do Estreito, além da definição de espaços para áreas verdes, os centros cívico, universitário e esportivo, além de outros órgãos funcionais. Essa compartimentação da cidade correspondia em grande medida aos princípios urbanistas definidos pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) e expressos na Carta de Atenas, em 1933. Ao definir as “quatro funções urbanas: habitação, recreação, trabalho e circulação”, o documento estabelecia um modelo internacional a ser aplicado nas mais diversas e diferentes cidades. Para cada tamanho de cidade e de população, corresponderia uma proporção adequada de cada uma destas funções, dimensionando cada setor da cidade conforme as necessidades sociais identificadas e estabelecendo a partir daí as formas e tipos convenientes de indústrias, atividades comerciais, habitações, meios de transporte, vias de trânsito e espaços recreativos. Em seguida, “dispor de modo racional, quer quanto à localização, quer quanto às áreas, os vários distritos destinados para habitação, trabalho e recreio, e traçar em concordância a rede de tráfego indicada”⁶³. Dito de outro modo, fazer o que os urbanistas de 1952 pretenderam em Florianópolis: dispor cada atividade numa zona funcional específica, evitando a sobreposição e a mistura das quatro funções.

O urbanismo, como campo de conhecimento autorizado, apareceu na virada do século XIX para o XX, situando-se no contexto da formação das grandes metrópoles industriais. A espacialidade urbana e os problemas implicados de sua relação com a sociedade e a cultura que se desenvolvem numa cidade, passaram a constituir um tema de reflexão dos mais valorizados. Logo acabou tornando-se uma forma sistematizada e um método científico, ou seja, reconhecido pelos paradigmas correntes e dominantes que davam conta e estabeleciam a legitimidade dos saberes válidos, convalidando uma determinada ordem urbana que se tornaria aceita e aplicada em várias partes do mundo. As cidades tornaram-se cada vez mais parecidas, a medida que os princípios urbanistas foram tornando-se práticas correntes das políticas públicas aplicadas pelos mais variados gestores urbanos. O aperfeiçoamento das técnicas de controle urbano levou à pretensão de determinar o funcionamento e as transformações de uma cidade ao longo do tempo, antecipando o futuro

⁶³ Carta de Atenas. Apud RIZZO, Paulo Marcos Borges. Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis – 1950 a 1990. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em Geografia), 1993. Anexos.

das cidades. Os urbanistas acabaram se transformando e, por vezes, pretenderam ser profetas urbanos, indicando e ordenando o futuro. O modelo da cidade racionalista, praticamente uma máquina, acabou se impondo através dos CIAMs e da liderança de Le Corbusier, os quais teriam ampla influência no Brasil e, em 1947, foi dentro desses princípios que ocorreu a fundação do “primeiro curso de urbanismo do país, ligado à Faculdade de Arquitetura da UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul], onde se formaram os urbanistas autores do Plano Diretor de Florianópolis de 1952”⁶⁴.

A revolução arquitetônica deveria acompanhar os novos ritmos, substituindo os antigos materiais — pedra, tijolos e madeira — pelo aço, o vidro e o concreto, proporcionando leveza, luz e limpidez, economia, eficiência, concisão e exatidão, pureza e elegância, impermeabilidade e, principalmente, linhas retas. A independência entre vigas e paredes tornaria mais funcionais e agradáveis os novos edifícios, com a fachada sendo uma mera membrana separando interior e exterior. Dessa forma, com amplos espaços interiores, a luz solar teria livre passagem, o ar circularia e haveria condições de mesclar a habitação com vegetações. O uso de vãos livres, proporcionados pela resistência dos novos materiais, permitiria a separação do pedestre e do automóvel.

O zoneamento de Florianópolis, indicado pelo Plano Diretor, acabou sendo em grande medida mantido ao longo do tempo, embora nunca tenha ocorrido uma “zona industrial” como a que foi preconizada, mesmo porque os urbanistas tiveram o cuidado de manter a mesma distribuição de atividades já existente na cidade, não envolvendo profundas alterações. De todo modo, jamais houve uma separação tão estanque e rígida entre áreas de habitação, trabalho, circulação e recreação em Florianópolis, principalmente no centro da cidade.

Mas um semelhante zoneamento prevaleceria no momento em que as praias mais distantes da área urbana, tanto ao Norte quanto ao Sul da Ilha, passaram a ser o destino privilegiado e o ponto de lazer mais importante da cidade. Nesse processo, foi ocorrendo um esvaziamento do centro e a cidade acabou sendo setorializada, com as praias tornando-se referências sociais importantes, inclusive do ponto de vista cultural e econômico, cindindo a

⁶⁴ RIZZO, Paulo Marcos Borges. Op Cit. p. 17.

cidade em hierarquias espaciais que correspondem a grupos ou classes sociais mais ou menos homogêneas. Ao Norte da Ilha, por exemplo, a grande afluência de visitantes e a criação de loteamentos de alto padrão, formou núcleos sociais distintos e apartados do conjunto da cidade, para onde se dirigem a classe média alta e a burguesia. Por outro lado, as praias próximas ao centro foram aterradas ou tornaram-se impróprias para o banho, impedindo a manutenção da antiga característica de Florianópolis, que mantinha os lazeres muito próximos da habitação e do trabalho.

Pelo Plano Diretor de 1955, o desenvolvimento futuro de Florianópolis foi traçado segundo uma composição e complementaridade das áreas da Ilha e do Continente. Na península insular onde é localizado o centro da cidade, prevaleceriam as funções de administração pública, próprias da condição de capital de Santa Catarina, além de área comercial e residencial. Afastava-se qualquer possibilidade de instalação de um setor industrial, “pois tanto as condições dos acessos como as condições topográficas são adversas a essa hipótese”. A Ilha passaria então a uma condição de dependência em relação ao Continente, pois é essa área que os autores do Plano Diretor acreditavam ser a grande fronteira de expansão urbana da cidade. Para a região continental eram previstos, além da instalação do porto, para o qual seria necessário a criação de um aterro de cerca de 60 hectares, a criação de uma zona industrial, o que seria possível pelo fato de estar em melhores condições de acesso marítimo e terrestre com o restante de Santa Catarina e do País. Neste ponto seria ainda instalada a “futura estação ferroviária central”, próxima à rodoviária, o que manteria acessos e conexões ferroviárias e rodoviárias. Tal área seria localizada na parte noroeste do Estreito, principal núcleo urbano continental, próxima às instalações portuárias e, em breve tempo, haveria ainda a constituição de uma grande região de comércio. O crescimento econômico e populacional daí decorrentes levariam à ocupação das áreas mais elevadas para fins residenciais. A configuração da cidade ficaria delineada a partir de um eixo imaginário, ao longo do qual estariam localizadas as atividades produtivas (indústria, comércio, função administrativa), em direção Noroeste a Sudoeste, “que partindo da Ponta do Leal e passando pela Ponte se estenderá até a zona do aterro. Ao sul dessa linha no Estreito e, na Ilha, ao norte dela, estender-se-ão as zonas de habitação”. Na região central da Ilha, a

atração exercida pelo desenvolvimento econômico do Estreito levaria a uma densificação urbana próxima à Ponte Hercílio Luz, ligando-se à área sul da Ilha, já com certa densidade⁶⁵.

Estava sendo pensada uma cidade setorializada que facilitaria a circulação, dissipando, nas palavras de Le Corbusier, “a confusão entre as velocidades naturais (o passo do homem) e as velocidades mecânicas (automóveis, ônibus, bondes, bicicletas e motocicletas) por meio de uma classificação adequada”. A base de tudo estava na criação do adensamento que tornasse mais próximos uns dos outros as diversas regiões especializadas da cidade, diminuindo distâncias e reduzindo os custos de transporte e abastecimento de água, luz, saneamento e outros serviços essenciais. Assim, por meios rápidos e de custos baixos, todos os habitantes poderiam deslocar-se de modo organizado entre os diversos setores urbanos, cada qual com sua velocidade definida e uniforme, sem caos e desperdício de energia e recursos. A comparação entre os custos de uma cidade dispersa com os de uma concentrada dava amplas vantagens para a segunda, e era justamente isso o que buscavam os planejadores de Florianópolis em 1952. Por isso a necessidade de confiar nos recursos tecnológicos mais atuais, como os elevadores, que permitiriam a verticalização e a aproximação, reduzindo as distâncias, além das grandes vias de trânsito livre e alta velocidade, com cruzamentos rotatórios, rigidamente divorciados das vias de pedestres. A antiga rua, que misturava carros e homens deveria ser abolida rapidamente. Elementos que seriam ainda implementados em grande parte na construção da cidade Brasília, mas que já serviam para pensar o futuro de Florianópolis. Mas todas essas mudanças só seriam possíveis com a superação do medo, “que é o grande freio das sociedades”⁶⁶.

A avenida Tronco a ser construída seria a referência básica de Florianópolis, base do novo sistema viário e ponto de contato entre todas as regiões da cidade, retirando o grande fluxo de trânsito das áreas residenciais e dando maior velocidade para o tráfego, dentro de princípios urbanistas modernos. O sentido geral da expansão urbana na Ilha deveria então ser orientado para a direção sul. Para a sua implementação seria necessário um aterro de 48 mil metros quadrados, bem como o alargamento da Conselheiro Mafra, o que deveria também ocorrer em outras ruas do centro, essenciais para a ligação entre sul e norte, principalmente a

⁶⁵ PAIVA, Edvaldo et alie. Op Cit. p. 20.

⁶⁶ Ibidem. p. 55-81; 83-99.

Esteves Júnior, a Trompowsky, a Vidal Ramos, a Nereu Ramos e a Visconde de Ouro Preto, as quais formariam um sistema de acesso à avenida Rio Branco, sendo esta ligada à avenida Mauro Ramos, formando um tracejado necessário à densificação urbana e o fluxo do trânsito⁶⁷. Uma cidade com apenas uma ponte, pensada segundo princípios modernistas, voltada para o crescimento industrial. Os setores de serviços e terciários deveriam apenas complementar o núcleo econômico formado pelo porto e zona industrial do Estreito.

Em 1952 os autores do Plano Diretor imaginaram uma cidade que nunca chegou a existir, mas que nem por isso deixou de ter seus efeitos sobre a futura Florianópolis. A orientação geral do documento foi contrariada em muitos aspectos, mesmo naquilo que dizia respeito à localização de órgãos e edifícios na cidade, além da estrutura viária. No que diz respeito à criação de condições econômicas de desenvolvimento, isto ficou bem claro. Enquanto os planejadores preconizaram a integração da cidade à economia industrial, os grupos dirigentes e empresariais já começavam a investir em empreendimentos que atrelariam cada vez mais Florianópolis ao turismo, tornando-a dependente do Estado, com a manutenção de suas funções administrativas, e da sazonalidade do movimento de visitação. A proposta básica de criação do porto, jamais encontrou efetivação.

São questionáveis as condições efetivas para a implantação de uma Florianópolis industrial como aquela preconizada pelos autores do Plano Diretor. A situação de uma cidade que, apesar de Capital, era periférica em relação aos próprios municípios catarinenses com economia mais dinâmica, principalmente no Vale do Itajaí e Norte do Estado, bem como o Sul do Estado, com a crescente importância da extração de carvão, poderia certamente inviabilizar aquelas propostas. Mas, apesar dessas contingências, como foi demonstrado anteriormente, o bloco dirigente de Florianópolis já havia escolhido um caminho para o desenvolvimento da cidade, o turismo. A determinação do futuro a ser trilhado não dizia respeito unicamente à criação de uma legitimidade discursiva para a exploração turística, mas estavam ocorrendo mesmo investimentos imobiliários importantes que só poderiam encontrar valorização caso o poder público atuasse como indutor dessa opção econômica. Não havia outro caminho, senão o de contrariar as teses dos urbanistas.

⁶⁷ *Ibidem* p. 52-57.

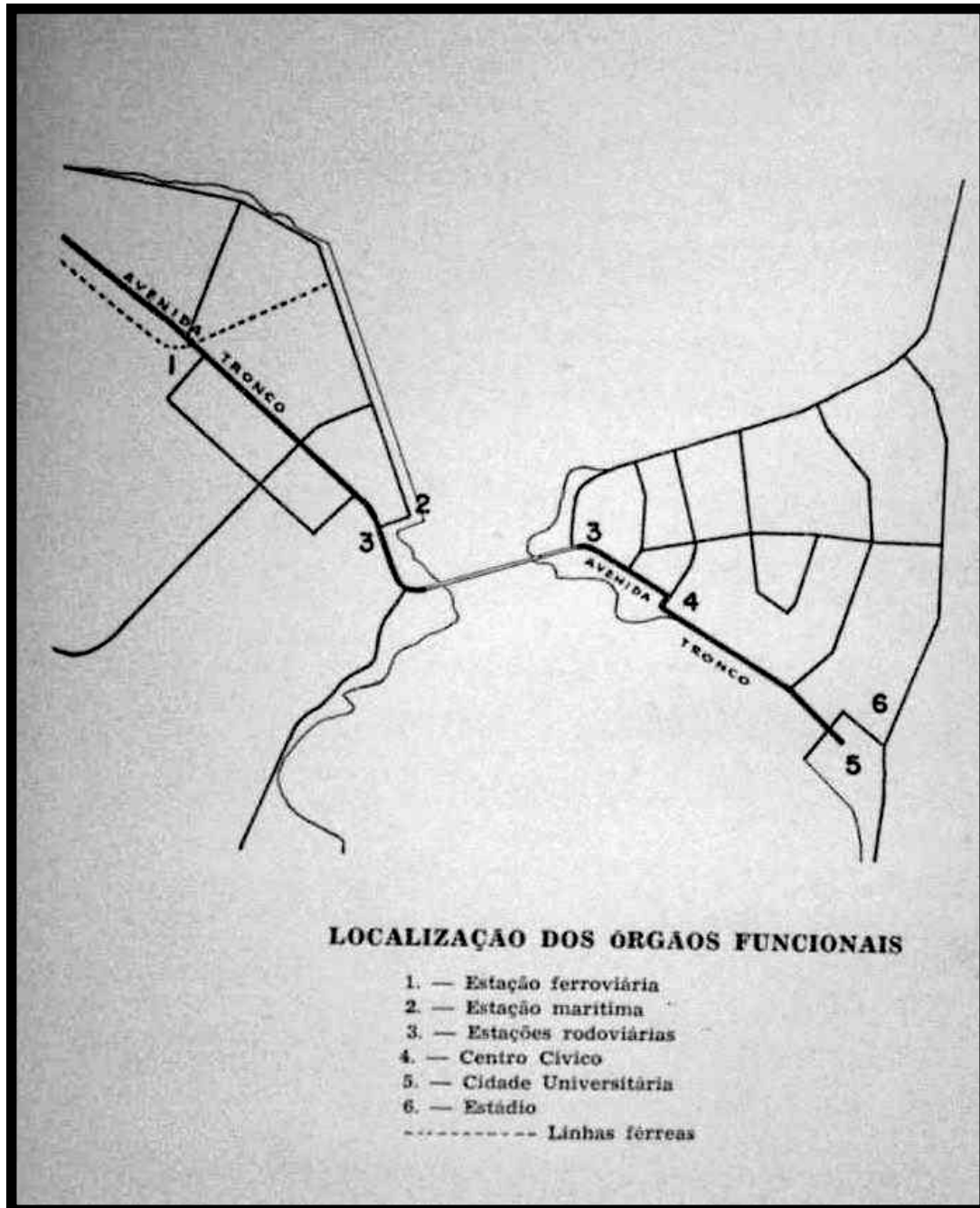


Fig. 26: O projeto da avenida tronco e a localização de novos equipamentos urbanos
Plano Diretor, 1952

O Plano Diretor não chegava a regulamentar as áreas do interior da Ilha e as praias, considerados ainda muito distantes de uma ocupação urbana. As duas grandes fronteiras de expansão eram o Continente, nas áreas mais distantes e próximas já à cidade vizinha de São José, e a baía norte, na época ainda conhecida como a região da Praia de Fora. De todo modo, ao não levar em conta as praias como fatores de crescimento urbano, os autores do plano já demonstravam que tratava-se de pensar e projetar uma cidade diferente daquela que os discursos a favor do turismo preconizavam na imprensa. Florianópolis era pensada a partir de uma perspectiva essencialmente modernista, com a valorização e a crença na industrialização como único meio de transformá-la e quebrar seus aspectos que ainda eram considerados coloniais. O Estreito seria, assim, o grande núcleo transformador da cidade e para onde convergiriam as reformas que moldariam o futuro industrial pretendido. Acreditava-se que os “fatos urbanísticos ainda potenciais” na parte continental, mudariam por completo a função e a fisionomia da cidade. Aceitando correr o risco de que suas propostas parecessem “utópicas”, os planejadores acreditavam que o desenvolvimento do Estreito, atrelado a um futuro porto e uma futura zona industrial, “na confluência dos acessos terrestres à cidade”, levariam à formação de “um centro de vida comercial”, para o qual já estavam prevendo edifícios com altura de até 12 andares⁶⁸.

O centro da cidade, na Ilha, a região mais densamente edificada, pouco poderia ser tocada por grandes reformas, pensavam os planejadores. Ao contrário do que muitos periodistas pregavam, as grandes transformações deveriam passar ao largo dessa área central tradicional. Nada de grandes demolições ou bota-abaixo, ao estilo Pereira Passos. Os sobrados da Conselheiro Mafra permaneceriam sem grandes intervenções. Preconizava-se que as intervenções no centro seriam a ampliação do aterro da Prainha, de modo a criar um novo Centro Cívico, com a instalação de modernos prédios públicos, servidos pela grande avenida Tronco que margearia a cidade, acompanhando na Ilha a linha e os limites entre terra e mar já existentes, sem maiores alterações. O centro tradicional não seria, então, “objeto de regulamentações utópicas” que pretendessem “transformar radicalmente a sua feição”⁶⁹. A criação desse novo espaço correspondia a mais uma das premissas estabelecidas pelos CIAMs

⁶⁸ *Ibidem.* p. 29.

⁶⁹ *Ibidem.* p. 23.

para a organização urbana. Junto às quatro funções básicas já mencionadas, uma cidade deveria conter também um “centro público”, para “atividades administrativas e cívicas”⁷⁰.

O novo Centro Cívico, pensado para uma futura cidade que necessitaria “reunir, de maneira organizada e funcional, os edifícios administrativos, em lugar próprio e plenamente acessível à população”, marcava a maior transformação urbana prevista. Seria um deslocamento dos hábitos culturais da cidade, criando uma nova área de atração para a utilização dos habitantes, em virtude da prevista obsolescência do centro velho, com seus edifícios antigos e intensa circulação de veículos e pedestres. Pretendia-se que o novo centro tivesse as mais importantes características do urbanismo moderno, com amplos estacionamentos, que permitiriam a separação entre automóveis e transeuntes a pé, dando preferência aos últimos com a ligação íntima e fácil entre cada edifício administrativo. Mas, um aspecto era fundamental para os autores do plano: a cidade deveria prosseguir com “uma das suas mais agradáveis características, apanágio da atual praça XV — sua conexão íntima com a paisagem marítima”. O novo centro seria então um “espaço aberto para o mar”, mantendo a idéia de que a convivência com o mar era um traço definidor da cultura da população de Florianópolis⁷¹. Este aspecto é um dos mais importantes presentes naquele Plano Diretor e foi exatamente um dos mais rejeitados pelo desenvolvimento posterior da cidade, contrariando totalmente os planejadores.

Uma das marcas de Florianópolis a partir da década de 1970 foi a chamada perda da sociabilidade marítima, com a construção do grande aterro da baía sul, que afastou totalmente o centro do mar, interpondo largas vias de trânsito rápido como obstáculos para a própria visualização das águas marítimas. A investigação de Paulo César dos Santos sobre esse processo mostra que, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que transformava-se o mar e as praias da Ilha de Santa Catarina em atração turística e fonte de rendimentos, ocorria a estigmatização das águas marítimas próximas ao centro da cidade como áreas insalubres para a população.

⁷⁰ HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 38.

⁷¹ PAIVA, Edvaldo et alie. Op Cit. p. 30-32.

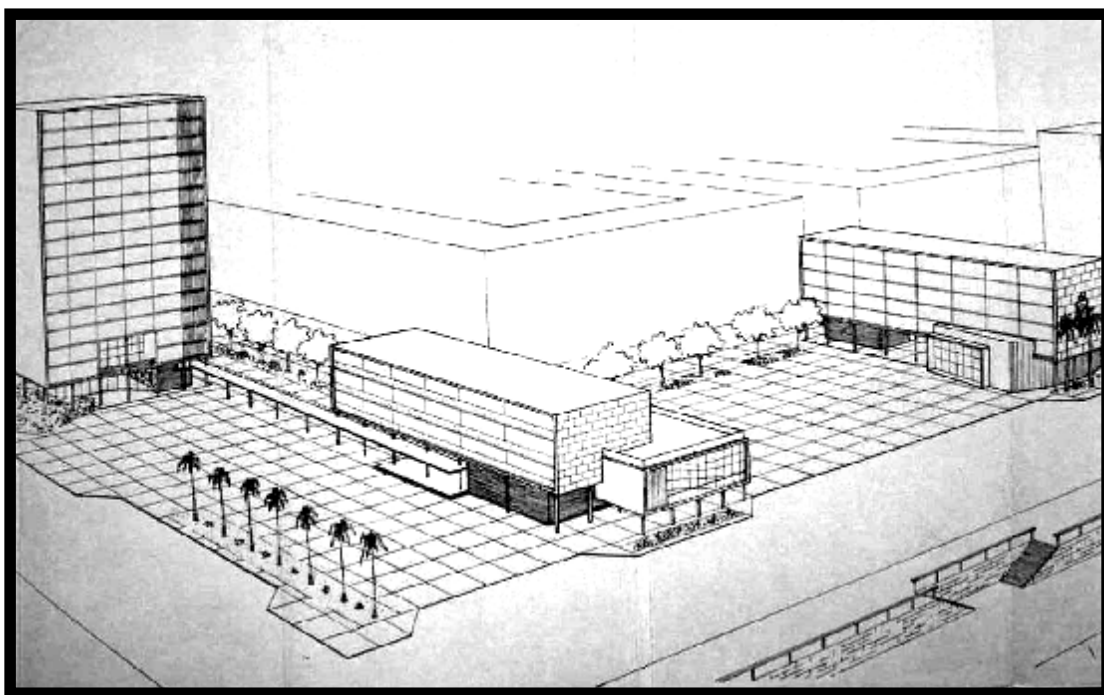


Fig. 27: O projeto do novo Centro Cívico com escadarias que dariam acesso ao mar
Plano Diretor, 1952

Aos poucos, enquanto as praias do Continente, na região de Coqueiros, eram cada vez mais apreciadas e freqüentadas, aquelas contíguas ao centro eram vistas como impróprias e aparecia o desejo de aterrá-las. Ao longo do século XX, este processo foi se intensificando ao ponto de as praias mais procuradas passarem a ser aquelas mais distantes da densificação urbana. Logo Coqueiros seria abandonada e Canasvieiras e outras praias adjacentes, no Norte da Ilha, passariam a ser o novo ponto balneável, principalmente a partir da década de 1950.

Foi um longo aprendizado até que o banho do mar fosse aceito como prática saudável e, posteriormente, que a freqüência às praias se tornasse uma forma de sociabilização e convívio, na construção de tempo e espaço de lazer urbanos. Nas várias cidades litorâneas brasileiras, o mar era freqüentemente utilizado como um espaço privado, onde eram jogadas as águas servidas e todos os dejetos da intimidade humana. Florianópolis não diferia desse padrão. Sérgio Luiz Ferreira observa que o banho de mar não tinha muitos adeptos no início do século XX. As casas e o arruamento original que ficavam mais próximos da orla marítima, eram cuidadosamente protegidos do contato marítimo. As habitações tinham os fundos voltados para o mar, enquanto que as janelas procuravam abrir-se para a rua⁷².

Contudo, ao logo do tempo, essa disposição tendeu a transformar-se. A cultura ocidental incorporou a praia como espaço de lazeres coletivos e forma de convívio social, assim como o banho de mar passou a ser visto como prática saudável, recomendada pelo discurso médico. Os balneários disseminaram-se pelo litoral brasileiro, atraindo não só os apreciadores de esportes náuticos, como aqueles que buscavam conforto e descanso. Paradoxalmente, em Florianópolis, enquanto o turismo aparecia como nova panacéia de desenvolvimento, a cidade despedia-se de seus hábitos marítimos. O mar foi aterrado. Ao invés de tê-lo como visão cotidiana e incorporada na paisagem urbana, torna-se um ambiente excepcional, onde só se vai nas horas de lazer.

Este processo de afastamento do mar que aos poucos foi sendo constituído nas práticas urbanas de Florianópolis, não foi fruto de uma “necessidade” ou uma “imposição” do crescimento da cidade. A tentativa dos planejadores, em 1952, de manter a paisagem marítima

⁷² FERREIRA, Sérgio Luiz. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970)*. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1994.

junto ao centro, demonstra que havia a possibilidade e que, certamente, a cidade poderia ter optado por outra forma de crescimento que não aquela que acabou sendo imposta a partir da década de 1970. O automóvel e as vias voltadas para a ponte já haviam dado um primeiro sinal de rompimento com o mar. Mas foi com a opção precípua e uma tomada de posição política pela velocidade rodoviária, que a cidade viu ser construído um futuro sem mar e sem as sociabilidades daí decorrentes⁷³. A partir deste momento de ruptura, quem olhasse o horizonte desde a praça XV ou o Largo da Alfândega, não mais veria a superfície marítima e os barcos dos clubes de remo, mas uma planície composta por pistas de rolamento, muitos automóveis e um espaço que foi ocupado por um parque projetado por Burle Marx, mas que jamais chegou a ser integrado devidamente à espacialidade urbana de Florianópolis. Ao invés da linha d'água, a cidade ficou circunscrita por uma rede de auto-estradas.

O planejamento urbano de Florianópolis da década de 1950 é uma peça das mais importantes para a constatação de um processo de paulatina construção de uma nova feição para Florianópolis, não só física como cultural. A parcial recusa do futuro indicado pelo planejadores, significou que a antiga cidade com jeito colonial e onde haviam feiras na confluência entre terra e mar e onde este último tinha uma presença tátil indiscutível, fosse paulatinamente desmontada e em seu lugar surgisse uma cidade como outra qualquer, onde o mar é uma presença que por vezes passa despercebida pelos habitantes. O plano pretendia, segundo seus autores, a criação de uma cidade que conjugasse o novo e o velho, mantendo a paisagem marítima, associada com o centro comercial e o futuro centro cívico. Além de outras obras que viriam a modificar pontos antigos da cidade, como a proposta de demolir o Teatro Álvaro de Carvalho para a construção de um maior no lugar, de frente para a rua Visconde de Ouro Preto, previa-se a retificação do tronco viário da cidade, junto ao mar, pela orla sul da península, passando pelo centro, pela futura universidade e pelo novo estádio projetado, permitindo “dar à Florianópolis do futuro o mesmo caráter que souberam lhe dar as gerações passadas”. Os aterramentos previstos não poderiam ter uma tal dimensão, que inviabilizassem a particular configuração da cidade, que reunia mar e vida urbana. As novas obras viárias a serem efetivadas, como a avenida de contorno do Morro da Cruz e os novos aterros a serem construídos para a futura avenida Beira Mar Norte, deveriam estar em

⁷³ SANTOS, Paulo César dos. Espaço e memória: o aterro da Baía Sul e o desencontro marítimo de Florianópolis. Florianópolis: UFSC (Dissertação de Mestrado em História), 1997. p. 17-26.

consonância com o princípio básico de uma cidade industrial e portuária no continente e de um centro à beira mar. Na área continental seria alargada a avenida Santos Saraiva, até atingir cerca de 25 metros, além da criação da avenida Presidente Dutra, bem como a futura avenida do porto, com 50 metros de largura⁷⁴.

A partir da segunda metade da década de 1960, o esgotamento da capacidade da Ponte Hercílio Luz e a ameaça de que esta pudesse ruir ou sofrer danos consideráveis pela ação do tempo e do próprio peso, modificariam completamente as intervenções urbanísticas em Florianópolis. Os dirigentes públicos voltaram-se para a construção de uma segunda ponte. A via tronco imaginada em 1952, margeando a orla e mantendo a proximidade entre mar e urbes, ficou totalmente inviabilizada. Em seu lugar, houve um grande aterramento da baía sul, para a construção dos acessos à nova ligação ilha-continente. O sentido geral do planejamento foi alterado direcionando a expansão urbana através da Avenida Beira Mar Norte. Esta última foi a única das grandes obras viárias previstas pelo Plano Diretor efetivamente concretizada. Ao contrário do pretendido pelos planejadores, tornou-se o eixo urbano principal, num momento em que a incorporação de imóveis no Norte da Ilha, região ligada pela nova Avenida, tornava-se mais intensa. A cidade ganhava os contornos e caminhos pretendidos pelos seus grupos dominantes, valorizando os investimentos em novos loteamentos.

Em função do ritmo de desenvolvimento da cidade e da estreita largura da maioria das ruas centrais, segundo os urbanistas de 1952, deveria ser estabelecida a regra de que os novos edifícios deveriam ter suas alturas limitadas entre quatro e oito andares, sendo que somente no primeiro caso haveria a dispensa de elevadores. As atividades comerciais deveriam ser concentradas nas vias principais, impedindo que houvesse a conjugação de residências e casas comerciais, o que viria disciplinar os ritmos urbanos, os movimentos das pessoas e o trânsito de veículos. As ruas residenciais ficariam mais tranquilas e sem a confusão reinante em cidades sem qualquer planejamento. Para o caso das residências, afastava-se sob qualquer hipótese a necessidade da construção de grandes edifícios, limitando ao máximo de dois andares. As residências e condomínios coletivos eram considerados

⁷⁴ PAIVA, Edvaldo et alie. Op Cit. p. 39; 58-60.

desnecessários em Florianópolis, uma cidade ainda muito pequena para que houvesse uma economia de espaços e grandes empreendimentos imobiliários. Certamente uma idéia considerada tímida em comparação com os anseios expressos na imprensa por diversos autores de várias procedências que pretendiam a todo custo que Florianópolis adquirisse características de uma “grande metrópole”, o que evidentemente a cidade não era e nem parecia ter condições que a transformassem de tal maneira. Firmes em suas convicções modernistas, os autores do Plano Diretor consideravam que “seria fugir às verdadeiras condições atuais em Florianópolis, a previsão de zonas de residências coletivas desligadas das atividades comerciais”. Fazia-se necessário, antes disso, o surgimento de um novo “tipo de morador”, o que corresponderia a um “estágio futuro da evolução econômica e social” a ser alcançado com o “desenvolvimento industrial, de sorte que o tipo citado de residência coletiva foi previsto na zona do Estreito e não na Ilha”⁷⁵.

A cidade estava rompendo com seu principal meio de expansão urbana e novas formas deveriam ser determinadas e previstas para o futuro. O núcleo urbano de Florianópolis havia sido viabilizado historicamente através dos contatos marítimos entre as diversas localidades da Ilha e do continente. Os pequenos portos em cada localidade costeira, como Ribeirão da Ilha ou Sambaqui, eram lugares de comércio, de circulação e de escoamento da produção. As vias marítimas foram o primeiro e mais duradouro meio de expansão urbana de Florianópolis, a partir da Vila central em contato com as diversas comunidades, mais ou menos fechadas, desenvolvendo-se com um relativo grau de autonomia. Nesses locais, prevalecia uma organização familiar extensa, com a permanência dos filhos casados junto aos pais. A expansão das famílias, dividindo as propriedades em parcelas cada vez menores constituiu outro importante mecanismo de expansão das comunidades e formação de aglomerados populacionais, com uma configuração intermediária entre o urbano e o rural.

O porto e a praça eram os equipamentos que conformavam a vida social e ofereciam os horizontes de expectativas predominantes. A maior importância adquirida pelo comércio exportador e pelo porto de Desterro no século XIX, intensificou essa característica urbana, que só começaria a ser alterada a partir da década de 1930, quando as funções

⁷⁵ *Ibidem.* p. 23-25.

políticas e administrativas tornaram-se as principais atividades de Florianópolis, marcando sua expansão urbana e tornando a população dependente de empregos públicos. Mesmo assim, as feições de cidade portuária não seriam de todo alteradas, mesmo com a circulação terrestre aos poucos substituindo as vias marítimas. A cidade, perdendo suas relações portuárias com o restante do país e não estabelecendo ligações terrestres, isolou-se da rede urbana brasileira, apequenando-se ao longo das décadas seguintes.

A partir dessas condições é que a nova cidade passa a ser pensada e os novos horizontes de expectativa criados. A disputa entre caminhos possíveis para o desenvolvimento de Florianópolis, pendeu para a construção social e discursiva de sua “vocação turística”. Assim, alargaram-se as possibilidades de expansão urbana, prevendo-se cada vez mais as perspectivas de metropolização através do impacto do incremento turístico. Novas áreas seriam incorporadas ao perímetro urbano, expandindo a cidade por territórios antes considerados inviáveis. Regiões antes distantes tornavam-se, repentinamente, alvos de ambiciosos projetos urbanísticos. Para os urbanistas de 1952, a região Continental deveria fazer este papel de possibilitar a criação de uma outra cidade.

Mas foram as praias do Norte da Ilha a área que mais transformações sofreria, marcando o surgimento de uma cidade diferente, com uma vida sazonal e idiomas e sotaques estranhos. Foi o momento em que a expansão urbana deixou totalmente a dependência marítima e começou a dar-se através dos loteamentos, os quais, ao longo do século XX, representaram para a maioria das cidades brasileiras, “um dos principais agentes na expansão horizontal da cidade e na formação das periferias urbanas”⁷⁶.

Na década de 1940 começaram a ser registrados junto à Prefeitura, os primeiros loteamentos de Florianópolis, ampliando o perímetro urbano, estendendo-se sobre chácaras e áreas com características rurais. Posteriormente, a proximidade com as praias é que seria o principal foco de atração destes empreendimentos imobiliários. Os desmembramentos de terras e a formação de áreas previamente determinadas com arruamentos e fixação de parcelas definidas como lotes urbanos, definiram a criação de uma Florianópolis em que as

⁷⁶ OLIVEIRA, Lisete Assen de. Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na Ilha de Santa Catarina. Tese. São Paulo: USP (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), 1999. p. 80.

relações sociais e as formas de convívio e organização, assumiam características próprias de cidades capitalistas modernas, com famílias nucleares e espaços de circulação terrestres e regidos pelo ritmo automobilístico. As áreas loteadas eram cada vez maiores, aumentando a concentração de terras e de riqueza, formando uma classe de ricos especuladores imobiliários, geralmente grandes empresas que aceleravam a apropriação privada. A terra rapidamente transformou-se na mercadoria mais importante de Florianópolis. O Estado favorecia o processo projetando rodovias que estabeleciam a ligação direta entre centro e novos loteamentos do Norte da Ilha — as “cidades balneárias” — passando ao largo de antigas localidades, como Santo Antônio de Lisboa, que permaneceram como centros isolados, sem receber os serviços públicos que estavam sendo oferecidos aos balneários. A antiga Florianópolis, das freguesias coloniais, deveria ser esquecida em nome da nova cidade, marco do futuro. A cidade que se quis, teve que suplantar e esquecer a cidade que não se quis.

Com a construção da Avenida Beira Mar Norte, a cidade teve sua configuração alterada, privilegiando a Ilha e, mais do que isso, sua porção ao norte. Foi a vitória de uma outra concepção de cidade, voltada para o desenvolvimento turístico e a exploração imobiliária de uma área da cidade destinada a moradias de classe média alta, com inúmeros condomínios de luxo e edificações com alturas superiores aos 8 andares que eram indicadas como o máximo na década de 1950. Os planejadores, apesar de esboçarem uma tentativa, não conseguiram romper com a estrutura espacial que já separava rigidamente as classes sociais em Florianópolis, a qual estabelecia a região da Praia de Fora, ao norte do centro urbano, como a preferida pelos habitantes mais ricos, que ali tinham suas chácaras. A Avenida Beira Mar Norte e, posteriormente a Via de Contorno Norte-Ilha, manteriam intacta aquela região como o espaço prioritários das classes privilegiadas da cidade, recebendo os maiores investimentos em melhorias urbanas e serviços públicos, como é o caso dos hospitais, em sua maior parte próximos àquela área⁷⁷.

As idéias desenvolvidas em 1952 foram rejeitadas em outros aspectos relevantes. O caso da localização da Universidade é emblemático. A futura Cidade

⁷⁷ SUGAI, Maria Inês. As intervenções Viárias e as transformações do espaço urbano. A Via de Contorno Norte-Ilha. Dissertação São Paulo: USP (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), 1994. p. 63-69.

Universitária deveria ser instalada junto ao centro, mantendo uma estrutura de proximidade e densificação urbana que seria necessária para a economia de espaços e transportes, conforme preconizado pelo urbanismo modernista. O campus da Universidade Federal de Santa Catarina acabou sendo implantado justamente no local desqualificado pelos planejadores, por sua distância de cerca de 8 quilômetros do centro, na então área suburbana da Trindade, no lado oposto ao maciço do Morro da Cruz. Os urbanistas acreditavam na necessidade de que a urbes tivesse íntima ligação com a universidade e não no então distante e isolado local em que seria efetivamente construída. Haveria uma maior interação com a cidade pois, pensavam, “a cidade cresce na direção do continente e esse processo será acelerado pela construção do porto. A idéia de um possível crescimento na direção da Trindade não tem nenhuma base real, nenhuma possibilidade histórica de efetivação”. Este ponto do Plano é bastante ilustrativo de como a crença na capacidade técnica de prever e determinar o futuro da cidade estava sendo construída no sentido de dotar alguns especialistas do poder e da presunção de intervir sobre o tempo, determinando com antecedência os rumos da sociedade. Os equívocos cometidos na antevisão do que viria a ser o desenvolvimento da cidade, dão uma pequena amostra de o quanto a questão do futuro e de sua necessária investigação e mesmo posse, faziam parte de um dos aspectos da cultura urbana de meados do século XX no Brasil.

4.4. A ordem urbanística: uma questão de classe

Controlar o futuro é uma estratégia de poder. E associa-se também ao domínio do espaço. O urbano, definido por Henri Lefebvre, comporta essas dimensões, na media em que aparece como um “campo de tensões” e “uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente”. Na sociedade urbana, há a possibilidade de experimentação da u-topia, ou seja, do não-lugar, o alhures. Elementos como a verticalidade podem representar essa dimensão, “o lugar da ausência-presença”, constituindo-se em parte integrante da realidade urbana. A monumentalidade das cidades modernas, das grandes e largas vias de trânsito aparecem como

expressões de um poder que está por toda parte e em parte alguma. É a constituição do sonho e do desejo da anulação das distâncias⁷⁸. Essa utopia concreta que preside a vida urbana, o olhar de urbanistas e arquitetos pretenderam dominar, orientar e realizar, com a imposição de uma certa racionalidade a Florianópolis, baseada na indústria. O tempo e o espaço foram alvos então de estratégias de controle, de modo a estabelecer formas de intervenção do poder público sobre a expansão e os movimentos dos interesses particulares.

Ao determinar que a “realidade” e as “condições históricas” impunham uma certa maneira de conceber a distribuição espacial da cidade e os próprios rumos de seu desenvolvimento, os urbanistas assumem a postura de donos do futuro, portadores dos saberes capazes de impor os caminhos da sociedade, inimigos da utopia. O local sugerido para o campus, no aterro da Prainha, serviria como o ponto final da grande avenida tronco, margeado pela linha d’água marítima que circunscrevia o espaço urbano de Florianópolis. A não efetivação dessas idéias acabou levando à criação de uma cidade totalmente diferente, que escapou da lógica daqueles urbanistas, mas não dos interesses de dominação e apropriação capitalista das elites da cidade. Embora fosse posteriormente mantida a regra de que os novos aterros não fossem destinados ao uso residencial, devido ao regime dos ventos e o custo das fundações, as tensões e conflitos presentes no tecido urbano, marcadas em grande parte pela reprodução de classe de elites que começavam a associar o domínio da máquina estatal a interesses de ordem imobiliária.

Segundo os autores do Plano Diretor, junto à universidade deveria ser construído um centro esportivo, na avenida Mauro Ramos, onde estaria localizado o estádio estadual, uma idéia que ainda persistiria por mais alguns anos e, na década seguinte, ainda era aventada pelos que pretendiam a construção de um grande estádio de futebol na capital, o “Catarinão”. Mas, ao contrário, no local pretendido foi erguido o Instituto Estadual de Educação. Os autores do plano estavam seguros de suas convicções numa cidade modernista e industrial, opondo o seu “futuro” a qualquer “utopia” que pudesse ser imaginada então. A todo custo pretendiam vincular seu discurso à “realidade”. Mas, o prazo para a efetivação das proposições e previsões era indeterminado. O grande limite do plano, acreditavam, estava

⁷⁸ LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p. 33-50.

justamente nos novos “limites urbanos” de uma “Florianópolis transformada”, pois a indeterminação do futuro era um elemento de desestabilização das avaliações urbanísticas.

“(…) devemos esclarecer quanto aos limites urbanos previstos pelo Plano que, nas condições atuais, poderão parecer utópicos e desligados da realidade. Há duas hipóteses claras em relação ao futuro da cidade de Florianópolis: ou será uma repetição de seu passado ou ocorrerão novos fatos, aparecerão novos elementos motores capazes de transformá-la e fazê-la crescer em ritmo mais acelerado. Nós adotamos a segunda dessas hipóteses, baseadas na construção programada de um porto marítimo, fato que poderá vir a modificar radicalmente o atual panorama urbano (ainda mais se for ligado a uma política governamental de incentivo à industrialização da cidade, único elemento capaz de criar um grande núcleo)”⁷⁹.

Baseados na crença de que seria possível estabelecer uma ordem ideal e racional que servisse como parâmetro para prever o desenvolvimento histórico da cidade, os arquitetos e urbanistas que produziram o Plano Diretor não pareciam ter muitas dúvidas quanto aos seus referenciais e instrumentos de análise, desde que estes fossem transformados em políticas públicas e encampados por um Estado inspirado no desenvolvimentismo. As leis “naturais” e “racionalis” pareciam indiscutíveis aos olhos dos seguidores de Le Corbusier, indicando a forma predominante da grande maioria das cidades do século XX. O saber urbanístico arvorava-se também à condição de deter capacidades proféticas e prometéticas. Os fazedores de cidades passavam a ser os anunciadores de um novo tempo em que através do uso racional do espaço chegar-se-ia à sociedade do futuro, na qual trabalho e habitação deixariam de ser problemas e fontes de opressão. Os arquitetos, assim como os médicos já o haviam feito e os engenheiros, seriam os arautos do futuro, aqueles de quem dependeria a libertação social. A população jamais se manifesta, já que “seus desejos já teriam sido apropriados pelos arquitetos que serão capazes, e só eles, de desenhar o espaço da harmonia, quem sabe, da felicidade”⁸⁰.

⁷⁹ PAIVA, Edvaldo et alie. Op Cit. p. 33-36; 45-47.

⁸⁰ RIZZO, Paulo Marcos Borges. Op Cit. p. 24.

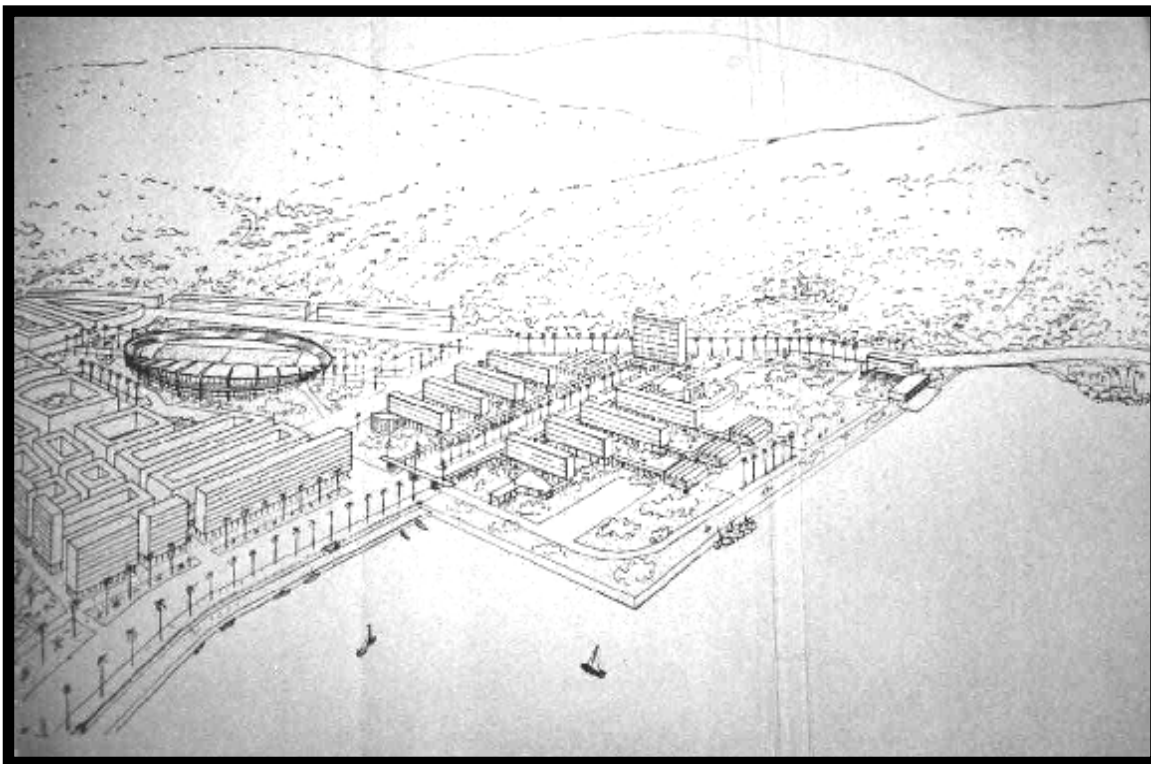


Fig. 28: A "futura" universidade à beira mar na baía Sul, junto ao Estádio projetado
Plano Diretor, 1952

Tratava-se da crença urbanista que considerava a cidade como um “organismo vivo”, portanto, apreensível e com movimentos e tendências “evolutivas” verificáveis de antemão. É a cidade funcionando harmoniosamente, como qualquer corpo vivo, com seus “órgãos” agindo num mesmo sentido, sem qualquer contradição. Uma cidade em que cada elemento deve se encaixar com precisão para não provocar nenhuma “doença” que necessite de intervenção do arquiteto. Nesse caso, pode-se sugerir que a Florianópolis de início da década de 1950 pareceu aos urbanistas porto-alegrenses uma cidade doente, que teria como remédio a introdução das reformas, ou dos remédios, apontados. Um organismo não pode ser caótico, não pode registrar incongruências, deficiências ou contradições entre suas partes componentes. Deve ser a plena expressão da ordem, demonstrando a capacidade humana de criar artifícios que correspondam a um plano universal e abstrato o mais próximo possível da perfeição. Daí a necessidade de técnicos e especialistas que reponham a ordem e acabem com o caos urbano.

A busca da ordem passa a ser a pretensão de qualquer intervenção urbana, indicando para o futuro e fazendo reproduzir estruturas da vida social que deverão ter permanência e perenidade. A previsão de localização “órgãos funcionais”, como a Cidade Universitária e o porto, ou as etapas de “evolução” de Florianópolis, foram apresentadas pelos urbanistas de 1952 como resultantes de processos “naturais” e totalmente previsíveis dos quais a cidade não poderia escapar. A ordem racional urbanista transforma-se, assim, em profecia a ser efetivada pelo “organismo urbano”, dando um poder premonitório aos autores do planejamento. “Com os organismos em harmonia, pode-se prescrever a história da cidade como fatalidade, o que é expresso nas conseqüências previstas com a construção do porto”⁸¹. Evidentemente essa assimilação da sociedade ou de fenômenos culturais a metáforas ou mesmo modelos biológicos, correspondem a uma determinada forma do pensamento social moderno que tem referências seja no darwinismo social, na sociologia de Spencer ou no positivismo de Comte, mas que assume formas próprias no discurso urbanista, indicando a cidade quase como um modelo ideal e fatalista de vida futura. A história da cidade transforma-se em desenvolvimento natural e o urbanista é o único “leitor” capaz de identificar na estrutura urbana os traços do destino e do futuro.

⁸¹ *Ibidem.* p. 27.

É como se a cidade não pudesse sob hipótese alguma fugir de um destino já inscrito em sua história urbanística, da qual o arquiteto é apenas um intérprete privilegiado e mais capaz do que os outros. Trata-se apenas de ordenar com sabedoria o fluxo desse destino para que, com naturalidade e harmonia, cada urbes atingisse o nível de desenvolvimento que lhe cabe numa sociedade. A pequena Florianópolis teria um padrão a alcançar no contexto das cidades brasileiras. Isto estaria inscrito em sua história, algo fatal do qual não poderia fugir. O porto seria a única vocação e o meio “natural” e óbvio que tiraria a cidade do atraso e possibilitaria que chegasse ao nível de uma cidade com mais alguns milhares de habitantes, nunca uma grande metrópole, pois não haveria condições para isso, mas pelo menos uma cidade avançada do ponto de vista sócio-econômico e atualizada com os tempos que viriam.

A Florianópolis do futuro foi então concebida segundo as marcas de certas representações que engendraram práticas concretas e tiveram a pretensão de apresentar um modelo de vida social. As analogias médicas, as tentativas de classificação dos problemas e soluções que tirariam a cidade de suas enfermidades, ou seja, do atraso, formaram um conjunto de práticas que efetivamente balizaram políticas públicas e tornaram-se referências a atribuir ou retirar legitimidade de discursos e atos que vicejavam no conjunto urbano. A assimilação da cidade pelo discurso científico do urbanismo foi aos poucos sendo mais e mais aceita, balizando todas as demais falas e olhares que foram produzidas a respeito das necessidades urbanas. Uma utopia urbana estava sendo construída, ao melhor estilo de Tomás Morus, quando este concebeu seus utopianos como homens que viviam em “cidades sabiamente governadas”. Inspirando-se em Platão, acreditava num Estado governado por reis filósofos, detentores da autoridade que o saber concede àqueles que têm a capacidade de ver o que os outros não conseguem e de conceber um plano ideal a ser paulatinamente buscado e concretizado.

A conquista do Novo Mundo, as viagens de circunavegação e todas as novidades que chegavam à Europa de um planeta muito maior e diverso do que se tinha idéia, propiciaram as imagens dessa terra perdida em algum ponto das terras recém conhecidas, onde o ideal platônico pôde ser aplicado em toda sua extensão. Mas com características próprias de um escritor do Renascimento. Não é exatamente um modelo ideal, sem concretude

e sem espacialidade, tampouco um cenário virtual e hipotético, uma condição de existência suposta, tal como pretendeu o filósofo grego. Por outro lado, não é também uma subversão total e a completa desordem tanto da sociedade quanto da natureza, como ocorria na literatura e nas utopias medievais, com suas terras mágicas, como a Cocagna, onde rios de mel e frutas gigantes provocabam a inversão do real e levariam à abolição do trabalho. Ao contrário de pertencer ao maravilhoso ou ao encantamento, a ilha de Morus é uma tentativa de desenvolver um modelo ou uma alternativa ao cotidiano, ou seja, uma nova ordem que criaria outras instituições sociais, mas seguindo uma lógica rigorosa e, em certa medida, verificável. Os regramentos sociais não seriam de modo algum abolidos, sendo inclusive reforçados. Enfim, um objetivo realizável, embora com dimensões espaço-temporais situadas fora das coordenadas vividas pelo autor do projeto. Uma sociedade-modelo, construída a partir da crítica a uma sociedade histórica na qual se vive, mas com modelos espaciais e construtivos que são indispensáveis para a compreensão das pretensões sociais projetadas⁸².

É claro que uma cidade “sabiamente governada” tinha um sentido totalmente diverso no XVI em relação ao século XX. O urbanismo moderno procurou afastar-se da Utopia ao adotar as insígnias do método científico e procurar a efetivação de um projeto que ao mesmo tempo em que se alimenta, paradoxalmente nega as referências culturais que estão postas pelas projeções imaginárias de uma vida ideal e perfeita. É como se fosse necessário a construção de um futuro anti-utópico, na medida em que não se trabalha sobre um não-lugar, mas sobre uma cidade efetivamente existente.

Mas os projetos urbanísticos, a visualidade que é traçada pelas linhas racionalmente calculadas de cada desenho, transforma em projeto político um imaginário que circula na sociedade e que tem a ver com a busca da perfeição utópica. Mesmo negando a utopia em nome da ciência, o urbanismo pôs em prática a busca de uma idealidade próxima àquela que balizou Morus, atribuindo aos arquitetos o moderno papel de reis filósofos,

⁸² CHOAY, Françoise. A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1985. p. 35-43.

Choay estabelece “sete traços discriminatórios” que definem a utopia: “[1] uma utopia é um livro assinado; [2] nela um indivíduo se exprime na primeira pessoa do singular, o próprio autor e/ou seu porta-voz, visitante ou testemunha da utopia; [3] apresenta-se sob a forma de uma narrativa na qual se insere, no presente do indicativo, a descrição de uma sociedade-modelo; [4] essa sociedade-modelo opõe-se a uma sociedade histórica real, cuja crítica é indissociável da descrição-elaboração da primeira; [5] a sociedade modelo tem como suporte *um espaço-modelo que é sua parte integrante e necessária*; [6] a sociedade-modelo está situada fora do nosso sistema de coordenadas espaço-temporais, *alhures*; [7] ela escapa à influência do tempo e das mudanças”.

capazes de a tudo prever e indicar o caminho mais conveniente. A gestão do espaço urbano moderno, portanto, não está nem aquém tampouco além do imaginário social, fazendo com que as políticas públicas sejam em grande parte regidas por princípios que dizem respeito à unificação dos habitantes em torno de um plano traçado segundo os interesses de determinados grupos sociais, mas que aparecem segundo a marca do interesse coletivo e da legitimidade do método científico. A suposta neutralidade técnica atribui a capacidade de coerção contida nos planos urbanos e cria a benfazeja idéia de que o interesse coletivo está a todo momento sendo preservado.

A gestão de grandes cidades transformou o exercício do poder político e criou novos problemas a serem resolvidos pelas técnicas administrativas, os quais tiveram impacto importante sobre as relações sociais. Governar sabiamente passou a implicar que o Príncipe não mais poderia limitar-se a manter sob seus domínios um vasto território e explorar suas riquezas o melhor possível, a fim de manter-se no poder. As cidades industriais trouxeram o fenômeno da população desordenada e incontrolável e, desde então, exercer o poder sobre a urbes significou o desenvolvimento de técnicas de gestão que deveriam investigar minuciosamente a multidão, esquadrinhando a sociedade para retirar de cada um de seus integrantes o máximo de produtividade. As estatísticas e os censos demográfico tornaram-se então instrumentos privilegiados como fontes de saber, instrumentalizando o Estado e constituindo-se em formas de tornar previsíveis ao longo do tempo os comportamentos sociais. A previsibilidade é um elemento central do exercício moderno do poder político. O futuro passou a ser investigado com vistas a tornar-se apreensível pelo poder.

O bem governar deixou de ser uma atribuição dos filósofos, bastando que a maior quantidade possível de informações sobre os movimentos da população chegassem às esferas do Estado. A família deixou de ser um modelo de governo, ou seja, até então o governante era apenas o chefe de um conjunto de famílias que cuidavam de manter a produtividade de seus membros. As grandes epidemias e a necessidade de regulamentar grandes coletividades torna a família não mais o modelo de governo, mas um instrumento fundamental, um segmento através do qual chegam a cada membro da sociedade as normas quanto ao comportamento sexual e ao consumo, por exemplo, o que em certa medida vai

torná-la ainda mais importante, na medida em que as restrições comportamentais acabam por definir aos poucos o aparecimento da família nuclear burguesa. Governar e administrar deixa de ser uma atribuição do chefe de família e torna-se um mecanismo de gestão da população, com técnicas novas para que os fluxos sociais fossem previstos através das informações obtidas com a estatística. Economia não é mais então a ordenação da casa, como no sentido grego da palavra (*Oiko* = casa; *nomos* = norma), mas um campo social e político que deve ser pensado a partir de um conjunto de saberes, formando uma rede de intervenções estruturais que dizem respeito às novas técnicas de governo. É o que Michel Foucault denomina de surgimento da “governamentalidade”, de uma racionalidade específica quanto ao exercício do poder político, que leva em conta o governo, a população e a economia política, numa junção datada a partir do século XVIII⁸³.

Quando da elaboração do Plano Diretor de Florianópolis, o urbanismo brasileiro passava por um amplo processo de discussões justamente quanto ao seu papel intervencionista e de normatização de práticas sociais no espaço urbano. Os próprios autores do Plano de 1952 começaram a identificar interesses de classe e de manutenção do poder nos projetos urbanísticos brasileiros, os quais não teriam identidade com as aspirações da maioria da população, servindo apenas à burguesia. Edvaldo Paiva passaria a amparar-se no marxismo para formalizar um conjunto de idéias que tentavam relacionar os problemas urbanos ao regime sócio-econômico vigente no Brasil, ou seja, o capitalismo.

Sem levar em consideração o conjunto da organização social, seria impossível somente através da urbanística transformar a sociedade. A expressão formal e as técnicas urbanísticas não chegavam a ser postas em questão, mas sim a atuação do urbanista como um agente das classes dominantes. Os modelos indicados pela Carta de Atenas continuaram sendo seguidos, tentando-se adaptá-los a necessidades gerais de transformação das condições de vida da maioria da população pobre. Paiva, chefiaria em 1959 a equipe que elaborou o primeiro Plano Diretor de Porto Alegre, na gestão do então prefeito Leonel Brizola, vindo posteriormente a presidir a Comissão de Reforma Agrária do Palácio do Planalto durante o

⁸³ FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In _____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 277-293.

governo de João Goulart, em 1963. Antes disso, na década de 1940 já havia sido responsável por outros projetos de urbanização da capital gaúcha. Portanto, tinha atuação marcante no contexto histórico brasileiro de meados do século XX, sendo um dos agentes dos discursos que preconizavam o urbanismo como ferramenta de transformação social, levando-o a deixar o país e estabelecer-se em Montevidéu durante a ditadura militar, até sua morte em 1981. Outro a ser atingido pelo regime militar foi Demétrio Ribeiro, que trabalhou com Paiva na elaboração do plano de 1952, também gaúcho, afastado da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde lecionava, durante a vigência da ditadura⁸⁴.

Portanto, a equipe que pretendeu dar feições a uma possível Florianópolis do futuro, teve uma trajetória política bastante característica de uma parcela importante dos urbanistas brasileiros, engajados nos processos políticos desencadeados pelo nacional-desenvolvimentismo e pela perspectiva de fazer a sociedade brasileira sair de seu “atraso”, considerado o principal obstáculo para o progresso humano e a melhoria das condições gerais de vida do povo. Ambos participavam com artigos e contribuições da revista Horizonte, do Partido Comunista, em Porto Alegre.

Esse discurso que procurou associar racionalidade técnica e humanismo salvacionista foi particularmente importante nos países da periferia do capitalismo e recém descolonizados. A questão era inserir a reflexão e prática urbanísticas no contexto de uma sociedade de classes, constatando que apenas as classes dominantes recebiam as conquistas da técnica. Então grandes projetos urbanistas para metrópoles pobres foram desenvolvidos e as visitas de Le Corbusier ao Brasil, à Índia ou à Argélia tornaram-se freqüentes. Dentro desse conjunto de representações criado em torno da figura transformadora do urbanista no Terceiro Mundo, construiu-se Brasília e inúmeras outras capitais pobres tiveram sua participação na concretização de programas de reformas urbanas que pretendiam solucionar problemas sociais como a miséria e as habitações precárias e insalubres dos pobres.

O urbanismo propõe-se então, nessa perspectiva, a ser um instrumento de promoção das transformações materiais que promoveriam a industrialização, condição

⁸⁴ LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). Urbanismo no Brasil: 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999. p. 515-6; 525-6.

indispensável para que os países pobres pudessem superar a dependência em relação ao centro capitalista e dar o primeiro passo para criar o conflito de classes necessário para a passagem ao socialismo. Muitos arquitetos e urbanistas associaram-se cada vez mais a um conjunto de idéias e aspirações característicos do marxismo que se divulgava então e não foram poucos os que chegaram a integrar-se ao Partido Comunista, como foi o caso de Oscar Niemeyer. A superação do atraso, para essa vertente de esquerda do desenvolvimentismo brasileiro, tenderia à transformação de um país supostamente semi-feudal, como preconizava o Partido, para a consolidação de um capitalismo nacional e desenvolvido, base indispensável para a revolução.

A crítica ao modelo urbanista existente então, o da Carta de Atenas e dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, aproximava o discurso dos urbanistas e arquitetos de esquerda aos programas de desenvolvimento capitalista empreendidos pelos governantes brasileiros entre 1945 e 1964. O segundo governo Vargas e, muito em especial, o governo Kubitschek, contaram com o aporte de agentes do pensamento urbanístico, que viram a oportunidade de interferir na estrutura da sociedade brasileira. Contudo a crítica urbanística limitava-se a questionar os interesses de classe inscritos em seu ofício, sem por em dúvida a própria epistemologia do seu conhecimento nem as formas de construir utilizadas e ditadas pelo modelo então vigente, o dos CIAMs. Tentava-se apenas adaptar os princípios da Carta de Atenas a uma certa interpretação dos problemas brasileiros e estabelecer um quadro geral de boas intenções sociais, com vistas a alterar as condições de vida dos mais pobres.

Ao tomar o país a partir das condições dadas por uma interpretação que, como já foi indicada em momento anterior, estava vinculada às noções dualistas, o pensamento social brasileiro atraía esse conjunto de técnicos para a “missão” de erguer o país para a modernidade. O espaço urbano, considerado expressão moderna por excelência, passa a ser investigado e sofrer intervenções com um sentido diferente de outros momentos da História brasileira, como foram as reformas urbanas higienistas do início do século XX. Pretende-se tomá-lo como meio de socialização das classes populares recém urbanizadas e vítimas do êxodo rural, a fim de integrar este contingente da sociedade à suposta parcela moderna do país. O olhar do urbanismo modernista volta-se então para a construção de cidades “novas”,

onde pudessem ser desenvolvidas as experiências de uma nova civilização, com meios de convivência entre os habitantes que viessem a representar aportes culturais e, mesmo, significar a entrada no país num novo estágio, numa forma mais “evoluída” de sociedade.

Avaliando sua própria trajetória pessoal, Carlos Nelson Ferreira dos Santos considera que os arquitetos brasileiros formados desde a década de 1930, tinham como “meta a genialidade, com toda a carga de expectativas e frustrações decorrentes”, o que era reforçado pelo fato de que a produção arquitetônica havia “se erigido em um dos mais importantes símbolos identificadores do país”. Todas as utopias, projeções e desejos de superação da “realidade” então existente no Brasil, passavam pela crença de que a mudança social poderia decorrer das técnicas e da ciência. Embora a “realidade” fosse mais uma “análise teórica”, vivendo apenas “na cabeça dos que falavam nela, usando categorias classificatórias infalíveis, que não podiam ser confrontadas com nenhuma outra forma de explicar o mundo”⁸⁵. Esboçou-se na época a questão da política urbana, motivada principalmente pelos problemas habitacionais das camadas populares. No período, algumas ações públicas tentaram dar encaminhamento para o problema, sem grande consequência. Em 1961 chegou a ser criado o Conselho Nacional do Planejamento de Habitação Popular, mas a escassez de recursos e as práticas clientelísticas impediam diretrizes mais abrangentes. Surgia a problemática da reforma urbana, acompanhando as demandas pelas demais intervenções desenvolvimentistas — as reformas de base —, com vistas à execução de políticas públicas que atendessem aos anseios das classes populares urbanas e resolvessem as carências habitacionais. O tema passaria a figurar em planos de governo e nos discursos oficiais.

Construindo seus discursos a partir desses referenciais, os urbanistas brasileiros de então formularam projetos que, por caminhos transversos, aproximavam-se de esquemas de interpretação da sociedade, tais como aqueles que viam no Brasil a permanência de traços feudais, obstruindo o desenvolvimento. Foi pensando dessa forma que lançaram-se ao trabalho de contribuir na modernização do país, o que implicaria em levar as noções de modernidade ao país atrasado. Mas, qual país atrasado era este? O Plano Diretor de 1952 de

⁸⁵ SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In VELHO, Gilberto (coord.). O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 37-55.

Florianópolis, indica ser aquele que não fazia parte da sociedade industrial. Mais ainda, todo um expressivo contingente da população brasileira que não tinha direito a habitações próprias a uma cidade moderna, servidas pelos serviços públicos indispensáveis à convivência urbana. Os autores do plano inauguram em Florianópolis um olhar sobre a cidade com um nítido corte de classe. A população pobre e nativa estudada por Franklin Cascaes e folclorizada depois através do discurso da açorianidade e da construção positiva do “manezinho”, recebia os contornos de uma visão que a identificava como classe popular e explorada no conjunto de uma sociedade capitalista.

Os urbanistas nominavam e classificavam a cidade de um modo que suas elites sempre procuravam esquivar-se: como uma sociedade de classes em que os tais pobres do interior e da periferia constituíam a base da pirâmide social, explorada e servindo como contingente eleitoral manipulável. Neste olhar urbanístico, as “malocas” e barracos que ocupavam os morros da cidade eram a contra-face do projeto de modernização, devendo sofrer a intervenção rápida para que Florianópolis não viesse a atingir a situação já verificada em outras capitais brasileiras. Para tanto apontavam a necessidade de evitar sua expansão através da transformação das grandes áreas do centro, ocupadas por chácaras de famílias ricas, em bairros residenciais, do tipo cidade-jardim. Portanto, uma solução que partia de um pressuposto de classe: a necessidade de que os ricos habitantes das chácaras tivessem seus imóveis desapropriados em benefício dos mais pobres.

Dadas as condições políticas da cidade, já descritas em vários momentos anteriores, não é difícil concluir que o Plano contrariava não só interesses de ordem material, como entrava em choque com a maneira hegemônica de conceber a cidade estabelecida pelas elites. A Florianópolis que se deu a conhecer nas décadas seguintes realmente urbanizou a área das chácaras, no esteio da construção da Avenida Beira Mar Norte. Mas, ao invés de habitações populares, o que se viu, como já foi mencionado, foi a implantação de empreendimentos para a classe média e a burguesia local, enquanto que as “malocas” tomaram conta da visão de quem olha as encostas dos morros centrais. Mas fundamentalmente o Plano Diretor via a cidade de um modo que contrariava em muito a visão dominante, aquela estabelecida pelo bloco de poder que a controlava, ou seja, uma associação

entre partidos conservadores, elites empresariais, imprensa, associações de amparo social e Igreja Católica. O Plano mostrava uma sociedade de classes, na qual o povo rústico e portador de traços culturais tão característicos como aqueles descritos por Cascaes, formava uma grande parcela excluída e dominada pelos donos da cidade.

Houve, no Plano, a intenção de construir uma cidade que abrigasse e que oferecesse serviços para as classes populares. O olhar dos urbanistas para essa população que ocupava os morros da cidade pode ser verificado nas fotos apresentadas do próprio plano das tais “malocas”. O que se vê nas fotos são casas rústicas, de madeira, envelhecidas pelo tempo mas que não eram exatamente barracos de favelas. Eram habitações muito comuns entre a população pobre da Ilha de Santa Catarina, reproduzindo as práticas culturais que se desenvolviam desde tempos coloniais. Paredes externas repletas de gaiolas de pássaros dão conta de um dos hábitos mais característicos dessa população. No olhar daqueles urbanistas, identificando uma estrutura de classes na cidade, aquilo que aparece nos discursos da imprensa ou nas representações folclóricas como traços culturais açorianos, apresenta-se como a manifestação da exploração social e da subordinação de uma parcela popular da sociedade de Florianópolis em relação aos grupos dominantes. Assim, desnudavam que o futuro construído pelas elites manteria a assimetria entre as classes, reproduzindo a estrutura de dominação vigente.

As promessas de futuro encontradas na imprensa e os projetos para uma Florianópolis grande, rica e metropolitana, tinham sentido apenas para os grupos dominantes e a classe média que estava em formação na cidade, com todos os seus sonhos de consumo e distinção social. Para a grande massa popular, o futuro era outro. Isso os planejadores, vindos de fora, de Porto Alegre, conseguiam perceber. E era justamente isso o que o bloco de poder da cidade procurava a todo custo tangenciar, continuando a apresentar Florianópolis como uma grande procissão de Nosso Senhor dos Passos, com todas as parcelas sociais desfilando em harmonia, cada uma no seu devido lugar e sem questionar a autoridade dos poderosos. Um futuro que mantivesse tudo como estava, com os pobres contidos em seus becos e morros.

Por outro lado, o contraste em relação a essa população, tida como símbolo da miséria, é o modelo de habitação preconizado pelos planejadores, que deveria seguir as

normas burguesas de convívio social e de organização familiar. Numa decorrência do próprio corte de classe estabelecido para interpretar a estrutura social, os planejadores da cidade do futuro pretenderam intervir nas práticas comuns de construção ainda predominantes entre os habitantes de Florianópolis. Neste caso, em particular, a legislação urbana de Florianópolis seguiu a maioria das determinações indicadas pelo Plano. Até então, como aspectos remanescentes da colonização luso-açoriana do litoral catarinense, ainda eram freqüentes as casas geminadas, com a ocupação quase total dos terrenos pela área construída. A parte frontal das residências, com suas amplas janelas, abria-se quase que diretamente para a rua, enquanto que os vizinhos dividiam praticamente a mesma parede lateral.

O devassamento das atividades privadas por olhares externos e os ambientes inadequados das residências para a sociabilidade privada, lembravam uma antiga cidade colonial⁸⁶, com costumes domésticos regulados muito mais pela moralidade católica do que por hábitos de intimidade estritamente burgueses. Tais traços culturais ainda eram nítidos no centro de Florianópolis, apesar das reformas urbanas, na metade do século XX, certamente provocando desconforto para uma classe média que começava a valorizar a intimidade e a individualização. As técnicas construtivas modernas, com a separação entre portantes e portadas e a necessidade de ar, sol e vegetação⁸⁷, como os três elementos fundamentais do urbanismo, fazia prever a necessidade de regulamentações que exigissem recuos frontais, traseiros e laterais nos novos edifícios⁸⁸, incentivando indiretamente a utilização de novos materiais, que paulatinamente substituiriam a pedra, a madeira e os tijolos.

Pretendia-se ainda que houvesse uma densificação urbana com a restrição a grandes lotes, favorecendo a criação de espaços para parques e praças que favorecessem a ampliação das áreas verdes, as quais chegariam a 17% da área total da futura cidade. Desse modo também estavam pretendendo desruralizar Florianópolis definitivamente, implantando hábitos e condutas que afastassem antigos hábitos populares de criação de animais no espaço urbano, com quintais cheios de hortas e pomares.

⁸⁶ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In SOUZA, Laura de Mello e (org.) História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 83-154.

⁸⁷ LE CORBUSIER. Planejamento urbano. São Paulo: Perspectiva, 1984. p. 29-39.

⁸⁸ PAIVA, Edvaldo et alie. Op Cit. p. 25.

Um fenômeno que tomou corpo no século XIX com a indústria, essa desruralização urbana deveria chegar para modernizar de vez a cidade, transformando-a em todos seus aspectos. Até então cidade e campo entrecruzavam-se em Florianópolis, sendo difícil inclusive definir fronteiras entre esses dois espaços e essas duas formas de convivência. Especialmente entre os grupos populares, conforme os próprios estudos de Cascaes mostravam, havia a persistência de hábitos rurais, sendo o mais célebre a criação de pássaros, hábito disseminado e um traço distintivo da cultura local. Entre os grupos populares, não ocorre uma definição de fronteiras entre urbano e rural e essa questão não chega a constituir-se em problema. A delimitação de um espaço citadino próprio, com regras e práticas sociais específicas foi uma problematização das elites e das classes médias, que almejavam constituir um ambiente para sua reprodução social. Os grupos populares não são bem-vindos nesse novo espaço, também em função de não reconhecerem essas fronteiras espaciais e culturais que deveriam separar cidade e campo.

Para os agentes da modernização de Florianópolis, a cidade deveria avançar sobre sua parcela rural para crescer e modernizar-se. Daí a necessidade de intervir nos hábitos populares e urbanizar as áreas semi-rurais mantidas pelas elites em pleno coração urbano, na região das chácaras que estendia-se até a Praia de Fora, na Baía Norte. Uma série de equipamentos urbanos foram mais tarde conquistados sobre áreas nitidamente rurais, como é o caso do Campus Universitário, cuja área pertencia a uma fazenda estatal, a Assis Brasil. Mais tarde ainda, no Sul da Ilha, a antiga Fazenda Ressacada, que servia para a produção e abastecimento de leite de Florianópolis e região, passaria a ser uma nova fronteira de expansão urbana, inclusive com a construção do estádio do Avaí Futebol Clube. Uma cidade moderna, limpa, sem qualquer vestígio de traços rurais deveria surgir e isso não dizia respeito unicamente aos espaços construídos, mas principalmente às normas de conduta.

Direta ou indiretamente, essas determinações favoreciam a constituição em Florianópolis de uma esfera de intimidade de tipo burguês, com a casa tornando-se um espaço totalmente separado da rua e da vida pública. Afastada de vizinhos e protegida por muros, a vida privada da família nuclear burguesa poderia desenvolver-se numa cidade adensada, mas devidamente individualizada em setores de habitação e circulação. O risco da convivência

coletiva estava afastado, na medida em que cada família teria seu pequeno castelo ao abrigo das influências “nocivas” da coletivização forçada da vida urbana. Dispositivos de segurança e de resguardo da intimidade deveriam tornar-se cada vez mais sofisticados para que sons, odores, sombras, ares e águas, não fossem compartilhados e que em cada habitação, mesmo que separadas por alguns metros ou mesmo alguns centímetros de parede, pudesse se desenvolver um espaço de intimidade restrito e protegido, necessário à cultura individualista.

Um olhar que não se dava conta da diversidade cultural urbana e que tomou a sociedade a partir de modelos culturais próprios da burguesia e da classe média. A família nuclear burguesa acabava moldando o tipo de habitação pretendido e preconizado como aquele a ser utilizado por toda a cidade. As formas diferentes de organização familiar e de relações sociais acabavam sendo desqualificados e tomadas apenas como exemplos de miséria e da degradação social brasileira, a ser superada via intervenção modernizadora. De certa forma, este urbanismo moralizador acabava reproduzindo as práticas dos reformadores sociais que, em fins do século XIX, inspiraram a construção da necessidade de reformar as cidades. Peter Hall defende que o movimento tem profundas relações com visões alternativas da sociedade que foram criados naquele momento e que inspirariam visões socialistas e anarquistas. As cidades do amanhã deveriam ser espaços para a construção de uma “sociedade baseada na cooperação voluntária entre homens e mulheres, trabalhando e vivendo em pequenas comunidades autogeridas”. Tudo isso tornar-se-ia uma tragédia urbana quando esses sonhos passaram a ser concretizados “mediante a intervenção de burocracias estatais”, decepcionando os sonhadores e construtores do futuro⁸⁹.

Ora, essa pretensão transformadora levava os urbanistas a ver nas camadas mais pobres da cidade as vítimas de um sistema opressor e que, todas as suas condições de vida, deveriam vir a se aproximar dos grupos sociais que estivessem melhor posicionados na hierarquia das classes sociais. Modelos familiares, práticas higiênicas, formas de convívio e todos os demais aspectos que envolvem a urbanidade, deveriam ser transformados nas cidades do futuro, aproximando-se de características próprias da civilidade burguesa.

⁸⁹ HALL, Peter. Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1993. p. 4.

As condições de vida consideradas degradantes, em muitos casos, como pode-se inclusive sugerir para os planejadores de 1952, eram formas de convívio social diferentes daqueles esperados por um olhar burguês ou de classe média. As residências populares das fotos do Plano Diretor eram consideradas expressões de aviltamento humano, não apenas pelas condições de pobreza mas porque não correspondiam ao modelo normativo esperado numa sociedade burguesa. Pode-se verificar um corte de classe no olhar dos urbanistas, que pretendiam enquadrar toda a população num único modelo de práticas sociais.

Uma alteridade condenatória recaiu sobre as tais “malocas”, o que indica mesmo que estava também ocorrendo na cidade de Florianópolis a difusão de relações sociais que entravam em choque com as práticas culturais dos grupos populares da cidade. O regramento indicado pelo Plano Diretor quanto à construção de moradias e todo seu cuidado



Fig. 29: Casas populares nos morros
(Foto: Plano Diretor, 1952)

com a intimidade e a individualidade, indicam que uma certa moralização da sociedade estava em andamento, condenando uma etnicidade caracterizada por famílias extensas e o convívio em habitações geminadas, onde os laços sociais não eram os mesmos que os da burguesia. Um processo civilizatório estava ocorrendo na cidade, com a moralização das condutas sociais a partir de matrizes burguesas, controlando o tempo e as mínimas posturas sociais, especialmente aquelas que diziam

respeito à biopolítica, ou seja, intervenções no corpo, na higiene e na sexualidade, o que acabava interferindo na forma das habitações a serem construídas na cidade e em todos os aspectos da organização social, incluindo as relações familiares e os espaços de privacidade.

Uma preocupação antiga quanto às condições ideais de habitabilidade animava esses discursos, que ligavam-se a uma longa trajetória de intervenções dos poderes públicos brasileiros nas relações sociais da população urbana. As tentativas de regramento da

propriedade particular urbana identificaram diversos vestígios de atraso em diversos elementos e práticas cotidianas. Paulo César Garcez Marins encontra desde o século XVII a condenação das rótulas nas aberturas das casas, consideradas a partir de um determinado momento inadequadas para os novos padrões urbanos pretendidos, justamente quando o vidro começa a ser disseminado. As folhas de madeira entrelaçada e entrecruzada, formando grades vazadas, foram alvo de regulamentações proibitivas até os primeiros anos republicanos, na medida em que apareciam como símbolos de descompasso com as condutas sociais ditas civilizadas. Em cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Recife, a persistência desses artefatos mostrava as dificuldades e a lentidão em que se processou “o controle sobre o construir e o habitar” e a “generalização dos padrões de comportamento referenciados nas metrópoles européias”. De certa forma, esses aparatos característicos das habitações urbanas coloniais sobreviveram através das classes populares, que continuaram a adotar em suas pequenas e rústicas residências nas periferias e nos morros, materiais simples como a madeira e as treliças, até que foram ressignificados nas primeiras décadas do século XX, quando passaram a ser consideradas próprias ao clima tropical e relacionadas às raízes da nacionalidade⁹⁰.

Esses traços coloniais resistiam à ação urbanística e dotaram a maioria das cidades do litoral brasileiro de formações sociais semelhantes. A população das “malocas” de Florianópolis estava espalhada por todo o território do município, mas o que os arquitetos e urbanistas conseguiam encontrar em comum com suas experiências e com o que conheciam de outras cidades brasileiras eram as habitações vistas nas encostas dos morros centrais da cidade. Espaços formados em sua grande maioria por afro-descendentes, mestiços e brancos pobres oriundos da colonização açoriana, que haviam ocupado o maciço central da Ilha, o Morro do Antão, na parte frontal ao continente, desde o início do século XX, quando das primeiras reformas urbanas em Florianópolis.

Cabe salientar e ressaltar um ponto fundamental nesta discussão, já esboçado em momento anterior deste trabalho. Naquele momento o urbanismo submetia-se ao discurso médico que alertava para os riscos de surtos de doenças contagiosas, disseminadas devido às

⁹⁰ MARINS, Paulo César Garcez. Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2001. p. 211-262.

precárias condições de higiene da população. A malária contaminava enormes contingentes da população do litoral de Santa Catarina na década de 1920 e as campanhas de profilaxia seriam os meios mais adequados para combatê-la. A ordem médica é que ditava então as intervenções urbanas, saneando e moralizando hábitos, corpos e práticas sexuais. Era o “problema sanitário”, verificado em várias cidades brasileiras, mas com algumas particularidades em Florianópolis.

Uma cidade pequena e estagnada não formava exatamente o cenário típico para essas grandes intervenções sanitaristas. As doenças que então preocupavam os agentes governamentais eram praticamente endêmicas e já haviam registros de sua ocorrência desde o século XVIII. Portanto, a gravidade das doenças até então não havia sido um problema e o que estava em jogo a partir do começo do século XX era a construção de uma problemática sanitária que garantisse a imposição da ordem médica nas práticas urbanas e na própria organização da cidade. Uma nova percepção da saúde e do controle do corpo, visando o adestramento e o aumento da produtividade dos indivíduos, servia como um anteparo muito eficiente para a difusão de novas técnicas de gestão urbana que estabelecesse uma classificação social que viesse a excluir as classes populares do cenário urbano. Consideradas sujas, maltrapilhas e portadoras de valores que não poderiam conviver com a civilização burguesa que se pretendia implantar na cidade, foi através da medicina que as elites de Florianópolis na República Velha conseguiram distinguir-se da população pobre da cidade, mantendo-a fora das fronteiras urbanas. A prevalência da ordem médica guiava as intervenções urbanas, no sentido de acabar com a velha Desterro* colonial, com seus costumes atrasados e insalubres.

O apogeu dessa primeira fase de reformas urbanas em Florianópolis foi a construção da Avenida Hercílio Luz, também conhecida na época como Avenida do Saneamento. Inaugurada em 1922, para sua abertura foi necessária a demolição de pequenas casas e cortiços, remanescentes do período colonial e que localizavam-se à beira do Riacho da “Fonte da Bulha”, que foi canalizado ao longo da nova avenida, a fim de sanear a cidade. Toda essa população pobre e agora desalojada foi expulsa do cenário urbano, iniciando a

* Antiga denominação da cidade, até 1894.

ocupação das encostas dos morro do Antão e formando as “malocas” que em 1952 tanto desagradaram os autores do Plano Diretor⁹¹.

Já no final do século XIX começavam a ser esboçados, em diversas metrópoles industriais, projetos de reformas sociais que articulavam diversas práticas e saberes, localizando no ambiente urbano elementos que reproduziam desordem e descontrole social. O progresso industrial tornava visível nas grandes cidades a expansão das camadas populares, totalmente à margem de regras de conduta e ingovernáveis. Nos Estados Unidos é a época das cruzadas filantrópicas que pretendiam moralizar os pobres, condenando seus supostos vícios.

Na década de 1910, todo esse conjunto de medidas começa a voltar-se, em várias partes do mundo, para a reforma da cidade, significando a “criação de uma nova ordem social, reformando a vida cotidiana das classes populares, através da racionalização do ambiente urbano”. A pobreza deixa de ser vista como uma responsabilidade individual, como se fosse uma sanção pelos vícios e faltas de determinados integrantes da sociedade. Com a crise dos valores liberais e o processo de constituição do Estado de bem estar social, o problema do crescimento do número de pobres passa para a órbita coletiva, cabendo ao poder público a “manutenção de padrões mínimos de vida que o mercado não consegue assegurar”. A cidade como organismo vivo deveria ser medicalizada, segundo uma terapêutica aplicada sobre os comportamentos sociais, de modo a corrigi-los. Foi quando surgiram medidas para desalojar as populações aglomeradas nos centros das cidades e levá-las para periferias, onde são criadas cidades-jardins, higiênicas e moralizadas⁹².

A cidade-jardim foi um movimento inspirado nas idéias do inglês Ebenezer Howard, que pretendia controlar o crescimento das cidades e melhorar as condições de vida da população pobre, além de associar a urbanização com a idéia de cinturões verdes cercando o perímetro urbano. Howard pretendia a “reconstrução progressiva da sociedade capitalista dentro de uma infinidade de comunidades cooperativas”, surgindo uma cidade como realização de um sonho de correção das imperfeições da própria humanidade⁹³. Essas idéias

⁹¹ ARAÚJO, Hermetes Reis de. Fronteiras internas: urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. In BRANCHER, Ana (org.). Op Cit. p. 102-113.

⁹² RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & CARDOSO, Adauto Lúcio. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. In Revista Espaço & Debates. Cidade brasileira, século XX. São Paulo, ano XIV, n°. 37, 1994. p. 77-89.

⁹³ HALL, Peter. Op Cit. p. 103-158.

não chegaram a ser implementadas na sua totalidade, sendo adaptadas para a criação de cidades-satélites ou subúrbios-jardim, muito mais voltados para habitantes de alta-renda, propagando-se com facilidade nos Estados Unidos, onde as imagens confiantes de famílias felizes e sorridentes, morando em chalés cercados de jardins sem cercas ou muros e com áreas verdes e ruas tranqüilas, tornariam-se um dos símbolos do *american way of life*.



Fig. 30: A cidade à beira mar: o comércio de louças de barro
(Foto: Plano Diretor, 1952)

No Brasil, é só a partir da década de 1930 que todo esse conjunto de medidas começa a confluir para as intervenções urbanas. Até então as reformas que enfrentaram o “problema sanitário” inspiravam-se nos modelos de urbanismo francês decorrentes das medidas haussmanianas, valorizando as largas avenidas e a estetização e embelezamento dos centros, rompendo com a feição colonial das cidades brasileiras. Ao mesmo tempo era a instituição da ordem médica, prevalecendo uma visão de mundo ao mesmo tempo liberal e oligárquica que não enfrentava a questão do enquadramento das classes populares

no cenário da cidade, preferindo a simples exclusão dos pobres do espaço urbano institucional.

O problema da insalubridade urbana encontrou respostas na delimitação precisa entre os lugares da elites e das classes populares. Se em outras cidades do mundo, as doenças atacavam particularmente os pobres, debilitados pelas más condições de trabalho e moradia, no Brasil a epidemia da cólera, por exemplo, atacava também os grupos dominantes. Daí que a regulação da vida urbana, pela urbanística moderna, passasse pela higienização e

medicalização do “corpo” da cidade. De certo modo, no começo do século XX efetivou-se a ampliação do escopo e das dimensões de intervenção dos antigos Códigos de Postura municipais que vigiam desde o século anterior. A higiene e a moralidade burguesas eram condições necessárias para a administração correta da urbe. Em decorrência foram implementadas políticas de aformoseamento, saneamento e expulsão dos pobres para fora do espaço de circulação urbana das elites e classes médias. Essa foi a solução para aquele tipo de crise urbanística, com o Estado assumindo tarefas de regulação dos fluxos existentes nas cidades, controlando e disciplinando uma parcela da população, ao mesmo tempo em que excluía os desviantes e indesejáveis. A questão habitacional foi agravada pelas reformas, que deixaram à própria sorte os grupos populares retirados dos centros e de qualquer noção de cidadania. Nenhuma política pública efetiva foi criada para dar encaminhamento para o alojamento urbano dos pobres. Por outro lado, o sucesso das reformas foi apenas relativo, dadas as possibilidades de resistência, dissimulação e negociação que os grupos populares puseram em funcionamento. A habitação em morros e favelas passaria a constituir uma regra quase geral para as cidades brasileiras⁹⁴.

Mas é possível perceber uma mudança de sentido das intervenções urbanas a partir do longo período de governo de Getúlio Vargas, quando foram implementadas medidas sociais que tentavam intervir na capacidade produtiva dos trabalhadores, atingindo primordialmente a habitação popular, como o lugar preferencial para intervir nos hábitos sociais. Seguindo práticas anglo-americanas de organização do espaço urbano, o problema da habitação foi então apresentado como política pública prioritária, de modo a conter a expansão de cortiços, favelas e outras formas de especulação imobiliária, com a cobrança extorsiva de aluguéis sobre pequenas casas geminadas em becos e ruelas sem saída e insalubres, deveriam a partir das novas políticas públicas receber um outro tratamento, integrando novos loteamentos planejados ao conjunto da cidade. Essas medidas já vinham sendo tomadas em outras capitais desde principalmente as décadas de 1920 e 30, com o agravamento da situação da moradia operária nas grandes cidades e os conflitos sociais daí decorrentes, levando à formação de bairros operários, próximos aos locais de trabalho dessa

⁹⁴ PECHMAN, Sérgio & FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5, n.º. 8/9, set/1984-abr/1985. p. 139-195.

população e distantes dos centros administrativos.

Em Florianópolis, por outro lado, as questões envolvendo a moradia popular tomam corpo e tornam-se parte do discurso oficial apenas em meados do século. A questão habitacional das classes populares foi paulatinamente sendo incorporada às problemáticas urbanas, servindo como mais uma moeda de troca no jogo político de integração dos excluídos ao processo de reprodução do poder político na cidade, bem como estimulando a economia através da construção civil e do movimento de apropriação privada da terra. A compra de lotes e construção de residências, principalmente nos casos de moradias para aluguel, deixava de ser uma atividade com regulações apenas de ordem externa, com o controle dos preços através de restrições fiscais e o estabelecimento de padrões mínimos de higiene, para ser pensada em conjunto com toda a expansão da cidade. Aos poucos a habitação popular torna-se uma política pública, cada vez mais dirigida e, mesmo, efetuada pelo Estado, em muitos casos adotando o modelo de conjuntos habitacionais do tipo cidade-jardim. Os autores do primeiro Plano Diretor de Florianópolis, já haviam vivido a experiência ocorrida em Porto Alegre de paulatino controle estatal da questão da moradia, com a criação de vilas operárias com o objetivo de atenuar as difíceis condições de vida das classes populares e evitar maiores conflitos sociais, através de controles sociais mais rígidos sobre o cotidiano e as relações sociais, evitando a coabitação e favorecendo as famílias nucleares⁹⁵. Essas intervenções aos poucos deixariam de ser pontuais e localizadas, integrando-se a uma concepção geral da vida urbana que presidiria as futuras reformas nas cidades.

As reformas indicadas por Edvaldo Paiva pautavam-se, portanto, por um novo tipo de gestão e intervenção urbanas. Eram soluções para um outro tipo de crise urbanística, que teria como causa a ausência de desenvolvimento econômico e a estagnação das cidades, provocando o atraso brasileiro e a incapacidade para a superação do subdesenvolvimento, considerado crônico segundo reflexões que partiam de diversos setores, mas cuja grande inspiradora foi a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina). A ordem médica cedia lugar à hegemonia dos arquitetos e urbanistas na condução das políticas públicas e na administração das cidades. Interventores nomeados por Vargas patrocinam iniciativas nas quais o espaço urbano passa a ser planejado como um todo, com a determinação de diretrizes

⁹⁵ BAKOS, Margaret Marchiori. A habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937). Porto Alegre: UFRGS, 1988. p. 58-59 (mimeo).

gerais que deveriam valer para toda a cidade. O modelo de cidade orgânica e funcional tão cedo não foi abandonado, tampouco a necessidade de padrões de higienização. O plano diretor do Rio de Janeiro, elaborado por Alfred Agache na década de 1920, pautado na premissa sanitária, continuava a ser uma grande influência para os planos de outras cidades brasileiras, como Porto Alegre. Mas esboçava-se a ordem urbanística como superação da ordem médica. Obviamente, havia uma enorme dificuldade para a efetivação das medidas apresentadas pelos planejadores, “produzindo-se planos que criam espaços normatizados, mas que ‘aceitam’, tacitamente, uma convivência com espaços exteriores ao seu âmbito de regulação”⁹⁶.

A partir da década de 1950, assistiu-se a hegemonia da ordem urbanística. As reformas urbanas no âmbito do nacional-desenvolvimentismo, ocorreram segundo a nova forma de ordenação das cidades, que atribuía uma maior importância para o crescimento econômico como indutor necessário das transformações nas cidades. O dualismo estrutural brasileiro é visto na cidade a partir da oposição entre a população que desfruta dos serviços públicos e uma parcela de marginalizados. A população pobre e excluída das cidades, não mais era vista como doente, mas atrasada. Ao invés da medicalização e das campanhas de profilaxia do início do século, o urbanismo chega para propor medidas que visassem a intensificação do desenvolvimento e a criação da cidade como um espaço de produção capitalista intenso, ao qual cada habitante urbano deveria estar integrado. Era a idéia de atraso, tão cara ao discurso desenvolvimentista, servindo como estofo discursivo para a construção das representações de futuro.

O sentido de reforma social e de correção de hábitos e supostas deficiências do modo de vida das classes populares, ganhava os contornos de uma ética e uma moral políticas que diziam respeito a elevar o nível de vida de cada habitante pobre da cidade através do contato com os avanços da técnica. Os projetos das novas cidades deveriam conter atributos e valores sociais e humanos que promovessem melhorias nas condições de vida da população pobre, através de conjuntos habitacionais, oferecimento de serviços públicos e promoção do pleno emprego, através do desenvolvimento econômico, garantido basicamente pela indústria. Uma ordem também moral, burguesa e disciplinadora, mas realizada através de meios

⁹⁶ RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & CARDOSO, Adauto Lúcio. Op Cit. p. 84.

diferentes daqueles empregados até então. Ao invés de vacinas e polícia sanitária, concreto e planejamento do futuro das cidades. A criação definitiva da cidade-máquina.

A capacidade da ordem urbanística para indicar as diretrizes sociais de uma cidade pode ser aferida, entre outros aspectos, pelo fato de que apesar de o Plano Diretor não ter sido concretizado na maior parte de suas determinações, a simples expectativa da implantação de algumas propostas serviu para motivar a dinâmica de algumas regiões da cidade. O porto, que nunca seria construído, motivou o surgimento de um grande número de loteamentos na parte Continental de Florianópolis por toda a década de 1950. Principalmente para a classe média foram destinados empreendimentos imobiliários que eram valorizados pela promessa de grandes obras viárias naquela região. Naquele momento, a especulação em torno dos projetos para o Continente tornou a região um pólo de atração importante, sendo criado um loteamento Balneário, voltado para as classes de maior renda, bem como os já mencionados investimentos de Aderbal Ramos da Silva e Osvaldo Machado em Coqueiros e no Estreito. Posteriormente, quando ficou claro o privilégio do Poder Público para investimentos na região norte da Ilha, praticamente abandonando os planos de um porto no Estreito, o movimento de expansão do Continente diminuiu e os problemas de infra-estrutura da área ficaram sem resolução. A partir do fim da década de 1960, o Continente tornou-se aos poucos um espaço para a localização dos grupos populares urbanos e da população migrante que chegava do interior do Estado, carente de habitações. As classes dominantes firmaram seu projeto de rígida separação espacial em relação a uma população pobre e excluída, cuja proximidade passou a ser considerada indesejável. Prevaleceria uma configuração urbana diferente daquela prevista pelos planejadores da década anterior, mas de todo modo inscrita na ordem urbanística e nas relações de classe de Florianópolis⁹⁷.

O poder de classe em Florianópolis, já calcado no controle do aparelho de Estado, passava a estar cada vez mais associado à especulação imobiliária. A suburbanização do crescimento da cidade abria novas fronteiras de investimento e criação de oportunidades de lucros rápidos pela valorização repentina de áreas previstas para receber equipamentos públicos, como aqueles indicados pelo Plano Diretor. Portanto, num mesmo processo, havia a

⁹⁷ SUGAI, Maria Inês. Op Cit. p. 80-86.

conjugação das duas formas de controle político em Florianópolis, isto é, governo e terra. A lógica que presidiu a elaboração do Plano reforçava essas premissas básicas, apenas indicando um outro cenário possível para a reprodução de classe na cidade, através da sua industrialização. A recusa da opção industrialista passava também pela manutenção da homogeneidade do bloco de poder que dominava Florianópolis, evitando uma possível nacionalização das classes dominantes através da chegada de novos investidores. Mesmo assim, num momento em que o urbanismo preconizava a expansão horizontal das cidades, com a conjugação de estratégias do tipo cidade-jardim e abertura de grandes loteamentos para famílias de classe média, a expectativa de abertura de novas oportunidades para as incorporações imobiliárias, movimentava a economia da cidade, principalmente reforçando as fortunas individuais do bloco de poder, o qual tinha posição privilegiada para prever e impor a configuração urbana de Florianópolis.

A ordem urbanística estabeleceu uma formação discursiva que deu suporte aos autores do primeiro Plano Diretor de Florianópolis. Pode-se perceber a introdução na época do imaginário do “arquiteto herói”, capaz de impor à realidade a força de sua vontade criadora. Leon Battista Alberti, ao apresentar o tratado “De re aedificatoria” ao Papa Nicolau V, em 1452, seria o introdutor das regras e princípios de construção que estabeleceram um estatuto próprio para os arquitetos, dotando-os do saber-fazer e da competência para dar a qualidade necessária às suas obras. É a partir do perfil moral e intelectual do arquiteto, com um desempenho e uma autoridade indiscutíveis para perceber e identificar as demandas sociais por conforto e beleza, que Alberti retira as condições e critérios que qualificam uma obra arquitetônica: “a edificação, paradigma da qualidade humana, só pode ser o apanágio de um indivíduo propriamente exemplar”. Uma ética é elaborada e instituída como regra e princípio básico da construção arquitetônica, a qual deve conter valores e virtudes, moral e sabedoria, inscritos em cada edifício erguido. Dotando dessa forma a edificação de leis próprias, Alberti realizava a transfiguração da figura do construtor em reformador social, o que viria a ocorrer com clareza séculos mais tarde. A correção dos defeitos humanos, a possibilidade de através do domínio construído, reparar os enganos e fraquezas sociais, decorrem da idéia de um arquiteto super dotado, armado com a matemática e a régua para

elaborar o homem de novos tempos. Inaugurava-se a figura daquele que inscreve regras e modelos de conduta que modificam a sociedade e criam novos sujeitos a partir da coerção e distribuição prévia dos espaços. Hierarquias, relações e formas de convivência dependentes das regras espaciais: todo um projeto social inscrito no pensamento urbanístico. O arquiteto como demiurgo da sociedade e, por que não dizer, do futuro⁹⁸

As cidades no século XX — e Florianópolis não escapou desse processo — transformaram-se em grandes laboratórios para experiências sociais as mais diversas, expressando-se em espaços labirínticos e incompreensíveis, mas também através da nostalgia pela tranquilidade e segurança perdidas ou ainda pela diluição e implosão dos projetos políticos mais generosos. Já houve uma vez a crença de que a ruptura com o ritmo monótono da vida agrária trouxesse a possibilidade de que a maior parte da humanidade habitasse um espaço onde a acumulação tanto de riqueza quanto das mais diversas experiências e conhecimentos, pudesse gerar condições para um salto civilizacional que levasse a uma sociedade avançada e próxima da perfeição. De todo modo, mesmo desaparecidas essas esperanças, os valores sociais tornaram-se indelevelmente marcados pela experiência urbana. O futuro seria o futuro das cidades. Foi isso que moveu arquitetos e urbanistas e que também inspiraria ideais de transformação e justiça social.

A crença na possibilidade de que os elementos da racionalidade urbanística promovessem uma nova “humanização”, através de reformas sociais mais ou menos radicais e intensas que provocassem a diminuição das desigualdades entre as classes, pode ser entendida como todo um movimento civilizador que envolveu a eleição da cidade como o lugar privilegiado para mudança e o futuro. Foi a consolidação de um imaginário muito poderoso que atuou na configuração das cidades construídas desde então. Esse sistema de representações que guiou a maneira de intervir sobre a cidade, fez parte das experiências sociais, atuando como “uma das forças reguladoras da vida coletiva”, mais um dos elementos que compõem as relações sociais, assegurando “uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças”. Para Bronislaw Baczkó, “os imaginários

⁹⁸ CHOAY, Françoise. Op Cit. p. 115-118.

sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro”⁹⁹. A experiência da cultura de futuro encontrava no urbanismo uma trajetória que influenciou muitas das características da sociedade brasileira que veio a ser construída. O urbanismo revelou muitas das facetas utópicas presentes no saber científico e na racionalidade técnica. Foi mais uma das utopias racionais do século XX.

4.5. Entre a reforma e a revolução

A idéia de reforma social e de projetos de transformações que alterassem o futuro não só da cidade mas, talvez, de toda a sociedade humana, encontrava eco em Florianópolis em um outro pólo de agentes e atores sociais que também procuravam a seu modo participar daquela polifonia urbana. Se o discurso urbanista amparava-se em uma série de elementos que tinham a ver com a correção de práticas sociais e mudanças no rumo da organização social no sentido de atingir uma certa perfeição racional, os movimentos políticos de esquerda, sejam socialistas ou comunistas e, talvez, até mesmo um vago sentimento humanitário sem muito fundo ideológico preciso, procuravam ser articuladores de propostas para uma cidade que atingisse um certo ideal de convivência e que provocassem mudanças na vida das classes populares. Os urbanistas traziam a régua e o compasso para projetar o futuro que, a seu ver, tenderia a organizar a sociedade de uma maneira mais adequada. Pode-se perceber aproximações muito importantes entre esta crença de que a razão seria capaz de promover o mundo de justiça e igualdade no futuro, tal como é apreensível em certa medida no pensamento urbanístico brasileiro, com as promessas de possível transformação que seria advinda da aplicação de projetos sociais como o marxismo, seja este entendido em qualquer de suas versões ou interpretações. E em meados do século XX, para certos segmentos da sociedade florianopolitana, o sonho socialista constituía uma referência tão concreta quanto qualquer planejamento urbanístico.

⁹⁹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In Enciclopédia Einaudi: vol. 5, Anthropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 308-315.

Fundado em Santa Catarina apenas no final da década de 1930, o Partido Comunista do Brasil — posteriormente Partido Comunista Brasileiro (PCB) —, foi o grande aglutinador dos sonhos e projeções socialistas em Florianópolis. Apesar de pequeno, pouco expressivo e geralmente envolto nas dificuldades que a ilegalidade e as perseguições geravam à militância e aos simpatizantes em geral, o Partidão conseguiu atrair diversos intelectuais e membros de sindicatos atuantes na cidade, com destaque para o sindicato da construção civil. Na reunião que criou oficialmente o diretório estadual do Partido em 1939, estavam presentes figuras que tinham atuado em Santa Catarina ao longo de vários anos na criação e articulação de sindicatos, especialmente com os operários que construíram a Ponte Hercílio Luz e que organizaram a União Operária, uma primeira forma de atuação sindical e o “Socorro Vermelho”, que visava a arrecadação espontânea de recursos para ajudar a União Soviética na construção de um futuro socialista para a humanidade¹⁰⁰. Além disso, muitos envolveram-se nas lutas políticas que marcaram o país a partir da chamada Revolução de 1930, especialmente o envolvimento de diversos militantes na Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, quando da tentativa frustrada de um levante comunista liderado por Luís Carlos Prestes.

Funcionários públicos e intelectuais vinham somar-se ao primeiro grupo de comunistas da cidade e do Estado. Alguns militantes aderiam a um vago marxismo, sem perder contato com idéias que parecem um tanto inconciliáveis. Sebastião Bonsfield Vieira, por exemplo, apesar de seu engajamento político, não abria mão de suas relações com o espiritismo e a maçonaria. Essa flexibilidade ideológica parece ter sido uma das marcas da esquerda de Florianópolis nos anos seguintes¹⁰¹. Diversas pessoas identificadas posteriormente como simpatizantes do Partido Comunista, transitavam em meios conservadores com relativa frequência e, em certos casos, tinham uma atuação política que não chegava a ser própria de uma militância de esquerda engajada, preferindo obras de caridade. Por outro lado, as próprias decisões da direção nacional do Partido favoreciam essa atuação da militância. Procurando a política da conciliação com presidentes que adotassem

¹⁰⁰ VIEIRA, Jaci Guilherme. História do PCB em Santa Catarina: da sua gênese até a operação Barriga Verde (1922 a 1975). Florianópolis: UFSC (Dissertação de Mestrado em História), 1994. p. 5-6.

¹⁰¹ MARTINS, Celso. Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense. Florianópolis: Paralelo 27/Fundação Franklin Cascaes, 1995. p. 132-137.

posturas nacionalistas e abrindo mão em diversos momentos de lutas sindicais mais radicais, o PCB tendia a procurar vias pacíficas de atuação, o que de certa forma contribuiu inclusive o crescimento da militância em Florianópolis ao longo das décadas de 1950 e 1960, quando o movimento estudantil e manifestações pacifistas eram as principais formas de difusão dos sonhos socialistas, com suas promessas de futuro. Esse grupo de resistência e de expressão política de esquerda, a exemplo dos urbanistas de 1952, também começou a olhar para os morros e as “malocas” de Florianópolis, seja com comiseração ou mesmo vendo a possibilidade de, a partir dali, construir um outro futuro.

Um dos primeiros militantes do Partido em Florianópolis, teve uma atuação pública bastante destacada na imprensa e na literatura nas décadas de 1950 e 60. Muitas de suas crônicas e contos procuravam descrever cenas da periferia e dos morros da cidade. Uma das personagens criadas foi Laurita, que em certa ocasião descia o morro do Tico-tico, desejando jamais “haver sonhado com sedas, jóias e perfumes”. O conto “Traição do destino”, de Juvenal Melchades de Souza, um dos fundadores do PCB, traça a vida de uma moça que sempre ouvira da mãe que “as meninas pobres não têm o direito de alçar o pensamento através das muralhas do seu mundo”. Mas a menina desobedeceu e sonhou ser “rica no futuro”. Foi para Porto Alegre onde “maculou sua alma” e caiu no “lodo da culpa”. Descontando um certo tom moralista, é possível encontrar sinais sobre o quanto eram pequenas as possibilidades de ascensão social numa cidade em que a classe média sonhava com um emprego público, obtido às custas de troca de favores com políticos e dirigentes do governo, enquanto os pobres só podiam sonhar com “a luta de todos os dias”¹⁰².

Evidentemente, o autor recai nos estereótipos mais comuns ao desqualificar socialmente a prática e os praticantes da prostituição, que seria algo necessariamente para mulheres pobres sem perspectivas, a única maneira para deixar o morro e encontrar uma vida que seria triste e indesejável e da qual deveriam arrepender-se. Além disso, confirma a idéia de que uma parcela significativa dos produtores de discursos de Florianópolis, notadamente os literatos, viam o futuro da cidade de um modo bastante diverso dos agentes do governo e empresários. O mais importante é que percebe-se como a esquerda da cidade representava as

¹⁰² SOUZA, Juvenal Melchades de. Traição do destino. In _____. Pinguinhos. Florianópolis: ed do autor, 1952. p. 51-55.

classes populares. Como militante comunista, Juvenal procurou encontrar as causas que levavam sua personagem a prostituir-se nas injustiças sociais promovidas pelo capitalismo.

Mas há um tom que é recorrente em outras expressões do pensamento de esquerda da cidade. Trata-se, em grande medida, de uma visão moralista sobre as condições dos pobres e excluídos. É como se houvesse a necessidade de moralizar os pobres, dando-lhes referenciais que servissem para reformar e corrigir suas condutas. É um projeto político que tinha por princípio agir sobre as classes populares para indicar-lhes normas de comportamento. A esquerda de Florianópolis via-se perdida entre a promoção da luta de classes e os anseios de que os pobres assumissem padrões de conduta pequeno-burgueses. Mas como organizar o conflito de classes numa sociedade em que prevalecia o discurso da comunidade de fé, unida em torno da Igreja Católica e da autoridade dos líderes políticos?

Essa talvez tenha sido a maior dificuldade daqueles que tomaram o marxismo como seu referencial de luta em Florianópolis. As classes populares eram mantidas numa exclusão tutelada, com os mecanismos caritativos sendo acionados para mantê-las sob controle e como instrumentos políticos essenciais para a manutenção do sistema de dominação. Portanto, a principal dificuldade estava em como criar formas de luta social num contexto em que o conflito de classes era evitado e negado a todo custo, esquivando-se através da imagem de uma cidade reunida em torno das grandes procissões, tais como aquelas retratadas por Franklin Cascaes. O alvo da esquerda acabava sendo muito mais algumas lideranças estudantis, certos setores sindicais e, principalmente, uma intelectualidade de classe média que despontava. Os grupos populares permaneciam como campo preferencial do discurso dos agentes do bloco de poder que controlava Florianópolis.

Dimensões como etnia, urbanidade, ruralidade, raça e classe, são fatores que podem ser utilizados para uma análise da estrutura social da cidade e para a compreensão das formas de domínio empregadas pelos grupos dominantes sobre as classes populares. Apelando para a identidade cultural comum — colonial e rural —, bem para o discurso religioso, alimentando ainda estereótipos racistas, as elites da cidade conseguiam eficazes instrumentos de controle social e difundiam a idéia de Florianópolis como uma grande comunidade de fé, rotineiramente reunida nas missas, nas festas religiosas e nos eventos

caritativos. Ulteriormente já foi abordado como a ocasião de eventos católicos, como as procissões no centro, eram sempre saudadas na imprensa como momentos em que a população se reuniria para celebrar a cidade sem classes e unida em torno da Igreja e do Estado. A imprensa anunciava sempre como a renovação da esperança no futuro e “num mundo cada menos atormentado”, advertindo que a cidade deveria permanecer sob a autoridade divina, “o caminho certo para a salvação certa”¹⁰³.

A Igreja Católica havia exercido ao longo de toda a história da cidade importante papel, substituindo o Estado em várias atribuições, notadamente naquelas de controle da população, mantendo o registro de nascimentos, mortes e casamentos, bem como atuando na distribuição capilar de poderes e determinações, que chegavam às comunidades através dos agentes eclesiásticos. A difícil modernização de Florianópolis, com a manutenção de relações sociais que provinham do período colonial, tornava a Igreja a instituição mais importante e a qual o poder laico das oligarquias e chefes políticos procurava associação a fim de dividir a cidade numa espécie de geo-política, através da qual as estratégias de poder eram definidas através da colaboração entre Estado e Igreja, mantendo o equilíbrio e a ordem urbana.

A base política mais atuante do PCB em Florianópolis encontrava-se no Morro do Céu, próximo à então região das chácaras. Outra base importante era o Morro do Nova Trento. Nas memórias do militante comunista Manoel Alves Ribeiro, estão em destaque as dificuldades encontradas na relação com a Igreja Católica. Na cidade, concorrendo com os sindicalistas de esquerda, atuava o católico Círculo Operário, “com o objetivo de esvaziar os sindicatos e dividir os trabalhadores, principalmente os da construção civil”¹⁰⁴. Agindo em conjunto com o Estado e com as elites da cidade, a Arquidiocese de Florianópolis formava uma rede de amparo social e de atuação política agressiva no sentido de manter a exploração tutelada das camadas populares e o controle social. O anticomunismo aliava-se a uma Igreja marcada pela romanização, que foi muito importante para criar a imagem de uma cidade que não poderia ter conflitos e que formaria uma comunidade ideal e hierárquica.

¹⁰³ O Estado, Florianópolis, 07/06/1958, n.º. 13.356, ano XLV, p. 1.

¹⁰⁴ RIBEIRO, Manoel Alves. Caminho. Florianópolis: Edeme, 1989. p. 53.

O arcebispo Joaquim Domingues de Oliveira, como já foi mencionado, comandou rigidamente os católicos da cidade entre 1914 e 1967, ano de sua morte. Pesados rituais e ortodoxia religiosa faziam parte de um catolicismo romanizado, defendido com rigor em Florianópolis. Partia-se do princípio de “uma Igreja perfeita, voltada para a conversão de todos e para a ortodoxia da fé católica, centrada na obediência hierárquica”¹⁰⁵. Prevalencia em relação às questões sociais, uma visão firmada nas encíclicas papais então vigentes, como a *Rerum Novarum*, de 1891 e a *Quadragesimo Anno*, de 1931, que reafirmavam a “desigualdade humana natural”, apoiada na vontade divina de dotar os homens de diferentes talentos e condições, condenando a luta de classes¹⁰⁶.

Na década de 1930, a difusão do Integralismo em Santa Catarina e a colaboração irrestrita com os aparelhos de repressão do Estado Novo criaram instrumentos e ligações políticas da Igreja com os grupos dirigentes da cidade que não seriam abandonados, pelo contrário, foram inclusive reforçados, nas décadas seguintes. Havia uma aberta e notória rede de interesses entre Igreja Católica e classes dominantes, compondo o bloco de poder que comandava Florianópolis. Os comunistas tinham então que tentar promover o conflito social numa cidade que se representava como portadora das virtudes da fé e em harmonia social. As perseguições e as dificuldades de fazer-se ouvir numa cidade que tinha essa configuração política tornaram-se ainda piores nos anos da guerra fria e do anticomunismo. A todo custo construía-se a representação de uma cidade sem disputas de classes sociais, onde a harmonia prevalecia sobre qualquer conflito.

A luta de classes como princípio fundamental da atuação de militantes e simpatizantes do PCB aparecia como elemento de dissolução daquela paz que deveria caracterizar a cidade construída pelas elites. A consciência sobre as injustiças sociais inspirava expressões e discursos que tentavam romper a barreira daquele imaginário de uma cidade vivendo em completa bonomia divina e onde a caridade assumia uma importância política fundamental. As formas assistenciais e caritativas não tinham apenas um papel

¹⁰⁵ KASPARY, Alceu. O discurso católico em Santa Catarina no período de 1960/1964 e sua relação com a legitimação do golpe de Estado. Florianópolis: UFSC (Dissertação de Mestrado em História), 2002. p. 13.

¹⁰⁶ ANTONCICH, Ricardo & SANS, José Miguel Munarriz. Ensino social da Igreja: trabalho, capitalismo, socialismo, reforma social, discernimento, insurreição e a não-violência. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 183-192.

localizado na cidade. Compunham uma teia de instituições e agentes políticos que encontravam nesta atividade uma das formas de exercício político mais destacadas.

O conjunto de interesses de poder que envolvia a cidade, beneficiando-se das estratégias de controle social desenvolvidas tanto pela Igreja quanto pelos mecanismos estatais de distribuição de favores, atraía a atenção dos que viam a possibilidade de aproveitar as carências sociais dos populares como eficaz fonte de lucro e votos. Neste caso, não só os grupos políticos consolidados na cidade encontravam um campo favorável. O discurso da caridade e da prestação de pequenos favores para os pobres que sempre teve um sentido fundamental para o exercício do poder em Florianópolis, foi também utilizado por políticos como Manoel de Menezes que, em seu jornal “A Verdade”, expunha a vida das classes populares de modo sensacionalista, procurando chocar os leitores com o sofrimento e a penúria dos pobres. Numa das manchetes de 1954, o jornal anunciava que as rendeiras, senhoras do interior da Ilha que iam ao centro vender toalhas de renda que confeccionavam, haviam sido “escorraçadas da cidade”¹⁰⁷. As lamúrias e as dores dessas mulheres serviam para que o jornal vendesse a imagem de seu dono como o defensor dos humildes. Com base nesse populismo e nessa demagogia mais rasteira, Menezes lançou sua fugaz e malsucedida carreira política, mas acabou servindo como modelo para outros que vieram logo em seguida e que ocuparam, em meios de comunicação de massa de maior abrangência, o papel de exploradores dos miseráveis de Florianópolis. Tentar promover a luta de classes num ambiente como esse era, sem dúvida, uma tarefa das mais árduas, o que sempre dificultou a ação dos partidos de esquerda na cidade.

Conseguir a difusão de um outro horizonte de expectativas em Florianópolis e tentar a construção de um futuro que rompesse com a imagem dominante da cidade, fazia com que entre os emissores dos discursos da esquerda e seus possíveis receptores, houvesse um ruído social e cultural que praticamente inviabilizava a tarefa dos que pretendiam uma transformação radical da sociedade. Assim, as questões pontuais da urbanização da cidade acabavam não sendo tratadas pela esquerda, que preferia lançar as contradições para um âmbito mais genérico de conflitos sociais. Dessa forma, em todo o período, não há registro de

¹⁰⁷ A Verdade. Florianópolis, 01/02/1954, n.º. 78, ano II, p. 1.

pressões significativas da esquerda sobre o bloco de poder, no sentido de redirecionar o desenvolvimento da cidade ou de questionar itens específicos das propostas de reformas urbanas. O apelo ao progresso e ao nacional-desenvolvimentismo tornava o discurso desses setores socialistas e comunistas, em certo sentido, parecido com o das elites, o que ficava ainda ressaltado pela ausência de competição partidária efetiva em Florianópolis, que ficava circunscrita à opção entre PSD e UDN.

Com uma participação restrita da cidadania no conjunto das decisões e num contexto social desfavorável, à esquerda restava o apelo para uma futura e vaga revolução quando finalmente as grandes questões sociais seriam resolvidas. O caminho acabava sendo tentar exprimir a indignação e o desejo de uma outra sociedade através da descrição das injustiças sociais, seja na imprensa ou na literatura. Em outro de seus contos, Juvenal Melchiades de Souza tentava abordar a vida dos meninos que não podiam proteger-se da “fúria do vento sul que lhes chicoteava impiedosamente os corpinhos”. Isso ocorria num momento em que “a rua estava cheia de gente” e “damas elegantes desciam, ao terminar a missa, pela calçada que ladeia a Praça XV de Novembro, acariciadas pelo calor morno de custosos casacos de pele”. Enquanto isso, um menino estava “jogado nas ruas de Florianópolis”. O sol, como os homens, permanecia “completamente indiferente” à sua “sorte”¹⁰⁸. Na revista “Bússola”, que dirigiu no começo da década de 1950, Juvenal, além de lembrar a Florianópolis de “ontem”, com seus bondinhos puxados por cavalos e sua lentidão, publicava artigos e peças literárias em que tratava das injustiças e procurava realçar a esperança na reação dos explorados. No poema “Vida!”, todos esses elementos estão presentes:

“Toda vez que a vida me agredir
injustamente,
barbaramente,
eu hei de reagir.
Toda vez que vida me pisar
maldosamente,
perversamente,
eu hei de protestar.

¹⁰⁸ SOUZA, Juvenal Melchiades de. O Relento. In. _____. Op Cit. p. 33-35.

“Porque quando a vida nos agride
friamente,
criminosamente,
é o homem que regride.
E minha voz alta, decidida,
firmemente,
convictamente,
apontará o mal da vida.

“Por que a vida chicoteia a maioria
desumanamente,
impunemente,
e afaga e beija a minoria?
Pois a maioria é o rio fecundo
que incansavelmente,
permanentemente,
supre todo o mundo.”¹⁰⁹

A indignação contra as injustiças sociais estão aí muito marcadas. A idéia de que as classes populares devem reagir e se rebelar contra a opressão, é própria de um discurso que vê no conflito de classes a possibilidade de transformação. Para tanto, haveria a necessidade de tornar evidentes a situação de exploração em Florianópolis. As duras condições de vida da população pobre revelavam-se na leitura dos jornais de então. Uma cidade cheia de mendigos e com uma estrutura urbana bastante deficiente. Um jornal afirmava em 1952 que causava “má impressão ao forasteiro o número considerável de mendigos espalhados pelas ruas da cidade”. A solução apontada era o recolhimento das “enormes legiões de pedintes” que postavam-se “às portas das casas comerciais, nas proximidades dos hotéis, dando uma nota bastante triste, como se não houvesse aqui quem cuidasse de ampará-los”¹¹⁰. Frequentemente os jornais publicavam pequenas notas e recomendações a seus leitores para que evitassem a prática de dar esmolas, preferindo as ações de caridade de instituições da cidade, como a “caixa de esmolas” que recebia donativos dos comerciantes para manter o albergue noturno e distribuir pequenas quantias entre os pedintes. Para que os estabelecimentos comerciais não tivessem que conviver com mendigos em suas portas, incentivava-se a contribuição para a “caixa”.

¹⁰⁹ SOUZA, Juvenal Melchades de. Vida! In *Bússola*. Florianópolis, Dez/1951, n.º. 12, ano I, p. 10.

¹¹⁰ *Diário da Tarde*. Florianópolis, 16/12/1952, n.º. 9.446, ano XVIII, p. 6.

Os aumentos constantes dos serviços públicos e as deficiências de abastecimento de diversos gêneros, tornavam a vida em Florianópolis muito dura. Em 1957, enquanto a cidade sofria com vários dias e noites sem energia elétrica e os jornais publicavam ataques violentos à ELFFA (Empresa de Luz e Força), uma série de artigos de Fernando Souto Maior mostrava a vida das crianças e adolescentes que moravam nas ruas de Florianópolis e debaixo da figueira da praça central, “sem instrução e sem estímulo moral”, vivendo nos bares e esquinas “antes de atingir a meta final da juventude transviada: uma célula sórdida numa casa de presídio”. No futuro, segundo o jornalista, essa situação repercutiria “na estrutura social do país”, tendo que “sustentar legiões de jovens transviados”. Um outro futuro, totalmente diferente daquele antecipado pelos grandes projetos turísticos, parecia estar sendo gestado em Florianópolis, com uma população de desamparados, para quem a escola não passava de “desejo utópico” e o caminho seriam instituições de correção onde só cresce a “revolta dos que foram ‘recuperar-se’”. Os futuros presidiários eram preparados com histórias em quadrinhos e filmes que formariam uma juventude “cheia de problemas e confusa” e que cedo compreendem que “a escola foi feita par os filhos dos pais ricos e que saber assinar o nome é privilégio de uma verdadeira casta”. Viciados e incorrigíveis, preparam os “alicerces da sociedade de amanhã, dos futuros homens que um dia estarão, pelo Brasil afora, como autênticos párias”¹¹¹.

Essas crianças e adolescentes que passavam grande parte de seu tempo nas ruas da cidade chamavam a atenção para as condições de vida de boa parte da população. Enquanto a imprensa apelava para a realização de uma “campanha de saneamento moral de nossa cidade”, a fim de evitar a proliferação de hábitos sociais condenáveis entre os jovens, como a “vadiagem”, “a destruição de janelas de casas residenciais” e os “insultos dirigidos a pessoas respeitáveis”, a vida da população sem qualquer amparo social na cidade permanecia inalterada ao longo dos anos¹¹².

No dia 11 de novembro de 1960, enquanto o prefeito Osvaldo Machado estava em viagem a São Paulo, a cidade foi vítima de uma enorme enchente, que desmoronou morros

¹¹¹ O Estado. Florianópolis, 23/10/1957, n°. 13.186, ano XLIV, p. 12; O Estado. Florianópolis, 08/11/1957, n°. 13.199, ano XLIV, p. 12.

¹¹² O Estado. Florianópolis, 20/03/1963, n°. 14.652, ano XLIX, p. 3.

e causou pânico na população das encostas. O bairro da Prainha, segundo a imprensa chegou a estar semi-destruído, enquanto que no Estreito, onde não havia sistema de esgoto, “as águas deixaram um rastro de sangue e tristeza, sem teto e sem luz elétrica”. Apesar de não haver registro de vítimas, o fato foi tratado como sem precedentes e um jornal registrava que numa “cidade pequena, onde as distâncias do centro aos bairros é mínima levando-se de quinze a vinte minutos de ônibus, no dia de ontem eram necessárias 2 horas”¹¹³.

Os jornais utilizaram um tom dramático para descrever as “casas completamente destruídas, dezenas de casebres ruídos”. Em relação ao chamado Beco do Caramurú, uma área muito pobre localizada no Estreito, afirmou-se que “a fome, que já rondava o casario, lavrou mais um tento”. A área havia tornado-se ainda mais suscetível às enchentes após o levantamento de um longo muro cercando o terreno onde estava sendo construído o estádio de um clube de futebol da cidade, o qual funcionava como “uma barragem, recebendo as águas que vêm do lado oposto, formando com qualquer precipitação pluviométrica, enxurradas que causam verdadeiros danos”. Parecia que a cidade começava a despertar para suas muitas dificuldades e carências, esquecendo por pouco tempo os muitos discursos que prediziam um futuro de muitas possibilidades.

O fato também serviu para que fosse registrado que o mais importante meteorologista da cidade, Amaro Seixas Neto, havia acertado na previsão do tempo feita para a rádio Diário da Manhã. A previsibilidade do futuro, mesmo em relação aos humores do clima e aos acasos das condições do tempo, tornava-se algo importante para a cidade. Até então os jornais raramente anunciavam a previsão do tempo, o que certamente não era uma grande prioridade numa cidade com um ritmo urbano até então lento e relativamente tranqüilo. Contudo, o mais importante é que a cidade a ser esquecida pelas elites teimava em reaparecer nesses momentos. O futuro turístico e o necessário esquivamento das questões sociais e das disputas de poder e de classes que ocorriam na cidade, não podiam passar ao largo de situações que expunham de modo flagrante as difíceis condições de vidas dos grupos populares de Florianópolis.

A perspectiva de um futuro alternativo ao proposto pelo bloco de poder, fazia

¹¹³ O Estado. Florianópolis, 12/11/1960, n°. 14.040, ano XLVII, p. 1-8.

com que outros sonhos políticos fossem alimentados em Florianópolis e buscassem se expressar. Em outra de suas tentativas na imprensa, Melchiades de Souza lançou em 1955 “A Semana”, que tinha um estilo mais agressivo de luta política e combate social. Mostrava que a mendicância estava tomando “conta da cidade”, com “dezenas de pedintes” que estendiam a mão à caridade pública”, fazendo com que Florianópolis lembrasse “um asilo de mendicidade”. Os crimes aumentavam, com roubos em “plena luz do dia”, enquanto as “bocas ricas” da cidade nada faziam. Essa situação tinha causas, as quais eram encontradas na condição da sociedade brasileira de vítima do capitalismo internacional. Adotando uma retórica nacionalista, contrapunha-se às empresas multinacionais, consideradas as inimigas do Brasil¹¹⁴.

Num artigo denunciava Standard Oil e Bond and Share, os “trustes e monopólios estrangeiros”, como a Light, além da indústria bélica, os “conquistadores de riquezas alheias” e todos os que impedem “nossa emancipação”. Exploradores que “carregam as nossas reservas de areia monazítica, dando-nos em pagamento um rádio ordinário de baquelite no valor de seiscentos cruzeiros por uma tonelada do precioso e raro minério com o consentimento de governos venais” e dos “representantes diretos do capital colonizador estrangeiro em nossa Pátria”¹¹⁵.

Os comunistas nesse momento procuravam uma aliança tácita com o candidato e, posteriormente, presidente Juscelino Kubitschek, numa interpretação de que haviam duas alas no governo, uma nacionalista e outra entreguista. Caberia ao PCB dar apoio aos nacionalistas para que pudessem resistir às tendências que visavam a subordinação do país ao capital internacional, as mesmas que desestabilizaram o segundo governo Vargas, numa situação em que o partido havia ficado quase sem ação quando, após fazer oposição sistemática, percebeu-se que na crise de agosto de 1954 o governo estava lutando contra os mesmos adversários dos comunistas. Para não repetir o equívoco, houve uma aproximação com Juscelino e as medidas desenvolvimentistas do governo, bem como o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), foram apoiadas pelo PCB como uma forma de promoção de um capitalismo autônomo, com a criação de um pólo industrial no Brasil,

¹¹⁴ A Semana: órgão noticioso e independente. Florianópolis, 03/07/1957, n.º. 22, ano I, p. 2-5.

¹¹⁵ A Semana: órgão noticioso e independente. Florianópolis, 02/05/1955, n.º. 4, ano I, p. 1.

favorecendo o crescimento da chamada “burguesia nacional” e contrariando os interesses norte-americanos, cujos princípios políticos e econômicos eram representados por economistas como Eugênio Gudín e Roberto Campos¹¹⁶.

O tom nacionalista encontrado nas publicações da esquerda de Florianópolis por essa época, apresenta relação direta com as posições assumidas pela direção nacional do PCB. Saindo do isolamento e do sectarismo, os comunistas procuravam participar ativamente dos debates nacionais e, no caso do Florianópolis, não poderiam deixar de apresentar-se publicamente, trazendo a público questões que geralmente passavam ao lado da imprensa hegemônica. Saindo em defesa da Petrobrás e reclamando dos poderosos que estariam boicotando o jornal, “A Semana” tentava manter uma linha de oposição aos governos estaduais, denunciando corrupção no contrato com construtoras, estabelecidos sem concorrência pública, em troca de votos dos deputados estaduais que representavam essas empresas. No momento em que a cidade passava por intervenções do poder público para reformá-la e modernizá-la, com a construção de grandes edifícios públicos, tornava-se um campo muito atraente para as construtoras. A mesma empresa denunciada no caso que envolvia as obras do Instituto de Educação, Moellmann & Rau, já havia construído o Edifício das Diretorias. Florianópolis começava a dar muitos lucros¹¹⁷.

Mesmo na ilegalidade o PCB continuou atuante na cidade, mantendo em ação algumas iniciativas e manifestações. Procurando influir na opinião pública, militantes ou simpatizantes da causa socialista encontravam-se não só nos sindicatos, mas também no movimento estudantil, organizando protestos em relação às disputas internacionais, na luta contra a participação brasileira na guerra da Coreia, a guerra fria, o imperialismo, mas também contra o aumento das passagens de ônibus e dos salários de vereadores e deputados, o que não raro acabava em confusão e repressão policial. O movimento estudantil foi o

¹¹⁶ Cf. Entrevista de Jacob Gorender concedida a Waldir José Rampinelli. In Caros Amigos. São Paulo, jun/2002, n.º. 63, ano VI, p. 22-3.

¹¹⁷ “O governador desrespeitou o povo! Jorge Lacerda entregou a construção do Instituto de Educação à firma Moellmann & Rau, sem concorrência! Rau é cunhado do Deputado Romanowski. Romanowski abandonou o PTB pelo PSP dando o voto decisivo da aprovação do plano de obras e equipamentos. 19 votos X 18 votos. Contrato feito na Procuradoria Fiscal do Estado. O Tribunal de Contas vai admitir esse abuso? É necessária uma Ação Popular. A ‘DOP’ [Diretoria de Obras Públicas] pode e deve administrar e construir o Instituto de Educação (...)”.

Cf. A Semana: órgão noticioso e independente. Florianópolis, 21/08/1957, n.º. 28, ano II, p. 4.

principal instrumento de luta da esquerda em Florianópolis, arregimentando simpatizantes e provocando mobilizações que não fugiam ao controle dos meios institucionais.

Em 1958 os jornais registraram uma “passeata monstro no centro da cidade, com representantes de todos os sindicatos, entidades de classe e compacta massa popular”, exigindo “imediatas providências para baixar o custo de vida”. Várias depredações e quebra-quebras no centro da cidade provocaram reação imediata do delegado do Dops (Departamento de ordem pública e social), dos vereadores e da imprensa, acusando os “estudantes esquerdistas e comunistas em geral” de terem instigado a reação popular. Sob aplausos da imprensa, que se disse “com e pela ordem, ao lado dos poderes instituídos”, houve repressão violenta: pela primeira vez foram usados “gases lacrimogêneos” na cidade, sem contar os jatos de água com mangueiras do Corpo de Bombeiros contra as cerca de “30 mil pessoas” presentes, além de alguns tiros que feriram um estudante no abdômen. As tropas do Exército tomaram as ruas da cidade nos dias seguintes, impedindo “qualquer manifestação popular”, depois que a passeata “desvirtuou por completo os seus objetivos, ditos pacíficos, e passou a depredar a Prefeitura, o Saps [Serviços de assistência e previdência social] e prédios particulares”. Outras manifestações ocorreriam com mais frequência: no final de 1962, os estudantes realizaram uma manifestação em que “deixaram um caixão de defunto em plena Praça XV, juntamente com vários cartazes que criticavam o aumento de vencimentos dos parlamentares”¹¹⁸.

Através de uma legenda menor, o PSP (Partido Social Progressista), dirigido em âmbito nacional pelo paulista Ademar de Barros, os comunistas conseguiram eleger dois vereadores, em 1954 e 1959, respectivamente. O primeiro foi Genésio Leocádio da Cunha, que havia sido marinheiro e também professava o espiritismo, seguido por Manoel Alves Ribeiro, o Seu Mimo, que foi operário nas obras da ponte Hercílio Luz e posteriormente atuou com grande intensidade no sindicato dos trabalhadores da construção civil e na organização de base do PCB.

Escandalizado, o Diário da Tarde, jornal da UDN, reclamava que um vereador estava “pregando abertamente o comunismo” e “transformando a Câmara Municipal em

¹¹⁸ O Estado. Florianópolis, 08/11/1958, nº 13.458, ano XLV, p.1-2; A Gazeta. Florianópolis, 03/01/1962, nº 7.005, ano XXVII, p. 1.

tribuna soviética”. Era Genésio Leocádio da Cunha, “porta voz do comunismo no legislativo da cidade”, que havia lido “longo discurso de defesa do comunismo e, como não podia deixar de ser, de violentos ataques aos Estados Unidos da América do Norte”. É possível imaginar o teor do discurso através da reação ríspida do jornal, segundo o qual, o vereador afirmou que “a única democracia digna desse nome é a comunista” e que o comunismo “representa sempre a vontade soberana do povo”. De sua trincheira católica e anticomunista, o vereador Nereu do Vale Pereira, do PRP (Partido da Representação Popular), dirigido pelo líder integralista Plínio Salgado, acusava que a “democracia está em perigo não só no Brasil mas em todo o mundo, desde que a chaga do comunismo começou a fomentar discordância social”. Antecipando o discurso oficial da ditadura militar que seria implantada anos depois, o jornal concluía recomendando que os comunistas deveriam “arrumar as malas e rumar para Moscou”¹¹⁹.

Os vereadores comunistas não chegaram a alterar a composição do comando político da cidade e nem representavam uma grande ameaça para o bloco de poder. De todo modo, aparecem como elementos daquela polifonia urbana e significavam um horizonte de expectativas alternativo para uma cidade cujo futuro estava sendo traçado e determinado. Manoel Alves Ribeiro, através de seu mandato de vereador, fazia chegar à cidade os dados e informações da Frente Parlamentar Nacionalista, que tentava formar grupos de pressão para a introdução de políticas econômicas voltadas para a defesa dos chamados interesses estratégicos nacionais. A defesa das empresas estatais, o combate às multinacionais, denúncias das condições de vida da população pobre e a luta contra a dependência econômica do país, de algum modo conseguiam chegar à imprensa da capital¹²⁰.

Enquanto a cúria metropolitana procurava a todo custo enrijecer o discurso ortodoxo e anticomunista, com cruzadas religiosas e assistenciais, o vereador comunista transmitia e mostrava um mundo em conflito. Numa cidade pequena, provinciana, católica e dominada pela oligarquia Ramos, o discurso comunista trazia um outro tempo, outras expectativas e um outro futuro. A revolução cubana vitoriosa alargava ainda mais os horizontes daqueles que pretendiam uma outra sociedade. O projeto socialista atraía cada vez mais simpatizantes e o Brasil constituía uma experiência de aliança entre marxistas e

¹¹⁹ Diário da Tarde. Florianópolis, 12/11/1955, n.º. 10.196, ano XXI, p. 6.

¹²⁰ RIBEIRO, Manoel Alves. Op cit. p. 68-73.

nacionalistas na defesa contra o imperialismo. Esse conjunto de interesses que daria sustentação política a João Goulart, ajudou a estabelecer a composição entre PSD e PTB para o lançamento da candidatura de Celso Ramos ao governo do Estado em 1960. Um representante da oligarquia que disputava o controle do Estado e dominava Florianópolis foi apoiado pela esquerda e tinha como vice-governador o trabalhista e nacionalista Douzel de Andrade, que em 1961, após uma viagem a Cuba, elogiava Fidel Castro e sua tentativa de mudar um país que havia sido vítima da corrupção e do imperialismo, defendendo a reforma agrária e a nacionalização das empresas estrangeiras e se dizia entusiasmado com a mobilização popular cubana em defesa do socialismo¹²¹.

A idéia de um país acossado pelo imperialismo e a possibilidade de ampliar a capacidade de articulação com a sociedade, fazia ambas as partes, nacionalistas e socialistas, aproximarem-se para combater os grupos encastelados no poder. Acreditava-se estar rompendo dessa forma com o atraso e a herança colonial brasileira, abrindo espaço para a revolução burguesa. Logo os comunistas perceberiam que a idéia de uma “burguesia nacional”, com interesses contraditórios em relação ao capital internacional, não promoveu um processo político capaz de transformar o país. Nos anos seguintes, os interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros se aproximariam definitivamente e tomariam forma na ditadura militar.

Em 1957, quando anunciou-se a instalação da Frente Nacionalista em Santa Catarina, a imprensa já informava que a entidade catarinenses queria “evitar o comando do nacionalismo pelos comunistas”, de modo a contrapor-se à “xenofobia tão em voga no Brasil”. Vez por outra eram publicados artigos de agências internacionais expressando pontos de vista nem um pouco nacionalistas. Numa dessas notas, afirmava-se: “nacionalismo faz mal ao futuro brilhante do Brasil”. Para “economistas norte-americanos”, o Brasil teria um futuro “brilhante”, mas que poderia ser ameaçado pelo “nacionalismo extremo”, afastando “o capital de inversão de que necessita para seu rápido desenvolvimento”¹²². Em meio a essas contradições, o futuro, seja brilhante ou não, era algo que a todos parecia mais insondável do

¹²¹ A Gazeta. Florianópolis, 17/05/1961, n° 6.820, ano XXVI, p. 1.

¹²² O Estado. Florianópolis, 10/11/1957, n°. 13.201, ano XLIV, p. 12; O Estado. Florianópolis, 15/09/1959, n°. 13.695, ano XLVI, p. 1.

que nunca.

O processo de inserção do ideário socialista e comunista nos debates nacionais e na construção de um horizonte de expectativas alternativo para a sociedade, foi responsável em grande parte pela aproximação do PCB com as correntes intelectuais mais atuantes em Florianópolis. Saliente-se que o socialismo tornou-se uma referência cada vez mais importante para muitos setores intelectuais da cidade, praticamente ao mesmo tempo que o modernismo foi sendo introduzido nas artes e na literatura produzida em Florianópolis. No final da década de 1940, quando o Partido Comunista intensifica sua atuação em Florianópolis, estava sendo organizado o Grupo Sul, que contou com militantes ou simpatizantes do Partido. Por vezes, o simples fato de pertencer ao Grupo Sul já servia para identificar qualquer intelectual como comunista. Várias dos escritos encontrados nas páginas da Revista Sul eram carregados por uma intenção de “refletir o que vinha acontecendo no país e mostrar o inconformismo com a situação local”. Juntamente com o repúdio aos moldes acadêmicos predominantes na literatura de Santa Catarina, ainda marcada pelo parnasianismo, havia uma preocupação social e política, marcando “um tom de descrença, de intimidação, como também de esperança”. Destacando a poesia modernista, Valdélia Pereira encontra na obra poética de Eglê Malheiros a expressão de um “instrumento de luta, de construção, de denúncia, enfim, como objeto a serviço da humanidade”¹²³.

Certamente está aí uma clara influência das idéias socialistas e do marxismo, o qual trazia além da crítica à ordem vigente, uma promessa de transformação futura da sociedade, que tenderia a organizar-se em bases justas e igualitárias. Eglê Malheiros era, dentre os intelectuais do Grupo Sul, a que tinha maiores relações com o Partido Comunista (PCB), no qual militava. Um de seus poemas, publicado em 1952, com o título de “Revolução”, traz elementos muito próprios a esse conjunto de idéias:

Todos os homens
 Os pela dor já deformados
 Os pela fome quase vencidos

As mulheres
 Portadoras de mundos

¹²³ PEREIRA, Valdélia. A poesia modernista catarinense das décadas de 40 e 50. Florianópolis: UFSC, 1998. p. 23-35.

Cujos filhos nascem mortos.

As crianças

– Ainda sobram sorrisos
Submersos em tanto pranto –

Juventude em mundo velho,
Morrendo por novo mundo
Que outros irão viver.

Da noite brotam conversas,
De alvorecer luminoso,
Que importa a luta de agora
Se de sol é o amanhã.

Surgem heróis das campinas,
Das fábricas e dos roçados,
Morrem homens vinte vezes,
Mas não morre a liberdade.

O povo ama seus mortos,
Não olvida os matadores,
Juventude em mundo velho
Limpará o mundo novo
Que outros irão viver.¹²⁴

A vida humana, marcada por misérias de várias formas, teria a esperança de uma superação futura, principalmente através de crianças e jovens. A realidade de hoje teria um fim ideal projetado no tempo. Seguindo um das características mais marcantes do materialismo histórico, não são poemas que dirijam-se à cidade de Florianópolis em particular, mas é um futuro que concerne à toda a humanidade. Na perspectiva de Marshall Berman, “Marx vislumbrou o comunismo como o coroamento da modernidade”¹²⁵, o produto de uma dialética histórica que envolveria toda a humanidade, com a destruição contínua de relações sociais estabelecidas, incluindo as fronteiras nacionais. Os sonhos libertários não se restringem, assim, a um espaço determinado. A idéia de revolução proveniente dos acontecimentos que engendraram a União Soviética a partir de 1917 conseguiu uma tal expansão em nível mundial que as projeções e sonhos das gerações seguintes seriam de

¹²⁴ Apud. Ibid. p. 35-36.

¹²⁵ BERMAN, Marshall. Op Cit. p. 97-103.

alguma forma marcadas pelo engajamento ou recusa a um futuro socialista. Segundo Eric Hobsbawm, a “Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado da história moderna”. O ecumenismo das representações socialistas estava expresso na própria crença de que a luta dos revolucionários de todo o planeta deveria ser realizada em nome do “proletariado mundial”¹²⁶.

No imaginário que compôs o pensamento de esquerda e, principalmente, aquele vinculado ao marxismo e aos partidos comunistas oficiais, Lucian Boia encontra também uma mitologia científica, com a crença na razão e na posse das leis da História, como as garantias e certezas para a construção do futuro. Aos poucos as antigas utopias insulares cederam lugar para uma “ciência experimental do futuro”, que desenvolveu toda uma metodologia que seguiu os padrões racionalistas e, em certos casos, positivistas, para indicar os caminhos da humanidade. A organização científica das relações sociais, previstas e determinadas, guarda muitas semelhanças com o pensamento urbanista e sua crença na geometrização da sociedade a partir do controle da distribuição espacial. A construção do novo mundo e do novo homem, decorreria unicamente da necessária e inevitável aplicação das regras do progresso e da evolução, principalmente a partir da força transformadora da tecnologia. O chamado comunismo científico pretendeu assim superar as utopias até então existentes, consideradas meras deformações do real, amparando-se no descobrimento de supostas leis universais da mudança, enfatizando que a revolução e o futuro promoveriam a realização concreta das determinações históricas. A previsibilidade científica, o determinismo, o progresso e o futuro, são pontos fundamentais desse imaginário¹²⁷.

Ao mesmo tempo em que se propunha ao trabalho de livrar a sociedade de seus elementos imaginários, considerados deformadores e alienantes, impedindo aos homens a visão nítida da realidade social, a concepção materialista da História transformou-se num dos mais profícuos produtores de imagens e representações coletivas ao longo do século XX. Para Cornelius Castoriadis as significações imaginárias constituem e articulam o mundo social, ou seja, dão respostas em relação à identidade, aos objetos sociais, às necessidades e desejos. “A sociedade se constitui fazendo emergir uma resposta de fato a essas perguntas em sua vida,

¹²⁶ HOBSBAWM, Eric. J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 62-63.

¹²⁷ BOIA, Lucian. *La mythologie scientifique du communisme*. Paris: Les Belles Lettres, 2000. p. 11-57.

em sua atividade”. Portanto o imaginário não é reflexo invertido, mas parte integrante das experiências sociais, mesmo nas sociedades capitalistas modernas, nas quais parece imperar a racionalização extrema, na medida em que a própria obsessão pelo racional e a fabricação histórica de necessidades “artificiais”, já constituem domínios do imaginário¹²⁸.

Nesse sentido, o próprio comunismo científico e sua apropriação específica em Florianópolis, não pode deixar de ser reportado às diversas questões que estavam envolvendo aquela sociedade, num momento em que diversos atores sociais atuavam no sentido de controlar e guiar as escolhas simbólicas e materiais quanto ao futuro da cidade e as intervenções no espaço urbano. Seja através do urbanismo ou do comunismo, o vir-a-ser em Florianópolis não escapava à criação incessante de imagens e discursos, práticas e representações. A militância, o engajamento e a crença nesse conjunto de idéias e imagens, já é uma demonstração cabal da importância efetiva do imaginário. O futuro seria expresso pela “conquista de um mundo melhor”. No poema “Amanhã”, este é o tema que Juvenal Melchades de Souza explora:

“Amanhã
 nós não seremos tristes e cansados
 mais assim;
 nem desamparados.
 Descansaremos.
 O hoje terá fim.

“Amanhã
 nós já seremos
 donos do ar
 donos da terra.
 Na paz do lar
 viveremos
 sem luto, sem guerra.

Amanhã
 em arados,
 o canhão,
 o fuzil,
 viveremos então,
 transformados
 pelo Brasil”¹²⁹.

¹²⁸ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 176-197.

¹²⁹ SOUZA, Juvenal Melchades de. *Bolhas de sabão (poesias)*. Florianópolis: Diário da Manhã, 1952. p. 12.

O certo é que uma parcela dos jovens intelectuais que circulavam nos ambientes literários e acadêmicos da cidade passou a entrar em contato com o marxismo, em diferentes versões. O movimento modernista na cidade nutriu-se das relações com a militância política de esquerda, direta ou indiretamente. A Semana de Arte Moderna de 1922 não havia causado qualquer repercussão à época em Florianópolis. Prevalencia o parnasianismo da Academia Catarinense de Letras. Apenas na década de 1940, com as transformações culturais abrangentes ligadas à Segunda Guerra Mundial e às lutas pela democratização do Brasil, permitindo maior circulação de informações e uma crítica social mais intensa, é que foi criado o contexto possível para o desenvolvimento de novas expressões culturais e artísticas na cidade.

O Círculo de Arte Moderna foi a forma encontrada para articular os artistas e pensadores modernistas de Florianópolis, já sob uma vaga influência do PCB e da grande popularidade alcançada pela União Soviética devido às vitórias na guerra. Durante o período de legalidade do Partido, entre 1945 e 1947, a sua sede num sobrado da Praça XV de Novembro servia para ponto de encontros e manifestações públicas em que atuavam muitos daqueles que começavam a pensar a cidade. Mesmo não sendo filiados, alguns chegariam a fundar jornais como “Folha da Juventude” e “Cicuta”, em 1946, reunindo nomes como Salim Miguel, Antônio Paladino e Cláudio Bonsfield e Eglê Malheiros, esta última a única militante comunista de fato. Estava sendo iniciado o trabalho que, a partir do Círculo de Arte Moderna, teria seqüência com o Grupo Sul. Foram experiências de publicações quase artesanais e de tiragem muito pequena, mas serviam como amostras da criação de uma nova cultura urbana em Florianópolis¹³⁰.

Os militantes ou simplesmente simpatizantes comunistas de Florianópolis conseguiam manter uma certa autonomia em relação às determinações do comitê central do Partido, até pela distância e pouca importância da cidade, possibilitando o envolvimento com as mais diferentes tendências artísticas intelectuais. Houve relativa convergência entre intelectuais, estudantes e trabalhadores que prosseguiu atuante mesmo no período de clandestinidade, com a realização de debates políticos locais em torno de questões que

¹³⁰ ZIMERMANN, Joseane. Ao sul dos desejos: a cidade transfigurada na poesia de Eglê Malheiros. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1996. p. 23-27.

envolviam a guerra fria¹³¹. Para estes intelectuais e militantes, os anseios e projeções de futuro guardavam uma grande distância em relação àquelas que diziam respeito aos novos investimentos de capital na cidade. O futuro aparece como um espaço de lutas, um confronto com o que as elites estavam traçando para a sociedade e que parecia inconteste.

Vivendo a contradição de acreditar em um futuro transformado pelo socialismo e, ao mesmo tempo, atuando em uma cidade onde nada parecia levar a acreditar em qualquer possibilidade de que houvessem mudanças, ou que no futuro tudo pudesse ser diferente, essa intelectualidade não-autorizada permanecia como uma das grandes fontes de reflexão em Florianópolis. Através de seu alter-ego imaginário, Sezefredo das Neves, Salim Miguel lembrou no poema “Primeira sinfonia em negro para Florianópolis”, suas impressões da cidade de fins dos anos 40:

“Florianópolis é assim:

a cidade adormece e nem as estrelas velam
fechadas
caladas
sombrias
que estão

Tudo é silêncio, paz, melancolia
Desolação no céu, na terra, no mar
Ecuridão de breu cobre a cidade
Que parece morta, mortinha da silva

... Os deuses do abandono dormem o sono eterno
em ti, pobre e desprezada Desterro!”

(...)

“Nada muda a tonalidade dormente da minha pobre Florianópolis
nem coisa alguma lhe quebra a monotonia
Os homens são sempre os mesmos
e sempre mesmas as casas
Os passeios, as diversões, o footing
são sempre os mesmos
Até parece que o pardal que brinca à minha janela
e a andorinha que faz ninho no telhado
é sempre a mesma.”¹³²

Nada mudava, tudo era sempre o mesmo. O futuro certamente seria a repetição do já visto, mesmo nessa lembrança posterior de Salim Miguel. Contudo, mesmo aqui, não

¹³¹ MARTINS, Celso. Op Cit. p. 183-195.

¹³² MIGUEL, Salim. A vida breve de Sezefredo das Neves. Porto Alegre: Tchê!, 1987. p. 146-151.

deixavam de estar presentes as idéias e representações construídas em torno da crença no futuro, que tornaram-se para as sociedades ocidentais um dos elementos sempre recorrentes em suas projeções imaginárias ao longo da história. O marasmo da cidade aparece como o corolário de sua falta de perspectivas e o futuro surge não pelo que poderá ser, mas pelo que deixará de ser. As mudanças, as transformações ou mesmo as revoluções passariam ao largo de Florianópolis.

O envolvimento decisivo dos soviéticos na Segunda Guerra Mundial, praticamente garantindo a vitória aliada após ter sido vítima de uma invasão nazista assistida com passividade pelas potências capitalistas, voltou a garantir à esquerda socialista em todo o mundo uma grande popularidade, intensificada no Brasil com o fim da ditadura da Estado Novo e a libertação de Luís Carlos Prestes. Em Florianópolis, por exemplo, o fim da guerra foi marcado por manifestações populares organizadas pelos comunistas da cidade, saindo às ruas com a bandeira soviética, festejando a vitória da luta anti-fascista¹³³. Finalmente os “revolucionários profissionais” com sua fé inabalável no futuro da humanidade puderam sair do armário, pelo menos por algum tempo. Para todas essas pessoas o futuro era um valor, algo a ser envolvido por uma ética que não restringia-se a um lugar em particular, uma cultura multilateral e universalizante. Daí um “internacionalismo” que teve vida longa, ao menos para os militantes, manifestado na guerra civil espanhola e renovado pela defesa das revoluções chinesa e cubana, das democracias populares do leste europeu, e, mais tarde, da guerrilha vietnamita e das lutas anti-coloniais na África.

Sendo assim, pode-se sugerir mais uma vez que, mesmo neste caso, continuava prevalecendo a idéia segundo a qual não seria na cidade situada na Ilha de Santa Catarina o lugar para serem realizadas as promessas de transformações sociais futuras. Para vislumbrá-las só mesmo fugindo da temática local e procurando o universal, efetuando uma relação entre sociedade e avanço existencial. Há então uma busca por transcender os limites cotidianos e regionais e empreender uma reflexão sobre as condições históricas daquele momento. Se os prosadores mostravam o futuro em outro lugar, menos em Florianópolis, a poesia, principalmente de Eglê Malheiros, acaba fazendo algo parecido, lançando para um

¹³³ MARTINS, Celso. Op Cit. p. 159-163.

espaço e tempo indeterminados a perspectiva de mudanças sociais, até porque viam que sua cidade talvez fosse o último lugar para ocorrer uma revolução.

Mas os modernistas de Sul não deixaram de provocar muitos confrontos com setores intelectuais acadêmicos de Florianópolis. A disputa se dava em vários espaços, mas pode ser percebida com alguma facilidade nas páginas dos jornais, desde praticamente o início do movimento modernista na cidade. Já em 1950, Othon D’Eça, representante do realismo acadêmico, apresentava-se como um oponente dos jovens modernistas do Grupo Sul, publicando em diversos momentos, artigos na imprensa em que atacava “os moços do modernismo”, que tinham o “amparo sorridente do Estado” para lançar suas “palavras insonoras, sem polimento, como tiras de camurça”. Os modernistas de Florianópolis, com sua Revista Sul, pareciam-lhe um “movimento sem ondulações e sem saliências”, faltando-lhes “audácia intelectual para criar: repetem, com uma lisa e pesada monotonia, os temas, as teses, os motivos (...) de todos os modernistas do universo”. Prosseguia afirmando que essas deficiências não seriam culpa dos jovens do modernismo, pois “deram-lhes, primeiro, com vodka e caviar, doses muito fortes de Marx”, além de “Sartre em maionese e materialismos em conserva”. Estariam tentando transpor para o campo do pensamento a luta de classes, criando a “luta de artes” entre os “acadêmicos, pseudônimo do Capitalismo” e os “modernistas, alcunha do proletariado”¹³⁴.

O principal argumento empregado pelo antigo integralista Othon D’Eça contra os modernistas era o seu combate ao marxismo, uma filosofia que, segundo o escritor, apagaria do indivíduo “as suas belas faculdades críticas”, subordinando-as “às oscilantes conveniências das minorias dirigentes, ou melhor, segundo a terminologia leninista: das vanguardas conscientes!”. Aliado a este ponto de vista, estava também uma disputa pelo espaço intelectual na cidade. Os jovens modernistas com sua atitude de crítica e irreverência em relação aos escritores e artistas acadêmicos da cidade, atraíam a antipatia dos conservadores. Em 1957, D’Eça voltava a carga contra os membros do Grupo Sul, os quais não poderiam ser considerados os únicos com capacidade literária em Florianópolis, que teriam recebido de “Prometeu ou de Pacheco, a centelha do talento ou as glórias da

¹³⁴ O Estado. Florianópolis, 21/11/1950, n.º. 11.006, ano XXXVI, p. 1.

predestinação”. Estariam apenas iludidos por um certo “messianismo” (leia-se marxismo), enquanto “os homens de letras das velhas gerações, mau grado o ‘ranço burguês e reacionário’ — aí estão em plena maturidade espiritual, trabalhando, produzindo, mantendo o vigor de seus nomes, fora de Sul e dos arraiais afortunados da ‘Anita Garibaldi Ltda’”¹³⁵, a livraria que vendia as obras modernistas e de cunho marxista em Florianópolis.

Ser acusado de comunista era algo preocupante nessa época, o que por sinal não é nenhuma especificidade de Florianópolis. Os partidos acusavam-se mutuamente de abrigar supostos seguidores do marxismo e, em ondas sucessivas, o anticomunismo ganhava força na imprensa. Era comum que políticos tivessem que encontrar espaço nos jornais para defender-se e negar suas vinculações com a bandeira vermelha. Em 1954, por exemplo, Hélio Caldeira e Fernando Bastos, revidavam as “calúnias” que haviam sofrido, que os identificavam como comunistas. Em resposta, o partido no qual militavam, a UDN, perguntava: “com quem estão os comunistas?”, sugerindo que estivessem nas hostes contrárias. Em 1955 os udenistas acusavam o PSD de associar-se ao vereador comunista Genésio Leocádio da Cunha para eleger a mesa da Câmara, o que evidenciava “a ligação do PSD local com o comunismo e assim confirmando o que se dizia à boca pequena, de que essa ligação era anterior ao pleito de 3 de outubro de 1954”. Na mesma época, questionários eram publicados nos jornais para facilitar a identificação de possíveis comunistas, tentando explorar temas com religião, família, propriedade privada e livre empresa¹³⁶.

Em Florianópolis ocorria uma pequena guerra fria, onde o lado soviético quase não tinha condições de expor suas idéias e argumentos. Militantes do partido ainda lançaram em fins da década de 1950 o jornal “Novos Dias”, dirigido por Mário Bastos, como expressão de uma frente política e de intelectuais que não se declaravam abertamente comunistas¹³⁷. De sua parte, em seu pequeno semanário, Juvenal Melchhiades de Souza ainda tentava saudar a conquista do espaço, pela União Soviética, através do lançamento do Sputnik, apresentado como uma “segunda renascença”. E embora bloco carnavalesco “Ou vai ou racha” tenha usado o foguete russo como tema, a imprensa diária era tomada por notícias das façanhas e conquistas tecnológicas e armamentistas do “mundo ocidental”, ou seja, dos Estados Unidos,

¹³⁵ Diário da Tarde. Florianópolis, 26/06/1957, n° 216, ano XXII, p. 1.

¹³⁶ A Gazeta. Florianópolis, 02 e 03/10/1954, n°. 4.792-3, ano XXI, p. 6; A Gazeta. Florianópolis, 03/02/1955, n°. 4.882, ano XXI, p. 6; A Gazeta. Florianópolis, 05/06/1962, n°. 7.140, ano XXVII, p. 1.

¹³⁷ MARTINS, Celso. Op Cit. p. 204.

garantindo a segurança e a paz da sociedade contra os avanços do comunismo.

Quando os norte-americanos, após muitas tentativas, conseguiram finalmente igualar o feito da União Soviética de lançar um homem ao espaço, A Gazeta abriu amplamente suas páginas para o evento, tratado como uma conquista do “mundo livre”. A permanência do astronauta John Glenn no “cosmos” durante quatro horas, “eletrizou e trouxe em suspense toda a humanidade, (...) conquistando para o Mundo Ocidental uma das maiores vitórias de todos os tempos” e trazendo para os “países livres a esperança de dias melhores e mais felizes”. O artigo prossegue mantendo o tom de disputa pelo futuro, de uma luta entre o bem (capitalismo) e o mal (comunismo), na qual o primeiro prevalecerá pelo “seu poderio, em todos os setores das atividades humanas”, vencendo os que “ainda pensam submeter os povos livres à anarquia e à conquista de certos Átilas modernos”¹³⁸. Uma operação discursiva em que o tempo futuro serve como ameaça e ao mesmo tempo como instrumento de manutenção de uma ordem identificada como paz e liberdade. Os heróis da humanidade, munidos da técnica capitalista do mundo ocidental, garantiriam que os tempos vindouros seriam de liberdade, afastando os oponentes deste projeto de controle e conquista.

Responder aos ataques anticomunistas não era fácil. Sem dispor de espaço na imprensa e não podendo exprimir abertamente suas idéias, sob o risco de perseguições e marginalização numa cidade em que prevalecia um discurso oficial conservador e reacionário, provindo da Igreja e dos partidos hegemônicos, as correntes de esquerda preferiam uma discreta atuação nos meios intelectuais e procurando participar de modo indireto nos partidos e sindicatos. Isso tendia a contornar as dificuldades geradas pelo discurso de condenação total ao comunismo, praticado na imprensa de Florianópolis abertamente. Seja no noticiário local ou internacional. Alertas contra as “cantigas dos moscovitas” tomavam as páginas dos matutinos, ressaltando os perigos da “nova política russa”, seja ela qual fosse. Admitia-se a necessidade de fortalecer a esperança do Ocidente contra os avanços da cortina de ferro. A revolução em Cuba, por exemplo, foi noticiada em Florianópolis já em seus momentos decisivos. As manchetes informavam a existência de “um mar de sangue” com três mil

¹³⁸ A Gazeta. Florianópolis, 22/02/1962, n°. 7.044, ano XXVII, p. 1.

mortos¹³⁹. Posteriormente, a cada acontecimento envolvendo a política cubana, os jornais da cidade aproveitavam para lançar manchetes fortes em que o futuro do planeta estaria ameaçado em função das atitudes tomadas pelos comunistas.

Um raro espaço conseguido pela esquerda de Florianópolis ocorreu quando o Diário da Tarde, antigo órgão da UDN, mudou de direção e os editoriais passaram a ser escritos pelo líder estudantil Políbio Adolfo Braga, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes). Respondendo à campanha anticomunista promovida pelo general Pena Boto e por Carlos Lacerda, a qual tinha em Florianópolis a adesão irrestrita de um pequeno jornal chamado O Tempo*, dirigido pelo médico J. J. Barreto, e a anuência dos demais órgãos de imprensa, os editoriais adotavam o recurso de mostrar o ideário socialista como o portador do futuro e aquele que melhor compreendia a “marcha da História”. Alertava que na cidade também estavam atuando os “fascistas que rezam pela cartilha de um nacional-socialismo”. Divulgando as manifestações do movimento estudantil, por um curto espaço de tempo a esquerda de Florianópolis encontrou eco para sua voz e um instrumento para divulgar as injustiças sociais e as condições de vida das classes populares da cidade. Enquanto projetos urbanísticos eram preparados para Canasvieiras e Ingleses, o Diário da Tarde preferia relatar o “drama” vivido pelos pescadores dessas praias, com a escassez de alimentos e a miséria. “Mas puxar rede é uma delícia. Uma beleza em que se compraz o turista”, afirmava quase num tom de ironia¹⁴⁰.

Assuntos da política nacional e as reformas de base eram tratadas naquele espaço. “A reforma agrária é radical, urgente. Necessária”. A sociedade não poderia esperar muito mais tempo. “Evita-se miséria, fome, desespero, exploração, a longo prazo? Não!” Como um panfleto, o tradicional e conservador Diário da Tarde, teve suas páginas tingidas com as propostas de construção de um futuro socialista para o Brasil. Ao mesmo tempo, a avaliação sobre a cidade e as medidas a serem tomadas para transformá-la passavam por caminhos diferentes daqueles então planejados pelos grupos dirigentes, com a necessidade de superar a “luz de vela”:

¹³⁹ O Estado. Florianópolis, 01/01/1959, n°. 13.499, ano XLV, p. 1.

* Não confundir com a revista O Tempo, mencionada no capítulo anterior.

¹⁴⁰ Diário da Tarde. Florianópolis, 11/01/1962, n°. 1.218, ano XXVII, p.1 e segundo caderno.

“Florianópolis não tem sido uma cidade feliz.
 (...) A cidade tem sofrido horrores.
 Queima um simples transformador e a cidade fica sem luz
 durante 30 dias.
 (...) E a cidade não sai do seu atraso. Não sai porque não
 tem energia elétrica. É a conclusão.
 Porque sem energia elétrica, não há indústrias. Não
 havendo indústrias, não há trabalho.
 Não havendo trabalho vem a miséria.
 E os nossos morros e bairros estão cheios de miséria. (...)
 A luz que alumia a terra, mas que não alumia
 Florianópolis”¹⁴¹.

Foi por pouco tempo o espaço de Políbio Braga no Diário. Após escrever um editorial defendendo Cuba, acabou sendo afastado da redação, conforme ele mesmo havia previsto. Logo em seguida seu texto foi desautorizado por um outro editorialista que condenava o “regime discricionário” de Fidel Castro, elogiando a conduta do Brasil na conferência de Punta Del Este, apoiando o afastamento de Cuba da Organização dos Estados Americanos (O.E.A.). Mesmo assim, apesar de o jornal voltar a adotar um discurso conservador, Braga voltaria a escrever seus textos provocadores no jornal, aproveitando momentos como a passagem do Primeiro de Maio para lançar seus manifestos: “o operário é a força viva da Nação”, responsável pela construção do futuro do país, afirmava. Em confronto com os projetos dos grupos dirigentes, o futuro seria o resultado da atuação da classe operária para a transformação de sua realidade, superando o capitalismo, “sistema econômico que faz do operário um explorado”. A luta de classes promoveria as condições necessárias para que no futuro a contradição entre burguesia e operariado desaparecesse. E proclamava: “a luta operária é irreversível. É a história que a faz vencedora”. A convicção de que a interpretação socialista da história permitiria antecipar o futuro, determinar seu rumo e sua configuração: “festejamos o 1º. de Maio como o fim da exploração sobre o trabalhador. Antecipemos os festejos futuros. Operários que sua na máquina, na pá, em casa ou no rio, desperta! Vê o futuro!”. Um tempo que chegaria com as esperanças de um “socialismo autêntico. Um socialismo brasileiro”. Anunciando a fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em Santa Catarina, escrevia que a nova força política representaria “o papel daqueles que lutam contra os grupos econômicos, os grandes donos das eleições”, rompendo com o

¹⁴¹ Diário da Tarde. Florianópolis, 18/01/1962, n°. 1.220, ano XXVII, segundo caderno.

capitalismo através de idéias que a própria “justiça social cristã” defendia¹⁴².

Apesar disso, os ataques anticomunistas tornavam-se cada vez mais violentos em todo o país, com atentados a instituições como a UNE (União Nacional dos Estudantes) e propaganda em grande escala. Os jornais discutiam com mais frequência temas como a possível ameaça de uma “política externa comunizante”, conduzida por Jânio Quadros, quando este presidente, pouco antes de sua renúncia, condecorou Che Guevara. As movimentações nos quartéis já denunciavam uma “ofensiva da direita para implantar uma ditadura”. Um general informava que, a pretexto de combater o comunismo, pregava-se “abertamente a derrubada das instituições”, com a perseguição de “oficiais nacionalistas”. A renúncia de Jânio e a necessidade da luta para dar posse ao seu vice, João Goulart, na campanha da legalidade, já prenunciavam que o futuro estava sendo traçado no sentido de que valores e idéias como a democracia e a transformação social seriam afastados e reprimidos.

4.6. A conquista do futuro: a polifonia domada

Mas o ritmo da urbanização e das reformas em Florianópolis continuava, beneficiando um fluxo de trânsito que pretendia-se ser cada vez mais intenso. A nova administração estadual prometia realizar no Estado o mesmo já feito por Juscelino Kubitschek para o país, o que seria descrito pelos “historiadores futuros” como “um modelo novo, fértil e inédito”. Os termos utilizados eram, no mínimo, pouco modestos: Santa Catarina passaria por uma “revolução profunda”, com a difusão da “ideologia do desenvolvimento econômico e cultural que caracteriza o processo brasileiro”, prevendo a “inevitável transformação do regime tradicional de subsistência de núcleos autônomos num sistema mais amplo de trocas, onde a especialização profissional e da produção são o meio adequado e exclusivo do bem-estar pessoal, familiar ou social”.

Contra qualquer idéia de utopia ou sonho, esse futuro almejado seria conquistado pragmaticamente, com a “adoção da tecnologia adequada”, juntamente com “planejamento, crítica e racionalização”, visando a “alta produtividade” e a criação de “condições necessárias à estabilidade das gerações futuras e à sobrevivência da unidade da

¹⁴² Diário da Tarde. Florianópolis, 15/05/1962, n.º. 1.263, ano XXVII, p. 3; Diário da Tarde. Florianópolis, 20/06/1962, n.º. 1.280, ano XXVII, p. 1.

nação a que o destino nos vinculou”. Era como se um tempo completamente novo estivesse começando e o futuro fosse indiscutível, certo, sem dúvidas, tropeços ou acasos, com o estímulo da “consciência de estar na iminência e com a possibilidade de criar uma obra ou dela participar ativamente, transmitindo ao futuro uma cultura nova e nobre”. Um futuro a ser construído por todos: “elite e povo”. As desigualdades sociais e de poder não deixariam de existir, mantendo-se as hierarquias, tão caras aos grupos políticos estaduais. As mudanças preconizadas viriam tão somente no sentido de aumentar o mercado interno consumidor de produtos industrializados e promover o desaparecimento dos “resíduos da velha ordem, marcada tipicamente por uma alta percentagem da população em regime estrito de subsistência”. A integração de todos ao “regime de mercado” seria o futuro a ser perseguido, prevendo-se uma reforma do ensino que visasse a “projeções antecipáveis” de geração de mão de obra especializada e universitária. Para a Capital do Estado, destinavam-se recursos quase que exclusivamente para o turismo, com a previsão de incentivos fiscais para hotéis e balneários, além da criação de pontos de visitaçao no Morro da Cruz e no Morro das Pedras. Novas rodovias facilitando a chegada à cidade, que seria motivo de campanhas publicitárias que tornassem Florianópolis alvo das companhias de turismo e transporte¹⁴³.

Planejamento era a palavra mágica. Em 1953 a imprensa já louvava a iniciativa da prefeitura de planejar a urbanização da praia dos Ingleses, o que seria a “redenção econômica” da região norte da Ilha. Alguns anos depois, essa idéia ganhara ainda mais força e um cronista elogiava com muita ênfase a imobiliária Jurerê em razão do loteamento da Praia do Forte, pois este tinha em relação a empreendimentos similares uma grande vantagem: “planejamento”. Quando tudo estivesse pronto o veranista poderia “permanecer, se quiser, a vida toda por lá, que não lhe faltará nada”. Haverá água, luz, esgoto, todas as comodidades modernas, “enfim, civilização”¹⁴⁴.

¹⁴³ O Estado. Florianópolis, 22/11/1960, n.º. 14.047, ano XLVII, p. 1; O Estado. Florianópolis, 04/12/1960, n.º. 14.057, ano XLVII, p. 1-9.

¹⁴⁴ A Gazeta. Florianópolis, 29/09/1953, n.º. 4.510, ano XX, p. 6; O Estado. Florianópolis, 06/04/1960, n.º. 13.856, ano XLVI, p. 7.

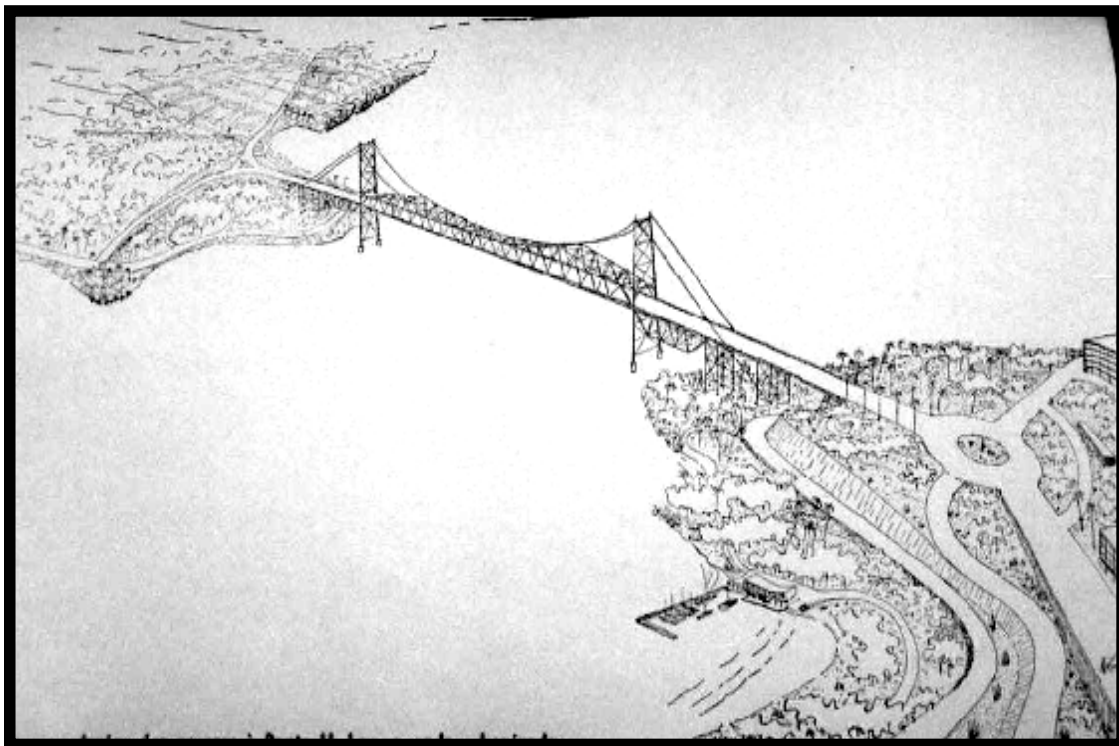


Fig. 31: O projeto de um novo sistema viário de acessos à ponte: uma cidade de papel
Plano Diretor, 1952

O “planejamento antecipado” evitaria a superpopulação e a desorganização, atribuindo então à tecnocracia o papel de elemento civilizador, atuando sobre a cultura urbana da cidade para moldar os sujeitos do futuro, criando uma nova normatização de condutas sociais através do vislumbre antecipado das diversas características que a vida em grandes aglomerações humanas comportaria. Este mesmo cronista iniciou em 1960 uma viagem de automóvel pelo país, para mostrar aos seus leitores a modernização que estava se processando na sociedade brasileira. Durante várias semanas quem abria o jornal O Estado poderia ler longas descrições da monumentalidade de São Paulo, da eficiência das estradas paulistas, das riquezas das cidades do interior, da grandeza do Rio de Janeiro e das transformações que a construção de Brasília já estaria gerando no centro e no norte do Brasil.

Esse momento de abandono de algumas ortodoxias liberais em face da hegemonia de novos paradigmas no pensamento econômico brasileiro, corresponde a um modo de conceber a cultura e a sociedade brasileiras, acreditando ser possível conhecer a fundo seus problemas e apontar os “diagnósticos” que solucionariam no futuro as questões nacionais. Vistos dessa maneira, os diversos planos que foram confeccionados em todos os níveis de governo e para atingir as mais diferentes áreas da administração pública, tomam a configuração do que pode ser chamado grosseiramente aqui de uma mentalidade de época, com a afirmação da idéia de um “pensamento futuro”.

Acreditou-se e fez-se acreditar, através da afirmação de um discurso hegemônico e da legitimação de um certo modo de conceber o social, que seria possível aos homens pôr o mundo em ordem, organizando os menores elementos e fatores da vida social para interagirem de maneira associada para atingir um resultado estabelecido previamente. De todo modo, abre-se mão de um *telos* a guiar as ações humanas desde sempre, por uma lógica do porvir, em que ao contrário de simplesmente procurar uma salvação ou a perfeição num tempo indeterminado e mítico, pensa-se na possível fabricação de objetivos racionais a serem alcançados e superados. De certa forma a modernidade, ao estabelecer a otimização dos esforços humanos como um valor em si mesmo, com o incentivo a práticas que visassem um constante aprimoramento, seja nos esportes, onde os atletas procuram superar as barreiras do tempo ou as limitações do corpo, ou mesmo na corrida pela longevidade com saúde, à qual se

dedicam atualmente seres humanos nas mais diversas partes do globo, já havia criado os elementos básicos a partir dos quais seria necessário um planejamento detalhado das práticas humanas.

O impacto cultural da idéia de planejamento, portanto, fez-se sentir de modo intenso, particularmente em sociedades crescentemente urbanizadas, onde o tempo foi tornando-se não só um valor econômico, no sentido de dimensionar os diferentes bens, trabalhos e sujeitos lançados como mercadoria no mundo, mas foi além disso, alcançando a esfera da própria intimidade e criando um *habitus* social marcado pela linearidade e ansiedade. Um mundo de seres ansiosos e com novos medos foi surgindo, com horizontes de expectativas que dependiam crescentemente da política econômica, dos mecanismos de amparo social e das ofertas de financiamentos bancários. A antecipação constante de cada passo a ser tomado, dos mínimos riscos envolvidos em qualquer transação, a dependência quase absoluta às circunstâncias econômicas, tornaram cada vez mais importantes e legitimadas as ações governamentais planejadas. Uma identidade entre o futuro proposto pelas elites e os sonhos da classe média, sejam estes tanto em relação aos hábitos de consumo, quanto no que diz respeito à manutenção de posições de classe e padrões culturais, familiares e espaciais.

Para Florianópolis, esse conjunto de representações e práticas sociais significou uma aceleração de ritmos e a construção de uma hegemonia política que a todo custo criou uma espécie de ansiedade urbana em favor do abandono de antigos traços da cidade. O jeito pequeno e calmo de Florianópolis incomodava cada vez mais os veiculares da nova fé futurista e defensores de uma cidade integrada ao movimento turístico. No final de 1960, mais uma vez o cronista Osvaldo Melo descrevia sua angústia com a Florianópolis que custava a tomar as feições que desejava. Sua campanha diária pela derrubada de construções antigas na cidade tinha um alvo privilegiado: o Miramar. Este representava a Florianópolis marítima, com práticas culturais que a todo custo deveriam ser removidas. Mas, para desprazer do jornalista, a antiga construção permanecia de pé, apesar de tudo o que representava. Essas

geografias mentais, que classificavam determinados espaços urbanos expressam preconceitos de classe¹⁴⁵.

O outro estilo de vida pretendido para a cidade pressupunha o abandono dos lugares nebulosos e escuros, úmidos e com odores fortes, que cada vez mais eram condenados



Fig. 32: O miramar
(Foto: Plano Diretor, 1952)

pela sensibilidade da burguesia e das classes médias. Naquele dia, na sua costumeira coluna, Melo contou que ficara sabendo que “o Miramar vai ficar no seco. Seu destino, pelo que afirmam, será este”. Haveria um plano já aprovado de construção de um “elegante cais, que partindo da Capitania dos Portos”, prolongar-se-ia até a Ponte Hercílio Luz. Só depois que esta obra estivesse pronta, quando definitivamente houvesse uma

“verdadeira avenida à beira mar plantada, asfaltada, bem iluminada, arborizada”, é que o Miramar — “aquela coisa malcheirosa na Praça XV” — seria finalmente derrubado. Perguntava-se o cronista: “quanto tempo? Quando o término da avenida?” E não continha o lamento:

“Estamos, pode-se dizer, beirando o 1961.
 “39 anos para chegarmos ao 2000, o enigmático, o apocalíptico.
 “No século vindouro. Na entrada do terceiro milênio da era dita cristã. Era das profecias, das transformações, das coisas surpreendentes e inesperadas.
 “Não tenho nem sequer pretensão de, naquela época, estar por aqui agarrado na crosta deste já insuportável planeta.
 “Então, para mim, não adiantará.
 “E concluí — Miramar, você me venceu e me convenceu.
 (...)”

¹⁴⁵ DAVIS, Mike. Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Scritta Editorial, 1993. p. 327.

“Miramar, você continuará a viver no ano dois mil quando então ficará o cais projetado, prontinho, asfaltado, iluminado, arborizado, um amor de ... cais.
“ ‘Sancta Simplicitas’ ...”¹⁴⁶

Mas Osvaldo Melo errou em sua previsão. Muito antes do ano 2000 o Miramar foi posto abaixo com o aterramento de uma grande área da baía sul. A vitória coube aos que se arrogaram ao papel de donos do futuro de Florianópolis. As transformações de Florianópolis deixaram os resíduos de sonhos alternativos nunca concretizados, mas que indicam caminhos para compreender não só uma época histórica, mas toda uma cultura urbana que afirmou estruturas de classe e cristalizou linhas de poder político e social.

¹⁴⁶ O Estado. Florianópolis, 18/12/1960, n.º. 14.068, ano XLVII, p. 2.

Planta de Florianópolis em 1975

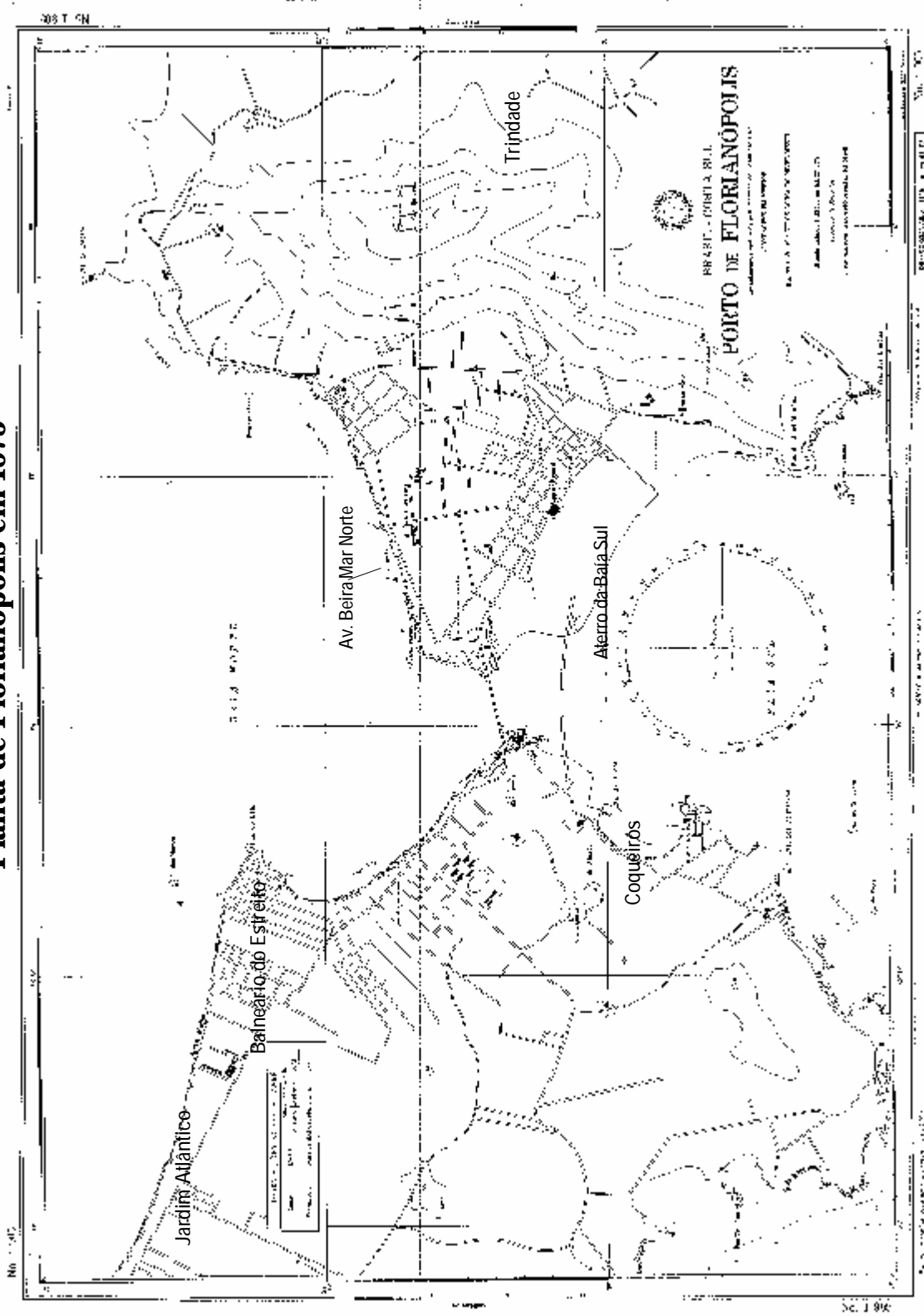


Figura 33

O tempo das certezas: o futuro chegou

5.1. O futuro fardado

“Tropas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, unidas em torno da Liberdade e da Democracia, resolveram apoiar todo o movimento iniciado pelo General Amaury Kruehl na noite de anteontem em São Paulo”¹

Assim o jornal “A Gazeta” anunciou aos seus leitores o golpe militar deflagrado entre os dias 31 de março e 1º de Abril de 1964. Tão logo a situação demonstrava que não havia mais qualquer possibilidade de o Presidente João Goulart resistir à deposição, o bloco de poder em Florianópolis e Santa Catarina tratou de articular-se em função da nova configuração política. O governador Celso Ramos, que num primeiro momento apenas acompanhava e pedia calma à população, emitiu nota afirmando sua “repulsa intransigente e formal” ao comunismo, solidarizando-se, “sem reticências no coração, com as gloriosas forças militares que defendem a verdade democrática”. Apesar de tudo sugerir o contrário, a imprensa local esforçava-se para apresentar uma cidade em que tudo corria “em perfeita paz”, com “todos os estabelecimentos escolares funcionando normalmente”, comércio e indústria “trabalhando sem impedimentos” e o “povo aguardando com calma, o desenrolar dos acontecimentos”. Enquanto isso, a cúria metropolitana convidava os católicos para participarem da “Marcha da família com Deus pela liberdade”, promovida pela primeira-dama do Estado, Edith Gama Ramos, ressaltando os “sentimentos democráticos e cristãos do povo brasileiro”. A primeira-dama era colaboradora da “Campanha da mulher pela democracia” (Camde), que procurava a todo custo evitar a “comunização do país”. Mulheres da elite e da classe média alta, muitas esposas de ex-governadores, faziam manifestações político-

¹ A Gazeta. Florianópolis, 02/04/1964, n.º. 7.594, ano XXX, p. 1.

religiosas, amparadas pelos símbolos do catolicismo, sempre com o suporte do Arcebispo Metropolitano².

Florianópolis novamente iria mostrar-se como uma grande e harmoniosa procissão católica. A marcha, ocorrida no dia 17 de Abril de 1964, reuniu milhares de pessoas que demonstraram sua fé e, principalmente, sua fidelidade à estrutura de poder de Florianópolis. A muitos dos participantes a manifestação deve ter lembrado as tradicionais procissões de Nosso Senhor dos Passos e Corpus Christi. Mesmo sem os tapetes coloridos decorando as ruas do centro, as autoridades militares, civis e eclesiásticas foram saudadas pela multidão, que mais uma vez reproduzia a imagem de uma cidade sem divisões de classe ou de qualquer outro tipo, onde o respeito à hierarquia constituía peça fundamental da convivência urbana. Associações de empresários e entidades filantrópicas foram utilizadas para atrair adesões à manifestação, que atravessou a rua Felipe Schmidt chegando à praça XV de Novembro, no centro. O futuro não mais seria alvo de grandes questionamentos. Estavam definitivamente estabelecidas as grandes certezas e convicções sobre as quais deveriam ser formulados os projetos e intervenções para a cidade. Afinal, “mais uma grande vitória” fora “conseguida sem o derramamento de uma gota de sangue” e “sem lágrimas”. Enfim, “viva o Brasil!”³.

A “vitória da liberdade e da democracia” deu início a uma série de perseguições na cidade. Além das prisões e do clima de desconfiança geral, ainda mais acentuado numa cidade pequena, onde as acusações e denúncias de subversão muitas vezes serviam como vingança em relação a desafetos pessoais, nem os livros escaparam. Conforme noticiou com entusiasmo “A Gazeta”, nos dias seguintes ao golpe militar “populares” arrombaram a Livraria Anita Garibaldi, que ficava na área da Praça XV de Novembro “e, retirando de lá, todos os livros de literatura marxista, puseram fogo em plena via pública, sob os aplausos da multidão que ocorreu ao local”. A livraria, que já havia pertencido a Salim Miguel, estava fechada desde o dia 1º de Abril e, segundo o jornal, era freqüentada por “elementos reconhecidamente vermelhos residentes nesta Capital, que ali faziam seu ponto de reunião”. Sem citar nomes, informava-se que ali costumavam encontrar-se “funcionário públicos federais, amplamente conhecidos nesta Capital, advogados, estudantes e, acima de

² O Estado. Florianópolis, 02/04/1964, n.º. 14.900, ano XLIX, p.1.

³ O Estado. Florianópolis, 05/04/1964, n.º. 14.902, ano XLIX, p. 2.

tudo, inúmeros pelegos pagos para propagarem os ideais marxistas-leninistas em nossa Capital, numa afronta aos brios democráticos de nossa gente”⁴. Parecia que a cidade estava numa catarse coletiva, expelindo mais um “foco pernicioso” de seu corpo, um elemento intruso à harmonia e paz que eram apregoadas. Segundo Valmir Martins, o grupo que provocou o arrombamento da livraria era liderado, entre outros, pelo então vereador Nereu do Vale Pereira⁵.

Desde o início da década, as turbulências políticas que marcaram o cenário nacional faziam-se sentir em Santa Catarina. O governador era do PSD e o vice, Doutel de Andrade, do PTB, dentro da composição da Aliança Social Trabalhista (AST), que contou ainda com votos de comunistas. Os trabalhistas conseguiram lentamente conquistar maior espaço no Estado nas eleições legislativas, principalmente nas maiores cidades, bem como na máquina administrativa. Nas eleições municipais, o apoio do PSD garantiu a eleição em 1960 dos prefeitos de Joinville, Lages, Chapecó, Rio do Sul, Laguna, Canoinhas e Videira, vencendo sozinho em Criciúma e Mafra⁶.

Uma pesquisa eleitoral do Ibope — Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística — em 1964, indicava que Doutel de Andrade tinha a preferência de 10% do eleitorado catarinense para assumir o governo do Estado, ficando em quarto lugar, atrás de Irineu Bornhausen, Aderbal Ramos da Silva e Antônio Carlos Konder Reis. A intenção de voto do trabalhista era bem maior do que os 0,2% que mencionavam o nome de Ivo Silveira, do PSD, que acabaria sendo eleito. Havia, ainda que tênue, um crescimento eleitoral de forças reformistas na política de Santa Catarina, fazendo com que campanhas como a do plebiscito sobre o sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo — conseguisse grande repercussão. Após a renúncia de Jânio Quadros, os grupos conservadores e as Forças Armadas já demonstravam que não aceitariam mudanças sociais profundas no país, procurando a todo custo evitar a posse do vice-presidente eleito, João Goulart, considerado uma ameaça ao quadro político vigente. A introdução do parlamentarismo foi a solução encontrada para manter Goulart sem poderes efetivos. Mas várias mobilizações de setores organizados da

⁴ A Gazeta. Florianópolis, 05/04/1964, n.º. 7.596, ano XXX, p. 1.

⁵ MARTINS, Valmir. O golpe de 64: a participação do grupo civil em Florianópolis. In DIAS, José de Souza (org.). *Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 127-142.

⁶ CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990. p. 81.

sociedade civil conseguiram que fosse organizado uma consulta popular para decidir a questão. As propagandas dos presidencialistas, favoráveis a Jango, eram veementes: “chegou a hora de dizer Não! Contra a miséria, contra o analfabetismo, contra a falta de terra, contra a usurpação do seu voto”⁷.

Em Florianópolis, o presidencialismo venceu com muito mais do que o dobro dos votos dados à manutenção do parlamentarismo, indicando que a cidade seguia o ritmo e a dinâmica social que estava se desenrolando em todo o país⁸.

Mas, com a instalação da ditadura militar e a impossibilidade prática de manifestações de oposição, cristalizaram-se as tendências já estabelecidas nos projetos de desenvolvimento da cidade. As pequenas alterações no quadro político foram interrompidas e o bloco de poder conservador manteve seus planos para o futuro de Florianópolis intactos. Lideranças empresariais do interior do Estado, como o agro-industrial Atilio Fontana, proprietário da Sadia, já pregavam há algum tempo o afastamento do “elementos da esquerda negativa” que estariam conduzindo o país ao caos e à “agitação social” que fervilhava “ao som das guitarras”. Indispensável seria romper os laços do Presidente Goulart com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), evitando a instauração de uma república sindicalista. Era preciso, “de toda forma”, evitar a “estatização da estrutura econômica nacional”. A imprensa de Florianópolis adotava um tom cada vez mais grave em relação aos ocupantes do governo federal, procurando mostrar apreensões e preparando a população para a “tormenta”, prevendo que logo a “ordem natural das coisas” seria reposta. Enquanto o jornal “O Estado” já vinha fazendo a campanha presidencial de Juscelino Kubitschek para 1965, comparava-se o país a “um corpo cheio de furúnculos”: “as greves no Brasil são furunculoses”. Assim que umas terminavam, outras logo surgiam. Concluía-se pela necessidade de “sangue limpo e novo”, pois “o que está circulando em suas veias e artérias

⁷ O Estado. Florianópolis, 06/01/1963, n.º. 14.604, ano XLIX, p. 3; A Gazeta. Florianópolis, 28/02/1964, n.º. 7.570, ano XXX, p. 1.

⁸ Resultado do plebiscito em Florianópolis:

Não.....	19.296 votos
Sim.....	7.230 votos
Branco.....	611 votos
Nulos.....	1.428 votos
Abstenção.....	30%

Cf. O Estado. Florianópolis, 08/01/1963, n.º. 14.605, ano XLIX, p. 1.

está muito contaminado e sífilítico”⁹. Logo essas representações engendrariam os discursos que legitimaram as prisões e perseguições promovidas pela ditadura militar.

Segundo a imprensa, rapidamente alinhada à nova ordem, “o Brasil mostrou ter fôlego para resistir até mesmo à mais terrível e diabólica das tramas dos profissionais do desespero e da miséria”. Vencida a ameaça comunista, haviam novas esperanças, com o país “retomando o caminho pelo qual se tornará um dos mais prósperos e felizes povos da terra”. Os cidadãos eram incentivados a agirem pela “salvaguarda da democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas”¹⁰. Eram discursos que a sociedade já habituava-se a ouvir através de campanhas articuladas por partidos políticos, meios empresariais nacionais e internacionais, Igreja, imprensa e pelo complexo Ipes/Ibad — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática — preparando as estratégias para o golpe. Através do Ibad, seria criada a ADP (Ação Democrática Popular), com a participação de inúmeros militares e que apoiava, com recursos, candidatos de sua confiança nas eleições de 1962¹¹.

Nessas eleições, o vice-governador Doutel de Andrade deveria ter o apoio do PSD em sua candidatura ao Senado, segundo o acordo da AST. Mas os pessedistas procuraram desvincular-se a todo custo de um nome perseguido pelas campanhas anticomunistas, o que tirou todas as chances de Doutel. Foram eleitos os conservadores Atílio Fontana (PSD) e Antônio Carlos Konder Reis (UDN), que promoveram uma aliança informal, mantendo o monopólio do bloco de poder. Mais tarde, nas eleições de 1965, o vencedor ao governo do Estado foi Ivo Silveira, do PSD, tendo como vice Francisco Daligna, de novo do PTB. Este último logo teria seu mandato cassado, sendo substituído por Jorge Bornhausen, da UDN, filho do ex-governador Irineu Bornhausen e diretor do Banco Inco. Assim, seria selada a articulação definitiva entre os dois grandes partidos conservadores, que se cristalizaria com a reforma política imposta pela ditadura e a formação da Arena (Aliança Reformadora Nacional).

⁹ O Estado. Florianópolis, 16/10/1963, n.º. 14.790, ano XLIX, p. 7; O Estado. Florianópolis, 20/03/1964, n.º. 14.892, ano XLIX, p. 2.

¹⁰ O Estado. Florianópolis, 19/05/1964, n.º. 14.929, ano L, p. 1.

¹¹ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. p. 104; 160-163.

Para assumir a prefeitura de Florianópolis foi nomeado o General Paulo Weber Vieira da Rosa, ligado a Aderbal Ramos da Silva, exercendo um “mandato tampão” até 1966, quando assumiu o prefeito eleito Acácio Garibaldi Santiago, do PSD. Vieira da Rosa mostrava-se através de artigos na imprensa como um anti-comunista ferrenho que conspirava contra o governo Jango, tendo sido diretor da ADP em Santa Catarina. Logo após a deposição do presidente constitucional, festejava o que considerava o reingresso do país “na ordem, na paz e no trabalho perseverante”, em nome de “Deus”, deixando para trás a “anarquia”, a “baderna” e a “subversão”, que estariam sendo promovidas pelo “caudilho riograndense” que pretendia estabelecer uma “ditadura escravizante da foice e do martelo”¹².

O controle sobre os meios de comunicação era uma peça fundamental do bloco de poder, como foi evidenciado posteriormente. Em Santa Catarina, empresários e políticos confundiam-se na propriedade de rádios e jornais, difundindo valores e discursos políticos mais ou menos homogêneos, contra medidas econômicas que promovessem reformas sociais e em favor da livre-iniciativa, do pioneirismo desbravador dos empresários catarinenses, capazes de acumular riquezas pelo esforço pessoal, bem como a associação entre noções do cristianismo e idéias liberais. Os discursos unificavam interesses políticos, empresariais e religiosos, ressaltando “as concepções tidas como benéficas, baseadas na tradição democrática-liberal-cristã” em contraposição às “concepções tidas como malélicas, taxadas como ideologias exóticas, defensoras do ateísmo ditatorial comunista”. Os empresários apareciam como os promotores da nova ordem, devendo contar com o apoio da opinião pública e das Forças Armadas. Uma rede de interesses que pretendeu instaurar um controle material e simbólico sobre o conjunto da sociedade. Esse conjunto de expectativas em relação ao futuro e representações sociais engendrou práticas que concretizaram-se no apoio às Forças Armadas como último dos instrumentos capazes de evitar a derrota dos valores liberais e conservadores.

Em 1961 os militares catarinenses mostravam-se a favor da intervenção para evitar a posse de João Goulart. Tropas do Terceiro Exército, do Rio Grande do Sul, integradas à Campanha da Legalidade em favor de Goulart, chegaram a ocupar cidades como Lages e Criciúma, de modo a impedir a ação dos golpistas. Os oficiais militares continuaram a agir em

¹² A Gazeta. Florianópolis, 04/04/1964, n.º. 7.595, ano XXX, p. 1; O Estado. Florianópolis, 17/11/1964, n.º. 15.053, ano L, p. 8.

Santa Catarina, participando cada vez mais das articulações prévias ao golpe de 1964 e pregando abertamente o anti-comunismo na imprensa¹³. Em Florianópolis, o 5º. Distrito Naval foi o setor militar que mais se destacou nas ações golpistas, sendo que seu comandante chegou a ameaçar “dinamitar a ponte” para evitar a intervenção dos militares gaúchos. Preparava-se o campo para as campanhas conservadoras que tomaram as ruas do Brasil e que, como foi mencionado anteriormente, tiveram muita força em Florianópolis, mantendo-se ativas mesmo nos meses seguintes ao movimento militar, arrecadando fundos e estruturando a repressão¹⁴.

Pouco antes do golpe, os militantes do PCB na cidade conseguiram editar um novo jornal, a “Folha Catarinense”, enquanto assistiam as manifestações da TFP — Tradição, Família e Propriedade —, entidade de extrema-direita que contava com o apoio da Cúria Metropolitana. Por poucos votos, o vereador Manoel Alves Ribeiro não fora reeleito em 1963, ficando na primeira suplência, até ter seus direitos cassados logo em seguida ao golpe, juntamente com uma série de outros políticos, como o deputado Paulo Stuart Wright, do PSP, que também contava com o apoio dos comunistas e que se tornou mais um dos inúmeros “desaparecidos”. Começaram as perseguições que culminariam em 1975 com a deflagração da “operação barriga-verde”, comandada pelo Exército e com o apoio da Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar, prendendo, interrogando e torturando dezenas de militantes de oposição em Santa Catarina¹⁵.

Apesar disso, através do movimento estudantil, a oposição de esquerda ainda conseguiu organizar algumas ações públicas e mobilizações que se expressavam principalmente em passeatas no centro da cidade, ao longo dos anos seguintes ao golpe. A respeito de uma passeata ocorrida em 1965, um cronista conservador defendia que, para evitar um “futuro negro”, a “democracia” deveria “aceitar e adotar muitos dos métodos usados pelos regimes de esquerda ou de direita para sua própria segurança e estabilidade”, pois na manifestação que ocorrera haviam cartazes que “além de ferirem a nossa própria moral,

¹³ MAY, Patrícia Zumblick Santos. Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1964). Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1998. . 91-145.

¹⁴ Revista do Sul: o Vale do Itajaí. Rio de Janeiro, nov/1961, nº. 143, ano XVII, p. 12.

¹⁵ VIEIRA, Jaci Guilherme. História do PCB em Santa Catarina: da sua gênese até a operação barriga-verde – 1922 a 1975. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1994. p. 58-78.

buscavam, por outro lado, numa crítica política das menos construtivas, atingir os nossos poderes públicos na pessoa de Sua Excelência o Sr. Presidente da República”. Em outro artigo, um articulista dizia conhecer as razões da revolta estudantil: “é o futuro. Fala-se tanto em futuro. Hei-lo. Para que consultar mágicos e ciganas? Hei-lo: socialismo”. Em conclusão: “o Brasil será socialista” e a revolta era derivada de que “ainda não estamos no socialismo”. Em 1968, na mesma edição em que noticiava a repressão soviética na Checoslováquia, um jornal informava mais uma passeata de estudantes em Florianópolis. Acompanhando as mobilizações que ocorriam em todo o país, o movimento estudantil da cidade organizou várias passeatas no centro, como a que protestava “contra a prisão dos representantes catarinenses que participaram do congresso da extinta UNE em São Paulo” e denunciava a ditadura, exigindo o retorno da liberdade. Ocorrida à noite, foi acompanhada pelos olhos vigilantes de policiais militares e federais, além de agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI)¹⁶.

Por outro lado, a década de 1960 foi marcada pela implantação do planejamento estratégico em Santa Catarina e da formulação de políticas públicas por um grupo de tecnocratas que seguia as diretrizes traçadas no Plano de Metas do Governo, o Plameg¹⁷. Florianópolis, como capital do Estado e base política do PSD, partido do governador, recebeu o impacto de grandes intervenções urbanas que definiram sua fisionomia e estrutura social futura. As obras viárias projetadas para o incremento do turismo tornaram muito tímidas as formulações presentes no Plano Diretor ainda vigente, mas descaracterizado. A idéia de fazer a cidade crescer em torno de um eixo ao sul, deixava de ser levada em consideração, preferindo-se dar prioridade para a construção da Avenida Beira-Mar Norte. Principalmente a partir de 1963, a Câmara Municipal aprovou diversas alterações no Plano Diretor, modificando zoneamentos e permitindo que diversas áreas fossem destinadas para edifícios de apartamentos. Em 1966, foi suprimida a estação ferroviária prevista pelos urbanistas em 1952¹⁸. Enquanto isso, a baía sul ficou reservada para que, no início da década

¹⁶ O Estado. Florianópolis, 26/05/1965, n.º. 15.171, ano LI, p. 2; Imprensa Nova. Florianópolis, 1.ª. Quinzena, set/1968, n.º. 26, ano II, p. 20; O Estado. Florianópolis, 17/10/1968, n.º. 15.998, ano LIV, p. 1.

¹⁷ Ver a respeito: SCHMITZ, Sérgio. Planejamento estadual: a experiência do Plameg. Florianópolis: UFSC/UEDESC, 1985.

¹⁸ Arquivo Público Municipal. Legislação. Caixa 04-779-16/09/1966.

seguinte recebesse um grande aterramento que, ao afastar o mar do centro, conquistou espaço para a abertura de largas pistas de rolamento para trânsito rápido, acessando a nova ponte que seria construída e impedindo qualquer forma de convivência social mais intensa. Um espaço apenas para passagem, bloqueando a visão do mar.

Criadas a partir do chamado Seminário Sócio-Econômico, realizado na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina — Fiesc¹⁹, em dezembro de 1960, as diretrizes gerais do Plameg significavam a busca do crescimento acelerado através de investimentos estatais maciços em infra-estrutura e industrialização de base, acompanhando a tendência nacional que também incluía a abertura da economia para o capital estrangeiro, ampliando o progresso tecnológico. Na fala dos dirigentes estaduais, a “idéia de planejamento” que era “vitoriosa no Estado e no país”, sendo que Santa Catarina tornava-se pioneira na ruptura “com os métodos tradicionais de administração” e as “disputas facciosas ou meramente políticas”²⁰. Foram adotados planos quinquenais setoriais, como o que foi voltado para a eletrificação, que rapidamente aumentou a oferta de energia elétrica em Santa Catarina. O discurso oficial afirmava que tudo estava sendo feito para “a geração catarinense do futuro”²¹.

Conforme Wenceslau Gonçalves Neto, a partir dos anos 50, “os planos globais de governo” haviam tornado-se “uma praxe administrativa, tendo sido confeccionados em todos os períodos, à exceção da rápida passagem de Jânio Quadros pelo Palácio do Planalto”. Permaneciam, em grande parte, “ao nível das intenções, não conseguindo avançar na execução de suas propostas”, embora sejam importantes referenciais para a compreensão e

¹⁹ Eram algumas conclusões do Seminário Sócio-Econômico:

- “Em 1947 Santa Catarina participava com 3% da renda interna do país. Em 1952 esta participação desceu a 2,4%. Em 1957 era de 2,7%, caindo em 1959 para 2,6%”;

- “Os investimentos de capital estrangeiro sem cobertura cambial alcançaram, no país, até 31 de dezembro de 1960, a quantia aproximada de meio bilhão de dólares. Santa Catarina recebeu pouco mais de 500 mil dólares, ou seja, 0,117%”;

- “Somos 1.700.000 catarinenses que trabalhamos a terra e produzimos, em 1958, 5% de valor global da produção agrícola do país, mas não obtivemos mais do que 1% dos empréstimos agrícolas do Banco do Brasil”;

- “80% das moradias rurais não têm condições de habitabilidade. E a formação de 5.000 novos casais por ano agride os responsáveis pelo bem-estar das populações, clamando por uma solução”.

Cf. Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 1ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado. Florianópolis: 15 de abril de 1961. p 05-06.

²⁰ Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 5ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1965, p. 05-13.

²¹ O Estado. Florianópolis, 31/01/1962, n.º. 14.358, ano XLVIII, terceiro caderno, p. 8.

análise do quadro político e das idéias mais aceitas num determinado momento. Foi um importante momento de transformações na infra-estrutura do Estado, embora deva-se relativizar seus efeitos, os quais também tiveram o sentido de reforçar o poder político de determinados setores empresariais . Uma característica relevante desse tipo de programas é que estavam envolvidos em toda uma atmosfera discursiva populista, na qual o povo aparecia como um elemento retórico constantemente evocado para legitimar as intenções de seus formuladores. Muitas das idéias apresentadas mantinham relação com as linhas gerais do Plano Trienal elaborado durante a gestão do então ministro Celso Furtado na área econômica do governo federal. Era a procura por “alternativas para a recuperação do vigor desenvolvimentista da economia brasileira”, rompendo “os obstáculos que estavam colocados no caminho deste processo”²².

Com base nas determinações dos técnicos e executivos do Plameg, estava em andamento em Florianópolis um conjunto de obras concebidas e gerenciadas pela Comissão de Desenvolvimento da Capital (Codec). Era um convênio firmado entre o Plameg, que entrou com mais de 50% dos investimentos, o governo estadual e a prefeitura. Partia-se da constatação de que o município de Florianópolis, “situado numa região empobrecida por fatores diversos”, não dispunha de “recursos suficientes para um programa desenvolvimentista adequado”. O míngua orçamento do poder público da cidade deixava inexploradas “as fascinantes belezas naturais” de Florianópolis. Seria um “extraordinário impulso ao progresso da nossa velha Desterro”, sempre desfavorecida “pelas próprias condições geográficas e pela imaturidade econômica”, formando um quadro de “lastimável inferioridade entre as capitais brasileiras”. No começo de 1964, essas dificuldades econômicas foram agravadas pela desorganização e incompetência administrativa. Numa seqüência de idas e vindas, renúncias e retornos, o final da gestão Osvaldo Machado ficou marcado como um momento em que alguns vereadores chegaram a ocupar o cargo de prefeito, mas logo pareciam mudar de idéia devido à situação das contas públicas. Segundo a oposição udenista, que tentou tomar o poder através de lances parlamentares, era a “questão melindrosa de encontrar o homem”, mas homem “com H, maiúsculo sim, porque com minúsculo está

²² NETO, Wenceslau Gonçalves. Estado e planejamento: a agricultura nos planos de governo no Brasil. in História & Perspectivas. Questão da Terra e Modernização da Agricultura. nº 10, Uberlândia: Ed Universidade Federal de Uberlândia, jan-jun/1994. p. 81-107.

sobrando. Em março daquele ano, uma greve de ônibus parou a cidade e, para alguns jornalistas, a saída seria a “encampação das empresas concessionárias, ou então, a criação de uma empresa de transportes públicos”, favorecendo “as classes mais pobres”. Em 1966, finalmente, tomou posse o novo prefeito, Acácio Santiago, que prometia administrar a cidade “alheio à política”, com um governo “formado exclusivamente por técnicos”. A primeira medida foi começar a organizar os desfiles de carnaval daquele ano...²³

Mas agora, com a ação do governo estadual, podia-se prever que a cidade finalmente alcançaria no futuro o dinamismo de outras regiões catarinenses, superando o “atraso em que se arrastava, preguiçosamente, no meio de tamanho encanto físico”. Além de iniciativas voltadas para os balneários, embelezamento do centro, a eletrificação do interior da Ilha e a intenção de reurbanizar os morros e asfaltar as ruas do Estreito, a construção de uma nova avenida em Capoeiras, a grande obra prevista pela comissão deveria ser a rodovia perimetral, construída na Baía Norte. Além disso a imprensa sugeria a instalação de restaurantes típicos e pequenas pousadas, que seriam favorecidos pela construção e pavimentação de rodovias para as principais praias. A Florianópolis do futuro seria, sem dúvida, “um dos mais belos recantos do Sul do Brasil” caso o plano de metas se cumprisse, retirando o florianopolitano da “indolência” e modificando a administração pública da cidade, que gastava 90% de sua receita com pagamentos de funcionários. A Codec seria a “transfusão de sangue” para mudar a cidade. Já na temporada de verão 1963-1964, Canasvieiras e Jurerê recebiam iluminação pública. Era “a energia necessária ao desenvolvimento turístico de Florianópolis”. Junto com os interesses turísticos, o investimento seria ainda um “imperativo social”, melhorando “as condições de vida e trabalho da população humilde das praias do interior da Ilha”. Agora “a luz mortífera dos lampiões” deixava de ser “a atração noturna dos ilhéus”, sejam os boêmios ou seresteiros. A cidade crescia, como novos edifícios sendo erguidos e outras ruas rasgadas. Segundo os partidários do PSD, o governo estadual acabava com o abandono a que a cidade fora submetida durante dez anos de UDN no poder e “em cada praça, em cada avenida, em cada rua, em cada beco, a luz clareia os passos dos

²³ Diário da Tarde. Florianópolis, 15/07/1958, n.º. 384, ano XXIII, p. 6; O Estado. Florianópolis, 15/01/1963, n.º. 14.610, ano XLIX, p. 8; A Gazeta. Florianópolis, 15/03/1964, n.º. 7.582, ano XXX, p. 8; A Gazeta. Florianópolis, 22/03/1964, n.º. 7.587, ano XXX, p. 8; A Gazeta. Florianópolis, 08/01/1966, n.º. 7.539, ano XXXI, p. 1.

transeuntes e alimenta a beleza da nossa Ilha”, que aparecia a todos “feérica” e devidamente inscrita na moderna civilização²⁴.

O tempo parecia acelerar ainda mais. O cronista Osvaldo Melo não deixou de escrever sobre suas impressões, vaticinando que progresso deveria acompanhar o tempo, “caminhando parelho com os anos, meses, dias e horas do calendário”. Já que o tempo não se detinha e parecia correr ainda mais rápido, com “anos e meses numa disparada”, o progresso deveria ser intensificado. “A gente não toma fôlego...fica-se cada vez mais para trás”. Faltavam “apenas trinta e sete anos para o ano dois mil”, quando só então “a coisa vai parar”. O tempo, como o fogo, “tudo transforma em cinza” e “numas horas, às vezes, até mesmo em alguns minutos, ele realiza a tarefa dos séculos”, mostrando “numa síntese maravilhosa o que será cada coisa” e chegando a “alargar nossa visão sobre o futuro”. Mas, ao mesmo tempo que a cidade crescia e eram realizados investimentos que projetavam a construção de uma grande Capital, com uma população cada vez maior e trânsito veloz através de largas autopistas, pretendia-se que os turistas que procurassem Florianópolis estivessem dispostos a buscar a “mansuetude bucólica para repousar o espírito”, conseguindo descansar da “efervescência cosmopolita das grandes e turbulentas cidades”. Paradoxalmente, Florianópolis deveria apresentar-se como o lugar da paz e da tranqüilidade no exato momento em que os investimentos capitalistas começavam a demolir essas características da cidade²⁵.

Ao mesmo tempo, o governo estadual começava a pressionar os órgãos federais para a construção de rodovias que interligassem o Estado e melhorassem as comunicações com o restante do país. Foi criado em 1962 o Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE) — “nascido para antecipar o futuro” — que, posteriormente, viria a ser o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc). No mesmo ano seria criado outro instrumento importante para os investimentos estatais no Estado, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), num ação conjunta dos três governadores do sul e que seria uma forma de resistência ao “imperialismo paulista”. Além disso, uma série de incorporações de

²⁴ O Estado. Florianópolis, 06/02/1963, n.º. 14.625, ano XLIX, p.3; O Estado. Florianópolis, 05/01/1964, n.º. 14.842, ano XLIX, p. 8; O Estado. Florianópolis, 19/03/1964, n.º. 14.891, ano XLIX, p. 8; A Gazeta. Florianópolis, 08/11/1964, n.º. 7.246, ano XXXI, p. 1.

²⁵ O Estado. Florianópolis, 26/03/1963, n.º. 14.656, ano XLIX, p. 3; O Estado. Florianópolis, 17/05/1964, n.º. 14.928, ano XLIX, p. 2; O Estado. Florianópolis, 20/04/1966, n.º. 15.390, ano LI, p. 1.

pequenas e médias empresas de distribuição de energia elétrica, públicas e particulares, criaria as condições para a formação das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc).

Boa parte dessas ações foram direcionadas para o benefício de grandes empresas privadas, principalmente através do Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (Fundesc), instituído em 1963 e que forneceu estímulos e subsídios públicos para o setor privado²⁶. Os autores do Plameg se diziam inspirados nas “grandes linhas das mudanças econômicas e sociais da América Latina” e “no sopro renovador que percorre os povos do Terceiro Mundo”, identificando-se com “o espírito da Carta de Punta del Este” e os “objetivos da Aliança para o Progresso”²⁷, ou seja, o programa de créditos aberto pelo governo norte-americano com vistas a evitar o surgimento de novas Cubas no Continente.

O Estado passava a ser a “diretriz fundamental”, a fim de “coordenar e sistematizar os esforços dispersos”, superando o “laissez-faire” e o “não-dirigismo econômico, muito mais sentimental do que científico”. A participação “cada vez mais ativa e intensa” do Poder Público, corresponderia ao próprio “evoluir dos hábitos e conceitos sociais”²⁸. Os chamados pontos de estrangulamento da economia catarinense, localizados na infra-estrutura e na expansão econômica, estavam formando uma crise de acumulação privada que impedia a dinamização de diversos setores da economia. O Plano era dividido em três grandes tópicos: o Homem (as áreas sociais: educação e cultura, justiça e segurança pública, saúde pública e assistência social e serviços de água e esgoto); o Meio (a infra-estrutura: Energia, Rodovias e Obras de Artes); A Expansão Econômica (subsídios e estímulos: armazenagem, fomento agropecuário, abastecimento, participação em empreendimento pioneiro e Banco do Estado). A maior parte dos recursos investidos, 78%, foram destinados à infra-estrutura e ao estímulo ao setor privado. Privilegiava-se a acumulação de capital em desfavor dos investimentos sociais²⁹.

Nesse quadro de atividades estatais mais amplas, a proposta de criação de uma universidade em Florianópolis chamava a atenção dos que entendiam ser este um caminho

²⁶ MICHELS, Ido Luiz. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico – 1956 aos precatórios – 1997*. Campo Grande: Ed. da UFMS, 1998. p. 189-192.

²⁷ Santa Catarina. Governo Celso Ramos. *5ª. Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa*. Anexo n.º. 9: crédito. Florianópolis: IOESC, 1965. p. 22.

²⁸ Santa Catarina. Governo Celso Ramos. *5ª. Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa*. Florianópolis: IOESC, 1965. p. 25.

²⁹ MICHELS, Ido Luiz. *Op Cit.* p. 190.

para a construção do futuro da cidade. Grupos de políticos e intelectuais já haviam iniciado há algum tempo várias disputas e polêmicas em torno do assunto. Havia os defensores da criação de uma universidade estadual e os que propunham a implantação de uma instituição federal. O governo do Estado de Santa Catarina, encabeçado por Heriberto Hülse, da UDN, chegou a criar em 1955 a Fundação Universidade Estadual de Santa Catarina e doou a então Fazenda Assis Brasil para a construção do campus, desapropriando ainda uma área que seria destinada à construção do estádio do Avaí Futebol Clube.

Mas a viabilização do projeto só foi efetivada quando o governo federal garantiu os recursos necessários, já que vários dirigentes e políticos consideravam que o tesouro estadual não teria condições de arcar com as despesas. Numa manobra liderada pelo então secretário-geral do PSD e professor da Faculdade de Direito, João David Ferreira Lima, foi oficializada a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a transferência do patrimônio e dos quadros das faculdades estaduais para o âmbito federal. Segundo Maria Inês Sugai “a implantação do campus da Universidade Federal representava a possibilidade de mudanças na economia e na dinâmica imobiliária da Capital. Previa-se que seriam escoados para a cidade e, em especial, para a área do futuro campus, imensos investimentos federais”³⁰. De fato, o orçamento da UFSC equiparava-se e até superava o da própria prefeitura, ampliando o mercado de trabalho e aumentando a circulação de dinheiro, além de fomentar novas perspectivas de padrão social e, desse modo, incentivar o crescimento da construção civil. Os salários de professores e funcionários federais eram sensivelmente mais altos do que a média da população de Florianópolis, incluindo os servidores estaduais. Através dessa influência externa, juntamente com outras intervenções estatais, a cidade ganhava uma nova dinâmica sócio-econômica.

Ao mesmo tempo, uma outra polêmica envolvia a localização do campus. Os grandes recursos previstos indicariam novas fronteiras de investimentos na região que recebesse a instituição. Foi nesse contexto que, durante meses, os jornais da cidade abrigaram artigos que alimentaram a discussão sobre a localização da UFSC. O reitor empossado, João David Ferreira Lima, defendia a permanência no centro, conforme previa o Plano Diretor.

Mas, longas e disputadas reuniões do Conselho Universitário deliberaram pela transferência para a Trindade, com a construção da “cidade universitária”.

Entre os que envolveram-se diretamente nas discussões públicas estava Renato Barbosa, defendendo a idéia de que Florianópolis, por si só, já possuía condições para ser considerada uma cidade universitária, pois toda a sua estrutura urbana poderia ser pensada em função da localização das faculdades. Denunciava que, na Trindade, uma região então isolada e voltada à produção agropecuária, a universidade transformar-se-ia numa “cidade fantasma”. De fato, a ocupação da região até a década de 1960, fora muito rarefeita, prevalecendo grandes áreas de terra de propriedade da Igreja Católica e do Estado, com muitos terrenos alagadiços e praticamente nenhuma infra-estrutura.

Em vista disso, descrevia as condições propícias da cidade para tornar-se um centro universitário: “a faculdade mais afastada, e que é a de Filosofia, dista, a pé, quinze minutos do centro urbano” e as condições tranquilas e agradáveis de Florianópolis, “sem perspectivas de tentacular desenvolvimento”, seriam mais um atrativo para os que desejam “estudar, ler, meditar e sentir a paisagem”. Os grupos dirigentes da cidade participaram da disputa, que determinaria a abertura de uma nova oportunidade de expansão urbana ou então a valorização da área central. Oswaldo Rodrigues Cabral, político, médico e historiador, era uma das figuras públicas de destaque que defendiam a instalação do campus da Trindade. Através de seu pseudônimo, Egas Godinho, afirmava que “a nossa velha cidade, espremida entre o Morro do Antão e as duas baías, não tem lugar para localizar tantas e tão necessárias escolas que formarão a Universidade”, enquanto que “a área da Trindade é bastante grande”, apresentando uma “situação magnífica, a dez ou vinte minutos de ônibus do centro da cidade”, com “condições de habitabilidade maravilhosas”³¹. A vitória desta opção, contribuiu para a formação da fisionomia futura de Florianópolis, além de propiciar excelentes oportunidades para grupos dirigentes que passavam a apoiar suas posições de classe e de poder na exploração imobiliária. Significava ainda o abandono quase completo das idéias dos urbanistas de 1952.

³⁰ SUGAI, Maria Inês. As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno Norte-Ilha, vol. 1. Dissertação. São Paulo: USP (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), 1994. p. 76.

³¹ O Estado. Florianópolis, 16/12/1960, n.º. 14.065, ano XLVII, p. 5; O Estado. Florianópolis, 18/12/1960, n.º. 14.068, ano XLVII, p. 5.

5.2. O futuro inscrito no espaço

O planejamento governamental e a criação de novas oportunidades de investimento na cidade, abriam um cenário que parecia ser totalmente novo para Florianópolis. O futuro, finalmente, havia chegado. A classe média aumentava em número e em influência política e cultural na cidade. Novos mecanismos de intervenção estatal na economia, através de empresas de economia mista como a Celesc, oferecendo novas oportunidades de emprego para uma burocracia de nível médio e superior, bem como a própria universidade, que absorvia grande número de quadros administrativos e docentes, foi criando as condições para que novas camadas médias fossem incorporadas à cidade.

A nova classe média, de colarinhos brancos, ampliava o mercado consumidor e buscava moradia nos novos loteamentos e condomínios que a indústria da construção civil, em ritmo cada vez mais acelerado, ofertava. Por outro lado, esse privilégio e influência marcantes das camadas médias, que traziam projetos de vida bem definidos, em torno da criação de condições de educação para os filhos e a manutenção de *status* e posições sociais, fazia as representações de futuro então criadas para a cidade tornarem-se mais restritas e determinadas. Até então, na década anterior, as dúvidas que pairavam em torno do futuro de Florianópolis, abriram espaços para disputas simbólicas e um horizonte de expectativas bastante diversificado. Com a urbanização crescente, a concretização de projetos econômicos voltados para o turismo e a hegemonia das visões de mundo e dos projetos de vida da classe média, percebe-se um cerceamento das alternativas para a cidade. As incertezas davam lugar às certezas e tudo tornava-se claro e sem maiores necessidades de discussões.

Pode-se sugerir que a indefinição e as ambigüidades que marcavam as representações e o imaginário urbano de Florianópolis estavam sendo incorporadas e reduzidas a uma visão dominante e hegemônica. Durante a década de 1950, como foi visto, é possível sugerir que o futuro tomava as mais variadas formas, conduzindo a posturas contrastantes que podem ser sintetizadas na oposição entre o *outro* e o *mesmo*. No primeiro caso há um jogo de alteridades em que o futuro aparece não exatamente como aquilo que seria diametralmente oposto ao que se vive no presente. Trata-se simplesmente de um presente

aperfeiçoado, transpondo para o futuro as necessidades do hoje, finalmente atendidas. Mas a idéia é que o futuro seja socialmente representado como o outro do presente: seja para melhorar ou para piorar, pouco importa. Firma-se a convicção de que a cidade estaria no meio de uma escala evolutiva entre o passado e o futuro, bastando investir maciçamente em grandes obras, alcançar o padrão de consumo das grandes capitais e atingir as metas definidas pelos estrategistas e planejadores de políticas públicas. Significava um engajamento intenso num universo simbólico há muito definido nas sociedades ocidentais, ou seja, a idéia de futuro como corolário do progresso.

Os empresários e agentes governamentais apoiavam claramente seu discurso no imaginário de progresso e futuro que circulava facilmente pela sociedade. Em uma peça publicitária da empresa de viagens aéreas Cruzeiro do Sul, afirmava-se que “insatisfação” seria a “fonte do progresso”, alimentando a imaginação do homem, um “eterno visionário” e só depois “é que vem a ciência, com sua precisão, para confirmar ou negar o que a imaginação criara”. Seria o caso daquele “que foi um dos maiores visionários dos nossos tempos, Júlio Verne”, que já havia pensado antes de Santos Dumont o vôo de algo mais pesado que o ar. Mas o tempo seguia veloz e “vendo-se agora o aparelho de Santos Dumont, como ele nos parece antiquado, super-velho, pré-histórico”. Sua velocidade nem se compara ao “que já estamos vendo hoje, diante do que iremos ver, certamente, dentro de pouco tempo mais”, pois “as distâncias não mais existem” e o “tempo é uma fórmula ultrapassada”. É preciso “pensar em algo novo, de novo e revolucionário, que venha acompanhar e estar de acordo com a nossa época”, pois “com sua capacidade camaleônica de adaptação, o homem, o homem logo se esquece do ontem e passa logo a pensar no amanhã”. Seria o caso de Florianópolis, que não mais contentar-se-ia em ser atendida por “modestos hidroaviõezinhos”, nos quais “as pessoas de posse” faziam “suas viagens para fora”, mas que não poderiam ser equiparados com os novos “Convair” da linha Florianópolis-Rio de Janeiro. Assim, a cidade prosseguiria “sempre adiante na sua conquista do futuro”³².

É significativo que nessa época surge a primeira empresa especializada em publicidade de Florianópolis, a Wali, dirigida por Walter Linhares, que mais tarde controlaria

³² SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis. Ano X. Jun/1957. n° 29. p. 67-69.

o ramo de painéis e out-doors na cidade³³. As fábricas de sonhos de consumo estavam entrando cada vez mais em ação.

Tem-se aqui um conjunto de discursos e representações amparado em alguns dos elementos centrais da cultura moderna já mencionados anteriormente. A idéia de evolução, o homem que adapta-se a qualquer meio, sempre progredindo e melhorando sua condição, a aceleração do tempo, a redução dos espaços, a menção a Júlio Verne, talvez o maior vulgarizador da crença moderna na tecnologia e na capacidade humana de sobrepujar a natureza. Florianópolis deveria participar desse mundo, que estaria cada vez mais próximo, prometendo tempos novos e melhores. As donas de casa já eram chamadas a participar dos cursos da “escolinha Walita”, oferecidos na loja Modelar, para aprenderem novas receitas gastronômicas utilizando os modernos eletrodomésticos. “E tem mais: enquanto a escolinha estiver na cidade, a senhora poderá comprar toda a família Walita em condições realmente excepcionais”, equipando a casa com liquidificador, batedeira, enceradeira, aspirador de pó, ferro elétrico e máquina de costura. Ao final, as participantes receberiam diploma...³⁴

Correndo paralelamente, encontramos em boa parte da literatura produzida então, a idéia de que Florianópolis estaria fora dessa escalada de progresso, fadada a permanecer no mesmo quadro de apatia. A cidade estaria condenada a repetir constantemente as mesmas situações, presa numa contínua repetição, sem conseguir romper com o passado. O futuro será o mesmo que hoje, que é o mesmo que ontem. Personagens fictícios criados pelos literatos da época e que apareceram ao longo desse trabalho, como Maria do Céu, Zé do Joca, Laurita, os pescadores de Gama D’Eça, seriam sínteses individuais da impossibilidade da cidade romper o círculo fechado do tempo que a amarraria num interminável vácuo.

Além disso, o progresso, se viesse, não teria necessariamente o dom quase mágico de trazer consigo valores éticos e morais que aprimorariam a humanidade. Seria apenas a solução para problemas específicos, sem significar necessariamente uma melhoria da condição humana. Neste caso, cabe citar um conto de Aníbal Nunes Pires, no qual, narrando em primeira pessoa, o autor aborda “o futuro das crianças da vizinhança e, na bola de cristal da minha imaginação, eu distingo gestos angustiados e tragédias chocantes”. O menino iria

³³ O Estado. Florianópolis, 19/09/1961, n.º. 14.264, ano XLVIII, p. 8.

³⁴ O Estado. Florianópolis, 24/09/1961, n.º. 14.269, ano XLVIII, p. 3.

crescer e conhecer “as ásperas facetas da vida, sem compreender mas aprendendo ligeiro”. Teria contato “com gente rude, que não tem consciência da sua rudeza pois a vida é aquilo mesmo para eles”. A menina acabaria “prostituindo-se nas sombras da noite, atendendo às forças indistintas e às paixões violentas”. Seriam “flores mortas, flores murchas, fustigadas pela ventania”³⁵.

Subjacente a um caso e outro permanece, na expressão de Alfredo Bosi, uma “visão sintática do tempo”, cujo modelo é a “serialidade, sucessão, cadeia de antes-e-depois”. No entanto, dois sentidos diferentes podem derivar daí. Numa primeira concepção, “por entre os elos da corrente cronológica passariam forças causais, determinantes, que conduziriam a uma justificação plena e final da História”, levando “a um estado necessário e superior da Humanidade”. A segunda poderia ser definida como “contingencial”, ou seja, podem ocorrer mudanças de posição ao longo do tempo, “mas, ao fim e ao cabo da linha, a todos os espera a morte”, sem qualquer plenitude em melhoria. Talvez esteja aí, precisamente, a divisão encontrada entre os produtores de discursos sobre o futuro em Florianópolis. As inúmeras possibilidades divergentes corriam na superfície do rio do progresso e da evolução, doutrinas dos séculos XVIII e XIX, respectivamente, mas que constituíram-se numa “espécie de senso comum e de linguagem corrente do homem culto médio de nossos dias”³⁶.

Vista através dessas discussões, a cidade aparecia envolvida tanto por uma aura de desesperança, quanto pelas certezas dos planos de governo e a publicidade de grupos empresariais, demonstrando que a questão do futuro em Florianópolis permanecia como um tema incômodo naquela metade de século. Era uma faceta destacada de uma luta de representações que se desenrolava, procurando definir como a sociedade deveria imaginar os tempos vindouros. Portanto, por essa discussão passavam uma série de questões fundamentais e que tinham a ver com a maneira como se impunha uma nova forma de pensar a cidade. A relação da cidade com o tempo começava a mudar aos poucos. Numa de suas participações no rádio, novamente Osmar Silva falava de Florianópolis como a cidade que aceitava o progresso “com relutância”, resistindo “bravamente às ousadas incursões do modernismo”. Referia-se à permanência dos “carrinhos de cavalos da praça XV”, bondinhos que faziam o transporte

³⁵ PIRES, Aníbal Nunes. Flores. In SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis. Ano V. Dez/1952. n° 18. p. 55-56.

³⁶ BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In NOVAES, Adauto (org.). Tempo e história. São Paulo: Cia das Letras; SMC, 1992. p. 19-32.

coletivo no centro e que eram muito tradicionais. Mas, como tudo, um dia teriam que desaparecer, pois “Florianópolis cresce e seu crescimento exige o sacrifício de muitas de suas antigas tradições (...), mais dia, menos dia...”³⁷.

Justamente quando todos procuravam entender o futuro e fascinavam-se com as “máquinas de contabilidade” que a UFSC havia importado da Alemanha, “cérebros eletrônicos” capazes de realizar dezenas de operações simultâneas, o passado remoto revelava-se. Do subsolo, o Padre Alfredo Rohr, com o auxílio do francês Pierre Vassal, começava a retirar evidências arqueológicas que davam conta de antigos habitantes do litoral: era a descoberta do “Homem de Florianópolis”, como foi rapidamente batizado pela imprensa. Os sambaquis encontrados poderiam levar o nome da cidade para um “capítulo especial na história das primeiras migrações humanas”. Segundo os pesquisadores, tudo indicava que aquela região fora habitada por indivíduos com “certos traços similares ao ‘Homem de Cro-Magnon’, tornando Florianópolis uma “capital mundial dos sambaquis”, fazendo com que essa pesquisa não fosse “somente um documento científico”, mas também “um fator econômico”. Enquanto isso, desaparecia sem deixar pistas o “marco histórico da chegada de Dias Velho à Ilha”, quando da fundação da primeira póvoa...³⁸

É preciso questionar como foi possível formar unidades em torno dos discursos que tinham por tema o futuro. Ulteriormente já houve oportunidade de observar que havia uma grande dispersão e disparidade de direções e estratégias opostas apresentadas para a cidade. Diversas alternativas possíveis para Florianópolis foram levantadas ao longo da década de 1950. Mas, na década seguinte, aquelas atitudes e representações tomaram uma forma homogênea que parecia apagar sua história, apresentando-se como auto-evidentes e atribuindo sentido a tudo o que se pensava sobre a cidade. Os diversos futuros, na sua heterogeneidade e dispersão, foram aferrados num conjunto, num domínio de saberes e projeções consideradas as únicas possíveis para o devir de Florianópolis. Trata-se então de questionar e desfazer essa unidade, verificando como foi possível sua composição, de modo a compreender as condições históricas que proporcionaram efetividade para essas representações, inviabilizando outros modos de falar e escrever sobre a cidade. Determinados

³⁷ SILVA, Osmar. Carrinhos da praça XV. In _____. Op cit. p. 30.

³⁸ O Estado. Florianópolis, 20/09/1961, n° 14.265, ano XLVIII, p. 8; A Gazeta. Florianópolis, 14/10/1964, n°. 7.229, ano XXXI, p. 5; A Gazeta. Florianópolis, 08/10/1966, n°. 7.731, ano XXXI, p. 1.

assuntos emergiram como fundamentais para a construção do futuro de Florianópolis, excluindo outros, bem como diferentes práticas foram legitimadas em detrimento de outras.

No contexto político marcado pelo golpe de Estado 1964, percebe-se nos meios literários e jornalísticos uma maior homogeneidade nos discursos, o fim das disputas. Nos meios literários e no jornalismo, novos nomes surgiam, muitos dos quais aproveitando-se das benesses que podiam retirar da configuração política recém estabelecida. Parecia haver uma certa convergência em torno da idéia de que a cidade teria finalmente alcançado as condições para dar o salto para o futuro tão desejado e agora tudo levaria a crer que as promessas de uma vida melhor não eram apenas motivadas pela publicidade ou pelo governo. Talvez seja possível identificar a atuação de uma “força imaginal” nos discursos, ou seja, daquilo que Michel Maffesoli define como a integração de alguns pressupostos básicos e compartilhados por parcelas da sociedade e que contribuem para a legitimação de setores identificados com esses valores³⁹.

Em 1970, um intelectual orgânico do então sistema de poder estadual, idealizador dos programas desenvolvimentistas, ligado à Fiesc e Secretário Executivo do Plameg, Alcides Abreu, saudava o “intenso processo de mudança” que estava se processando em Santa Catarina desde o início da década, paralelamente à instalação da UFSC, o qual seria “responsável por uma gama de valores que passou a ser aceita pelos catarinenses”, com a afirmação do “catarinensismo”. A nova década que estava por iniciar seria “decisiva para os anseios de progresso da população do Estado e do País”, despertando a “coletividade social” para “fazer a revolução e construir a sociedade nova com as energias emergentes do desejo de modernização”⁴⁰. Os tecnocratas levados aos postos de comando da política econômica, construíram toda uma metalinguagem a respeito do desenvolvimento e da modernização, que pode ser encontrada em inúmeros documentos da época. Em lugar da mistificação de uma “revolução-troca”, os agentes e planejadores estatais estariam realizando a “única e verdadeira revolução que pode solucionar integralmente o problema brasileiro: a realização de toda a linha artesanal, agrícola, industrial e tecnológica”, efetuando um processo em que o

³⁹ MAFFESOLI, Michel. A transfiguração do político: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, p. 32-39.

⁴⁰ ABREU, Alcides et alii. Ensaio sobre a economia catarinense. Florianópolis: Edeme, 1970. p. 7-25.

desenvolvimento conduzisse a “uma mudança no aparelho econômico e a uma mudança nos homens”⁴¹.

A análise do discurso do regime militar, efetuada por José Luís Fiorin, mostra que os “revolucionários” de 1964 operaram com uma fórmula segundo a qual a “Revolução” tornou-se o marco fundante da passagem do “caos” à “ordem”, da “mentira” para a “verdade”. Os autores do golpe militar articularam suas estratégias políticas com valores e representações muito importantes para as camadas médias, utilizando símbolos extraídos da retórica cristã, como a preservação da família e dos costumes tradicionais e também a idéia de que a propriedade e as posições de classe seriam intocáveis e sagradas. As expectativas consumistas que estavam sendo desenvolvidas na sociedade brasileira alinhavam-se a esses valores e serviram como uma predisposição para a defesa de *status* e hierarquias sociais. Todo o perigo representado pelo governo João Goulart, com os apelos para reformas de base e a ameaça de “bolchevização do país”, só poderia ser contido graças à pronta ação das Forças Armadas, que seriam as legítimas tradutoras dos anseios da nação, evitando que esta caísse no abismo. Pretendia-se mostrar que o povo era enganado por Goulart, enquanto as elites deveriam “mostrar ao povo a verdade”. Com isso, opunha-se ao “saber ilusório do povo” o “saber não enganoso das elites”. Para os “revolucionários” o povo precisaria “ser dirigido e orientado pelos grupos de escol para não ser presa da demagogia e para não incidir em erros”, daí a ênfase no planejamento estatal, racionalizando as ações do Estado, que seriam imanentes à realidade e as necessidades do país. Os novos donos do poder ao apropriarem-se da idéia de revolução, estavam buscando mitificá-la, esvaziando-lhe semanticamente, por intermédio da “fala roubada e restituída”⁴².

O cronista Jaime de Arruda Ramos, celebrando o movimento militar em 1965, afirmava que “a vassourada revolucionária de março”, havia iniciado uma “nova era” que “veio para substituir o caos anterior”, que levaria o país para a “degradação final”. Seria então a ação de “nova gente, no regime novo” e “novos homens, com costumes novos”. No ano seguinte, nova comemoração da imprensa de Florianópolis, perguntando: “o que seria de ti,

⁴¹ PRODOHL, Augusto Sylvio. BRDE no desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina. Florianópolis: BRDE, 1970. p. 46-55.

⁴² FIORIN, José Luiz. O regime de 1964: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988. p. 01-31; 61.

povo, de tua geração, se não se operasse o divino milagre da revolução?” A resposta: “o sangue de teus entes queridos seria derramado em benefício da implantação em nosso solo querido, do comunismo internacional, desejoso em destruir a nossa família, a nossa sociedade e a nossa Pátria”⁴³.

Foi construído um cenário de futuro que deveria ser a todo custo evitado, o futuro comunista. Contra este, a “revolução” havia interposto suas armas para a afirmação do futuro da ordem. Essa mitologia compunha os elementos centrais do discurso oficial. As idéias e os sonhos que fazem parte das representações revolucionárias, sempre associadas aos movimentos sociais transformadores, tiveram seus signos invertidos, pode-se mesmo dizer que foram roubados, passando a nomear os atos e eventos golpistas e que impediram todas as mudanças possíveis. Para Roland Barthes, “o mito é sempre um roubo de linguagem”, praticado de tal maneira que um grupo possa apoderar-se das significações possíveis do conceito para daí extrair e impor um sentido que pretende tornar-se fátual. Com isso, transforma-se “uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade”. Tudo se passaria de tal modo que, ao haver a restituição, a fala que foi roubada apresenta-se alterada, não é mais exatamente a mesma, “trazida de volta não foi colocada no seu lugar exato”⁴⁴. Nesse ínterim efetivar-se-ia a despolitização do discurso, ou seja, poderíamos dizer que os golpistas teriam imposto à sociedade uma nova configuração do que deveriam ser os atos “revolucionários”, segundo a qual tudo havia ocorrido segundo as necessidades imperiosas da nação, que rejeitava qualquer ruptura em favor da melhoria das condições de vida proporcionada pela tecnologia moderna e o avanço capitalista, seguro e constante.

Numa coletânea de crônicas editada justamente em 1964, os autores apresentavam um novo olhar sobre a cidade, bem diferente das dúvidas da década anterior. Ilmar Carvalho escrevia sobre a “vantagem de ser jovem no Estreito”, poder ir ao cinema, freqüentar a praia da Saudade, as pedras de Itaguaçu e “atravessar a ponte só para ir ao ginásio ou trabalhar numa loja de artigos elétricos”. Mesmo “chateado por ser pobre” e sofrer com a poeira dos carros, “bancaria o mocinho e acenderia um cigarro que daria ânsia de

⁴³ A Gazeta. Florianópolis, 04/04/1965, n.º. 7.347, ano XXXI, p. 1; A Gazeta. Florianópolis, 02/04/1966, n.º. 7.598, ano XXXI, p. 1.

⁴⁴ BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1982. p. 147-163.

vômito”, com a “vontade devastadora de ser homem no Estreito”, para “conquistar a cidade, o mundo”. Afinal de contas, “aos poucos eu subiria na firma” e “já estaria em condições de comprar terreno de um loteamento que em maio é vendido sem entrada, em suavíssimas prestações lá nos Barreiros, o local de maior futuro ...”⁴⁵.

Como já foi discutido, a expansão urbana de Florianópolis parecia estar voltada para o Continente. Vários projetos de loteamentos atraíram a atenção de uma parcela importante das camadas médias, que apostavam na compra de imóveis naquela região, com a expectativa de que ali seriam efetuados os grandes investimentos previstos pelo Plano Diretor. Em 1957, segundo um anúncio de jornal, “Florianópolis transbordou para o Estreito e o Estreito cresce, vertiginosamente, para Barreiros”. Um novo loteamento, o Jardim Atlântico, na extremidade continental da cidade, era uma nova esperança de moradia, pois seria “atravessado pela artéria mais importante de acesso à Capital e que, brevemente será asfaltada”. Em “futuro próximo”, a região em torno de Barreiros prometia enorme valorização, por ser uma “zona residencial por excelência” e estar ligada com facilidade ao centro da cidade. Portanto, sentenciava-se: “hoje mesmo reserve um lote no Jardim Atlântico e terá garantido o futuro de seu lar!”⁴⁶. O Jardim Atlântico transformava-se na concretização dos projetos de vida da classe média emergente. Um outro anúncio, na mesma época, perguntava: “é possível prever o futuro?”. Em seguida, um longo texto, que operava diretamente com vários dos elementos discursivos e simbólicos que começavam a fazer parte dos planos e horizontes de expectativas sociais de vários segmentos da cidade:

“Em todos os tempos a incógnita do futuro representou um desafio à inteligência. A inquietação, para não dizer a verdadeira ânsia de perscrutar o dia de amanhã dominou a mente humana. Embora tenha havido e, possivelmente, sempre haverá pelos tempos afora, quem faça do pré-dizer profissão rendosa, contudo, dentro da lógica e do bom senso ninguém pode adivinhar nem perceber todos os imponderáveis, circunstâncias e intercorrências que pontilham a estrada da vida... O mesmo já não se pode dizer com relação a certos acontecimentos da órbita econômica ou política. Para esses existe um encadeamento

⁴⁵ CARVALHO, Ilmar. Da vantagem de ser jovem no Estreito. In CARVALHO, Ilmar et alie. *Crônicas*. Florianópolis: Roteiro/Secretaria de Educação e Cultura, 1964. p. 18-20.

⁴⁶ A Gazeta. Florianópolis, 20/06/1957, n.º. 5.647, ano XXIII. p. 5.

de causas e efeitos perfeitamente analisáveis e que, salvo exceções, tem um desenrolar conseqüente. Quantas pessoas não fizeram fortunas gigantescas aproveitando oportunidades, enquanto outras, com menos acuidade de percepção, com menos clareza de análise, deixaram passá-las? No nosso país e, até mesmo, aqui na nossa pacata Florianópolis, quantos não fizeram fortunas invejáveis adquirindo imóveis, cujo valor decuplica e até centuplica, enquanto outros, querendo passar por ‘sabidos’ mantinham uma atitude de reserva céptica? Olhar para o futuro com olhos de futuro é a base de toda transação imobiliária, ainda mais num país novo, em fase de febril desenvolvimento. O que hoje parece distante, amanhã, pelo desenvolvimento progressivo das cidades, será considerado como zona preferencial, seja para residências, seja para indústrias. Há também que analisar a existência de outros fatores positivos. Vamos exemplificar com Barreiros, fazendo algumas perguntas a título ilustrativo. Perguntas que têm simultaneamente, na realidade a força irretorquível das mais exatas respostas: Qual área mais plana e mais extensa nas proximidades da Capital? Qual área que dispõe da via mais plana e reta a ligá-la ao centro? Qual a que tem a vista mais aberta e mais ampla da baía norte, que é aliás a mais bela da nossa ilha? Qual a praia mais extensa, mais limpa, com menos pedras e buracos? Para que direção avança maciçamente o Estreito? Qual a via de acesso à Capital que permite pela extensão, pela largura e planura, a transformação em Avenida? Qual ainda o loteamento, jamais aqui feito, onde haja uma quantidade de ruas se entreligando e entrosando, dando margem à formação de um grande e moderno bairro? Qual ainda o loteamento que tenha uma avenida central de cerca de 1.500 metros de extensão e 16 metros de largura? Qual o loteamento que além de dispor de belíssima praia, ainda tenha deixado áreas livres para logradouros públicos, lago, jardins, cinema, etc.? E agora a última pergunta: havendo todos esses fatores, verdadeiramente grandiosos e promissores, porque é que em Florianópolis, não se poderá repetir o natural fenômeno de valorização e enriquecimento dos que adquirem lotes, como se verificou em outras cidades brasileiras? Portanto... prever o futuro não é tão difícil. O triunfo e fortuna é dos que sabem analisar os fatores positivos e que sabem aproveitar no momento precioso, a oportunidade. Em Florianópolis esta oportunidade chama-se: Jardim Atlântico”⁴⁷.

⁴⁷ Diário da Tarde. Florianópolis, 31/07 e 01/08/1957, n.º. 225, ano XXII, p. 17.

Estão aí várias das expectativas que seriam alimentadas pelas elites e camadas médias da cidade na década seguinte. Por um lado, é marcante a idéia de que o lote de terra urbano passava a ser um dos principais fatores de apropriação de riquezas e valorização de investimentos. De outra parte, é notório o apelo para traços culturais identificadores da classe média, com a promessa de que os planos de vida individuais e familiares alcançariam a plena concretização através da compra de um imóvel num local que parecia oferecer serviços públicos e conferir *status* social. Aquele seria o lugar do futuro e seria “em breve, motivo de orgulho dizer: ‘resido no Jardim Atlântico’”. Lembre-se que todas essas expectativas decorriam da suposição de que o Continente seria a região privilegiada para a expansão da cidade. Localizado da área de conurbação entre os municípios de Florianópolis e São José, o Jardim Atlântico, caso fossem seguidas as orientações do Plano Diretor, passaria a ser uma importante região e muito valorizada. Certamente era esta a perspectiva do empresário Jacques Schweidson, proprietário das lojas A Modelar, quando decidiu investir e criar o loteamento.

Nas décadas seguintes, com o abandono paulatino daquele planejamento urbano e a intensificação dos investimentos na região Norte da Ilha, a valorização da Trindade a partir da instalação do campus da UFSC e diversos outros redirecionamentos, fariam com que a maioria daquelas expectativas em relação à área continental fossem contrariadas. Uma parcela numerosa e importante de famílias de classe média foram habitar aquela área, mas a lentidão com que os prometidos serviços públicos foram instalados e o abandono de diversos projetos, aos pouco fez com que aquela parte da cidade fosse cercada por um cinturão de bairros ocupados por grupos populares, através de programas governamentais de habitação para os setores de baixa renda e, principalmente, pela favelização acelerada. O continente foi sendo transformado numa “sucata de sonhos”, conforme a feliz expressão de Mike Davis⁴⁸.

De todo modo, a criação desses empreendimentos em regiões mais ou menos distantes do centro de Florianópolis, indicava uma primeira forma de suburbanização, com a constituição de núcleos de habitação que abriam novas fronteiras de expansão da cidade. Um processo em princípio tímido que iria aos poucos incorporar mais áreas ao crescimento da

⁴⁸ DAVIS, Mike. Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Scritta editorial, 1993. 378 p.

cidade. Paralelamente à criação de subúrbios com infra-estrutura razoável e ligação com o centro, começou a ocorrer o fenômeno da conurbação com os municípios vizinhos. A expansão populacional e empreendimentos imobiliários nos limites e pontos de contato entre as cidades da micro região da Grande Florianópolis, possibilitava condições para a dispersão do crescimento urbano por áreas cada vez maiores. As cidades próximas a Florianópolis, principalmente a de São José, aos poucos tornaram-se cidades-dormitório, abrigando em seus bairros periféricos uma crescente população, constituída por muitos trabalhadores da construção civil, que encontravam ocupação nas várias obras em andamento na Capital. Esboçava-se uma primeira tendência à metropolização, que seria intensificada nas décadas seguintes.

Inicialmente chegaram migrantes de municípios rurais próximos a Florianópolis, como é o caso de Santo Amaro da Imperatriz, Angelina e Rancho Queimado. Com o passar do tempo e a intensificação de processos de modernização agrícola que promoveram concentração fundiária e insolvência de pequenas propriedades familiares no interior do Estado, um grande contingente populacional passou a procurar oportunidades na Capital. Havia uma percepção difusa de que Florianópolis estava proporcionando perspectivas de sobrevivência que não mais poderiam ser obtidas no meio rural.

Em processos migratórios semelhantes, ocorridos ao longo do século XX em várias regiões brasileiras, constituindo o êxodo rural, parece haver a busca de um horizonte de anseios e desejos que não é lançado no tempo, num cálculo mais ou menos racional, como faria uma família de classe média, mas é associado à integração a um novo espaço social e cultural, onde essa população recentemente urbanizada procura através do contato com uma economia monetária mais robusta e com o trabalho assalariado, alguma chance de melhoria das condições gerais de existência, mesmo que esta seja “uma história de fracassos constantes na busca de um ideal inatingível”. Há uma idéia de projeto de vida, mas ao contrário da individualização crescente das estratégias adotadas pelas camadas médias, trata-se de uma ação que envolve a sobrevivência de um núcleo de relações de parentes e compadres muito mais ampliado, efetuando-se migrações “dentro de um universo de referência organizado nos moldes da comunidade rural”, ou seja, “as pessoas migram para as localidades onde tenham

conterrâneos, amigos ou parentes”. O projeto de vida é, neste caso, um desejo de manutenção da existência do grupo social, mesmo com a adoção de alguns traços culturais novos⁴⁹. Também demanda-se o acesso a novos padrões sociais e, mesmo, de aumento dos rendimentos familiares, o que se expressa muito mais pela aquisição de bens de consumo mais facilmente encontrados na cidade, como televisores e eletrodomésticos, do que propriamente pela escalada da pirâmide das classificações sociais.

Suburbanização, conurbação e metropolização, foram processos que começavam a tomar forma e a construir uma cidade que, ao mesmo tempo em que se expandia e dispersava — deixando o seu tradicional confinamento na área central, às margens da baía sul — criava uma outra organização do espaço que permitiu o adensamento populacional e um grande crescimento do perímetro urbano. Os loteamentos abriam caminho para a constituição de uma nova cultura urbana. Áreas periféricas novas eram integradas, geralmente sob condições precárias, ao conjunto da cidade. As fronteiras entre as classes sociais tornavam-se ainda mais rígidas, na medida em que os empreendimentos turísticos para o Norte da Ilha foram sendo concretizados e recebendo uma população que foi privilegiada em serviços públicos, tanto em quantidade quanto em qualidade.

Esses novos balneários da Ilha tornavam-se espaços para a reprodução de *status* e posições de classe privilegiadas, enquanto que nas periferias de Florianópolis e dos municípios em torno, estavam localizados os grupos sociais que conseguiam, no máximo, uma inclusão subordinada no espaço da cidade. Já para as camadas médias, os novos processos sociais em ação, os quais estabeleciam mais claramente os padrões espaciais e classificatórios no tecido urbano, ofereciam a possibilidade de que sua condição de classe fosse devidamente reconhecida enquanto posição de classe, através da aquisição de imóveis nas áreas mais prestigiadas. Pode-se sugerir que, para os segmentos médios da sociedade florianopolitana, o seu projeto de futuro na cidade associava-se cada vez mais com prestígio e ascensão social individuais ou, no máximo, do círculo familiar nuclear. O futuro significava a abertura de um campo de possibilidades no qual pudesse haver uma consciente ação social, a partir de “algum tipo de avaliação, uma estratégia, um plano para realizar certas metas, uma

⁴⁹ DURHAN, Eunice. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 119-136.

noção do tempo com etapas se encadeando. O projeto individual propriamente dito constrói-se através de uma idéia mais ou menos elaborada de biografia, de uma história de vida”. Trata-se da busca incessante, em escala cada vez mais ampliada, da ascensão social contínua como um valor básico, sendo que uma das características mais marcantes desta experiência de classe foi “a radical nuclearização porque passaram essas famílias, com um nítido enfraquecimento de seus laços com o universo mais amplo de parentes”⁵⁰.

Esse projeto de vida coadunava-se com as diretrizes sócio-econômicas que a ditadura militar estava implantando, amparadas nos anseios das classes médias. Durante as décadas anteriores, seja através dos meios de comunicação ou do próprio desenvolvimento industrial brasileiro, associado ao capital externo, as camadas médias haviam adotado padrões de consumo cada vez mais associados a *status*, poder, progresso e modernidade. Com base nessa cultura consumista, que logrou tornar o espaço público uma extensão dos interesses imediatos e domésticos daqueles segmentos, os horizontes de expectativa estavam voltados para a garantia dos mecanismos de reprodução da estrutura social vigente, que parecia favorecer os projetos de ascensão na estrutura de classes.

A “desordem” e a “baderna” dos “comunistas” do governo Goulart poderiam comprometer essa meta. Essa foi a mensagem que as peças publicitárias anteriores e posteriores ao golpe militar passaram a transmitir, assim como estava no cerne dos discursos conservadores e na campanha promovida pelo complexo Ipes/Ibad. O comunismo seria o fim da “liberdade”, mas não apenas das liberdades democráticas, mas da livre-iniciativa, da capacidade de projetar trajetórias pessoais, através de trabalho e dinheiro, em busca de melhores posições na sociedade. As famílias das camadas médias queriam o “direito” e a “liberdade” de ascender, de “progredir”, imaginando a sociedade como uma grande corrida em direção ao topo de uma pirâmide. Essa, sim, seria a “verdadeira revolução” e não qualquer outro tipo de medida que viesse a promover justiça social e a luta de classes, o que poria em risco a gradual elevação dos padrões de consumo individualistas dos estratos intermediários. O êxito social e a felicidade pessoal poderiam ser mostrados através de determinados objetos de consumo, mas também deveriam ser preservados, evitando os perigos que qualquer tipo de

⁵⁰ VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 67-78.

instabilidade social poderia provocar. A inflação e a crise econômica do período de governo de João Goulart serviam como base para as apreensões diante de qualquer processo de mudanças. A ameaça de que os estilos de vida incorporados pelas classes médias não pudessem ser reproduzidos num ambiente de incertezas, conduzia a uma procura pelo futuro certo e tranquilizador garantido pela política econômica monetarista implantada pela ditadura. Além disso, só com estabilidade o núcleo familiar poderia projetar seu futuro e garantir que os filhos pudessem realizar os sonhos dos pais⁵¹.

Em Florianópolis, a publicidade de loteamentos ressaltava esses valores. Numa dessas peças, apelava-se para o “futuro da família”. O “chefe de família” deveria ter uma “noção de responsabilidade” em relação “ao futuro dos seus”. Fazia-se a pergunta: “quem hoje em dia passaria por previdente, ou sensato, se entendesse garantir o futuro dos seus com conservação do dinheiro? Guardar dinheiro quando o mesmo se desvaloriza em 50% do valor aquisitivo, por ano?”. Só o investimento em imóveis garantiria a segurança no futuro e este não mais era pensado a partir de representações generalizáveis para o conjunto da humanidade ou mesmo da cidade, mas restrito à família nuclear e numa escala de tempo individual⁵².

Naquele momento, uma fotografia de Florianópolis dos anos 20 servia para Raul Caldas F.º refletir sobre as transformações da cidade que na época era apenas “pacata cidade”, que já apresentava “o Miramar e a pracinha com a estátua do Fernando Machado”. Mas agora, com o ritmo de desenvolvimento restava a certeza melancólica de que “daqui há trinta anos irão olhar fotos de 1964, com uma impressão tão profunda quanto a minha de agora. E tudo num século só”⁵³. Agora a cidade aparecia com suas formas delineadas, com o crescimento do Estreito e a paisagem envolvente da Ilha misturando-se à “urbanização indecisa”. Será que é “uma nova mentalidade chegando?” De todo modo, a imagem de Florianópolis era acrescida de “novos rumos e novas edificações, confundindo-se com postes e amuradas cimentadas de velhos tempos”, recebendo os golpes do mar”. “Casarões denunciam sua origem colonial” confrontando os novos edifícios, parecendo “observar tudo

⁵¹ FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. “Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec, 1998. p. 87-153.

⁵² O Estado. Florianópolis, 13/12/1963, n.º. 14.830, ano XLIX, p. 7.

⁵³ CALDAS F.º, Raul. Florianópolis: década de 20. In CARVALHO, Ilmar et alie. Op Cit. p. 61-62.

melancolicamente”. Era “o choque das épocas”, denunciado pelas “rodas dos automóveis”, contidas em “espaços não preparados para tal movimento”⁵⁴.

Imaginando um jornal de 2008, “diagramado por computador, com fundo musical e recebido em casa por um receptor especial que o imprime imediatamente”, um cronista projetava uma Florianópolis em que “jornal de papel” é “tão velho como telefone sem imagem”. Esses noticiários “teletransmitidos” haveriam de tornar-se “possíveis depois de 1990”. Essa “ficção científica” vinha acompanhada da notícia de que estaria “prestes a ser demolida a casa de Victor Meirelles”, um casarão no centro onde nasceu o artista plástico, num processo de “destruição para melhorar”, evidenciando o processo de demolição da antiga cidade que estava em curso naquele momento. Ressalte-se que a tal demolição não ocorreu⁵⁵.

Definitivamente a cidade faria parte da longa escala evolutiva que vinha se desenrolando ao longo do século XX. Podia-se finalmente acreditar que o progresso e as maravilhas do futuro não estariam distantes dos catarinenses. Até o vento sul, antes anunciador de dias tristes e sombrios, viria, nas palavras de Marcílio Medeiros F.^o, cantar “por toda a cidade” para depois subir “o morro para estar com Erotide, a bela mulata que sonha com Carnaval e é Avai”⁵⁶. O sonho já não era mais privilégio de poucos e o próprio fim do mundo seria adiado “sine die”, apesar de todos os sinais anunciadores, como a perda do valor do dinheiro, o sexo livre e o perigo comunista⁵⁷.

Até o velho Miramar parecia “remoçado, bonito, elegante do cocuruto aos artelhos”, deixando por pouco tempo de ser um “monstrengo” que “envergonhava a cidade”. Para Osvaldo Melo, que durante todos aqueles anos havia sido o grande porta-voz dos anseios das classes médias e que morreria em 1970, sem ver a cidade que tanto havia desejado, com muitos luminosos e edifícios altos, o ilhéu já podia crer no futuro, porque via a “cidade caminhar, derrubando os velhos tabus”, para vencer “as dificuldades que surgiam a cada passo no seu caminho” e que só traziam pessimismo e atraso. A cidade estava deixando de ser doente, conhecendo então o “sangue novo, que convida a viver para vencer”, como uma “vara

⁵⁴ CALDAS F.^o, Raul. A cidade na Ilha. In Ilha: mensário de divulgação, cultura e arte. Florianópolis, nov/1965, n.º 2, ano I, p. 4.

⁵⁵ Imprensa Nova. Florianópolis, 2ª. Quinzena, jun/1968, n.º. 24, ano II, p. 1;5.

⁵⁶ MEDEIROS F.^o, Marcílio. Ao vento. In CARVALHO, Ilmar et allie. Op Cit. p. 28-29.

⁵⁷ RAMOS, Paulo da Costa. Diário do fim do mundo. In CARVALHO, Ilmar et allie. Op Cit. p. 38-41

mágica que nos animou a todos”. Claro que todo esse contexto eufórico tinha relação com o retorno do PSD ao governo do Estado, saudado com entusiasmo pelos jornais e jornalistas vinculados ao partido, mas isso também significava que Florianópolis poderia esperar investimentos que intensificassem o crescimento urbano. Na primeira página de uma edição de “O Estado” procurava-se mostrar como a cidade mudava, apresentando uma foto com casas velhas do centro espremidas entre dois novos edifícios. Mais tarde, aquelas casas seriam derrubadas para abrirem espaço para um estacionamento. Até o Estreito poderia esperar novidades, pois receberia “os benefícios de maior força elétrica, de acordo com os planos do atual governo”: este seria o novo ritmo da Capital, “para o azar dos derrotistas”⁵⁸.

Seguindo uma distribuição social e espacial da cidade que já vinha sendo fixada desde a década de 1950, é possível, adotando a classificação estabelecida em um estudo de Nereu do Vale Pereira, dividir o perímetro urbano de então em regiões mais ou menos homogêneas: o Centro, a Praia de Fora (Baía Norte), os morros (próximos à Avenida Mauro Ramos), o Saco dos Limões, a Agrônômica, a Trindade — todos estes na Ilha. No continente, já eram áreas urbanizadas: Coqueiros, Estreito e Capoeiras. A área da então Praia de Fora, na Baía Norte, não deixaria de continuar abrigando as camadas sociais mais ricas, “típica das grandes mansões, ou casarões antigos, das famílias tradicionais e já definitivamente ‘alojadas’”. A antiga Praia de Fora já vinha sendo ocupada pelas camadas privilegiadas de Florianópolis desde o século XIX, quando uma parcela de ricos negociantes, favorecidos com o incremento portuário, procuraram afastar-se fisicamente das classes populares, construindo amplas residências em chácaras, nas quais podiam morar permanentemente ou abrigar-se de epidemias e das movimentações urbanas⁵⁹.

Mais tarde, ruas como a Esteves Júnior e a Trompowsky, ligariam o centro da cidade com a rua Bocaiúva, a qual era o limite urbano ao longo da orla marítima ao Norte. Dentro desse grande quadrante formado por essas vias, os setores mais influentes de Florianópolis puderam realizar sua reprodução de classe num local então considerado “chic” e

⁵⁸ O Estado. Florianópolis, 16/07/1961, n.º. 14.212, ano XLVIII, p. 2; O Estado. Florianópolis, 29/07/1961, n.º. 14.225, ano XLVIII, p. 1; O Estado. Florianópolis, 20/08/1961, n.º. 14.242, ano XLVIII, p. 8.

⁵⁹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 263-267.

aristocrático. Esta estratificação sócio-espacial só viria a ser acentuada nas décadas seguintes com a segregação das classes populares nas encostas dos morros e, posteriormente, com os investimentos em infra-estrutura na Baía Norte, concretizados com a abertura da Avenida Beira Mar Norte. Uma transformação do espaço urbano em escala mais lenta, quando comparada com outras capitais brasileiras, talvez tenha permitido essa continuidade e essa permanência da configuração urbana e das posições de classe nas diversas áreas de Florianópolis. O crescimento populacional ocorria, em meados do século XX, a uma média de 5,1% ao ano, enquanto que os licenciamentos imobiliários iam a 6%, o que não modificava a área urbana, pois “a trama urbana básica, ou estrutura viária”, permanecia “claramente imutável”, embora houvessem pressões pela melhoria dos serviços públicos⁶⁰.

Na década de 1960, a expansão urbana da cidade começava a ser mais intensa do que em períodos anteriores. Verificava-se uma “ofensiva nas construções”, mas sem planificação. Enquanto o ritmo anual de construções no início dos anos 50 variava entre 226 e 334, já em meados da década seguinte saltava para até mais de 800 por ano, como foi o caso de 1965. Enquanto isso, a burocracia da prefeitura capaz de fiscalizar e regular essas novas obras, permanecia praticamente a mesma. Por outro lado, construções desordenadas que não respeitavam qualquer diretriz urbana e a falta de investimentos em infra-estrutura, tornavam praticamente inviável o trânsito no centro da cidade, bloqueando a “era rodoviária”⁶¹. Para tanto, algumas medidas foram tomadas, como o calçamento da Avenida Mauro Ramos, a qual ganharia cada vez mais importante como via de ligação entre o Sul e o Norte do centro. O grande problema daquela região eram as freqüentes inundações provocadas pelas águas que desciam dos morros em momentos de chuva forte. O canal da Hercílio Luz, problemático por não dar vazão aos esgotos do centro também recebia obras de revestimento. A partir de então, novos padrões de comportamento passam a ser verificados na cidade, com a construção de edifícios mais altos, uma ampliação da área urbana de 48 para 60 Km² e complexificação da máquina administrativa⁶².

⁶⁰ PEREIRA, Nereu do Vale. Desenvolvimento e modernização (um estudo de modernização em Florianópolis). Florianópolis: Lunardelli, s/d. . p. 34-36; 77.

⁶¹ LAGO. Paulo Fernando. Reflexões sobre a estrutura urbana de Santa Catarina (Documento básico de discussão). Florianópolis: I Jornada Social, 1967. Mimeo. p. 14-15.

⁶² O Estado. Florianópolis, 31/01/1962, n°. 14.358, ano XLVIII, p. 1; O Estado. Florianópolis, 16/01/1962, n°. 14.347, ano XLVIII, p. 2; O Estado. Florianópolis, 20/01/1962, n°. 14.351, ano XLVIII, p. 3.

A construtora local Admar Gonzaga, anunciava constantemente novos edifícios de apartamentos no centro e a imprensa entusiasmava-se com o ritmo de crescimento da cidade, com prédios novos em praticamente todas as ruas, pondo abaixo os velhos casarões. Um desses anúncios afirmava que, antes do surto modernizador, “havia quem preconizasse a mudança da sede do Governo para determinada área geo-econômica do planalto”. Mas, algo havia acontecido e “os homens do Governo decidiram permanecer na Ilha e puseram-se a construir grandes edifícios públicos”. Depois, com a ação da iniciativa privada, “começaram a subir aos ares florianopolitanos os primeiros edifícios residenciais, com seus cinco, oito e mais pavimentos”. A construtora estava lançando um edifício que seria “a solução” para os que desejassem morar no centro e obter os frutos de tantas mudanças⁶³.

Uma outra peça publicitária, da agência “Propague”, mostrava um certo personagem que em 1960, dizia: “— Investir em Florianópolis? Iihh! Nem me fale nisso!”. Já em 1962, a resposta era: “— Bem... talvez um dia eu possa investir em Florianópolis!”. Em 1964: “— Imóveis na Capital? Sim, creio que já seja possível!”. E em 1967, vários personagens apareciam sorrindo, acompanhados da mensagem: “mais de 70 pessoas de outras cidades já adquiriram imóveis em Florianópolis, somente através da Imobiliária A. Gonzaga”, para aproveitar “o rápido desenvolvimento da Capital” e todas as suas facilidades, como as praias e a universidade. Os novos edifícios substituíam os velhos casarões, “aos quais nem se poderia atribuir significado histórico mas, ao contrário, expressão de mau gosto arquitetônico, incompatível com o espírito da época”. Os empreendimentos privados construía grandes edifícios que subiam “aos céus, alterando a fisionomia urbana, que ressurgem mais pujante de vitalidade, mais nova e mais rica”, abandonando o “velho ranço conservantista que tanto impedia a aplicação de capitais” na cidade. A mesma construtora já anunciava em 1967 o “casamento” da Lagoa da Conceição “com o progresso”, através do “Lagoa Internacional Clube”, que seria “uma espécie de injeção de cânfora em nosso turismo”, exprimindo o futuro da cidade. Essas novas construções no centro e os projetos turísticos apareciam nos anúncios como a expressão mais importante do futuro. Os empresários faziam questão de incorporar esse discurso e, para tanto, num dos lançamentos imobiliários, foi criado inclusive um ritual.

⁶³ O Estado. Florianópolis, 28/06/1966, n.º. 15.436, ano LII, p. 4.

No início das obras uma pequena urna foi enterrada, contendo objetos e documentos, como moedas, plantas do edifício e jornais do dia. Essa “cápsula do tempo” deveria simbolizar o compromisso da Florianópolis de então com o futuro, seria como uma ligação direta entre a cidade que estava sendo construída e os novos habitantes de tempos vindouros⁶⁴.

A esse respeito são muito adequadas as indicações de Gilberto Velho em sua investigação sobre a importância de morar em Copacabana para segmentos da classe média — com predominância dos chamados *white collors*, em geral, funcionários públicos — da cidade do Rio de Janeiro, no final da década de 1960. Acompanhando a trajetória do bairro, o autor aponta que através de empreendimentos imobiliários muito lucrativos, Copacabana transformou-se num conjunto compacto de edifícios, com a grande maioria da população morando em apartamentos. Uma etnografia de um edifício habitado por famílias de classe média baixa, provenientes de subúrbios periféricos do Rio ou na Zona Norte, áreas notoriamente desvalorizadas em termos de *status* e prestígio, indicava que a maioria dos moradores procuravam apagar suas origens sociais, evitando inclusive visitas e deslocamentos até os lugares onde já haviam morado. Um edifício com condições precárias de habitabilidade, pequenos apartamentos e círculos familiares e de amizade restritos tornavam-se os cenários para o desenrolar das relações sociais dessas pessoas.

Velho identifica os habitantes do edifício com participantes e “consumidores da chamada cultura de massas. A televisão, obviamente, é um dos bens mais valorizados”. Esses elementos compunham tomadas de decisão e projetos de vida que diziam respeito à formação de determinadas expectativas culturais que estavam marcadas pela aquisição de determinados símbolos que expressassem prestígio, *status*, compondo o quadro de uma certa visão de mundo. Ao mudarem para Copacabana, as pessoas em pouco tempo adquiriam “sinais exteriores” que as identificassem como copacabanenses, passando “a ostentá-los com símbolos de sua adesão a um estilo de vida ‘moderno’”, bem como a uma certa condição social⁶⁵.

⁶⁴ A Gazeta. Florianópolis, 04/07/1967, n.º. 7.714, ano XXXI, p. 1; A Gazeta. Florianópolis, 05/10/1967, n.º. 7.780, ano XXXIV, p. 8; O Estado. Florianópolis, 07/11/1967, n.º. 15.764, ano LIII, p. 6; O Estado. Florianópolis, 06/11/1968, 16.012, ano LIV, p. 3.

⁶⁵ VELHO, Gilberto. A utopia urbana: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 29-63.

As perspectivas e a idéia de futuro que grupos sociais como estes, semelhantes em termos de posição e condição de classe com as camadas médias que passaram a habitar os novos edifícios de apartamentos construídos no centro de Florianópolis a partir da década de 1960, sugerem que as estratégias de desenvolvimento urbano que foram tomadas na cidade foram ressignificadas, segundo representações e símbolos que voltavam-se muito mais para a satisfação dos interesses e perspectivas pessoais dos integrantes dessa nova classe média. Esses horizontes de expectativas indicavam um mapeamento classificatório da cidade, segundo o projeto de vida de cada integrante desses grupos sociais, atribuindo maior ou menor valor para determinados lugares ou bairros, conforme sua identificação na escala social. “O mapa da cidade, no caso, passa a ser um mapa social onde as pessoas se definem pelo lugar em que moram”.

Um apartamento de poucos metros quadrados pode significar uma distinção social num bairro considerado mais nobre, em relação a uma casa com quintal num subúrbio. Pode-se ter a impressão de pertencer a um grupo melhor posicionado na estratificação social. “Se existe uma hierarquia de bairros, existe uma hierarquia na sociedade. Se existe um contínuo que possa ser percorrido espacialmente, através da mudança de local de residência, a sociedade apresenta uma estratificação demarcada em termos de bairros, subúrbios, roça, etc”. As divisões sociais passam a expressar-se na localização das diversas regiões da cidade, e é sobretudo isto que confere “as diferenças de prestígio e *status*”⁶⁶.

Os anúncios publicitários que, até o início da década de 1960, procuravam atrair segmentos médios para loteamentos incorporados no Continente, faziam parte de uma perspectiva de futuro que, com o passar do tempo, seria abandonada pelos segmentos sociais de maior renda. Apesar da formação de bairros com boa infra-estrutura e fácil acesso ao centro, com várias linhas de ônibus, áreas como o Jardim Atlântico e o Balneário do Estreito seriam abandonadas pelas camadas de renda mais alta. A fixidez espacial da estratificação da sociedade florianopolitana e os novos interesses que já haviam determinado a falência do primeiro Plano Diretor apontavam que o enobrecimento e a distinção social, dentro do projeto

⁶⁶ *Ibidem.* p. 80-1

de reprodução das classes médias, seriam encontradas prioritariamente na direção da Baía Norte.

O Estreito, na década de 1950, era a região de maior crescimento urbano, o que se manteria mais tarde. Mas, “a organização territorial que se estabelecia em Florianópolis não indicava que o crescimento das áreas residenciais de alta renda iria expandir-se para os bairros continentais”⁶⁷. Os interesses político-empresariais determinavam a direção do futuro da cidade: a região ao Norte da Ilha. A idéia do porto do Estreito foi esquecida. Durante alguns anos ainda houve planos para um porto, só que localizado na Ilha de Anhatomirim, ao Norte de Florianópolis, o que recebia o apoio da Associação Catarinense de Engenheiros, que considerava uma possibilidade de “proporcionar trabalho abundante para uma região subdesenvolvida e com tantos problemas sociais”⁶⁸. Contudo, os interesses pelo turismo tornavam-se hegemônicos. Com seu sentido tolhido e redirecionado, o Continente já não mais fazia parte dos sonhos e dos projetos de vida da classe média em ascensão. Morar no centro, principalmente próximo à Baía Norte, era a meta e a grande perspectiva de futuro. As camadas populares e a chegada de migrantes é que determinariam o ritmo de expansão dos bairros continentais.

A partir da segunda metade da década de 1960, a região continental receberia projetos de implantação de núcleos habitacionais populares. Os anúncios afirmavam que estavam sendo continuamente construídas casas “em tempo recorde” para atender a população em crescimento, seja em Florianópolis ou nos municípios vizinhos⁶⁹. Barreiros, em São José, foi um dos primeiros locais a receber esses loteamentos, compostos de pequenas casas de alvenaria, absolutamente iguais ou então muito parecidas e com uma pequena infra-estrutura, a qual só seria melhorada com o passar de muitos anos e muitas promessas dos poderes públicos às reivindicações dos moradores.

As Companhias habitacionais locais, criadas com o auxílio da Aliança para o Progresso, já desenvolviam em diversos estados programas de habitação popular dirigidos aos moradores de favelas de grandes centros, principalmente no Rio de Janeiro, durante o governo

⁶⁷ SUGAI, Maria Inês. Op Cit. p. 84.

⁶⁸ O Estado. Florianópolis, 25/08/1961, n.º. 14.246, ano XLVIII, p. 1.

⁶⁹ O Estado. Florianópolis, 04/12/1966, n.º. 15.543, ano LII, p. 4.

de Carlos Lacerda. Após 1964, empresas como a “Procasa” aproveitavam os incentivos do governo militar, que havia lançado o Plano Nacional de Habitação, cuja execução seria financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão federal que compunha o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e cujos programas de construção de moradias estendiam-se a outras classes sociais, em busca de maior rentabilidade para o sistema. Captando recursos do recém criado Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de letras imobiliárias, fornecia linhas de crédito de curto prazo a construtores e de longo prazo para compradores de moradias. Oferecia recursos ainda para a implantação de projetos de infra-estrutura urbana. O SFH também era composto pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), Caixa Econômica Federal, Institutos de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), caixas militares e agências de desenvolvimento regional, além de ter atuado no setor privado através de fundações, cooperativas habitacionais, associações de poupança e empréstimo e companhias de crédito imobiliário⁷⁰. O BNH, depois de algumas alterações em seus objetivos, deixaria de ter como seu interesse prioritário o financiamento apenas de moradias populares, procurando clientes mais lucrativos, atendendo a famílias situadas numa faixa de renda um pouco mais alta.

Desenvolvia-se na época a crença de que bastaria que a população pobre fosse removida “para moradias adequadas de baixo custo que o problema da sua ‘incorporação’ à sociedade moderna estaria resolvido”⁷¹. Para alguns segmentos daquela população que habitava os arrabaldes de Florianópolis, a aquisição de uma residência através desses projetos, especialmente no primeiro momento de implantação, significou a entrada num ambiente de classe média baixa, com escolas públicas razoavelmente próximas, ônibus e, em raros casos, até postos de saúde. Mas, para a maior parte das camadas populares, foi mais uma faceta do descaso, do preconceito e da segregação social, promovida tanto pelos governos militares quanto civis. As políticas habitacionais desenvolveram-se num momento em que o regime tornava-se mais autoritário e eram estratégias de controle social em busca de sustentação e apoio popular aos grupos dirigentes. Apesar da perda de importância do voto era necessária

⁷⁰ Verbetes “BNH – Banco Nacional de Habitação” e “SFH – Sistema Financeiro de Habitação”, localizados em SANDRONI, Paulo (org.). *Dicionário de Economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 26; 288.

⁷¹ ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 64-86.

uma certa legitimação social num contexto de perdas salariais e civis, oferecendo um “sonho”, uma aspiração ou, se quiser, um futuro: a casa própria.

Se a classe média almejava morar num apartamento do centro e projetar o futuro do núcleo familiar, os planejadores dos programas habitacionais populares consideravam que poderiam proporcionar um projeto de vida também individualista aos pobres, só que de baixo padrão e com evidentes deficiências. Mantidos distantes do centro urbano e das áreas nobres das classes médias altas e das elites burguesas, essa população deveria, literalmente, “se virar” para pagar com seus baixos rendimentos, durante anos, a prestação da casa própria e conviver com um cotidiano de carências e estigmas de classe, como a cor da pele e o alcoolismo, o que, em muitos casos, seria expresso através do aumento da violência urbana.

A partir da década de 1980, o tema da violência passou a ser uma das preocupações mais importantes para os habitantes das cidades brasileiras. A ditadura foi sendo aos poucos derrotada, mas deixava como herança da exclusão social promovida, a deterioração da qualidade de vida urbana e o medo das classes médias. A população pobre, principalmente homens negros e jovens, deixada durante anos à margem de investimentos públicos e subordinada às leis dos traficantes de drogas que ocuparam preferencialmente os bairros populares, foi mais uma vez vítima de discursos discriminatórios, associadas diretamente ao crime. Segundo Alba Zaluar, “essas ameaças à segurança quebram o equilíbrio das tensões em que se monta a paz social, vindo a alimentar os círculos viciosos da violência cotidiana em que os pobres tornam-se os mais temidos e os mais acusados, justificando a violenta e injusta repressão que sofrem”. Mecanismos institucionais e a criação de redes do chamado “crime-negócio” — que atravessa “classes sociais, tem variados níveis de organização e não sobrevive sem algum apoio institucional das agências incumbidas de combatê-lo” — atuam para pressionar essa parcela da sociedade⁷².

Florianópolis, até pelo seu tamanho, não chegaria a registrar situações tão dramáticas quanto as encontradas em centros maiores, mas as políticas públicas adotadas ao longo das décadas, privilegiando sobremaneira apenas alguns setores da cidade, não

⁷² ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In História da vida privada no Brasil, 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 245-318

deixariam também de resultar, na virada do século, em aumento da violência, disputas de quadrilhas de traficantes e repressão policial ostensiva sobre as classes populares, sem contar os discursos sectários e segregacionistas adotados pelas camadas médias. Para essa “nova pobreza”, na qual geralmente as famílias são chefiadas por mulheres e os homens jovens estão aliados do mercado de trabalho formal, os mecanismos da rede de amparo social que estava montada na cidade perdiam eficácia. O controle social, político e eleitoral proporcionado pelo assistencialismo e o clientelismo praticado em Florianópolis, mantendo o que foi referido ulteriormente como uma exclusão tutelada — com a intenção de que as classes populares não se convertessem em classes perigosas — foi demonstrando fraquezas.

Evidentemente, essa nova população que aparece em fins da década de 1970 e início do decênio seguinte, não era o alvo privilegiado de tais políticas, até porque era recém-chegada e, em muitos casos, não trazia o requisito que voltava a ser o mais importante em tempos de reabertura democrática e volta das eleições: o domicílio eleitoral na região. Nos locais de concentração popular mais antigos a repressão aos movimentos sociais organizados, praticada pela ditadura, atingindo tanto as associações de auxílio e cooperação comunitárias, quanto aquelas que tinham algum tipo de vinculação com militantes de esquerda, também abria espaço para a criminalidade. A complexificação da cidade demandava maiores esforços da administração pública que continuava mais preocupada em manter os antigos laços de dominação e impedir a todo custo que o bloco de poder fosse afetado. Esse futuro não estava nos planos...

Já a Prefeitura, em 1962, procurava mostrar que Florianópolis era uma cidade pobre porque apenas 6,5% dos impostos pagos pelos habitantes eram para o município. Dentre as capitais brasileiras, a receita tributária de Florianópolis só era maior do que a de Teresina e Cuiabá. Os munícipes eram convocados a “combater os que sonegam impostos” para a melhoria dos serviços públicos⁷³. As dificuldades econômicas, portanto, continuavam sendo muito grandes, enquanto que o impacto provocado pela instalação de empresas estatais na cidade e investimentos públicos em estrutura viária, bem como o incremento no ritmo de transformações urbanas, beneficiava os segmentos de alta renda e as camadas médias. A

⁷³ O Estado. Florianópolis, 21/05/1965, n.º. 15.168, ano LI, p. 8; O Estado. Florianópolis, 08/10/1967, n.º. 15.745, ano LIII, suplemento publicitário, p. 1.

residência mais comum no centro da cidade passou a ser o edifício de apartamentos, voltado a atender as famílias de funcionários públicos, em lugar das antigas casas coloniais.

Na imprensa, pregava-se abertamente a derrubada dos “prédios velhos” para que “novos edifícios surgissem em seu lugar”, com “linhas bonitas e modernos”, em lugar dos “monstregos” e “medonhos” que festejavam “seu centenário de feiúra e desprezo para com o progresso da Capital, fazendo pouco, teimosos, com beirados de telhados dos tempos dos Afonsinhos”. Em 1965, estavam sendo concluídas as obras das avenidas Rio Branco e Osmar Cunha, que cruzavam-se efetuando a ligação norte-sul e leste oeste da península insular, aumentando a área central com novos lotes ganhos à região das chácaras. Investimentos públicos de alta monta foram realizados, resultando num maior desenvolvimento comercial e criando espaços para a construção de edifícios de apartamentos. Na região também estava sendo construído o Hospital dos Servidores, depois chamado de Celso Ramos, apresentado como um edifício “majestoso e de linhas modernas e harmoniosas, construído dentro da mais avançada técnica hospitalar”. Ao mesmo tempo, as obras da Avenida Beira Mar estavam sendo realizadas, o que segundo a imprensa traria “benefícios indiscutíveis para o desenvolvimento e beleza da capital catarinense” e “dando um colorido estético mais apurado à orla marítima”. Embora, ainda em 1967, as obras não estivessem concluídas, ficando paralisadas alguns meses, continuava a ser apontada como “uma verdadeira obra de arte, aliciada com a belíssima paisagem que a margeia de ambos os lados”⁷⁴.

5.3. Uma outra cidade, uma mesma cidade

A área central e a região da Baía Norte eram claramente privilegiadas pelo poder público, atraindo possíveis interessados em ali morar tanto em função da localização, mas também por atribuírem e conferirem uma posição de classe aos seus habitantes que fazia parte do projeto de vida e das expectativas da classe média. A compra de um imóvel naquela região demonstrava ascensão social e “perspectivas de em futuro próximo” atingir melhor “colocação numa pirâmide de renda”.

⁷⁴ O Estado. Florianópolis, 17/01/1962, n.º. 14.348, ano XLVIII, p.2; O Estado. Florianópolis, 07/04/1965, n.º. 15.141, ano L, p. 8; O Estado. Florianópolis, 25/04/1965, n.º. 15.152, ano L, p.1; O Estado, Florianópolis, 30/04/1965, n.º. 15.156, ano L; A Gazeta. Florianópolis, 04/05/1965, n.º. 7.367, ano XXXI, p. 8; Imprensa Nova. Florianópolis, 1.º. Quinzena, mar/1967, n.º. 1, ano I, p. 1.

Em 1966, uma pesquisa por amostragem realizada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Econômicos da então Faculdade de Ciências Econômicas da UFSC, procurou definir o potencial do mercado imobiliário em Florianópolis, detectando a tendência pela compra de apartamentos por parte das camadas médias da cidade. Os anúncios publicitários já indicavam a preferência pelo centro e, assim, intensificou-se o processo de substituição das antigas moradias por edifícios, modificando em profundidade a fisionomia e a estrutura urbana. O padrão habitacional das camadas médias da cidade foi alterado, as antigas relações de vizinhança e a estrutura familiar, com a redução do número de filhos, passaram por mudanças que não cabe aqui esmiuçar. Funcionários públicos em cargos de chefia e profissionais liberais afirmavam-se como o grande mercado consumidor de apartamentos, preferindo imóveis de três dormitórios. Abria-se caminho para a introdução de políticas de crédito imobiliário, com uma capacidade potencial das faixas de renda média de arcar compromissos de, no mínimo, sete anos para a quitação do financiamento. As grandes casas ajardinadas tornaram-se ainda mais restritas aos grupos sociais mais ricos e poderosos da cidade, afastando-se para a reclusão das praias do Norte da Ilha ou em raras residências que ainda permaneceram algum tempo na região central⁷⁵.

A existência desse tipo de investigação sobre as possibilidades futuras de investimentos em Florianópolis, já indicam a tendência para a fixação de determinados horizontes de expectativas muito mais pragmáticos. As projeções sobre os tempos vindouros estavam marcadas pelos interesses particulares de um estrato social que se definia como o mais influente da cidade. As incertezas, as propostas diversas políticas e ideológicas, as discussões sobre as alternativas para o futuro da cidade, perdiam em muito de sua abrangência e finalidades mais amplas. A partir da década de 1960, os rumos da cidade já pareciam estar definidos com mais clareza pelo bloco de poder que a dominava, encontrando sustentação na nova e numerosa classe média. Aumentavam em igual ou maior proporção os setores populares, mas a estes já estava sendo definida uma distribuição no espaço urbano que os deixava totalmente à margem dos serviços públicos essenciais e alvos diretos de políticas assistenciais, as quais constituíam-se há muito no principal mecanismo de controle social

⁷⁵ PEREIRA, Nereu do Vale. Op Cit. p. 88.

praticado pelos grupos dirigentes de Florianópolis. No mesmo momento em que muitos analistas situam o início do processo de modernização da cidade, as disputas materiais e simbólicas em relação ao futuro parecem ter sido dissipadas. A conclusão da pesquisa sentenciava que mercado e empresas imobiliárias e de construção poderiam alimentar “real otimismo”, pois “na pior das hipóteses, teremos uma evolução anual de 20% no ritmo de expansão” do mercado em Florianópolis⁷⁶.

O final da década ainda traria alguns sobressaltos. O governador era Ivo Silveira e estava praticamente dando continuidade às diretrizes que haviam sido fixadas na gestão que lhe antecedeu, com a implementação do Plameg II. Contudo, aumentava a participação do governo federal nos investimentos. Mas, em 1969 começaram os rumores sobre a fragilidade da ponte Hercílio Luz. Uma ponte semelhante, a Silver Bridge (Point Pleasant Bridge), que separava os estados de Ohio e West Virginia, nos Estados Unidos, havia ruído em 1967, causando várias vítimas, enquanto outra foi interditada. O Ministério das Relações Exteriores comunicou o governo de Santa Catarina que a única ponte estruturalmente semelhante às norte-americanas era a de Florianópolis. O que seria do futuro da cidade sem a ponte?

Inicialmente mantido como um assunto sigiloso, a década de 1970 já começava com um grande problema urbano para Florianópolis: a construção de uma nova ponte. Já em 1959, um artigo publicado no Diário da Tarde, apelava ao então governador Heriberto Hülse que tomasse providências para preservar a ponte, chamando a atenção para as conseqüências para a cidade de que algo viesse a interromper a ligação entre a Ilha e o Continente. A cidade ficaria “estrangulada” se fosse “seccionada a sua jugular de aço”, voltando “àquela antiga fase, atormentada e esquecida, das lanchas à gasolina, em tráfego precaríssimo. O “hábito de assistir a um movimento que cresce dia a dia, a que nos fizemos, sob o aspecto de fato normal e rotineiro”, impedia que se enxergasse todo o potencial econômico da cidade — decorrente da existência da ponte — e que seria anulado. Assim, apelava-se para que fossem evitadas “futuras inquietações”, resguardando “a ponte de um futuro ruinoso. No ano seguinte prosseguiram os rumores pondo dúvidas quanto à situação da ponte. Um engenheiro declarava

⁷⁶ *Ibidem.* p. 98.

que a estrutura de aço estava “em ótimas condições, sendo de prever uma longa duração que poderá atingir a dezenas de anos”⁷⁷.

Porém, a antiga Hercílio Luz já não mais dava conta do tráfego intenso há muitos anos e, nesse mesmo período, seu asfaltamento, substituindo o antigo assoalho de madeira, consumiu vários anos e muita paciência dos transeuntes e motoristas. Desde 1963 o processo, com base em betumix sobre ferro, que exigia muito tempo para a secagem, causava transtornos intensos, provocando “diariamente enormes filas de veículos”⁷⁸.

No final da década, a situação era cada vez mais dramática e várias ruas do centro ficavam totalmente engarrafadas com “intermináveis filas duplas de veículos”, devido à lenta travessia da ponte. O cronista Silveira Lenzi reclamava que “os serviços se desenvolvem em tempo de valsa, prolongando-se já há quase oito anos”. Algumas vezes começavam a alertar para o a necessidade de pensar o que seria da ponte e de todo o acesso à Ilha no futuro, “com o aumento do volume de tráfego”, quando o “afunilamento irá se tornando mais grave com a demanda de veículos”. Em 1968, os temores diante da situação da ponte e do tráfego intenso já tomavam corpo na imprensa com a reivindicação de uma nova ponte⁷⁹.

Diversas análises técnicas procuravam tranquilizar a cidade, afirmando que, “mantida em boas condições de conservação”, a Hercílio Luz poderia apresentar “condições de segurança ao tráfego por tempo ilimitado”, muito embora o tráfego alcançasse 15 mil carros por dia. Obras na cabeceira da ponte, visando melhorar o acesso e acelerar o trânsito, cada vez mais lento e congestionado foram executadas ao longo da década. Além da nova iluminação, com postes metálicos e lâmpadas de vapor de mercúrio, os acessos foram asfaltados e receberam embelezamentos. Foi prevista a construção de uma fonte luminosa, com um lago artificial de 30 metros de diâmetro que tornar-se-ia uma “atração turística”. Na parte insular foi feita a terraplanagem e o desmonte do morro que ficava bem próximo à

⁷⁷ Diário da Tarde. Florianópolis, 17/02/1959, n.º. 514, ano XXIV, p. 1; A Gazeta. Florianópolis, 01/05/1960, n.º. 6.529, ano XXV, p. 1.

⁷⁸ COELHO, Mário César. Moderna ponte velha: imagem & memória da ponte Hercílio Luz. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1997. p. 98-106.

⁷⁹ A Gazeta. Florianópolis, 30/01/1966, n.º. 7.555, ano XXXI, p. 1; O Estado. Florianópolis, 06/12/1967, n.º. 15.784, ano LIII, p. 1; A Gazeta. Florianópolis, 03/07/1968, n.º. 7.964, ano XXXIV, p. 1; A Gazeta. Florianópolis, 10/08/1968, n.º. 7.988, ano XXXIV, p. 4; O Estado. Florianópolis, 03/07/1969, n.º. 16.172, ano LV, p. 1.

cabeceira, possibilitando o alargamento da via de acesso. No início de 1964, na parte continental, foi inaugurado o viaduto John Kennedy, com a intenção de completar “a obra de Hercílio Luz”, dando à ponte “uma nova dimensão, que realçava a grandeza daquele gigante de ferro”⁸⁰.

Agora, com a ameaça da queda da ponte, o futuro poderia tornar-se complicado. O problema parecia difícil. Recursos escassos e falta de local apropriado. Inicialmente o governo do Estado anunciava, ainda em 1969, que a nova ponte iria ser construída em um prazo de um ano e meio, devendo ter 2.200 metros de extensão e 20 metros de largura. Imaginou-se que a ligação poderia ocorrer entre Coqueiros, no Continente, com a cabeceira localizada na Ponta do Feth, e o bairro de Saco dos Limões⁸¹.

Mas, a solução finalmente encontrada para a construção de uma segunda ponte, abriria caminhos para a continuidade do processo de transformações urbanas. Na Ilha, a Baía Sul receberia um grande aterro, abrindo espaço para as obras. Estudos destinados a comporem o novo Plano Diretor já indicavam a criação de novas áreas urbanas conquistadas ao mar, constituindo-se nos novos aterros das baías Sul e Norte, os quais, junto com a nova ponte, seriam a base para o novo sistema viário e a concretização das tendências de dinamização urbana e ruptura definitiva com a antiga cidade e com os sonhos alimentados uma década antes. A cidade ganhou espaço, mantendo assim a tendência de crescimento.

Em 1964, em artigos assinados por Henrique Berenhauser, fica-se sabendo que prefeitura estava tentando resolver os problemas de trânsito no centro tentando transformar a área ao lado do Mercado Público, bem junto a até então existente linha d'água, em estacionamento coberto. As velhas ruas, do “tempo das carroças e liteiras”, não davam conta do tráfego crescente de automóveis, veículos coletivos e de caminhões. Mas a idéia de um via tronco transformava-se em apenas um pequeno aterro para estacionamento. O autor ainda

⁸⁰ O Estado. Florianópolis, 04/02/1964, n.º. 14.861, ano XLIX, p. 8; A Gazeta. Florianópolis, 18/10/1964, n.º. 7.232, ano XXXI, p. 1; O Estado. Florianópolis, 04/06/1965, n.º. 15.177, ano LI, p. 1; A Gazeta. Florianópolis, 08/06/1965, n.º. 7.392, ano XXXI, p.1; A Gazeta. Florianópolis, 11/06/1965, n.º. 7.395, ano XXXI, p. 1; A Gazeta. Florianópolis, 21/08/1968, n.º. 7.994, ano XXXV, p. 4.

⁸¹ O Estado. Florianópolis, 17/09/1969, n.º. 16.226, ano LV, p. 8.

preferia a solução apontada pelo Plano Diretor, com a execução de uma avenida beira-mar de 35 metros de largura, passando pelo sul da península insular⁸².

Não demoraria para a idéia de uma avenida Beira Mar Sul sofrer um redirecionamento: no mesmo ano, outro artigo, assinado por Evaldo Pauli, defendia que ao invés de apenas mais uma via de trânsito, a Baía Sul recebesse um “aterro em proporções mais amplas”. Era preciso “calcular sobre o futuro”: os congestionamentos no centro, que só desvalorizavam os imóveis ali localizados, teriam um encaminhamento com a criação de “novas possibilidades imobiliárias”, possibilitadas pelo alargamento de ruas e pelo território que seria incorporado ao perímetro urbano. “Uma nova cidade surgiria no aterro, ao mesmo tempo que se atualizaria a velha”, acabando com as pequenas ruelas, promovendo desapropriações e derrubando os antigos edifícios. A Capital estaria a exigir “reformulações tão amplas e complexas”, devendo inspirar-se na ousadia de Hercílio Luz, quando ergueu a ponte metálica entre Ilha e Continente, firmando “a convicção de que catarinensismo é arrojo e grandeza cívica”: “a avenida Beira Mar Norte, combinada com um aterro de maiores proporções na Baía Sul, dará certamente à cidade um aspecto inteiramente reformulado”. Faltando anos para terminar a década, a cidade alcançava a marca de 6.200 veículos circulando. Por outro lado, defendia-se a construção de uma “imponente Avenida Central”, com o alargamento em até cinco vezes da rua Conselheiro Mafra, sacrificando as casas velhas e baixas ali existentes, removendo os proprietários para o novo aterro. Assim, no coração antigo e colonial da cidade poderiam ser erguidos edifícios de mais de sete andares, formando um “moderno centro comercial”, num empreendimento que atrairia as construtoras de “arranha-céus”⁸³.

Mas, apesar da circulação dessas propostas, ainda em 1968 a prefeitura mantinha a idéia de que o aterro a ser efetuado na Baía Sul servisse para a construção da Avenida Beira Mar Sul, que iria da então Capitania dos Portos até as proximidades da ponte Hercílio Luz. Mais tarde esse projeto seria abandonado e substituído pelo planejamento de um

⁸² A Gazeta. Florianópolis, 15/02/1964, n.º. 7.561, ano XXX, p. 8; A Gazeta. Florianópolis, 19/02/1964, n.º. 7.564, ano XXX, p. 8.

⁸³ A Gazeta. Florianópolis, 06/11/1964, n.º. 7.244, ano XXX, p. 8.

aterro muito maior, com a construção de uma nova ponte e o afastamento entre cidade e mar⁸⁴.

Por outro lado, nesse período tornaram-se mais comuns artigos e notas lamentando as transformações urbanas. As condições de vida dos pescadores, cada vez mais duras, continuavam a chamar a atenção. A necessidade de migrar para Rio Grande, tornava-os “vítimas inocentes de tantas privações e de um desnível social tão grande”. A mudança na configuração da cidade e na própria estrutura de classes, deixavam mais evidentes as injustiças sociais e as desigualdades entre os antigos moradores e os novos residentes dos condomínios. O saudosismo tornou-se freqüente, com várias manifestações de apreço às antigas práticas como a compra de louças de cerâmica, expostas no Mercado Público, incluindo todo um ritual que envolvia a “pechincha” e a confiança mútua entre vendedor e consumidor, bem como em relação a tradições culturais como o boi de mamão e o pão por Deus. E os casarões com seus “telhados já envelhecidos pelo tempo”. Espaços “poéticos”, que lembravam um tempo de calma e tranqüilidade, como o Miramar, o trapiche da Praia de Fora ou a Praça XV. Os nostálgicos referiam-se também às apertadas ruas centenárias, como a estreita João Pinto, “uma rua superada pelas demais atingidas pelo modernismo de nossos dias” mas que continuava a ser “uma artéria excelente para a gente residir ou simplesmente para o pedestre transitar”. Muitas mudanças estavam ocorrendo, mas “que nos adianta o progresso, o modernismo exagerado, se a gente não possui o espírito descansado?” E ainda, “que nos importa o ciclo evolutivo de tudo isso, se a gente ao atravessar uma rua atingida pelo fenômeno tem que ser atleta de verdade ou pelo menos correr muito para não ser atropelado?”

⁸⁵ Nem todos também pareciam tão felizes com os aterros onde estava sendo construída uma nova cidade, como era o caso da Prainha:

“Como é triste constatar,
bem no apogeu desta vida,
por onde passava o mar
nova Capital ser erguida.

⁸⁴ Imprensa Nova. Florianópolis, 1^a quinzena, mar/1967, n.º. 1, ano I, p. 4; O Estado. Florianópolis, 22/06/1966, n.º. 15.432, ano LII, p. 3.

⁸⁵ A Nação. Florianópolis, 07/08/1965, n.º. 81, ano I, p. 1; A Nação. Florianópolis, 26/08/1965, n.º. 87, ano I, p. 1; A Nação. Florianópolis, 03/07/1965, n.º. 51, ano I, p. 1; A Gazeta. Florianópolis, 03/04/1966, n.º. 7.599, ano XXXI, p. 1; O Estado. Florianópolis, 11/05/1966, n.º. 15.404, ano LI, p. 1.

E ao clarão cor de prata
 e dos bafejos da brisa,
 eu cantava serenata
 P'rá minha querida Luiza”⁸⁶.

Já houve oportunidade, posteriormente, de discutir significados possíveis para discursos como esses. Tanto para Franklin Cascaes quanto para tais interlocutores, as transformações urbanas implicavam um processo de ruptura de ritmos e temporalidades. Vale frisar que este é um dos temas básicos das reflexões sobre a modernidade, correspondendo a todos os desdobramentos da rápida urbanização, associada à industrialização, resultando em metrópoles que, desde pelo menos o final do século XIX, constituem um dos elementos centrais da cultura contemporânea. Os modos de vida tradicionais, ainda presos a uma economia predominantemente agrária, foram substituídos por condições de vida radicalmente diferentes nas cidades. Mas há ainda um outro aspecto a considerar. O processo migratório e o êxodo rural multiplicaram o tamanho das populações urbanas, exigindo a adaptação aos automatismos e às rotinas que caracterizam a vida urbana.

Para Nicolau Sevcenko esses novos padrões de convivência social podem ser exemplificados com uma prática cotidiana dos moradores de grandes cidades, aparentemente simples: atravessar uma larga e movimentada avenida. Esta é uma atividade que pressupõe “uma sofisticada combinação de instintos, reflexos, coordenação motora e disciplina de atos concatenados”, de modo a calcular instantaneamente distâncias e velocidades. A introdução e o engajamento de grandes populações nesses ritmos não se deu sem a articulação de diversos fatores correlatos, como investimentos estatais, gerenciamento e planejamento dos fluxos e, particularmente, pela valorização de práticas como a educação física e a legitimação simbólica do viver urbano, a partir de idéias como civilidade, maquinismo e progresso⁸⁷.

De certa forma, para uma grande parcela da população de Florianópolis, é possível perceber um certo incômodo com a experiência de aprofundamento dos

⁸⁶ O Estado. Florianópolis, 11/10/1967, n.º. 15.747, ano LIII, p. 1.

⁸⁷ SEVCENKO, Nicolau. Futebol, metrópoles e desatinos. In Revista USP: Dossiê Futebol. São Paulo: USP, n.º. 22, jun-ago/1994. p. 30-37.

Ver ainda: SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 23-88.

condicionamentos físicos e emocionais envolvidos na construção diária de reações automáticas e eficientes para a sobrevivência em meios tão inhóspitos como podem ser uma avenida movimentada ou um calçadão repleto de pessoas apressadas. A defesa das ruas estreitas da antiga cidade colonial tem relação com a recusa de elementos da nova cultura que praticamente obrigavam os recalcitrantes a adquirirem rapidamente as condições necessárias para integrar-se às ações cronometradas pelos semáforos e velocidades dos automóveis.

Vale a pena mencionar uma vez mais as reflexões de Norbert Elias, segundo as quais o processo civilizador inscreveu na sociedade moderna uma relação com o tempo caracterizada pela previsibilidade e pela construção de padrões de medida cada vez mais sutis e exigentes. Não só o portar-se à mesa estava em jogo, mas também a pontualidade e a capacidade de prever as ações seguintes em função do conjunto de interdependências que marcam uma sociedade cada vez mais complexa. Um “continuum padronizado” torna-se não só uma referência, mas uma coerção que aparece como irreversível: todos nascem, crescem e morrem; o tempo também nunca pára e segue sempre adiante. O tempo serve para ligar os diversos acontecimentos, numa síntese, fornecendo uma localização coerente e consciente das vidas e processos humanos. E isso torna-se ainda mais importante num ambiente de mudanças, pois é nesse contexto que antigos padrões temporais, não dando mais conta de situar a sociedade, são substituídos por outros, passando “de uma forma de determinação do tempo que era pontual, descontínua e situacional para uma trama temporal contínua, de malhas cada vez mais finas, que encerram e condicionam em sua universalidade toda a extensão das atividades humanas”. É nesse âmbito, segundo Elias, que se desenvolve a “consciência do futuro”, a qual marca a “estreita relação existente entre experiência do tempo e civilização”. Para o autor:

“Uma maneira de agir mais orientada para as necessidades imediatas do que para o futuro exige uma autodisciplina menos rigorosa e menos uniforme. Uma maneira de agir e fazer planos para o futuro, talvez até para um futuro razoavelmente distante, exige a capacidade de subordinar a satisfação das necessidades presentes às satisfações esperadas no futuro. Quem cresceu em sociedades em que as normas da sensibilidade, do pensamento e do comportamento são inspiradas na representação do futuro pode considerar evidente o modelo correspondente de autodisciplina. Talvez nem tenha uma consciência clara do

fato de que esse modelo de autodisciplina — que comporta, em especial, uma regulação muito intensa em matéria de tempo —, a exemplo de outras capacidades sociais, só se desenvolveu muito lentamente ao longo dos séculos, e só atingiu sua forma atual ligando-se ao surgimento de exigências sociais específicas”⁸⁸.

Claro que a população de Florianópolis da década de 1960, já havia passado por processos que, em maior ou menor grau, haviam moldado uma certa cultura urbana que, se não era metropolitana, pelo menos indicava a posse de determinadas condições e o domínio de saberes e práticas que a tornavam apta a viver naquele ambiente citadino. Mas pode-se sugerir que as mudanças ocorridas na configuração social, com o crescimento das classes médias, o alargamento do espaço urbano, com o processo de suburbanização e a sensação de que, num curto espaço de tempo, a fisionomia da cidade se alterava profundamente, com edifícios e avenidas, formaram uma rede de interdependências que exigiu dos habitantes de Florianópolis novos tipos de comportamentos e respostas. O futuro tornou-se então, mais do que nunca, uma preocupação, num momento em que a cidade parecia mover-se constantemente. Apegar-se a determinados referenciais tornava-se uma forma satisfatória de enfrentar um ambiente tão difuso e complexo. Além disso, era o momento para não perder posições sociais e, ao mesmo tempo, aproveitar para conseguir ganhos e benefícios com as oportunidades que surgissem. Para tanto, bastava ter uma clara consciência das transformações e, principalmente, informações sobre os projetos que estavam sendo pensados e implementados. Esse saber não estava ao alcance de todos, mas apenas daqueles segmentos da sociedade que soubessem manejar com eficiência os mecanismos simbólicos e materiais que estavam em jogo. Para as elites, tratava-se de reforçar sua proeminência. Para as camadas médias, era o momento para demonstrar e fixar sua condição de classe.

O futuro, antes de mais nada, deveria fazer prevalecer as hierarquias que já estavam consolidadas e inscritas na distribuição do espaço urbano. Cada segmento da sociedade no seu devido lugar, recebendo serviços e benefícios conforme sua posição na escala social. Daí que as classificações sociais fossem também classificações geográficas. Morar num apartamento do centro ou na baía norte não dizia respeito apenas a uma adaptação

⁸⁸ ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 77;115-119.

aos novos processos de urbanização, correspondendo também à manutenção de valores muito importantes para a classe média, como é o caso do prestígio e da ascensão social. A utopia urbana de Florianópolis foi redirecionada. Os antigos projetos, cuja viabilidade não cabe discutir aqui, compunham um quadro de representações sociais que imaginavam caminhos alternativos e ampliavam o campo de possibilidades para a cidade. Numa época em que Florianópolis era considerada atrasada, os sonhos, medos e projetos encontrados tanto na imprensa quanto na literatura, pareciam ser muito mais diversificados e abrangentes. No momento em que a cidade foi tomada por um surto de desenvolvimento econômico, passaram a prevalecer projetos de vida restritos e individualistas.

Enquanto isso, as obras para a concretização dos projetos turísticos aumentavam em número e intensidade. O governo do Estado incluía em seu plano de obras a abertura de novas rodovias facilitando o acesso às praias. Além da ligação com Canasvieiras e Ribeirão da Ilha, seria possível utilizar boas estradas para chegar na Lagoa da Conceição, no Pântano do Sul e na Praia do Forte e Ingleses. Uma providência saudada nos jornais como “das mais auspiciosas para a Capital catarinense e importante estímulo de grande monta à ‘indústria sem chaminés’”. Para empresários do setor um conjunto de obras e instalação de serviços poderiam transformar Florianópolis no “maior centro de turismo da América do Sul”, prevendo-se a solicitação de empréstimos internacionais que viabilizassem não só novas avenidas e estradas, mas a eletrificação de toda a Ilha, a “construção de uma série de hotéis na orla marítima e lugares pitorescos, a abertura de campings, novas vias de acesso à ponte Hercílio Luz, além da já antiga idéia do porto⁸⁹”.

Também começava a ser anunciado o interesse de companhias de turismo do Uruguai e da Argentina em incluir Florianópolis em seus roteiros. Noticiava-se que “apesar das condições dos acessos a Florianópolis não serem ideais” aquelas empresas “concluíram pela viabilidade do novo mercado”, prevendo “o início da vinda de ônibus com turistas do Rio da Prata”, já no verão de 1965-1966, constituindo-se “em marco histórico para o futuro de Florianópolis”. Para o planejamento turístico foi contratada uma empresa francesa chamada Renault Engineering, garantindo o êxito da empreitada e tornando Florianópolis a “primeira cidade do Brasil” que estava pensando em “turismo planejado”. Apesar de a rodovia BR 101

(antes chamada BR 59) não estar terminada, a visita desse grupo de uruguaios e argentinos era apontada como o “ponto de partida” para que a Ilha tivesse “um futuro mais consentâneo com as suas excelentes qualidades turísticas”. A Prefeitura estava criando o Departamento de Turismo Municipal, contando que o “alvorecer dessa nova indústria” levaria ao “aumento da produção local”, em virtude dos “esforços e iniciativas de alguns homens de visão”. A imprensa elogiava o prefeito, que estaria “com o pensamento voltado para o futuro”. Além disso, projetos da década anterior, finalmente se concretizavam. O Clube do Penhasco seria inaugurado após vários anos de interrupções das obras, durante os quais havia adquirido o aspecto de ruína e parecia que jamais “alçaria vôo”. De todo modo, jamais atingiu as expectativas de seus idealizadores⁹⁰.

Em 1966, um artigo de um colaborador do jornal “O Estado”, com o título “Possibilidades para turismo em Florianópolis”, defendia que não era devaneio “olhar para longe e ver Florianópolis como um grande centro turístico”, pois “o futuro é construção de cada dia”. O “amanhã radioso” viria se fosse seguido o exemplo de Blumenau, que recebia o maior fluxo turístico de Santa Catarina e que tinha como atração os “artigos de sua indústria”, fossem os produtos têxteis ou de vidro. Notadamente as mulheres possuiriam uma “volúpia de comprar” e “uma incontida e bendita ânsia de gastar”, adquirindo “coisas que são, ou que lhe parecem ser, genuinamente do lugar”. A Capital deveria também oferecer “souvenirs”, preferidos pelos turistas porque confirmavam sua característica de “pessoa viajada” e que “conheceu lugares e cousas que muitos outros não conhecem”, decorrendo daí uma “aura prestigiosa”. As rendas de bilro e crivo, os bordados da indústria Hoepcke, os artigos de cerâmica e os produtos pesqueiros, seriam então importantes atrativos para que os turistas que freqüentavam Blumenau e Camboriú chegassem a Florianópolis⁹¹.

Uma das edições do mesmo matutino foi aberta com uma grande foto mostrando rendeiras no centro, com a seguinte legenda: “as velhas rendeiras da nossa ilha-capital, que há longo tempo com rústicas aparelhagens tecem a tão apreciada renda, são constante motivo de atração para os turistas que nos visitam”. A partir desse momento, as

⁸⁹ O Estado. Florianópolis, 09/02/1962, n°. 14.364, ano XLVIII, p. 1; O Estado. Florianópolis, 20/05/1962, n°. 14.438, ano XLIX, p. 8;

⁹⁰ A Gazeta. Florianópolis, 16/06/1965, n°. 7.376, ano XXXI, p. 1; O Estado. Florianópolis, 19/05/1965, n°. 15.1666, ano LI, p. 3; O Estado. Florianópolis, 06/06/1965, n°. 15.178, ano LI, p. 8; O Estado. Florianópolis, 01/12/1967, n°. 15.781, ano LIII, p. 4. O Estado. Florianópolis, 01/11/1967, n°. 15.762, ano LIII, p. 4.

⁹¹ O Estado. Florianópolis, 23/10/1966, n°. 15.516, ano LII, p. 7; O Estado. Florianópolis, 25/10/1966, n°. 15.517, ano LII, p. 7.

populações do interior da Ilha de Santa Catarina, que geralmente apresentavam condições de vida precárias e que não recebiam a atenção do Poder Público, são lembradas como motivos folclóricos, capazes de ajudar na movimentação da nova economia turística⁹².

Muitas cidades catarinenses construíram toda a sua estrutura de recepção de visitantes através do turismo de compras. Ao longo das décadas seguintes, principalmente no Vale do Itajaí, diversos pólos têxteis foram criando centros de venda de malhas e confecções, atraindo sacoleiros ou famílias interessadas em renovar o enxoval a um custo razoavelmente mais baixo. O que o artigo antecipa é a proposta de construção de uma imagem original para a cidade, baseada em elementos de sua história, imaginários ou não, que deveriam ser a “aura” a legitimar e atribuir identidade a artigos produzidos em série. Em outras palavras, propunha-se investimentos na “invenção de tradições”, as quais não mais reforçariam identidades nacionais, como na aceção de Eric Hobsbawm, mas seriam importantes para distinguir Florianópolis no conjunto de balneários que disputavam o mercado turístico. O esvaziamento cultural de determinados artefatos, transformados em objetos-imagem ou simulacros que evoquem uma lembrança da cidade visitada, numa suposição de autenticidade⁹³.

E é esse aspecto que deve ser considerado: a construção desses recursos econômicos iria nutrir-se de elementos imaginários muito próximos aqueles analisados aqui a respeito das formulações e projeções em relação ao futuro. Preparava-se uma Florianópolis que não mais seria apenas um lugar para morar, mas para ser visto, fotografado e consumido. Os planos turísticos aproximavam-se cada vez mais dos planos urbanísticos e dos projetos individuais de prestígio social das camadas médias, na medida em que construía uma certa utopia urbana baseada na crença em reunir, a um só tempo e no mesmo espaço, encantamentos e maravilhas naturais, progresso econômico constante e infinito e uma vida cercada de comodidades e distinções próprias de uma certa posição na escala social. Uma terra de “faz de conta”? Talvez. Contudo, essas representações tiveram eficácia concreta, referenciando as intervenções que moldaram a Capital de Santa Catarina. Era o paradoxo de um futuro que inventava o passado.

⁹² O Estado. Florianópolis, 04/11/1966, n.º. 15.523, ano LII, p. 1.

⁹³ Ver a respeito: FLORES, Maria Bernardete Ramos. Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. 188 p; HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (org.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 10.

É evidente que, apesar de tantas novidades e promessas, a “vida do florianopolitano” não estava recebendo todos esses frutos. Alguns jornalistas reclamavam que só era possível assistir uma peça de teatro, “uma vez em cada trinta dias”, enquanto que as quatro salas de cinema existentes em 1967 chegavam, “segundo a crítica dos entendidos”, ao “mais baixo grau”. Os ônibus todos parava de circular às 24 horas e os restaurantes fechavam às 22:30 horas, transitando em ruas esburacadas que alagavam constantemente. Em conclusão: “se isso, que é rotina no cotidiano de todo homem, não existe em Florianópolis, a Capital de Santa Catarina deixa muito a desejar”⁹⁴.

Além disso, constatava-se que a imprensa da cidade não havia sofrido nenhuma alteração num espaço de tempo de “vinte ou trinta anos”. A tiragem dos jornais ainda não passava de “1.000 exemplares”, numa “população de 110.000 habitantes na Capital e 2.500.000 no Estado”. Os colaboradores não eram remunerados e não havia reportagem, mas apenas a cobertura de personalidades, mediante convite. A imprensa continuava vivendo da “ordem dos cofres públicos”. Naquela época haviam 5 livrarias, vendendo cerca de 2.000 livros por mês, sendo que o número de compradores usuais girava em torno de 780. Os autores mais lidos eram Stanislaw Ponte Preta, Jorge Amado e Érico Veríssimo⁹⁵.

Mas a cidade também ensaiava novas experiências. Em 1962 Florianópolis foi a sede de um “Festival do Novo Cinema Nacional”, quando foram exibidos filmes com “O pagador de promessas”, “Cinco vezes favela”, “Os cafajestes” e “Assalto ao trem pagador”. Patrocinado pelo governo do Estado, que pretendia atrair a atenção da imprensa nacional para o potencial turístico da Ilha, associando a imagem de Florianópolis às estrelas do cinema brasileiro de então, dentre as quais, Eva Wilma, John Herbert, Irma Alvarez e o ator florianopolitano Mozart Régis, o Pituca. O evento teve na organização Salim Miguel, já apresentado anteriormente como um dos expoentes da Revista Sul e que havia participado da produção do filme “O preço da ilusão”, o primeiro longa-metragem catarinense. A revista Cinelândia, do Rio de Janeiro, publicou uma reportagem de Zenaide Andréa, em que a

⁹⁴ A Gazeta. Florianópolis, 19/05/1966, n.º. 7.631, ano XXXI, p. 1. Imprensa Nova. Florianópolis, 2ª quinzena, set/1967, n.º. 13, ano I, p. 1.

⁹⁵ CORRÊA, Nereu. Relatório sobre as atividades literárias em Santa Catarina e seus problemas. In CABRAL, Oswaldo Rodrigues (coord.). Plano sócio-cultural: estruturas culturais. Florianópolis: 1ª. Jornada Social de Santa Catarina, mai/1967, mimeo.

cobertura do festival cedeu espaço para muitas fotos dos participantes nas “deslumbrantes praias”. Ficava claro que tratava-se de uma promoção turística, “na tentativa de atrair a atenção dos nossos cineastas para as possibilidades imensas de aspectos cinematográficos de todo o Estado — e não apenas da maravilhosa Florianópolis, que logo se evidencia aos olhos de todos como uma cidade feita para o cinema”. Sugeriu-se ainda que os pescadores, “poderiam ser personagens de uma história do Cinema Novo”. O Hotel Querência, no centro, abrigou os participantes, enquanto as exibições ocorriam no Cine São José⁹⁶.

Não bastava cinema. Os novos tempos seriam anunciados pela televisão. Só assim haveria certeza de que o futuro fora conquistado. As crônicas radiofônicas tornar-se-iam cada vez mais raras, substituídas pelas imagens fantasmas dos tubos catódicos. Em Florianópolis, o processo de implantação da televisão foi lento e durou toda a década de 1960. Desde muito tempo, rumores e expectativas foram alimentados na imprensa, como se o futuro da cidade dependesse fundamentalmente daquele novo meio de comunicação. Em 1964, chegou a funcionar o canal 11, com estúdios e transmissores instalados na esquina da rua Trajano com a Felipe Schmidt, no centro. O proprietário era Hilário Silvestre e tinha Antunes Severo como diretor-artístico. Mas, a experiência durou apenas alguns meses⁹⁷.

Chegou a ser organizada uma sociedade dos “amigos da televisão”, liderada por Oswaldo Rodrigues Cabral. Algumas pessoas já compravam aparelhos e tentavam captar imagens das capitais vizinhas. No mês de junho do ano seguinte, finalmente, uma retransmissora instalada no Morro da Cruz “derramou para a cidade estrelada e bela”, um programa de televisão completo da TV Record de São Paulo. Logo em seguida as transmissões tornaram-se regulares, com imagens da TV Piratini, de Porto Alegre, que publicava diariamente sua programação nos jornais, a qual começava às 8:30 da manhã e terminava por volta da meia noite, como novelas, filmes, telejornais, seriados e programas de música regional gaúcha. Começava a prática da “televizinhaça”, com várias famílias reunindo-se na casa de algum privilegiado proprietário de um raro aparelho receptor. A cidade integrava-se ao circuito simbólico que começava a configurar a cultura urbana brasileira. O governo do Estado prometia a construção de um grande estádio de futebol, jamais

⁹⁶ Revista Cinelândia. Rio de Janeiro, 1ª quinzena, out/1962, n.º. 238, ano X. p. 64-67; 73.

⁹⁷ A Gazeta. Florianópolis, 28/02/1964, n.º. 7.570, ano XXX, p. 1. O Estado. Florianópolis, 23/04/1964, n.º. 14.913, ano XLIX, p. 2.

concretizado. Já em 1967 seria a vez das fãs florianopolitanas receberem “com aplausos e gritinhos” o “rei do iê-iê-iê” e líder da Jovem Guarda, Roberto Carlos, que se apresentou num ginásio de esportes. Enquanto isso, o governo boliviano confirmava a morte de Ernesto Che Guevara⁹⁸. Uma crônica de Heitor Medeiros, com o título “Os ídos de 1961”, talvez expresse as expectativas de alguns habitantes da cidade em relação ao futuro:

“Esperava muito que nascesse o dia de meus dezoito anos. E quando chegou, minha espera estava consumada. Achei graça nesse dia, eu já era um homenzinho e achava que as mini-saias olhavam com outros olhos para mim. Dei uma festa e meus amigos beberam em meu louvor, o que é muito importante.

Hoje, depois de cinquenta e sete anos, já vovô, tenho saudades daquele dia. Casei-me com outra que não era minha namorada. (...) Meus filhos me dizem superado e retrógrado quando eu lhes falo da divina Veruscka, nos Beatles, no iê-iê-iê (...)

Na semana passada, uns filhos meus foram passear na Lua e eu ria disso se me dissessem alguns anos antes. (...) Desde que o homem descobriu a cura do câncer a Lua não tem mais mistérios. (...) Agora, no ano 2006, surgiram novas doenças e eu ainda não escrevi meu livro. (...) Estou velho, li há pouco no jornal ‘O Estado’, o único que subsistiu através desses anos todos, na edição de 28 de dezembro deste ano de 2006, que a morte de Che Guevara foi novamente anunciada num país qualquer da América, quando comandava um grupo de guerrilheiros. Leio também que as disputas futebolísticas no gigantesco Estádio Governador Ivo Silveira têm atraído grande público e que a ponte ainda não caiu, por causa do vento sul que bate contra e a equilibra.

Com licença, eu vou fechar as janelas de minha casa pois ouço na TV Florianópolis que o professor Amaro Seixas Bisneto anunciou um pavoroso tufão que virá a 100 km por hora, ainda nesta tarde sombria do ano de 2006”⁹⁹.

No início da década seguinte, com o aprofundamento do regime ditatorial e a consolidação em Santa Catarina da vitória das idéias de progresso acelerado, mesmo sem transformações sociais importantes, a avaliação sobre as condições do Estado era ainda mais

⁹⁸ O Estado. Florianópolis, 29/06/1965, n.º. 15.193, ano LI, p. 2; O Estado. Florianópolis, 03/10/1965, n.º. 15.261, ano LI, p. 3; O Estado. Florianópolis, 17/01/1967, n.º. 15.571, ano LII, p. 1; O Estado. Florianópolis, 11/10/1967, n.º. 15.747, ano LIII, p. 1.

⁹⁹ O Estado. Florianópolis, 17/11/1967, n.º. 15.771, LIII, p. 5.

otimista. A literatura catarinense deveria, segundo Celestino Sachet, um dos intelectuais orgânicos do *establishment* estadual, acompanhar o “processo de cimentação” das “ilhas de cultura” que até então dividiam o território catarinense e que começavam a ser interligadas. Finalmente estariam sendo criadas as condições para que no futuro houvesse a afirmação do “homem catarinense”, com identidade própria e não mais tributário do Rio Grande do Sul e o Paraná, “os dois irmãos gulosos”. Agora norte e sul, leste e oeste poderiam finalmente ser interligados por duas grandes rodovias, enquanto todo o Estado seria coberto “através das ondas da TV Coligadas de Blumenau e da TV Cultura de Florianópolis”, fundadas respectivamente em 1969 e 1970¹⁰⁰.

Enquanto a cidade esperava a chegada da nova década, a classe média de Florianópolis divertia-se nos clubes tradicionais da elite, festejando o reveillon de 1968 com fantasias que, segundo os jornais, lembravam a “cultura hippye”, como muitas “inscrições psicodélicas”. Por enquanto, ainda estaria ocorrendo a disputa entre “duas cidades numa só”, como “duas mentalidades coexistindo”, muitas vezes se agredindo. A cidade do passado contra a cidade do futuro. Nesse momento, os jornais publicaram muitas fotos e matérias sobre prédios antigos, os sambaquis do interior da Ilha, o Miramar, a ponte, como que a lembrar uma cidade que deixaria de existir em breve. As naves tripuladas enviadas ao espaço chamavam mais atenção do que as velhas casas que recebiam “pelos corredores as últimas aragens do vento sul, seu amigo de tantos anos. Mas lá fora, além da janela, o tempo passa”. O tom dramático dos textos acentua uma sensação de que naquele momento havia a consciência, ao menos nos meios literários, políticos e jornalísticos, de que a vida não seria mais a mesma e a velha Desterro estava condenada de modo irreversível¹⁰¹.

Só o predomínio social e político dos grupos dirigentes encastelados no poder não deveria mudar. Naquele mesmo ano, uma manchete chama a atenção: “a cidade recebe seu líder”. Nada mais era que “O Estado” anunciando, com grande foto, o retorno de Aderbal Ramos da Silva, que estivera seis meses no Rio de Janeiro. Florianópolis e seu futuro deveriam continuar com os mesmos donos. Enquanto isso, o regime militar impunha o Ato

¹⁰⁰ SACHET, Celestino (org.). *Antologia de autores catarinenses*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970. p. 8-18.

¹⁰¹ O Estado. Florianópolis, 03/01/1968, n.º. 15.802, ano LIII, p. 1; O Estado. Florianópolis, 07/01/1968, n.º. 15.805, ano LIII, p. 9;

Institucional n.º. 5, que estabeleceu definitivamente o regime ditatorial, apoiado prontamente pelo bloco de poder de Santa Catarina. Em Florianópolis nas eleições para a Câmara Municipal de 1969, a Arena, partido do governo elegia 10 vereadores contra 5 do MDB, opositor. No ano seguinte, com o fim das eleições para as prefeituras das capitais, o governador indicou Ari Oliveira para assumir a gestão da cidade. Passava o tempo e a cidade mudava, mas nem tanto¹⁰².

Quando, em 1969, a Apollo 11 foi lançada e os astronautas norte-americanos chegaram à Lua, não faltou em Florianópolis quem lembrasse que a “nova era” havia sido prevista pelos super-heróis, pois “quando tudo não passava ainda de um sonho, Flash Gordon já viajava pelo cosmos, até os limites do longínquo Planeta Mongo”, assim como Buck Rogers, o Super-Homem e o Capitão Marvel. Agora, “a realidade imita a ficção, quando o progresso da técnica, aliado à expansão da mente humana criou condições para o homem lançar-se na sua mais ousada aventura”¹⁰³. Mas em sua saudação às “mentes lunáticas”, o cronista esqueceu Franklin Cascaes.

“O futuro é agora uma ciência”, concluíam os jornais em 1970. Não mais um campo para magos e astrólogos, mas para os cientistas, conhecidos como “futurólogos”. Esses novos sábios levavam em conta a “evolução tecnológica” e substituíram a bola de cristal por “cérebros e computadores eletrônicos”, estatísticas, matemática e pesquisas de opinião. As previsões científicas deveriam tornar-se cada vez mais perfeitas no futuro, não escapando nenhuma esfera da vida humana. Todas as atitudes e comportamentos humanos poderiam ser prognosticados em função do crescimento da economia e da transformação das sociedades mais avançadas. Já as mulheres do ano 2000 usariam “sobre o corpo apenas cremes e maquiagem decorativa, afastando-se das roupas metálicas tipo Barbarella”. Os aparelhos domésticos libertariam a dona-de-casa de seus afazeres cotidianos, permitindo que seja alterado “todo o seu relacionamento com o mundo”. Os homens deveriam se esforçar para conquistar as novas mulheres, que seriam menos passivas e a “pílula fará parte da dispensa caseira”, permitindo “contatos gratuitos, pessoa a pessoa”. A lealdade substituiria em 2000 a

¹⁰² O Estado. Florianópolis, 27/10/1968, n.º. 16.005, ano LIV, p. 1; O Estado. Florianópolis, 17/12/1968, n.º. 16.038, ano LIV, p. 1; A Gazeta. Florianópolis, 03/12/1969, n.º. 8.316, ano XXXVI, p. 8; A Gazeta. Florianópolis, 09/04/1970, n.º. 8.401, ano XXXVI, p. 8.

fidelidade, deixando de ser o adultério um tabu. Depois das quatro horas diárias de trabalho, haveria muito espaço para o lazer e os prazeres da vida¹⁰⁴.

Essas projeções tornaram-se muito comuns e seriam intensificadas nos anos seguintes, sempre ressaltando aspectos como a redução da jornada de trabalho, com o decorrente aumento do tempo livre para atividades de lazer e de elevação das capacidades pessoais, bem como a presença da tecnologia eletrônica e os mecanismos automáticos facilitando a vida. Filmes, livros, propagandas e produtos de toda ordem foram imantados com essa imagem do futuro. A análise histórica evidencia que todo esse conjunto de representações engendrou práticas e formou um material simbólico através do qual atitudes foram tomadas e a sociedade, em várias de seus segmentos, interpretou e deu sentido aos elementos culturais que estavam sendo construídos.

Mas, enquanto o ano 2000 não chegava, uma manchete de 1969 vaticinava: “a cidade não pára. O crescimento vertical comprova a certeza no futuro”. Os jornais já se referiam à “ex-velha Florianópolis” e que agora confiava plenamente no “futuro promissor”, liberta “para sempre dos velhos tabus que a faziam uma cidade triste, condenada, relegada a plano inferior no concerto das capitais brasileiras”. Acreditava-se que Florianópolis estava vivendo “a melhor fase de toda a sua história”. Naquele momento, “o consumo de cimento na Capital” era maior que “o total consumido por três das maiores cidades catarinenses reunidas: Joinville, Blumenau e Itajaí”. Para celebrar as novidades e antecipar o futuro, a partir de 1968 foi organizada a Feira de Amostras da Indústria e do Comércio (Fainco) que, em sua primeira edição anunciava a exposição de uma cápsula espacial norte-americana, um artefato que teria ampliado a liberdade humana e representava o futuro. No ano seguinte, os cinemas de Florianópolis exibiam o filme de Stanley Kubrick, “2001, uma odisséia no espaço”, apresentado como o “filme mais importante de todos os tempos do cinema”, porque caracterizava “uma época futura”, antecipando a “posição histórica do homem diante do progresso tecnológico”. Por outro lado, o público que foi assistir a II Fainco acabou sendo vítima de uma fraude: um “robô” apresentado como uma das inovações tecnológicas do futuro, “nada tinha de eletrônico”. A polícia descobriu no interior do “robô”, um indivíduo

¹⁰³ O Estado. Florianópolis, 13/07/1969, n°. 16.179, ano LV, caderno 2, p. 7.

¹⁰⁴ O Estado. Florianópolis, 11/01/1970, n°. 16.305, ano LV, caderno 2, p. 4; O Estado. Florianópolis, 01/02/1970, n°. 16.320, ano LV, caderno 2, p. 6.

que alimentou durante alguns dias as suspeitas e as crenças dos visitantes e que era a “alma da máquina”¹⁰⁵.

Nessa época as propostas de planificação do crescimento urbano de Florianópolis associaram-se definitivamente ao novo sistema viário que viria a ser implantado com o aterro da baía sul, a nova ponte e a nova Via de Contorno Norte que viria como um alargamento e continuação do aterro da Avenida Beira Mar Norte. Seguindo as diretrizes estabelecidas pelo governo federal e suas metas rodoviaristas em favor da indústria de automóveis, em Florianópolis seria elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis, entregue em 1971, base para o novo Plano Diretor, aprovado em 1976. A elaboração coube a uma equipe coordenada pelo Arquiteto Luís Felipe Gama Lobo D’Eça*. As discussões haviam sido iniciadas em 1967 através do Conselho de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo (Ceau), da Prefeitura Municipal. Posteriormente, seguindo a determinação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), o Ceau seria a base para a constituição do Escritório Catarinense de Planejamento (Esplan). Constituíam-se então uma estrutura de planejamento urbano altamente centralizada e em conformidade com as estratégias nacionais de desenvolvimento econômico. A partir das diretrizes traçadas por esse grupo de planejadores é que, nas décadas seguintes, foram efetuadas as intervenções na cidade, partindo da necessidade de homogeneização das diversas regiões de Santa Catarina.

O objetivo primordial era “a transformação de Florianópolis em um grande centro urbano, capaz de equilibrar a atração de São Paulo, de Curitiba e de Porto Alegre, polarizando progressivamente o espaço catarinense e catalisando a integração e o desenvolvimento harmônico do Estado, tratado este como uma Unidade Autônoma da Federação Brasileira”. A Capital, juntamente com os municípios vizinhos, formariam uma área conurbada de desenvolvimento intenso e conjugado, capaz de romper com a situação

¹⁰⁵ A Gazeta. Florianópolis, 10/08/1968, n.º. 7.988, ano XXXV, p. 4; A Gazeta. Florianópolis, 20/04/1969, n.º. 8.157, ano XXXV, p. 8; O Estado. Florianópolis, 18/02/1970, n.º. 16.330, ano LV, p. 1; A Gazeta. Florianópolis, 04/05/1969, n.º. 8.166, ano XXXV, p. 4; A Gazeta. Florianópolis, 08/06/1969, n.º. 8.191, ano XXXV, suplemento, p. 2; O Estado. Florianópolis, 28/09/1969, n.º. 16.234, ano LV, p. 12.

* A equipe que elaborou os primeiros documentos ainda contava com: Eng.º. Carlos Alberto Ganzo Fernandes, Geógrafo Vítor Peluso Júnior, Arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva, Economista Carlos José Gevaerd, Desenhista Aldo Beck e Eng.º. Agrônomo Glauco Olinger, entre outros.

A micro-região da Grande Florianópolis, cuja proposta seria a transformação em área metropolitana, abrangia os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Impetratriz, Águas Mornas, Garopaba, Paulo Lopes, São Bonifácio, Anitápolis, Rancho Queimado, Angelina, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Tijucas, Canelinha, São João Batista, Nova Trento, Major Gercino e Leoberto Leal.

periférica do Estado em relação aos vizinhos mais poderosos. Os planejadores faziam questão de vincular seu projeto às linhas gerais estabelecidas pela ditadura militar, demonstrando seu interesse em contribuir com o “objetivo nacional permanente da integração”.

Para viabilizar a integração regional e a criação deste pólo de desenvolvimento, seria necessária “uma ação conjunta federal, estadual e municipal na área metropolitana de Florianópolis”. Novamente os recursos públicos, agora em escala ainda mais abrangente, numa “concentração maciça”, seriam utilizados para a consecução de projetos urbanísticos que respondiam aos interesses dos grupos dominantes locais, proporcionando a reprodução econômica e política do bloco de poder. As elites procuravam vincular-se mais uma vez ao futuro. Os autores do plano afirmavam a “convicção de que o futuro do Estado de Santa Catarina como Estado Federado está intimamente ligado à capacidade da Capital de polarizar a sua integração e o seu desenvolvimento”, funcionando como “centro de serviços”. Analisando as difíceis condições para crescimento econômico da cidade, reivindicavam “dos poderes Federal e Estadual uma intervenção na área metropolitana de Florianópolis, como área problema semelhante ao Nordeste [brasileiro] e com a força suficiente para a criação de uma metrópole estadual”¹⁰⁶.

A centralização dos investimentos na Capital seria a única forma capaz de evitar que o espaço territorial catarinense fosse, de modo irreversível, multipolarizado em várias regiões relativamente autônomas, garantindo “a preservação de um poder de decisão sobre o território situado entre os atuais limites geográficos catarinenses”. O antigo receio da transferência da Capital para o interior continuava a rondar os discursos. O futuro deveria, portanto, significar a prevalência da hegemonia estadual das elites políticas com interesses firmados em Florianópolis. Não por outro motivo, sugeria-se a necessidade de um “sub-polo no planalto lageano”. A ponte de interesses políticos entre Litoral e Planalto, regiões onde o antigo PSD tinha suas bases eleitorais, era transformada discursivamente em ação estratégica prioritária de desenvolvimento. Era a persistência de uma força de tradição política e de um domínio de determinados setores das elites da Capital e do interior do Estado.

Essa continuidade de antigos laços de poder atuando ao longo da História de Santa Catarina no século XX chama a atenção. A modernização não implicou em

¹⁰⁶ ESCRITÓRIO CATARINENSE DE PLANEJAMENTO INTEGRADO. Plano de desenvolvimento integrado da área metropolitana de Florianópolis. Florianópolis, 1971, mimeo. p. 5-8.

transformações nas relações políticas, as quais continuaram reproduzindo o domínio de grupos oligárquicos, obviamente renovados e modificados ao longo do tempo. Com a ditadura militar, as possíveis divergências existentes entre os grupos partidários situados na UDN e no PSD foram mitigadas em favor de articulações que disseram respeito às estratégias empregadas para que, tanto em Florianópolis como em todo o território estadual, não houvesse descontinuidade no exercício do poder e nos benefícios econômicos obtidos. É a partir desse conjunto de fatores que pode ser compreendido o privilégio concedido para a região de Florianópolis, no que diz respeito aos investimentos públicos planejados. Enquanto o restante de Santa Catarina apresentava sérios problemas de infra-estrutura de transportes e comunicações, para a Capital eram previstas obras de grande impacto viário e urbano. A justificativa apresentada afirmava que a região de Florianópolis havia sido vítima de “um secular abandono do poder público”, isolada do desenvolvimento econômico nacional. Os investimentos planejados para o futuro imediato viriam apenas corrigir essa situação de discriminação que a cidade sofria desde sua colonização açoriana, menosprezada e injustiçada em relação às áreas de ocupação alemã e italiana do interior. Apesar das adversidades históricas, a cidade sobrevivera e merecia que, no futuro, recebesse o “impulso do processo de planejamento integrado, apoiado na vontade de um povo que não se promove, mas que tem a capacidade histórica de liderança, comprovada em comportamento fora do comum em todos os momentos de crise em que a sorte da nação brasileira esteve nas mãos do barriga-verde”. Uma História usada para respaldar um futuro em que as elites sediadas em Florianópolis manter-se-iam intocadas em suas posições de hegemonia¹⁰⁷.

Todos os esforços e recursos públicos deveriam ser empregados para a “implantação do plano urbano de Florianópolis e área conurbada ou em processo de conurbação”. Segundo Maria Inês Sugai, “a intervenção prioritária era o eixo viário de integração Continente-Ilha, que se dirigia para a área sudeste da Ilha”. Seria a Via Expressa, construída alguns anos depois, iniciando-se no entroncamento com a BR 101, transpondo a nova ponte, passando pelo novo Centro Metropolitano que seria viabilizado pelo aterro da Baía Sul, atravessando “um túnel sob o Morro do Penhasco até o Saco dos Limões, dirigindo-

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 8-13.

se para a costa leste da Ilha, área do Setor Oceânico Turístico”. Era o projeto da Avenida Beira Mar Sul. Assim, seriam ligados os dois grandes núcleos de expansão urbana prevista. A área da BR 101, nos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu e a área turística que seria criada no leste da Ilha, “abrangendo o trecho entre a Praia da Joaquina (Lagoa da Conceição) até o Campeche, mais ao sul”. O futuro mostraria que este planejamento seria a referência das intervenções viárias em Florianópolis desde então. Mas, apesar dos planejadores indicarem o Sudeste da Ilha como novo polo de expansão dos investimentos, dentre as novas rodovias projetadas, ao longo da década de 1970 seriam construídas prioritariamente aquelas voltadas para a área Norte, bem como empresas estatais foram para lá transferidas, abrindo oportunidade para novos loteamentos, atendendo aos interesses imobiliários das grupos dirigentes de Florianópolis ali estabelecidos¹⁰⁸.

A previsão era de que até 1974 quase todos os novos equipamentos estivessem prontos. Mas, até o início do século XXI, boa parte da estrutura viária prevista ainda estava sendo implantada, como é o caso do túnel do Penhasco. A fisionomia da cidade foi determinada naquela virada da década de 1960 para 1970, num ambiente em que não haviam possibilidades para discussões de políticas urbanas alternativas, em virtude da ditadura militar implantada e da absoluta hegemonia do bloco de poder sobre as diretrizes traçadas para o futuro de Florianópolis. Uma outra cidade surgiria, mas pensada, desenhada e estruturada pelas mesmas forças sociais que a dominaram ao longo de sua História.

No discurso oficial, todas as mudanças estavam relacionadas ao “saneamento das finanças e a mudança parcial do ‘status’ feudal, decorrentes do trabalho das administrações posteriores ao movimento de março de 1964, somados à presença marcante da Universidade Federal de Santa Catarina e ao Plano Nacional de Habitação”. A rodovia BR 101 que, àquela altura estava sendo concluída, somada à BR 282, ligando o litoral ao interior, bem como o projeto do Porto na Ilha de Anhatomirim, a reformulação viária e urbana possibilitada pelo aterro da Baía Sul e a nova ponte, romperiam finalmente “o ciclo vicioso de subdesenvolvimento da Capital”. A “alta valorização do centro urbano” viabilizava a execução das obras. Em 1970, a partir de potencialidades como o crescente número de

¹⁰⁸ SUGAI, Maria Inês. Op Cit. p. 93-127.

estudantes na UFSC, o tráfego intenso de automóveis, o aumento da área urbana com os aterros e a verticalização do novo “Centro Metropolitano”, o dinamismo da especulação imobiliária e da construção civil, o acréscimo da arrecadação municipal e os investimentos turísticos e nos setores de serviço, levavam à perspectiva de que num prazo de “cinco anos apenas”, a Capital ultrapassasse “o nível dos 300 mil habitantes”¹⁰⁹. Para a imprensa, o novo Plano Integrado, projetando a nova estrutura viária, oferecia “as soluções urbanas para a Florianópolis da década de 70, uma cidade preocupada com seu próprio desenvolvimento”. Estava-se vivendo uma “fase de transição”, no qual o passado ainda passeava nas ruas “estuentes de progresso”, mas a cidade não se esquecia de “instrumentar-se para o futuro”. Um grande anúncio da Imobiliária Admar Gonzaga em Dezembro de 1970, já mostrava a futura área do aterro da Baía Sul, com a nova ponte continuada com uma grande avenida cercada de altos edifícios. Seria a “capital na década de 70”, uma cidade sem dúvidas em relação ao seu futuro¹¹⁰.

O próximo governador a tomar posse, Colombo Machado Salles, indicado para o cargo pela ditadura, era considerado um técnico com “visão do futuro” e “integrado na filosofia política e administrativa” que estaria abrindo para o país “a perspectiva de um futuro realmente grande e promissor”. Em seu Projeto Catarinense de Desenvolvimento, previa: “o futuro que há tempos bateu em nossas portas, adentrará com maior exuberância pelos campos, vales serras e praias de Santa Catarina”¹¹¹.

A “edificação do porvir” de Florianópolis foi uma de suas metas e seria justamente na primeira metade da década de 1970 que a cidade assistiria a concretização dos projetos desenvolvidos anos antes. Florianópolis deveria ser o pólo urbano privilegiado em Santa Catarina, síntese do desenvolvimento estadual, atraindo investimentos públicos e privados, sendo o núcleo integrador e aglutinador das diversas regiões de Santa Catarina, que apresentavam características mais ou menos autônomas e com a dinâmica econômica dependente de outros Estados da federação. O tema da integração estadual aparecia como um dos mais importantes nos discursos oficiais. Todas as disputas em torno das estratégias para

¹⁰⁹ ESCRITÓRIO CATARINENSE DE PLANEJAMENTO INTEGRADO. Conclusões do estudo preliminar do Plano de desenvolvimento integrado da micro-região da Grande Florianópolis. In _____. Op Cit. p. 110-136.

¹¹⁰ O Estado. Florianópolis, 08/03/1970, nº 16.343, ano LV, caderno 2, p. 1; A Gazeta. Florianópolis, 22/12/1970, nº. 8.574, ano XXXVII, p. 4.

¹¹¹ O Estado. Florianópolis, 21/07/1970, nº. 16.435, ano LVI, suplemento, p. 8.

as transformações urbanas na cidade, ocorridas desde as décadas anteriores, encontravam então uma diretriz¹¹².

O aterro e a nova ponte evidenciaram que as representações sobre o futuro da cidade saíram das páginas dos jornais, dos textos literários e das obras artísticas, moldando toda uma nova cultura urbana. “Se em 1952 os urbanistas com seu Plano combatiam o ‘atraso’ de Florianópolis, convictos de que a cidade moderna e industrial viria com a instalação de um porto, vinte anos depois, os planejadores estarão convictos de que a cidade, mesmo não se tendo industrializados, poderá ser elevada à condição de pólo integrador do Estado de Santa Catarina”. A escolha de Florianópolis como esse pólo urbano estadual e não outras cidades industrializadas, como Blumenau e Joinville, está relacionada com a hegemonia política do bloco de poder que a controlava e que tinha forte peso na estrutura política catarinense. Além disso, considerava-se que o parque industrial catarinense era demasiadamente dependente dos mercados do centro do país, sendo necessário um pólo de atração dentro de Santa Catarina. Foi essa idéia da metropolização de Florianópolis que orientaria as grandes obras viárias dos anos seguintes e a elaboração do novo Plano Diretor¹¹³.

Apesar dos impactos na estrutura da cidade, o modelo de planejamento urbano centralizado, autoritário e sem qualquer vestígio de participação popular mostraria sua falência, incapaz de dar conta das transformações e das dinâmicas das cidades brasileiras. Muito mais preocupado com a valorização e reprodução de investimentos privados, bem como com na difusão de doutrinas de desenvolvimento criadas na Escola Superior de Guerra, os planos elaborados então não chegariam, nem de perto, à realização de objetivos como a criação de redes urbanas eficientes e equilibradas. Na década de 1950, os urbanistas de Porto Alegre que elaboraram o primeiro Plano Diretor de Florianópolis acreditavam na capacidade de superação das dificuldades urbanas através da transformação tecnológica e da industrialização, num projeto de uma nova sociedade. Mais tarde, as utopias dos urbanistas locais que projetariam um novo futuro, somaram-se ao discurso dos “objetivos nacionais permanentes”, numa crença absoluta em supostas premissas científicas, criando espaços

¹¹² SILVA, Etienne L. Desenvolvimento econômico periférico e formação da rede urbana de Santa Catarina. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS (Mestrado em Economia), 1978. p. 132-136.

¹¹³ RIZZO, Paulo Marcos Borges. Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis – 1950 a 1990. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em Geografia), 1993. p. 59-84.

urbanos onde a convivência social deu-se pela violência e agressão diária das desigualdades sociais, do trânsito descontrolado e de vias públicas construídas apenas para os automóveis.

Os novos planejadores do futuro da cidade não mais demonstravam qualquer vestígio de humanismo salvacionista ou alguma vaga idéia na possibilidade de reformar a sociedade através de intervenções arquiteturais. Predominavam os interesses imediatos de valorização capitalista e uma forma de pensar o urbano que estava presa à lógica da individualização das classes médias. A presença de integrantes de grupos de assistência social na equipe que elaborou o Plano poderia decorrer da necessidade de prever formas de atuação para a rede caritativa que atuava em Florianópolis e que, como já foi mencionado, sempre teve um peso político muito importante.

Este era o cenário das lutas simbólicas na Florianópolis de então. As disputas sociais não se dão apenas em torno da legitimação de dominações presentes em função de uma trajetória histórica considerada única e verdadeira e que lançaria para o passado as bases de um tempo presente. Em suas “Teses sobre a filosofia da história”, Walter Benjamin rejeitou uma concepção de história que congela o passado, tornando o presente uma pequena passagem para um futuro pré-determinado. Tal concepção tornou-se hegemônica nas sociedades ocidentais antes de sua apropriação pelos historiadores, fazendo com que se cristalizasse uma idéia de transcurso histórico em que os homens deveriam conformar-se em apenas “tomar conhecimento dos progressos na dominação da natureza, e não das regressões da sociedade”. Esse conformismo teria levado ao colapso da social-democracia alemã, dogmaticamente crente no desenvolvimento tecnológico, abrindo espaço para o fascismo. O “anjo da história” continua sendo impelido pela tempestade do progresso a ir sempre à frente, “incessantemente para o futuro, ao qual ele dá as costas”. Contra o progresso, que torna o tempo vazio e homogêneo, replicando incessantemente o mesmo futuro, só havia a alternativa da conquista do presente, tornando-o um ponto de síntese de experiências passadas sempre carregadas de atualidade, instaurando uma nova temporalidade¹¹⁴.

E foi essa crença que moveu discursos representações e práticas em Florianópolis. A cidade foi alvo de uma disputa em que estava em jogo o seu futuro e, em fins

¹¹⁴ BENJAMIN, Walter. Teses sobre a filosofia da história. In KOTHE, Flávio (org.). Walter Benjamin: coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo Ática, 1985. p. 153-164.

da década de 1960, tudo parecia estar resolvido, mesmo que fosse pela imposição de uma ditadura. A História seria apenas a confirmação do progresso tecnológico e a caminhada para o futuro inexoravelmente reproduziria as expectativas alimentadas pelos grupos dirigentes e assumidas, em grande parte, pelas camadas médias.

É possível, dessa forma, dar um significado mais elaborado à busca incessante de conhecimento e de controle dos tempos que virão. Os produtores de discursos em Florianópolis em meados do século XX, estavam percebendo por conta própria que o futuro passava antes de mais nada, pela conquista e controle do presente. O triunfo da idéia de progresso e evolução deixou marcas, demonstrando que o tempo sempre apresenta contornos particulares, jamais desprezíveis, nunca vazios ou homogêneos, mesmo numa cidade silenciosamente perdida em meio aos ruídos de um conflito em que cada parte pretendia construir e rejeitar alguma forma de futuro. Vale a constatação do personagem de um conto de Wilmar Vaz, publicado em Sul — “Se o tempo é redondo como diz o meu amigo, cada um de nós se encontrará mais cedo ou mais tarde frente a si próprio”¹¹⁵.

Florianópolis entrou na década de 1970 ainda preparando anualmente as procissões religiosas, agora cercadas pelas sombras de edifícios mais altos. Os sinos da Catedral continuariam a reger muitos dos ritmos existentes na cidade. Mas não só uma outra fisionomia estava sendo construída, mas novos projetos sociais e individuais engendrariam representações culturais, a partir das quais seriam construídos os horizontes de expectativas e os novos futuros possíveis. O futuro faz parte da História e não é possível compreender as ações e experiências humanas sem a compreensão de suas projeções, sonhos, expectativas e desejos.

¹¹⁵ VAZ, Wilmar. O coveiro. In Sul, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis: Ano IV. Ago-set/1951. n° 14. p 29-30.

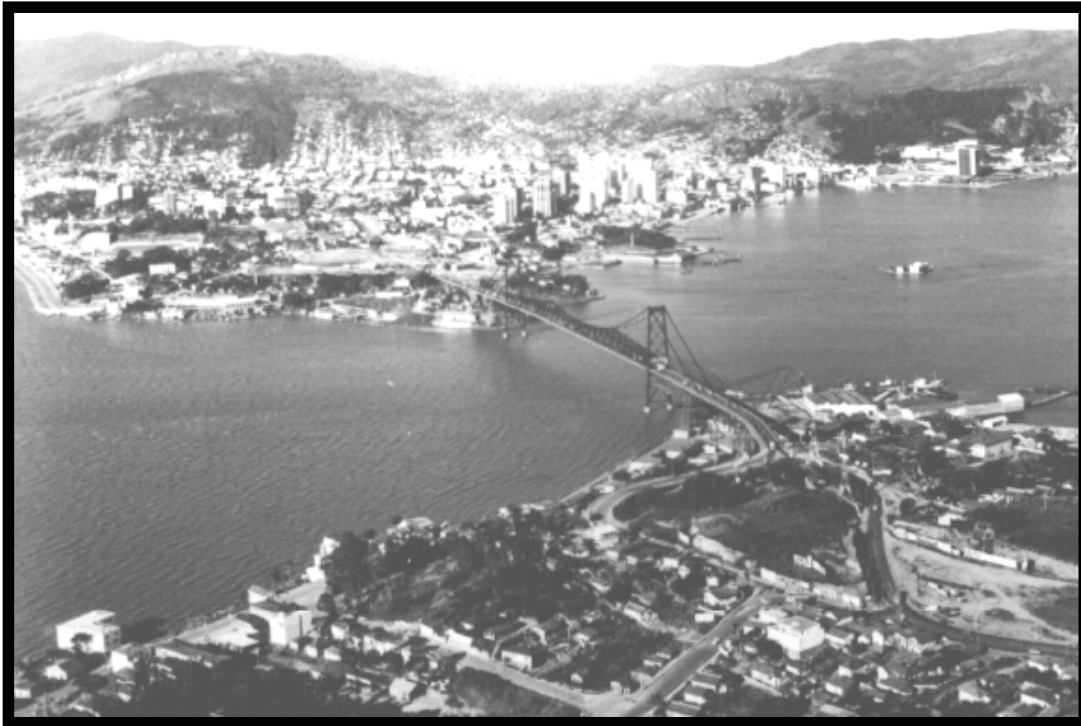


Fig. 34: Vista de Florianópolis, tomada a partir do Continente, no começo da década de 70
(Foto: acervo particular)

Considerações finais

Este trabalho pretendeu, antes de mais nada, defender a dimensão cultural das cidades. Situando os projetos e sonhos urbanos no devir histórico, teve a intenção de alcançar determinados processos próprios da cidade de Florianópolis, postos no plano das representações e do imaginário, mas que efetivaram-se, mesmo que pela recusa, nas práticas sociais e nas decisões políticas. A superfície física e as obras arquitetônicas e urbanísticas presentes na cidade são, em grande parte, expressão e referência simbólica que guiam a intervenção e a reflexão da sociedade que a habita.

A cidade de papel e as representações ideais de Florianópolis projetadas no tempo, atravessavam as diversas visões que foram produzidas na imprensa, na literatura ou nas iconografias de Franklin Cascaes. O futuro da cidade expresso nos prospectos jamais realizados dos autores do primeiro Plano Diretor, traziam os elementos de uma época histórica que construiu sonhos e pretendeu influir no devir urbano. A cidade passava a ser pensada como o próprio meio para a reprodução das riquezas, com sua distribuição espacial constituindo-se como propulsora de dinâmicas sócio-econômicas necessárias para gerar os meios de vida cabíveis a cada estrato social. A disposição dos equipamentos, conjuntos residenciais e áreas comerciais, industriais e de lazer, bem como as atitudes consideradas necessárias para participar do tempo que estava por chegar, pressupôs uma certa visão sobre o futuro e suposições sobre as necessidades humanas do porvir, incluindo ações para a materialização de horizontes de expectativas construídos através dos embates sociais.

O sonho com uma determinada ordem urbana, acreditando promover a elevação ou a melhoria das ações humanas, acompanha as visões e concepções modernas

sobre a vida urbana desde, pelo menos, a Renascença. As intervenções, modestas ou radicais, que alteraram fisionomias urbanas e destruíram hábitos e formas de convívio ancestrais, consistiram na aplicação de planos metódicos e rigorosos, mas que deixaram de trazer a disposição para a utopia. Daí que o cenário urbano não constitui-se apenas enquanto resultado da organização econômica e das atividades de especulação imobiliária, como foi o caso das vastas oportunidades abertas pelos investimentos no ramo turístico em Florianópolis. Além dos traçados guiados pela lógica da reprodução do capital, a cidade na qual se vive apoia-se em sedimentos do passado, que também são compostos dos sonhos, projetos e possibilidades que foram imaginadas há tempos atrás. Escavar essas promessas, concretizadas ou não, tem o sentido de acessar a aspectos da cultura urbana de Florianópolis que moldaram muitas das experiências históricas de diversos setores da sociedade.

Os futuros da cidade, pensados nas décadas de 1950 e 1960 deixaram marcas indeléveis na configuração e, particularmente, no imaginário urbano. As promessas e perspectivas de alteração da fisionomia e dos modos de vida da Capital de Santa Catarina, foram os guias para a trajetória aqui empreendida, apresentando não apenas um conjunto de possibilidades futuras ou pueris. Manifestaram-se em artefatos, textos e olhares que tinham por referência uma cidade e seus outros. Essas contra-faces de Florianópolis, essa cidade que via seu futuro olhando-se num espelho, cujo reflexo invertia as condições precárias então existentes, não ficaram no plano de uma exterioridade abstrata, onírica e intangível. Uma das motivações da escrita desta História foi a de apontar para o imaginário e as representações como experiências sociais efetivas, peças indispensáveis para a compreensão das lutas políticas, das investidas econômicas e da construção mesmo de uma cidade.

A cidade do amanhã poderia vir a concretizar projetos de vida ansiosamente elaborados ou provocar medo diante do desconhecido e das mudanças abruptas. Assim, mesmo o passeísmo de Franklin Cascaes e de escritores e cronistas daquela época tinha por referencial uma certa expectativa em relação ao futuro. Os habitantes da cidade de Florianópolis passavam a reconhecer-se a partir desses sinais, traduzidos em novas expressões e veiculados através de diferentes meios de comunicação, imantando inclusive as mercadorias anunciadas, cada qual apresentando uma característica nova e futurista. Para as camadas médias e suas perspectivas de adquirirem e conquistarem posições e *status* nas novas

condições de desenvolvimento que seriam criadas, o futuro apareceu promissor e desejável. Já para os diversos outros componentes e grupos que compunham a cidade, o sentido atribuído ao porvir variou em torno do ceticismo ou do desconforto, diante de perspectivas de vida que dificilmente sofreriam alterações.

Mas as representações sobre futuro apresentaram-se como instrumentos políticos importantes nos debates e lutas ocorridos em Florianópolis em torno das opções de desenvolvimento. A eleição do turismo e o consórcio de setores influentes com vistas a fazer prevalecer na cidade esta atividade econômica, nutriu-se das expectativas e anseios que a sociedade estava construindo. As atitudes de individualização das camadas médias e os projetos de vida que tendiam a almejar a conquista de determinados bens de consumo portadores de distinções sociais, assim como as opções de moradia em apartamentos e em determinadas áreas da cidade, proporcionaram indicadores para as intervenções na cidade. O futuro da cidade foi paulatinamente restringindo-se aos desejos e planos dos grupos que detinham o poder político e econômico, encontrando a legitimação necessária nas atitudes culturais dos segmentos médios em relação ao porvir e à busca de segurança e manutenção de posições sociais.

Certamente o futuro escapou aos seus formuladores. A cidade não tomou a forma que desejavam, nem tampouco foi assegurado o controle absoluto sobre a dinâmica social. O próprio processo de modernização trouxe novos elementos que vieram a alterar os planos e mostrar que a cidade do amanhã não ficaria presa aos mecanismos políticos e econômicos dos que esperavam continuar mantendo relações de poder baseadas no clientelismo e na ocupação dos postos burocráticos. Meios de comunicação, como os jornais que foram documentos indispensáveis para este trabalho, sofreriam um intenso processo de monopolização, extinguindo ou levando à crise crônica várias empresas. Os investimentos imobiliários atraíram capitais de centros maiores, em muitos casos retirando do mercado os que propugnaram, no período estudado, o turismo como única alternativa para Florianópolis. Enfim, a História não pôde ser domada. O futuro permaneceu um campo aberto de possibilidades, numa cidade que continua vigiada pelo vulto metálico de sua velha ponte e que anualmente realiza suas procissões pelo centro.

Fontes

1. Jornais

A Evolução: jornal a serviço do povo. Florianópolis. 1951-1953
 A Gazeta. Florianópolis. 1950-1970
 A Nação. Florianópolis. 1965-1966
 A Tribuna. Florianópolis. 1953
 A Verdade. Florianópolis. 1952-1959
 A Semana: órgão noticioso e independente. Florianópolis. 1955-1958
 Alvorada. 1953-1954
 Diário da Manhã. Florianópolis. 1951-1954
 Diário da Tarde. Florianópolis. 1950-1962
 Folha Acadêmica. Florianópolis. 1950-1952
 Imprensa Nova. Florianópolis. 1967-1969
 O Estado. Florianópolis. 1945-1970
 O Tempo. Florianópolis. 1950-1956
 Resistência. 1956-1957

2. Revistas

Bússola. Florianópolis. 1950
 Ilha: mensário de divulgação, cultura e arte. Florianópolis. 1965-1966
 Litoral. Florianópolis, jan/1960, ano II, nº 4. p. 48.
 O Tempo: semanário independente. Florianópolis. 1952-1953
 RCM: Revista de Comunicação e Mercado. Florianópolis, jan-mar/1973, ano 3, nº 27.
 Revista Cinelândia. Rio de Janeiro, 1ª quinzena, out/1962, nº. 238, ano X. p. 64-67; 73.
 Revista do Sul: o Vale do Itajaí. Rio de Janeiro. 1961-1969

3. Obras literárias

CARVALHO, Ilmar et allie. Crônicas. Florianópolis: Roteiro/Secretaria de Educação e Cultura, 1964.

CASCAES, Franklin. O fantástico na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1989.

- D'EÇA, Othon. Homens e algas. Florianópolis: IOESC, 1957.
- LANGE, Arno. Rumos opostos. Contos. Florianópolis: Ed. do autor, 1958.
- LITORAL, Revista literária. Florianópolis. 1958-1960.
- LUZ Fº, Heitor. Pedra Grande. Rio de Janeiro: ed. do autor, 1953.
- MELO Fº., Osvaldo Ferreira & MIGUEL, Salim. Contistas novos de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Sul, 1954.
- MIGUEL, Salim. Velhice e outros contos. Florianópolis: Edições Sul, 1951.
- NUNES, José. Moreninha Ilha. Florianópolis: Ed. do autor, 1962.
- PIRES, Aníbal Nunes. Terra fraca (poemas). Florianópolis: Cadernos Sul, 1956.
- SILVA, Osmar. Coquetel de crônicas. Florianópolis: ed. do autor, 1962.
- SOUZA, João Paulo Silveira de. Uma voz na praça. Florianópolis: Roteiro, 1962.
- SOUZA, Juvenal Melchiades de. Bolhas de sabão (poesias). Florianópolis: Diário da Manhã, 1952.
- _____. Pinguinhos. Florianópolis: ed. do autor, 1952.
- SUL, Revista do Círculo de arte moderna. Florianópolis. 1948-1957.

4. Manuscritos

CASCAES, Franklin. Manuscritos. Cadernos. Coleção Elizabete Pavan Cascaes. Museu Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Iconografias

Desenhos em bico de pena de Franklin Cascaes, produzidos entre 1961 e 1976.

6. Ensaios e memórias

ABREU, Alcides et alii. Ensaio sobre a economia catarinense. Florianópolis: Edeme, 1970.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Terra da liberdade. Curitiba: Guaíra, 1944.

CARUSO, Raimundo C. Franklin Cascaes: vida e arte. E a colonização açoriana. Florianópolis: UFSC, 1989.

CORRÊA, Nereu. Relatório sobre as atividades literárias em Santa Catarina e seus problemas. In CABRAL, Oswaldo Rodrigues (coord.). Plano sócio-cultural: estruturas culturais. Florianópolis: 1ª. Jornada Social de Santa Catarina, mai/1967, mimeo.

LAGO, Paulo Fernando. Contribuição ao estudo da rede urbana catarinense. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, 1965.

LAGO, Paulo Fernando. Reflexões sobre a estrutura urbana de Santa Catarina (Documento básico de discussão). Florianópolis: I Jornada Social, 1967. Mimeo. p. 14-15.

PRODOHL, Augusto Sylvio. BRDE no desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina. Florianópolis: BRDE, 1970.

RIBEIRO, Manoel Alves. Caminho. Florianópolis: Edeme, 1989.

7. Entrevista

COELHO, Gelci José. Entrevista concedida a Reinaldo Lindolfo Lohn, em 10 de setembro de 2002.

8. Documentação Governamental

8.1. Governo do Estado de Santa Catarina

Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1951.

Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1952.

Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1953.

Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1954.

Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1955.

Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1956.

Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1957.

Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1958.

- Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Um Ano de Trabalho: discurso proferido no palácio do governo, em 31 de janeiro de 1957, por ocasião da passagem do primeiro aniversário da sua administração. mimeo.
- Santa Catarina. Governador Heriberto Hülse. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1959
- Santa Catarina. Governador Heriberto Hülse. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1960.
- Santa Catarina. Governador Heriberto Hülse. Discurso proferido em a noite de 30 de janeiro de 1960, por ocasião do transcurso de 4º aniversário do governo. Florianópolis: 1960.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 1ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1961.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 2ª Mensagem Anual Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1962.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 3ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1963.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 4ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de Abril de 1964.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 5ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1965 (incluindo anexo 2: Plameg e anexo 9: crédito)
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. Plano de metas do governo: 1º ano de trabalho. Florianópolis: 1962.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. Plano de metas do governo: 2º ano de trabalho. Florianópolis: 1963.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. Plano de metas do governo: 3º ano de trabalho. Florianópolis: 1964.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. Plano de metas do governo: 4º ano de trabalho. Florianópolis: 1965.
- Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. 2ª Mensagem Anual à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1967.
- Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. 3ª Mensagem Anual à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1968.
- Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. 4º Mensagem Anual à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1969.
- Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. 5º Mensagem Anual à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1970.
- Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. Discurso do Governador Ivo Silveira no 3º aniversário de sua administração. Florianópolis: 1967
- Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. II Plano de metas do governo: execução do 1º ano. Florianópolis: 1966

8.2. Prefeitura e Câmara Municipal de Florianópolis

Florianópolis: Plano Diretor. IOESC: 1952.

Plano Diretor de Florianópolis. Estudos Preliminares. Relatório explicativo apresentado à Prefeitura Municipal. Agosto de 1952. Mimeo.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. Lei n.º. 246. Aprova o Código Municipal de Florianópolis. Publicada no Suplemento do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. 21/11/1956, n.º. 5.495, ano XXII.

Câmara Municipal. Legislação. Acervo: Arquivo Público do Município. 1950-1970.

Prefeitura e Câmara Municipal de Florianópolis. Ofícios e correspondências. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. 1948-1960

ESCRITÓRIO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. Plano de desenvolvimento da área metropolitana de Florianópolis. Florianópolis, 1971, mimeo.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri (org.) A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In SOUZA, Laura de Mello e (org.) História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 83-154.
- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de & CARDOSO, José Leandro da Rocha. Aconteceu, virou manchete. In Revista Brasileira de História. Ciência e sociedade. São Paulo: Anpuh/Humanitas Publicações, vol. 21, n°. 41, 2000. p. 243-264.
- ANDRADE, Djanira Maria Martins de. Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.
- ANTONCICH, Ricardo & SANS, José Miguel Munarriz. Ensino social da Igreja: trabalho, capitalismo, socialismo, reforma social, discernimento, insurreição e a não-violência. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ARANTES, Paulo Eduardo. Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como História da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AUED, Bernardete Wrublesk. A vitória dos vencidos: o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas. Florianópolis: UFSC, 1986.
- AURAS, Marli. Poder oligárquico catarinense: da guerra aos “fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos. Tese. São Paulo: PUC (Doutorado em Educação), 1991.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social/Utopia. In Enciclopédia Einaudi: vol. 5, Anthropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 296-396.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1977.
- BAKOS, Margaret Marchiori. A habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937). Porto Alegre: UFRGS, 1988. p. 58-59 (mimeo).
- BARTHES, Roland. Mitologias. São Paulo: Difel, 1982.

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- BOIA, Lucien. L'Exploration imaginaire de l'espace. Paris: La Découverte, 1987.
- _____. Pour une histoire de l'imaginaire. Paris: Les Belles Lettres, 1998.
- _____. La fin du monde: une histoire sans fin. Paris: La Découverte & Syros, 1999.
- _____. La mythologie scientifique du communisme. Paris: Les Belles Lettres, 2000.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. Estilistas urbanos do universo rural: o PCB na luta pela sindicalização rural em Minas Gerais. in Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964. Vol. 14, nº 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. p. 73-86.
- BOURDIEU, Pierre. O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estrutura temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. Lições da aula: aula inaugural proferida no Collège de France. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. O poder simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- _____. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BRANCHER, Ana (org.). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- BRESCIANI, Maria Stella. Lógica e dissonância - sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. in Revista Brasileira de História. Sociedade e trabalho na história. São Paulo: Marco Zero. vol. 6 n. 11. set. 1985/fev. 1986. pp. 7-44.
- _____. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. (org.). Imagens da cidade: séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero/Anpuh-SP/Fapesp, 1994.
- _____. (org.). Palavras da cidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.
- BURKE, Peter (org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. Variiedades de História cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CAMPOS, Nazareno José de. Terras comunais na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991.

- CANEVACCI, Massimo. Antropologia da comunicação visual. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (Re)Produção do espaço urbano. São Paulo: EdUSP, 1994.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979). Florianópolis: UFSC, 1990.
- CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Ao sul da história: lavradores livres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CEAG/SC. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina; estudo das alterações estruturais (século XVIII-1960). Florianópolis: CEAG/SC, 1980.
- CHALMERS, Alan. A fabricação da ciência. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.
- CHARTIER, Roger. A História cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. & FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Ideologia e mobilização popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CHAUVENETT, Antoinette. A lei e o corpo. In *Physis. Revista de saúde coletiva*. Vol. 1, n° 1, 1991, p. 27-31.
- CHIAPPINI, Lígia et alie (orgs.). Brasil: país do passado? São Paulo: EdUSP/Boitempo, 2000.
- CHOAY, Françoise. A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- COELHO, Mário César. Moderna ponte velha: imagem & memória da Ponte Hercílio Luz. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1997.
- COGGIOLA, Osvaldo. Questões de História contemporânea. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- CORADINI, Lisabete. Redes de sociabilidade e apropriação do espaço em uma área central de Florianópolis. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em Sociologia Política), 1992.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. Sindicalismo rural brasileiro em construção. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996.
- COSTA, Paulo Roberto Neves. Democracia nos anos 50: burguesia comercial, corporativismo e parlamento. São Paulo: Hucitec, 1998.

- CUNHA, Idaulo José. O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- DAVIS, Mike. Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.
- DECCA, Edgar Salvadori de. A ciência da produção: fábrica despolitizada. In Revista Brasileira de História. São Paulo, n. 6. 1984.
- DELMAS, Claude. Armamentos nucleares e guerra fria. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- DIAS, José de Souza (org.). Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis: Vozes, 1989.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- DURHAN, Eunice. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ESPADA, Heloísa. Na cauda do boitatá: um estudo do processo de criação dos desenhos de Franklin Cascaes. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1996.
- FACCIO, Maria da Graça Agostinho. O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em Geografia), 1997.
- FANTIN, Márcia. Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- FAUSTO, Boris (dir.). História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. Tomo III, vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Míriam L. Moreira. Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papyrus, 1998.
- FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. Ver a cidade: cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1988.
- FERREIRA, Sérgio Luiz. O banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970). Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1994.
- FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. "Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada": publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec, 1998.
- FIORIN, José Luiz. O regime de 1964: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.
- _____. A farra do boi: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: UFSC, 1998.

- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FRANCO JR, Hilário. As utopias medievais. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FREITAS, Patrícia de. A presença do negro nas esculturas de Franklin Cascaes. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes; IPHAN/SC, 1996.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha. São Paulo: Ática, 1984.
- GEDDES, Patrick. Cidades em evolução. Campinas: Papyrus, 1994.
- GINZBURG, Carlo. Montrer et citer. Paris, Le Débat, (56) set/out, 1989.
- _____. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia das Letras, 1989
- GIOVANAZ, Marlise. Em busca da cidade ideal: o planejamento urbanístico como objeto da história cultural. In Anos 90. Porto Alegre, n.º. 14, dez/2000. 38-46.
- GOMES, Angela de Castro (org.). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GOMES, Ricardo Cordeiro. Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EdUSP, 1993.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. Técnica e ciência como “ideologia”. Lisboa: Edições 70, 1987.
- HALL, Peter. Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- HARVEY, David. A Condição pós-moderna: um estudo sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994.
- HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- _____. Sobre História: ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. & RANGER, Terence (org.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- HUXLEY, Aldous. Admirável mundo novo. Porto Alegre: Globo, 1984.
- IOKÓI, Zilda Márcia Gricoli. Os problemas do desenvolvimento na América Latina frente aos descaminhos da modernidade. in Revista Brasileira de História. Representações. vol. 15, n.º 29. São Paulo Anpuh/Contexto, 1995. p. 123-138.

- KASPARY, Alceu. O discurso católico em Santa Catarina no período de 1960/1964 e sua relação com a legitimação do golpe de Estado. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 2002.
- KOTHE, Flávio (org.). Walter Benjamin: coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1985.
- LACLAU, Ernesto. Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- LE CORBUSIER. Planejamento Urbano. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- _____. Urbanismo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- LE LIVRE des expositions universelles: 1851-1989. Paris: Éditions des arts décoratifs-herscher, 1989.
- LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). Urbanismo no Brasil: 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas: Papirus, 1986.
- LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- LOJKINE, Jean. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. Campos do atraso, campos modernos: discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975). Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1997.
- LOWENTHAL, David. El pasado es un país extraño. Madri: Akal, 1998.
- MACHADO, Aldonei. A cidade no dial: Florianópolis nas ondas médias e curtas do rádio: décadas de 40 e 50. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1999.
- MAFFESOLI, Michel. A transfiguração do político: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- MAINGUENAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Pontes; Ed. Unicamp, 1993.
- MAINGUENAU, Dominique. Termos-chave da análise do discurso. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- MARIANI, Bethânia Sampaio Correa. Os Primórdios da Imprensa no Brasil — ou de como o discurso jornalístico constrói memória. In: ORLANDI, Eni. P. (org.) O Discurso Fundador: a construção do país e a formação da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

- MARINS, Paulo César Garcez. Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2001.
- MARTINS, Celso. Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense. Florianópolis: Paralelo 27; Fundação Franklin Cascaes, 1995.
- MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Nova Stella, 1988.
- MAY, Patrícia Zumblick Santos. Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970). Florianópolis: UFSC (Dissertação de Mestrado), 1998.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- MICHELS, Ido Luiz. Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico aos precatórios. Campo Grande: UFMS, 1998.
- MIGUEL, Salim. A vida breve de Sezefredo das Zeves. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- MILLS, Wright. A nova classe média. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MORUS, Tomás. A utopia. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- NETO, Wenceslau Gonçalves. Estado e planejamento: a agricultura nos planos de governo no Brasil. in História & Perspectivas. Questão da Terra e Modernização da Agricultura. nº 10, Uberlândia: Ed Universidade Federal de Uberlândia, jan-jun/1994. p. 81-107.
- NOVAES, Adauto (org.). Tempo e história. São Paulo: Cia das Letras; SMC, 1992.
- OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Lisete Assen de. Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na Ilha de Santa Catarina. Tese. São Paulo: USP (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), 1999.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e identidade cultural. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Mundialização e Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Românticos e folcloristas. São Paulo: Olho d'água, s/d.
- _____. (org.). Pierre Bourdieu: coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Nacional, 1986.
- PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- PECHMAN, Sérgio & FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 5, nº. 8/9, set/1984-abr/1985. p. 139-195.

- PEREIRA, Moacir. Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli/FCC, 1992.
- PEREIRA, Nereu do Vale. Desenvolvimento e modernização (um estudo de modernização em Florianópolis). Florianópolis: Lunardelli, s/d.
- PEREIRA, Valdézia. A poesia modernista catarinense das décadas de 40 e 50. Florianópolis: UFSC, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In Estudos Históricos, v. 16, jul-dez/1995.
- _____. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- _____. Lugares malditos: a cidade do “outro” no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). In Revista Brasileira de História. Infância e adolescência. São Paulo: Anpuh/Humanitas/UERJ, v. 19, n° 37, 1999, p. 195-216.
- POSTMAN, Neil. Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994.
- PROST, Antoine & VICENT, Gérard (orgs.). História da vida privada, 5: da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- RAMA, Angel. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & CARDOSO, Adauto Lúcio. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. In Revista Espaço & Debates. Cidade brasileira, século XX. São Paulo, ano XIV, n°. 37, 1994. p. 77-89.
- RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.
- RIZZO, Paulo Marcos Borges. Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis – 1950 a 1990. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em Geografia), 1993.
- ROSSI, Paolo. Os filósofos e as máquinas: 1400-1700. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- _____. A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da Revolução Científica. São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. Naufrágios sem espectador: a idéia de progresso. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.
- SACHET, Celestino (org.). Antologia de autores catarinenses. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- SALEM, Tania. O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SANTOS, Paulo César dos. Espaço e memória: o aterro da Baía Sul e o desencontro marítimo de Florianópolis. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1997.
- SCHMITZ, Sérgio. Planejamento Estadual: a experiência do Plameg. Florianópolis: UFSC/UDESC, 1985.
- SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

- _____. Futebol, metrópoles e desastinos. In Revista USP: Dossiê Futebol. São Paulo: USP, n° 22, Jun-ago/1994. p. 30-37.
- _____. A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- SILVA, Etienne L. Desenvolvimento econômico periférico e formação da rede urbana de Santa Catarina. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS (Mestrado em Economia), 1978.
- SILVEIRA, Cláudia Regina. Um bruxo na Ilha: Franklin Cascaes (resgate de narrativas inéditas). Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em Letras), 1996.
- SITTE, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo: Ática, 1992.
- SOUZA, Evandro André. Franklin Cascaes: uma cultura em transe. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 2000.
- SOUZA, Nelson Mello e. Modernidade: desacertos de um consenso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- SUGAI, Maria Inês. As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A Via de Contorno Norte-Ilha. Dissertação. São Paulo: USP (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), 1994.
- THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. Tradición, revuelta y conciencia de clase. Madri: Editorial Crítica, 1984.
- _____. A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. O pós-socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- VAZ, Nelson Popini. O centro histórico de Florianópolis: espaço público do ritual. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991.
- VEIGA, Eliane Veras da. Processo histórico de mutação da paisagem urbana da área central de Florianópolis (1850-1930). Florianópolis, dissertação (mestrado em História), UFSC, 1990.
- VELHO, Gilberto. A utopia urbana: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. (coord.). O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- _____. Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- VELOSO, Mariza & MADEIRA, Angélica. Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- VERNE, Júlio. Paris no século XX. São Paulo: Ática, 1995.

- VIEIRA, Jaci Guilherme. História do PCB em Santa Catarina: da sua gênese até a operação Barriga Verde (1922 a 1975). Florianópolis: UFSC (Dissertação de Mestrado em História), 1994.
- WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- WELLS, H. G. História do futuro. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940.
- WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In História da vida privada no Brasil, 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 245-318
- ZIMERMANN, Joseane. Ao sul dos desejos: a cidade transfigurada na poesia de Eglê Malheiros. Dissertação. Florianópolis: UFSC (Mestrado em História), 1996.
- ZWEIG, Stefan. Brasil país do futuro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1941.

Índice das Ilustrações

1. Planta de Florianópolis em 1954.....	25
2. “Os sons do futuro” (anúncio publicitário), O Estado, 21/09/1959.....	56
3. “Você é capaz de ler o futuro...” (anúncio publicitário), O Estado, 08/08/1950.....	61
4. “A terrível bomba atômica”, O Estado, 21/09/1945.....	162
5. “Pode ser que na lua...”, O Estado, 19/08/1969.....	162
6. <i>Serpente Rá</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	176
7. <i>Brasil, América do Norte, Vaticano, Rússia, França e Inglaterra</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	183
8. <i>Evitem: subam a escada da fé</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	184
9. <i>A humanidade dançando na corda bamba</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	184
10. <i>A Bruxa Grande</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	189
11. “Lojas Pereira Oliveira” (anúncio publicitário), O Estado, 28/09/1958.....	196
12. <i>Fuga para o deus asfalto: morreu a pesca artesanal</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	207
13. <i>Sem título</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	211
14. “Rasgando o infinito” (anúncio publicitário), O Estado, 08/10/1957.....	220
15. <i>Mudança para a lua</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	220
16. <i>Missa em Marte</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	220
17. <i>Sem título</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	221
18. <i>Mulheres selenitas e terráqueas bruxólicas, equilibristas</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	221
19. <i>Exército terrígeno invade o alfa-centauro</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	224
20. <i>Mulheres bruxas selenitas</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	224
21. <i>Sem título</i> , Franklin Cascaes, Museu Universitário.....	235
22. Cartaz de Campanha de Celso Ramos, O Estado, 21/09/1958.....	250
23. A vida pacata do centro (1), foto, Plano Diretor, 1952.....	259
24. A vida pacata do centro (2), foto, Plano Diretor, 1952.....	259
25. As ruelas de Florianópolis, foto, Plano Diretor, 1952.....	265
26. “Localização dos órgãos funcionais”, Plano Diretor, 1952.....	282
27. Projeto do novo Centro Cívico, Plano Diretor, 1952.....	285
28. Projeto do campus universitário, Plano Diretor, 1952.....	295
29. Habitação no morro, foto, Plano Diretor, 1952.....	309
30. Comércio de louças de barro no centro, foto, Plano Diretor, 1952.....	313
31. Projeto do novo sistema viário, Plano Diretor, 1952.....	350
32. O Miramar, foto, Plano Diretor, 1952.....	353
33. Planta de Florianópolis em 1975.....	355
34. Vista panorâmica de Florianópolis, foto, década de 1970.....	423